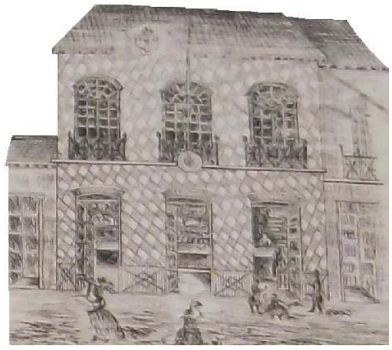
VIDA MATERIAL DE DESTERRO NO SÉCULO XIX: AS LOUÇAS DO PALÁCIO DO GOVERNO DE SANTA CATARINA, BRASIL.

Fernanda Codevilla Soares

Jarra de faiança fina inglesa, estilo peasant.
Foto: Osvaldo Paulino da Silva, 2003.

Largo do Palácio. Vista da cidade de Desterro em 1846 por Victor Meirelles.



Armazém Rua do Príncipe nº05, Desterro.
Fonte: Inventário *post mortem*, século XIX.

Palácio Cruz e Souza. (MHSC)
Foto: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

ORIENTADOR:

Dr. Fernando Coimbra

UNIVERSIDADE DE TRAS-OS-MONTES E ALTO DOURO
VILA REAL, 2011

FERNANDA CODEVILLA SOARES

VIDA MATERIAL DE DESTERRO NO SÉCULO XIX: AS LOUÇAS DO PALÁCIO DO GOVERNO DE SANTA CATARINA, BRASIL.

Tese apresentada para obtenção do grau de Doutor em Quaternário, Materiais e Cultura, UTAD.

ORIENTADOR:
Dr. Fernando Coimbra

Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro
Vila Real, 2011

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE FIGURAS 5
ÍNDICE DE GRÁFICOS 8
ÍNDICE DE TABELAS 9
INTRODUÇÃO 12
1. ARQUEOLOGIA HISTÓRICA EM FLORIANÓPOLIS: (IN) DEFINIÇÕES 21
1.1. (In) definição do conceito de sítio arqueológico histórico 22
1.2. Armações, engenhos, embarcações naufragadas, ponte, igrejas, cemitérios, residências e alfândega: os sítios arqueológicos históricos de Florianópolis 28
1.3. Discussões sobre a pesquisa arqueológica histórica realizada em Florianópolis 50
1.4. Analisando as informações sobre a arqueologia histórica de Florianópolis 55
2. ESCAVANDO OS ARQUIVOS: CONTEXTO HISTÓRICO DE DESTERRO NO SÉCULO XIX E OS INVENTÁRIOS *POST MORTEM* 59
2.1. Contexto histórico do Palácio Cruz e Souza 62
2.2. Os inventários *post mortem* 86
2.3. Interpretando os dados históricos 121
3. SÍTIO ARQUEOLÓGICO PALÁCIO CRUZ E SOUZA OU MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA 125
3.1. Caracterização da pesquisa arqueológica realizada no sítio 131
3.2. Análise das louças do MHSC 174
3.2.1. Metodologia da análise 178
3.2.1.1.Tipos de pastas 181
3.2.1.1.1.Porcelanas 183
3.2.1.1.2.Faianças 192
3.2.1.1.2.1.Faiança Espanhola (mayólica) 193
3.2.1.1.2.2.Faiança Portuguesa 195
3.2.1.1.3.Faiança fina 201
3.2.1.1.4.*Ironstone* 205
3.2.1.1.5.Louça brasileira 207
3.2.1.2.Técnicas Decorativas 209
3.2.1.2.1.*Transfer printed* 212
3.2.1.2.2.Pintado à mão 218
3.2.1.2.3. Decalque 223
3.2.1.2.4. Superfície Modificada sem pintura 224

3.2.1.3. Quadro síntese 226
3.2.2. Resultados 229
3.2.3. Gráfico de barras, fórmula e escala de valores: discussão dos dados 246
3.2.4. Outros dados da coleção 269
3.2.5. Interpretações da cultura material 289
CONCLUSÕES 306
GLOSSÁRIO 313
BIBLIOGRAFIA 320
AGRADECIMENTOS 336
ANEXOS 333
ANEXO 1 338
ANEXO 2 346
ANEXO 3 351
ANEXO 4 360
ANEXO 5 377
CATÁLOGO DE LOUÇA DO MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA 379

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Mapa sítios arqueológicos históricos. 31
Figura 2: Mapa dos sítios históricos e pré-históricos. 32
Figura 3: Sítio arqueológico Forte São José da Ponta Grossa. 33
Figura 4: Sítio arqueológico Casa de Câmara e Cadeia 36
Figura 5: Sítio arqueológico Engenho 38
Figura 6: Sítio arqueológico Praia dos Ingleses I. 39
Figura 7: Sítio arqueológico Armação do Sul 41
Figura 8: Sítio arqueológico Ponte Hercílio Luz 42
Figura 9: Sítio arqueológico Casa da Antiga Alfândega 44
Figura 10: Sítio arqueológico Igreja Nossa Senhora da Lapa 45
Figura 11: Sítio arqueológico Capela Nossa Senhora das Dores 45
Figura 12: Sítio arqueológico Conjunto Nossa Senhora da Conceição da Lagoa. 47
Figura 13: Sítio arqueológico Palácio Cruz e Souza. 48
Figura 14: Sítio arqueológico Casa Natal de Victor Meirelles 49
Figura 15: Sítio arqueológico Casa D´Itália. 50
Figura 16: Desenho das fachadas do Palácio do Governo de Santa Catarina 65
Figura 17: Vila de Nossa Senhora do Desterro em 1785. 72
Figura 18: Vila de Nossa Senhora do Desterro em 1803. 72
Figura 19: Cidade de Desterro em 1846. 74
Figura 20: Cidade de Desterro em 1851. 76
Figura 21: Inventário Francisco José Dias Formiga. 103
Figura 22: Meio aparelho de porcelana para jantar. 109
Figura 23: Croqui, sem escala, do sítio. 133
Figura 24: Sondagem geofísica na área interna do Palácio 134
Figura 25: Sondagem geofísica na área externa do Palácio. 134
Figura 26: Sondagem manual baseada nos pontos do georadar. 135
Figura 27: Sondagem mecânica controlada nos pontos do georadar 135
Figura 28: Trincheira "A".. 137
Figura 29: Manilhas recentes perturbando a estratigrafia e as estruturas do sítio nos níveis superficiais. 138
Figura 30: Trincheira "B". 139
Figura 31: Muro de arrimo da trincheira “C”. 140
Figura 32: Visão geral das trincheiras "A", "B" e "C". 140

Figura 33: Croqui, sem escala, com a disposição dos alicerces das trincheiras “A”, “B” e “C”.....141
Figura 34: Detalhe muro de arrimo da trincheira “C”.....142
Figura 35: Ampliação da superfície de escavação. Destaque para os muros "A", "B" e "C" e área aterrada. 143
Figura 36: Área aterrada com saibro e argila em 1976. Pobre em vestígios arqueológicos.....144
Figura 37: Perfil Topográfico do centro de Florianópolis.....144
Figura 38: Croqui, sem escala, da formação do sítio.. 145
Figura 39: Evidenciação dos alicerces "A" e "B", ao fundo Palácio.....146
Figura 40: Material arqueológico *in situ*.....148
Figura 41: Croqui, sem escala, com a dispersão dos fragmentos de louça do nível 7.....150
Figura 42: Croqui, sem escala, com a dispersão dos fragmentos de louças do nível 6. 151
Figura 43: Croqui, sem escala, com a dispersão dos fragmentos de louças do nível 5. 152
Figura 44: Passarela entre os alicerces “A”e “B” e muro de arrimo “C”.....156
Figura 45: Rebaixamento do nível 04. 157
Figura 46: Canteiro de horta ou de flores. 158
Figura 47: Detalhe do canteiro de horta ou de flores entre os paredões coloniais. 159
Figura 48: Escavação Setor I, quadrante I.. 162
Figura 49: Visão geral da escavação no Setor I, quadrante I e II.....162
Figura 50: Alicerce da residência de Porão Alto, setor II. 163
Figura 51: Piso de ardósia sobre calha antiga. 166
Figura 52: Calha abaixo do piso de ardósia. 167
Figura 53: Interior da calha. Galeria de tijolos coberta pelas rochas talhadas argamassadas. 167
Figura 54: Possível Casa da Guarda. 169
Figura 55: Visão geral do Setor II.....169
Figura 56: Fechamento da escavação.....170
Figura 57: Sala 4, do MHSC, com exposição de materiais arqueológicos.....171
Figura 58: Crianças visitando a escavação 171
Figura 59: Musealização do Setor I, quadrante II 172
Figura 60: Materiais expostos na área musealizada do Setor I, quadrante II 172
Figura 61: Porcelanas do MHSC. 191
Figura 62: Faianças espanholas do MHSC. 195
Figura 63: Faianças portuguesas do MHSC.....200
Figura 64: Taxonomic System, baseado em Majewski e O´Brien (1987, p.136) 210
Figura 65: Fragmentos de faianças finas do MHSC decoradas pela técnica do *transfer printed*.....217
Figura 66: Fragmentos de faianças finas do MHSC decoradas pela técnica do pintado à mão 222
Figura 67: Croqui de dispersão dos fragmentos de louças dos níveis 7, 6, e 5 com as datações 263
Figura 68: Fragmento de “prato de sobremesa" encontrado no Mercado Público de Porto Alegre.....274
Figura 69: Fragmentos de louças do MHSC.....276
Figura 70: Fragmentos de um conjunto de jantar em faiança fina 277
Figura 71: Fragmentos de um conjunto de chá composto de malga e “prato para chá” 278
Figura 72: Conjunto de "pratos para chá" de faiança final.....279

Figura 73: Conjunto de chá de porcelana/*ironstone* 280
Figura 74: Amostra de selos da coleção do MHSC 281

ÍNDICE DE GRÁFICOS:

Gráfico 1: Distribuição dos inventários analisados por data. 91
Gráfico 2: Valores totais dos inventários. 93
Gráfico 3: Tipos e quantidades de recipientes nos inventários residenciais. 97
Gráfico 4: Tipos e quantidades de recipientes nos inventários dos armazéns. 97
Gráfico 5: Tipos de decoração nos inventários residenciais. 101
Gráfico 6: Tipos de decoração nos inventários dos armazéns. 101
Gráfico 7: Valor das louças de acordo com a técnica decorativa e tipos de recipientes. 104
Gráfico 8: Gráfico de Barras nível 05 255
Gráfico 9: Gráfico de barras nível 06. 257
Gráfico 10: Gráfico de barras nível 07. 259
Gráfico 11: Gráfico de barras níveis 5, 6 e 7. 261

ÍNDICE DE TABELAS:

Tabela 1: Lista dos governadores de Santa Catarina no período Colonial e Imperial.....69
Tabela 2: Tabela com os valores das louças, baseada em Miller (1980). 88
Tabela 3: Valores totais dos inventários. 94
Tabela 4: Tabela de valores das louças com base nos inventários.....105
Tabela 5: Baixelas dos Inventários. 107
Tabela 6: Quantificação material arqueológico do MHSC. 173
Tabela 7: Diretriz de análise das louças do MHSC.....179
Tabela 8: Histórico da porcelana chinesa. 187
Tabela 9: Descrição dos tipos de esmaltes das faianças finas.....204
Tabela 10: Cronologia das louças brasileiras.....209
Tabela 11: Motivos centrais dos *transfer printed.* 215
Tabela 12: Motivos das bordas dos *transfer printed*.....216
Tabela 13: Cores dos desenhos *transfer printed*.....217
Tabela 14: Quadro síntese 229
Tabela 15: Quantificação do material do nível 05. 232
Tabela 16: Quantificação do material do nível 06. 235
Tabela 17: Quantificação do material do nível 07. 238
Tabela 18: Quantificação dos materiais dos níveis 5, 6, 7 e 10 juntos.....241
Tabela 19: Informações para a fórmula de South (1977) nível 05.....254
Tabela 20: Informações para alimentar a fórmula South (1977) nível 06.....256
Tabela 21: Informações para alimentar a fórmula de South (1977) nível 07.....258
Tabela 22: Informações para alimentar a fórmula de South (1977) níveis 5, 6 e 7.....260
Tabela 23: Fábricas e selos de louças. 286

RESUMO

O Palácio Cruz e Souza localiza-se na Praça central de Florianópolis (atual Praça XV), foi projetado em 1750 pelo português José da Silva Paes, teve função de residência dos governadores do Estado de Santa Catarina até o ano de 1954 e, atualmente, abriga o Museu Histórico de Santa Catarina. Esta tese de doutorado aprofundará o estudo das louças recuperadas no quintal do Palácio, área que funcionou como lixeira doméstica até o último quartel do século XIX. O objetivo deste trabalho é compreender o modo de vida dos governadores de Santa Catarina com base na cultura material resgatada nesse sítio arqueológico, buscando compreender o significado desses artigos doméstico para os grupos sociais que os adquiriram, utilizaram, descartaram e, algumas vezes, reutilizaram. É importante frisar que apesar das louças serem o foco principal dessa pesquisa, tornou-se indispensável realizar o levantamento de informações em arquivos, relatórios de pesquisas e documentos históricos para melhor compreender o significado desses artefatos para os grupos sociais locais. Assim sendo, a pesquisa não se restringe unicamente a análise das louças, mas também às apreciações sobre o tipo de pesquisa de arqueologia histórica desenvolvida na capital catarinense, o contexto histórico de Desterro no século XIX e sobre os tipos de artefatos existentes nas residências da elite política local. O material arqueológico analisado totaliza 3408 fragmentos de louças, os mesmos foram classificados em fichas tipológicas, quantificados e interpretados. A pesquisa desenvolvida permitiu concluir que as louças, receberam uma atenção especial por parte dos governadores; seu significado está relacionado a demarcar limites sociais, demonstrar riqueza e atestam a formalidade com que as refeições eram praticadas no Palácio.

ABSTRACT

Cruz e Souza Palace is located in the central square of Florianopolis (Praça XV), was built in 1750 by the Portuguese Jose da Silva Paes, was the basis of residence of the governors of Santa Catarina State by the year 1954, now houses the Museum History of Santa Catarina. This thesis will deepen the study of pottery excavated in the courtyard of the Palace, an area that functioned as domestic trash until the last quarter of the nineteenth century. The aim of this study is to understand the lifestyle of the governors of Santa Catarina based material culture rescued this archaeological site, trying to understand the meaning of these articles for domestic social groups that purchased, used, discarded and sometimes reused. Importantly, despite the dishes being the main focus of this research, it became essential to make the information survey on archives, research reports and historical documents to better understand the significance of these artifacts to the local social groups. Therefore, research is not restricted solely to the analysis of pottery, but also on the assessments of the kind of research of historical archeology developed in Santa Catarina state capital, the historical context of the nineteenth century and about the types of artifacts existing in the homes of the elite local politics. The archaeological material analyzed a total of 3408 fragments, they were classified into chips typological, quantified and interpreted. The research undertaken shows that the dishes were given special attention by the governors, which was meant to demarcate their social boundaries and enhance the social status to the group of traders emerging in the second half of the nineteenth century.

INTRODUÇÃO

O Palácio Cruz e Souza foi construído em 1750 na capital de Santa Catarina, Florianópolis [1]. A obra, projetada pelo presidente da província José da Silva Paes; tinha como função servir de residência aos governadores de Santa Catarina e auxiliar o domínio português no Brasil Meridional. O Palácio foi utilizado como residência de governo até o ano de 1954; a partir de então funcionou, unicamente, como Palácio dos Despachos e no ano de 1984, tornou-se o Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC) [2].

O trabalho em tela tem por objetivo analisar o modo de vida, nos seus aspectos sociais e culturais, dos grupos domésticos que residiram no Palácio do Governo do Estado de Santa Catarina nos séculos XVIII - XIX, a partir da análise da cultura material recuperada no quintal do Palácio, especialmente das louças.

No entanto, é importante frisar que apesar das louças serem o foco principal dessa pesquisa, foi realizado o levantamento de informações em arquivos, relatórios de pesquisas e documentos históricos, para melhor compreender o significado desses artefatos para os grupos sociais que os adquiriram, utilizaram e descartaram.

Assim sendo, a pesquisa não se restringe unicamente a análise das louças, mas também às apreciações sobre o tipo de pesquisa de arqueologia histórica desenvolvida na capital

[1] No século XVII a Ilha de Santa Catarina enquadrava-se na categoria de povoado, quando elevada à condição de vila, em 1736, passou a chamar-se Nossa Senhora do Desterro, porém, era comumente denominada apenas como Desterro ou como Ilha de Santa Catarina. No ano de 1823 foi elevada à condição de cidade e passou a chamar-se Desterro. E, em 1894, com a Revolução Federalista, recebeu o nome atual, em homenagem ao presidente da República, Floriano Peixoto.

[2] A primeira sede do MHSC, em 1977, foi a Casa da Antiga Alfândega. Porém, no ano de 1984, o MHSC foi transferido para o Palácio Cruz e Souza. Bruhns (2010) informa o processo de criação, trajetória, cotidiano e rede de relações do MHSC nas décadas de 1970 e 1980.

catarinense, o contexto histórico de Desterro no século XIX e sobre os tipos de artefatos (louças, móveis e demais objetos ou bens) existentes nas residências da elite política local.

Pode-se dizer que sintetizar as informações sobre os principais sítios arqueológicos históricos de Florianópolis foi, também, um dos objetivos da tese, apesar de não ser o principal. O desenvolvimento desta etapa da pesquisa justificou-se diante da necessidade de compreender as particularidades da pesquisa arqueológica histórica desenvolvida localmente, identificando as lacunas dessa investigação e a forma de inserção da tese nesse universo de estudo.

A partir do levantamento desenvolvido foi possível perceber que, em Florianópolis, a arqueologia histórica tem ficado, na maioria das vezes, "a sombra" da arqueologia preventiva e do restauro arquitetônico. Os relatórios analisados, com algumas exceções, são descritivos e informativos, não interpretativos. Torna-se urgente o desenvolvimento de novas investigações voltadas a análises específicas sobre os sítios históricos locais, utilizando problemáticas e metodologias próprias para a escavação e para a análise da cultural material (louças, vidros, metais, ossos, cerâmicas e outros) encontrados nesses locais. Nesse sentido, a pesquisa da cultura material do Palácio Cruz e Souza visa preencher essa lacuna da arqueologia florianopolitana, haja vista que se debruçará sobre um sítio arqueológico histórico do município e sobre um tipo de material encontrado no mesmo.

A concepção de arqueologia histórica compartilhada na tese pode ser caracterizada como o estudo das sociedades e dos grupos sociais (americanos e europeus) que foram transformados pelos processos de expansão mercantil, iniciado com as expansões marinhas europeias do século XV e que ainda estão atuantes até os dias de hoje, sem deixar de levar em conta as singularidades e peculiaridades de cada sociedade na inserção ou resistência a esses processos, frisando que o processo não é singular, mas plural; não possui um caminho com mão única, mas bifurcações (Orser, 2000; Funari, 2002 e Zarankin, 2004).

Diante dessa concepção, o objetivo principal da tese foi compreender de que forma a elite política de Desterro (em especial os grupos domésticos dos governadores de Santa Catarina) copiou, rejeitou ou ignorou o modo de vida burguês amplamente difundido no país e no exterior no século XIX. Para atingir esse objetivo foi realizado o levantamento das peculiaridades históricas e arqueológicas de Florianópolis e de Santa Catarina no século XIX, bem como a análise da cultura material resgatada do sítio.

Cabe destacar, conforme afirma Lima (1995b), que o modo de vida burguês no Brasil ocorreu antes da formação de uma "classe tipicamente burguesa", a qual segundo Saes (1985) veio a se formar a partir da Abolição da Escravatura, em 1888, e da Proclamação da República, em 1889.

O modo de vida burguês é apreendido, nesse trabalho, como um estilo de vida urbano, moldado por padrões de comportamento de origem europeia, apropriado, de forma particular, pelos diferentes grupos sociais do Brasil.

> No caso, entendemos por modo de vida burguês as formas de comportamento decorrentes da ideologia de privatização que se consolidou na Europa ao longo do século XIX, paralelamente aos avanços da industrialização, valorizando o individualismo, as fronteiras entre o público e o privado, o universo familiar e a ritualização da vida cotidiana, a acumulação de capital (tanto real quanto simbólica), os "critérios de respeitabilidade", a feitichização do consumo e a ascensão social (Lima, 1995b, p.130).

Antes da formação desse grupo social tipicamente burguês, contudo, já existia um modo de vida sintonizado com comportamentos europeizantes. A transferência da família real para o Rio de Janeiro em 1808, a abertura dos portos e o fim do pacto colonial, entre outros fatores, foram os principais estimuladores deste estilo de vida.

Alencastro (1997) afirma que junto à família real, deslocou-se para o Rio de Janeiro um grande aparato administrativo, até então incipiente (ou inexistente) no país. Segundo o autor,

cerca de 15 mil pessoas se deslocaram para a capital carioca nesse período. Esse afluxo de gente como modos europeus, estimulou a busca por novos serviços e bens diversos, os quais, até então, não eram comercializados. Os produtos importados, oriundos da Inglaterra, dos Estados Unidos e da França, bem com os hábitos a eles relacionados, transformaram a vida da população brasileira. Segundo Alencastro (1997, p.23) "forjou-se no Rio de Janeiro – capital política, econômica e cultural do país – um padrão de comportamento que molda o país pelo século XIX afora e século XX adentro".

Entretanto, cabe destacar que a aceitação desse padrão de comportamento não ocorreu de forma automática em todo país. As diversidades regionais brasileiras fizeram com que o mesmo fosse apropriado (ou rejeitado) de forma peculiar em cada província. Nesse sentido, é importante observar o contexto histórico da formação social desterrense, para, a partir dai, compreender como se deu a apropriação desse modo de vida europeizado pelo grupos domésticos locais.

A revisão bibliográfica sobre a história regional foi realizada com o intuito de apreender o contexto histórico do sítio, foram observados aspectos sociais, econômicos e culturais de Desterro e de Santa Catarina no século XIX e foi desenvolvido o levantamento de fontes documentais (inventários *post mortem*), com o objetivo de compreender o universo material existente nas residências da elite política local.

Hodder (1994) lembra que compreender o contexto histórico dos sítios arqueológicos é elemento chave para apreender os significados dos artefatos arqueológicos e da cultura material.

O levantamento dos bens móveis e imóveis existentes nas residências da elite local mostrou-se fecundo no sentido de apresentar informações sobre o tipo de bens comercializados localmente e sobre o estilo de vida dessa elite.

Nesse sentido, cabe lembrar Douglas e Isherwood (2006) que afirmam que os bens adquirem importância quando inseridos nas relações sociais que fazem parte e devem ser analisados enquanto marcadores culturais para expressar e fixar estilos de vida, cultivar ideias, mudanças ou permanências. Segundo os autores, os bens "podem ser usados como cercas ou como pontes", a sua apropriação social é o que lhe confere significado (Douglas e Isherwood, 2006, p.36).

Gibb (1996) afirma que os bens de consumo caracterizam-se por representações importantes da identidade de determinados grupos domésticos. Segundo o autor, os bens domésticos demonstram as escolhas realizadas, bem como, a forma como o grupo doméstico define a si mesmo e a forma como desejam ser observados pelos demais membros da sociedade.

Nesse sentido, lembrando que o Palácio do Governo de Santa Catarina foi utilizado como residência dos governadores, seus familiares, serviçais e agregados; o mesmo é definido como um sítio arqueológico doméstico. A definição para unidade doméstica está baseada em Wilk e Rathje (1982), Beaudry (1984), Mrozowski (1984), Blanton (1993), Hendon (1996), Symanski (1997), Allison (1998, 1999), Barile e Brandon (2004) e Tocchetto e Medeiros (2009). A mesma compreende que uma unidade doméstica caracteriza-se pelo local onde convive um grupo de pessoas que utilizam um mesmo espaço físico (a casa e sua dependências) para propósitos relacionados a comer, dormir, descansar, compartilhar momentos de lazer, cuidar dos filhos, procriar e trabalhar. Esse grupo doméstico pode ser composto por uma família nuclear e não nuclear, com ou sem laços sanguíneos, empregados, inquilinos, pensionistas, visitantes e outros. Sendo que, todos se fazem representar no registro arqueológico do sítio e não só o chefe da família. Além disso, a unidade doméstica é, ao mesmo tempo, marcada pela dinâmica das relações sociais entre os seus membros e o mundo externo (entendido aqui como estruturas econômicas, sociais, culturais, legais, religiosas e outras).

As louças recuperadas na lixeira do Palácio do Governo foram analisadas enquanto fontes materiais históricas que apresentam informações sobre os grupos domésticos que viveram no Palácio nos séculos XVIII e XIX. As louças representam estilos de vida, atividades e escolhas culturalmente determinadas, porém, adaptadas às particularidades individuais das diferentes pessoas que residiam naquela unidade doméstica. A partir das louças é possível compreender de que forma o comportamento europeizante foi internalizado por estes grupos domésticos de importante destaque no cenário político catarinense.

A metodologia utilizada na análise das louças compreendeu, inicialmente, a sua classificação em fichas tipológicas, a quantificação e a apresentação dos dados em forma de gráficos e tabelas, elaborados, individualmente, para cada nível do sítio e para o universo total da amostra. Feita a análise e a quantificação dos dados, foram aplicados os métodos da fórmula de South (1977), gráfico de barras e escala de valores de Miller (1980). Os dois primeiros métodos são destinados às datações dos sítios, foram aplicados para cada nível do sítio e no universo total da amostra. Já a escala de valores de Miller (1980), que apresenta valores de referências para as louças, foi aplicado com a finalidade de identificar o valor (preço) dos tipos de louças existentes no Palácio do Governo no século XIX.

As informações fornecidas pelo uso destas ferramentas foram utilizadas como referências e não como dados absolutos. As mesmas foram contextualizadas com os demais elementos históricos e arqueológicos do sítio e do material. Por fim, foi realizada a interpretação das informações obtidas e da cultura material analisada.

O primeiro capítulo da tese apresenta o contexto arqueológico do sítio. Foi desenvolvido a partir de pesquisas apresentadas em relatórios e projetos de arqueologia existentes no arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de Santa Catarina, no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do IPHAN e na Biblioteca Universitária da UFSC (BU-UFSC), entre outros.

Com o levantamento dessas informações foi possível conhecer os principais sítios arqueológicos históricos existentes na capital catarinense, as principais metodologias aplicadas neste tipo de pesquisa e observar algumas lacunas no que se refere ao estudo acadêmico-científico desses sítios.

Foram elaborados dois mapas georeferenciado com a localização dos sítios (total de 35 sítios históricos) e foram feitas discussões no sentido de analisar as definições do conceito de sítio arqueológico histórico e de arqueologia histórica. A partir dessas discussões definiu-se a concepção de arqueologia histórica partilhada nessa tese, expressa no início da introdução.

O segundo capítulo apresenta o contexto histórico do sítio, elaborado a partir de pesquisa bibliográfica sobre a história de Desterro e de Santa Catarina, e do levantamento de informações existentes nos inventários *post mortem* da elite desterrense de fins do século XIX.

Os inventários *post mortem* foram pesquisados no Museu do Judiciário Catarinense, utilizou-se como critério de análise a escolha por documentos que faziam referências às louças entre os bens da residência ou do armazém do inventariado. Os dados fornecidos por esta documentação permitiram, entre outras, comparar os preços dos principais artigos de louças comercializados em Desterro no século XIX e a escala de valores de Miller (1980).

A partir desse levantamento foi possível compreender a vida política, econômica e cultural de Desterro no século XIX, bem como, conhecer os tipos e preços de móveis, objetos e demais bens existentes nas casas das famílias catarinenses, ou seja, foi possível apreender o contexto histórico no qual o Palácio de Governo de Santa Catarina está inserido e verificar os significados dos artigos domésticos (onde se incluem as louças) para os grupos sociais locais.

O terceiro capítulo apresenta o estudo específico do sítio arqueológico Palácio Cruz e Souza e das louças dessa coleção. A primeira parte desse capítulo foi desenvolvida com base nos relatórios, diários de campo, fotos e desenhos elaborados pela Empresa Geoarqueologia

Pesquisa Científica Ltda., responsável pela escavação do sítio. Nessa parte foi realizada a descrição das atividades de campo e a interpretação das estruturas arquitetônicas encontradas no subsolo do quintal do Palácio.

Na segunda parte foi realizada a apresentação da metodologia utilizada na análise das louças, bem como os resultados e as interpretações dessa parcela dessa cultura material. Nesse item foram informadas as referências bibliográficas que orientaram a pesquisa, os principais tipos de louças existentes na coleção do Museu Histórico de Santa Catarina e o significado desse material para os grupos domésticos que residiram no Palácio no século XIX.

Nos anexos podem ser observadas informações que se encontram de forma resumida na tese, especialmente no que se refere aos dados sobre os sítios arqueológicos históricos de Florianópolis (nome do sítio, tipo, localidade, fonte, características, intervenções, arqueólogo responsável, coordenadas e instituição responsável pela guarda do material) e sobre os inventários *post mortem* de Desterro (nome do inventariado; nome do inventariante; ano que o inventário foi feito; montante-mor; número, nome, idade e valor dos escravos; itens em prata, ouro, diamante, cobre, marfim e chifre; tipos e valores de imóveis; dívida passiva; tipos e valores de móveis e animais e por fim, os tipos e valores das louças). Pelo fato de serem informações densas e ilustrativas optou-se por colocá-las nos anexos, foram colhidas quando do levantamento de dados nos Arquivos do IPHAN/SC e no Arquivo do Museu do Judiciário Catarinense.

Ainda nos anexos, é possível acessar um catálogo dos fragmentos de louças da coleção do MHSC, no qual, para cada fragmento, foi elaborada uma tabela que contem as seguintes informações sobre os artefatos: setor, quadrante, quadrícula, nível, tipo de pasta, esmalte, técnica decorativa, cor, cena, estilo, padrão, distribuição da decoração, forma do recipiente e período de fabricação. Quando o fragmento possuía dados indicativos dos fabricantes (selos

nos fundos das peças) foram acrescentados os itens: descrição do selo, período da marca, nome da Fábrica, localização e período de funcionamento.

O Palácio Cruz e Souza ou MHSC é um ícone patrimonial do Estado de Santa Catarina; apresenta significados nas diversas faces do patrimônio, como por exemplo: história, arquitetura, museologia e arqueologia. Faz parte da identidade coletiva do florianopolitano, já que é lembrado como um símbolo da história local e é referência para visitantes e turistas, no passado e no presente. A análise do material arqueológico encontrada nesse sítio visa contribuir com a preservação do patrimônio arqueológico local e com a construção de novos conhecimentos científicos sobre a história de Florianópolis e de Santa Catarina no século XIX.

1. ARQUEOLOGIA HISTÓRICA EM FLORIANÓPOLIS: (IN) DEFINIÇÕES

Este capítulo tem por objetivo apresentar os principais sítios arqueológicos históricos de Florianópolis e discutir algumas definições do conceito de sítio arqueológico histórico no Brasil, as quais geram problemas para a gestão e a preservação do patrimônio arqueológico histórico nacional.

Cabe destacar que o Palácio Cruz e Souza está incluído na categoria de sítio arqueológico histórico. Diante disto, sentiu-se a necessidade de esclarecer este conceito e compreender o contexto de pesquisa arqueológica local, ou seja, conhecer quais são os outros sítios arqueológicos históricos de Florianópolis e de que forma a pesquisa arqueológica vendo sendo desenvolvida localmente.

O levantamento de informações deste capítulo foi realizado no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CNSA / IPHAN) e no Arquivo do IPHAN em Santa Catarina, localizado em Florianópolis.

As principais fontes de pesquisa foram fichas de sítios, relatórios enviados para análise e parecer institucional e bibliografia existente na Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina (BU – UFSC), entre outras.

Os dados levantados foram organizados em fichas de análise, as quais podem ser observadas nos anexos da tese (anexo 1 e anexo 2).

1.1. (In) definição do conceito de sítio arqueológico histórico

A arqueologia histórica pode ser considerada como uma recente subdivisão da arqueologia norte-americana, consolidou-se na América do Sul a partir da década de 1980, importando modelos teóricos norte-americanos, que por sua vez, importavam modelos teóricos do mundo anglo-saxão (Zarankin, 2004).

Tendo em vista essa recente trajetória, é possível afirmar que a arqueologia histórica não se encontra conceitualmente definida no Brasil, ou seja, não existe uma definição universal, clara e objetiva sobre o que é arqueologia histórica ou o que é sítio arqueológico histórico.

A própria denominação arqueologia histórica é criticada por alguns pesquisadores, visto que exprime a ideia de um falso conceito histórico e arqueológico, já que considera como objeto de estudo da arqueologia histórica, apenas o que ocorreu a partir do século XV, após a chegada dos europeus no Brasil e após a existência de fontes escritas. Assim, desconsidera o processo inicial do povoamento do país como histórico, caracterizando-o como pré-histórico, ou seja, anterior à história, subentendendo como histórico o que apresenta escrita e pré-histórico o que não apresenta escrita[3].

Alguns pesquisadores usam outras denominações para designar a arqueologia histórica, como: arqueologia colonial, arqueologia das ruínas, arqueologia *above ground*, arqueologia pós-medieval, arqueologia da arquitetura, arqueologia de contato, arqueologia industrial e outras[4].

O arqueólogo norte-americano Orser (2000, p.22) caracteriza a arqueologia histórica como "El estudio arqueológico de los aspectos materiales – en términos históricos, culturales e sociales concretos – de los efectos del mercantilismo y del capitalismo traídos de Europa a fines del siglo XV y que continúan en acción hasta hoy".

---

[3] Fontana (1978) afirma que a presença ou ausência de escrita não é o critério determinante para a definição de sítio arqueológico histórico.

[4] Será utilizada nesta tese a denominação arqueologia histórica porque é a mais recorrente, apesar de não se concordar com a limitação que a mesma subjaz.

Segundo este arqueólogo, a arqueologia histórica deve enfatizar a forma como os grupos sociais (indígenas americanos, portugueses, espanhóis, ingleses, escravos africanos, trabalhadores imigrantes e outros) adaptaram-se e foram transformados pelo mercantilismo e pelo capitalismo, em expansão no mundo moderno após o século XV.

Funari (2002) apresenta algumas críticas a esta definição, já que acredita que uma conceituação generalista como esta pode mascarar as particularidades das sociedades latino-americanas, marcada pela heterogeneidade cultural e social.

Segundo Funari (2002) a arqueologia histórica deve ter por objetivo estudar os conflitos e as lutas sociais a partir da cultura material, bem como as formas como a interpretação do passado é influenciada pelas percepções do presente. Na opinião do autor, visualizar as contradições e os conflitos sociais só pode ser possível se as sociedades forem consideradas heterogêneas.

Zarankin (2004) busca uma definição que engloba tanto as conceituações de Orser (2000), quanto as ressalvas de Funari (2002):

> En síntesis, proponemos una forma de reapropiación de la arqueología histórica, como una herramienta que permita entender la historia del surgimiento de nuestras sociedades latinoamericanas, conjuntamente con el proceso gradual de desigualdad al que estamos sometidos desde hace siglos. Coincidimos con la idea de Orser (1996), de una arqueología histórica abocada a estudiar el proceso de conformación de la sociedad moderna. Sin embargo y como señala Funari (2002) y Senatore (en este volumen), este concepto utilizado en una escala mundial enmascara una heterogeneidad que niega las particularidades de este proceso en nuestras sociedades. Se vuelve necesario así trabajar con múltiples trayectorias que generan diferentes sociedades modernas (Zarankin, 2004, p. 138).

Dessa forma, o autor enfatiza a necessidade de que a arqueologia histórica esteja voltada a estudar o(s) processo(s) de inserção da sociedade americana no(s) mundo(s) moderno(s),

levando em conta que não existe um único mundo moderno e nem um único caminho para atingi-lo.

Concorda-se com as ideias de Funari (2002) e Zarankin (2004), quando estes enfatizam que a Arqueologia Histórica da América do Sul deve buscar uma identidade própria, se reapropriando de conceitos internacionais e enfatizando as particularidades latinas, representadas na pluralidade cultural e na crítica social.

Diante dessas concepções, serão apresentadas algumas discussões realizadas Encontro Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB/Sul) nos anos de 1998 e 2001, cujo objetivo principal foi apresentar uma definição para sítio arqueológico histórico e/ou levantar discussões acerca da importância (ou não) dessa conceituação, especialmente para a preservação patrimonial no Brasil.

Lima e Silva (2002, p.12) afirmam: "Não há como se proteger aquilo que sequer se consegue definir". Segundo as arqueólogas, a definição do que é arqueologia histórica e do que é um sítio arqueológico histórico é necessária para que este tipo de patrimônio arqueológico seja protegido pela legislação nacional.

Vale destacar que no Brasil, os sítios arqueológicos são bens da União e, portanto, quando localizados e cadastrados, passam a ser propriedade pública e não privada. Assim sendo, quando, por exemplo, o arqueólogo registra um bairro como sítio arqueológico histórico (ou mesmo uma cidade como um sítio arqueológico) surgem problemas do ponto de vista legal para sua preservação.

O grande impasse da arqueologia histórica no Brasil consiste em: ou se utiliza uma definição ampla e abrangente para sítio arqueológico histórico, que compreenda a diversidade desse tipo de patrimônio[5], ou se utilizam definições restritivas do ponto de vista teórico-metodológico, porém, operacionalizáveis do ponto de vista legal e da preservação.

[5] Como por exemplo: fortalezas, residências urbanas e rurais, entrepostos comerciais, caminhos, igrejas, cemitérios, aldeamentos jesuíticos, bairros, cidades e outros.

Para explicar esse impasse são realizados comentários sobre os debates das arqueólogas Thiesen e Tocchetto (1999), no Encontro Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB/Sul) de 1998 e as reflexões de Lima e Silva (2002) no Encontro Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB/Sul) de 2001.

No Encontro da SAB/Sul de 1998, as arqueólogas Thiesen e Tocchetto (1999) apresentam algumas contribuições para a definição do que é um sítio arqueológico histórico. Segundo as autoras, três vetores devem estar compreendidos nesse conceito, são eles: temporalidade, espacialidade e cultura.

No aspecto temporal, afirmam que os sítios arqueológicos históricos podem variar "em uma escala que vai desde sociedades extintas num extremo, até o dia de ontem, no outro" (Thiesen e Tocchetto, 1999, p.268). Citam como exemplos sítios que datam desde os primeiros contatos das sociedades indígenas com os europeus (séculos XVI, XVII e XVIII), até períodos recentes, como por exemplo, locais de habitação de imigrantes alemães, ou então, engenhos de farinhas portugueses. No aspecto espacial, afirmam que é objeto de estudo da arqueologia histórica o que está sob o solo e o que está sobre o solo, ou seja, além da cultura material existente abaixo do solo; as ruínas, os caminhos, os bairros e, inclusive, as cidades, podem ser consideradas como objeto de estudo da arqueologia histórica.

Esses vetores, apesar de importantes do ponto de vista teórico–metodológico, apresentam problemas no que se refere às consequências legais, visto que, se uma cidade for considerada um sítio arqueológico, a sua preservação e a possibilidade de desapropriação tornam insustentável este conceito.

Lima e Silva (2002) apresentam, por outro lado, tentativas frustradas realizadas por técnicos do IPHAN cujo objetivo era formular um conceito de sítio arqueológico histórico com fins de proteção legal e, portanto, restritivos sob alguns aspectos. A comissão de técnicos do IPHAN sugeriu, inicialmente, restringir os sítios arqueológicos históricos aos locais públicos,

deixando de fora os sítios arqueológicos históricos existentes em propriedades privadas. Apesar de ser uma sugestão que visava operacionalizar a proteção do patrimônio, visto que a propriedade privada é um dos aspectos mais problemáticos dessa questão, a sugestão foi criticada, já que uma grande parte de sítios arqueológicos históricos seria excluída de preservação.

A segunda sugestão partia do princípio de que o sítio arqueológico histórico caracteriza-se, apenas, pelo estudo do que esta em sub-superfície, potencialmente escavável. Alguns técnicos do IPHAN vinham trabalhando com essa noção, porém, é importante destacar que a arqueologia histórica não se restringe a estudar apenas o que está em sub-superfície; vale lembrar a arqueologia da paisagem, a arqueologia da arquitetura, entre outras, que utilizam como fonte de informação vestígios existentes sobre o solo. Nesse sentido, muitas informações contextuais, importantes para a compreensão do sítio, estariam excluídas da pesquisa arqueológica. Por último, foi sugerida, pelos técnicos do IPHAN, a noção de *sítio histórico de interesse arqueológico*, porém, não foram apresentados pontos que a esclarecessem.

As autoras Thiesen e Tocchetto (1999) sugerem um item semelhante ao apresentando pelos técnicos do IPHAN, porém, também não o desenvolveram: que é a noção de *significância*. A noção é de origem norte-americana e visava eleger determinados sítios arqueológicos históricos para preservação, com base em critérios definidos de antemão, apresentados como categorias de significância, as quais englobam aspectos históricos, científicos, étnicos, públicos e legais (Staski, 1982 *apud* Thiesen e Tocchetto, 1999, p.270).

Assim, é possível observar que o maior problema em definir esse conceito está em elaborar uma definição que compreenda a riqueza arqueológica nacional e ao mesmo tempo, operacionalize, legalmente, a preservação desse patrimônio. Algumas sugestões já foram feitas, porém, o problema ainda não se encontra resolvido.

De opinião contrária às citadas anteriormente, o arqueólogo Kern (2002, p.23) acredita que a conceituação de arqueologia histórica e de sítio arqueológico histórico é um "falso problema", ou seja, para este pesquisador, não há sentido nessa discussão.

Segundo o arqueólogo, essa preocupação nunca surgiu em relação aos sítios do período pré-histórico e afirma que é preciso pensar a preservação do patrimônio cultural como um todo, o que inclui sítios arqueológicos históricos e os sítios arqueológicos pré-históricos. Conforme Kern (2002, p.26) conceitos limitados e restritivos são preocupações secundárias "face ao quadro mais amplo da importância do patrimônio arqueológico e do nosso direito à memória".

Thiesen (2002) concorda com Kern (2002) em alguns aspectos:

> Talvez o problema possa ser melhor resolvido, em termos legais e práticos, não apenas defendendo uma definição de sítio arqueológico histórico, mas também defendendo a necessidade de intervenção arqueológica a cada vez que o patrimônio cultural material, não apenas o tombado, estiver ameaçado. A Constituição Federal endossa esta posição (Thiesen, 2002, p. 30).

É possível perceber que a (in) definição do conceito de sítio arqueológico histórico tem gerado problemas para a preservação. Essa situação pode ser agravada quando se observa que, diante das incertezas dos arqueólogos, técnicos de áreas diversas da arqueologia criam suas próprias definições e orientam suas práticas preservacionistas a partir delas.

Por outro lado, pode-se observar que essa (in) definição não é ponto fulcral quando se pensa a preservação patrimonial, visto que o problema central não está em apresentar um conceito de sítio arqueológico histórico, mas em lutar para a preservação do patrimônio cultural, independente se histórico ou pré-histórico.

Cabe destacar que as sugestões apresentadas no artigo de Thiesen (2002) foram feitas quando a Portaria IPHAN nº 230/02 "engatinhava" no país, ou seja, ainda era muito recente sua aplicação junto às obras de engenharia. Nos dias atuais, algumas mudanças podem ser

observadas no que se refere à arqueologia preventiva e a preservação patrimonial. Entretanto, ainda é possível observar casos de resistência, por parte de órgãos de preservação e de empreendedores, em realizar trabalhos arqueológicos em locais considerados como de alta importância para a arqueologia histórica. Nos dias atuais, ainda se observa velhos bairros sendo transformados em shoppings, sobrados virando estacionamentos, reformas/restauros arquitetônicos sem trabalhos arqueológicos preventivos, rodovias destruindo sítios históricos e assim por diante.

É importante destacar a importância da arqueologia histórica como uma ferramenta capaz de gerar debates acerca da realidade atual, visto que trabalha, muitas vezes, com personagens que não deixaram testemunhos escritos, entre eles, os indígenas e os negros. Além disso, permite um novo olhar sobre temas já trabalhados pela história, porém, com a perspectiva da cultura material, informando, entre outros aspectos, o cotidiano de diversos grupos sociais que nos precederam e que fazem parte do que somos hoje. Assim sendo, apesar das (in) definições sobre o que é sítio arqueológico histórico, o termo é bastante utilizado e possui em si uma carga política importante para ser discutida. Diante dessa importância política, acredita-se que a participação popular deve ser incluída nas tomadas de decisões a cerca da preservação dos sítios arqueológicos históricos nacionais.

1.2 Armações, engenhos, embarcações naufragadas, ponte, igrejas, cemitérios, residências e alfândega: os sítios arqueológicos históricos de Florianópolis

Nesse item são apresentados os principais sítios arqueológicos históricos de Florianópolis e são realizadas algumas considerações sobre os mesmos.

Florianópolis apresenta um elevado potencial arqueológico. São cadastrados no CNSA/IPHAN 140 sítios arqueológicos, sendo que apenas 11 são sítios históricos, um número reduzido se comparado à riqueza histórica local.

De acordo com pesquisas realizadas no Arquivo do IPHAN de Santa Catarina, o número de sítios (históricos e pré-históricos) é maior que o apresentado no cadastro (CNSA/IPHAN), ou seja, existem sítios que foram identificados e pesquisados, porém, seus dados ainda não foram inseridos no CNSA/IPHAN [6].

A partir do levantamento realizado no Arquivo do IPHAN/SC[7] e em bibliografia especializada[8], é possível afirmar que Florianópolis possui 35 sítios arqueológicos históricos e não 11 conforme consta no CNSA/IPHAN. A seguir são apresentados quais são esses sítios e suas principais características.

Os principais sítios arqueológicos históricos de Florianópolis são: Armação do Sul, Forte Santo Antônio de Ratones, Conjunto de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, Casa da Antiga Alfândega, Posto da Alfândega de Sambaqui, Armação da Ilha do Campeche, Igreja de Nossa Senhora da Lapa, Forte São José de Ponta Grossa, Casa d´Itália, Casa Natal de Victor Meirelles, Forte Santana, Cemitério Antigo Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, Engenho Ventura, Engenho do João Idalino, Casa da Praia do Saquinho, Engenho da Pedra

---

[6] O trabalho desenvolvido com as fichas de sítios do IPHAN nos anos de 2006, 2007 e 2008 permitem afirmar que mais de 500 sítios arqueológicos foram identificados em Santa Catarina e seus dados ainda não foram incluídos no CNSA/IPHAN (Soares, 2008). Kneip e Farias (2010) fazem um estudo semelhante de compilação de dados de sítios arqueológicos pré-históricos de Santa Catarina, no qual é possível perceber sítios descobertos, alguns escavados, porém, com dados ainda não incluídos no CNSA/IPHAN.

[7] A pesquisa realizada no Arquivo do IPHAN/SC foi baseada em projetos e relatórios de pesquisas enviados para análise e parecer institucional. Nesses relatórios, os arqueólogos enviaram as fichas de cadastro dos sítios contendo informações como: localização, identificação e caracterização do sítio. As fichas e os relatórios são exigências legais e estão disponíveis para consulta no Arquivo do IPHAN, mediante agendamento. As referências dos relatórios estão presentes ao final da tese, entre estes podem ser citados: Amaral (1992, 1999, 2001), Comerlato (1998, 1999a, 1999b, 2001, 2005), Herberts *et al.* (2003), Silva (1999, 2001, 2002a, 2002b, 2003a, 2003b, 2003c, 2003d, 2003e, 2003f, 2003g, 2009, 2011a, 2011b, 2111c) e Silva e Comerlato (2000).

[8] Artigos, livros, monografias, teses e dissertações presentes na Biblioteca Universitária (BU) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e em sites da internet, contendo informações sobre os sítios arqueológicos históricos de Florianópolis, entre estes, podem ser citados: Amaral *et al.*(2011), Bastos (2007), Bastos e Teixeira (2007), Comerlato (1998, 2002), Fossari (1992), Jacobus (1998), Marino (2006), Noelli *et al.*(2009), Rohr e Andreata (1969), Silva (2002), Silva (2007), Salvador (2011) e Soares *et al.* (2010).

Branca, Engenho da Cachoeira Grande, Engenho do Vitorino, Engenho do Rodolfo, Engenho da Lagoinha, Barra da Lagoinha, Caminho do Peri I, Caminho do Peri, Palácio Cruz e Souza, Aldeia Fluvio Aducci, Igreja de Nossa Senhora do Parto, Praia dos Ingleses I, Navio de Naufragados, Largo da Alfândega, Fortaleza Nossa Senhora de Araçatuba, Casa da Alfândega, Casa de Câmara e Cadeira, Ponte Hercílio Luz, Catedral Metropolitana e Fábrica Rita Maria.

Nas tabelas existentes nos anexos da tese (anexo 1 e anexo 2) estão contidas informações detalhadas sobre os sítios históricos de Florianópolis. A tabela do anexo 1 informa sobre: nome do sítio, tipo[9], localidade[10], fonte[11] e principais características; e a tabela do anexo 2 informa sobre: nome do sítio, intervenções realizadas, responsável pela intervenção, instituição responsável pela guarda do material e coordenadas geográficas do sítio.

A partir dessas informações foi possível elaborar dois mapas contendo a localização georeferenciada dos sítios (figura 1 e figura 2). Nos mapas estão presentes os sítios cujas coordenadas foram encontradas, ressalvando-se que alguns deles estão ausentes no mapa pelo fato de terem sido descobertos em datas quando uso do GPS não era frequente, ou pela ausência deste item na ficha de registro e no relatório. Para alguns sítios foi possível ir até a localização do mesmo e coletar a coordenada, além disso, foi feito o registro fotográfico da maior parte deles.

No mapa da figura 1 estão presentes apenas os sítios arqueológicos históricos de Florianópolis e no mapa da figura 2 é possível observar os sítios históricos e pré-históricos.

---

[9]A tipologia utilizada no trabalho baseia-se em Oliveira e Symanski (1999), que classificam os sítios arqueológicos históricos da região sul do Brasil em 5 categorias: sítios religiosos, sítios militares, sítios comerciais/produtivos, sítios domésticos e lixeiras coletivas.

[10] Localização no município de Florianópolis, como por exemplo: bairro, praias, ilhas e outros.

[11] Local onde a informação foi coletada, que pode ter sido: o CNSA/IPHAN, o Arquivo do IPHAN/SC e a bibliografia especializada (pesquisada na internet, na BU-UFSC e outras).

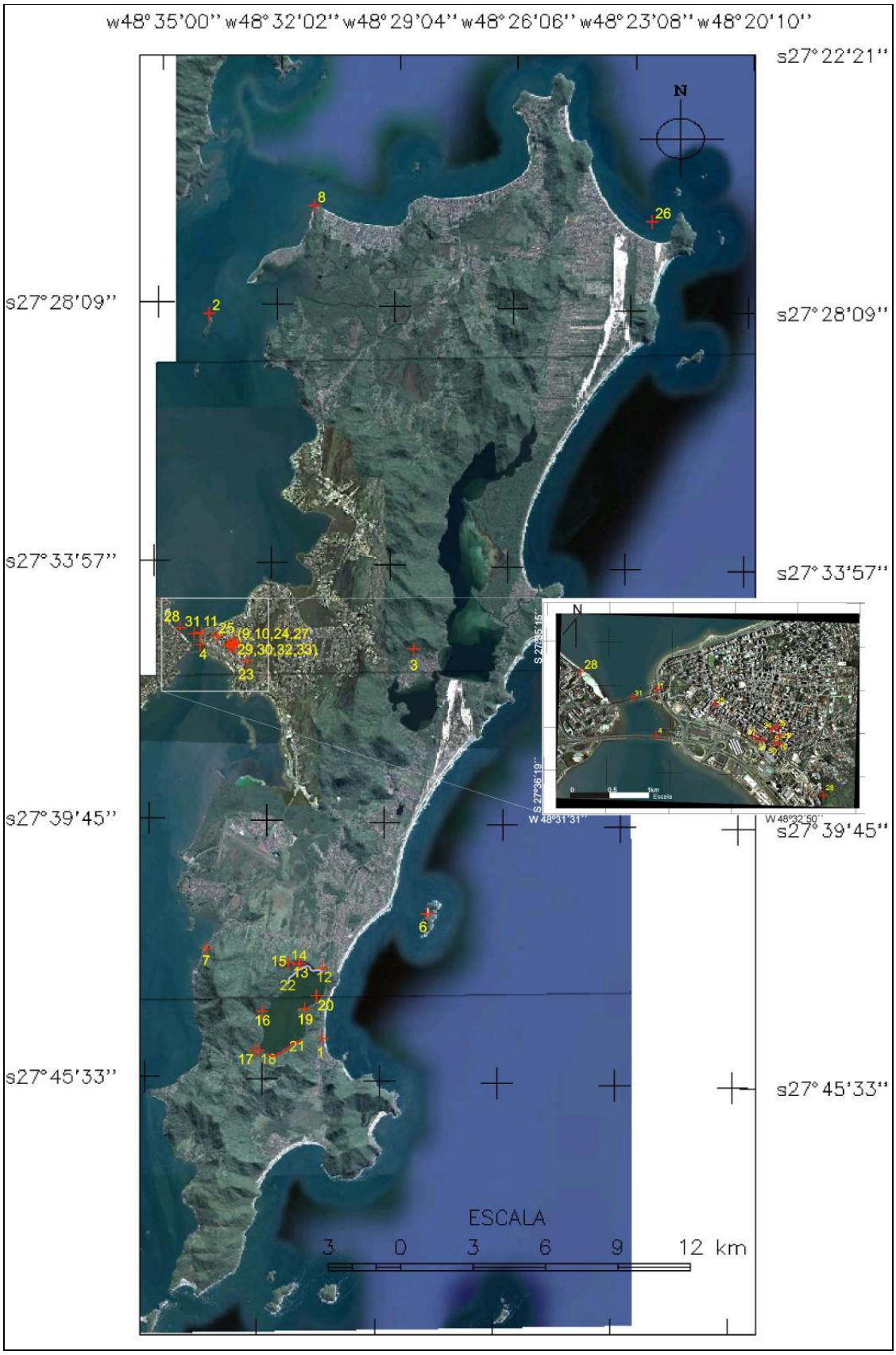
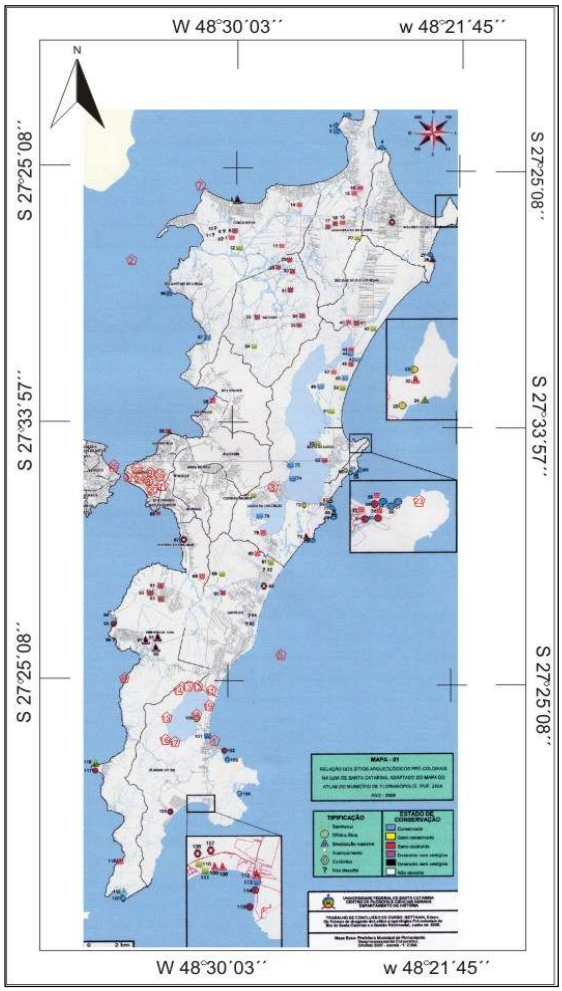


Figura 1: Mapa sítios arqueológicos históricos**.**



Nº	NOME DO SÍTIO	COORDENADAS
1	Armação do Sul	S:27º44´38´´W:48º30´32´´
2	Forte Santo Antônio de Ratones	S:27º28´24´´ W:48º33´52´´
3	Conjunto N. S. C. Lagoa	S:27º35´51´´W:48º28´26´´
4	Casa da Antiga Alfândega	S:27º35´51´´W:48º33´47´´
5	Posto da Alfândega de Sambaqui	
6	Armação da Ilha do Campeche	S:27º41´48´´W48º27´58´´
7	Igreja de N. S. da Lapa	S:27º42´41´´W:48º33´49´´
8	Forte São José de Ponta Grossa	S:27º25´54´´W:48º31´06´´
9	Casa d´Itália	S:27º35´50´´W:48º32´56´´
10	Casa Natal de Victor Meirelles	S:27º35´53´´W:48º32´56´´
11	Forte Santana	S:27º35´34´´W:48º33´47´´
12	Engenho do Ventura	S:27º43´04´´W:48º30´33´´
13	Engenho do João Idalino	S:27º42´59´´W:48º31´07´´
14	Casa da Praia do Saquinho	S:27º42´58´´W:48º31´09´´
15	Engenho da Pedra Branca	S:27º42´58´´W:48º31´26´´
16	Engenho da Cahoeira Grande	S:27º44´04´´W:48º32´04´´
17	Engenho do Vitorino	S:27º44´57´´W:48º32´14´´
18	Engenho do Rodolfo	S:27º44´56´´W:48º32´07´´
19	Engenho da Lagoinha	S:27º44´00´´W:48º30´59´´
20	Barra da Lagoinha	S:27º43´42´´W:48º30´41´´
21	Caminho do Peri I	S:27º44´36´´W:48º31´06´´ S:27º44´55´´W:48º31´56´´
22	Caminho do Peri	S:27º43´02´´W:48º30´36´´ S:27º43´16´´W:48º31´26´´
23	Cemitério A. I. S. J. dos Passos	S:27º36´12´´W:48º32´37´´
24	Palácio Cruz e Souza	S:27º35´48´´W:48º32´59´´
25	Igreja N. S. do Parto	S:27º35´39´´W:48º33´23´´
26	Praia dos Ingleses I	S:27º26´12´´W:48º22´35´´
27	Largo da Antiga Alfândega	S:27º35´51´´W:48º33´06´´
28	Aldeia Fluvio Aducci	S:27º35´28´´W:48º34´19´´
29	Fortaleza N. S. C. de Araçatuba	S:27º35´50´´W:48º32´56´´
30	Antiga Casa de Câmara e Cadeia	S:27º35´53´´W:48º32´58´´
31	Ponte Hercílio Luz	S:27º35´37´´W:48º33´57´´
32	Capela N. S. das Dores	S:27º35´47´´W:48º32´57´´
33	Casa da Alfândega	S:27º35´52´´W:48º33´´3´´
34	Navio de Naufragados	
35	Fábrica de Pontas Rita Maria	S:27º59´46´´W:48º55´91´´

Figura 2: Mapa dos sítios históricos e pré-históricos.
Base cartográfica Bettanin (2008). Escala:1:300000.

O segundo mapa teve como base cartográfica Bettanin (2008), que elaborou um mapa com informações atualizadas sobre os sítios pré-históricos de Florianópolis tendo como referência um mapa do Ipuf (Instituto do Planejamento Urbano de Florianópolis) de 2004 e como base cartográfica um mapa da Prefeitura Municipal de Florianópolis de 2007, além de informações levantadas, por ele, quando da visitação aos sítios pré-coloniais da Ilha. O mapa da figura 2 apresenta, de forma abrangente e atualizada, a localização do patrimônio arqueológico florianopolitano, já que inclui informações sobre os sítios históricos e sobre os sítios pré-históricos.

Os sítios arqueológicos históricos de Florianópolis podem ser classificados em 4 categorias: militar (total de 5 sítios), comercial-produtivo (total de 19 sítios), religioso (total de 5 sítios) e domésticos (total de 6 sítios). Não há, até o momento, nenhum sítio que possa ser incluído na categoria lixeiras coletivas, conforme proposto por Oliveira e Symanski (1999).

Entre os *sítios militares* estão o Forte Santo Antônio de Ratones, o Forte São José de Ponta Grossa, o Forte Santana, o Forte Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba e a Casa de Câmara e Cadeia.

O Forte São José de Ponta Grossa (figura 3), sofreu uma grande intervenção arqueológica, feita de forma sistemática e planejada, pela equipe da UFSC, nos anos de 1987 e 1988, coordenada pela arqueóloga Teresa Domitila Fossari. Parte do material colhido em campo encontra-se exposto na Casa do Comandante, no próprio Forte; outra parte, encontra-se salvaguardada no Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral (UFSC).

Figura 3: Sítio arqueológico Forte São José da Ponta Grossa.
Casa do Comandante (Foto: Fernanda Codevilla Soares, 2010).

O Forte Santo Antônio de Ratones sofreu intervenções por uma equipe de arqueologia do Rio de Janeiro, coordenada pelo arqueólogo Hélio Viana, no ano de 1989. Junto às informações levantadas, não foi possível verificar o local da guarda do material. Sabe-se que o restauro arquitetônico foi realizado, no entanto, no que se refere à pesquisa arqueológica, existem apenas informações do registro do sítio e nenhum outro dado sobre metodologia utilizada em campo e sobre o material encontrado.

O Forte São José da Ponta Grossa e o Forte Santo Antônio de Ratones começaram a ser construídos por volta de 1740, foram projetados pelo brigadeiro José da Silva Paes[12], que também foi responsável pelo projeto do Palácio de Governo de Santa Catarina. Esses dois fortes e a Fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim faziam parte do "triângulo defensivo da Barra Norte", segundo o qual, por fogo cruzado, nenhum navio, sem permissão, acessaria a baía norte da Ilha.

Cabe destacar que, apesar da Fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim ter passado pelo processo de restauração e estar incluída no mesmo contexto histórico, arqueológico e arquitetônico que os outros dois fortes, a mesma não é registrada como um sítio arqueológico de Florianópolis.

O Forte Santana foi alvo de uma coleta superficial assistemática e emergencial, tendo em vista a situação eminente de destruição. Essa ação foi realizada pela arqueóloga Fabiana Comerlato, no ano de 1999, que identificou uma série de materiais arqueológicos dispersos pela praia existente abaixo do forte. Os materiais foram recolhidos aleatoriamente e se encontram sob a guarda do Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral. De

[12] Silva Paes nasceu em Nossa Senhora das Mercês, Lisboa, Portugal, no dia 25 de Outubro de 1679. Era filho de Roque Gomes Paes e Clara Maria da Silva. Foi casado com Máxima Teresa da Silva, filha de Luís Antônio e Antônia Maria de Brito. Sua profissão era de engenheiro militar (coronel). Veio para o Brasil em 1735. Além de Desterro, também contribui para a fortificação da cidade de Santos, da Colônia de Sacramento e da cidade de Rio Grande. Morreu na Freguesia dos Anjos de Lisboa, em Portugal, em 1760 (Machado, 2001). Foi o autor dos projetos de quatro fortalezas de Florianópolis e do Palácio do Governo, além de ter recebido as primeiras levas de imigrantes açorianos que chegaram na Ilha, em fins do século XVIII.

acordo com a bibliografia pesquisada, esses materiais ainda não foram analisados e interpretados.

O Forte Santana foi construído a partir de 1761, seu idealizador foi o engenheiro militar José Custódio de Sá e Faria, tinha como função proteger a Vila de Nossa Senhora do Desterro. No lado oposto ao Forte Santana, no continente, foi edificado o Forte São João, estrategicamente localizado para trocar fogo com o Forte Santana caso algum navio estrangeiro conseguisse acessar a baía norte ou a baía sul. De acordo com a bibliografia pesquisada, o Forte São João não sofreu intervenções arqueológicas, não é registrado como sítio arqueológico e não foi restaurado, apesar de estar incluído no mesmo contexto histórico, arqueológico e arquitetônico que os demais fortes citados anteriormente.

A Fortaleza Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba foi escavado pela arqueóloga Maria Madalena Velho do Amaral, no ano de 2001 e o material colhido em campo encontra-se sob a guarda do Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral. Tal sítio sofreu intervenções planejadas, com escavações arqueológicas e grande coleta controlada de materiais. O Forte Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba foi construído entre os anos 1742 e 1744 e tinha como função proteger a entrada da baía sul da Ilha de Santa Catarina. Essa foi a única fortaleza localizada na barra sul; seu projetista também foi José da Silva Paes.

As quatro fortalezas registradas como sítios arqueológicos são contemporâneas à construção do Palácio do Governo de Santa Catarina e incluem-se no mesmo contexto histórico, marcado pelas disputas fronteiriças entre Portugal e Espanha de final do século XVIII.

Vale lembrar que Florianópolis possui 8 fortes militares (São José da Ponta Grossa, Santo Antônio de Ratones, Santa Cruz do Anhatomirim, Santana, São João, Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba e Naufragados). Porém, apenas 4 são registrados como sítios arqueológicos. Nesse sentido, cabe questionar quais são os critérios utilizados para registrar 4 fortes como sítios arqueológicos históricos e os demais não.

A Casa de Câmara e Cadeia (figura 4) pode ser incluída entre os sítios do tipo militares, visto a funcionalidade histórica inicial. A mesma sofreu intervenções arqueológicas coordenadas por Maria Madalena Velho do Amaral, no ano de 2010. O trabalho desenvolvido visou mitigar os danos causados pelo restauro arquitetônico, que havia sido iniciado sem o trabalho arqueológico preventivo. A pesquisa arqueológica compreendeu a retirada dos entulhos depositados sobre a camada superficial do sítio e a limpeza de cada um dos cômodos térreos, total de 5 cômodos. Foram evidenciados tijoleiras, contra pisos e fundações de paredes em alvenaria do século XVIII, além de artefatos e ecofatos. O material está passando pelos processos de higienização, identificação, inventário e armazenamento no laboratório do Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral.

Figura 4: Sítio arqueológico Casa de Câmara e Cadeia
(Foto: Fernanda Codevilla Soares, 2011).

A Casa de Câmara e Cadeia foi construída em 1771, seu projetista foi Thomaz Francisco da Costa. O edifício possuía dois andares, no térreo ficava a cadeia e no andar superior a câmara; as selas da cadeia tinham o piso coberto de tijoleiras (tipo de tijolo usado para ladrilhar),

camas de madeira e latrinas, totalizando 7 selas (Reis, 2008). Segundo Reis (2008), é provável que algumas das selas estejam localizadas abaixo do piso atual da cadeia.

A Casa de Câmara e Cadeia, o Palácio do Governo e a Igreja Matriz formavam os principais edifícios do Largo do Palácio do séculos XVIII, a partir dos quais a Vila de Nossa Senhora do Desterro foi construída. Essas três estruturas encontram-se registradas com sítios arqueológicos históricos de Florianópolis.

Além dos sítios militares, entre o patrimônio arqueológico histórico de Florianópolis, existem 19 sítios do tipo comercial-produtivo, são eles: posto de cobranças ou alfândegas (total de 4 sítios), armações baleeiras (total de 2 sítios), engenhos (total de 7 sítios), caminhos (total de 2 sítios), embarcações naufragadas (total de 2 sítios), ponte (total de 1 sítio) e fábrica (1 sítio).

Os caminhos são classificados como do tipo comercial-produtivo visto que eram utilizados para apoiar a atividade dos engenhos, são eles: o sítio arqueológico Caminho do Peri e o sítio arqueológico Caminho do Peri II, encontrados quando das obras de arqueologia preventiva realizadas na Lagoa do Peri no ano de 2001. Os mesmos foram evidenciados e podem ser observados pelo público quando da visitação ao Parque Lagoa do Peri.

A pesquisa destes sítios e dos demais engenhos localizados na Lagoa do Peri (total de 7 engenhos) foi realizada pela Empresa Geoarqueologia, coordenada pelo arqueólogo Osvaldo Paulino da Silva. O material coletado em campo encontra-se sob a guarda da UNISUL (Universidade do Sul de Santa Catarina). Entretanto, cabe destacar que apenas um sítio foi escavado (sítio arqueológico Barra da Lagoinha), os demais foram apenas registrados e evidenciados.

Os engenhos de farinha de mandioca, açúcar e aguardente surgiram na Ilha de Santa Catarina, em fins do século XVIII, como fruto do processo de colonização implantado pela Coroa portuguesa para povoar o Brasil Meridional e proteger as terras contra os ataques estrangeiros. A medida que os colonos açorianos foram se adaptando às condições do solo e do clima local,

os engenhos foram sendo edificados. O governador Silva Paes, projetista das fortalezas e do Palácio, contribuiu significativa para a vinda dos açorianos e foi responsável por receber as primeiras levas de imigrantes portugueses na Ilha (figura 5).

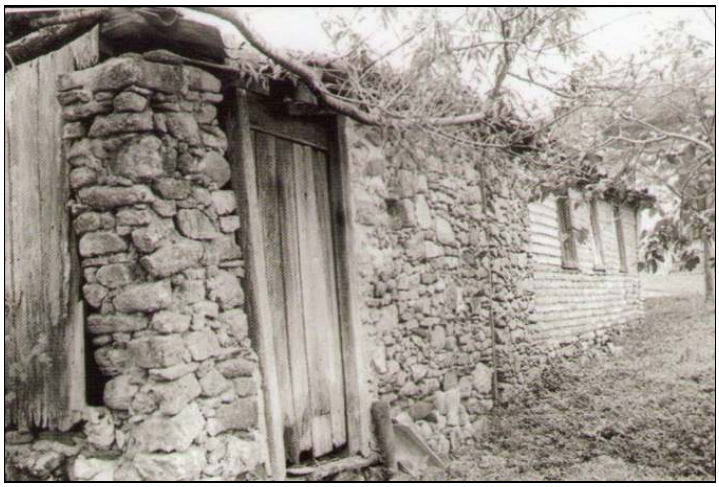


Figura 5: Sítio arqueológico Engenho
(Foto: SILVA, 2007, p.71).

Assim como ocorre com as fortalezas militares, podemos afirmar que apenas 7 engenhos são registrados como sítios arqueológicos, os demais 70 engenhos, já identificados e levantados no trabalho de Silva (2007), não estão registrados como sítios arqueológicos históricos no IPHAN. O questionamento sobre quais critérios definem que estes 7 engenhos são sítios arqueológicos e os demais não, se repete.

Além dos engenhos e dos caminhos, na categoria dos sítios do tipo comercial-produtivo, podem ser incluídas duas embarcações naufragadas (Praia dos Ingleses I e Navio de Naufragados) e duas armações baleeiras (Armação do Pântano do Sul e Armação da Ilha do Campeche). Sítios cuja funcionalidade encontram-se estritamente vinculada à presença marítima.

O sítio arqueológico Praia dos Ingleses I foi pesquisado nos anos de 2004, 2005 e 2009 através do projeto denominado ONG PAS (Organização Não Governamental Projeto de Arqueologia Subaquática), sob a coordenação de Alexandre Vianna (arquiteto e mergulhador) e Francisco Silva Noelli (arqueólogo e mergulhador), em convênio com a UNIVALI (Universidade do Vale de Itajaí) e com o Museu do Homem do Mar / Município de Bombas - SC[13].

Os vestígios desse sítio são atribuídos à uma embarcação de construção espanhola, possivelmente capturada por piratas ingleses, com datas próximas à 1687. Noelli *et al.* (2009) acredita que a embarcação esteja relacionada aos eventos que levaram a morte de Dias Velho em 1689, fundador de Desterro, tendo sido esta a embarcação capturada por ele no século XVII e o motivo da vingança ocasionou a sua morte (figura 6).

Figura 6: Sítio arqueológico Praia dos Ingleses I
(Foto: Marino, 2006, p.108).

O projeto de arqueologia subaquática que aconteceu nos Ingleses resultou na inauguração de um museu, denominado Museu do Naufrágio, localizado na praia dos Ingleses. No mesmo é

[13] Informações disponíveis em Viana *et al.* (2004) e no site http://www.ongpas.com/, acessado em 24 de Junho de 2011.

possível visualizar artefatos recolhidos em campo e os equipamentos utilizados nas pesquisas de arqueologia subaquática. O pesquisadores preferem denomina-lo como base de pesquisas (ou centro de visitação) ao invés que Museu, porém, o mesmo é inscrito no Cadastro Nacional de Museus do Ministério da Cultura (Noelli *et. al*., 2009).

O outro sítio do tipo embarcação naufragada está localizado no sul da Ilha, na Praia de Naufragados. O projeto desenvolvido nesse sítio denomina-se Resgate Barra Sul e esta sendo realizado por uma ONG do mesmo nome (ONG Resgate Barra Sul) que estabeleceu parcerias com o GRUPEP – UNISUL (Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia da Universidade do Sul de Santa Catarina), com a Universidade Autonoma de Lisboa e a Uniasselvi (Centro Universitário Leonardo da Vinci) [14].

Os trabalhos nesse sítio iniciaram-se em 2005, sob a direção do mergulhador Gabriel Correa e contam com o apoio da arqueóloga Deise Farias. Estima-se que a embarcação da Praia do Naufragados também seja de origem espanhola e possivelmente, do ano de 1583, denominava-se *La Provedora*. A mesma se destinava ao Estreito de Magalhães, no Chile, aportou na ilha para abastecer o navio com viveres, água e madeira, quando então acabou naufragando.

Não foram encontradas, no IPHAN, nenhuma referência aos sítios arqueológicos subaquáticos. Vale destacar que, segundo a procuradora da Republica Inês Virgínia Prado Soares (2007) os mesmos, legalmente, estão sob os cuidados da Marinha e do IPHAN, logo, deveriam existir projetos e relatórios de pesquisas nessa autarquia federal, bem como portarias autorizando as pesquisas nos mesmos. Porém, as mesmas não foram identificadas.

Salvador (2011) lembra que existem mais do que 2 navios naufragados em Florianópolis e afirma que por ser uma Ilha, a capital apresenta potencialidades ímpares para este tipo de

[14] Informações disponíveis em http://projetobarrasul.org.br/, acessado em 10 de Agosto de 2011.

sítio[15]. No entanto, segundo a autora, a invisibilidade dos mesmos, por parte da comunidade científica e da comunidade de modo geral, contribui para o seu desconhecimento e destruição.

As armações baleeiras registradas como sítios arqueológicos são Armação do Sul e Armação da Ilha do Campeche. Ambas faziam parte da uma mesma unidade baleeira, denominada de Núcleo Baleeiro da Lagoinha, fundada em 1772, conforme afirma Comerlato (1998).

O núcleo baleeiro da Lagoinha foi fundado na orla da praia do Pântano do Sul, local onde hoje está registrado o sítio multicomponencial Armação do Sul (figura 7). Na Ilha do Campeche foi construído um posto de emergência à esta armação, com um tanque e provável engenho de frigir, local onde hoje está registrado o sítio Armação da Ilha do Campeche.

Figura 7: Sítio arqueológico Armação do Sul
(Foto: Fernanda Codevilla Soares, 2010).

O sítio arqueológico Armação do Sul foi identificado ainda no ano de 1969 pelos arqueólogos João Alfredo Rohr e Margarida Andreatta; o sítio arqueológico Armação da Ilha do Campeche foi identificado pelo arqueólogo Osvaldo Paulino da Silva em 1995. O sítio

[15] Salvador (2011, p.21) lembra que a arqueologia subaquática não estuda apenas navios naufragados, mas também sítios santuários, sítios depositários e sítios terrestres submersos.

Armação do Sul possui grande parte do material depositado na Pousada Maré da Lua e o sítio Ilha do Campeche não sofreu intervenções arqueológicas, foi apenas registrado.

Na dissertação de mestrado de Comerlato (1998) as estruturas remanescentes dessas armações foram identificadas e o contexto histórico e arqueológico destes sítios foi pesquisado. Até então, nenhuma pesquisa de maior folego havia sido feita sobre os mesmos. Cabe lembrar que apesar de terem sido feitas intervenções no sítio Armação do Sul, o objetivo das mesmas era o substrato pré-histórico e não o material histórico.

A Ponte Hercílio Luz (figura 8), ícone patrimonial de Florianópolis e do Estado de Santa Catarina, também se inclui na categoria comercial-produtivo, visto que a motivação para a sua construção, em 1926, foi incentivar uma maior circulação de pessoas e de mercadorias entre a Ilha e o Continente.

Figura 8: Sítio arqueológico Ponte Hercílio Luz
(Foto: Fernanda Codevilla Soares, 2010).

A Ponte Hercílio Luz passou pelo processo de monitoramento no ano de 2008, realizado pela empresa Geoarqueologia, tendo em vista obras de reabilitação. Apesar do relatório de

monitoramento da empresa ressaltar a importância de um trabalho de salvamento arqueológico, antes ou durante, as obras de reabilitação da Ponte, especialmente nas cabeceiras insular e continental, onde se localizam o Forte Santana e Forte São João, as escavações foram consideradas desnecessárias pelo poder público. Grande parte das evidencias arqueológicas desses sítios vem sendo impactadas, conforme atesta Silva (2009).

Na categoria de sítio arqueológico comercial-produtivo podem ser incluídas, também, as alfândegas e o posto de cobrança de impostos. A primeira Alfândega de Desterro foi edificada em 1860 e está sendo pesquisada pela arqueóloga Luciana Ribeiro. A motivação da pesquisa foi a construção de uma agência bancária da Caixa Econômica Federal sobre a área do sítio. Cabe destacar que esse sítio arqueológico encontra-se bastante descaracterizado tendo em vista um incêndio, ocorrido em 1866, que motivou a mudança da primeira Alfândega de Desterro para uma nova sede, edificada em frente ao Mercado Público, e pelas diversas reformas e usos que o espaço adquiriu ao longo dos anos, desde armazém, hotel, agência bancária e estacionamento.

A segunda Alfândega de Desterro (figura 9), denominada de sítio arqueológico Casa da Antiga Alfândega, esta localizada no centro de Florianópolis, próximo ao Mercado Público. Foi registrada por Edna June Morley em 1989.

O largo existente em frente a Casa da Antiga Alfândega também é registrado com sítio arqueológico. O mesmo foi pesquisado pela arqueóloga Maria Madalena Velha do Amaral, no ano de 1992. Nesse sítio foram encontradas estruturas remanescentes que serviam de apoio à Casa da Antiga Alfândega, entre elas: 2 cais, pisos, canos do antigo sistema de telégrafo e do antigo sistema de iluminação de Desterro, galeria subterrânea e pilares de madeira que sustentavam os trapiches.

Figura 9: Sítio arqueológico Casa da Antiga Alfândega
2ª alfândega de Florianópolis (Foto: Fernanda Codevilla Soares, 2010).

O sítio arqueológico denominado de Posto de Alfândega de Sambaqui está localizado na praia de Sambaqui, foi registrado por Edna June Morley em 1992. Esse sítio foi apenas registrado no CNSA, não foram encontradas informações sobre a pesquisa arqueológica desenvolvida nesse local e nem sobre a cultura material do mesmo.

O mesmo acontece com a Antiga Casa da Alfândega, que foi registrada no CNSA porém não apresenta ficha de sítio e nem relatórios de pesquisa. Esse sítio passou pelo processo de restauração, abrigou a primeira sede do MHSC e foi durante muitos anos a sede do IPHAN de Santa Catarina. No entanto, no que se refere aos trabalhos arqueológicos, poucas informações puderam ser levantadas sobre o mesmo.

Dos 35 sítios arqueológicos históricos de Florianópolis, 5 se incluem na categoria religiosa, são eles igrejas e cemitérios católicos. As Igrejas de Florianópolis registradas como sítios arqueológicos são: Igreja de Nossa Senhora da Lapa, Capela Nossa Senhora das Dores (Catedral Metropolitana de Florianópolis) e Igreja Nossa Senhora do Parto.

A Igreja de Nossa Senhora da Lapa (figura 10), foi escavada por Osvaldo Paulino da Silva e Fabiana Comerlato no ano de 2000, a Capela Nossa Senhora das Dores (Catedral

Metropolitana) está sendo pesquisada por Osvaldo Paulino da Silva desde 2010 e a Igreja Nossa Senhora do Parto foi pesquisada por Maria Madalena Velho do Amaral no ano de 1999. Cabe destacar que as três igrejas sofreram intervenções arqueológicas acompanhadas de restauros arquitetônicos.

Figura 10: Sítio arqueológico Igreja Nossa Senhora da Lapa
(Foto: Fernanda Codevilla Soares, 2010).

Figura 11: Sítio arqueológico Capela Nossa Senhora das Dores
Catedral Metropolitana de Florianópolis (Foto: Fernanda Codevilla Soares, 2010).

Na Catedral Metropolitana de Florianópolis (figura 11) foi criado um espaço museal no qual os materiais arqueológicos evidenciados pelos trabalhos da escavação arqueológica podem ser visualizados pelo público, nesse espaço estão salvaguardados os ossos, botões, presilhas, fragmentos de cachões e outros[16].

Além das Igrejas, são registrados como sítios arqueológicos do tipo religioso, o Cemitério da Antiga Irmandade Senhor Jesus dos Passos, encontrado pela arqueóloga Fabiana Comerlato em 2005 e o Conjunto Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, registrado por Edna June Morley em 1989.

A Irmandade do Senhor do Passos foi instituída em Desterro em 1765, seus membros eram personalidades importantes da Vila, como por exemplo, o governador Francisco Antônio Cardoso de Meneses e Sousa. A Capela do Menino Deus é anterior à Irmandade, foi erguida em 1762 com a finalidade de abrigar a Imagem do Senhor dos Passos. Essa capela, nas palavras de Pereira (1997b, p. 369) foi o "embrião" da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e do Hospital de Caridade. O cemitério da Antiga Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, registrado como sítio arqueológico histórico, é, provavelmente, contemporâneo à época em que a Capela e a Irmandade foram instituídas em Desterro, ou seja, fins do século XVIII.

O sítio arqueológico Conjunto Nossa Senhora da Conceição da Lagoa é constituído de um conjunto de edificações, entre elas: a Igreja (datada de 1780), a Casa do Vigário, a Chácara do Divino, uma rampa de pedras, o cemitério, o adro e o largo (figura 12).

[16] As escavações arqueológicas da Catedral evidenciaram, até o momento, muitos ossos fragmentados, desmineralizados, parte deles quebrados com o uso de instrumentos cortantes. Foram escavadas 12 covas e identificados 21 esqueletos, alguns tiveram sepultamentos em caixões e outros em mortalhas; os indivíduos eram de diferentes faixas etárias, desde crianças menores de 1 ano até adultos; as covas contém de 1 à 4 indivíduos, tendo sido evidenciado um caso de um sepultamento duplo. Foram identificados uma série de acessórios juntos aos corpos, como por exemplo: alfinetes, cravos, botões de osso, madrepérola, madeira e cobre, restos de adorno e de madeira de caixões, fragmentos de tecidos de algodão provenientes de mortalhas e de vestimentas, adornos femininos, como brincos e prendedores de cabelo, de cobre e ouro, moedas de cobre, botões de cobre banhados com ouro, restos vegetais utilizados em travesseiros mortuários, prendedores e dobradiças de caixões e muitos fragmentos de concreção de cal, com conchas marinhas em seu interior (Silva, 2011).

Figura 12: Sítio arqueológico Conjunto Nossa Senhora da Conceição da Lagoa.
Casa do Vigário (Foto: Fernanda Codevilla Soares, 2010).

Diferentes dos demais sítios, que se caracterizam por edificações pontuais, esse sítio é formado por um conjunto de estruturas. Seu estudo permite estabelecer relações entre as diferentes evidências registradas como parte integrante do complexo que formam o sítio arqueológico. Esse sítio foi pensando enquanto um sistema e contempla uma visão abrangente sobre a noção de sítio arqueológico histórico.

O sítio arqueológico Conjunto Nossa Senhora da Conceição da Lagoa teve sua construção relacionada a fundação das primeiras freguesias da Ilha de Santa Catarina, especialmente a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, que data de 1750, mesmo período em que o Palácio foi construído. Porém, apesar de toda essa potencialidade arqueológica, não foram encontrados relatórios sobre a pesquisa arqueológica realizada no sítio. A princípio o mesmo foi apenas registrado e não sofreu nenhuma intervenção arqueológica, apesar de ter sido restaurado.

Cabe lembrar que existem mais do que 4 igrejas em Florianópolis e 1 cemitério histórico, logo, o mesmo questionamento feito para os fortes e para os engenhos cabe para os sítios

religiosos: Qual critério define que apenas 4 igrejas sejam sítios arqueológicos e as demais não?

Por fim, restam 6 sítios arqueológicos históricos que podem ser incluídos na categoria domésticos, os quais se caracterizam por residências do século XVIII e XIX. Alguns desses sítios pertenceram às famílias tradicionais de Florianópolis, como é o caso do Palácio Cruz e Souza, residência da família dos governadores do Estado de Santa Catarina (figura 13) e outros às famílias populares, porém importantes por representarem a sociedade local, como é o caso do sítio Barra da Lagoinha, localizado na Lagoa do Peri, residência temporária dos trabalhadores dos engenhos ali existentes.

Figura 13: Sítio arqueológico Palácio Cruz e Souza.
MHSC (Foto: Fernanda Codevilla Soares, 2010).

Entre os sítios domésticos inclui-se também a Casa Natal de Victor Meirelles (figura 14) e a Casa D´Itália (figura 15), ambos pesquisados pela arqueóloga Fabiana Comerlato, o primeiro no ano de 2001 e o segundo em 1999.

O sítio Casa Natal de Victor Meirelles apresentou uma peculiaridade no tipo de material encontrado no seu interior, visto que o mesmo é constituído de materiais fruto dos dejetos de um antigo açougue existente nas proximidades da área do sobrado colonial que veio a ser a casa natal de Victor Meirelles. A construção da casa de Victor Meirelles é de 1832 e o material arqueológico encontrada no seu interior é correspondente ao referido açougue, ou seja, anterior à este período. A escavação nesse sítio foi realizada em caráter emergencial, tendo durado cerca de 15 dias. O material recolhido no sítio foi limpo, numerado, embalado e previamente analisado. O mesmo encontra-se sob a guarda do Escritório Técnico do IPHAN em Laguna. O sítio foi restaurado e abriga, atualmente, o Museu Victor Meirelles.

Figura 14: Sítio arqueológico Casa Natal de Victor Meirelles
(Foto: Fernanda Codevilla Soares, 2011).

No sítio arqueológico Cada D´Itália a escavação também foi realizada em caráter emergencial, porém, durou 5 dias. Esse sítio foi restaurado e abrigada a Casa Ítalo – Brasileira do Brasil. O material recolhido em campo não chegou a ser analisado e no relatório de pesquisa não há informações sobre qual instituição recebeu a guarda das peças.

Figura 15: Sítio arqueológico Casa D´Itália.
(Foto: Fernanda Codevilla Soares, 2011).

1.3. Discussões sobre a pesquisa arqueológica histórica realizada em Florianópolis

Com base nas informações das tabelas dos anexo 1 e anexo 2 e os dados informados no item anterior, pode-se afirmar que a maior parte destes sítios históricos de Florianópolis sofreu intervenções arqueológicas, sejam elas sondagens, cortes estratigráficos ou escavações. A grande maioria (com algumas exceções) não foi objeto de um trabalho arqueológico científico do ponto de vista acadêmico, ou seja, a maior parte das intervenções realizadas foi feita para atender obras de restauro arquitetônico ou antevendo alguma obra de engenharia (arqueologia preventiva).

Dos sítios descobertos, 13 sofreram restauro arquitetônico, são eles: Forte Santo Antônio de Ratones, Casa da Antiga Alfândega, Largo da Alfândega, Igreja Nossa Senhora da Lapa,

Conjunto Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, Forte São José da Ponta Grossa, Casa D´Itália, Casa Natal de Victor Meirelles, Palácio Cruz e Souza, Igreja Nossa Senhora do Parto, Casa de Câmara e Cadeira, Catedral Metropolitana e Ponte Hercílio Luz, porém, nem todos passaram pelos trabalhos de arqueologia preventiva antes do restauro.

O que é possível perceber na maioria dos trabalhos, com algumas exceções, é que a metodologia do salvamento do sítio foi adequada às obras de restauro arquitetônico, ou seja, não é possível perceber a problemática arqueológica que motivou a intervenção. O objetivo principal dessas pesquisas era coletar objetos e prevenir que os mesmos viessem a ser destruídos, ou ainda, responder questionamentos eminentes do restauro, como por exemplo, antiga localização da escada, antiga localização da porta e outros dados desse tipo. Perguntas pertinentes, porém, em alguns casos, descontextualizadas de uma preocupação arqueológica mais abrangente.

Além dos sítios citados, 12 sítios foram encontrados diante dos trabalhos de arqueologia preventiva, são eles: Engenho do Ventura, Engenho do João Idalino, Casa da Praia do Saquinho, Engenho da Pedra Branca, Engenho da Cachoeira Grande, Engenho do Vitorino, Engenho do Rodolfo, Engenho da Lagoinha, Barra da Lagoinha, Caminho do Peri I, Caminho do Peri e Casa da Alfândega.

Os sítios de engenho foram descobertos quando era realizado o levantamento para implantação do sistema de Captação Costa Leste / Sul do Manancial da Lagoa do Peri e a Casa da Alfândega foi registrada diante da construção de uma Agência da Caixa Econômica Federal sobre a área do sítio.

Conforme atesta a legislação, os restauros e as obras de infraestrutura devem prever um trabalho arqueológico anterior ao início da construção do empreendimento, para prevenir a destruição do possível patrimônio arqueológico existente naquele local. Assim, conforme pode ser observado, o objetivo dos trabalhos pesquisados foi identificar os sítios e prevenir

sua destruição; a maioria não apresentou maiores preocupações com os aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa arqueológica em si.

Os demais sítios possuem demandas variadas para seu registro, alguns foram ocasionalmente descobertos, outros foram encontrados e pesquisados com finalidades acadêmicas e outros foram escavados diante da ameaça eminente de serem destruídos.

O caso do Forte Santana pode ser citado como um exemplo de sítio que sofreu intervenção arqueológica tendo em vista a situação eminente de destruição. Segundo consta no relatório, foi observado material arqueológico, como louças e vidros, espalhados pela praia existente abaixo do Forte. Esse material apareceu na área fruto de uma erosão provocada pela maré, ocasionada pela construção do trapiche dos bombeiros. O trabalho arqueológico restringiu-se a uma coleta assistemática, superficial e emergencial dos materiais encontrados na praia. Os mesmos encontra-se salvaguardados, atualmente, no Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral.

É possível que este material, existente na praia abaixo do Forte, seja proveniente de uma lixeira coletiva de Desterro do século XIX, já que esta era uma das áreas nas quais os órgãos públicos de Florianópolis haviam destinados para o despejo do lixo doméstico, conforme informou Ramos (1996). Porém, a análise do material deve ser realizada, para confirmar ou refutar essa hipótese. Este seria o primeiro sítio arqueológico histórico do tipo lixeira coletiva de Florianópolis.

O sítio arqueológico Armação do Sul, diferente dos demais, foi alvo de pesquisa científico-acadêmica, no ano de 1969 pelo arqueólogo Padre Rohr e Margarida Andreatta. Este sítio é do tipo multicomponencial, apresenta vestígios de uma armação baleeira e também sepultamentos pré-históricos. No ano de 1988 a área foi pesquisada por Walter Neves, nos anos de 1992 e 1996 pelo arqueólogo Pedro Ignácio Schmitz e no ano de 1990 por Marco

Aurelio Nadal de Masi (Schmitz *et al.*, 1992). Contudo, a maior preocupação desses arqueólogos foi com o substrato pré-histórico do sítio.

No ano de 1998, a arqueóloga Fabiana Comerlato utilizou as estruturas remanescentes do sítio, referente ao período histórico, como fonte de informação para sua dissertação de mestrado. Porém, não realizou intervenções no solo visando a coleta e a análise de materiais (como louças, cerâmicas, vidros, ossos, metais e outros), o seu objetivo era compreender a disposição e a funcionalidade das estruturas do sítio.

Durante o levantamento de informações no CNSA e no Arquivo do IPHAN/SC foram observadas algumas dificuldades na sistematização dos dados, como por exemplo, o fato de alguns sítios terem sido cadastrados no CNSA, porém, não possuírem as fichas de registro de sítio e nem o relatório que deveria descrever a atividade realizada no local. Ou seja, não se tem qualquer outra informação sobre esses sítios que não seja o que consta no site do CNSA/IPHAN, versão resumida e simplificada da ficha de registro de sítio, que as vezes é inexistente.

Foi possível observar que alguns dos relatórios e das fichas de registro dos sítios não indicam para onde foram os materiais coletados em campo, ou seja, não se sabe qual instituição que forneceu a guarda. Em alguns casos, tendo em vista o teor da metodologia utilizada, é de se supor que não foram feitas coletas e por isso, a instituição responsável pela guarda não foi informada. No entanto, independente dos resultados da pesquisa, o endosso institucional é uma exigência legal, que em alguns casos não foi cumprida.

As principais instituições citadas como responsáveis pela guarda dos materiais arqueológicos históricos de Florianópolis são: Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral (UFSC), Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC), Escritório Técnico do IPHAN em Laguna, UNISUL, Pousada Maré de Lua (pousada construída próxima ao sítio arqueológico Armação do Sul), Espaço museal da Catedral e Museu do Naufrágio.

De acordo com as informações apresentadas nos relatórios, alguns dos materiais colhidos em campo ainda estão em fase de limpeza, numeração e análise, logo, encontram-se junto à empresa/instituição/ONG responsável pela intervenção e não junto ao museu/instituição responsável pela guarda.

Em outros casos, o material colhido em campo foi limpo, quantificado, porém, não foi analisado. O que significa dizer que existem muitos ossos, louças, vidros e demais objetos históricos armazenados em sacos plásticos e com as mesmas informações de quando foram recuperados no sítio, correndo o risco de serem misturados e terem dados contextuais desaparecidos.

Pode-se dizer que os relatórios analisados apresentam-se da seguinte forma: inicialmente, é informado o contexto histórico no qual se enquadra o objeto da pesquisa (raramente esse contexto é seguido da caracterização geográfica e topográfica da área do sítio), posteriormente, são fornecidas informações quanto às técnicas utilizadas em campo e por último, é apresentado, de forma descritiva, o material evidenciados e coletado[17].

Na maioria dos relatórios analisados não foi verificada uma preocupação maior com a teoria, nem com perspectivas relacionadas à aspectos sociais, políticos, culturais, econômicos ou simbólicos dos sítios e dos materiais. Não foram observados trabalhos que visavam analisar problemas específicos ao tipo de sítio ou testar hipóteses. De modo geral, os relatórios são informativos, descritivos, classificatórios e não interpretativos.

[17] É importante frisar que existem algumas exceções, porém, de modo geral, os relatórios analisados seguem esse padrão.

1.4. Analisando as informações sobre a arqueologia histórica de Florianópolis

A pesquisa realizada sobre a arqueologia histórica em Florianópolis demonstrou o rico potencial arqueológico do município, no qual foram identificados, até o momento, 35 sítios arqueológicos históricos. Vale destacar que este número não é fixo, ou seja, na medida em que novas pesquisas são realizadas, novos sítios serão encontrados e os dados devem ser atualizados.

Os sítios identificados apresentam aspectos marcantes sobre a história local, representando, entre outras, informações relacionadas à religião, a economia e a vida militar de Desterro nos século XVI, XVII, XVIII e XIX. No que se refere à religião, é possível destacar a proeminência, ao menos oficial, da Religião Católica na vida das pessoas que aqui viviam; as Igrejas e os cemitérios católicos endossam essa afirmação. No que se refere aos aspectos militares, as Fortalezas representam os conflitos bélicos que marcaram a região e a necessidade constante de defesa militar contra ataques estrangeiros, além das disputas territoriais-fronteiriças entre Brasil e Espanha, que marcaram o sul do país. No aspecto econômico, se destaca a pesca da baleia e a produção dos engenhos, que garantiam a subsistência da população, algumas delas utilizando trabalho escravo. A ligação com o mar, visto Florianópolis ser uma Ilha, também está representada na maior parte dos sítios identificados. Os navios naufragados e as alfândegas destacam essa ligação e demonstram que a Ilha de Santa Catarina era ponto de parada, quase obrigatório, para abastecimento e trocas comerciais, visto que a maioria das expedições que se dirigiam à região do Rio da Prata, ou outras localidades, utilizavam a Ilha como "parada" para abastecer os navios com água, madeira e outros viveres.

Entretanto, apesar de toda expressividade histórica, a arqueologia histórica de Florianópolis é um reflexo do *standard* de uma parte da arqueologia histórica desenvolvida no Brasil, no qual

predominam os trabalhos descritivos, informativos e pouco analíticos. Mesmo sendo reconhecido por legislação municipal[18], o que é um grande passo para a preservação, a arqueologia histórica da capital catarinense tem ficado à sombra de restauros arquitetônicos ou da arqueologia de contrato. São poucos os trabalhos voltados para análise de problemáticas arqueológicas, de estudos metodológicos e de interpretação da cultura material.

Além disso, as situações dos fortes, dos engenhos, das igrejas e dos navios naufragados, levam a questionar o porquê de alguns desses bens terem sido registrados como sítios arqueológicos históricos e os demais não, ou seja, por que num universo de 8 fortes militares, apenas 4 são sítios arqueológicos, ou ainda, num universo de mais de 70 engenhos, apenas 7 são sítios arqueológicos e assim por diante.

Essa situação está relacionada à indefinição do conceito de sítio arqueológico histórico, circunstância que permite que os arqueólogos e os técnicos responsáveis pela preservação utilizem critérios próprios para identificar o que é e o que não é sítio arqueológico. Muitas vezes esses critérios não estão "explícitos" nos relatórios e nos pareceres institucionais, o que acaba gerando confusões nas tomadas de decisões e consequências prejudiciais para a preservação e gestão patrimonial.

É fato que a indefinição do conceito de sítio arqueológico é um ponto negativo para a preservação arqueológica e inclusive, para o amadurecimento dessa disciplina. No entanto, as

[18] A lei complementar de Florianópolis nº 325/2008 é específica para a preservação dos sítios arqueológicos locais. A mesma deixa claro qual é o tipo de sítio que deve ser preservado, incluindo, entre estes, os sítios históricos e fazendo menção diretas às fortificações, às fábricas, às armações baleeiras, aos quilombos, aos caminhos e outros. A Lei nº325/2008 afirma que qualquer tipo de construção dentro de área de preservação cultural arqueológica é condicionada à parecer prévio do SEPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município. Além dessa lei municipal, é importante destacar a Constituição Federal de 1998, a Portaria IPHAN nº 230/02 e a Portaria IPHAN nº07/08, que no entanto, não são explícitas à preservação dos sítios históricos, mas a preservação do patrimônio arqueológico nacional de modo geral. O que podemos perceber é que, em termos legais, os sítios arqueológicos histórico de Florianópolis estão salvaguardados. Entretanto, é preciso lembrar que além de lei é necessário que se crie condições para que a lei seja cumprida, ou seja, apesar de ser um grande avanço a existência dessa lei municipal, é preciso que se criem condições mínimas para a preservação. Condições que incluem a contratação de pessoal capacitado junto à prefeitura e ao poder federal, a existência de estrutura física e de material para que a fiscalização seja efetiva, e o desenvolvimento de trabalhos de educação patrimonial junto à comunidade. Mais do que um conceito do que é sítio arqueológico histórico e da citação deste em lei, é necessário o debate e a conscientização para a preservação do rico patrimônio arqueológico florianopolitano.

reflexões têm avançado e os debates têm provocado sugestões que apontam novos caminhos para solucionar o impasse, um deles é a noção de *significância*, que ainda se encontra em construção no Brasil. Nesse aspecto, é importante enfatizar que a participação popular deve ser considerada como um fator elementar para resolver essa problemática e não só os debates científicos ou dos agentes preservacionistas.

Concorda-se com as ideias de Zarankin (2004) e Funari (2002), quando enfatizam que a Arqueologia Histórica da América do Sul deve buscar uma identidade própria, se reapropriando de conceitos internacionais e enfatizando as particularidades latinas, representada na pluralidade cultural e na crítica social.

Em síntese, pode-se afirmar que a arqueologia histórica caracteriza-se pelo estudo das sociedades e dos grupos sociais (americanos e europeus) que foram transformados pelos processos de expansão mercantil iniciados com as expansões marinhas europeias do século XV e que ainda estão atuantes até os dias de hoje, sem deixar de levar em conta as singularidades e peculiaridades de cada sociedade na inserção ou resistência à esses processos (Orser, 2000; Funari, 2002 e Zarankin, 2004).

Diante dessa concepção o objetivo principal desta tese, conforme já referido na introdução, é compreender de que forma a elite política de Desterro se relacionou (inseriu, rejeitou ou ignorou) com o modo de vida burguês, amplamente difundido no país e no exterior no século XIX. Para desenvolver este objetivo, tornou-se fundamental compreender as particularidades arqueológicas e históricas locais, bem como, realizar a análise da cultura material do sítio, especialmente as louças encontradas no quintal do Palácio do Governo de Santa Catarina.

Conforme o levantamento apresentado anteriormente, é possível perceber que existe uma lacuna na pesquisa científico-acadêmica dos sítios históricos de Florianópolis, bem como no estudo da cultura material resgatada nestes sítios. Existem poucas informações sobre os vidros, as louças, os metais, as cerâmicas e os demais materiais arqueológicos históricos

florianopolitanos. A arqueologia histórica em Florianópolis tem contribuído pouco para se compreender a história local a partir da cultura material.

Esta tese de doutorado justifica-se diante da necessidade de aprofundar a pesquisa sobre um sítio arqueológico histórico de Florianópolis (o Palácio Cruz e Souza) e sobre o material arqueológico encontrado no mesmo, em especial as louças, levantando problemáticas específicas para este tipo de sítio e de cultura material e visando contribuir para a construção do conhecimentos histórico científico local.

2. ESCAVANDO OS ARQUIVOS: CONTEXTO HISTÓRICO DE DESTERRO NO SÉCULO XIX E OS INVENTÁRIOS *POST MORTEM*

Nos trabalhos de arqueologia histórica, a interdisciplinaridade é uma ferramenta importante. Diversos tipos de fontes são utilizadas nas análises arqueológicas, desde documentos escritos, até imagens e dados arquitetônicos.

Essas fontes são consideradas, por alguns arqueólogos, como complementares aos dados colhidos em campo. Existe uma espécie de "queda de braço" entre as fontes escritas e a cultura material. Para alguns, a arqueologia é uma ciência auxiliar, utilizada para confirmar informações fornecidas pela história, para outros, a situação se inverte, as fontes históricas que devem ser utilizadas para complementar os dados da arqueologia.

Funari (2004) encerra essa discussão afirmando que nos trabalhos de arqueologia histórica os artefatos e os documentos escritos são interdependentes, contraditórios e complementares ao mesmo tempo.

A afirmação do autor nos leva a compreender que o confronto entre as informações dos documentos escritos e os dados dos artefatos geram novas perspectivas nas análises. Em alguns casos, essas fontes são complementares e em outros, contraditórias, porém, o confronto entre os artefatos e a documentação textual traz à tona elementos que não seriam observados se fossem analisadas de forma isolada, por isso, são, também, interdependentes.

Lima (2002b) afirma que o confronto entre o registro histórico e o registro arqueológico é o que caracteriza o campo de atuação da arqueologia histórica:

> O equilíbrio no tratamento dessas fontes parece ser indubitavelmente o melhor caminho, sobretudo se elas forem consideradas a *priori* como testemunhos independentes, a serem analisados criticamente e confrontados. Grande parte dos fascínio e da magia da arqueologia histórica – ou da sua arte e do seu mistério, como poeticamente exprimiram Anne Yentsch e Mary Beaudry (1992) – reside justamente nas múltiplas possibilidades que os registros arqueológicos apresentam de complementar, confirmar, mas sobretudo, de contradizer os registros documentais e, ao fazê-lo, gerar um terceiro nível de informação, nem propriamente arqueológico, nem propriamente histórico, mas profundamente fecundo. É nesse plano que deve atuar a arqueologia histórica sempre que possível, para se exercer de fato como ciência social (Lima, 2002b, p. 12).

Trabalhar com fontes documentais, sendo elas inventários, relatos de viajantes, imagens e outros, deve obedecer a um rigoroso exame crítico, já que nem tudo do que está escrito no documento ou representado na imagem, deve ser interpretado como "verdade". É preciso que o pesquisador analise o que está nas entrelinhas do documento, construindo um conhecimento crítico sobre o assunto, cruzando, combinando, compondo e montando as informações históricas (Pesavento, 2003). Nas palavras de Pesavento (2003, p.65), é necessário ir "do texto ao extratexto".

Nesse sentido, foi realizado o levantamento bibliográfico da história de Florianópolis e de Santa Catarina no século XIX e a análise de inventários *post mortem* existentes no Arquivo do Museu do Judiciário Catarinense. Essa etapa da pesquisa teve por objetivo contextualizar historicamente o sítio arqueológico Palácio Cruz e Souza, compreender como era a vida econômica, política, cultural e material de Desterro no século XIX, visando, entre outros aspectos, identificar quais eram os objetos (bens) existentes nas residências da elite política local e qual eram seus significados.

Cabe lembrar Hodder (1994) que afirma que compreender o contexto de uso dos objetos arqueológicos são preocupações fundamentais para a pesquisa arqueológica, visto que os significados dos artefatos podem variar de um contexto para outro. Segundo o arqueólogo, um

mesmo objeto poder ter significados diferentes para diferentes culturas e esse mesmo objeto, em uma mesma cultura, pode ter significados alterados de acordo com o passar do tempo. Segundo Hodder (1994, p.18) "su contexto nos ofrece las claves de su significado".

A intepretação dos significados das louças presentes na lixeira do Palácio do Governo de Santa Catarina estão baseadas nas informações históricas levantadas a seguir e na análise das relações sociais que os bens móveis e imóveis existentes nas residências da elite política local representavam. O confronte entre os dados históricos e os dados arqueológicos foi o objetivo final do levantamento bibliográfico e documental.

É importante destacar a definição de bens subentendida nesta tese, segunda a qual os mesmos são utilizados com marcadores culturais para expressar e fixar estilos de vida, cultivar ideias, mudanças ou permanências culturais (Douglas e Isherwood, 2006). Segundo Douglas e Isherwood (2006) os bens não podem ser analisados de forma isolada ou despidos das relações sociais que fazem parte, visto que eles mesmos atuam nas relações sociais, ou seja, são, também, as próprias relações sociais.

O objetivo principal da obra de Douglas e Isherwood (2006) é construir uma teoria sobre o consumo. Nas suas pesquisas enfatizam que o consumo deve ser integrado ao universo cultural que faz parte. Segundo os autores, o universo cultural havia sido negado pelas teorias utilitaristas e individualistas existentes na maior parte dos estudos econômicos sobre consumo, principalmente até a década de 1970. A perspectiva antropológica visou demonstrar que o consumo "é um processo ritual, cuja função primária é dar sentido ao fluxo incompleto dos acontecimentos". Nessa concepção, os bens são acessórios rituais (Douglas e Isherwood 2006, p.112), que tem por objeto tornar visível escolhas e julgamentos nos processos fluidos cotidianos de classificar pessoas e eventos.

As análises dos bens existentes nos inventários *post mortem* de Desterro e a cultura material do Palácio do Governo de Santa Catarina estão baseadas nas definições apresentadas

anteriormente. Essas fontes de estudos apresentaram informações relevantes sobre o grupo de comerciantes emergentes de Desterro do século XIX, bem como, sobre o grupo doméstico dos governadores catarinenses. Os dados apresentados a seguir serviram como base para a interpretação dos significados das louças recuperadas na lixeira do Palácio do Governo de Santa Catarina.

2.1 Contexto histórico do Palácio Cruz e Souza

O Palácio Cruz e Souza (ou Museu Histórico de Santa Catarina) foi construído na segunda metade do século XVIII. Nesse período, a cidade de Florianópolis, denominada na época de Vila de Nossa Senhora do Desterro, apresentava-se como um tímido povoado, edificado ao entorno da Igreja Matriz (Catedral) e da Praça da Matriz (atual Praça XV)[19].

Veiga (2008) afirma que, na época que o Palácio foi construído, a Vila de Nossa Senhora de Desterro era composta por um "esboço" de um centro urbano:

> Com a solução das primeiras dificuldades frente às obras da colonização a meta dos governadores de formar um verdadeiro núcleo central na Ilha pode tomar corpo, esboçando-se um centro urbano fronteiro à praia, cujo núcleo principal gravitava em torno da ermida, a primeira capelinha de Dias Velho, que serviu de ponto de partida para a povoação. (…)

[19] Coradini (1995) demonstra como a Praça XV de Novembro de Florianópolis foi utilizada, desde o século XVIII até os dias atuais, como um espaço de sociabilidade pelos moradores da Ilha. Até fins do século XIX, a autora afirma que no entorno da Praça XV, instalaram-se diversos prédios públicos e residenciais, bem como, os primeiros hotéis, cafés, colégios e tipografias de Desterro. O espaço foi usado para receber, de um certa distância, os navios que atracavam no Porto, assim como, suas embarcações, mercadorias e fofocas vinda da Corte. Foi um local de comércio, formal e informal, de trabalho e da diversão; um espaço apropriado pelos escravos e pelos senhores, os primeiros para trabalho e os segundos para passeios e diversão. Em fins do século XIX, a Praça passa pelos processos de desodorização e modernização e, nos dias atuais, tem sido utilizada, entre outros, como um espaço "carnavalizado".

> Em torno do Largo da Matriz foram erguidas as primeiras edificações de cunho oficial: a Casa de Câmara e Cadeia (1771), o Palácio do Governo (1765) e as primeiras moradas de alvenaria. (…)
> As construções alinhavam-se em ruas estreitas que, partindo do Largo da Matriz, se dirigiam às fontes d´água existentes nas proximidades. Localizavam-se também junto das picadas que contornavam a orla marítima e das trilhas a caminho dos fortes e das igrejas. (…)
> A estrutura fundamental do núcleo urbano foi condicionada, também, pelas atividades de pesca e agricultura de subsistência (Veiga, 2008, p.27).

Nesse período, Desterro estava recebendo grandes levas de imigrantes açorianos, que foram destinados pela Coroa Portuguesa para povoar o sul do Brasil e garantir que Nações estrangeiras não invadissem essas terras.

Conforme afirma Flores (2000, p.27), "o transporte de colonos açorianos e madeirenses para Santa Catarina e Rio Grande do Sul foi uma iniciativa do rei de Portugal para alargar seu domínio no Sul do Brasil, contra os interesses espanhóis".

Os açorianos residentes em Desterro deveriam estar aptos à servirem à Coroa como soldados, caso fosse necessário, e garantir, através da agricultura, suprimentos alimentares para os militares que viviam na região. O interesse da Coroa portuguesa estava voltado para a região do Rio da Prata e não especificamente, para a Capitania de Santa Catarina.

O povoamento açoriano visava proteger o porto de Desterro (localizado em uma posição privilegiada à meio caminho entre Rio de Janeiro e Buenos Aires); impedir que investidas militares espanholas fossem realizada no sul do Brasil (já que os limites territoriais entre Espanha e Portugal ainda não estavam definidos) e realizar o contrabando de metais preciosos e outros artigos através do Rio da Prata; além de ajudar a guarnecer a Colônia de Sacramento, fundada na década de 1680.

Nesse contexto, estavam sendo edificados os primeiros engenhos (de farinha de mandioca e de trigo) da ilha e as primeiras freguesias, com destaque para: Nossa Senhora da Conceição da Lagoa (1750), São Miguel da Terra Firme (1750), Nossa Senhora do Rosário da Enseada do

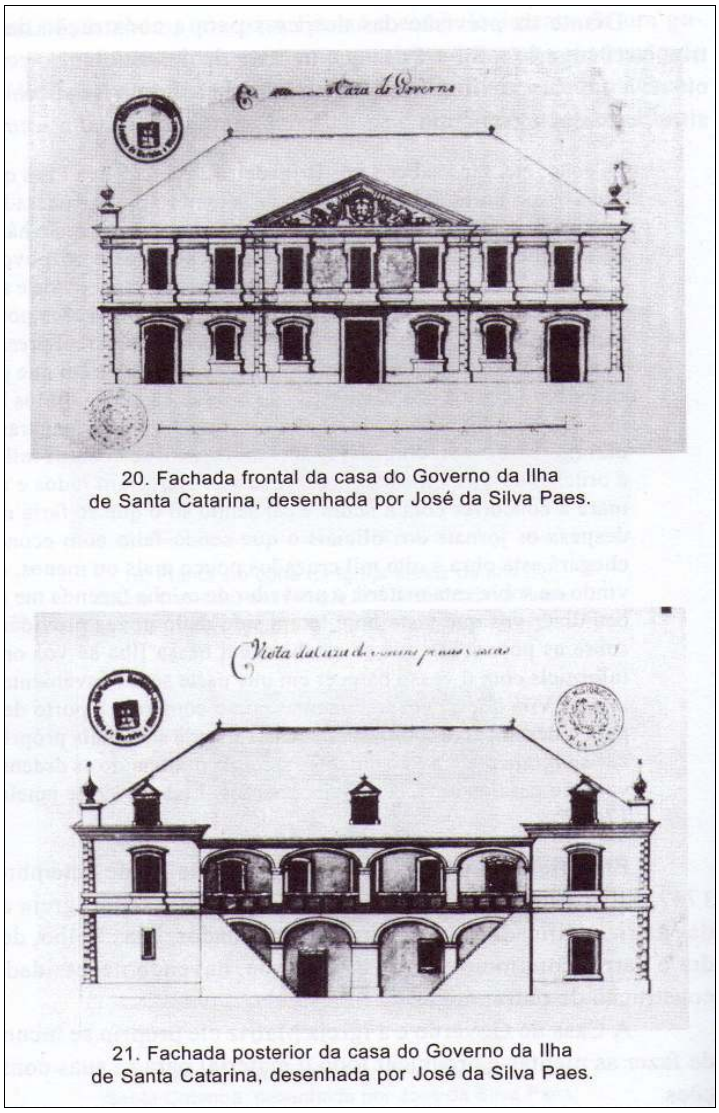
Brito (1750), São José da Terra Firme (1751), Vila Nova e Sant´Ana do Mirim (1752), Nossa Senhora das Necessidades (1752) e o desmembramento de Nossa Senhora do Desterro em Freguesia Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e Freguesia Santíssima Trindade(1835) (Veiga, 2008, p.26).

Deste período, data, também, a edificação das Fortalezas, obras idealizadas pelo brigadeiro José da Silva Paes. Segundo Corrêa (2005, p.71) a partir de 1740 foi iniciada a construção da fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim, dos fortes São José da Ponta Grossa, Santo Antônio de Ratones, da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba e, em anos posteriores, os fortes Santana, São João e outros.

A construção dos fortes, a imigração açoriana e a edificação do núcleo central de Desterro, respectivamente, tiveram como principal razão impedir a invasão espanhola no Brasil Meridional, proteger a Colônia de Sacramento e garantir o acesso de Portugal à região do Rio da Prata.

Dessa forma, a construção da Casa do Governo (Palácio Cruz e Souza) foi uma obra necessária para estabelecer o governo português no Brasil Meridional, principalmente devido a recente elevação de Santa Catarina à condição de capitania, até então dependente de São Paulo.

Enquanto capitania autônoma, Santa Catarina necessitava de uma casa para o governo, ou melhor, de um Palácio. O Casarão construído para esta finalidade, apresentava características arquitetônicas de um sobrado colonial, era imponente e austero, possuía paredes grossas (semelhantes das fortalezas) e 2 pavimentos. A porta de acesso do andar térreo (porta de entrada principal) era franqueada por duas janelas e o andar superior possuía 7 janelas (figura 16).



20. Fachada frontal da casa do Governo da Ilha de Santa Catarina, desenhada por José da Silva Paes.

21. Fachada posterior da casa do Governo da Ilha de Santa Catarina, desenhada por José da Silva Paes.

Figura 16: Desenho das fachadas do Palácio do Governo de Santa Catarina (Fonte: Corrêa, 2005, p.58).

Freire (2006) afirma que os sobrados coloniais representavam a casa patriarcal da alta sociedade brasileira em fins do século XVIII e início do XIX. Estas estruturas marcaram a transição da habitação nobre do tipo rural para a habitação nobre do tipo urbana. Segundo o autor, os primeiros sobrados desempenharam, da melhor forma que puderam, a função de guardar mulheres e guardar valores no seu interior, por isso, adquiriam uma aparência austera, rígida e grosseira, semelhante à uma fortaleza. Normalmente, os sobrados possuíam formato

quadrangular ou retangular, com varandas ou quintais nos fundos, a maioria era externamente caiado de branco (Freire, 2006).

Freire (2006) afirma que os primeiros sobrados eram mal iluminados, úmidos, escuros e abafados. Alguns compartimentos, especialmente nos quartos das meninas, não haviam janelas, para evitar qualquer tipo de contato com o mundo externo. Evitava-se a luz, o sol, o sereno, o ar encanado, a chuva e os maus cheiros dos logradouros (Freire, 2006, p.324).

O palácio do governo de Santa Catarina inclui-se no padrão apresentado por Freire (2006). Na figura 16 é possível observar seu formato retangular e aparência severa. Possuía paredes grossas, externamente era caído de branco e apresentava alguns problemas no que se refere a circulação de ar, umidade e iluminação interna.

Os primeiros governadores a ocuparem o Palácio foram militares e possuíam, na sua maioria, nacionalidade portuguesa. Eram designados pelo poder central e usavam a presidência da capitania / província[20] de Santa Catarina como trampolim para cargos políticos mais altos na Corte de Portugal ou do Rio de Janeiro (Cabral, 2004a).

No quadro 01 estão informados os nomes de alguns governadores de Santa Catarina e o período do mandato. É importante que ressaltar que nem todos residiram no Palácio, porém, a maioria deles. A pesquisa focou-se nos governadores do período Colonial e Imperial (século XVIII e XIX)[21].

Com base no quadro 1 nota-se a instabilidade política catarinense, visto que alguns presidentes da província permaneceram apenas por apenas alguns meses no poder, e outros por mais de 10 anos.

---

[20] No período Colonial (século XVI, XVII, XVIII e início do XIX), o Estado de Santa Catarina era denominado de Capitania de Santa Catarina e no período Imperial (século XIX), passou a chamar-se de Província de Santa Catarina.

[21] As informações para a elaboração dessa tabela foram colhidas, sobretudo, em: Cabral (1979, 2004a, 2004b, 2004c, 2004d), Correia (1990, 2005), Gomes (1979), Luz (2000), Machado C (2001), Pereira (1997) e no site: http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_governadores_de_Santa_Catarina, acessado em 16 de Junho de 2011.

QUADRO 1

Tabela dos governadores de Santa Catarina – Período Colonial e Imperial

NOME	INÍCIO	TÉRMINO
José da Silva Pais	1739	1743
Patrício Manuel de Figueiredo	1743	1744
Pedro de Azambuja Ribeiro	1744	1746
José da Silva Pais	1746	1749
Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa	1749	1753
José de Melo Manuel	1753	1762
Francisco Antônio Cardoso de Meneses e Sousa	1762	1765
Francisco de Sousa e Meneses	1765	1775
Pedro Antônio da Gama Freitas	1775	1777
Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara	1778	1779
Francisco de Barros Morais Araújo Teixeira Homem	1779	1786
José Pereira Pinto	1786	1791
Manuel Soares de Coimbra	1791	1793
João Alberto Miranda Ribeiro	1793	1800
Joaquim Xavier Curado	1800	1805
Luís Maurício da Silveira	1805	1817
João Vieira Tovar e Albuquerque	1817	1821
João Antônio Rodrigues de Carvalho	1824	1825
Francisco de Albuquerque Melo	1825	1830
Miguel de Sousa Melo e Alvim	1830	1831
Francisco Luís do Livramento	1831	1831
Feliciano Nunes Pires	1831	1835
José Mariano de Albuquerque Cavalcanti	1835	1836
Francisco Luís do Livramento	1836	1837
José Joaquim Machado de Oliveira	1837	1837
João Carlos Pardal	1837	1839
Francisco José de Sousa Soares de Andrea	1839	1840
Antero José Ferreira de Brito	1840	1848
Severo Amorim do Vale	1848	1849
Antônio Pereira Pinto	1849	1849
Severo Amorim do Vale	1849	1850
João José Coutinho	1850	1859
Esperidião Elói de Barros Pimentel	1859	1859
Francisco Carlos de Araújo Brusque	1859	1861
João José de Andrade Pinto	1861	1861
Inácio da Cunha Galvão	1861	1861

Vicente Pires da Mota	1861	1862
João Francisco de Sousa Coutinho	1862	1862
Pedro Leitão da Cunha	1862	1863
Francisco José de Oliveira	1863	1864
Alexandre Rodrigues da Silva Chaves	1864	1865
Francisco José de Oliveira	1865	1865
Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda	1865	1867
Francisco José de Oliveira	1867	1867
Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda	1867	1868
Francisco José de Oliveira	1868	1868
João Francisco de Sousa Coutinho	1868	1868
Carlos de Cerqueira Pinto	1868	1869
Carlos Augusto Ferraz de Abreu	1869	1869
Joaquim Xavier Neves	1869	1869
Manuel do Nascimento da Fonseca Galvão	1869	1870
André Cordeiro de Araújo Lima	1870	1870
Manuel do Nascimento da Fonseca Galvão	1870	1870
Manuel Vieira Tosta	1870	1870
Francisco Ferreira Correia	1870	1871
Manuel Vieira Tosta	1871	1871
Joaquim Bandeira de Gouveia	1871	1872
Guilherme Cordeiro Coelho Cintra	1872	1872
Inácio Acioli de Almeida	1872	1872
Delfino Pinheiro de Ulhoa Cintra Júnior	1872	1872
Manuel do Nascimento da Fonseca Galvão	1872	1873
Inácio Acioli de Almeida	1873	1873
Pedro Afonso Ferreira	1873	1873
Luís Ferreira do Nascimento Melo	1873	1873
João Tomé da Silva	1873	1875
Luís Ferreira do Nascimento Melo	1875	1875
João Capistrano Bandeira de Melo Filho	1875	1876
Alfredo d'Escragnolle Taunay	1876	1877
Hermínio Francisco do Espírito Santo	1877	1877
José Bento de Araújo	1877	1878
Joaquim da Silva Ramalho	1878	1878
Lourenço Cavalcanti de Albuquerque	1878	1878
Joaquim da Silva Ramalho	1878	1879
Antônio de Almeida e Oliveira	1879	1880
Manuel Pinto de Lemos	1880	1880

João Rodrigues Chaves	1880	1882
Joaquim Augusto do Livramento	1882	1882
Ernesto Francisco de Lima Santos	1882	1882
Joaquim Augusto do Livramento	1882	1882
Antônio Gonçalves Chaves	1882	1883
Manuel Pinto de Lemos	1883	1883
Teodureto Carlos de Faria Souto	1883	1883
Francisco Luís da Gama Rosa	1883	1884
José Lustosa da Cunha Paranaguá	1884	1885
Manuel Pinto de Lemos	1885	1885
Antônio Lara de Fontoura Palmeiro	1885	1885
Francisco José da Rocha	1885	1888
Augusto Fausto de Sousa	1888	1889
José Ferreira de Melo	1889	1889
Joaquim Elói de Medeiros	1889	1889
Abdon Batista	1889	1889
Luís Alves Leite de Oliveira Belo	1889	1889

Tabela 1: Lista dos governadores de Santa Catarina no período Colonial e Imperial.

A economia local nos primeiros anos de Capitania era baseada na pequena propriedade. Os colonos açorianos praticavam a agricultura, a pesca e o artesanato, destacavam-se na produção da farinha de mandioca, do melado e na pesca da baleia. Quando havia excedente, o mesmo era comercializado, porém, a produção, na maior parte das vezes, era voltada para a subsistência.

No século XIX algumas mudanças foram observadas em Desterro, principalmente devido ao fortalecimento das atividades comerciais marítimas e o surgimento de poucas famílias afortunadas com pretensões políticas.

A Vila de Desterro adquiriu um novo ritmo urbano, o casario simples foi substituído pelos sobrados, principalmente no núcleo histórico central. Os armazéns se sobressaíram entre residências e o modo de vida da maior parte da população modificou-se. Veiga (2008) ressalva que o desenvolvimento do século XIX foi lento, mas progressivo.

As mudanças pelas quais a cidade estava passando iniciaram-se por uma série de fatores, entre elas: a vinda de imigrantes europeus para a Província, sobretudo alemães, italianos, poloneses e outros[22], a independência do Brasil e a divulgação de um modo de vida burguês, que já vinha sendo difundindo no Rio de Janeiro desde 1808, quando ocorreu a vinda da família real para o Brasil.

Veiga (2008) descreve Desterro, na segunda metade do século XIX, da seguinte forma:

> Uma estatística de 1871 informou existirem naquela época 1542 edificações, das quais 151 eram sobrados e 31 assobradadas. Existiam, além destas, outras que se destacavam pelo vulto e pela importância, entre elas o Palácio, a Câmara, a Tesouraria, os Artigos Bélicos, o depósito de Alfândega, além dela própria, a Biblioteca Pública, a Repartição Provincial, a mesa de rendas, o mercado, o Hospital de Caridade, o Hospital dos Lázaros, a estação telegráfica, quatro igrejas, duas capelas, três fontes, um estaleiro, dois depósitos de carvão, seis olarias e duas cariocas. (…) A rua Augusta "movimentada e cheirando a alcatrão" era a rua dos armadores, das casas dedicadas ao comércio de ferragens, de artigos náuticos, dos representantes de gêneros de importação. A rua do Príncipe, no entanto, era do comercio varejista (…) (Veiga, 2008, p.66).

Um dos reflexos das transformações pela qual Desterro passava, era o prestígio, cada vez maior, dado aos cidadãos locais, que substituíram os altos comandos militares. As autoridades civis passaram a ser escolhida entre os elementos de destaque na sociedade, os comerciantes. Essas mudanças deixaram em evidência que a capital catarinense estava perdendo sua função inicial, defensiva-militar e adquirindo um aspecto cosmopolita e comercial.

Goulart Filho (2007) explica como se deu a formação desse grupo de comerciantes políticos endinheirados em Desterro. Segundo o autor, as atividades agrícolas mercantis dos açorianos

[22] A economia da Província de Santa Catarina manteve-se durante todo o século XIX baseada na pequena propriedade. Porém, a presença de colonos alemães e italianos, entre outros, incentivou a diversificação da produção agrícola, com destaque para o cultivo do fumo, milho e erva-mate, além do desenvolvimento da produção têxtil, da criação de suínos, da extração de carvão e da madeira, da instalação de casas bancárias e dos mecanismos de crédito (Goulart Filho, 2007). Tal desenvolvimento, contudo, não permitiu que a província deixasse de ser uma economia subsidiária à províncias centrais, fornecendo produtos básicos para a região cafeeira. Desterro contribuía com cerca de 1% do comércio nacional (Hübener, 1981).

e dos imigrantes formaram o primeiro núcleo gerador de acumulação capitalista em Santa Catarina. Os mesmos foram responsáveis por criar um mercado interno que se desdobrou e ampliou, porém, não deixou de ser constituído por pequenos proprietários. Nesse cenário, segundo o autor, "surgem pequenos capitalistas que acumulavam mais e passaram a subordinar os mais frágeis, essa subordinação ocorreu em virtude da diferenciação social, que se desenvolveu dentro da pequena propriedade" (Goulart Filho, 2007, p.98). A circulação de mercadoria era a maior fonte de acumulação e a lógica dos comerciantes era comprar barato e vender caro (Goulart Filho, 2007).

Nessa lógica, o grupo social mais importante de Desterro, no século XIX, passou a ser os comerciantes, os quais, além de terem adquirido poder econômico, almejaram, também, representatividade política, ocupando cargos como funcionários da burocracia administrativa de Desterro e da capitania de Santa Catarina.

Com o florescimento da atividade comercial e a circulação de mercadorias, mesmo que tímida se comparada com outros Estados do Brasil, ocorreram mudanças no comportamento dos desterrenses, que a partir de então, adquiriram modos metropolitanos, mudaram as fachadas das casas, investiram em moda, adquiriram louças importadas, exibiram regras de etiqueta e de conduta.

Nas imagens a seguir é possível visualizar as principais diferenças entre a Vila de Nossa Senhora de Desterro do fim do século XVIII e início do século XIX (figura 17 e 18) e a cidade de Desterro da segunda metade do século XIX (figura 19 e 20).

A primeira imagem (figura 17) foi elaborada por um membro da expedição do francês *La Perouse*, que aportou em Santa Catarina no ano de 1785, a bordo das fragatas *Astrolabe* e *Boussole*. O viajante europeu foi encarregado, pelo rei Luís XVI, de realizar uma viagem de exploração pelo Pacífico. No seu caminho, aportou em Santa Catarina para realizar reparos nos navios e abastecê-los com viveres.

A segunda imagem (figura 18) foi realizada por um membro da expedição do russo *Krusensterns*, que aportou em Santa Catarina no ano de 1803, a bordo do navio *Nadeshda.* Sua missão era auxiliar o governo russo a explorar o Pacífico Norte, estabelecer relações diplomáticas com o Japão e manter o comércio de peles no Norte. Também passou por Santa Catarina para abastecer o navio com viveres e realizar reparos no mastro.

Figura 17: Vila de Nossa Senhora do Desterro em 1785.
Expedição *La Perouse* (Fonte: Haro, 1996, p.134).

Figura 18: Vila de Nossa Senhora do Desterro em 1803.
Expedição *Krusensterns* (Fonte: Haro, 1996, p.135).

Na primeira imagem (figura 17) se observa, em segundo plano, a Vila de Nossa Senhora do Desterro. É possível notar a Catedral, o Palácio de Governo, o Forte Santa Bárbara e alguns poucos prédios residenciais em torno da Praça.

Na segunda imagem (figura 18) se observa a mesma Vila, porém com mais detalhes, como se fosse dado um *zoom* sobre a primeira figura. Nela é possível perceber a Catedral, o Palácio de Governo, o Forte Santa Bárbara, a ponte do Vinagre e algumas casas distribuídas sobre uma rua em frente ao mar, denominada, na época, de rua Augusta, atualmente, rua Conselheiro Mafra e rua João Pinto.

Nas duas imagens (figura 17 e 18) percebe-se destaque para os prédios do Palácio do Governo e da Catedral, as demais casas são representadas de forma similares e simples, como se fossem todas iguais. Ambos viajantes reforçaram, nos seus relatos, a simplicidade da moradia da maioria da população desterrense, bem como, a falta de artigos manufaturados e a carência de comerciantes na Ilha. Além disso, chamou-lhes atenção a hospitalidade dos governadores; que lhes ofereceram jantares no Palácio e, em alguns casos, foi oferecido o próprio Palácio para estadia de personalidades importantes das expedições que passavam por Desterro.

> É no fim desta barra que está a vila de "*Nostra-Senõra-del-Desterro*", capital desta capitania, onde o Governador tem a sua residência; a vila contém no máximo 3 mil almas e aproximadamente 400 casas; seu aspecto é bem agradável. (...) Apesar de tantas vantagens, a região é muito pobre e tem falta absoluta de objetos manufaturados (...) Dom Francisco de Barros, governador desta capitania, falava perfeitamente o francês, e seus vastos conhecimentos inspiravam a maior confiança. Os nossos franceses jantaram em sua casa (...) (La Perouse *apud* Haro, 1996, p.113 e 114).

> O governador Dom José de Carrado [Joaquim Xavier Curado], coronel do exército português, a quem eu estava visitando com o capitão Lisiansky e alguns dos oficiais do navio, imediatamente à nossa chegada, recebeu-nos com grande cortesia (...). O embaixador e sua comitiva continuaram em terra, tendo o governador destinado metade de sua residência à ele (...) A cidade, que está situada em local muito

> agradável, consiste de cerca de 100 casas mal construídas e é habitada por 2000 ou 3000 portugueses pobres e escravos negros. A casa do Governador e o quartel são as únicas construções que se distinguem, por sua aparência, das outras. (...) Eu já disse antes que não se encontra um só comerciante na Vila de Nossa Senhora do Desterro (...) (Krusensterns *apud* Haro, 1996, p. 139 e 140).

A principal diferença entre as imagens anteriores é que na figura 18, do início do século XIX, existe um número maior de residências edificados ao entorno da Praça da Matriz, o que demonstra o crescimento da Vila de Desterro nesse período. Porém, de modo geral, as casas continuam simples e representadas como se fosse todas iguais. Nas duas imagens os prédios do Palácio do Governo e a Catedral se sobressaem sobre as demais edificações.

As imagens apresentadas a seguir foram elaboradas pelo artista Victor Meirelles e datam da metade do século XIX. A primeira obra, de autoria de Victor Meirelles (figura 19), denomina-se "Largo do Palácio", é pintada em aquarela sobre o papel e data de 1846. Nela é possível observar a região central da Cidade de Desterro, especialmente a Catedral, o Palácio, a Praça e uma série de casas, vizinhas ao Palácio, na rua da Trindade, atualmente chamada de rua Arcipreste Paiva.

Figura 19: Cidade de Desterro em 1846.
Autoria de Victor Meirelles (Fonte http://commons.wikimedia.org/wiki).

É interessante observar que entre as casas vizinhas do Palácio, retratadas por Victor Meirelles, existia uma residência de porão alto, na cor amarelo queimado, com a porta principal lateral e três janelas, representando três cômodos internos. A mesma é fronteira ao pátio do Palácio, possivelmente, era a residência de um dos vizinhos dos governadores e de sua família. Acredita-se que os alicerces dessa estrutura tenham sido identificados na escavação do quintal do Palácio, conforme será informado no item 3.1. "Caracterização da pesquisa arqueológica realizada no sítio".

Na figura 19 é possível observar a Praça da Matriz como uma grande terreno plano, no qual as pessoas que moravam em Desterro poderiam circular, inclusive, à cavalo. Existem informações de que a praça alagava com facilidade nesse período, ou seja, encharcava-se (Coradini, 1995). O desenho de Victor Meirelles (figura 19) demonstra que a praça era um espaço para sociabilização de senhores e de escravos, os primeiros a usava para passeio ou caminhada e os segundos para o trabalho ou algum festejo popular, conforme afirmou Coradini (1995).

A segunda obra de Victor Meirelles (figura 20) denominada "Uma rua em Desterro", refere-se a rua Augusta, atual rua João Pinto, data de 1851. Nela se observa a predominância dos sobrados no cenário urbano da Cidade de Desterro, os quais desempenhavam atividade comercial. No andar térreo dos sobrados é possível notar as 3 portas, comuns nos Armazéns do século XIX. Na figura percebe-se homens e escravos circulando pela rua Augusta, conhecida como a rua do comércio das ferragens, ou a rua dos armadores, dos artigos náuticos e do comércio de importação.

A principal diferença entre as representações artísticas da Vila e da Cidade de Desterro, no inicio do século XVIII, princípio do XIX e da metade do XIX, é a presença de casas comerciais. Nas duas primeiras imagens (figuras 17 e 18) o comércio está praticamente ausente, as residências são representadas como se fossem todas iguais e de forma simples.

Nas outras duas imagens (figuras 19 e 20) percebe-se maior circulação de pessoas nas ruas, as residências adquiriam formatos diversificados e os armazéns são retratadas de forma expressiva, impondo, inclusive, funcionalidades para as ruas, como por exemplo, a rua do comércio varejista, rua dos artigos náuticos, rua das importações e outras.

Figura 20: Cidade de Desterro em 1851.
Autoria de Victor Meirelles (Fonte http://commons.wikimedia.org/wiki).

De fato, o florescimento comercial e a circulação de mercadorias acarretaram mudanças significativas na cidade e no comportamento da população na segunda metade do século XIX; as atividades do porto e a importância política dos comerciantes locais, contribuiu para estas mudanças. Os viajantes (*La Perouse* e *Krusensterns*) e o artista catarinense (Victor Meirelles) representaram, visualmente, tais acontecimentos e mudanças.

Na metade do século XIX, Desterro possui o principal Porto da Província e através dele, a produção local e de toda a região eram comercializadas. Por ele, entravam as mercadorias externas e as novidades da Corte do Rio de Janeiro e da Europa.

Hübener (1981) afirma que o Porto de Desterro era o escoadouro da produção provincial. Junto com o porto, o número de comerciantes, armadores, agenciadores e construtores de

navio cresceram; esses novos personagens passaram a formar as fortunas locais e a ocupar os cargos políticos da capital, especialmente na Assembleia Legislativa, na Câmara Provincial e como deputados de Santa Catarina na Corte no Rio de Janeiro e em Portugal.

Nesse período, os presidentes da província continuavam a ser escolhidos pela Corte, porém, no ano de 1831 um fato político inusitado ocorreu: assumiu como governador, Feliciano Nunes Pires, de naturalidade catarinense, que esteve no poder durante 4 anos. A emergência desse catarinense no cargo mais importante da província, demonstrou mudanças na consciência política da população local.

Cabral (2004a) acredita que na década de 1830 inicia-se, de fato, a vida pública catarinense, as pessoas mais influentes economicamente (sobretudo os comerciantes), começam a pensar politicamente e a se inserirem nas questões nacionais, até então, muito distantes, em termos de interesse e de comunicação, com a capital do Brasil.

Nessa década surge um Jornal, uma loja Maçônica e uma Sociedade Patriótica, o que demonstra o aparecimento de espaços destinados a debater assuntos públicos e administrativos. Porém, a atuação desses grupos é bastante cautelosa, pois temiam repressão e demoravam-se a posicionarem-se diante dos acontecimentos políticos centrais. Ocorreu um despertar para política, porém, tímido. Possuir um cargo público era uma forma de afirmação social, o mesmo não incluía, necessariamente, filiações de ordem filosófica à partidos e governos.

Pode-se dizer que até 1847, o poder político local era regido pelas influências e lideranças familiares. O presidente da província, escolhido pelo poder central, discutia política com os personagens das famílias mais importantes de Desterro. Apesar de já existir a Assembleia Legislativa, formada desde 1835, não existiam partidos políticos concretos, as influências eram pessoais e familiares.

A partir de 1847, surgem dois partidos políticos na cidade, os cristãos e os judeus, o primeiro de veio conservador e o segundo liberal, porém, essas noções de filiação ainda são embrionárias; as disputas se davam por pequenas ações individuais e não por concepções ideológicas[23].

A década de 1850 é apresentada, pela historiografia catarinense, como um marco na história de Desterro e de Santa Catarina, visto a emergência dessa camada urbana, formada pelos novos ricos de naturalidade local. Nessa ebulição de mudanças, o grupo emergente passou a adquirir bens que representavam sua nova posição social e política, dessa forma, adquiriram produtos importados, compraram móveis, roupas, louças, escravos, inventaram ou emularam regras de etiqueta e assumiram cargos políticos na Câmara e na Assembleia.

Surgem, a partir da década de 1850, os Teatros, as Sociedades, os Clubes, a imprensa e a biblioteca. Desenvolve-se a literatura, a música e as artes plásticas. Muitos governadores (ou suas esposas) estavam ligados as artes, em verdade, a alta sociedade era patrocinadora das artes em Desterro, seja da música (pianos, orquestras, óperas) seja da pintura, da literatura e/ou do teatro[24].

Dona Caetana, esposa do governador Francisco de Souza e Menezes (que governou entre 1765-1775), por exemplo, era amante da música e atraia cantores à sua casa (Palácio) para ouvi-los; gostava principalmente de modinhas populares dos Açores e do Reino. O Governador João Francisco de Souza Coutinho (que governou entre 1950 – 1959) era músico e compositor, entre suas composições estão: *Te Deum* cantado pelo coro dos funcionários e oficiais da Guarda Nacional, quando esteve o Imperador Dom Pedro II em Desterro; uma

[23] Um exemplo de disputa entre os partidos cristão e judeu foi à questão da remoção de barraquinhas de peixe que ficavam situadas na praia abaixo do Largo do Palácio; os cristãos desejavam que as mesmas permanecessem naquele local e os judeus, que optavam pelo embelezamento da cidade, preferiam que estas fossem transferidas para as proximidades da Ponte do Vinagre. Os cristãos venceram a disputa política, porém, foi feita a construção do Mercado Público, no ano de 1849 e as barraquinhas adquiriram ares mais modernos, organizados e limpos, conforme era o desejo dos judeus.

[24] O primeiro registro de teatro em Desterro data de 1817 e tendo o incentivo para sua criação do Juiz de Fora, Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva. Na década de 1850, surge o Teatro São Pedro de Alcântara e em 1857, surge o Teatro Santa Isabel. O Teatro Santa Isabel, no ano de 1892, se transforma no Teatro Álvaro de Carvalho.

Semana Santa oferecida ao Papa Pio IX; a *Grande Missa do Santíssimo Sacramento* para violino, flauta, clarinete, pistão e baixos, com vozes de tenor e soprano. Jeronimo Coelho, influente político local, contribuiu financeiramente com os estudos de Victor Meirelles[25], incentivando a sua ida ao Rio de Janeiro para estudar pintura na Academia de Belas Artes. E em fins do século XIX, o grupo Ideia Nova, do qual Cruz e Souza[26] fazia parte, era patrocinado pelo governador Gama Rosa (que governou entre 1883-1884).

Uma Sociedade Literária surgiu em Desterro no ano 1869, denominada Sociedade de Amor às Letras. Porém, conforme afirma Cabral (2004b), este tipo de sociedade era mais um motivo para os políticos se reunirem do que para praticar literatura. Em verdade, a poesia era uma arma política na capital catarinense; os jornais são fartos em versos e poemas destinados a caluniar e atacar os adversários partidários.

Brancher (2001, p.274) lembra que os letrados de Desterro estavam ligados à burocracia administrativa da cidade, não só os que liam, mas também, os que produziam literatura: "poetas, romancistas, jornalistas, historiadores, são também deputados, presidentes da província, juízes de fora, militares, por vezes, exercendo, ao mesmo tempo, profissões de médicos, professores, comerciantes ou agricultores".

Nos jornais, além de muitas alfinetadas políticas (expressas por vezes em poesia), são também noticiados modelos de comportamento e de conduta que deveriam ser seguidos pelos homens e pelas mulheres da elite. Nesse sentido, Pedro (1992) afirma que o modelo ideal de mulher divulgado pelos jornais era a mulher reclusa, "escondida" na intimidade familiar, dedicada a

---

[25] Victor Meirelles era filho de Antônio de Lima, comerciante de Desterro e de Maria da Conceição Prazeres de Lima; nasceu em 17 de Agosto de 1832, cursou a Imperial Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro, com especialização em pintura histórica na Itália. Entre as diversas obras de sua autoria, uma das mais conhecidas é a *Primeira Missa no Brasil*, apesar de existirem outras tão importantes quanto essa. Faleceu em 1903, no Rio de Janeiro, em estado de pobreza (Machado C, 2001).

[26] O poeta Cruz e Souza nasceu em Desterro, em 24 de Novembro de 1861. Era filho de uma escrava alforriada, de nome Carolina Eva da Conceição e do escravo pedreiro Guilherme da Cruz. Foi criado por Clarinda Fagundes Xavier de Souza, esposa do marechal Xavier de Souza. Aprendeu a ler com Clarinda, cursou Humanidades no Ateneu Provincial e se tornou um dos grandes poetas simbolistas do Brasil, conhecido como o Cisne Negro (Machado C, 2001). O Palácio do Governo de Santa Catarina foi denominado Palácio Cruz e Souza, no ano de 1979, em homenagem à este poeta catarinense.

cuidar dos filhos e do marido. Machado V. (2001) afirma que o modelo ideal de masculinidade era do homem público, polido, urbano, cumpridor da palavra e que não possuía dívidas. Nos modelos idealizados para os homens e para as mulheres, os autores identificaram ostentação e *status* social como sentimentos estimuladores dessas condutas:

> A especialização da farinha da mandioca levou a necessidade de abastecimento com produtos fornecidos de outras regiões, isto, aliado a dificuldades deste abastecimento, e ainda à política governamental das requisições de farinha, promoveu o aparecimento de uma elite ligada ao comércio, à especulação e ao contrabando, a qual junto com os elementos enriquecidos através das atividades do porto promoveram mudanças nas formas de distinção social. Estas eram dadas inicialmente pela ocupação de cargos públicos e / ou pela graduação na hierarquia militar. Outros referenciais de distinção passaram a serem formuladas a partir de então, entre eles a construção social de mulheres destinadas, exclusivamente, às funções de esposas, mães e donas-de-casa e, portanto, a símbolo de *status*, de um 'brilho' recém-adquirido (Pedro, 1992, p.28).

> (...) se por um lado o acúmulo de empregos não era suficiente para garantir a ascensão econômica, pelo menos garantia certo *status* ao qual certamente estava aliada a sua condição de homem honrado. (...)
> O fato de ter ocupado cargos públicos (...) parece como atributo natural para que o indivíduo mantivesse uma postura civilizada. (...)
> O que se procurava instaurar era um modelo de masculinidade que devia estar coadunado com ideal burguês de homem civilizado (Machado V, 2001, p.90, 93 e 102).

A partir das citações anteriores é possível notar que para a mulher era destinado o mundo privado do lar e isso era uma forma de informar à sociedade que o marido possuía riquezas. As esposas, de acordo com essa ótica, existiam para cuidar dos filhos e do marido, algumas poderiam cantar e praticar piano, em raros casos era permitido que aprendessem a ler, porém, as aulas deveriam ser ministradas dentro das próprias casas.

Por outro lado, ao homem era destinada a vida pública, especialmente desempenhando cargos políticos, e como tal, deveriam possuir uma postura civilizada, urbana, polida e honrada. Ou

seja, não bastava possuir riquezas ou ter o emprego público, para ser honrado, era preciso ter uma esposa dedicada e ter uma conduta civilizada. Além de possuir objetos caros, era necessário comportar-se como um cosmopolita.

Acredita-se que condutas ditas como desviantes eram praticadas pelas mulheres e pelos homens em Desterro no século XIX, porém, deve-se levar em conta que essa era a imagem idealizada e oficial, não, necessariamente, a praticada no cotidiano.

As arqueólogas Spencer-Wood (1999) e Beaudry (2006), por exemplo, apresentam críticas à esta dicotomização cultural das atividades de gênero do século XIX. As pesquisadores apresentaram trabalhos de arqueologia histórica, desenvolvidos na América do Norte, nos quais são identificados profissões públicas das mulheres, aceitas pelo ideologia dominante do período, visto que rotuladas como atividades domésticas. As autoras apresentam, através da cultura material, atividades desenvolvidas por costureiras, bordadeiras, cooperativas de limpeza, cooperativas de produção de roupa, cooperativas de produção de leite, de manteiga, de vegetais, de ovos e de outros produtos, nas quais as mulheres são as personagens principais. Essas atividades, rotuladas como domésticas, levavam as mulheres a trabalhar na esfera pública, comercializando produtos e contribuindo financeiramente com a renda familiar.

A imprensa é farta em notícias que visavam coibir comportamentos e condutas que atentavam o modelo idealizado para os homens e para as mulheres, conforme afirma Cabral (1979). Piadas, anedotas, prosas, romances e notícias poderiam denunciar comportamentos inadequados, como por exemplo, uma dívida não paga, uma traição conjugal, mulheres da rua, prostitutas etc. O comportamento em um jantar, baile, chá ou missa eram observados e analisados por todos da sociedade e divulgados nos jornais.

Essa prática de reprimir condutas desaprovadas nos jornais, demonstra que elas, de fato, existiam e que a dicotomização de gênero, representada por mulheres subordinadas

desempenhado atividades domésticas e homens dominadores desempenhando atividades públicas, eram questionadas por alguns representantes dessa sociedade.

Os Clubes e as Sociedades que surgem em Desterro após a década de 1850, são associações bastante fechadas e com restrições político-partidárias para os membros. Entre as finalidades de tais associações, podem ser citadas: a organização de bailes, de jantares e de chás dançantes, além é claro, de reuniões políticas e da necessidade de uniformização de comportamentos do grupo político formado, sobretudo, por comerciantes.

Douglas e Isherwood (2006, p.77) afirmar que os grupos sociais, enquanto corporações de indivíduos, "impõe valores do grupo" aos seus membros, impedem condutas desviantes, definem um tipo de consumo aceitável e propõe punições aos casos desviantes.

Os comerciantes de Desterro criaram um ambiente de grupo na sociedade oitocentista local. Os clubes, as sociedades literárias e os partidos políticos locais (entre outras formas de agremiações), eram associações fechadas, com regras de condutas rígidas. O grupo de comerciantes emergente de Desterro assumem valores compartilhados entre si. O comportamento e o bens adquiridos visam externar esses valores e estilo de vida.

Douglas e Isherwood (2006, p.77) afirma que "ninguém faz parte [de um grupo] se não puder ser visto claramente como membro". A cultura material dessa sociedade expressa esses valores.

Os primeiros bailes realizados em Desterro eram oferecidos nas residências de algumas famílias endinheiradas, visto que ainda não haviam salões próprios para essas festas na cidade. No entanto, não era qualquer casa que podia oferecer um baile, já que a mesma deveria ter, no mínimo, um salão, uma ou duas peças para banheiro (onde se usava o urinol), espaço para a orquestra, sala para a mesa de doces, local para os cavalheiros fumarem, dependências para a criadagem e outras acomodações, conforme afirma Cabral (1979).

Nesse sentido, Cabral (1979, p.28) cita que nas casas de Henrique Schutel, do comendador Antônio Joaquim Wanzeller, do José Gonçalves dos Santos Silva, de Jesuíno Lamego Costa, de D. Genoveva Cândida da Costa, de João do Padro Faria, entre outras, foram noticiados nos jornais por vários bailes realizados.

Os motivos para que estes bailes ocorressem eram os mais diversos, entre eles, comemorar alguma data cívica, o aniversário do imperador, a independência do país, ou festejar a presença de algum político importante, que chegava ou que se despedia de Desterro.

As principais danças realizadas nesses bailes eram: habaneiras ou varsoviana, os schottisches, as mazurcas, as valsas, as polonaises e as quadrilhas, estas últimas, com mestres-salas, que faziam os comandos em francês (Cabral, 1979).

O Palácio do Governo, assim como o Quartel de Campo e Manejo e a Casa de Câmera e Cadeia, foram locais públicos que também serviram para que este tipo de cerimônia social. O mais antigo baile realizado no Palácio que se tem notícia, conforme declara Gomes (1979), foi realizado no ano de 1763, oferecido pelo governador Cardoso de Menezes (que governou entre 1762 e 1765) aos oficiais da expedição de Bougainville.

No ano de 1797 foi oferecido um baile pelo governador João Alberto Miranda Ribeiro (que governou entre 1793 e 1800) ao Almirante Antônio Januário do Vale, comandante de uma esquadra fundeada em Desterro naquele ano. Cabral (1979) afirma que este baile, realizado no Palácio, decorreu segundo os usos da Europa.

No ano de 1869 foi oferecido uma grande baile, pela sociedade lameguista, ao próprio ocupante da casa, o presidente da província Carlos Ferras de Abreu (que governou no ano 1869), houve banda de música e a dança da quadrilha. Segundo Cabral (2004b), essa festa iniciou-se às 19h, às 23h foi servido o chá e os doces e depois, se realizaram as quadrilhas. A 1h 30min da madrugada, foi servida a ceia, com assados e bebidas finas. Nesse momento, ocorreram os brindes e os discursos. Depois, uma segunda mesa foi servida, as danças

novamente foram realizadas e às 4h e 30min foi servido o chocolate, a festa terminou às 5h da manhã. Passados 2 dias, novo baile foi realizado, com as mesmas pessoas e terminando, novamente, às 5h da manhã.

No ano de 1870, há notícias de um baile no Palácio oferecido ao Visconde de Pelotas, pelo governador Francisco Vieira Costa (que governou entre 1870 e 1871), foram servidos doces, "bebericos" e brindes (Cabral, 1979).

No ano de 1871, em função do casamento da filha do presidente da província Manuel Vieira Tosta (que governou no ano de 1871), novo baile foi realizado. A noiva era Maria da Gloria, que se casou com Dr. José Maria do Vale Junior, catarinense de Desterro (Gomes, 1979).

No ano de 1875, quando da exoneração do presidente João Tomé da Silva (que governou entre 1873-1875), foi oferecido um baile no Palácio de despedida (Cabral, 1979). Em 1876, o presidente Taunay (que governou entre 1876 e 1877), oferece um baile à um grupo seleto de convidados (Gomes, 1979).

E, no ano de 1884, o governador Gama Rosa (que governou entre 1883-1884), também ofereceu um baile no palácio à um grupo restrito de convidados. Cabral (1979) noticia que para esse baile foram convidadas 30 pessoas, oferecidas 2 bandejas de doces, 1 pratinho de amêndoas do reino, 1 pratinho de passas, 1 pratinho de figos, 1 pratinho de nozes, 1 queijo minas, 2 assados de perus do sexo feminino, licores, 24 garrafas de cerveja de Porto Alegre, 2 bandejas de serviços de chás, 1 orquestra com piano e 2 criados para todo tipo de serviço, foram contratados serviços e equipamento para iluminação, lenha para o fogão e flores para o embelezamento da casa. Cabral (1979) informa que a imprensa noticiou esse baile como um fracasso, porém, deve-se levar em conta que o governador Gama Rosa não convidou todas as famílias importantes da capital, logo, fracasso, pode ser adjetivo oriundo do desdém que o baile provocou.

É de se imaginar o requinte das louças existentes no Palácio para acompanhar todas essas festas, sendo necessários serviços (aparelhos) de jantar e de chá para serem utilizados nas ceias, nos chás e/ou nos chocolates oferecidos aos convidados. Certamente, baixelas de porcelana eram as preferidas para essas ocasiões, porém, os serviços de faianças finas, importadas da Inglaterra, também poderiam ser ostentosamente utilizados.

No final do século XIX, o Palácio Cruz e Souza passa por uma grande reforma, a qual o faz perder seus ares de sobrado colonial e adquirir suas principais características ecléticas atuais, entre elas: a platibanda, os adornos decorativos da fachada, a coloração rosada e uma série de mudanças na parte interna e externa. Essa reforma vem a reboque da república e dos ideais de modernização que marcaram o período e transformaram a sociedade brasileira como um todo.

A reforma foi contratada pelo governador Hercílio Luz no ano de 1895, o responsável técnico foi o engenheiro João Maria dos Santos Carneiro Junior e a mão-de-obra era de origem uruguaia. A obra foi concluída em 1898.

As principais mudanças foram na área externa, especialmente na fachada, com o acréscimo de estatuetas simbólicas em todo o contorno do prédio. No frontão foi colocado as Armas do Estado. Internamente, foi dada prioridade a melhorias da iluminação, visto a escuridão e umidade características dos sobrados coloniais. No salão principal foi construída uma cúpula, para que a luz solar penetrasse. Na entrada principal do Palácio foi colocada uma escadaria de dois lances, revestidas de mármore de carrara. Os balaústres da escada e as sacadas também eram de mármore e os trabalhos artísticos eram de origem italiana, conforme afirma Gomes (1979).

O material arqueológico escavado no Palácio Cruz e Souza representa, de forma expressiva, esses processos históricos pelos quais o Palácio e a cidade de Florianópolis passaram em fins do século XVIII e ao longo do século XIX. As louças, as cerâmicas, os metais e os restos de alimentação guardam episódios ainda não escritos pelos historiadores e que merecem uma

atenção especial da arqueologia, já que desvendam o cotidiano dos grupos domésticos que viveram no Palácio nesse período.

O contexto histórico pesquisado representa uma sociedade que se inseriu no mundo moderno, assumindo um estilo de vida urbano; é possível perceber que os comerciantes e os funcionários públicos emergentes impõem comportamentos idealizados para os homens e para as mulheres; os teatros, as sociedades, a literatura, a música e os bailes demonstram um aquecimento da vida social e cultural a partir da década de 1850.

Os políticos catarinenses, formados sobretudo por comerciantes novos ricos, utilizaram vários símbolos para demonstrar pertencimento à este grupo social. Os bens domésticos foram utilizados com a finalidade de externar um poder aquisitivo recém adquirido e uma conduta polida, urbana, pública, honrada e moderna. A seguir serão apresentados estes bens e seus significados.

2.2. Os inventários *post mortem*

A pesquisa desenvolvida junto aos inventários *post mortem* de Desterro do século XIX, teve por objetivo compreender a vida material da capital catarinense, focando sobre a análise das louças e fornecendo informações para serem confrontadas com os vestígios arqueológicos recuperados no Museu Histórico de Santa Catarina.

O levantamento documental teve por objetivo inicial auxiliar o estudo arqueológico, especialmente, verificar se a escala de valores proposta por Miller (1980) se aplicava à realidade de Florianópolis do século XIX. A pesquisa visava, unicamente, extrair os preços atribuídos às louças no item do inventário denominado “Avaliação dos bens do inventariado”,

fazer uma tabela comparativa com escala de valores de Miller (1980) e utilizar essa informação na análise arqueológica.

O arqueólogo George Miller criou esta ferramenta de análise na década de 1980, denominada de CC Index, visando atribuir valores aos tipos decorativos de louças existente na Inglaterra para o início do século XIX (Miller, 1980). O CC Index de Miller (1980) foi elaborado com base em quatro listas de preços de fabricantes de louças Staffordshire (Inglaterra), para os anos de 1796, 1814, 1833 e 1846. A partir destas listagens, o arqueólogo estabeleceu uma escala econômica, segundo a qual, os preços das louças variavam de acordo com a técnica decorativa; quanto mais complexa a técnica, mais cara a louça (observar tabela 2).

QUADRO 2

Tabela com os valores das faianças finas inglesas baseado em Miller, 1980.

Nível	Descrição
1º nível (mais baratas)	Louças brancas sem decoração, eram as mais baratas, quase sempre referidas como CC (color cream, ou creamware), as expressões "louça comum" e "grés branco" ou "barro branco" (earthenware) também são utilizadas. Caracterizam-se por louças com pouca variedade de formas como, por exemplo, penicos, pratos, tigelas, e outros recipientes de uso na cozinha. A *ironstone* branca e a porcelana branca tornaram-se mais popular na década de 1850 e são consideradas uma exceção, já que, apesar de não terem decoração, eram peças caras.
2º nível (segundas mais baratas)	Louças decoradas de forma simples, que exigia poucos conhecimentos técnicos do artesão para a decoração, exemplos: Shell edged, spongeware, banded ware, spatter, dipped, lined e mocha. Eram quase tão baratas quanto às louças brancas e era possível observar diferenças nas decorações entre recipientes do mesmo tamanho e forma. Na segunda metade do século XIX, algumas louças dessa categoria chegaram a custar o mesmo que as não decoradas.
3º nível (terceiras mais baratas)	Este nível é composto de produtos pintados à mão nos quais os artistas precisavam ter habilidade suficiente para duplicar os padrões decorativos de modo que pudessem ser montados conjuntos com as peças. Embora a decoração pintada nos aparelhos de chá, nas peças de mesa, e em produtos de banheiro, fosse, relativamente, barata, há outro grupo de produtos de pintura à mão de qualidade superior, o qual era feito por artistas e artesões qualificados, estes estão entre as mercadorias mais caras disponíveis pela Inglaterra na primeira metade do século XIX. No entanto, a maioria das mercadorias pintadas, que apresentam motivos estilizados, que exigiam habilidades artísticas mínimas, eram quase sempre mais baratos que os transfer-printed, exemplos: peasant e sprig.
4º nível	Louças decoradas pela técnica transfer-printed, eram as mais caras existente no comércio

(mais caras)	inglês. *Transfer printed* representa uma das grandes inovações inglesas do século XVIII. Por volta de 1790, a *transfer printed* sob o vidrado estava se tornando a forma mais comum de decoração da Staffordshire. Em 1790, os recipientes *transfer printed* foram de três a cinco vezes mais caras que os recipientes sem decoração CC, mas a diferença de preço reduziu-se entre uma a duas vezes até meados do século XIX. Destacam-se, nessa categoria, o padrão willow e o "azul borrão".

Tabela 2: Tabela com os valores das louças, baseada em Miller (1980).

Entretanto, algumas particularidades regionais/locais devem ser levadas em conta quando da utilização da escala de Miller (1980), haja vista as dificuldades de acesso ao mercado consumidor, especialmente nas regiões periféricas do Brasil, o que pode gerar distorções nos preços atribuídos às louças, como, por exemplo, supervalorização de produtos baratos na Europa.

Symanski (1997a), no trabalho sobre a residência Lopo Gonçalves, verificou se a escala de valores proposta por Miller (1980) se aplicava ao contexto porto-alegrense do século XIX. Nesse sentido, realizou um levantamento em inventários *post-mortem* no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e identificou informações em listagens de lojas de louças, em listas de contas de proprietários de tavernas e em lista de objetos domésticos. Segundo o pesquisador, todas essas listagens forneceram avaliações dos objetos em questão, e, apesar de em muitos casos não ter existido preocupação com a sua descrição, foi comum a distinção em termos de pastas, e, em alguns casos, de decoração.

Symanski (1997a) verificou que a técnica aplicada a decoração, também foi um elemento determinante para os preços das louças inglesas na segunda metade do século XIX em Porto Alegre, ou seja, as louças mais caras eram as que exigiam mais habilidades técnicas na decoração. Dessa forma, a escala de valores proposta por Miller (1980) se aplicava ao contexto porto-alegrense. A arqueóloga Tânia Andrade Lima também utilizou os valores propostos por Miller (1980) nas suas pesquisas no Rio de Janeiro (Lima *et al.*, 1989a ; Lima

et al., 1989b ; Lima *et al.*, 1993; Lima, 1995b ; Lima,1999) e Tocchetto (2010) fez o mesmo para a sociedade oitocentista porto-alegrense.

No caso de Desterro, deve ser levado em conta que, apesar da cidade estar localizada numa região litorânea e portuária, potencialmente favorável às trocas comerciais, o comércio local era incipiente e compreendia menos de 1% do comércio nacional (Hübener, 1981). Essa situação poderia dificultar importações e moldar um comportamento de consumo diferenciado em relação aos demais centros comerciais do país e do mundo.

Assim sendo, sentiu-se a necessidade de realizar um estudo comparativo com os valores e tipos de louças existentes nos inventários *post mortem* de Desterro no século XIX, com o objetivo de verificar se a escala de valores proposta por Miller (1980) poderia ser aplicada ao estudo das louças recuperados no Palácio Cruz e Souza.

Porém, percebendo a riqueza da documentação textual analisada, tornou-se imperativo rever os objetivos da pesquisa. O trabalho passou ter como meta não apenas auxiliar a pesquisa arqueológica, mas apresentar dados para melhor compreender o modo de vida de Desterro do século XIX, com base nas informações documentais e nos demais objetos descritos nos inventários pesquisados, confrontando, relacionando e cruzando os dados escritos e os dados arqueológicos (Pesavento, 2003, Funari, 2004 e Lima, 2002b).

A necessidade de contextualizar as louças com os demais objetos existentes dentro das residências se tornou evidente à medida que os inventários eram lidos. Com o desenvolvimento da pesquisa, as fontes documentais foram elevadas ao mesmo patamar que as fontes materiais, deixando de ser um apêndice da pesquisa arqueológica e se tornando mais uma fonte de informação sobre a sociedade desterrense.

Para realizar essa pesquisa, foi necessário repensar as perguntas formuladas aos inventários e às próprias louças do MHSC. A contextualização das louças com a sociedade que lhe deu significado, por meio da análise da cultura material, passou a ser o objetivo principal dessa

etapa da pesquisa. O trabalho que, inicialmente, visava descrever preços, funções, ou atributos físicos dos objetos, passou a ter como meta analisar contextos e significados (Hodder, 1994).

Barranchelli (2003) afirma que a análise de inventários pode apresentar informações que possibilitam aos arqueólogos e aos historiadores identificar, dentre outras coisas, os diferentes extratos sociais presentes em determinadas sociedades, bem como, sua acessibilidade à bens de consumo.

Segundo Rede (1993, p. 273) "o que importa não é o objeto, mas as relações sociais", ou seja, o objeto não tem valor por si próprio, o que confere sentido ao objeto é a sociedade que o elaborou e lhe deu significado.

Menezes (1999) afirma que a cultura material torna-se documento histórico na medida o investigador faz questionamentos adequadas aos objetos. As informações que os objetos passam não são latentes, o objeto não fala sozinho, são as interpretações que lhes confere sentido.

> O que faz de um objeto documento não é, pois, uma carga latente, definida, de informação que ele encerre, pronta para ser extraída, como o sumo de um limão. O documento não tem em si sua própria identidade, provisoriamente indisponível, até que o ósculo metodológico do historiador resgate a Bela Adormecida de seu sono programático. É, pois, a questão do conhecimento que cria o sistema documental. O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicitação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala. Toda operação com documentos, portanto, é de natureza retórica. Não há por que o documento material deva escapar destas trilhas, que caracterizam qualquer pesquisa histórica (Meneses, 1998, p.97).

Com estes propósitos, a pesquisa dos bens móveis e imóveis descritos nos inventários *post mortem* de Desterro do século XIX foi desenvolvida, interpretando os mesmos enquanto cultura material, visando atingir os grupos sociais que os adquiriram e as relações sociais que os mesmos representavam e influenciavam, conforme propõem Douglas e Isherwood (2006).

Os inventários analisados estão salvaguardados no Museu do Judiciário Catarinense, localizado no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, onde, além de inventários, é possível ter acesso à: prestações de contas, tutelas, autos de pobreza, informações sobre genealogias e outros documentos dos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI de Desterro/Florianópolis e de outras "comarcas" do Estado de Santa Catarina.

Foram analisados cerca de 50 inventários, destes, 27 foram escolhidos para o aprofundamento da pesquisa. Alguns foram fotografados e outros foram digitalizados com o scanner do Museu do Judiciário Catarinense. Todos os inventários analisados datam da segunda metade do século XIX (gráfico 1).

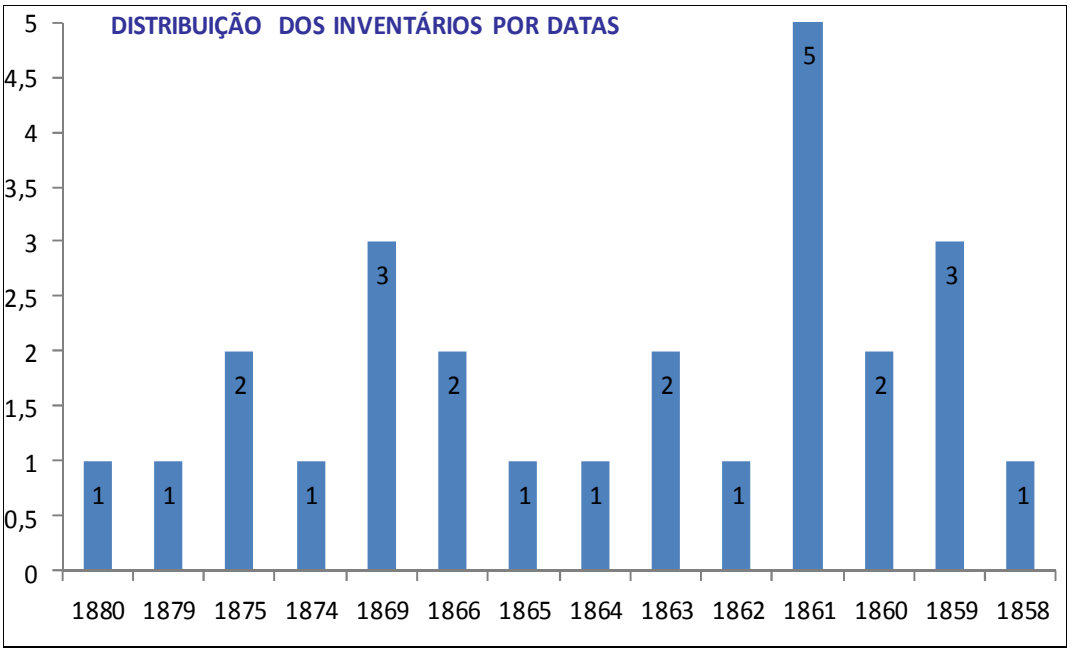


Gráfico 1: Distribuição dos inventários por data**.**

Foi possível perceber que os inventários mais antigos, excluídos do universo da análise, se destinavam, sobretudo, a descrever bens de raiz (como residências, terras, engenhos e outros).

As referências ao mobiliário das casas eram raras ou nulas nesses documentos, por essa razão, foram apenas lidos e não analisados.

Tal situação é justificada como um provável indicativo de que as casas de Desterro, dos séculos XVI, XVII, XVIII e do início XIX, possuíam poucas mobílias no seu interior, por isso, estes objetos não eram descritos. De fato, analisando o contexto histórico local, pode-se afirmar que o apreço pelos itens domésticos iniciou-se na segunda metade do século XIX, com a emergência econômica e social do grupo de comerciantes políticos, conforme descrito no item 2.1. "O contexto histórico do Palácio Cruz e Souza" .

Além disso, é importante lembrar que a nível nacional, o comércio de bens duráveis, semiduráveis, supérfluos e outros, entre o Brasil e o exterior, teve acréscimo após 1850, quando ocorreu o fim do tráfico de escravos (Alencastro, 1997). Alencastro (1997, p.37) explica que "cessado o tráfico, ocorre um retorno das divisas obtidas nas vendas de produtos de exportação, até então reservadas para financiar a compra de africanos".

Nesse sentido, podemos supor que a maior circulação de mercadorias importadas no Rio de Janeiro após 1850, (visto a maior disponibilidade de recursos para tal, diante do fim do tráfico de escravos), incentivou o comércio e o consumo de artigos domésticos em regiões periféricos do Brasil, como foi o caso de Desterro.

Além disso, a apropriação dos novos hábitos e práticas que estes bens representavam, passaram a ser desejadas pela população local, especialmente pelo grupo de comerciantes políticos emergentes, que estavam ansiosos para demonstrar a riqueza e o prestígio social recentemente alcançado. Os mesmos passam a ocupar a cena social de forma mais intensa nesse período. Essa situação torna mais comum a existência de bens móveis e imóveis nas residências desterrenses na segunda metade do século XIX e não nas residências do período anterior, possivelmente por isso, nos inventários da primeira metade do século XIX, não são feitas referências aos artigos domésticos.

Dos 27 inventários analisados, pode-se perceber diferentes níveis de riqueza entre os inventariados, ou seja, diferentes valores do montante-mor[27], que corresponde ao valor total, ou valor bruto do inventário (gráfico 2 e tabela 3).

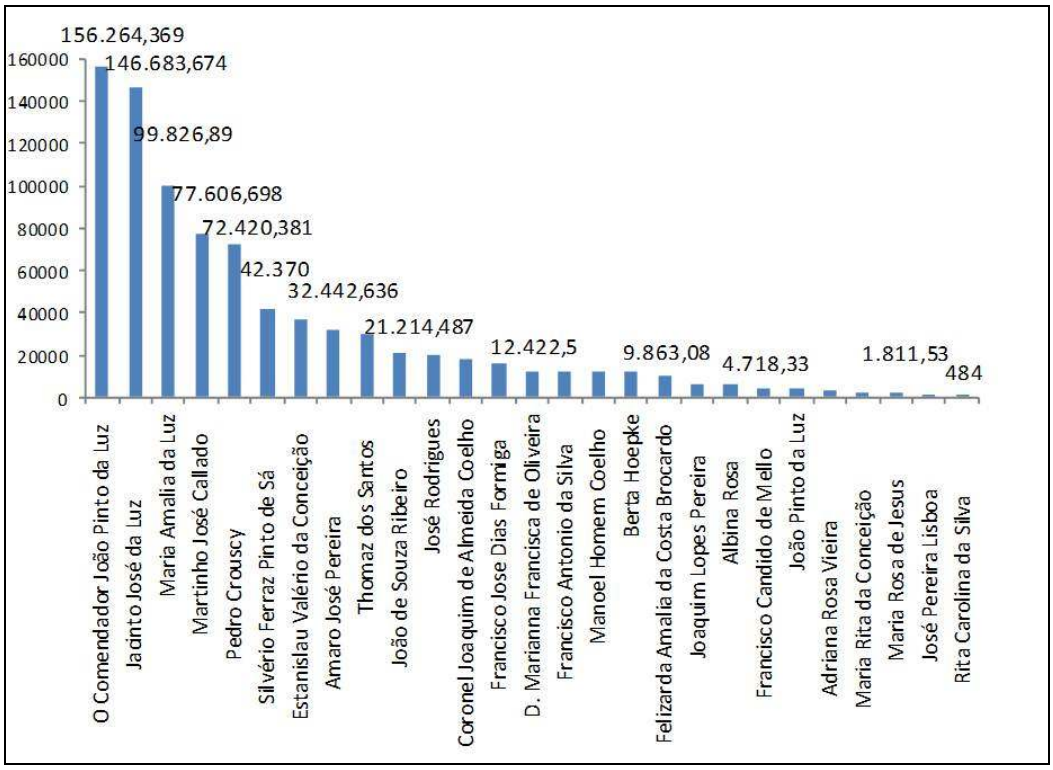


Gráfico 2: Valores totais dos inventários**.**

QUADRO 3

Valores Totais (montante mor) dos inventários

Nº	Nome Inventariado	Monte-mor em réis
11	Comendador João Pinto da Luz	156.264,369
14	Jacinto José da Luz	146.683,674
12	Maria Amalia da Luz	99.826,890
27	Martinho José Callado	77.606,698
24	Pedro Crouscy	72.420,381
4	Silvério Ferraz Pinto de Sá	42.370,000

[27] Os valores apresentados nos inventários, são feitos de acordo com a moeda brasileira no século XIX, que era o "reis".

10	Estanislau Valério da Conceição	36.668,782
16	Amaro José Pereira	32.442,636
18	Thomaz dos Santos	30.160,000
25	João de Souza Ribeiro	21.214,487
26	José Rodrigues	20.261,446
13	Coronel Joaquim de Almeida Coelho	18.002,710
15	Francisco Jose Dias Formiga	16.036,523
20	D. Marianna Francisca de Oliveira	12.422,500
3	Francisco Antonio da Silva	12.354,650
5	Manoel Homem Coelho	12.216,380
2	Berta Hoepke	11.950,000
21	Felizarda Amalia da Costa Brocardo	9.863,080
19	Joaquim Lopes Pereira	6.324,440
23	Albina Rosa	6.025,340
7	Francisco Candido de Mello	4.718,330
1	João Pinto da Luz	4.267,120
8	Adriana Rosa Vieira	3.745,400
9	Maria Rita da Conceição	2.189,300
17	Maria Rosa de Jesus	1.978,550
6	José Pereira Lisboa	1.811,530
22	Rita Carolina da Silva	484,000

Tabela 3: Valores totais dos inventários.

Araújo (2004, p.151) estabelece a seguinte divisão entre os inventariados da cidade de São Paulo da primeira metade dos oitocentos: os muito ricos possuíam fortunas acima dos 50 contos de reis (mais que 50.000,000 contos de reis), os menos ricos possuíam fortuna entre 10 e 50 contos de reis (entre 10.000,000 e 50.000,000 contos de reis) e os remediados possuíam montante-mor inferior a 10 contos de reis (menos que 10.000,000 contos de reis).

De acordo com Araújo (2004), pode-se perceber que 5 dos inventários analisados de Desterro possuíam valores do montante-mor superior a 50 contos de reis (50.000,000 contos de reis), ou seja, eram pessoas muito ricas, são eles: Comendador João Pinto da Luz , Jacinto José da Luz, Maria Amalia da Luz, Martinho José Callado e Pedro Crouscy.

Entre os inventariados pesquisados de Desterro, 12 possuíam nível de riqueza intermediária, com montante-mor entre 10 e 50 contos de reis (entre 10.000,000 e 50.000,000 contos de reis), são eles: Silvério Ferraz Pinto de Sá, Estanislau Valério da Conceição, Amaro José Pereira, Thomaz dos Santos, João de Souza Ribeiro, José Rodrigues, Coronel Joaquim de Almeida Coelho, Francisco Jose Dias Formiga, D. Marianna Francisca de Oliveira, Francisco Antonio da Silva, Manoel Homem Coelho e Berta Hoepke.

E, 10 dos inventários analisados de Desterro podem ser caracterizados como remediados, com valores inferiores à 10 contos de reis (10.000,000 contos de reis), são eles: Felizarda Amalia da Costa Brocardo, Joaquim Lopes Pereira, Albina Rosa, Francisco Candido de Mello, João Pinto da Luz, Adriana Rosa Vieira, Maria Rita da Conceição, Maria Rosa de Jesus, José Pereira Lisboa e Rita Carolina da Silva.

Assim sendo, utilizando como referência os valores proposto por Araújo (2004), pode-se concluir que a maior parte da amostra dos inventários analisados nesta pesquisa, inclui-se nas categorias de personagens muito ricos ou com riqueza intermediária, tendo montante-mor superior a 10 contos de reis (10.000,000 contos de reis).

É importante informar que não foram encontradas inventários dos governadores catarinenses na documentação levantada. Acredita-se que isso tenha ocorrido porque a maioria dos governadores catarinenses eram de origem estrangeira (portuguesa) ou vindos de outras províncias do Brasil. Dessa forma, acredita-se que quando os mesmos faleceram, o inventário, provavelmente, foi realizado na cidade natal e não em Desterro.

Os inventários que possuíam informações mais completas eram dos proprietários de estabelecimentos comerciais, já que, nesses casos, além dos artigos domésticos, todos os objetos existentes dentro dos armazéns eram avaliados e, muitas vezes, as louças constituíram-se números expressivos nessas relações[28].

[28] Foram encontrados três inventários de proprietários de Armazéns: o Inventário de Francisco José Dias Formiga (1861), de João de Souza Ribeiro (1858) e de José Rodrigues Lopes (1858).

Quando realizada a sistematização dos dados, optou-se por separar as informações dos armazéns e das residências, visto que, no primeiro caso, os itens destinavam-se à venda, tratavam-se de objetos novos e em grandes quantidades, já no segundo caso, eram objetos usados, algumas vezes herdados e em quantidades necessárias para o uso da família, logo, a atribuição de valor e a quantidade de peças para cada caso era diferenciada e poderia gerar distorções nas conclusões.

No que se refere aos tipos de recipientes dos artigos de louça, constatou-se a existência de: prato, prato pequeno, prato fundo, prato para doce, prato coberto, prato travessa, vara para travessa, salva, sopeira, terrina, saladeira, caçarola, bacia, tigela, molheira, bandeja, xícara, caneca, açucareiro, manteigueira, leiteira, jarro, bule, gomil, cuspideira, escarradeira, vaso, castiçal, relógio de mesa de porcelana, bacia para banho, jarro de banho, pires, paliteiro, urinol, cageirão, cafeteira, figura de porcelana e tinteiro.

São observados, nesses casos, objetos de uso corriqueiro e eventual (como prato, caneca e tigela), objetos com funções específicas (manteigueira, açucareiro, xícara, bule, jarra e molheira), objetos de higiene (cuspideira, escarradeira, urinol, bacia para banho e jarro de banho) e objetos de adorno/enfeite (relógio de mesa, figura de porcelana e vaso de flores).

Douglas e Isherwood (2006) afirmam que os bens usados em atividades cotidianas, de forma mais frequentes e por um número menor de pessoas, podem ser caracterizados como artigos de necessidade, normalmente são de custos mais baixos. E os bens usados em ocasiões raras, menos frequentes e para um número maior de pessoas, podem ser caracterizados como artigos de luxo, normalmente são de custos mais altos.

Segundo os autores, “há uma correlação inversa entre a frequência de uso dos objetos e o valor dos serviços da marcação que oferecem. Além disso, esses últimos tendem a variar diretamente com o número de pessoas” (Douglas e Isherwood, 2006, p.173). As noções de

bens de luxo e de necessidade variam de sociedade para sociedade e de grupo social para grupo social, para tanto a análise do contexto é fundamental.

De acordo com a pesquisa sobre os bens móveis e imóveis descritos nos inventários de Desterro é possível notar que os artigos utilizados em eventos mais frequentes, como o almoço, o chá familiar e a higiene diária, são mais baratos que os artigos utilizados em ocasiões especiais, como um baile, jantar ou chá para convidados.

Os tipos de recipientes, em maior número, existentes nos inventários residenciais são: prato, xícara, travessa e vaso. Nos armazéns, em maior número, estão: xícara, prato, tigela, caneca e travessa (gráfico 3 e 4).

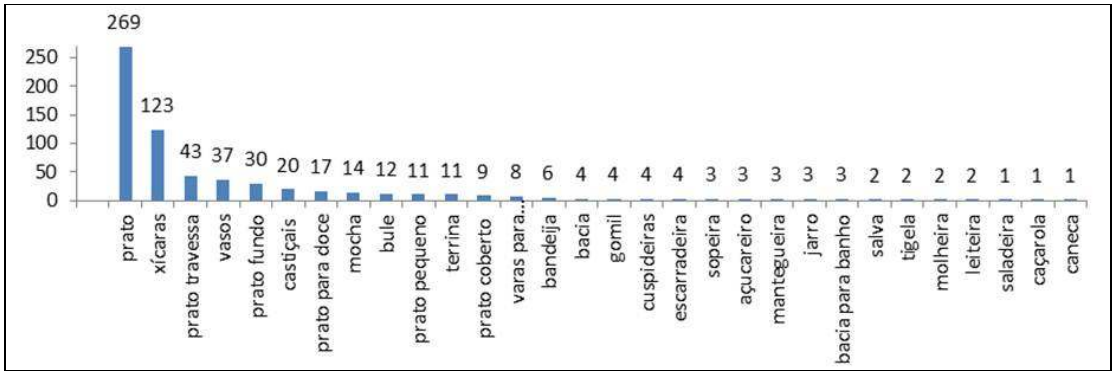


Gráfico 3: Tipos e quantidades de recipientes nos inventários residenciais**.**

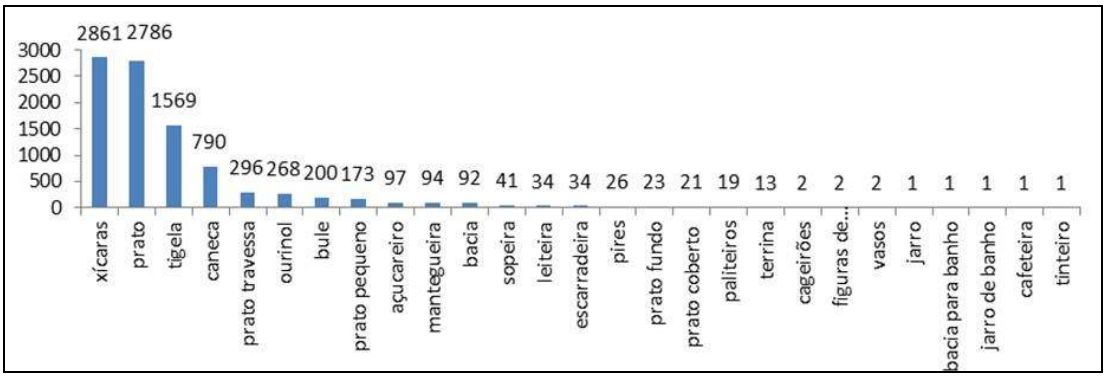


Gráfico 4: Tipos e quantidades de recipientes nos inventários dos armazéns.

A variedade de formas de recipientes permite afirmar que existia o hábito de realizar os jantares cerimoniais do século XIX em Desterro, nos quais as cobertas servidas em sequência eram feitas de forma hierarquizada. Em um jantar cerimonial, cada vez que uma nova coberta era servida, o conjunto de pratos da mesa era trocado e os apetrechos que acompanham o prato principal também. Para tanto, era necessário existir louças com funções específicas (sopeiras e pratos fundos; travessas e pratos rasos; acompanhamentos como tigelas, molheiras, cremeiras, azeitoneiras e outros), preferencialmente, formando conjuntos do mesmo padrão decorativo.

Lima (1995b, p.141) afirma que existiam estruturas para um jantar cerimonial do século XIX. Estas estruturas eram definidas de acordo com a "maneira como eles [os pratos de comida] são selecionados, ordenados e combinados (...) no âmbito de uma mesma refeição". As estruturas mais conhecidas, segundo Lima (1995b) e Lucas (1994) são: jantar à *la française* e jantar à *la russe*. Porém, os autores chamam atenção ainda para os estilos de jantar à *la pell-mell* (desestruturado), jantar à *la practical* (estilo americano) (Lucas, 1994) e o modelo luso, relacionado aos hábitos alimentares dos portugueses (Lima, 1995b).

De acordo com a estrutura do jantar é possível observar um padrão no comportamento de consumo de uma sociedade ou grupo social (Lucas, 1994). No caso de Desterro, é possível afirmar, a partir dos artigos de louças descritos nos inventários, que os jantares estruturados, ritualizados e com um elevado grau de formalidade (à *la française* e à *la russe*) eram do conhecimento dessa população e possivelmente praticada pelos grupos sociais de maior poder aquisitivo local.

> A estrutura desse jantar à *la française* que perdurou por toda a primeira metade do século XIX, consistia em pelo menos duas ou três cobertas (...), além da sobremesa, devendo começar por alimentos leves, seguindo-se dos mais pesados, para terminar com outros mais leves ainda, que tivessem a propriedade de limpar o paladar.
> (...) a primeira coberta compreendia duas ou mais variedade de sopas, seguindo-se os chamados *relevés*, que podiam ser assados de carneiro, peru ou grandes peixes. (...) Na segunda coberta eram servidos os grandes pratos: vários assados e as

> chamadas peças de resistência (...), acompanhadas por saladas, legumes e entrementes doces, como cremes, geléias e sorvetes.
> Para a última coberta todas as toalhas eram retiradas, a mesa ficava limpa, exposta na madeira nua, para que fosse exibida a sua boa qualidade. Vinham então os queijos, doces, folheados, frutas, conservas etc., em suma, as sobremesas. (...)
> Em meados do século, no entanto, uma importante mudança foi introduzida nesse ritual, o chamado serviço à *la russe* (...)
> A grande novidade introduzida foi o serviço dos pratos em sucessão e não mais simultaneamente, como dantes. As travessas das mesas foram retiradas da mesa e depositadas em aparadores ou em apoios laterais, para serem oferecidos pelos criados aos convivas, um a um, à toda a volta. (...) (Lima, 1995b, 141, 142, 144)

Lima (1995b) sugere que é provável que no Brasil dois modelos principais de alimentação foram simultaneamente adotados, o modelo luso e o modelo fraco-inglês. Na esfera íntima, familiar, "cotidiana e farta, bastante conservadora, mantinha na sua base a tradição dos colonizadores", ou seja, adotava o modelo luso com adaptações regionais, e na esfera "pública, entretanto, renegava as origens e adotava a sofisticada culinária francesa", tendo como referencia o modelo franco-inglês (Lima, 1995b, p.136). Acredita-se que essa dicotomização tenha sido praticada em Desterro no século XIX.

Os tipos de louças citadas na documentação analisada são: porcelana dourada, porcelana pintada, louça casquinha, louça azul chinesa, louça da Índia, louça sem decoração, louça pintada, louça dourada, louça azul, louça orelha azul, louça borra azul, louça rosa, louça preta, louça mocha, louça branca, louça beira azul, louça esmaltada, louça estampada, louça chinesa, louça rosa, louça "Ifrolleg", porcelana de cores, louça bronzeada, louça dourada e louça "Vejase".

É possível observar uma distinção entre louças e porcelanas na documentação pesquisada. Essa distinção pode ser interpretada como faianças finas, denominadas de louças, e porcelanas/*ironstone*, denominadas de porcelanas. Porém, essa separação não foi amplamente aceita pelos avaliadores dos inventários, ou seja, não eram todos que compartilhava dessas mesmas categorias de classificação. É possível que em alguns casos, objetos de faiança fina fossem denominados de porcelana, pelos simples uso da palavra. Como exemplo, pode ser citado um conjunto de louça denominado de porcelana com borda azul do trincado, o qual

acredita-se que seja um tipo de faiança fina com decoração do Padrão Shell edged, visto que essa decoração é comum nas faianças finas e não nas porcelanas (inventário de Thomaz dos Santos, 1865). Contudo, acredita-se que esses casos tenham sido menos frequentes.

Entre as louças denominadas de porcelanas, os tipos decorativos predominantes são: dourada, pintada, "de cores" e sem decoração. Entre as peças denominadas simplesmente como "louças", observa-se domínio das louças azuis, como por exemplo: a beira azul (provavelmente Padrão shell edged), orelha azul (provavelmente Padrão shell edged), borra azul (provavelmente Padrão Azul borrão) e louça azul (indefinido, podendo ser *transfer printed* ou pintada manualmente). Observa-se ainda, entre as louças e porcelanas, descrições de outros tipos de cores, porém, em menores quantidades, são elas: preta, branca, rosa, dourada e bronzeada.

Vale destacar que a decoração azul foi a mais utilizada no século XIX, visto que apresentava menor distorção de cor quando ocorria a segunda queima do recipiente. Com o aprimoramento das técnicas decorativas, ocorreu uma maior diversificação de cores, haja vista que as distorções tornaram-se nulas, ou raras.

Majewski e O´Brien (1987) afirma que a variação de cores na decoração das louças, especialmente sob o esmalte, ocorreu a partir de 1828. Samford (1997) afirma que existiam peças coloridas em louças *transfer printed* sob o esmalte a partir de 1784 (rosa), 1814 (púrpura) e 1818 (marrom, verde, vermelho, lavanda). Porém, Samford (1997) ressalva que a data média de produção e de popularidade dessas louças *transfer printed* foi, de fato, o ano de 1829.

Algumas vezes, são feitas referências à técnica utilizada na decoração, como: pintada (provavelmente pintada à mão), estampada (provavelmente *transfer-printed*) e esmaltada (indefinido), e outras vezes são feitas referências à tipos decorativos como: mocha, "Vejase" e

"Ifrolleg"[29]. Nota-se uma confusão entre pastas, decoração e técnicas decorativas nos adjetivos atribuídos às louças e porcelanas nos inventários analisados.

Os tipos de decoração em maior número nos inventários residenciais são: louça sem decoração, louça orelha azul, louça azul e porcelana sem decoração (gráfico 5). Nos armazéns, os tipos decorativos em maior número são: louça branca, louça beira azul e louça esmaltada (gráfico 6).

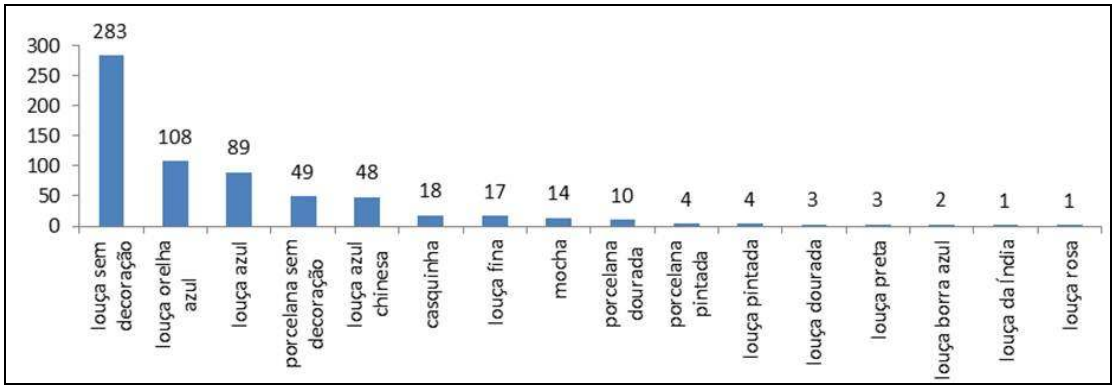


Gráfico 5: Tipos de decoração nos inventários residenciais.

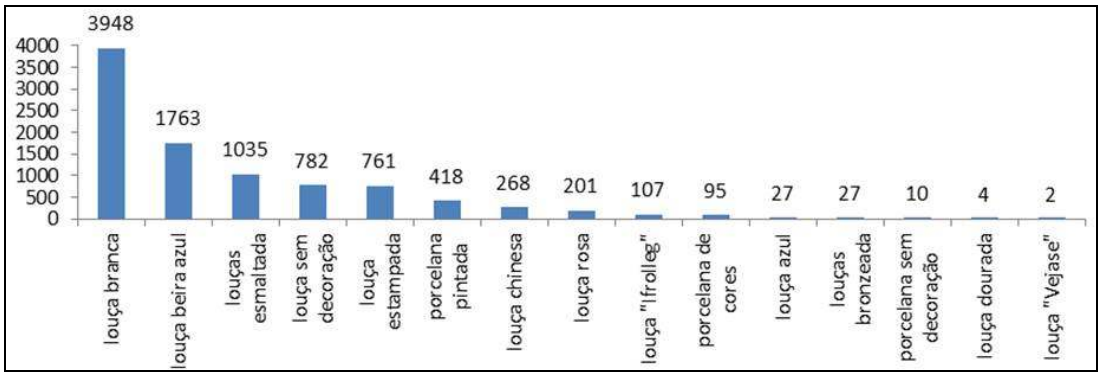


Gráfico 6: Tipos de decoração nos inventários dos armazéns.

[29] As denominações "mocha", "Vejase" e "Ifrolleg" são atribuídas às louças descritas nos inventários como sendo o nome de decorações das peças. Sobre o tipo mocha, trata-se de uma decoração atribuída às faianças finas com o auxílio de reações e substâncias químicas. A produção ocorreu em fins do século XVIII e início do século XIX (García, 1990). Sobre os tipos "Vejase" e "Ifrolleg" não há qualquer especificação na bibliografia consultada.

Analisando comparativamente os preços das louças, especialmente dos inventários dos armazéns, é possível afirmar que as mais caras são as louças chinesas (provavelmente porcelana), seguidas das louças estampadas (provavelmente *transfer printed*), logo após as louças pintadas (provavelmente pintado à mão) e por último, as louças brancas (sem decoração).

Nesse sentido, percebe-se que a técnica utilizada na decoração foi determinante para atribuir valor as peças, visto que as peças estampadas (*transfer-printed*), eram mais caras que as peças pintadas (pintadas à mão). Além disso, as mais baratas eram as louças sem decoração, ou seja, as louças brancas.

Foi comum encontrar, entre as louças dos Armazéns, um produto com 4 variações de preços. O valor atribuído dava-se em função da técnica utilizada na decoração (chinês, estampado, pintado e branco):

> Balanço dos Gêneros de Armazém do Finado Francisco Jose Dias Formiga. 1861.
> (...)
> 19 **bules** brancos (9,880),
> 18 bules estampados (18,000),
> 27 bules pintados (14,040),
> 14 **açucareiros** brancos (4,480),
> 13 açucareiros estampados (10,400),
> 19 açucareiros pintados (9,500),
> 25 açucareiros chineses (16,000),
> 12 **manteigueiras** estampadas (9,600),
> 31 manteigueiras pintadas (16,120),
> 4 manteigueiras chinesas 3,200,
> 13 manteigueiras brancas (4,160)
> 14 **escarradeiras** brancas (5,600),
> 5 escarradeiras pintadas (3,000),
> 9 escarradeiras estampadas (6,300),
> 6 escarradeiras chinesas (4,800),
> 11 **terrinas** estampadas (25,880)
> (2 terrinas valiam 3,160, 4 terrinas valiam 5,900 e 4 terrinas valiam 2,300),

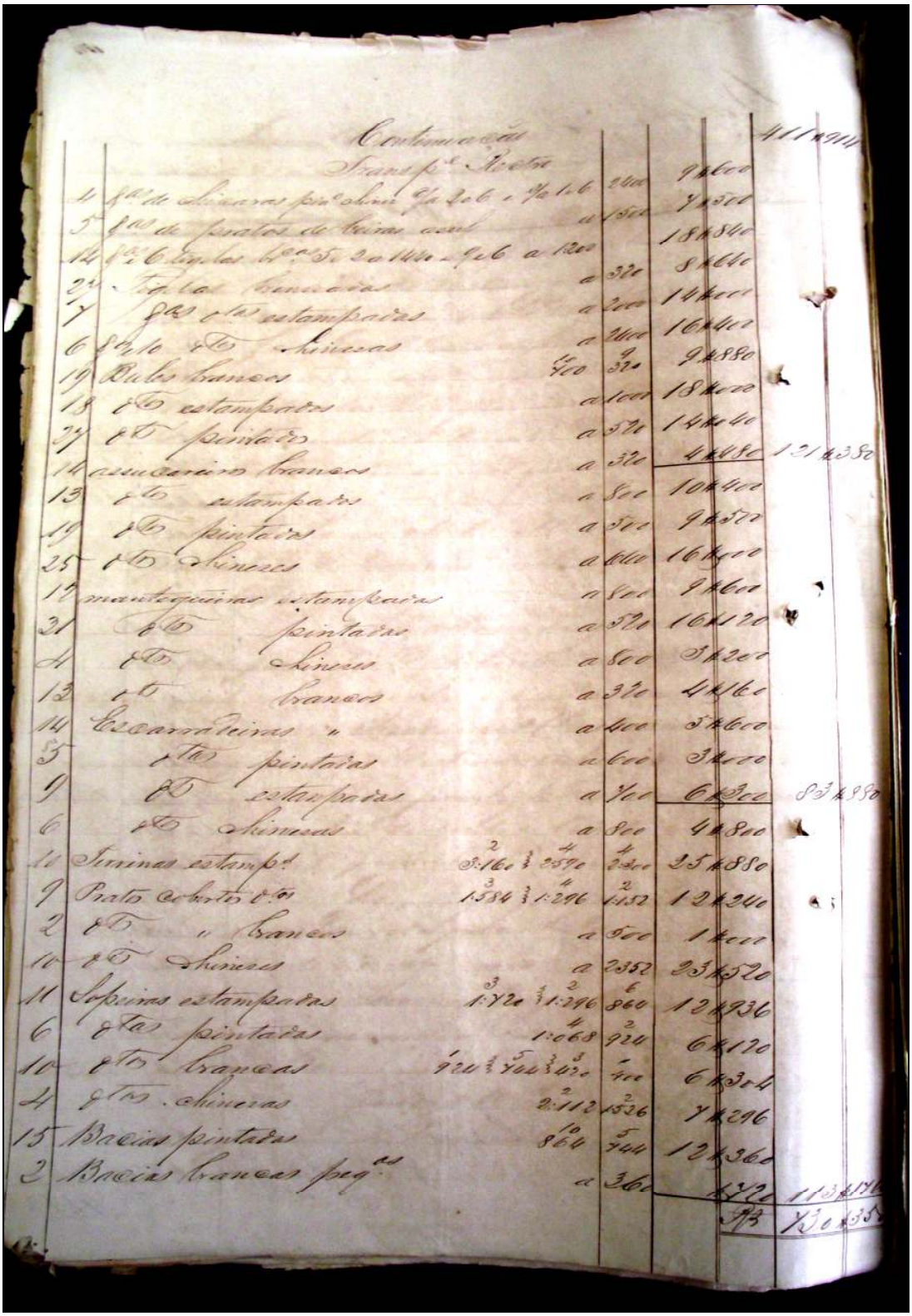


Figura 21: Inventário Francisco José Dias Formiga.
Balanço dos gêneros do armazém, 1861 (Foto: Fernanda Codevilla Soares, 2010).

Essa característica na descrição das louças dos inventários dos armazéns, auxiliou a comparação entre os preços e a elaboração do gráfico 7, no qual é possível visualizar a diferença de valores entre os tipos de louças e as técnicas decorativas.

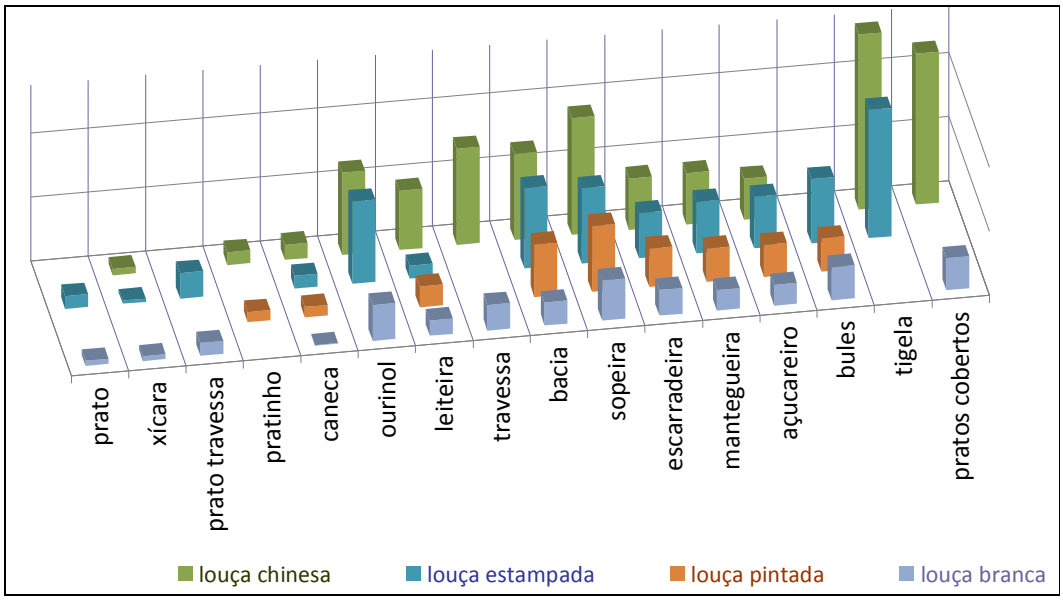


Gráfico 7: Valor das louças de acordo com a técnica decorativa e tipos de recipientes.

A partir do gráfico 7, é possível notar que as louças mais caras são as chinesas, ou seja, a porcelana, em segundo lugar, as estampadas, ou seja, *transfer printed*, em terceiro lugar, as pintadas, ou seja, pintado à mão e, em último lugar, as brancas, não decoradas. No quadro 4 essas informação estão sintetizadas.

QUADRO 4

Tabela de valores das louças nos inventários *post mortem* de Desterro, século XIX.

Nível	Descrição
1ª nível	Louças brancas: As louças brancas são as mais baratas descritas nos inventários *post mortem* de Desterro do fim do século XIX. Possivelmente, utilizadas para as atividades do dia-a-dia, do cotidiano e do preparo de alimentos. São interpretadas como faianças finas não decoradas (ou

	simplesmente "louças", conforme referidas nos inventários).
2ª nível	Louças pintadas: Em um escala de valor, as louças pintadas são as segundas mais baratas, foram interpretadas como louças decoradas manualmente, ou pintado à mão. São louças do tipo faiança fina (ou simplesmente "louças", conforme referidas nos inventários analisados). Eram, provavelmente, utilizadas em atividades diárias, para um número menor de pessoas, provavelmente numa refeição íntima familiar, como um jantar, café da manhã ou chá em família, na qual a necessidade de ostentação poderia ser parcialmente dispensadas.
3º nível	Louças estampadas: Em um escala de valores, as segundas mais caras, descritas nos inventários *post mortem* de Desterro do fim do século XIX, são as louças "estampadas". Foram interpretadas como sendo louças decoradas pela técnica do *transfer printed*. Inclui-se nesse grupo as faianças finas (ou simplesmente "louças", conforme referidas nos inventários analisados). São os artigos mais caros entre as faianças finas, perdem em valor apenas para as porcelanas. Eram, possivelmente, utilizadas em refeições mais eventuais, como um jantar ou baile para convidados e para um número maior de pessoas. Nessas ocasiões, o grau de formalidade da refeição era elevado.
4º nível	Louça chinesa: Em um escala de valor, eram as louças mais caras, descritas nos inventários *post mortem* de Desterro do fim do século XIX, denominadas de "louças chinesas" nos inventários e interpretadas como porcelana. Diferente das demais peças, no qual a técnica decorativa foi determinante para a atribuição de valor, as porcelanas, apenas a característica da pasta, possuía elevado custo. Eram, possivelmente, utilizados em raras ocasiões, como um jantar, baile ou chá para convidados especiais.

Tabela 4: Tabela de valores das louças com base nos inventários.

Miller (1980) já havia constatado que entre as faianças finas inglesas, a técnica decorativa foi determinante na atribuição de valor. Nesse sentido, é possível concluir que a escala de valores de Miller (1980) se aplica aos estudos dos sítios arqueológicos existentes no Estado catarinense, ou seja, as louças mais baratas são as brancas ou sem decoração, as segundas mais baratas são as louças pintadas à mão (por exemplo, orelha azul e borda azul) e, as mais caras são as louças decoradas com *transfer-printed* (estampadas). As porcelanas são uma exceção, visto que, só pela característica da pasta possuíam um preço elevado.

No que se refere aos preços dos tipos de recipientes, é possível perceber que os mais caros são as tigelas, em segundo lugar as sopeiras, em terceiro lugar as bacias, seguidos dos urinois, bules, leiteiras, escarradeiras, manteigueiras e açucareiros. Acredita-se que o valor atribuído à estes objetos dava-se em função da sua maior ou menor frequência de utilização, maior ou menor número de pessoas presentes na refeição (Douglas e Isherwood, 2006) e maior ou menor grau de formalidade da estrutura do jantar ou chá (Lucas, 1994, Lima, 1995b, Lima, 1997). Por exemplo, as tigelas, as sopeiras, o bule, a leiteira, a manteigueira e o açucareiro são artigos, normalmente, usados em ocasiões especiais, como um chá para convidados ou um jantar cerimonial, logo, podem ser considerado artigos de luxo, e como tal, possuíam um valor mais elevado que os demais.

Quando as peças formavam conjuntos de um mesmo padrão decorativo, eram denominadas de baixelas, ou aparelhos de louça. Foram citados 33 aparelhos de louças nos inventários pesquisados, destes, 12 são de chás, 6 de jantar e 15 indefinidos (não especificou se era de jantar ou de chá). Nos inventários dos armazéns são descritos 21 baixelas e nos inventários residenciais são descritos 12 conjuntos de louças (observar quadro 05).

QUADRO 5

Baixelas de louças nos Inventários *post mortem* de Desterro.

Inventários residenciais					
Qtd	Baixela (aparelho de louça)	Valor	Inventariado	Ano	Montante-mor
1	aparelho de porcelana para chá	20,000	Martinho José Calado	1857	77.606,698
½	aparelho “chinez” de jantar inutilizado	40,000	Francisco José Dias Formiga	1861	16.036,523
½	aparelho de louça fina de mesa de jantar	25,000	Joaquim de Almeida Coelho	1864	18.002,710
1	aparelho de porcelana para chá dourado	20,000	Joaquim de Almeida Coelho	1864	18.002,710
1	aparelho azul para jantar	40,000	Thomaz dos Santos	1865	30.160,000
1	aparelho de porcelana para chá e café	32,000	Thomaz dos Santos	1865	30.160,000
1	aparelho de porcelana de friso azul do trincado	15,000	Thomaz dos Santos	1865	30.160,000
1	aparelho de louça azul e “mais alguma louça ordinária”	8,000	Amaro José Pereira	1866	32.442,636
½	aparelho de louça meio uso pintado	12,000	Pedro Crouscy	1869	72.420,381

1	aparelho de porcelana para jantar	200,000	Jacinto José da Luz	1879	146.683,674
½	aparelho de louça incompleto	12,000	Francisco Antonio da Silva	1874	12.354,650
1	aparelho de porcelana	30,000	Estanislau V. da Conceição	1875	36.668,782
Inventários dos armazéns					
Qtd	Baixela (aparelho de louça)	Valor	Inventariado	Ano	Montante-mor
3	aparelhos pretos lustrados	8,500	Francisco José Dias Formiga	1861	16.036,523
1	aparelho preto lustrado	8,500	Francisco José Dias Formiga	1861	16.036,523
2	aparelhos chineses para chá e café	24,000	Francisco José Dias Formiga	1861	16.036,523
5	jogos de pratos de beiras azul	7,500	Francisco José Dias Formiga	1861	16.036,523
1	aparelho para chá e café "chines matizo"	12,000	Francisco José Dias Formiga	1861	16.036,523
½	aparelho de louça fina para jantar	20,000	José Rodrigues Lopes	1858	20.261,446
2	aparelhos para café estampados	16,000	José Rodrigues Lopes	1858	20.261,446
1	aparelho para café letra "A"	5,000	José Rodrigues Lopes	1858	20.261,446
1	aparelho para café letra "B"	5,000	José Rodrigues Lopes	1858	20.261,446
1	aparelho para café letra "C "	6,000	José Rodrigues Lopes	1858	20.261,446
1	aparelho de café cor de rosa completo letra "D"	5,000	José Rodrigues Lopes	1858	20.261,446
1	jogo de louça "nº7"	100,000	José Rodrigues Lopes	1858	20.261,446
1	jogo de louça "nº2"	90,000	José Rodrigues Lopes	1858	20.261,446

Tabela 5: Baixelas dos Inventários.

Quando feita referência aos aparelhos de louças nos inventários, não é especificado os tipos e quantidades dos recipientes que o compõem, ou seja, não é possível definir quantos pratos, quantos bules, quantas sopeiras e outros tipos de recipientes que existiam no conjunto. A referência é feita à baixela, a sua natureza (chá ou jantar), seu tipo de louça/decoração e o valor.

Os tipos mais comuns citados nas baixelas são: aparelho preto lustrado, aparelho chinês, aparelho de louça fina, aparelho estampado, aparelho cor de rosa, aparelho de porcelana, aparelho de porcelana dourado, aparelho azul, aparelho de porcelana do friso azul do trincado e aparelho de louça pintado.

O inventariado Thomaz dos Santos possuía 3 aparelhos de louças entre seus pertences, são eles: um aparelho azul de jantar no valor de 40,000 mil reis; um aparelho de porcelana para

chá/café, no valor de 32,000 mil reis e um aparelho de louça indefinido (não informou se era de jantar ou de café; possivelmente de jantar, visto a decoração "friso azul do trincado", ou seja, Padrão Shell edged, normalmente, presente nas peças de jantar), no valor de 15,000 mil reis. Esse inventariado possui a maior quantidade de baixelas na documentação pesquisada.

Por outro lado, em termos de custo, a baixela mais cara da documentação pesquisada encontra-se entre os bens de Jacinto José da Luz (inventário feito entre 1869 – 1879). Se caracteriza por uma baixela de porcelana para jantar, no valor de 200,000 mil réis. Esse inventariado possuiu o segundo maior montante-mor dos documentos pesquisados, com o total de 146.683,674 contos de reis. Percebe-se que possuir uma baixela tão cara era algo acessível à poucas famílias e condizente com a posição social proeminente deste personagem na esfera social local.

A título de ilustração e com o objetivo de compreender a luxuosidade de uma baixela de porcelana para jantar, é possível observar, na figura 22, uma imagem de meio (1/2) aparelho de porcelana para jantar, composto de, aproximadamente, 80 recipientes. Essa baixela é formada por pratos de sopa, pratos rasos e pratos fundos; travessas, terrinas, azeitoneira, saleiros e cremeiras. A mesma faz parte do acervo da Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalvez, de Lisboa, Portugal.

O aparelho existente na residência de Jacinto José da Luz, citado anteriormente, possuía, no mínimo, o dobro de recipientes que o aparelho apresentado na figura 22. O meio conjunto de porcelana (figura 22) destaca-se pela sua luxuosidade e representatividade, era de supor o encantamento que provocava quando um aparelho completo de porcelana para jantar era utilizado em uma refeição ou em um baile na residência de Jacinto José da Luz.

Composição do Serviço

21 pratos de sopa	Alt. 35; Diâm. 223 mm	2 travessas ovais	Comp. 408; Larg. 315 mm
26 pratos rasos	Alt. 27; Diâm. 227 mm	1 travessa oval	Comp. 370; Larg. 287 mm
1 prato fundo	Alt. 47; Diâm. 395 mm	2 travessas ovais	Comp. 300; Larg. 235 mm
2 pratos fundos	Alt. 42; Diâm. 367 mm	1 terrina ovóide	Alt. 295; Larg. 285 mm
1 prato raso	Alt. 39; Diâm. 345 mm	2 terrinas ovais	Alt. 220; Comp. 440 mm
1 prato raso	Alt. 37; Diâm. 340 mm	2 azeitoneiras	Alt. 61; Comp. 183 mm
3 pratos fundos	Alt. 33; Diâm. 300 mm	6 saleiros	Alt. 38; Diâm. 90 mm
3 pratos fundos	Alt. 34; Diâm. 265 mm	2 cremeiras	Alt. 103; Diâm. 82 mm
1 prato fundo	Alt. 44; Diâm. 255 mm		

Figura 22: Meio aparelho de porcelana para jantar. Decoração "família rosa", Dinastia Qing (1644 – 1911). Acervo Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, Portugal (Fonte: Matos, 1996, p. 253).

Para estabelecer uma comparação de valor e compreender o quanto era cara essa baixela de porcelana para jantar, foi realizado o levantamento dos preços dos escravos descritos no inventários residenciais e foi possível perceber que 11 escravos possuíam um valor inferior à este aparelho de louça, são eles: Maria, de Nação, custava 150,000 mil reis e era de propriedade de João de Souza Ribeiro (1858); Rafael, menor de 1,5 anos, custava 180,000 mil reis, era de propriedade de Albina Rosa (1858); João, africano, de 65 anos, custava 50,000 mil reis, era de propriedade de Joaquim Lopes Pereira (1859); Zeferina, crioula, cega, 56 anos, custava 100,000 mil reis, era de propriedade de Francisco José Dias Formiga (1861); Carolina, pardinha, 11 meses, custava 150,000 mil reis, era de propriedade de Felizarda Amalia da Costa Brocardo (1863); a recém-nascida, filha de Custódia, custava 50,000 mil reis e Prundencia, preta velha, africana, 60 anos, custava 150,000 mil reis, ambas eram de propriedade de Joaquim de Almeida Coelho (1864); Margarida, 32 anos, valia 100,000 mil

reis, era de propriedade de João Pinto da Luz (1969), Joaquim, pardo, mais de 40 anos, idiota e ébrio, custava 150,000 mil reis, era de propriedade de Amaro José Pereira (1866); Francisco, 45 anos, custava 50,000 mil reis, era de propriedade de Jacinto José da Luz (1869-1879) e Bernardo, 60 anos, de Nação, custava 100,000 mil reis, era de propriedade de Estanislau Valério da Conceição (1875).

Além destes, é possível notar que alguns escravos possuíam valor idêntico ao da baixela 200,000 mil reis, ou um pouco superior, cerca de 250,000 à 300,000 mil reis. Os escravos com estes custos eram, na maioria, de idade avançada, possuíam alguma doença ou eram recém-nascidos. Independente disso, deve-se levar em consideração que um escravo era um dos bens mais apreciados na sociedade brasileira no século XIX, possuir uma baixela no mesmo valor que um escravo, demonstra o quanto este artigo era valorizado e prestigiado socialmente (observar valor dos escravos no anexo 3).

Realizando uma análise comparativa entre as baixelas e o valor total (montante-mor) dos inventariados é possível perceber que apenas os falecidos mais ricos possuíam este tipo de artigo doméstico, ou seja, apenas as pessoas de melhor poder aquisitivo possuíam louças que formavam conjuntos de um mesmo padrão decorativo. O montante-mor mais baixo dos falecidos que possuíam baixelas é de Francisco Antônio da Silva, no valor de 12.354,650 contos de reis. Apenas 10 inventariados possuíam baixelas entre os bens arrolados.

Analisando o quadro 5, é possível perceber que as baixelas de porcelanas são mais caras que as baixelas de louça fina (ou seja, faiança fina), e as baixelas de jantar são mais caras que as baixelas de chá ou café. As baixelas estampadas (ou *transfer printed*) são mais caras que as pintadas (pintado à mão), e estas, por sua vez, são mais caras que as beira azul (possivelmente shell edged, tipo de louça pintada à mão). Nos inventários pesquisados não foram mencionadas baixelas brancas.

O preço individual das peças (gráfico 7) e das baixelas (tabela 5) permitiram concluir que as peças usadas nos jantares eram mais caras que as peças de chá, situação inversa em relação aos demais centros do Brasil e do exterior (Lima, 1997 e Miller, 1980), no qual os artigos de chá são mais caros que os de jantar.

Lima (1997) lembra que o chá foi um hábito importado do exterior e sua aceitação no Brasil foi peculiar, no sentido de que era uma bebida quente que contrastava com o clima tropical local, ou seja, era uma bebida de luxo. A autora frisa que enquanto na Europa o chá fez parte do processo de libertação das mulheres; no Brasil, se realizou o chá patriarcal, no qual o homem era o personagem principal.

No caso de Desterro é possível supor que o chá patriarcal também fosse praticado. Nesse momento, as mulheres desterrenses poderiam participar de atividades públicas, porém sob o jugo do marido. É importante lembrar a imagem de mulher divulgado pelos jornais locais do século XIX (Pedro, 1992), nos quais as condutas idealizadas para as mulheres, eram das esposas reclusas ao ambiente doméstico, cuidando dos filhos e do marido. Acredita-se que existiam condutas desviantes, porém, essa era ideologia dominante divulgada nos jornais. O preço atribuídos aos recipientes de chá, especialmente a xícara, inferior aos de jantar, especialmente o prato, leva a supor que o ritual do chá, provavelmente, não era tão apreciado localmente, justamente pela questão de gênero que subentendiam. Possivelmente, as regras do chá e o universo de representação feminina ao qual o mesmo está relacionado, não foram internalizados pela sociedade desterrense nesse período.

Analisando as louças com os demais objetos existentes no interior das residências, é possível perceber que existiu uma complementariedade, ou seja, as louças faziam parte de um conjunto de objetos que representavam aquela sociedade. Assim como as louças, os demais objetos das casas, também possuíam a função de passar uma mensagem sobre os seus moradores.

Douglas e Isherwood (2006, p.121) afirmam que "todos os bens são portadores de significados, mas nenhum o é por si mesmo. (...) O significado está na relação entre todos os bens".

Ne sentido, percebe-se que junto às louças importadas, às porcelanas douradas e aos aparelhos de jantar e de chá, encontravam-se pianos, móveis de madeira nobre, mobílias de sala, armários (guarda-louça, guarda-comida, guarda-roupa e guarda-vestidos) e outros.

Muitos desses objetos, conforme mencionados nos inventários, eram artigos importados da Inglaterra, da França e dos EUA (observar anexo 3 e 4 com listagens dos bens dos inventários, alguns informado o país de origem das peças).

No que se refere especificamente à sala de jantar, foram citadas, além das louças, mesas de jantar elástica de jacarandá, cadeiras de jacarandá, mesas acessórias, aparadores, compoteiras de vidro, galheteiros de prata, talheres de prata (para chá e jantar), castiçais de prata e mangas de vidro, taças de cristais, salvas de prata, entre outros.

Na sala de visitas, foram citados mobílias contendo sofás, cadeiras de assento, cadeiras de braços, aparadores, mesas (de palinha, de óleo ou de jacarandá), armários com vidraça para louças, pianos, estantes, marquesas, cômodas com tampo de mármore, relógios de sala, espelhos de parede, quadros de parede, caixas de rapé[30] de prata, imagens de Santos e crucifixos de prata, entre outros[31].

A sala de jantar, segundo Lima (1995b, p.136) era o "espaço de exibição, de representação", onde estavam expostas as "alfaias" da família. Área de convívio público, onde as porcelanas,

[30] As caixas de rapé ou tabaqueiras tinham por finalidade armazenar tabaco em pó (rapé). Podiam ser feitas de ouro, prata, porcelana, faiança fina, madeira, chifre, ossos, tartaruga e outros. O pó (rapé) era aspirado e provocava prazerosos espirros, segundo Lima (1996). O espirro, de acordo com a medicina humoral do século XIX, desobstruía as vias respiratórios e favorecia a eliminação dos humores mucosos. Aspirar rapé era considerado um hábito sofisticado e uma prática elegante. Poderia ser praticado por homens e mulheres, nas ruas ou em casa, em locais públicos ou fechados (Lima, 1996).

[31] É importante destacar que nos inventários não é mencionada as categorias "móveis da sala de jantar"e "móveis da sala de visitas", essas análises foram feitas por associação entre os objetos que, provavelmente, estariam localizados nestes cômodos e pela proximidade deles durante as descrições dos itens da residência dos inventariados. Dessa forma, são associações interpretativas da tese e não dos avaliadores dos inventários.

as faianças finas e os cristais eram servidos. O mobiliário da sala de jantar representava o gosto refinado do anfitrião, bem como poder e hierarquia. Os móveis, devidamente organizados, eram feitos, sobretudo, com madeira de lei, muito bem polidos. Os rituais que passaram a acompanhar os jantares, anunciados pelos manuais de etiqueta e de bons modos, fizeram do jantar "uma cerimônia e a sala de jantar um espaço sagrado" (Lima, 1995b, p.138). Os móveis existentes na sala de jantar representavam o apreço por este cômodo da casa. As mobílias importadas, feitas de madeira nobre, os aparadores, as mesas acessórias e as baixelas de porcelana, entre outros objetos, demonstram que o jantar era, de fato, um ato cerimonial em Desterro.

Normalmente, junto aos móveis da sala de jantar, são citados os aparadores. Braudel (1997, p.274) afirma que este era o "móvel das vaidades", sua função era base / apoio para as louças usadas na refeição.

> Nestes jogos de móveis uns com os outros, o árbitro é a sociedade, que o mesmo é dizer a vaidade. Assim, o aparador é um móvel nascido na cozinha, frequentemente uma simples mesa onde se pousavam os "*mets*" e a numerosa baixela necessária à refeição que se vai servir. Nas casas senhoriais, um segundo aparador conquista a sala principal: aí se expõe a baixela de ouro, de prata ou de prata dourada, as lavandas, os gomis, as taças. Podia ter mais ou menos prateleiras, níveis cabendo à etiqueta fixar o número conforme a qualidade do dono da casa: duas para um barão, aumentando o número conforme a escalada dos títulos (Braudel, 1997, p.274)

A descrição de Braudel (1997) sobre os aparadores é focada na civilização material europeia, no período do século XV ao século XVIII, porém, percebe-se que suas observações adequam-se à sociedade desterrense de fins do século XIX. No entanto, ao invés de títulos nobiliárquicos, eram os cargos públicos o motivo principal das vaidades em Desterro; além disso, mais comum que as baixelas de prata ou de ouro, eram exibidos os aparelhos de

porcelana ou de faiança fina nos aparadores da sala de jantar, frequentes na documentação analisada[32].

A sala de visitas, contudo, não era menos decorada que a sala de jantar, nela também estavam presentes os móveis estrangeiros e os móveis da moda (de palinha, de óleo ou de jacarandá), assim como os pianos, os espelhos, os objetos em prata, os "armários louceiros" e as cômodas com tampo de mármore.

Alencastro (1997) afirma que o piano é um símbolo nobiliárquico, utilizado para ostentação e que estimulava a sociabilização nos bailes, saraus e serões musicais do século XIX.

> De alto valor agregado e de imediato efeito ostentatório – as duas características que fazem desde então a felicidade respectiva dos importadores e dos consumidores brasileiros de renda concentrada – o piano apresentava-se como o objeto de desejo dos lares patriarcais. Comprando um piano as famílias introduziam um móvel aristocrático no meio de um mobiliário doméstico incaracterístico e inauguravam - no sobrado urbano ou nas sedes das fazendas – o salão: um espaço privado de sociabilidade que tornará visível, para observadores selecionados, a representação da vida familiar. Saraus, bailes e serões musicais tomavam um novo ritmo. Vendendo piano, os importadores comercializavam – pela primeira vez desde 1808 – um produto caro, prestigioso, de larga demanda, capaz de drenar para a Europa e os Estados Unidos uma parte da renda local antes reservada aos comércio com a África, ao trato negreiro (Alencastro, 1997, p.47).

Os pianos são registrados em apenas 8 inventários, supõe-se, devido a isso, que era um artigo caro e acessível para poucas famílias de Desterro. Os inventariados que possuíam pianos eram: Martinho José Callado (1857), João de Souza Ribeiro (1858), Silvério Ferraz Pinto de Sá (1860), Maria Amalia da Luz (1861), Joaquim de Almeida Coelho (1864), João Pinto da Luz (1866), Jacinto José da Luz (1869-1879) e Estanislau Valério da Conceição (1875). No

[32] É importante destacar que existem baixelas de prata nos inventários analisados, porém, não estão avaliados como baixelas, mas enquanto recipientes individuais em prata. Observar anexo 3.

inventário de Joaquim de Almeida Coelho (1864) existe menções a presença de 2 pianos na mesma residência[33].

Além de ser um artigo caro, o conhecimento de como manusear este instrumento era uma forma de exibir bons modos e "polidez". Normalmente, essa função era desempenhada pelas mulheres (Santolin, 2009).

> Pôde-se observar também a predominância do piano na vida das classes de famílias abastadas, principalmente como complemento da educação das jovens que, além de música e piano, aprendiam a coser, cortar, bordar, cozinhar, também línguas estrangeiras, ciências e dança (Santolin, 2009, p.40).

No armário louceiro ou guarda-louça, possivelmente localizado entre os móveis da sala, ficavam reservadas as ricas louças da família. Esse móvel possuía a função de exibir os objetos do seu interior (mais do que guardar), as portas de vidro permitiam que as louças pudessem ser observadas pelos visitantes, demonstrando o quanto eram caras e requintadas. É provável que o rico aparelho de porcelana de Jacinto José da Luz, no valor de 200,000 mil reis, possuísse um armário louceiro próprio e imponente para guardar tamanha preciosidade familiar.

O guarda-louça poderia, também, estar localizado na sala de jantar, junto aos aparadores. Enquanto os guarda-louças exibiam artigos guardados para serem usados em ocasiões muito especiais, os aparadores exibiam as peças que estavam sendo utilizadas na refeição daquele momento.

As cômodas com tampo de mármore, às vezes estavam localizada junto aos móveis da sala e, às vezes, junto aos móveis do quarto. Braudel (1997) afirma que as cômodas se tonaram os

[33] Inventário de Coronel Joaquim de Almeida Coelho, realizado no ano de 1864, possui 1 piano novo Hamburguez , avaliado em 600,000 mil reis e 1 piano velho, avaliado em 30,000 mil reis. O montante-mor deste inventariado é de 18:002,710 contos de reis.

móveis da moda no século XVIII e XIX na Europa, possivelmente, por isso, estavam distribuídos por todos os cômodas das casas desterrenses.

> Lançada por uma nova moda num século de elegância rebuscada, a cômoda será logo um móvel luxuoso, de linhas elaboradas, cujas formas retilíneas ou sinuosas, diretas ou reentrantes, maciças ou esbeltas, os embutidos, as madeiras preciosas, os bronzes, as lacas, seguem rigorosamente as leis de uma moda que se transforma, incluindo a moda das "chinesices", com as diferenças que conhecemos entre os estilos "Luís XIV" e o "Luís XV" ou o "Luís XVI". Móveis de base, móveis ricos, as cômodas só no século XIX se generalizam (Braudel, 1997, p.275).

Nas paredes e sobre as mesas, das salas de visita e de jantar, era possível que algumas louças decorativas fossem encontradas, como vasos chineses e pratos ingleses, além é claro, de uma escarradeira de porcelana ou de faiança fina, indispensável numa sala de visita que se prese.

As escarradeiras, segundo Lima (1996) estão relacionadas ao hábito de expelir secreções em público e assim com as caixas de rapé, fazem parte dos ditames da medicina humoral do século XIX, segundo a qual, os humores corporais deviam ser eliminados. Normalmente, as escarradeiras ou cuspideiras eram colocadas ao pares, nas salas, ladeando os sofás, ficavam no chão, à disposição dos familiares e dos visitantes. Segundo Lima (1996), cuspir e escarrar eram atos socialmente tolerados e elegantes para sociedade brasileira do século XIX. Possivelmente, por essa razão, as escarradeiras estão incluídas entre os recipientes caros, artigos de luxo, conforme pôde ser observado na tabela 7.

A sala de jantar e a sala de visitas, áreas públicas da casa, funcionavam como vitrines da família. Os objetos existentes no seu interior eram da melhor qualidade e os mais caros, representavam lugares de sociabilização, onde a casa se abria aos externos, onde ocorriam as refeições e os chás formais.

Os itens a seguir ilustram os tipos de bens, móveis e imóveis, existentes na residência do Comendador João Pinto da Luz, inventariado em 1886, o qual possuía o maior montante-mor dos inventários analisados, total de 156.264,369 contos de reis:

> 1 morada de casa de Sobrado na rua Augusta (20.000,000), 1 morada de casas (o armazém), ao lado do sobrado e 1 casa de sobrado na rua do Príncipe (8.000,000), 1 parte de 1 chácara e casa na rua do Príncipe (3.000,000), 10 escravos: Dorothea, preta, de 30 anos (800,000), Margarida, 32 anos (100,000), José, crioulo (filha da Margarida) (500,000), Delfina, parda, 17 anos (800,000), Francellina, 14 anos (800,000), Francisco, preto, 34 anos, José, 36 anos (700,000), Narciso, 32 anos (500,000), Feliciano, 24 anos (800,000), Faustina, preta (600,000). Objetos em Prata:1 par de castiçais de prata (92,160), 1 par de castiçais de prata (97,280), 1 castiçal de prata (93,440), 1 castiçal de prata (93,440), 2 castiçais de prata (83,200), 1 paliteiro de prata (20,480), 1 paliteiro de prata (21,760), 1 bule de prata (12,600), 1 perfumador (50,326), 1 salva (99,840), 1 salva (55,680), 2 salvas (53,760), 1 tesoura e 1 bandeja (38,400), 24 colheres (103,680), 2 conchas de prata para sopa (33,200), 12 garfos (107,500), 5 garfos (20,480), 1 tinteiro de prata (84,480), 12 talheres (53,760), 1 porção de prata quebrada (40,320), 1 cômoda com brilhantes (800,000), 1 cômoda com prata dourada (80,000), 1 hábito de brilhante (150,000), 1 hábito de prata dourado (25,000), 1 relógio de ouro (150,000), 1 tacho de cobre (39,000), 1 tacho de cobre (18,000), 1 canoa grande bordada e seus pertences (200,000), 1 mobília de sala em bom estado (200,000), 1 mobília de sala em meio uso (150,000), 2 cômodas (50,000), 1 lavatório com tampo de mármore e seus pertences (80,000), 1 lavatório com seus pertences em meio uso (30,000), 1 cama francesa de casal (100,000), 1 cama (80,000), 1 cama (50,000), 1 cama para solteiro (30,000), 5 marquesas (35,000), 4 pares de mangas de vidro (24,000), 6 cadeiras de jacarandá (18,000), 4 aparadores (24,000), 1 dúzia de cadeiras (40,000), 1 dúzia de cadeiras (40,000), 1 mesa elástica (70,000), 1 guarda-louça (40,000), 1 guarda-louça (40,000), 1 guarda comida (40,000), 1 guarda comida (40,000), 1 guarda vestido (60,000), 1 guarda roupas (50,000), 1 secretaria (60,000), 1 piano forte de jacarandá (30,000), 1 guarda cavacos (?), 1 candelabro (?), 1 tapete (30,000), 1 relógio de sala (25,000), 1 lustres (10,000), 1 carroça para agua (50,000), 1 carroça para carga (50,000), 4 glebas de vidro (12,000), 1 cama para criança (10,000), 1 cama para criança (10,000), 1 besta (30,000), 1 porção de livros (100,000), 1 porção de madeiras (?),1 porção de louça e "três caninha" (150,000).

No que se refere aos escravos, pode-se dizer que estes estão incluídos entre os bens de valor representativo para a sociedade desterrense. Muitas vezes os senhores dos escravos não possuíam grandes propriedades de terra, nas quais o trabalho braçal pudesse ser empregado, a maioria, com algumas exceções, era utilizado nos serviços domésticos e no comércio, como escravos de ganho. Dessa forma, acredita-se que, para esta sociedade, ter escravos eram um investimento e uma forma de demonstrar riqueza, não uma necessidade para maioria das pessoas ricas e emergentes.

No inventário de Martinho José Callado, de 1857, por exemplo, são avaliados 24 escravos, o maior número de escravos entre os inventários pesquisados. O falecido possuía 8 residências, algumas braças de terras e 1 engenho, além de diversos bens no interior da residência. O montante-mor foi avaliado em 77.606,698 contos de reis. O engenho e a chácara de Martinho José Callado estavam situadas na localidade de Boa Vista, bairro próximo ao Morro da Rita Maria, considerado um local lindo e agradável (Veiga, 2008).

Os escravos descritos no inventário de Martinho José Callado eram, provavelmente, empregados como mão-de-obra na chácara ou para moer a cana do engenho, porém, certamente, alguns eram utilizados nos trabalhos domésticos. Receber um convidado com um criado bem treinado representava refinamento social.

Em relação aos imóveis, pode-se dizer que o aluguel era uma fonte importante de riqueza para algumas famílias de Desterro. O falecido Amaro José Pereira, por exemplo, inventariado em 1866, possui o maior número de imóveis entre a documentação pesquisada, com o total de 21 residências, 2 chácaras, vários terrenos e 3 escravos, montante-mor no valor de 32:442,636 contos de reis.

As residências descritas no inventário de Amaro José Pereira estavam localizadas em pontos nobres da cidade de Desterro, como no Largo do Palácio (atual Praça XV), onde possuía um sobrado no valor de três contos e quinhentos mil reis (3:500,000); na rua Augusta (atual

Conselheiro Mafra e João Pinto), onde possuía morada de casas de vivenda com um mirante, no valor de três contos de reis (3:000,000) e; na rua do Livramento (atual rua Trajano), onde possuía uma casa térrea, no valor de oitocentos mil reis (800,000), além de outras 19 propriedades em pontos diversos da cidade.

Provavelmente, o aluguel desses imóveis era bastante elevado e contribuía significativamente com a renda familiar. A rua Augusta era considerada como a rua do comércio de importação, dos artigos náuticos e dos armadores (Veiga, 2008), o imóvel descrito no inventário de Amaro José Pereira, existente nessa rua (morada de casa de vivendas), deveria, possivelmente, abrigar algum Armazém, porém, não pertencente à este inventariado, já que a relação dos bens do armazém não constam nessa documentação. A residência no Largo do Palácio era, possivelmente, destinada à família, área nobre, vizinha ao governador.

Além deste, outros 7 inventariados possuíam imóveis no Largo do Palácio, e podem ser considerados como "vizinhos" dos governadores, são eles:

- Maria Rita da Conceição, falecida em 1861, montante-mor no valor de 2.189,300 contos de reis, possuía "1 morada de casas com duas janelas e 1 porta ao lado da Igreja Matriz que precisa de conserto", avaliada em 1.600,000 contos de reis;
- Maria Amalia da Luz, falecida em 1861, montante-mor no valor de 99.826,890 contos de reis, possuía "1 morada de casas de sobrado em frente ao Mercado", avaliada por 20.000,000 contos de reis;
- Francisco Candido de Mello, falecido em 1866, montante-mor no valor de 4.718,330 contos de reis, possuía "1 casa na rua do Governador nº1", avaliada por 1.200,000 contos de reis;
- Felizarda Amalia da Costa Brocardo, falecida em 1863, montante-mor no valor de 9.863,080 contos de reis, possuía "1 morada de casas na rua do Palácio", avaliada em 5.000,000 contos de reis e "7,5 braças de terras na rua do Palácio", avaliada por 400.000 mil reis;

- Coronel Joaquim de Almeida Coelho, falecido em 1864, com montante-mor no valor de 18.002,710 contos de reis, possui "1 morada de casa de sobrado na Praça do Palácio, esquina na rua Aurea, tendo 4 janelas de frente para a mesma rua, 2 armazéns e quintal murado", avaliada em 10.000,00 contos de reis;
- Jacinto José da Luz, inventariado entre 1869 – 1879, montante-mor no valor de 146.683,674 contos de reis, possuía "1 morada de casa de sobrado no Largo do Palácio", avaliada em 12.000,00 contos de reis e;
- Estanislau Valério da Conceição, falecido em 1875, montante-mor no valor de 36.668,782 contos de reis, possui "1/3 da casa do sobrado no largo do Palácio nº 14", avaliado em 4.000,000 contos de reis.

As residências vizinhas ao Palácio era de custo elevado, algumas chegavam a valer a metade do montante-mor do inventariado, com variações de preço entre 1.200,000 à 20.000,000 contos de reis. Certamente, a proximidade com o governador e com o núcleo central de Desterro (Palácio, Igreja, Casa de Câmara e Cadeia, Praça e Mercado) contribuíam para elevar o preço desses bens imóveis.

Por fim, pode-se perceber que além dos móveis e das louças, os imóveis e os escravos também são considerados símbolos de propriedade que informam valores, estilos de vida e regras de conduta apreciadas pela sociedade desterrense do século XIX. Os inventários analisados são fartos em artigos que comunicam o modo de vida da alta sociedade local, formada, sobretudo, por emergentes comerciantes-políticos preocupados em demonstrar a qual grupo social desejavam estar relacionados.

2.3 Interpretando os dados históricos

Braudel (1997, p.275) afirma que a suntuosidade, o grandiosidade, a encenação social e o luxo, dominam o gosto do exterior (arquitetura) e do interior (móveis, bens, refeições e comportamentos) das casas ocidentais após o século XV. O autor ressalva que o importante não é o móvel ou o imóvel propriamente dito, mas a atmosfera e a arte de viver que tais objetos passaram a representar. A afirmação de Braudel (1997) refere-se a civilização europeia (sobretudo França e Inglaterra) entre os séculos XV e XVIII, porém, cabe em "grau e medida" ao contexto desterrense da segunda metade do século XIX.

Realizando a análise dos dados fornecidos pelos inventários *post mortem* de Desterro do século XIX, pode-se afirmar que a alta sociedade, nesse período, estava "em dia" com a moda e com as regras de etiqueta adotadas pela Corte do Rio de Janeiro e possuía a necessidade de exibir seu bom gosto e riqueza recentemente adquirida, através de objetos/bens domésticos.

Alencastro (1997) afirma que o maior acréscimo nas importações de artigos estrangeiros no Brasil ocorreu após 1850, com fim do tráfico de escravos. Junto aos artigos importados e o deslocamento da corte real para o Rio de Janeiro em 1808, os hábitos da sociedade carioca transformaram-se e se espalharam, de modo peculiar, por várias regiões do Brasil.

No caso de Desterro, é possível perceber que estes hábitos europeizados foram amplamente internalizados pela alta sociedade local. Os bens domésticos e os imóveis demonstram que a exibição da riqueza e os hábitos estrangeiros foram adotadas pelo grupo de comerciantes emergentes desterrenses e ditaram o comportamento de consumo local.

A partir da pesquisa desenvolvida foi possível observar móveis e utensílios utilizados em atividades cotidianas e eventuais nas residências locais, como por exemplo, jantares íntimos e

jantares formais, chás patriarcais, momentos de repouso, convivência, sociabilização e artigos de higiene, os quais seguiam as regras da medicina humoral do século XIX .

A década de 1850 de Desterro marcou o fortalecimento de uma elite local, na qual algumas famílias endinheiradas, de naturalidade catarinense, começaram a se afirmar no cenário político, econômico e cultural. Esse grupo emergente foi formado, especialmente, por comerciantes ou profissionais que desempenhavam funções ligadas às atividades do Porto.

O comércio, apesar de pequeno se comparado com outras regiões do Brasil, foi o gerador de riqueza de uma parte da população e estimulou a circulação de mercadorias (Hübener, 1981 e Goulart Filho, 2007). As autoridades civis começaram a ser escolhidas entre os elementos mais expressivos da sociedade local (Cabral, 1979). Essa situação demonstrou que a capital catarinense estava perdendo sua função inicial, defensiva-militar, e adquirindo um aspecto moderno e comercial.

Nesse contexto de afirmação, exibir o poder aquisitivo recentemente adquirido e informar, através de objetos, a qual grupo social desejava estar relacionado, tornaram-se preocupações fundamentais para essa parte da sociedade. Nesse sentido, os bens móveis e imóveis, os escravos, as louças importadas e as mobílias passaram a ser importantes demarcadores sociais (Douglas e Isherwood, 2006), caracterizados como símbolos utilizados para tornar nítida as fronteiras sociais entre o esse grupo emergente de comerciantes e o restante da população, formada de trabalhadores livres pobres e de escravos.

A partir da análise dos inventários é possível observar o comerciante catarinense como um homem público, urbano e moderno, visto sua preocupação em equipar a sala de jantar e de visitas - cômodos públicos e de sociabilização - com móveis caros e representativos. De fato, eram nesses cômodos que os convidados eram recebidos, logo, a preocupação em preenchê-los como móveis de luxo demonstra que as atividades sociais eram praticadas e apreciadas internamente.

Percebe-se que a imagem do "homem ideal", noticiada nos jornais do período (Machado V, 2001), está em sintonia com os utensílios existentes nas residências dos inventariados pesquisados. Nas salas de jantar e nas salas de visitas predominam os artigos caros como as mobílias de madeira nobre, os espelhos, os pianos, as escarradeiras, as caixas de rapé de prata, os aparadores, as cômodas, os armários louceiros e as louças importadas.

As salas de visitas e de jantar se abriam aos convidados quando eram realizados os jantares, bailes, chás dançantes, saraus literários e demais cerimônias sociais que se tornaram frequentes, na cidade, a partir de 1850. Os convidados dessas ocasiões eram, também, na maioria da vezes, comerciantes e/ou servidores públicos, assim como o anfitrião. Muitas vezes, em tais ocasiões, ocorriam reuniões políticas.

De acordo com a pesquisa desenvolvida, percebe-se que os artigos de louça eram expressivos nas residências dessa elite emergente. Alguns recipientes de louças formavam baixelas, as quais poderiam valer mais, ou tanto quanto, um escravo. Existiam móveis feitos especialmente para armazenar ou exibir as louças, como o aparador e o guarda-louças com portas de vidro. Algumas vezes, as louças poderiam ser, também, encontradas pelas paredes (pratos decorativos), sobre as mesas (vasos de flores), ou pelo chão (escarradeiras e cuspideiras), além é claro, do urinol, localizado na quarto, camarinha ou outros lugares íntimos da casa.

A análise dos preços das louças descritas nos inventários dos armazéns, permitiu perceber que a escala de valores proposta por Miller (1980), criado para o contexto norte-americano e com base nos valores de louças da Inglaterra, aplicam-se ao contexto de Desterro, ou seja, as peças mais caras eram as decoradas em *transfer printed*, as mais baratas eram as brancas, ou sem decoração e as intermediárias, eram as pintadas à mão. Como exceção para as porcelanas, que só pela característica da pasta possuíam um valor mais elevado que as demais.

De acordo com o tipo e o preço dos recipientes, pode-se afirmar que os jantares formais eram do conhecimento da sociedade desterrense. Em bailes, saraus, reuniões políticas e demais eventos sociais, os jantares estruturados (à *la française* ou à *la russe*) eram praticados. Porém, no cotidiano, o modelo de refeição lusa, com adaptações regionais e menor formalidade era o mais frequente (Lima, 1995b e Lucas, 1994).

Os inventários analisados apresentam um quadro geral do comportamento da elite política local emergente, a análise das louças do MHSC apresentam, de forma particular, o comportamento do grupo doméstico do governadores de Santa Catarina.

3. SÍTIO ARQUEOLÓGICO PALÁCIO CRUZ E SOUZA OU MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA

O sítio arqueológico Palácio Cruz e Souza ou Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC) está inserido no universo de pesquisa arqueológica mencionada no capítulo 1, no entanto, apresenta algumas peculiaridades que o torna semelhante, por um lado, e diferente, por outro, dos demais sítios arqueológicos históricos de Florianópolis.

O Palácio Cruz e Souza caracteriza-se por ser um sítio do tipo doméstico, pesquisado pela Empresa Geoarqueologia, coordenada pelo arqueólogo Osvaldo Paulino da Silva, no ano de 2002 e 2003. Foi identificado devido a um trabalho de arqueologia preventiva e antevendo uma obra de restauro arquitetônico, que seria empreendida no pátio do MHSC.

Grande parte dos sítios arqueológicos históricos de Florianópolis inclui-se nesse contexto de pesquisa, no qual os trabalhos de levantamento e de salvamento são motivados e orientados pela restauração arquitetônica. Entretanto, diferente da maioria, o Palácio Cruz e Souza foi escavado por dois anos consecutivos. O arqueólogo responsável visou esgotar a cultura material existente no sítio, gerando cerca de 70 mil peças na coleção, as quais representam, em quantidade e qualidade, a ocupação do Palácio. A preocupação e apreço com o material arqueológico permitiram que essa tese pudesse ser realizada e que outros trabalhos venham a ser produzidos sobre o mesmo objeto de estudo.

Por outro lado, apesar dos esforços em campo, a análise em laboratório ainda não foi finalizada. Atualmente, os artefatos encontram-se higienizados e vêm passando pelo processo de inventário na Empresa Geoarqueologia. A interpretação e a divulgação dos resultados de campo e de laboratório ainda não foram concluídas.

Nesse aspecto, o sítio arqueológico Palácio Cruz e Souza assemelha-se à maioria dos sítios arqueológicos históricos de Florianópolis, que não focam a pesquisa da cultura material. Existem poucos conhecimentos sobre as louças, os vidros, os metais, as cerâmicas, os restos alimentares e os demais materiais históricos existentes nos sítios da capital catarinense, conforme já mencionado no capítulo 1.

Com o apoio institucional da UTAD (Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro) e a disponibilidade do arqueólogo Osvaldo Paulino da Silva em fornecer o material de pesquisa e a infraestrutura necessária para a análise das louças, esta tese de doutorado pode ser realizada e a cultura material desse sítio foi analisada.

Tendo em vista que o sítio arqueológico Palácio Cruz e Souza era a residência da família dos governadores catarinenses no período de 1750 à 1954, o mesmo foi incluído na categoria de sítio arqueológico doméstico. Em Florianópolis, esta categoria compreende o total de 6 sítios, são eles: Casa D´Itália, Casa Natal de Victor Meirelles, Palácio Cruz e Souza, Casa da Praia do Saquinho, Barra da Lagoinha e Aldeia Fluvio Aducci (observar anexo 1).

Enquanto um sítio arqueológico doméstico, cabe analisar características que delimitem essa categoria, ou seja, torna-se importante analisar definições, ou pontos de vistas em comum, acerca do que é um sítio arqueológico doméstico.

Wilk e Rathje (1982), Beaudry (1984), Mrozowski (1984), Blanton (1993), Hendon (1996), Symanski (1997), Allison (1998, 1999), Barile e Brandon (2004), Tocchetto e Medeiros (2009) demonstraram que o estudo dos sítios arqueológicos domésticos não se restringem às estruturas físicas de uma casa; ao controle do chefe da família sobre o comportamento de consumo das pessoas que vivem naquela residência; às noções de família enquanto grupos consanguíneos ou de parentesco; ao isolamento desse grupo enquanto autossuficiente das relações sociais externas e nem como receptores passivos dessas influências externas.

Uma fazenda cafeeira do século XIX, por exemplo, com suas plantações, senzalas, áreas de uso comum, casa grande, cozinha e outras estruturas, pode ser considerada, como um todo, um sítio doméstico. Além disso, segundo os autores, junto aos chefes de família, tradicionalmente representado na figura masculina, convive a esposa, as crianças, os agregados e os empregados (entre outros); os quais também fazem parte do ambiente doméstico e interferem no padrão de consumo daquela residência.

Nesse sentido, a unidade doméstica é marcada pela diversidade social, étnica e de gênero (entre outras), haja vista que seus componentes possuem diferenças de idade, de sexo, do papel que desempenham na sociedade, de interesses e de formas de relacionamento entre si e com os outros. Além do mais, muitas vezes, os laços que unem um grupo doméstico nem sempre são estabelecidos por relações de sangue, às vezes, podem ser caracterizados por relações de trabalho, de subserviência ou de amizade.

É importante destacar que um sítio arqueológico doméstico é uma unidade social, marcada pela dinâmica nas relações estabelecidas entre as influências externas (estruturas econômicas, culturais, legais, políticas e outras) e a leitura particular do mundo, distinguida pelas individualidades, idiossincrasias e diversidades desse grupo em particular.

Symanski (1997) afirma que, com raras exceções, as evidências materiais provenientes dos grupos domésticos podem ser atribuídas à indivíduos específicos. Na maior parte dos casos estão "relacionadas às mais diversas atividades que foram realizadas dentro e fora das estruturas de habitação, essas evidências fornecem informações sobre o grupo doméstico como um todo, o que pode incluir, além da família nuclear, agregados, pensionistas e empregados" (Symanski, 1997, p.42).

De forma sintética, Symanski (1997) afirma que o conceito de grupo doméstico compreende a ocupação de um espaço para propósitos residenciais, antes do que laços familiares. E afirma

que esta unidade social pode ser melhor compreendida analisando a unidade física utilizada como residência, ou seja, o domicílio.

Beaudry (1984, p.31) entende que a estrutura arquitetônica da casa ("*dwellings*") caracteriza a unidade física de um sítio doméstico e o grupo doméstico ("*household*") caracteriza a unidade social de pesquisa.

Allison (1998, p.26) afirma que apesar de ser verdade que os arqueólogos não escavam *household*, conforme sugere Wilk e Rathje (1982), também é verdade que eles não escavam só casas ou estruturas arquitetônicas: "While it is true to say that archaeologists do not dig up households it is also true to say that they do not just dig up houses. Whenever they dig settlement sites they invariably dig up household material culture".

Beaudry (1984) define sítio arqueológico doméstico como o local onde convive um grupo de pessoas que utilizam o mesmo espaço físico para propósitos relacionados a comer, dormir, descansar, compartilhar momentos lazer, cuidar dos filhos e procriar. Esse grupo doméstico pode ser composto por uma família nuclear e não nuclear (Blanton, 1993), além de empregados, inquilinos, pensionistas, visitantes e outros.

> A household is a "co-resident domestic group" composed of "those who share the same physical space for the purposes of eating, sleeping, taking rest and leisure, growing up, childrearing, and procreating" (Laslett 1972: 24). Laslett tends to restrict the residence or dwelling to the place in which the aforementioned actives took place; he does not include task performed out of doors (Laslett 1972:24). The definition, however, does take into account several factors of interest to archaeologist. In his three criteria for the delineation of household, Laslett cites location, function and relationship as being of prime concern. The household members habitually sleep under the same roof, share in a variety of actives, and are related by kinship, marriage, or some other, less direct means. Nonrelatives, termed "inmates", include servants, lodgers, boarders, and visitors (Beaudry, 1984, p.30)

Tocchetto e Medeiros (2009) lembram que, além das atividades descritas por Beaudry (1984), relacionadas à habitação; as unidades domésticas também podem ser caracterizadas como unidades produtivas. Nesse sentido, citam como exemplo os "vários domicílios urbanos e periféricos, cumprindo também funções de produção no Brasil oitocentista" (Tocchetto e

Medeiros, 2009, p.127). Assim, além de serem utilizadas com propósitos relacionados à comer, dormir, descansar, compartilhar momentos de lazer, cuidar dos filhos e procriar, as unidades domésticas também podem ser utilizadas para trabalhar.

Allison (1999) acredita que o estudo arqueológico sobre casas e grupos domésticos é uma importante fonte de informação sobre o passado. O autor considera que este tipo de unidade de investigação, marcada pela diversidade social e cultural, é capaz de fazer uma espécie de filtragem entre as informações passadas pela sociedade de modo geral e as práticas culturais individuais. Trata-se de um sistema social (Allison, 1998) marcado pela dinâmica (Hendon, 1996) das relações sociais entre seus membros e o mundo externo.

> That world has the potential to bring innovation into dwelling spaces but the dwelling spaces also provide the security through which we learn to negotiate acceptable relationships with these new ideas, and to formulate and test our own. The forms and patterns of dwellings (the architecture) can act as a medium through which the outside world (the wider community) can exercise control over the activities within. At the same time the physical structures provide the means to separate these activities from the direct influence of that wider society— 'a sanctuary from the perils outside' (Ardener 1993:11). For these reasons, architecture can never totally dictate the behavior within its spaces. Its façades, and its internal divisions, serve as shields of social conformity behind which the traditions and the patterns of human interrelationships are formulated and enacted (Allison, 1999, p.1)

Barile e Brandon (2004, p.7) afirmam que "we do not believe in a single, universal definition or approach to the household". Segundo os autores, a definição de grupo doméstico possui significados diferentes de acordo com o contexto histórico da pesquisa, com a metodologia e a teoria utilizada pelo investigador e por isso, não acreditam em uma definição que seja singular e universal sobre sítio arqueológico doméstico. Segundo os autores, tanto no passado quanto no presente, existiram e existem definições diversas para as expressões casas, residências, famílias e grupos domésticos.

No caso do sítio arqueológico Palácio Cruz e Souza, vários grupos domésticos utilizaram as estruturas do Palácio para fins relacionados à comer, dormir, descansar, compartilhar momentos de lazer, cuidar dos filhos, procriar e trabalhar. Esses grupos eram formados pelos governadores de Santa Catarina, suas esposas, filhos, demais familiares, escravos, empregados (guardas e funcionários públicos) e visitantes. Os mesmos interferiram no tipo de artefato arqueológico que foi descartado como lixo doméstico e se fazem representar na cultura material recuperada no sítio.

A análise das louças recuperadas na lixeira desse sítio permitiu perceber uma série de atividades, cotidianas e esporádicas, realizadas pela diversidade de personagens que compunham o grupo doméstico que conviveu no Palácio do Governo de Santa Catarina nos séculos XVIII e XIX.

Entretanto, é importante considerar que além de ser uma unidade residencial, o Palácio era uma unidade política, que representava o poder público do Estado de Santa Catarina. Nesse sentido, diversos despachos, reuniões, jantares sociais e demais ocasiões políticas e administrativas eram ali realizadas. A representatividade pública interferiu fortemente sobre as escolhas de consumo dos bens existentes no interior do Palácio e consequentemente no lixo doméstico que foi descartado.

Assim sendo, além de uma unidade doméstica, utilizada para fins residenciais, o Palácio foi também uma unidade política, que abrigou os grupos domésticos mais importantes politicamente de Desterro e de Santa Catarina no século XIX. Os mesmos eram vitrines, em termos de comportamento, para a sociedade oitocentista desterrense. Eram os tradutores oficiais das ações, decisões e regras de condutas da Corte do Rio de Janeiro em Santa Catarina. Possivelmente, elaboraram leituras particulares dessas decisões de acordo com a realidade social, cultural, econômica e política local, bem como, de acordo com a característica do grupo doméstico que compunham.

Assim sendo, a análise do material arqueológico proveniente desse sítio apresenta as escolhas de consumo dos grupos domésticos que utilizaram o Palácio para propósitos residenciais e políticos, bem como, a forma como estes grupos elaboraram suas escolhas e classificações do mundo.

Gibb (1996) afirma que o estudo do material arqueológico de uma unidade doméstica representa as escolhas e as visões de mundo do grupo doméstico que residiu naquele local. O autor acredita que consumo dos bens domésticos são práticas culturais nas quais as famílias criam sua identidade e a tornam visível aos demais membros da sociedade. O autor afirma que essas escolhas, são de certa forma, influenciadas pelas relações sociais externas, porém, adaptadas à realidade social e cultural daquele grupo doméstico, conforme ressalvado por alguns dos autores citados anteriormente.

Diante destas considerações, a seguir são feitas descrições das etapas da pesquisa arqueológica desenvolvida no sítio arqueológico Palácio Cruz e Souza, apresentando a metodologia de campo e as interpretações das estruturas arquitetônicas identificadas do quintal, bem como, a classificação, análise e interpretação das louças encontradas na lixeira do Palácio Governo de Santa Catarina, as quais trazem informações significativas sobre os grupos domésticos que utilizaram essas estruturas para fins residenciais e políticos e sobre o comportamento de consumo dos mesmos.

3.1. Caracterização da pesquisa arqueológica realizada no sítio

O sítio arqueológico Palácio Cruz e Souza foi escavado nos anos de 2002 e 2003. Antes disso porém, no ano de 2001, realizou-se uma sondagem geofísica na parte interna e externa do

Palácio, sem intervenções no solo. Algumas peças recolhidas em campo foram utilizadas em exposições nos anos de 2003, 2004 e 2007 e procedeu-se a triagem desse material nos anos de 2008 e 2009[34].

Cabe destacar que a primeira intervenção arqueológica no sítio ocorreu a partir de uma iniciativa da Associação Amigos do MHSC, que tinha por objetivo executar um projeto de paisagismo na área externa do Palácio e solicitou, ao IPHAN, a viabilidade de um estudo arqueológico, de caráter preventivo, que focasse na preservação dos possíveis materiais ali existentes. Com esse objetivo, foi contratada a empresa Geoarqueologia, sendo os recursos investidos nessa atividade, oriundos da Eletrobrás, através de uma lei de incentivo à cultura.

As atividades iniciaram-se em 2002, porém, não puderam ser concluídas, visto que as dimensões do sítio e a riqueza do material eram maiores que as esperadas. Essa situação gerou a necessidade de um novo projeto de pesquisa e a busca por novos patrocinadores. Em março de 2003, a partir de um acordo firmado entre a Associação Amigos do MHSC e a Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGás), os trabalhos de campo foram retomados e terminados.

O sítio arqueológico foi dividido em setores e quadrantes durante as escavações, para facilitar o controle das informações de campo. As áreas escavadas, por terem ocorrido em pontos específicos das dependências externas do Palácio, receberam denominações, também, específicas.

A área correspondente ao estacionamento, localizada aos fundos do Palácio, foi denominada de "Setor I", onde se evidenciou vestígios arquitetônicos e muitos materiais arqueológicos. A área localizada ao lado oeste do Palácio, voltada para a Praça XV de Novembro, foi denominada de "Setor II". Nesta área, escavaram-se os vestígios de uma edificação construída no século XIX, possíveis estruturas arquitetônicas pertencentes à antiga Casa da Guarda e

[34] As informações desse item foram extraídas dos relatórios e projetos das escavações do MHSC (Silva, 2001a; Silva,2002b; Silva, 2003a; Silva, 2003b; Silva, 2003c; Silva, 2003d; Silva, 2003e; Silva, 2003f; Silva, 2003g) e do Projeto de Inventário do Material Arqueológico do MHSC (Silva e Soares, 2010), bem como dos diários de campo, desenhos e fotos elaborados pela empresa Geoarqueologia.

uma galeria de drenagem, cuja função seria a de conduzir o esgoto para fora das dependências do Palácio. No jardim leste, voltado à Rua Tenente Silveira, abriu-se uma trincheira com o objetivo de buscar vestígios de uma antiga casa de governo, cuja construção teria ocorrido anterior ao atual Palácio, denominada de trincheira "leste", porém, nada foi identificado. A área total da escavação correspondeu à cerca de 300 m^2 (figura 23).

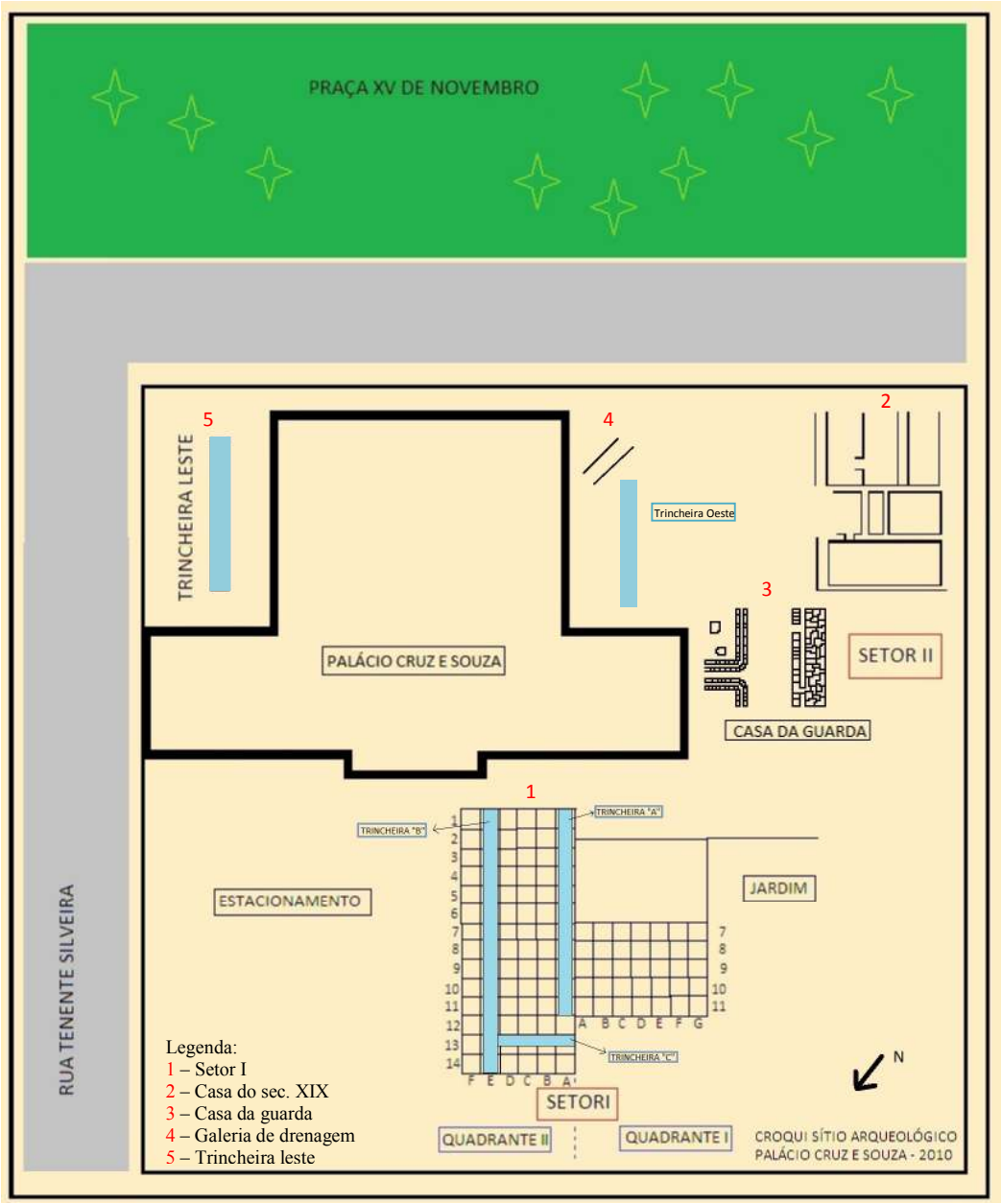


Figura 23: Croqui, sem escala, do sítio. Autora: Fernanda Codevilla Soares.

Antecedendo a primeira atividade arqueológica realizada no pátio do Palácio, no ano de 2001, foi realizada uma varredura geofísica na qual foram identificadas anomalias no subsolo da área interna e externa do MHSC, as quais poderiam indicar possíveis concentrações de vestígios arqueológicos. A varredura foi realizada pela empresa Geopesquisa, utilizando o método RAMAC (Geo Radar) e atingiu uma profundidade de 7 metros (figura 24 e 25).

Figura 24: Sondagem geofísica na área interna do Palácio
(Foto: Osvaldo Paulino da Silva, 2001).

Figura 25: Sondagem geofísica na área externa do Palácio.
Setor I, quadrante II (Foto: Osvaldo Paulino da Silva, 2001).

No ano de 2002 foram realizadas prospecções arqueológicas na área externa do Palácio, com o objetivo de averiguar se os pontos (anomalias) apresentados nas sondagens geofísicas eram, de fato, de interesse arqueológico. Foi sondado cerca de 180 m^2 nos setores I e II da área externa. A área interna não foi prospectada.

Figura 26: Sondagem manual baseada nos pontos do georadar.
Setor I, quadrante II, nível superficial, camada entulho (Foto: Osvaldo Paulino da Silva, 2002).

Figura 27: Sondagem mecânica controlada nos pontos do georadar.
Setor I, quadrante II, nível superficial, camada entulho (Foto: Osvaldo Paulino da Silva, 2002).

As prospecções foram realizadas de forma mecânica controlada e manual (figura 26 e 27), os trabalhos foram registrados por meio de fotografias, croquis, plantas e desenhos. O material arqueológico encontrado foi recolhido e devidamente acondicionado em sacos plásticos, com identificação do sítio, do setor, do nível, da data e do pesquisador.

No Setor I, as anomalias foram encontradas entre 1,50 a 2,20 m de profundidade. No Setor II, as anomalias estavam a 0,50m de profundidade. Dos pontos apresentados pelo georadar, alguns se caracterizaram como pontos de interesse arqueológico, os demais, se constituíam de canos de água, esgoto ou eletricidade e demais perturbações recentes no solo. Foi constada a partir dessa sondagens, uma área de interesse arqueológico inicial de cerca de 53m^2 de superfície no Setor I.

As prospecções mecânicas e manuais do Setor I atestaram a presença de entulhos recentes nas camadas superficiais, além destes, foi verificado: paralelepípedos, canos de água, canos de esgoto, canos de eletricidade e material arqueológico. Nas camadas abaixo dos 80 cm de profundidade, foi verificado menor perturbação do solo e maior presença de material arqueológico. Nesse ponto, o trabalho mecânico foi suspenso, deu-se início as trincheiras, as escavações manuais e ao quadriculamento do Setor I, com quadrículas de 1m^2, ordenadas de forma alfanumérica e escavadas em níveis artificiais de 10 cm. Cada quadrícula foi desenhada em croqui, com escala de 1:10, registrando-se todos os elementos materiais encontrados. A escavação se procedeu do nível 1 ao nível 3 no ano de 2002; e do nível 4 ao 10 no ano de 2003.

Segundo as determinações das sondagens geofísicas e das prospecções mecânicas e manuais, foram abertas trincheiras, com o objetivo de avaliar o potencial arqueológico das áreas pretendidas para escavação e melhor evidenciar as estruturas que apareceram nas sondagens.

A Trincheira “A” (figura 28), localizada próxima à escada dos fundos do MHSC (setor I) possuía formato de vala, dimensões de 1m de largura e profundidade de 50 cm. Nesta

trincheira, foi verificada a existência de uma estrutura de alicerce (muro), composta de tijolos cerâmicos, com dimensões de 20 x 30 x 3,5 cm, unidos por argamassa de barro. Justaposta a este muro, foi identificada uma calha de drenagem, feita de tijolos, com o fundo em ardósia e as laterais recobertas de reboco com cimento, que seguia em direção noroeste por mais 5m, quando desaparecia em meio ao entulho construtivo e aterro do final do século XX (aterro feito em 1976).

Figura 28: Trincheira "A". Evidenciação do muro de tijolos cerâmicos argamassados com barro. Setor I, quadrante II, quadrícula A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8, A9, A10, A11, A12, nível superficial, 35cm de profundidade (Foto: Osvaldo Paulino da Silva, 2002).

A estratigrafia da trincheira "A" apresenta-se distribuída da seguinte forma:

- 0 - 20 cm – pavimento granítico e leito de assentamento (piso do pátio do MHSC).
- 20 - 30 cm – solo de coloração marrom.

• 30 - 35 cm - camada de areia fina e estrutura de alicerce (muro) composto de tijolos cerâmicos com dimensões de 20 x 30 x 3,5 cm e argamassa de barro, com calha de drenagem justaposta, com fundo em ardósia e laterais recobertas de reboco com cimento.

• 35 - 40 cm - camada de entulho composta de argamassa de barro, reboco claro e terra, misturada à materiais arqueológicos, como: cerâmicas, louças, vidros, metais e restos faunísticos, além de ostras e fragmentos de carvão. Nessa camada, se observam as sucessivas alterações no terreno para instalação de manilhas de drenagem e de esgoto, tubulações de abastecimento d´água e de rede elétrica (figura 29). O muro também está presente nesta camada e se estende sobre a camada abaixo.

• Abaixo dos 40 cm – Camada de cor escura e muitos materiais arqueológicos como fragmentos de louças, cerâmicas, vidros, metais, restos faunísticos e outros. O muro também se faz presente nessa camada e se estende até 1,7 m de profundidade (até o nível 9 da escavação).

Figura 29: Manilhas recentes perturbando a estratigrafia e as estruturas do sítio nos níveis superficiais. Setor I, quadrante II, quadrícula A2, B2, C2, D2, nível superficial, camada entulho (Foto: Osvaldo Paulino da Silva, 2002).

Conforme pode ser analisado pela estratigrafia que compõe a trincheira “A” e pelo resultado das prospecções arqueológicas, a parte de maior concentração de materiais arqueológicos encontra-se abaixo dos 40 cm de profundidade. Porém, o arqueólogo Osvaldo Paulino da Silva, estipulou que o primeiro nível arqueológico seria estabelecido a partir dos 80 cm de profundidade. Os materiais arqueológicos existentes nas camadas superficiais, foram coletados, porém, com a especificação de fazerem parte da camada de “entulho”, sem maior rigor nas informações de origem.

Paralela à trincheira “A”, foi feita a Trincheira “B” (figura 30), onde foi identificada uma estrutura de alvenaria alicerçal (outro muro), paralelo ao anterior, porém, composta de pedras talhadas irregularmente, unidas por argamassa de barro, misturadas com conchas e rochas grandes, com restos de ostras incrustadas, indicando que as rochas tenham sido trazidas do mar.

Figura 30: Trincheira "B". Evidenciação do muro de rochas talhadas e argamassadas com barro. Setor I, quadrante II, quadrícula E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14, E15, nível superficial, 60cm (Foto: Osvaldo Paulino da Silva, 2002).

Os vestígios do muro da trincheira “B” encontra-se a 80 cm de profundidade e aprofunda-se até, aproximadamente, 1,7 m. Nessa trincheira foram identificados muitos fragmentos

cerâmicos, porcelanas, vidros, grãos de carvão, ossos de gado e de aves, além de terra, argamassa de barro e reboco claro, semelhante à camada de entulho da trincheira “A”.

Perpendicular a estas duas trincheira foi feita a trincheira “C” (figura 31), que apresentou um “muro de arrimo”, composto de tijolos, pedaços de telhas e rochas sobrepostas, sem argamassa. Os vestígios do muro possui 40 cm de altura e se encontra a cerca de 1,3 cm de profundidade (observar figura 32 e 33 com a disposição das estruturas “A”, “B” e “C").

Figura 31: Muro de arrimo da trincheira “C”. Composto de tijolos, pedras, telhas e rochas talhadas sem argamassa. Setor I, quadrante II, quadrícula A14, B14, C14, D14, E14 nível superficial, 70cm (Foto: Osvaldo Paulino da Silva,2002).

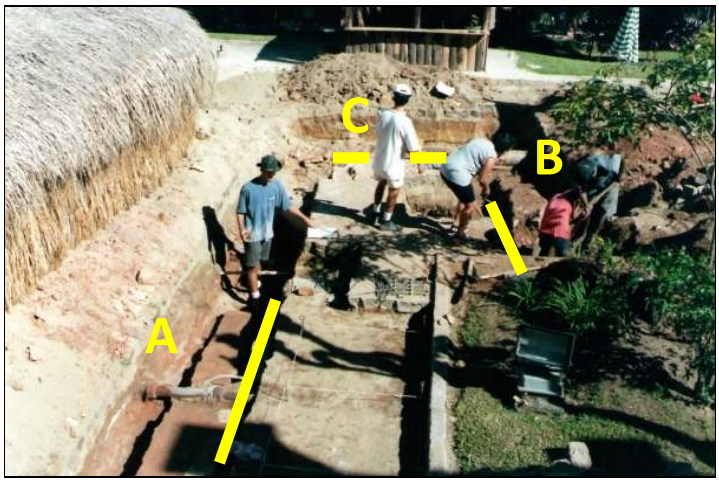


Figura 32: Visão geral das trincheiras "A", "B" e "C".
Setor I, quadrante II, nível 2 (Foto: Osvaldo Paulino da Silva, 2002).

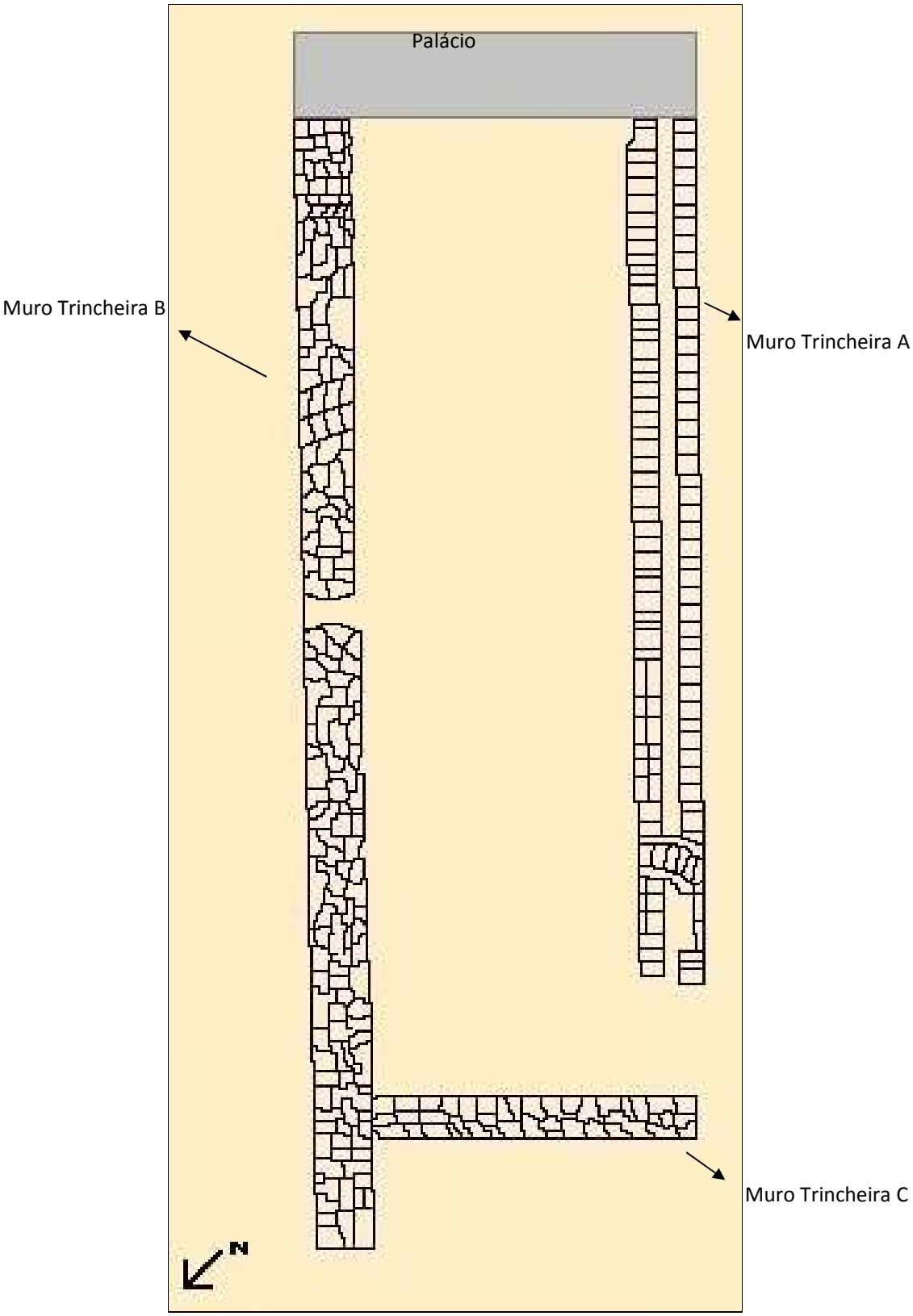


Figura 33: Croqui, sem escala, com a disposição dos alicerces das trincheiras "A", "B" e "C". Setor I, quadrante II. Autor: Sandro Rosa. Edição: Fernanda Codevilla Soares.

Analisando especificamente as três estruturas, podemos afirmar que o muro da trincheira “A” foi evidenciado a 35 cm de profundidade, o muro da trincheira “B” foi localizada a 80 cm de profundidade e o muro de arrimo da trincheira “C” foi identificado a 1,3m de profundidade. A primeira estrutura, é feita de tijolos cerâmicos e argamassa de barro, a segunda é feita de pedra talhada e argamassa de barro e a terceira caracteriza-se por um amontoado de tijolos, pedaços de telhas e rochas, sem argamassa.

É possível concluir que cada uma dessas estruturas possui técnicas construtivas diferentes. Porém, foram erguidas na mesma profundidade do solo, cerca de 1,70 metros de profundidade. É provável que não tenham sido feitos na mesma época e que não faziam parte de uma única estrutura. Porém, estão relacionadas à período em que o Palácio possuía características de sobrado colonial (fim do século XVIII e XIX).

A partir da figura 34, é possível perceber que as estruturas “A” e “B” passam por cima do muro de arrimo, logo, o muro “C” foi construído em um período anterior às estas outras duas edificações, ou seja, as estruturas “A” e “B” foram edificadas em uma fase posterior que muro “C”.

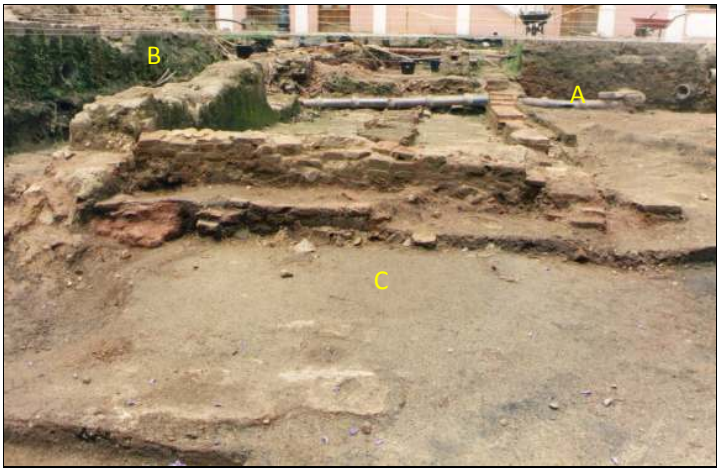


Figura 34: Detalhe muro de arrimo da trincheira “C”. Composto de tijolos, pedras, telhas e rochas talhadas sem argamassa. Ao fundo o Palácio e os muros “A” e “B”. Setor I, quadrante II, quadrícula A14, B14, C14, D14, E14, nível 4 (Foto: Osvaldo Paulino da Silva,2002).

O muro da trincheira “C”, tendo em vista suas características (muro de arrimo), possuía a finalidade de impedir o desbarrancamento do solo e dos materiais para os fundos do terreno, onde existia um elevado desnível.

Esse desnível foi aterrado no ano de 1976, quando realizada umas das muitas reformas pelas quais o Palácio passou. O aterro foi feito com barro e saibro. Essa área do sítio foi sondada e ampliou-se a escavações sobre a mesma, porém, apresentou-se pobre em vestígios arqueológicos (figura 35 e 36).

Diante deste contexto, é possível afirmar que o muro de arrimo impediu que a “lixeira” do Palácio tenha se desbarrancado para os fundos do pátio. A área de maior concentração de louças e dos demais itens da cultura material, encontra-se em frente ao muro. Dessa forma, acredita-se esta estrutura tenha sido a responsável por preservar o registro arqueológico do sítio.

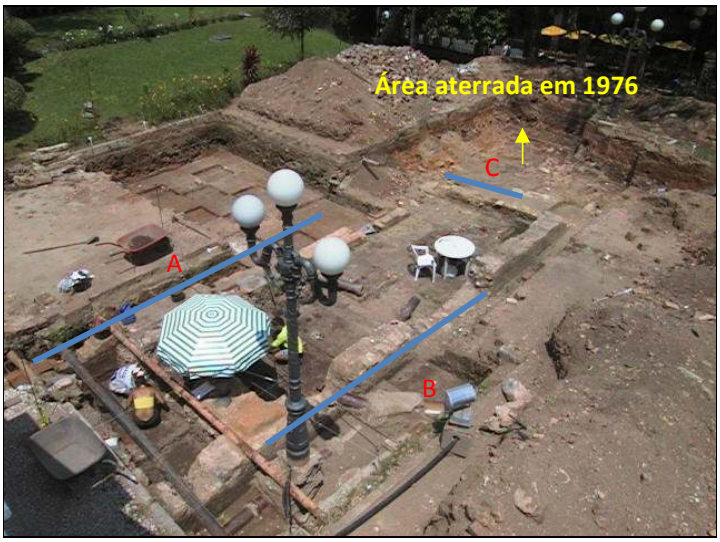


Figura 35: Ampliação da superfície de escavação. Destaque para os muros "A", "B" e "C" e área aterrada. Setor I, quadrante I e II, nível 3 (Foto: Osvaldo Paulino da Silva, 2002).

Figura 36: Área aterrada com saibro e argila em 1976. Pobre em vestígios arqueológicos. Setor I, quadrante II, quadrícula A16, A17, A18, A19, A20, B16, B17, B18, B19, B20, nível 4 (Foto: Osvaldo Paulino da Silva, 2002).

Tendo em vista que o muro de arrimo foi construído antes das outras duas edificações representadas pelas estruturas "A" e "B", pode-se supor que o mesmo seja anterior a própria construção do Palácio. Nesse sentido, acredita-se que ele tenha sido construído com a finalidade de delimitar o espaço que foi escavado da colina, no qual o sobrado colonial e as demais dependências do Palácio foram edificadas, impedindo que houvessem desbarrancamentos de terra para o fundo do terreno.

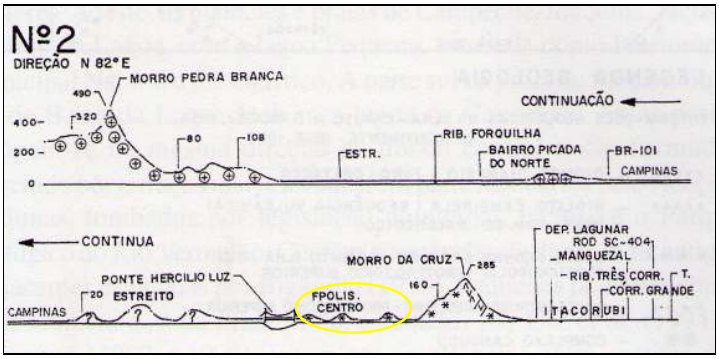


Figura 37: Perfil Topográfico do centro de Florianópolis, onde se localiza sítio arqueológico Palácio Cruz e Souza (Fonte: Cruz, 1998, p.71).

Cabe informar que a área onde se encontra o sítio arqueológico Palácio Cruz e Souza, região central de Florianópolis, é formada, geomorfologicamente, por colinas. Segundo Cruz (1998, p.73), essa área se caracteriza pela presença de colinas de topos achatados e rebaixados. No perfil topográfico da figura 37 é possível observar essa característica do terreno.

Tendo em vista a geomorfologia da região central de Florianópolis e as estruturas arqueológicas do quintal, acredita-se que o muro de arrimo tendo sido construído com a finalidade de delimitar a área que foi escavada para a edificação do Palácio e impedir que ocorressem desbarrancamentos para o desnível do fundo do terreno. No croqui da figura 38 é possível visualizar como se supõe que tenha ocorrido esse processo de formação do sítio.

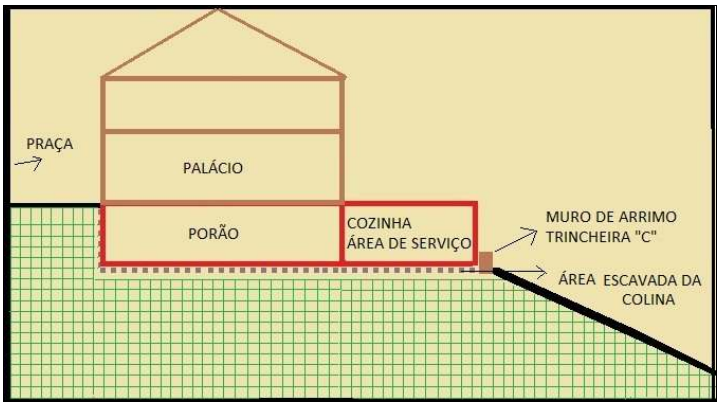


Figura 38: Croqui, sem escala, da formação do sítio. Autora: Fernanda Codevilla Soares.

Os vestígios dos muros das trincheiras “A” e “B” indicam a continuação de duas estruturas arquitetônicas, feitas de forma perpendicular ao prédio principal do Palácio, em direção à rua Trajano, formando um ângulo de 90º com o prédio (figura 39).

Tendo em vista suas técnicas construtivas, acredita-se que estes muros sejam do período em que o Palácio possuía características de sobrado colonial. Reis Filho (1983, p.26) afirma que os sobrados coloniais pertenceram às famílias mais importantes das cidades brasileiras e eram feitos, justamente, de pedra e barro, tijolos ou pedra e cal.

Figura 39: Evidenciação dos alicerces "A" e "B", ao fundo Palácio.
Setor I, quadrante I e II, nível 4 (Foto: Osvaldo Paulino da Silva, 2002).

Analisando que as estruturas tenham sido feitas fora dos cômodos principais do Sobrado, ou seja, no quintal, parte-se do pressuposto que estejam relacionadas às funções de cozinha ou outras áreas de serviços, normalmente localizadas nos fundos das residências.

Lemos (1996, p. 97) afirma que as cozinhas do século XIX, ficavam separadas das casas, às vezes, totalmente apartadas e, às vezes, em um "puxado" da residência. Segundo o autor, era comum que algumas casas possuíssem duas cozinhas; uma com características mais simples, construída como um "puxado" da residência e direcionada ao preparo rápido de alimento e outra maior, em separado, no fundo do quintal, para os cozimentos mais demorados.

A arqueóloga Lima (1995b) afirma que as cozinhas ficavam localizadas nos fundos das casas porque eram nelas que as mulheres e os escravos poderiam circular em segurança, protegidos do olhar dos forasteiros:

> Separado dos demais aposentos, segregado, banido para as áreas mais recônditas da casa, como fundos, subsolos e porões, foi transformada em espaço de rejeição. Em geral muito sujo, fumarento e malcheiroso, fazia um contraponto à sala de jantar: em lugar das finas alfaias, grosseiras louças de barro, pesadas panelas de ferro e

> alguidares de madeira que, ao lado dos vegetais e animais aí processados compunham um ambiente muito mais próximo da natureza que a refinada sala de jantar, recebendo cultura e civilização. Este era o domínio da senhora dona de casa e dos criados, a quem só era dado atuar com desenvoltura nos bastidores da cena doméstica. Também fortemente simbólico, telúrico e uterino, este cômodo era a fonte de alimento da unidade doméstica, gerador de energia onde a figura materna – efetiva ou substituta – cumpria a sua função biológica e cultural de nutrir o núcleo familiar (Lima, 1995b, p.137).

Nesse sentido, cabe lembrar Stewart-Abernathy (2004) que afirma que a principal razão para as cozinhas estarem apartadas das casas eram de cunho social e não de cunho prático[35]. As ideais de Stewart-Abernathy (2004) assemelha-se as de Lima (1995b) que afirma que nas cozinhas circulavam as escravas e as mulheres, sendo essa a principal razão por estarem localizadas no quintal.

Assim, acredita-se que os alicerces identificados nas trincheiras "A" e "B" estejam relacionados às cozinhas ou área de serviço do Palácio do Governo, enquanto este possuía características de sobrado colonial. O que não quer dizer que os muros sejam contemporâneos, ou tenham sido feitos ao mesmo tempo. Acredita-se que mais de uma

[35] A arqueóloga Stewart-Abernathy (2004) aprofunda seu estudo sobre cozinhas em Arkansas, Washington, Estados Unidos e afirma que estas ficavam separadas das casas oitocentistas norte-americanas por razões de cunho social e não por razões de cunho prático. Segundo a autora, normalmente essa separação é associada aos perigos de incêndio e aos odores e insetos que habitavam o espaço da cozinha. Entretanto, a arqueóloga ressalva que a cozinha não servia apenas para preparar os alimentos, nelas residiam as escravas e as lavadeiras, era o local da intimidade, da contradição e da ambiguidade das sociedade escravocrata norte-americana. Stewart-Abernathy (2004) lembra que os odores e o insetos que viviam próximos aos urinóis e escarradeiras eram tão prejudiciais quanto os da cozinha, além disso, muitas residências possuíam lareiras em vários cômodos da área principal das casas, logo, os risco de incêndio nas salas e nos quartos era tão preocupantes quanto nas cozinhas. A autora afirma que o controle e a distância foram as causas dessa separação do ambiente doméstico residencial e das cozinhas e não as questões de higiene e de segurança citadas anteriomente. As análises realizados em evidências arqueológicas de cozinhas de Arkansas demonstraram que, normalmente, estas possuíam entre 10 e 15 metros de comprimento, por 4 a 5 metros de largura e eram divididas em dois cômodos, num deles funcionavam a cozinha, propriamente dita, e no outro a dispensa, lavaderia, ou quarto para as escravas dormirem. Deve se levar em conta que nas casas urbanas utilizava-se menos escravos que nas casas rurais, chegando a ter uma média de 1 a 3 por rediência, logo, é provável que não existiam grandes senzalas para abrigar os serviciais, os mesmos poderiam dormir nas cozinhas ou nos corredores. O fato de terem sido construídas em separado das casas, porém próximas das residências, garantiam o controle e a supervisão, bem como a autoridade visual do proprietário sobre os espaços adjacentes da residência. A distância impôs um distanciamento físico entre o proprietário e os escravos, visando externar quem era o proprietário e quem era a propriedade, por outro lado, conferiu uma certa liberdade para os escravos nos momentos em que não estavam sendo fiscalizados. Apesar de ser necessário fazer as devidas particularizações históricas, pode-se levantar a hipótese que as questões sociais foram também as responsáveis pela localização das cozinhas em áreas periféricas nos sobrados urbanos no Brasil.

cozinha ou área de serviço tenha sido feita, ou destruída e outra refeita, independente disso, pode-se supor que as estruturas ali existentes estavam relacionadas às áreas de preparação dos alimentos e aos demais serviços domésticos, mas não eram uma única construção.

É interessante ressaltar que o alicerce da trincheira "A" está alinhado com o limite original da parede lateral oeste do Palácio, quando este possuía características de sobrado colonial e se caracterizava por um prédio retangular. Este dado permite levantar a hipótese de que a estrutura ali edificada seja contemporânea aos primeiros anos do século XIX, ou fim do XVIII, quando o Palácio foi construído.

A área da escavação foi ampliada para verificar a continuação dos muros, porém, os mesmos desaparecem em meio aos entulhos construtivos proveniente da demolição das estruturas que ali existiram. Provavelmente a demolição dessas estruturas ocorreu em fins do XIX, quando o Palácio passou por uma grande reforma e adquiriu "ares modernos" e feitio eclético.

No espaço entre os muros "A" e "B" e "C", foi identificada a área de maior concentração de material arqueológico do sítio, composta de restos alimentares (ossos e conchas), louças, vidros, cerâmicas, metais e restos construtivos (entre outros). Essa área foi caracterizada, nessa tese, como sendo a "lixeira" da residência (figura 40).

Figura 40: Material arqueológico *in situ*.
Setor I, quadrante II, quadrícula A2, nível 3 (Foto: Osvaldo Paulino da Silva, 2003).

Tocchetto (2010, p.267) lembra que no decorrer do século XIX, depositar o lixo no quintal das residências era uma atividade rotineira, repetitiva, que se realizava, de maneira semelhante, dia após dia. A pesquisadora analisa quatro sítios arqueológicos em Porto Alegre e observa que cada um apresenta um comportamento diferente com o lixo doméstico, porém, todos o jogavam no quintal: no sítio Casa do Riachuelo o lixo é jogado no pátio da casa, em área de maior depressão do terreno, onde sua visibilidade, pelas pessoas da casa, era resguardada; no sítio Chácara da Figueira, o lixo era jogado de forma aleatória nas laterais e nos fundos da moradia; no sítio Solar Lopo Gonçalves, foram identificadas, duas ocupação: na primeira ocupação (período entre 1845 – 1892), o lixo doméstico foi descartado aleatoriamente nos fundos da edificação e próxima da moradia, na segunda ocupação (fim do século XIX) foram observados buracos feitos para o depósito do lixo, localizados numa porção periférica do terreno, porém, também, não distante da moradia, e, no sítio Solar da Travessa Paraíso, o lixo era depositado de forma aleatória numa área de declive do terreno, distante dos olhos dos moradores.

Essas experiências com relação ao depósito de lixo, na opinião de Tocchetto (2010, p.269), representam, ao mesmo tempo, práticas padronizadas na Porto Alegre oitocentista, porém, não homogeneizadas, ou seja, algumas particularidades podem ser constatadas porém, existem uma certa padronização de comportamentos com relação ao lixo doméstico.

Os croquis apresentados nas figuras 41, 42 e 43 foram elaborados com base na dispersão das louças recuperadas no Setor I, nos níveis 5, 6, e 7. Os mesmos demonstram que existiu uma concentração de louças em pontos específicos da lixeira do sítio Palácio Cruz e Souza.

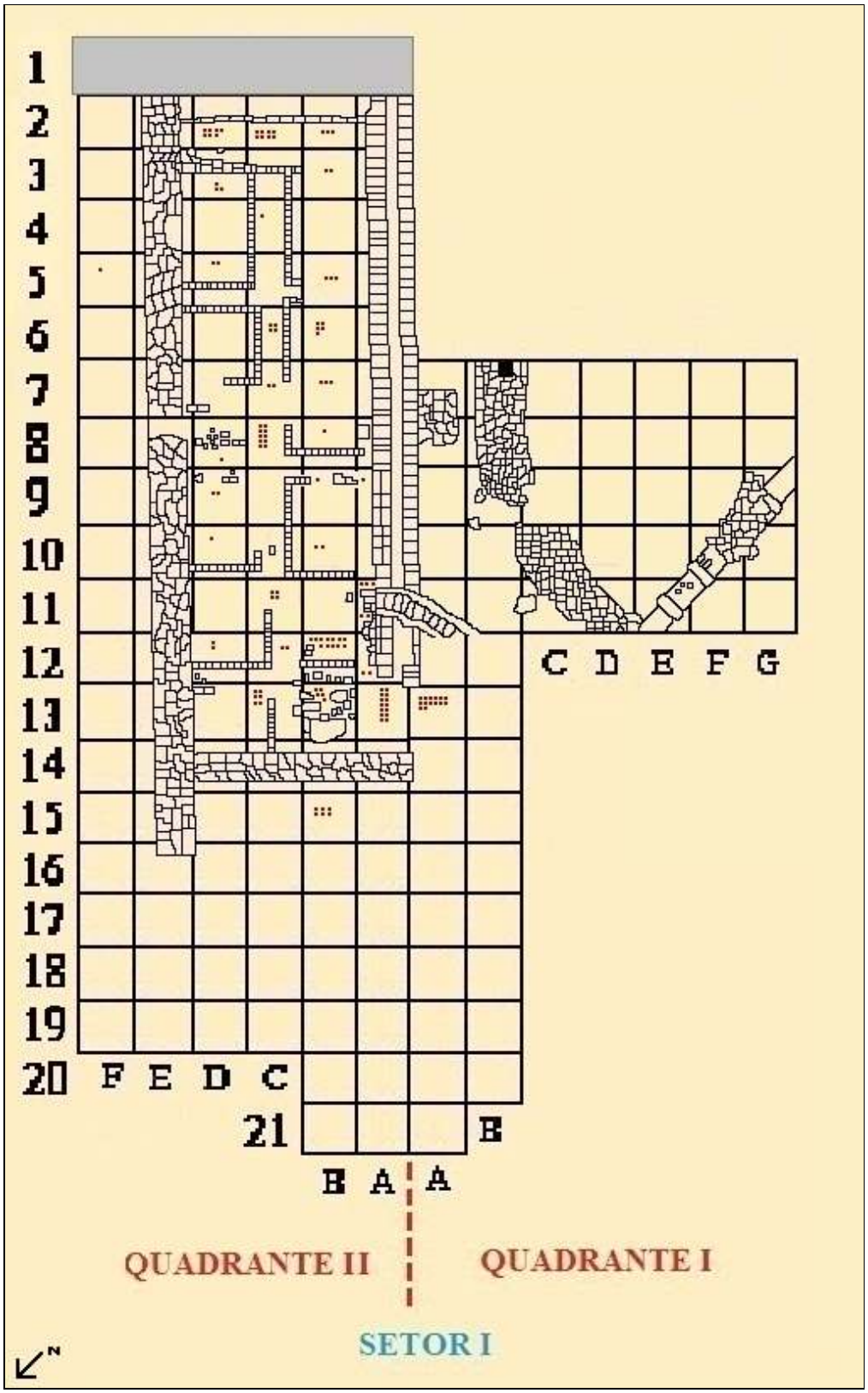


Figura 41: Croqui, sem escala, com a dispersão dos fragmentos de louça do nível 7. Setor I, Quadrante I e II. Autora: Fernanda Codevilla Soares.

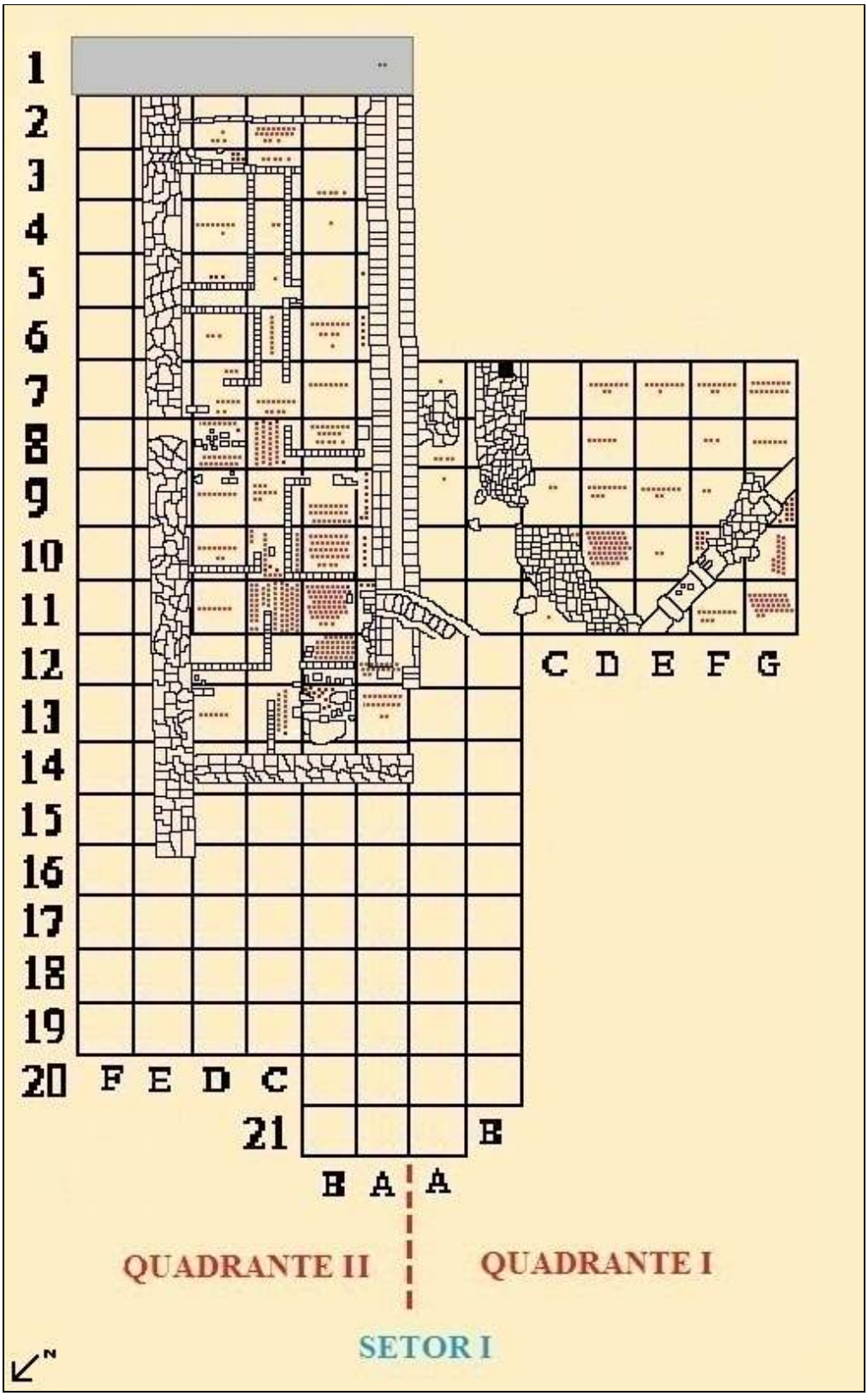


Figura 42: Croqui, sem escala, com a dispersão dos fragmentos de louças do nível 6. Setor I, quadrante I e II. Autora: Fernanda Codevilla Soares.

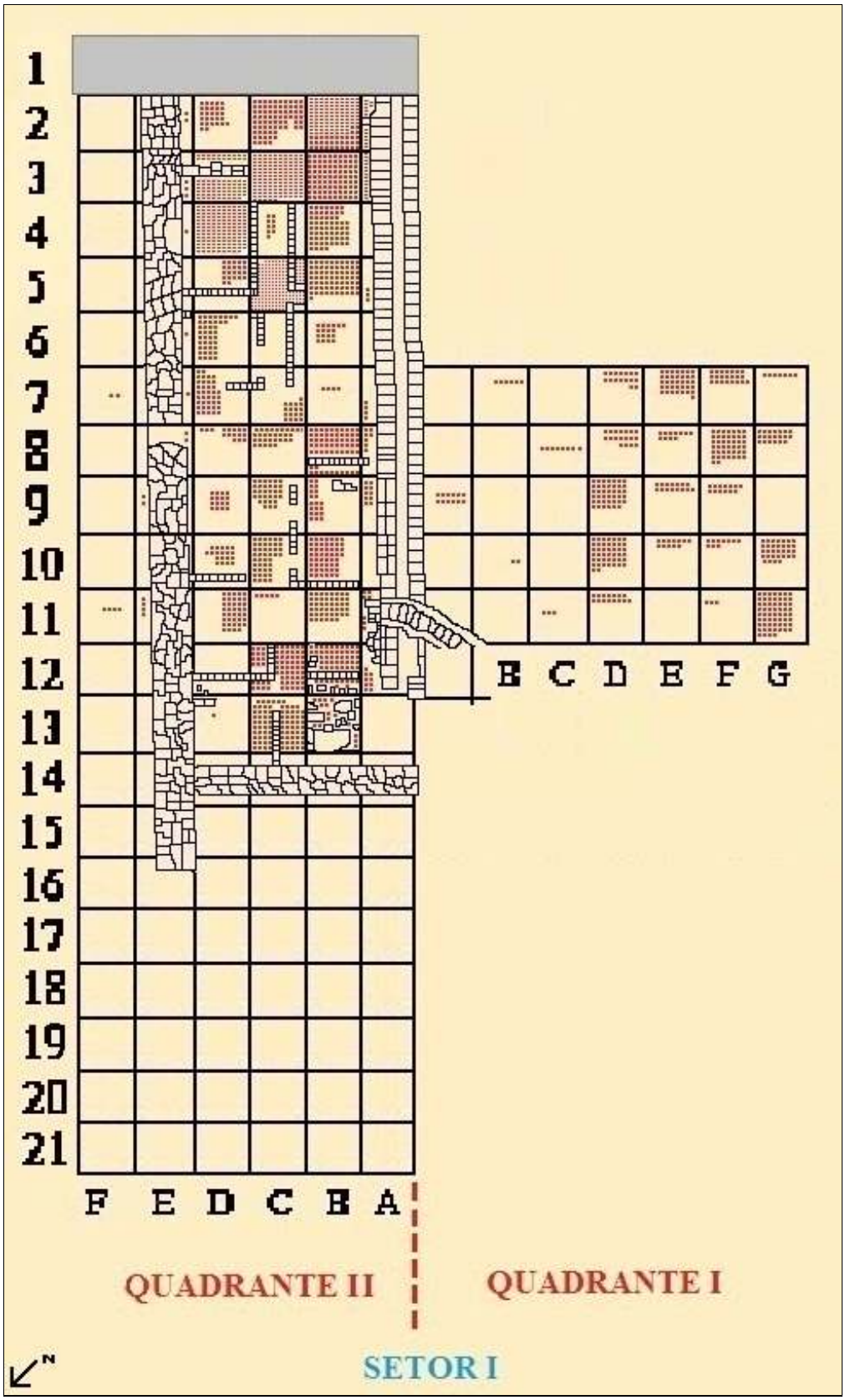


Figura 43: Croqui, sem escala, com a dispersão dos fragmentos de louças do nível 5. Setor I, quadrante I e II. Autora: Fernanda Codevilla Soares.

É importante lembrar, que esses croquis estão baseados, apenas, nos fragmentos de louças e não nos demais itens da cultura material.

As análises desses croquis indicam que algumas áreas foram escolhidas para depositar os dejetos das famílias que estavam no Palácio, ou seja, a louça quebrada não foi jogada de forma aleatória pelo pátio. Observa-se que esse descarte foi realizado no quintal, porém, próximo à casa, na verdade, provavelmente, próximo aos cômodos destinados ao preparo de alimentos e às atividades domésticas.

Conforme informado anteriormente, existia uma declive nos fundos do terreno, porém, os moradores do Palácio optaram por depositar o lixo "ali mesmo", na parte do terreno que não era tão distante e ao mesmo tempo, não era tão perto da casa, possivelmente próximo de janelas ou portas da área dos serviços domésticos (entre os muros "A", "B" e "C").

Analisando a planta da figura 41, que corresponde à dispersão dos artefatos de louças do nível 7, é possível perceber que os mesmos se encontravam dispersos pelo quintal do Palácio e entre os canteiros de flores ou de horta existente nessa área. De acordo com a planta da figura 42, no nível 6, existiu uma concentração de material próximo ao muro de arrimo, nas quadrículas B8, B10, B11 , B12, C8 e C11, um pouco mais distante da residência. No nível 5, planta da figura 43, o material estava concentrado em duas áreas, uma próxima da casa e outra próxima ao muro de arrimo, nas quadrículas B2, B3, B4, B5, B8, B10, B11, B12, C2, C3, C5, C10, C12, C13, D2, D3 e D5.

Com base nesses dados é possível afirmar que existiram duas áreas de concentração dos fragmentos de louças dentro da lixeira, a primeira, localizada próxima ao muro de arrimo, e outra, localizada próxima à residência, no entanto, acredita-se que as duas áreas tenham sido feitas de forma concomitante, em termos temporais, conforme será possível observar pelo gráfico de barras e fórmula de South (1977) apresentados no item 3.2. "Análise das louças do MHSC".

A relação da sociedade oitocentista com o lixo doméstico, seus odores e o aspecto de sujeira que provocavam, estavam naturalizados na população, ou seja, as pessoas eram acostumadas com isso. A proximidade dos dejetos com a residência era algo tolerado e praticado por diferentes grupos sociais (Corbain, 1987 e Tocchetto, 2010).

Corbain (1987) apresenta o histórico da sensibilidade olfativa e demonstra que a tolerância com o cheiro foi sendo redefinida socialmente ao logo do século do século XIX, tendo sido comum para a maior parte da sociedade oitocentista conviver com a sujeira e odor que o lixo dos quintais, das ruas, das cidades e dos corpos exalavam.

Corbain (1987) demonstrou que, inicialmente, em 1750, as preocupações sanitárias estavam voltadas para combater os miasmas, o ar pútrido e os locais de infecção. Os navios, os hospitais e as prisões eram locais essencialmente férteis para produzir miasmas e se tornaram laboratórios onde as ações de combate eram experimentadas. Com o tempo, ocorreu um "rebaixamento dos limites de tolerância" olfativa (Corbain, 1987, p.79) e os odores nocivos à saúde foram relacionados às práticas sociais que os provocavam, como por exemplo, o ato de depositar lamas pelas ruas, a existência de matadouros nas cidades, as fossas residenciais abertas e insalubres, os muros sujos de urina, os lixos dos quintais e das ruas, entre outros. A higiene privada e a toalete íntima começaram a se delinear nesse período, porém de forma ainda imprecisa e voltada para o perfumar da casa e do corpo. No século XIX, são elaboradas estratégias de desodorização, as quais incluíram "pavimentar, drenar e ventilar", desamontoar e desinfectar as cidades e as casas (Corbain, 1987, p.119). Entretanto, essas ações que incluem a disciplinarização da população e a adoção de regras de comportamento para a preservação da saúde coletiva, não são amplamente aceitas. O autor cita um série de resistências e afirma que, na verdade, poucas famílias (especialmente aristocráticas e burguesas) conseguiram atender as exigências estabelecidas pelas comissões públicas formadas por higienistas,

médicos, engenheiros químicos e políticos. Ou seja, a maior parte da população convivia com o odor e o lixo dos quintais, das casas e dos corpos.

Em fins do século XIX, Paris ainda é considerada uma cidade fedorenta e nauseabunda, conforme afirma Corbain (1987). E Porto Alegre, conforme demonstrou Tocchetto (2010), também. Desterro, segundo Ramos (1986), não diferenciava-se do quadro nacional e internacional.

> (...) Até o início do século XX, Florianópolis continuava sem qualquer obra maior de saneamento. O lixo sendo jogado nos terrenos baldios, os esgotos e águas servidas nos fundos dos quintais e nos recantos das praias e a água para uso sendo obtida através das carroças pipas, dos pequenos mananciais, das fontes públicas, das cacimbas e dos poços de fundo de quintal (Ramos, 1986, p.21).

Tocchetto (2010) lembra que o despejo de lixo nos quintais e nas ruas foi uma experiência univesalizante, até, pelo menos, as últimas duas décadas do século XIX.

> Portanto, a relação do homem ocidental com o seu lixo e seus odores, pelo menos até as últimas décadas do século dezenove, caracteriza-se como uma experiência universalizante, partilhada, com uma amplitude temporal e espacial que revela sua força de difusão e absorção para além de diferenças sociais (Tocchetto, 2010, p.267).

As primeiras obras sanitárias em Desterro são implantadas, segundo Ramos (1986), em 1877, quando a Câmara Municipal aprovou um pedido de concessão, por 20 anos, para implantação de um serviço público de remoção de lixo, águas servidas e materiais fecais. No ano de 1884, abriu-se na Câmara, licitação para contratar um serviço de limpeza pública das ruas e das praias, a ser executado diariamente. Em 1909, ocorreu a implantação das primeiras redes de água de Florianópolis. Em 1913 foram iniciadas as obras para a primeira rede de esgoto. No ano de 1914 foi construído um forno de lixo, localizado próximo a ponte Hercílio Luz e Forte Santana (Ramos, 1986).

Até então, a água das casas era abastecida pelos carros pipas e pelas fontes de água. O esgoto era transportado pelos escravos em recipientes denominados de "tigres", que levavam as matérias fecais até as praias mais próximas das residências para o despejo. E o lixo era, de fato, jogado no quintal, conforme atesta a lixeira do Palácio do Governo de Santa Catarina.

Entre os alicerces e o muro, além de existir a lixeira da residência, foram localizadas uma passarela (figura 44), no nível 4 e canteiros de horta ou de jardim, nos níveis 5, 6 e 7; confirmando que este não era um espaço construído, mas um local de passagem, possivelmente, utilizado pelas escravas e demais empregados da casa, visto sua proximidade com a área da cozinha, dos serviços domésticos e por estar localizado no quintal, área da privacidade do Palácio.

Figura 44: Passarela entre os muros "A", "B" e "C".
Setor I, quadrante II, quadrícula B5, B6, B7, B8, B9, B10, B11, B12, B13, C5, C6, C7, C8, C9, C10, C11, C12, C13, nível 4 (Foto: Osvaldo Paulino da Silva, 2002).

Acredita-se que no espaço entre os três muros coloniais era possível circular do Palácio para a área da cozinha ou área de serviço, apanhar alguns ingredientes e temperos cultivados no

canteiro/horta ali existentes e, ao mesmo tempo, despejar os restos de refeições e "louças quebradas".

A passarela foi localizada no nível 4 e se caracteriza por um assentamento de tijolos, sem argamassa, direcionada no sentido noroeste. O arqueólogo Osvaldo Paulino da Silva acredita que essa passarela possuía uma função provisória, visto ter sido construída de forma irregular.

Com o objetivo de verificar a continuidade da passarela, foi aberta as trincheiras "C" e "D", que expandiu o sítio para sudoeste, em 35 m^2. O material dessas trincheiras se mostrou semelhante ao das áreas vizinhas, composto de fragmentos de cerâmica, tijolos, reboco claro, fragmentos de mármore, um gradil de ferro fundido, camadas de areia e terra estéril, muitos fragmentos de vidro plano e algumas manilhas de água. Porém, a passarela assim como os alicerces e o muro, interrompe-se em meio a entulhos construtivos e aterro recente, sem apontar continuidades.

A partir do nível 5 (90 cm de profundidade do solo), abaixo da passarela, foi encontrada uma estrutura de tijolos maciços, delgados, alinhados, como se fossem retângulos, indicando, a existência de um jardim ou canteiro de horta ou flores (figura 45, 46 e 47) no quintal do Palácio.

Figura 45: Rebaixamento do nível 04. No qual é possível observar os canteiros de horta ou de flores do nível 5. Setor I, quadrante II, quadrícula B07, B08, B09, B10, B11, B12, B13, nível 4 e 5 (Foto: Osvaldo Paulino da Silva, 2003).

O teor de perturbação do solo por manilhas e entulhos recentes a partir desse nível apresentava-se quase inexistente e a quantidade de material arqueológico mostra-se expressiva, com a mesma diversidade dos níveis anteriores: cerâmica, louças, vidros, metais e restos faunísticos.

No nível 6 é possível observar de forma mais clara o formato dos canteiros. A quantidade de material desse nível diminuiu em relação aos níveis anteriores, porém ainda pode ser encontrada de forma expressiva e diversificada.

No nível 7, foi identificado a base dos canteiros, sobreposta a uma camada de solo argilo-arenoso de coloração amarelada. A quantidade de materiais arqueológicos, nesse nível, foi bastante inferior, porém, com a mesma diversidade dos níveis anteriores. Os tijolos dos canteiros possuem uma média de 30 cm de altura (figura 46 e 47).

Figura 46: Canteiro de horta ou de flores.
Setor I, quadrante II, quadrícula B2, B3, B4, B5, B6, B7, B8, B9, B10, B11, B12, B13, C2, C3, C4, C5, C6, C7, C8, C9, C10, C11, C12, C13, D2, D3, D4, D5, D6, D7, D8, D9, D10, D11, D12 e D13, nível 7 (Foto: Osvaldo Paulino da Silva, 2003).

Segundo Freire (2006) era característico dos primeiros sobrados urbanos, a existência de canteiros nos jardins ou nos quintais. Neles, se cultivavam várias plantas "só por profilaxia da

casa contra o mau-olhado", como exemplo, o alecrim e a arruda (Freire, 2006, p.320). Segundo o autor, para exalar "cheiro bom", era comum o cultivo do rosedá, do jasmim, da angélica, da hortelã, do bogari, do cravo e da canela e; para os remédios caseiros, a laranjeira, o limoeiro e a erva-cidreira, entre outros.

Figura 47: Detalhe do canteiro de horta ou de flores entre os paredões coloniais.
Setor I, quadrante II, quadrícula B2, B3, B4, B5, B6, B7, C2, C3, C4, C5, C6, C7, D2, D3, D4, D5, D6 e D7, nível 7 (Foto: Osvaldo Paulino da Silva, 2003).

Segundo Freire (2006), as hortas e os jardins existentes nos sobrados, representam resquícios de hábitos rurais, presentes na maior parte da população nobre que se deslocou para as áreas urbanas em fins do século XVIII e XIX no Brasil. As refeições nos sobrados urbanos eram complementadas com legumes, temperos e frutas adquiridos no próprio quintal. As crendices contra "o mau olhado" e as receitas medicinais caseiras, eram preparadas com artigos colhidos na horta ou canteiro existente nos fundos dos sobrados.

Provavelmente, os governadores de Santa Catarina e seus familiares não se incluem nessa categoria, visto que a maior parte dos grupos domésticos que viveram no Palácio no século XIX possuía origem urbana, vindo de outras províncias do país e, inclusive, de outros países, como Portugal. Porém, é provável que os serviçais e os empregados que prestavam assistência

à família dos governadores se encarregassem de tais cultivos na horta e quintal existente nos fundos do Palácio.

Corbain (1987) lembra que, tradicionalmente, a preservação da casa e das pessoas contra epidemias poderia ser realizadas pelos arômatas. Segundo o autor, conforme crença difundida pelos médicos na segunda metade do século XVIII, as fragrâncias fortes eram capazes de combater os miasmas e as doenças. Nesse sentido, Corbain (1987, p.88) cita um exemplo de um sachê composto de ervas aromáticas, contendo "arruda, erva-cidreira, manjerona, hortelã, salva, alecrim, flor de laranjeira, manjericão, tomilho, serpilho, lavanda, folhas de louro, casca da laranja, de limão e cascas de marmelo". Esse sachê deveria ser carregado para todos os locais que as pessoas se destinavam, para evitar os contágios. Todos esses produtos podiam ser facilmente cultivados no quintal do Palácio do Governo de Santa Catarina.

Corbain (1987) afirma que no século XIX ocorreu uma desqualificação dos arômatas enquanto fins terapêuticos, devido ao desenvolvimento da química medicinal. Mas a aceitação dessa desqualificação foi minoritária e pode ter sido restringinda è elite esclarecida. Paralela a desqualificação terapêutica dos aromas, Corbain (1987) afirma que no século XIX ocorreu um despertar para sensibilidade olfativa, conforme mencionado anteriormente. Nesse sentido, se desenvolveu o hábito de aromatizar os ambientes e de perfumar os corpos com finalidades de sedução e de nobreza. Segundo o autor, os perfumes mais suaves e as flores mais doces, sensíveis apenas ao olfatos mais delicados, passaram a ser utilizados como símbolos de distinção social. Como exemplo de flores cultivadas com essas finalidades, cita o cultivo do rosedá, da ervilha-de-cheiro, da dama-da-noite, da violeta e da julinácea.

> Enquanto as novas práticas de limpeza distinguem o rico do pobre, critérios imperceptíveis para não-iniciados fragmentam o mundo da riqueza. A deliberada delicadeza das mensagens olfativas participa com toda certeza dessa estratégia complexa de distinção.
> Além do mais, neste meio em que as elegâncias germinam, o apego aos aromas florais e o desprezo pelos perfumes animais poderiam ser interpretados como uma Restauração (Corbain, 1987, p.237).

Certamente os canteiros de hortas/flores existente no quintal do Palácio estão relacionadas à essas práticas olfativas, terapêuticas e de distinção social (Corbain, 1987) e representam resquícios, como afirma Freire (2006), de hábitos rurais e crendices, praticados pelos serviçais ou funcionários do governo, que atendiam à família dos governadores de Santa Catarina em fins do século XVIII e durante o século XIX.

Nos níveis 8, 9 e 10 da escavação do Setor I, quadrante II, ocorreu a diminuição dos materiais arqueológicos até se atingir o solo estéreo do sítio, onde, possivelmente, o Palácio foi construído, localizado a cerca de 1,70 m de profundidade.

Apesar da diminuição de materiais arqueológicos, no nível 7, 8 , 9 e 10, foi constatado a mesma diversidade dos fragmentos coletados nos níveis superiores, tais como: cerâmica, louças, vidros, metais e restos faunísticos, incluindo ossos de gado bovino, suíno, peixes, aves e conchas de ostras.

O quadrante I, do Setor I, foi escavado com o intuito de verificar a presença de estruturas que pudessem indicar a continuação do muro da trincheira "A". O mesmo apresentou a mesma variedade de vestígios arqueológicos presente no quadrante II, porém, em menores quantidades, além, de um estrutura de alvenaria, proveniente de demolição, em formato semicircular, associada à base de uma fundação de tijolos e outra de pedras irregulares argamassadas, presentes no nível 7. Até o momento, ainda não foram identificadas a forma e a função dessas estruturas, acredita-se que estavam, também, relacionada aos serviços domésticos do Palácio (figura 48 e 49). A continução do muro da trincheira "A" não foi localizada. Os materiais arqueológicos encontrados nessa área são: fragmentos de faiança fina, de louça de barro cozida, moedas, ossos de animais, conchas de moluscos, restos de materiais construtivos, fragmentos de utensílios de vidro e restos de metais.

Figura 48: Escavação Setor I, quadrante I. Quadrículas A7, A8, A9, A10, A11, B7, B8, B9, B10, B11, C7, C8, C9, C10, C11, D7, D8, D9, D10, D11, E7, E8, E9, E10, E11, F7, F8, F9, F10, F11, G7, G8, G9, G10, G11, nível 4 para 5 (Foto: Osvaldo Paulino da Silva, 2003).

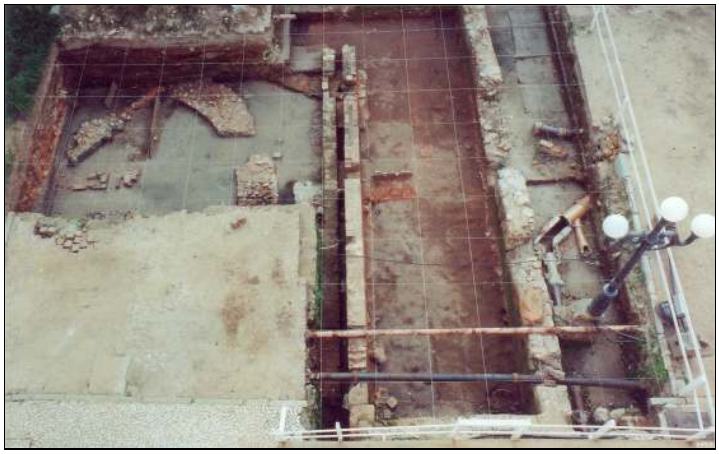


Figura 49: Visão geral da escavação no Setor I, quadrante I e II (Foto: Osvaldo Paulino da Silva, 2003).

O quadrante I, do Setor I, possui 30m^2, a camada de entulho nessa área atinge cerca de 1m de profundidade, logo, a primeira camada arqueológica iniciou-se abaixo de 1m e estende-se até o nível 7, tendo sido realizadas escavações com quadriculas de 1m^2, por níveis artificiais de 10 cm. Abaixo do nível 7, ou seja, a 1,70cm de profundidade do solo, o sítio torna-se estéril, em termos arqueológicos.

No lado leste do Palácio, ainda no Setor I, foi aberta uma trincheira, denominada de trincheira leste (6m x 0,5m), cujo objetivo era verificar a existência de vestígios referentes à construção de uma casa anterior ao Sobrado, que deu origem ao Palácio. Porém, nada foi evidenciado em termos arqueológicos.

Sobre o Setor II, que compreende a porção Oeste do Palácio, será feita uma breve explanação dos trabalhos realizados, visto que o material analisado para esta tese, foi resgatado apenas do Setor I . Além, conforme será possível observar, o contexto arqueológico e histórico do setor II são distintos do setor I.

Na área do Setor II, foi localizado o alicerce de uma residência construída no século XIX, que não estava, a princípio, relacionada ao Palácio do Governo. Acredita-se que esta estrutura pertencia aos "vizinhos" dos governadores, por isso, excluímos os materiais desta área para esta análise.

A estrutura residencial identificada no setor II possuía um corredor de acesso lateral, três cômodos na frente e dois cômodos nos fundos, área total de 110m^2 (figura 50). Possuía o formato tradicional de uma casa de porão alto, disposta sobre o alinhamento das ruas.

Figura 50: Alicerce da residência de Porão Alto, setor II.
Setor II, nível 6 (Foto: Osvaldo Paulino da Silva, 2003).

Segundo Reis Filho (1983), esse estilo arquitetônico de casa pode ser remetido às construções da primeira metade do século XIX. O porão alto, segundo o autor, é uma das poucas inovações em relação às casas e os sobrados coloniais de fins do século XVIII.

Nesse sentido, é importante lembrar a pintura feita por Victor Meirelles, denominada "Largo do Palácio", datada de 1846 (figura 19, página 72), que retrata o centro de Desterro. Nela se pode observar o Palácio e, contíguo à ele, um residência de porão alto, na cor amarelo queimado, com características da fachada semelhante à estrutura identificada no subsolo do quintal. Acredita-se que o formato interno dessa residência era o mesmo apresentado pelos alicerces encontrados no subsolo do Setor II: uma porta de entrada lateral e três janelas, representando três cômodas frontais. Dessa forma, a evidência arqueológica, as informações da história da arquitetura no Brasil e a representação iconográfica, nos permitem supor que essa estrutura fazia parte de uma residência de porão alto, pertencente aos vizinhos dos governadores catarinenses, edificadas no início do século XIX.

Quando realizada a sondagem geofísica no Setor II, as anomalias foram encontradas a 50 cm de profundidade, sendo assim, nesse espaço, inicialmente, não se usou a retroescavadeira. Foi feito o quadriculamento de toda a área (110 m^2) e a decapagem de duas camadas de 10 cm. Porém, foi verificada a presença de entulho construtivo em grande quantidade sobre os alicerces da casa, proveniente da própria demolição da casa; as estruturas arquitetônicas se encontravam a 1,20 meros de profundidade; diante desta constatação, novamente, utilizou-se a retroescavadeira (de modo controlado) para retirar a camada de entulho construtivo.

A primeira camada arqueológica nessa área da escavação encontra-se a 1m de profundidade, foram identificados muitos fragmentos de cerâmica, vidro, faianças, cravos, alfinetes, objetos de adorno, como brincos e fivelas, além de moedas. Esse material foi caracterizado como "peças perdidas" ou descartadas, visto que os porões são tradicionalmente associados aos locais de guarda de materiais diversos, não se tratando de uma lixeira, como no Setor I.

O alicerce identificado é constituído de muros, feitos de pedras irregulares, talhadas, unidas por argamassa de barro, conchas e areia grossa, possuem tijolos e fragmentos de telhas de cerâmica, dispostos como niveladores verticais da estrutura.

O entulho que cobria esse alicerce era composto de tijolos de variados tamanhos, reboco branco, argamassa de barro com conchas e areia grossa, fragmentos de telha colonial e elementos decorativos do exterior da residência.

Os tijolos encontrados possuem medidas de 19 x 45 x 8 cm e 15 x 32 x 3,7 cm, sendo que estes últimos possuem superfície vitrificada. Existem, também, tijolos de 13 x 28 x 6 cm lisos (sem decoração) e outros com decorações, em baixo relevo (formato semelhante a um olho).

No corredor próximo a entrada da casa, foi identificado reboco branco pintado. Pela análise da parede, ou do alicerce, percebe-se que o muro foi nivelado com argamassa de barro e depois recoberto com cal e areia grossa e por fim, pintado de branco e vermelho. Essa foi a única área da estrutura que se observou rebocos nos alicerces, conforme afirma o arqueólogo Osvaldo Paulino da Silva. Foram identificados três pisos decorados no corredor, os mesmos estavam lado a lado. No alicerce da frente, verificam-se três aberturas de dimensões de 15 x 15 cm, atualmente estão fechadas, provavelmente, tinham a função de ventilar o porão.

Foram encontrados muitos artefatos arqueológicos no Setor II, entre eles: faianças, porcelanas, vidros, metais, cerâmicas e restos construtivos. Alguns destes fragmentos estão inteiros, diferentes dos encontrados no Setor I, que são bastante fragmentados. De acordo com uma análise preliminar, percebe-se algumas diferenças entre as louças do setor I e do setor II, por exemplo, o padrão trigal, ausente no primeiro, está presente no segundo, além disso, as peças são mais inteiras, como se tivessem sido depositadas no porão para serem guardadas, enquanto no setor I, são bastante fragmentadas e estão relacionadas à lixeira da residência. Foram encontrados 3 níveis arqueológicos nessa estrutura, sendo que, o primeiro nível está a 1m de profundidade.

Ainda no setor II, na área que seria pertencente o pátio do Palácio, foi feita uma trincheira, denominada trincheira Oeste, com a extensão de 15 x 1 m, partindo do portão frontal da Praça XV em direção ao fundos. A trincheira foi feita de forma paralela a parede lateral oeste do Palácio. Aos 20 cm de profundidade, foi identificado um piso cimentado, com placas de ardósia, de construção recente, distribuídos por toda a extensão da trincheira (figura 51).

No centro dessa trincheira, foi feita uma sondagem para verificar o que havia abaixo desse piso de ardósia, identificou-se pedras irregulares e argamassadas que se estendiam para áreas vizinhas da trincheira, a área de escavação foi ampliada e então, deparou-se com uma calha, construída sob o piso, em profundidade de até 0,5 cm. Abaixo dessa calha, o solo tornou-se arqueologicamente estéril (figura 52).

A calha encontrada possui 40 cm de largura e 60 cm de profundidade, estava coberta com grandes pedras achatadas, provenientes do mar, devido às incrustações de conchas de ostras. A lateral da calha foi construída com pequenas pedras irregulares e argamassadas no fundo, ladrilhado com grandes tijolos maciços. No interior da calha, foram observados fragmentos cerâmicos e areia grossa, quartzo e sedimentos argilosos, como se tivesse sido desativada (figura 53).

Figura 51: Piso de ardósia sobre calha antiga.
Setor II, nível superficial (Foto: Osvaldo Paulino da Silva, 2003).

Figura 52: Calha abaixo do piso de ardósia. Constituída de rochas talhadas argamassada e tijolos. Setor II, nível superficial (0,5 m de profundidade) (Foto: Osvaldo Paulino da Silva, 2003).

Figura 53: Interior da calha. Galeria de tijolos coberta pelas rochas talhadas argamassadas. Setor II, nível superficial (0,6 m de profundidade) (Foto: Osvaldo Paulino da Silva, 2003).

Escavou-se uma área maior até encontrar a junção da calha com o Palácio. Nessa junção, a calha está a 1,5m abaixo do piso atual do Palácio, mergulhado sob o paredão colonial. A direção da calha parte da parede do Palácio em direção à Praça XV, o que lhe sugere uma utilização como sistema coletor de esgoto ou calha de água, o qual, provavelmente, estava ligado à um encanamento existente na rua frontal do Palácio, ou então era despejado na própria rua.

Os primeiros trabalhos públicos de encanamento da água, coleta de lixo e rede de esgoto, em Florianópolis, foram feitos entre 1910 e 1916, conforme informado anteriormente. Antes disso, a exemplo do que ocorria em outras partes do país, o esgoto era transportado pelos "tigres", "homens barris", que levavam, em recipientes de barro, os dejetos das residências para o mar ou outras áreas de despejo do lixo coletivo. A água das casas era abastecida através dos carros pipas e o lixo era descartado no mar, rios ou nos quintais das casas (Ramos, 1986).

De acordo com o regulamento do serviço de esgoto de 1916, a rede de esgoto de Florianópolis era feita de uma galeria de tijolo, com tubos de cimento emboçados, tubos de ferro e ou tubos cerâmicos, o tipo de material a ser utilizado dependia da "necessidade" de cada lugar. Nesse regulamento, é informado, inclusive, o fabricante dos tubos, Doulton, de Londres (Ramos, 1986). Porém, durante as escavações do Palácio, só foi encontrada as galerias do sistema coletor, já os tubos de cimento, ferro ou cerâmico não foram localizados.

Não é possível afirmar que esta galeria identificada na trincheira Oeste seja datada do início do século XX. Ao contrário, acredita-se que a mesma seja anterior a isso, visto que estava submersa no paredão colonial, ou seja, relacionada à época em que o Palácio apresentava estruturas de Sobrado Colonial, fim do século XVIII e século XIX. Possívelmente era um antigo sistema para escorrer a água ou o esgoto do Palácio do Governo de Santa Catarina.

A escavação do Setor II procedeu-se com a abertura de uma área onde se evidenciou um conjunto de estruturas arquitetônicas, possivelmente, pertencentes à Casa da Guarda do Palácio (figura 54). A primeira camada arqueológica dessa área, encontra-se a 50 cm de profundidade. Nos dois primeiros níveis, compostos de sedimentos areno-argilosos, foram encontrados materiais arqueológicos como vidros, faianças e porcelanas. Já nos dois últimos níveis, composto de sedimentos argilosos compactados, a quantidade de material diminuiu e o

solo apresenta-se de forma bastante compacta. Foram observados alguns alinhamentos de tijolos.

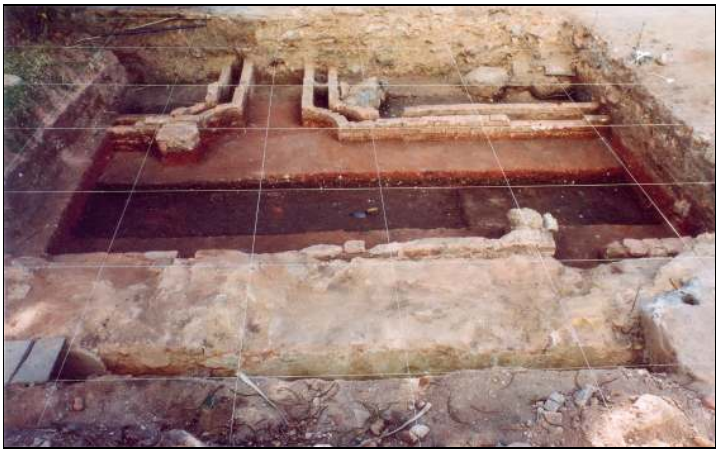


Figura 54: Possível Casa da Guarda.
Setor II, nível 4 (Foto: Osvaldo Paulino da Silva, 2003).

Figura 55: Visão geral do Setor II. Alicerces de residência oitocentista e possível casa da guarda
(Foto: Osvaldo Paulino da Silva, 2003).

Os vestígios arquitetônicos localizados na área, não indicam, claramente, que esta estrutura tenha sido a Casa da Guarda. O arqueólogo Osvaldo Paulino da Silva acredita que, se nessa área existiu a casa da guarda, ela foi destruída na sua totalidade.

A escavação foi encerrada no ano de 2003, as áreas abertas foram cobertas com uma camada de areia clara, lonas pretas (de modo a sinaliza-la em caso de escavação futura) e sedimentos de terra, provenientes da própria escavação (figura 56).

Figura 56: Fechamento da escavação.
Setor I, quadrante II (Foto: Osvaldo Paulino da Silva, 2003).

Nesse mesmo ano, foi realizado uma exposição com o material arqueológico proveniente da escavação. A exposição denominava-se "No quintal há história", contou com o apoio do IPHAN na organização, e com o apoio da SCGás na confecção de material de divulgação. Aproximadamente 2.850 pessoas visitaram a amostra, sendo que, 1.405 visitantes eram estudantes de escolas do Estado de Santa Catarina (figura 57 e 58).

Nos anos de 2004 e 2007, também foram realizadas outras duas exposições com o material do MHSC, a primeira no Laguna Tourist Hotel, na cidade de Laguna, durante a realização do II Encontro IPHAN e Arqueólogos, promovido pela Regional do IPHAN de Santa Catarina, e a segunda durante o XIV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, I Congresso Internacional da SAB e III Encontro do IPHAN e arqueólogos, no Centro de Eventos da UFSC.

Figura 57: Sala 4, do MHSC, com exposição de materiais arqueológicos
(Foto: Osvaldo Paulino da Silva, 2003).

Figura 58: Crianças visitando a escavação
(Foto: Osvaldo Paulino da Silva, 2003).

Nos anos de 2008 e 2009, foi realizada a triagem do material recolhido em campo pela empresa Geoarqueologia, o que compreendeu a separação dos mesmos em fragmentos de diferentes naturezas, cada tipo de fragmento era acondicionado em sacos plásticos específicos, foi realizada a contagem preliminar dos artefatos e a separação dos mesmos em tipologias, para futuras análises e inventário. A tipologia escolhida pela geoarqueologia para triagem foi:

faiança fina (branca ou decorada), faiança grossa (branca ou decorada), louça de barro (vidrada ou fosca), metal, botão, moeda, vidro, artefatos ósseos, restos alimentares, grès e outros (tabela 6, da página 171).

Finalizada a escavação, foram escolhidos dois pontos do sítio arqueológicos para serem musealizados: o primeiro no Setor I (figura 59 e 60) e o segundo no Setor II.

Figura 59: Musealização do Setor I, quadrante II
(Foto: Fernanda Codevilla Soares, 2010).

Figura 60: Materiais expostos na área musealizada do Setor I, quadrante II
(Foto: Fernanda Codevilla Soares, 2010).

QUADRO 06

TABELA COM QUANTIFICAÇÃO DO MATERIAL ARQUEOLÓGICO RECUPARADO NO PALÁCIO CRUZ E SOUZA

RESULTADO FINAL TRIAGEM DO MATERIAL – 2008 e 2009																
Mês	Faiança fina		Faiança grossa		Louça de barro		Porcelana		Metal	Botão	Moeda	Vidro	Artefatos ósseos	Restos alimentares	Grès	Outros
	branca	decor.	branca	decor.	vidrada	fosca	branca	decor.								
Dez./2007	409	356	32	20	465	265	64	63	226	03	-	417	17	81	11	36
Jan./2008	404	449	-	09	472	710	49	25	255	09	-	386	02	196	33	23
Fev./2008	884	930	13	18	874	1057	188	82	389	16	01	759	07	289	81	24
Mar/2008	646	448	02	11	607	589	139	56	229	04	04	749	05	85	15	43
Mai./2008	951	715	01	04	785	527	138	59	249	04	01	781	01	320	08	31
Jun./2008	867	462	17	17	536	299	250	143	43	01	01	608	02	35	13	109
Jul./2008	1172	1113	05	15	1212	1035	330	129	312	08	02	909	01	537	38	74
Ago./2008	1006	841	02	12	1167	1165	162	94	347	21	03	846	06	196	29	57
Set./2008	1536	1827	24	38	1547	1796	236	105	434	32	-	1386	11	387	64	59
Out./2008	1367	1001	05	22	1270	799	359	234	323	08	-	1223	05	221	22	148
Nov./2008	1377	1143	02	17	1391	932	469	330	319	19	-	2032	02	243	37	138
Dez./2008	738	346	08	11	447	433	207	97	122	18	-	1005	01	299	28	32
Jan./2009	461	179	04	17	243	266	160	47	83	04	02	687	02	111	09	32
Fev/2009	400	246	08	14	241	287	90	38	61	04	03	308	-	176	09	38
Total	12218	10056	123	225	11257	10160	2841	1502	3392	151	17	12096	62	3176	397	844

Tabela 6: Quantificação material arqueológico do MHSC.

3.2. Análise das louças do MHSC

As louças recuperadas no MHSC totalizam 26.965 fragmentos, ou seja, aproximadamente, 40% da coleção arqueológica encontrada nesse sítio. A cultura material resgatada no Palácio Cruz e Souza é composta de: louças, cerâmicas, vidros, ossos, metais e restos construtivos, entre outros (tabela 6, página 171).

Pode-se afirmar que as louças fazem parte do tipo de cultura material encontrada com maior frequência (quantidade) nos sítios arqueológicos históricos (Lima, 1995b). A quantidade e a representatividade deste tipo de material foram fatores que influenciaram a escolha dessas peças para serem analisadas na tese.

Diferentes tipos de metodologias, teorias e fontes tem sido utilizadas para interpretar esses vestígios arqueológicos. Na maior parte dos casos, o posicionamento teórico dos pesquisadores brasileiros tem oscilado entre a arqueologia processual[36] e a arqueologia pós-processual[37], sendo possível perceber, inclusive, tendências nas quais essas duas correntes são apresentadas como complementares.

---

[36] Nos estudos processuais, a análise das louças tem por objetivo identificar padrões no registro arqueológico e leis que explicam a regularidade desse registro. São utilizadas determinadas "ferramentas" para embasar as interpretações processuais, entre elas: fórmulas, tabelas, quantificações e classificações. O objetivo á fazer uma arqueologia "cientificamente orientada" (Symanski, 1996, p.60). As louças, nessa concepção teórica, são interpretadas como indicadoras do comportamento de consumo dos indivíduos que as adquiriram. Podem ser utilizadas para se compreender o *status* social, a nível material, de um determinado grupo social, entre outros (Lima, 1993, 1995a, 1995b, 2002b, Symanski, 1996, Tochetto *et al.* 2001).

[37] Na arqueologia pós-processual, as louças são analisadas enquanto símbolos carregados de significados, os quais para serem decodificados, devem ser inseridos no contexto histórico do sítio e entendidos, também, enquanto atores das relações sociais e não apenas como reflexos dessas relações. O *status* econômico é apenas um item da interpretação pós-processual, os arqueólogos orientados por essa corrente demonstram outras informações possíveis de serem extraídas das amostras de louças (Lima, 1995b). O objetivo deste tipo de análise é identificar o significado das louças para a sociedade que as utilizou, mais do que atestar determinada condição econômica. As louças são analisadas como elementos que interagem nas relações sociais, sendo que, os

> A virtude de combinar o melhor de cada uma parece ser no momento a melhor opção. Por exemplo, os fascinantes temas de investigação propostos pelos pós-processualistas, podem e devem ser incorporados à arqueologia processual, mantendo-se o necessário rigor científico ao longo do processo analítico para assegurar a sua credibilidade (Lima, 1995a, p.229).

A conciliação entre as arqueologias tem se apresentado como uma via alternativa de análise. Alarcão (1996, p.19) afirma que as correntes teóricas arqueológicas "são afinal, compatíveis e que não temos de optar por uma ou outra, mas que podemos integrá-las, a todas, numa visão mais abrangente".

Hodder (1987, p.13) acredita que devemos encontrar um meio para que a arqueologia "ande com suas duas pernas", segundo o autor, a arqueologia interpretativa e simbólica, deve funcionar junto com a *New Archaeology* ou arqueologia Processual.

Nesse sentido, pretende-se observar, a partir das louças do MHSC, o significados desses artefatos para os grupos domésticos que viveram no Palácio em fins do século XVIII e XIX e a forma como os costumes burgueses foram internalizados, negociados ou rejeitados pelos mesmos.

O material foi quantitativamente classificado e analisado, porém, não deixou de ser interpretado e contextualizado, em termos espaciais e temporais. A contextualização histórica permitiu apreender o significados dos artefatos, sendo este o objetivo final da análise.

Nessa pesquisa, as louças são interpretadas como um elemento da cultura material que representam a sociedade política desterrense do século XIX. Mais do que um espelho desta sociedade, as louças são decodificadas enquanto símbolos, que carregam significados importantes sobre os grupos domésticos que as utilizaram no Palácio do Governo de Santa Catarina para fins residenciais e políticos.

---

significados, os valores e as funções atribuídos à este material são peculiares do grupo social que a adquiriu (Lima, 1993, 1995a, 2002b, Symanski, 1996, Tochetto et al. 2001).

Deetz (1988) afirma que a cultura material apresenta traços característicos da existência coletiva de determinado grupo social, interpretar os artefatos e chegar ao grupo que os utilizou, deve ser o objetivo final das análises arqueológicas.

Gibb (1996) afirma que o estudo dos bens domésticos é a principal forma de analisar a riqueza de um grupo doméstico. A partir deles, os grupos domésticos demonstram a forma como observam a si mesmos e a forma como desejam ser observados. Ou seja, são a partir dos bens domésticos que constroem suas identidades e as tornam visíveis aos demais membros da sociedade.

> The worn and broken bits of pottery, axes, hoes, bottles, buttoms, and buckles recovered from archaeological sites represent expend wealth. They were discard because they no longer had any value as wealth: they no longer could producer wealth, nor could they articulate the identity and values of theirs owners. (…) The bones of a deer or a cow might represent a feast, served with the best tableware, to which friends and neighbors were invited; but the food and the table service and the pots in which the food was cooked all represented the members. They represented what the household was and what it would become (Gibb, 1996, p.43).

A metodologia do estudo das louças do MHSC foi baseada na classificação em tipos e na aplicação de ferramentas como a fórmula de South (1977), o Gráfico de Barras e a escala de valores de Miller (1980).

Inicialmente, será apresentada a revisão bibliográfica que serviu como apoio para a elaboração das fichas e dos métodos de análise e, posteriormente, serão apresentados os resultados e as interpretações do material.

Ao final da tese, nos anexos, é possível acessar um catálogo de louças elaborado com base nos fragmentos recuperadas no quintal do MHSC. Nesse catálogo foram analisados 124 fragmentos de louças. Para cada fragmento foram fornecidas informações referentes à localização no sítio (setor, quadrante, quadrícula e nível), informações sobre a pasta, o esmalte e a decoração (pasta, esmalte, técnica decorativa, cor, motivo decorativo, estilo, padrão e distribuição do desenho na peça), forma do recipiente e marcas de fabricantes

(descrição do selo, período da marca, nome da fábrica, localização da fábrica e período de funcionamento da fábrica). Dos fragmentos analisados, apenas 20 apresentarem selos, logo, não foram todos que apresentaram informações sobre a fábrica que os produziu[38] (observar catálogo nos anexos).

Entretanto, antes de aprofundar na metodologia da pesquisa, é importante informar que a análise não foi realizada sobre toda a coleção de louças do sítio. Cabe destacar, que o estudo está focado no total de 3408 fragmentos. Isso ocorreu porque o objetivo era analisar os materiais cuja distribuição espacial estivessem relacionadas à lixeira dos grupos domésticos que viveram no Palácio e cuja distribuição espacial dos artefatos estivesse melhor preservadas. Assim, focou-se o estudo nas louças encontradas no Setor I, quadrantes I e II, que estão relacionados à lixeira do Palácio do Governo de Santa Satarina, e nos níveis 5, 6, 7, 8, 9 e 10, visto que apresentavam menores perturbações no solo.

Conforme foi possível observar no item anterior 3.1. "Caracterização da pesquisa arqueológica do sítio", as camadas iniciais do sítio são compostas de manilhas recentes (rede de esgoto, de água, de eletricidade e outras) e de entulhos provenientes das diversas reformas pelas quais o Palácio passou. Essa situação levou a aprofundar a análise nos materiais que estivessem melhor preservados, em termos de dispersão no solo e também relacionados, diretamente, à lixeira do Palácio, o que exclui os materiais do Setor II, referente aos "vizinhos" dos governadores.

[38] As informações sobre os selos (marcas de fabricantes presentes nos fundos de alguns recipientes de louças) solicitadas no catálogo de louças do MHSC foram: nome da fábrica, período do selo, período de funcionamento da fábrica e localização da fábrica. A bibliografia de consulta para identificação dos selos foi: Blacker (1912), Caldareli (2003), García (1990), Kovel´s (1985), Tocchetto *et al.* (2001) e no site: http://www.thepotteries.org/mark, acessado em 4 de Novembro de 2010.

3.2.1. Metodologia da análise

Nesse item, é apresentado a metodologia utilizada para a análise das louças, ou seja, a diretriz utilizada como referência para a classificação dos fragmentos de louças do MHSC e a bibliografia consultada, que serviu como apoio para esta classificação.

Os itens presentes nas fichas de análise das louças do MHSC foram: tipo de pasta[39], tipo de técnica decorativa, tipo de fragmento, tipo de peça e tipo de decoração (padrão, motivo, estilo e cor)[40]. Elaborou-se 5 fichas de análise, a diretriz das mesmas pode ser observada na tabela 7. A classificação da amostra foi realizada por fragmentos e não pelo número mínimo de peças, visto que a coleção estudada não estava inventariada e os fragmentos não podiam ser misturados. Assim, cada fragmento passou, individualmente, pelas 5 fichas de análise.

Lima *et al*. (1989), Symanski (1998) e Tocchetto (2010), entre outros arqueólogos, ressaltam que o número mínimo de peças (NMP) é fundamental para evitar distorções na quantificação dos dados de uma amostra arqueológica de louças. O NMP caracteriza-se por quantificar a coleção por peças e não por fragmentos, ou seja, se 10 fragmentos formam, no mínimo, 02 xícaras, será quantificado apenas 02 xícaras. Este tipo análise é importante porque, por exemplo, se um recipiente possui decoração só na borda, um fragmento do seu interior, não

---

[39] A classificação quanto à pasta está baseada em Zanettini (1986), que sugere 5 categorias para as louças identificadas em sítios arqueológicos históricos brasileiros, são elas: faianças, grès, louça vidrada, faiança fina e porcelana. Entretanto, diante dos objetivos dessa pesquisa, da metodologia utilizada e do tipo da amostra pesquisada, excluiu-se o grès e a louça vidrada da análise e incluiu-se o *ironstone* como uma categoria, em separado, na ficha de análise.

[40] As categorias classificatórias decorativas, denominadas de padrão, modelo, motivo (cena) e estilo possuem significados diferenciados e é importante que sejam esclarecidos. Araújo e Carvalho (1993, p.82) informam que padrão decorativo caracteriza-se por "um determinado motivo decorativo que por alguma contingência passou a ser adotado por um grande número de fabricantes" e o termo modelo decorativo caracteriza-se por "uma denominação dada pelo fabricante para uma decoração específica, de sua fabricação". Como exemplo, os autores citam o Padrão Azul Borrão, que engloba centenas de modelos decorativo, como Honc, Toquim e outros. Araújo e Carvalho (2003) afirmam que uma exceção à este tipo de nomenclatura ocorreu com o Padrão Willow, o qual originalmente, era um modelo, porém, devido ao elevado consumo, passou a ser produzido por várias fábricas e se constituiu num padrão, o mesmo não possui variações específicas das fábricas, logo, não possui modelos. Segundo Majewski e O´Brien (1987, p.157), o estilo decorativo varia de acordo com o motivo da decoração. O motivo decorativo é o mesmo que cena ou desenho da decoração. Samford (1997) apresentou modelos decorativos em louças do tipo tranfer printed recorrentes no centro ou na borda dos recipientes cerâmicos, a partir deles propôs datação aos fragmentos.

decorado, pode ser separado durante o processo de descarte, logo, esse fragmento não decorado, quando for analisado, não será quantificado junto às louças decoradas e isso poderá distorcer, quantitativamente, os dados de pesquisa, gerando análises equivocadas. Apesar disso, tendo em vista o fato do material do MHSC não ter sido totalmente numerado, não foi possível misturar os fragmentos e fazer as reconstituições dos NMP conforme o desejável. Dessa forma, a análise se restringiu ao número de fragmentos e não ao NMP.

QUADRO 7

Diretriz de análise das louças do MHSC

1. Tipo de pasta	2. Tratamento superfície / técnica decorativa	3. Decoração: padrão, motivo, estilo e cor	4. Tipo de peça	5. Tipo de fragmento
1.1. Porcelana	2.1. Sup. modificada	3.1. Branca (SD)	4.1. Xícara	5.1. Alça
1.2. Faiança	2.2. Esmalte	3.2. Estilo Peasant	4.2. Pires	5.2. Fundo
1.3. Faiança Fina	2.3. *Transfer printed*	3.3. Estilo Sprig	4.3. Prato	5.3. Corpo
1.4. *Ironstone*	2.4. Decalque	3.4. Faixas/frisos	4.4. Malga	5.4. Borda
	2.5. Pintado à mão	3.5. Padrão Azul Borrão	4.5. Sopeira	
	2.5.1.Pintado mão livre	3.6. Padrão Shell Edged	4.6. Bacia	
	2.5.2. Esponjado	3.7. Padrão Willow	4.7. Caneca	
	2.5.3. Spatter	3.8. Padrão Broseley	4.8. Travessa	
	2.5.4. Dipped	3.9. Motivo Geométrico	4.9. Tigela	
	2.6. Observações	3.10. Motivos TP[41].	4.10. Jarra	
		3.11. Cor	4.11. Urinol	
			4.12. Bibelô	
			4.13. Escarradeira	
			4.14. Bule	
			4.15. Açucareiro	
			4.16. Pires p/ chá	
			4.17. Outro	

Tabela 7: Diretriz de análise das louças do MHSC[42].

[41] Motivos Transfer Printed (TP). Samford (1997) afirma que padrões decorativos formam distintos estilos decorativos dentre as louças decoradas pela técnica do transfer printed (TP). Os estilo decorativos, por sua vez, variam de acordo com o motivo ou cena do centro ou da borda do recipiente. Os principais motivos/cenas de bordas são: chinoiserie, cenas britânica, cenas americana, cenas exóticas, cenas clássicas, cenas românticas, cena pastorais, cenas góticas, cenas florais e cenas japonesas. Os principais motivos/cenas das bordas são: continuação da cena central, geométrico, floral, cartucho e linear.

Como apoio à análise, segue apresentação da bibliografia consultada sobre os tipos de pastas e de técnicas decorativas encontradas na coleção de louças do MHSC: Araújo e Carvalho (1993), Brancante (1981), Calado (2005), Caldarei (2003), Carvalho F. (2008), Carvalho M. (2003), Cushion (1976), Deagan (1987), Domingues (2006), Etchevarne (2006, 2007), García (1990), Hsu e Hanson (1971), Hume (1991), Kovel e Kovel (1985), Lima (1989, 1995b, 1996, 1997), Lima *et al.* (1989), Lima e Bruno (1993), Matos (1996), Miller (1980), Najjar (2007), Majewski e O´Brien (1987), Oliveira *et al.* (2009), Peixoto (2004, 2009), Samford (1997), Schàvelzon (2001), Souza (2010), Stone *et al.* (1983), Symanski (1996, 1997a, 1997b, 2002), Symanski e Osorio (1996), Tocchetto (2010), Tocchetto *et al.* (2001), Tocchetto e Medeiros (2009), Worthy (1982), Zanettini (1986) e alguns websites: como do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco[43], do Museu Nacional da Flórida[44] e o Catálogo de cerâmicas do IPHAN[45] .

Os principais tipos de pastas de louças contidos nas fichas de análise foram: porcelanas, faianças (espanhola e portuguesa), faiança fina e *ironstone*, conforme pode ser observado no quadro 7.

Havia sido incluído nessa parte da ficha a categoria louça brasileira, porém, é importante que seja feita a ressalva de que a mesma caracteriza-se por louças do tipo faiança fina e do tipo porcelanas fabricadas no Brasil; não se tratam de um tipo diferenciado de pasta. Nenhum fragmento da coleção do MHSC analisado nessa tese pôde ser incluído nessa categoria. Por esse motivo, a mesma está ausente no quadro 7.

No que se refere ao tipo de técnica decorativa, as louças do MHSC foram classificadas em três técnicas principais: *transfer printed*, decalque e pintado à mão. Na categoria pintado à

---

[42] Termos técnicos, presente nessa tabela, relativos às louças, podem ser observados, de forma sintética, no Glossário, ao final da tese.

[43] Site: www.brasilarqueologico.com.br/faianca.php. Acessado em 13 de janeiro de 2011.

[44] Site: www.flmnh.ufl.edu/histarch. Acessado em 22 de Abril de 2011.

[45] Site: www.portal.iphan.gov.br/catalogo_iphan/catalogo.htm. Acessado em 13 de janeiro de 2011.

mão, inclui-se as técnicas: pintado à mão livre (estilos peasant e sprig), esponjado, spatter e dipped. Além dessas, inclui-se as louças que apresentam superfície modificada, sem pintura (Majeswki e O´Brien, 1987).

A seguir é feita a caracterização histórica das pastas citadas anterioemente, será informado os países que originalmente as criaram, as propriedades em termos de composição e o significado para a sociedade brasileira oitocentista. O mesmo ocorre com a técnicas decorativas, onde é possível analisar o contexto histórico em que foram criadas, as datas de início e término de produção (quando essa informação estava contida na bibliografia pesquisada) e as características que as definem.

3.2.1.1.Tipos de pastas

Zanettini (1986) sugere algumas padronizações nas análises das louças identificadas em sítios arqueológicos do Brasil, sobretudo quanto à classificação da pasta. O pesquisador informa que as louças devem ser divididas em 5 categorias: faianças (portuguesa, espanhola, holandesa, inglesa, entre outras), grés ou louça vitrificada (inglesa e holandesa), louça vidrada (nacional/local), faiança fina (inglesa, francesa, holandesa, portuguesa e outras) e porcelana chinesa.

As faianças, segundo o pesquisador, são "feitas com argila de grande plasticidade, cozidas à temperatura reduzida, porosas e resistentes. São recobertas de esmalte opaco à base de compostos de chumbo e estanho tornando-se mais duras e sonorosas" (Pileggi, 1958 *apud* Zanettini, 1986, p.120).

O grès cerâmico ou louça vitrificada “apresentam uma composição de contextura muito forte, densa, impermeável, de grão fino, cozidos a altas temperaturas e levados a vitrificação total" (Pileggi, 1958 *apud* Zanettini, 1986, p.121).

A louça vidrada caracteriza-se por objetos de barro confeccionados com torno, alguns possuem pigmentação vidrada. Podem ter sido fabricadas localmente ou no exterior. Segundo o autor, é difícil distinguir pela peça, a sua origem (Zanettini, 1986).

Zanettini (1986, p.124) afirma que a porcelana apresenta uma pasta composta de argila branca (caulim), quartzo e feldspato, cozidos à elevadas temperaturas. Apresentam uma composição sólida, branca, vitrificada, translúcida e sonora.

As faianças finas, segundo o autor, “apresentam pasta dura e opaca, branca, infusível ao fogo de porcelana e com um vidrado de chumbo. Sua pasta é produto de vários ingredientes, conforme a fábrica que os aplica; é compacta e de forma geral esbranquiçada dispensando o engobo” (Zanettini, 1986, p.122).

Nessa pesquisa, optou-se por focar a análise apenas nas porcelanas, faianças e faianças finas. O grès e a louça vidrada foram excluídas do universo de estudo, apesar de apresentarem números expressivos na coleção, total de 11654 fragmentos (tabela 6).

Foram incluídas na ficha de análise dois tipos de pastas que não estão especificados nas categorias classificatórias de Zanettini (1986), são elas: louça brasileira e *ironstone*. Entretanto, cabe a ressalva que a louça brasileira não se caracteriza por um pasta em si, trata-se na verdade, de faianças finas e porcelanas produzidas no Brasil, conforme mencionado anteriormente. Optou-se por colocar essa categoria em separado, para diferenciá-la das demais tipos de faianças finas e porcelanas fabricados no exterior e para obter o controle quantitativo desse tipo de fragmento. No entanto, na amostra analisada nenhum fragmento pode ser classificado como louças brasileira. Logo, pode-se afirmar que a coleção de louças do Palácio do Governo de Santa Catarina é, substancialmente, de origem estrangeira.

A categoria *ironstone* possivelmente está ausente nas classificações de Zanettini (1986) pelo fato de que alguns pesquisadores à classificam como um tipo de faiança fina com esmalte *whiteware*. Porém, na maior parte da bibliografia pesquisada, o *ironstone* foi apresentado como um tipo de pasta, com dureza intermediária entre a porcelana e a faiança fina (Majewski e O´Brien, 1987). Assim sendo, optou-se por acrescentá-lo como uma categoria em separado na ficha, para fins de controle quantitativo.

A seguir estão presentes informações quanto ao contexto histórico em que estas pastas foram criadas, os países que as fabricaram pela primeira vez, suas propriedades em termos de composição e sua apropriação pela sociedade brasileira oitocentista.

3.2.1.1.1.Porcelanas

As porcelanas incluem-se entre os tipos de louças de grande importância nas coleções arqueológicas de sítios históricos. A antiguidade e a tradicionalidade desse tipo de peça conferem aos exemplares um valor diferenciado, geralmente, adquirido por grupos sociais com alto poder aquisitivo.

A China foi a primeira Nação a produzir porcelanas, fato ocorrido no século X. O autor Brancante (1981, p.155) afirma que as porcelanas chinesas caracterizam-se por "uma pasta de argila branca contendo caulim, quartzo e feldspato, ou minerais de composição análoga, cozida a alta temperatura; estrutura sólida, branca, vitrificada e vidrada, translúcida e sonora". A temperatura de cozedura girava em torno dos 1400º, segundo este autor.

As primeiras porcelanas chinesas possuíam decorações com características simbólicas, de cunho mítico e religioso. Os principais símbolos chineses eram: dragões, fênix, flores, frutos,

árvores, animais míticos, peixes entre plantas aquáticas, paisagens, personagens religiosos, figuras humanas, emblemas, folhas, painéis de lótus, ondas, nuvens, perlados e enrolamentos vegetais. Os principais significados são: a flor de lótus é símbolo budista que representa pureza; as peônias representam riqueza e prosperidade; os gamos são símbolo de longevidade e de prosperidade; as aves grous, que vive 2 mil anos, são símbolos de longevidade; os pessegueiros e seus frutos, são símbolos de "bom augúrio"; as pinheiras, ameixeiras e os bambus exprimem longevidade, beleza e resistência; a cabaça, símbolo imortal taoista Li Tieguai, representa imortalidade (Matos, 1996).

Além destes desenhos, é possível encontrar decorações com paisagens marítimas, que evocam cenas "pitorescas" da vida cotidiana, da arquitetura, dos barcos, da natureza e da defesa das cidades chinesas (muralhas), especialmente, após o comércio com os europeus no século XV.

Matos (1996, p.35) afirma que as porcelanas chinesas, destinadas para "consumo" local, possuíam uma decoração realizada sem excessos. Segundo a autora, os motivos decorativos eram "dispostos livremente sobre os fundos brancos vivos e brilhantes, sem cercaduras. Em contrapartida, nas porcelanas de exportação, a decoração era sobrecarregada" (Matos, 1996, p.35).

Quando esses signos presentes na decoração chinesas foram copiados pelos demais países (Portugal, Inglaterra, Alemanha, Holanda e Espanha) e utilizados nas faianças e faianças finas, já não tinham o mesmo significado, ou seja, não possuíam o mesmo valor simbólico que a sociedade chinesa lhes atribuía. Muitos dos elementos decorativos chineses foram misturados à elementos europeus e algumas vezes, foram descontextualizados.

Apesar de não saber o significado original que a decoração possuía, os europeus (especialmente portugueses, espanhóis, alemães, franceses e ingleses) as copiavam. Assim, é possível identificar faianças portuguesas e faianças finas inglesas com desenhos míticos e religiosos da cultura Oriental, dos quais não tinham qualquer identificação.

A evocação a este tipo de louça, mesmo que feito apenas a nível decorativo, expressava requinte, "bom gosto" e *status*, além de atestar o fascínio que a porcelana oriental provocou no mundo ocidental.

As porcelanas chinesas eram feitas de um material diferenciado, que lhe conferiam a aparência branca e delicada. Esse material se chama feldspato, que é misturado ao caulim e ao quartzo. Além disso, as cozeduras, a aplicação do esmalte e os demais pigmentos, que conferem cor e desenhos às peças, eram feitos de forma muito cuidadosa, por artesãos que seguiam um rígido padrão, imposto, na maior parte do tempo, pelos próprios imperadores chineses, que eram os patrocinadores da fabricação das porcelanas.

Todas essas características atribuíam às porcelanas chinesas um elevado nível de qualidade, tornando-as caras e desejadas por países do mundo inteiro. Existem dois tipos de porcelanas: dura e mole. A primeira, mais apreciada, diferencia-se pela elevada temperatura de cozedura (em torno dos 1400º), a segunda, menos rica em hidróxido de alumínio e mais barata, fabricada, sobretudo, nos países europeus, temperatura de cozedura em torno dos 1200º (Brancante, 1981).

Na tabela 8, é possível observar um breve histórico das porcelanas chinesas, dividido em 6 períodos: Dinastia Tang (618 – 906), Dinastia Song (960 – 1279), Dinastia Yuan (1279 – 1368), Dinastia Ming (1368 – 1644), Período de Transição (1620 – 1683) e Dinastia Qing (1644 – 1911) (Brancante, 1981 e Matos, 1996).

Vale destacar que durante a Dinastia Qing, os países europeus (Portugal, Holanda, Itália, Inglaterra e Estado Unidos) instalaram entrepostos comerciais na China (localidade de Cantão, próximo a Macau) e criaram as "Companhias das Índias", encarregadas de realizar o comércio entre Europa e China (Matos, 1996).

QUADRO 08

TABELA COM HISTÓRICO DA PORCELANA CHINESA

DINASTIA	PERÍODO	CARACTERISTICAS
Tang	618 – 906	Brancante (1981) acredita que esse período pode ser considerado como o "aparecimento da porcelana". Segundo o autor, nesta época a porcelana adquire "suas características bem definidas, e uma pasta transluzente", há de registros de que a porcelana ultrapassou os muros da China e se espalhou pela Ásia Ocidental.
Song	960 – 1279	Segundo Matos (1996,p.19) nesse período a cerâmica chinesa "conheceu grande incremento aos níveis da técnica e da estética". A autora afirma que haviam fornos de fabricação de cerâmica por todo o país, as mesmas eram "decoradas com motivos incisos, cinzelados e moldados, revestidos de vidrados macios, brilhantes e delicadamente coloridos em tons de branco puro ou marfim, verde, azul, cinzento e castanho". Os principais artigos de porcelana são: Ding, Yaozhou, Ru, Jun, Cizhou e pretos do Henan, os artigos Cizhou introduziram o esmalte sobre o vidrado precedendo uma técnica importante da produção de porcelana. Diferente de Brancante (1981), Matos (1996) acredita que é da Dinastia Song os primeiros produtos a merecerem o nome de porcelana, conhecidos como qingbai (branco azulado) e yingqing (azul pálido), os quais fazem parte dos artigos de Guan, destinados a satisfazer as necessidades da Corte Imperial. Destacam-se as peças monocromáticas.
Yuan	1279 – 1368	É nesse período que se intensificam os contatos entre a China e a Ásia Ocidental, os portos entram em intensa atividade, circulando produtos e novas ideias, surgem novas técnicas, formas e motivos decorativos. Destacam-se cerâmicas mais populares, bem como, os artigos qingbai, shufu, céladons do Zhejiang e grés do Cizhou. É deste período a origem da porcelana "azul e branco", que desempenhou um papel importante no comércio com o Médio Oriente e fonte de inspiração para a Europa. A aplicação de cobalto á porcelana branca caracteriza a decoração "azul e branco", considerada uma "grande novidade decorativa". É deste período que os primeiros exemplares de porcelana chinesa são destinados à Europa (Matos, 1996).
Ming	1368 – 1644	Essa Dinastia marca o predomínio da porcelana sobre o grés e a terracota, comuns nos períodos anteriores. As porcelanas adquirem funções relacionadas ao uso cotidiano, usos da Corte e uso cerimonial. As principais formas são: pratos, garrafas, gomis, kendi, potes, vasos de flores, aquários, caixas, incensórios, castiçais, escarradeiras, bancos de jardim e outros. A decoração é "impregnada de simbolismo", algumas peças possuem mensagens religiosas. Os monocromos vão sendo substituídos pelas cores. Desta época datam as mais antigas peças chinesas decoradas com motivos portugueses, com destaque para a esfera amilar de D. Manuel I. No período final

		da Dinastia observa-se a deterioração do “azul e branco”, que passou a adquirir tons acinzentados, especialmente quando aplicados nas porcelanas para exportação. E deste período um tipo particular de cerâmica “azul e branco”, Kraakporselein, da companhia holandesa, fabricada para o comercio China-Europa no início do século XVII. Cabe destacar que desde 1555 os portugueses já estavam estabelecidos em Macau e que a cidade se desenvolveu rapidamente com a ajuda dos fidalgos e comerciantes lusos, a localização contribuiu igualmente para sua expansão como centro de porcelanas (Matos, 1996).
Período Transição	1620 – 1683	Nesse período ocorre uma reorganização na fabricação da porcelana na China, Jingdezhen, localidade que havia monopolizado a produção, perde o apoio financeiro do Imperador Kangxi dos Qing, devido a morte do mesmo. Nessa situação, os holandeses e os japoneses aproveitam para “patrocinar” a produção de Jingdezhen e investir no mercado chinês. Essa inserção ocasiona mudanças no estilo dos artigos, especialmente os destinados ao mercado externo. Segundo Matos (1996) a ausência de inspetores imperiais, que ditavam as formas e os motivos decorativos proporciona liberdade artística aos oleiros, bem como, o aparecimento de formas inéditas de grande qualidade técnica.
Qing	1644 – 1911	Data deste período a descoberta do esmalte “azul vivo”, que substitui o esmalte turquesa (família verde) e o azul cobalto (azul e branco), o qual dá uma aparência azulada às porcelanas. Jingdezhen é reconstruída pelo novo imperado Kangxi, tornando-se, novamente, um grande centro produtor. “Sob seu patrocínio a cerâmica atinge o auge da perfeição, beneficiando de inovações técnicas importantes: a matéria é muito branca e livre de impurezas, os vidrados e os esmaltes são límpidos e brilhantes, o cobalto chinês é afinado, o controle do fogo permite cozeduras perfeitas” (Matos, 1996, p.34). A decoração “vale por si própria”, destaque para as peças do tipo brancas utilizadas para luto e culto; monocromáticas, novamente “na moda”; as “decorações de renda” e “bago de arroz”, o “azul soprado”, as cores de fogo de mufla. A maior inovação do período são os esmaltes sobre o vidrado, “que revolucionam a decoração da porcelana”, predominam: a “família verde”, a “família amarela”, a “família preta”, o imari chinês (que é uma cópia chinesa das porcelanas japonesas) e a “família rosa”. Segundo Matos (1996, p.35) “a família rosa irá eclipsar as famílias precedentes e prolongar-se até os primeiros anos do século XIX”, nesse período, a porcelana adquire uma característica mais fina, conhecida como “casca de ovo”, com formas mais rebuscadas e desenhos requintados. Em 1699, o imperador Kangxi abre o porto Guangzhou (Cantão) aos europeus, assim a Holanda perde o monopólio comercial adquirido no século XVII e diversos países constroem suas próprias “Companhias das Índias Orientais”, fixando entrepostos comerciais em Cantão.

Tabela 8: Histórico da porcelana chinesa.

Nesse período, a maioria dos países enviavam à China moldes, feitos de madeira ou em faiança, com formas de louças para serem copiados pelos chineses. Assim, o resultado desse tipo de produção, eram porcelanas feitas na China com material chinês e decoração chinesa, porém, formas europeias (Matos, 1996).

Com o passar dos anos, no entanto, além das formas, os europeus enviavam quadros e desenhos para serem copiados pelos chineses, logo, nem a forma e nem a decoração das porcelanas eram chinesas, apenas a mão-de-obra e o material empregado. E este foi o tipo de material que chegou, em maiores quantidades, nos mercados brasileiros (Lima, 1989 e Brancante, 1981).

Cabe destacar que os primeiros europeus a comercializarem com os chineses foram os portugueses, no século XVI, depois, foram os holandeses, no século XVII e então, os demais países, com as Companhias das Índias no século XVIII (os ingleses em 1715, os franceses e holandeses em 1720, os dinamarqueses e os suecos em 1730 e os americanos em 1784) (Matos, 1996 e Brancante, 1981).

Lima (1989) afirma que é comum encontrar fragmentos de porcelana de Macau em sítios arqueológicos históricos do Rio de Janeiro do século XIX. A autora define este tipo de cerâmica da seguinte forma:

> Porcelana azul e branca originária da China, cuja exportação estende-se do século XIV ao XVIII, entrando pelo século XIX, quando toma o rumo do Ocidente (anteriormente era destinada ao Oriente Médio), passa por várias modificações quanto ao desenho, espessura e esmalte, voltando, no final do século XVIII, às primitivas formas decorativas, num azul mais profundo e desenhos menos fluentes. Com a crescente importação para a Europa ocorre a fabricação em massa, prejudicando a qualidade. Surgem, então, as peças que os portugueses denominam de "Macau", e os ingleses e franceses de "Nankim", fabricadas durante todo o século XIX (Lima, 1989, p.217).

Lima (1995b) afirma que porcelana de Macau (louça de Macau) é uma designação genérica e equivocada dada à louça azul e branca proveniente da China e embarcada naquele entreposto. A mesma abrangia uma ampla produção, desde serviços finos até peças extremamente grosseiras e baratas. Muitas dessas louças não eram fabricadas em Macau, mas recebiam essa denominação, porque eram dali exportadas.

Brancante (1981, p.653) afirma que a louça de Macau era muito barata e vinha como "lastro de navio", possuía produção inferior, pasta grosseira e uma tonalidade cinza-azulada, os desenhos eram de qualidade ruim e as cores pouco firmes.

Lima (1995b) afirma que devido a um decreto de D. João VI de 1810 isentando de impostos todas as mercadorias provenientes de Goa e Macau, essas cerâmicas penetraram em grandes quantidades no país, paralelamente, às faianças europeias e às faianças finas inglesas.

Além das porcelanas de Macau, há referências nos sítios arqueológicos brasileiros às porcelanas brancas com traços dourados nas bordas e desenhos de flores (fitomorfos), das quais não se sabe a origem exata e não se tem informações muito precisas na bibliografia sobre essas peças.

A dificuldade de analisar as porcelanas brancas, ou decoradas em dourado, ocorre porque existiu a produção deste tipo de material tanto na China quanto nos países europeus. A partir do século XVIII, a Alemanha, a França e a Inglaterra passaram a fabricar porcelanas. Além disso, surge na metade do século XIX, na Inglaterra, um tipo de louça muito similar às porcelanas chinesas, o *ironstone*, que contribui para confundir as análises.

Os autores Majewski & O´Brien (1987) apresentam algumas informações que auxiliam a diferenciação desses três tipos de materiais: porcelana branca chinesa, porcelana branca europeia e *ironstone*.

Segundo os autores, a principal diferença entre a porcelana e o *ironstone* é que este último não é translúcido, é mais espesso e mais absorvente. Afirmam que é muito raro encontrar

porcelanas sem decoração, logo, quando não decoradas, trata-se de *ironstone* e não de porcelanas, podendo haver exceções. Informam que as porcelanas europeias, normalmente, possuem decoração sobre o esmalte, já as porcelanas chinesas, possuem decoração sob o esmalte, podendo, também, existir exceções.

Os autores afirmam que é comum encontrar porcelanas europeias com decorações pintadas à mão livre (florais), com bandas douradas, com decalques e com estêncil. Sobre as porcelanas pintadas à mão, afirmam que a pintura normalmente é feita em camadas, logo, quando a tinta seca, é possível verificar um efeito de textura sobre o vidrado e se percebe, em uma mesma peça, desenhos com cores vivas e bem definidas e desenhos parcialmente descoloridos ou desgastados. Segundo Majewski & O´Brien (1987) os florais pintados à mão nas porcelanas são datados pós-1850 e as faixas douradas tornam-se mais comuns pós-1860.

Nos *ironstone*, as decorações normalmente são feitas com decalques de fitomorfos dourados e podem ser datados da segunda metade do século XIX. Quando se utiliza o decalque na decoração é possível observar, em alguns casos, negativos do desenho na peça, quando a cor está desgastada (Majewski & O´Brien, 1987).

Sobre a porcelana chinesa branca, Matos (1996) informa:

> A porcelana branca, fina, leve e brilhante, digno acompanhamento da ourivesaria, era um artigo imprescindível para consumo de bebidas quentes, fossem elas chá, café ou chocolate. As companhias enviavam para a China modelos em prata, madeira, faiança, grés e vidro para serem copiados. No decorrer do século XVIII, os palácios principescos e residências burguesas endinheirada enchem-se de serviços de jantar, chá e café com os seus pratos com aba, chávenas com pires, saleiros, mostardeiras, refrescadores, de objetos de 'toalete' (jarros e lavandas, bacias para barba, potes para cremes) e, ainda frascos de tabaco, fontes, aquários, castiçais, 'garnitures' de chaminé, entre outros (Matos,1996, p.35).

Percebe-se que, mesmo sendo um produto fabricado na China, as porcelanas brancas e decoradas estavam voltadas para atender o mercado europeu, tornando-se mais comuns no decorrer do século XVIII, com desenhos e formas europeias.

Para concluir, pode-se dizer que a porcelana é um símbolo importante de *status* social devido, principalmente, as suas qualidades técnicas e custo elevado. Entretanto, tendo em vista a grande exportação, especialmente com a instalação das Companhias das Índias no século XVII, a qualidade do produto decaiu e as porcelanas de Macau representaram essas mudanças. Os europeus, sempre desejosos deste tipo de material, tentam confeccioná-lo em seus próprios países e só conseguem a partir do século XVIII. Até lá, no entanto, criaram as faianças, as faianças finas e os *ironstone*, que serão analisadas a seguir.

A diferenciação entre porcelana chinesa branca, porcelana europeia branca e *ironstone* não está muito clara na bibliografia, o estudo desse tipo de material do MHSC, baseou-se nas informações citadas anteriormente, dando prioridade para casos em que os selos das peças informassem a pasta ou a origem, situação bastante rara, visto que, normalmente, as porcelanas não possuem selo (figura 61).

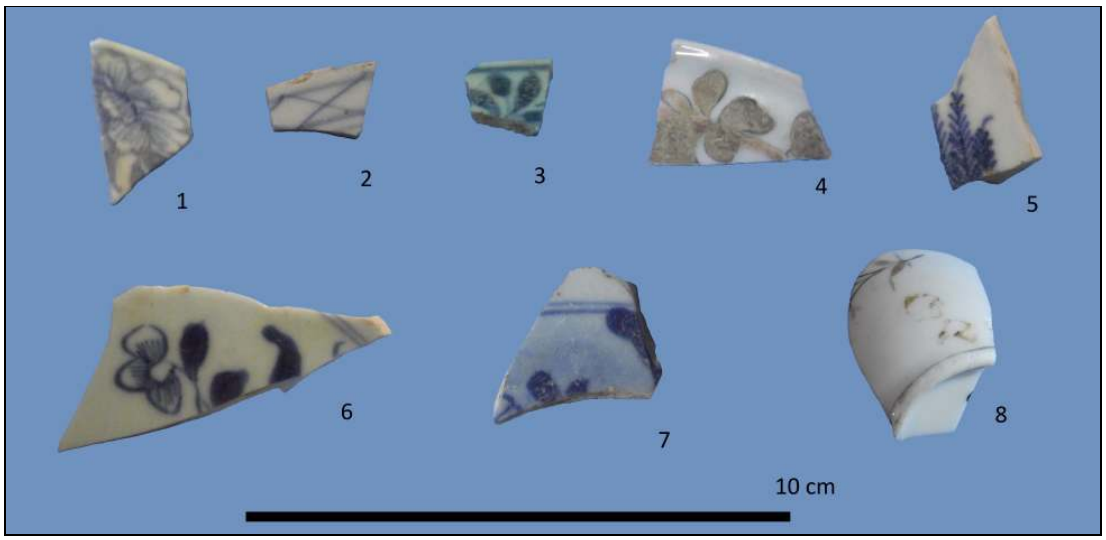


Figura 61: Porcelanas do MHSC: 1) louça de Macau, 2) louça de Macau, 3) louça de Macau, 4) porcelana branca pintada à mão, 5) louça de Macau, 6) louça de Macau, 7) louça de Macau e 8) porcelana branca, pintada à mão, cor dourada e prata, possivelmente de origem chinesa devido a espessura fina da pasta.

3.2.1.1.2.Faianças

A faiança pode ser definida da seguinte forma:

> é uma cerâmica de baixa temperatura de cocção - em torno de 800º a 1000º - que recebe um verniz a base de chumbo, opacificado pela adição de óxido de estanho e silicato de potássio, impermeabilizando-a e criando uma capa branca sobre a argila subjacente.
> A aplicação deste esmalte era realizada sob a forma líquida, onde a peça cerâmica era imersa após a primeira queima – resultando no *biscuit* – formando ao secar uma superfície porosa branca, sobre a qual era executada uma decoração pintada à mão, com óxidos, misturados com água. Em seguida, a peça era polvilhada com o verniz plumbífero para ser submetida a uma segunda queima – entre 900ºC e 1100º - afim de fixar este verniz ao corpo cerâmico, criando assim uma superfície vitrificada e brilhante (Najjar, 2007, p.1).

As faianças foram introduzidas na Europa, primeiramente, na Espanha, com grande influência árabe ocorrida a partir do XIV. O objetivo final da confecção da faiança era atingir a porcelana chinesa.

> Debido a que esta forma de hacer cerámica - o mejor dicho, de esmaltarla - se introdujo en Europa a través de España y la dominación árabe, es por lo tanto más antigua allí que en otras regiones, siendo un fenómeno cultural característico del siglo XIV. Es probable que la rápida adopción en Europa occidental de esa costumbre de cubrir la cerámica con esmalte blanco no haya sido más que otro intento por copiar la porcelana del lejano Oriente, asunto en el cual Occidente fracasó por siglos pese a todos los esfuerzos; pero la mayólica, dada su facilidad de fabricación, belleza y calidad se dispersó muy rápidamente (Schávelzon, 2001, p.41).

A faiança também é chamada de "*mayólica"* (Espanha), "*delft"* (Holanda) e "*faenza"* (Itália) (Schávelzon, 2001; Najjar, 2007; Calado, 2005 e Brancante, 1981). A produção deste tipo de cerâmica atingiu diversas regiões do mundo, como: México, Guatemala, Peru, Panamá, Portugal, Itália, Holanda e França. Faiança é um "aportuguesamento" da palavra italiana "*faenza*" (Calado, 2005).

É comum encontrar algumas confusões no que se refere às classificações das faianças, especialmente quanto à origem portuguesa e espanhola, visto as similaridades dos tipos decorativos e da pasta.

3.2.1.1.2.1.Faiança Espanhola (mayólica)

As faianças espanholas (*mayólicas*) possuem influências árabes, italianas (renascentistas) e orientais (especialmente chinesas). A influência árabe está relacionada a sua origem, visto que foram os árabes que introduziram a fabricação deste tipo de cerâmica na Espanha (século XIV), conforme já referido anteriormente. Tal influência foi desaparecendo com a Reconquista e com o renascentismo italiano no século XVI, nesse contexto, se observam *mayólicas* com decorações "italianizantes". A influencia chinesa dá-se em função do fascínio que foi a porcelana chinesa no Mundo Ocidental e o desejo de produzir peças semelhantes à estas.

Brancante (1981, p.87) afirma que Málaga foi o centro que primeiro produziu "*mayólica"* em grandes proporções na Espanha, "os oleiros de Málaga foram os verdadeiros introdutores das técnicas que iriam revolucionar a cerâmica do Ocidente".

Os principais tipos representativos da influência árabe nas *mayólicas* são: *Lusterware*, *Cuerda Seca Ware* e *Cuenca tiles*. Além destes, Deagan (1987) e Schávelzon (2001) fazem referências a um grupo denominado *Mayólicas* Mouriscas, produzidas em Andaluzia e áreas circunvizinhas de Sevilha, que inclui os tipos: *Columbia Plain, Gunmetal Columbia Plain Variant*, *Yayal Blue on White* e *Isabela Plychrome*, *Santo Domingo Blue on White* e *Santa Elena Mottled Blue on White*.

De influência italiana, chamadas de *Mayólicas* Italianizantes, os autores citam: *Sevilha* Branca, *Sevilha* Azul sobre branco, Caparra azul e *Sevilha* azul sobre azul. No grupo das *Mayólicas* de *Talaverna*, localizadas em *Talaverna de La Reina*, citam o tipo *Ichtucknee Blue on White*. As *mayólicas* de *Talaverna* possuem forte influencia italiana, são de ótima qualidade e de alto custo, pouco difundidas na América (Deagan,1987 e Schávelzon, 2001).

Schávelzon (2001) identificou um tipo de *mayólica* denominada de Triana, originária de Andalucia e dos fornos de Triana. Este tipo de *mayólica* se subdivide em: *triana de ramazón*, *triana floreal*, *triana anular*, *triana esponjado policromo* e *triana policromo sobre amarillo*. Pode ser definida da seguinte forma:

> Posee una pasta blanca mate con ligero tono amarillento más clara que la Talavera o las Moriscas y un esmalte blanco de bastante calidad, regular brillo y con marcas del craquelado; éste suele despegarse de la pasta. Esta variedad está determinada por la presencia en la decoración de ramazones anulares formando anillos en los bordes de los platos e incluso en el centro, o en el exterior de las escudillas, habitualmente girando hacia la izquierda, dibujando las hojas como rayas o puntos. La hay en azul sobre blanco y en colores amarillo y negro. Los bordes de los platos son ligeramente caídos y las bases son planas asemejándose a las Moriscas por la falta de pata saliente en los platos, mientras que las escudillas sí la tienen, aunque sí los diferencia el gran tamaño. Muchos platos presentan en el interior un reborde saliente en forma de anillo cerca del centro; los diámetros alcanzan los 26 cm y las alturas cerca de 4 cm en los platos; las escudillas miden unos 15 cm de ancho máximo y hasta 7 cm de altura. Las policromas tienen algunas hojas de color amarillo, el que fue puesto en una segunda operación después del azul y a veces el negro (Schávelzon, 2001, p.57).

No Catálogo de cerâmicas históricas do IPHAN, Najjar (2007) apresenta um conjunto de faianças espanholas encontradas no Estado Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

Na coleção do MHSC, pesquisada nessa tese, foram identificados alguns fragmentos de faianças que podem ser incluídos na categoria de *mayólicas*, conforme é possível perceber na figura 62 e no catálogo de louças do MHSC anexo à tese.

Esses fragmentos caracterizam-se por faianças espanholas do tipo triana, originária de Andalucia, Espanha (Schávelzon, 2001) e no tipo mayólica mexicana, conforme apresentado no site do Museu da Flórida.

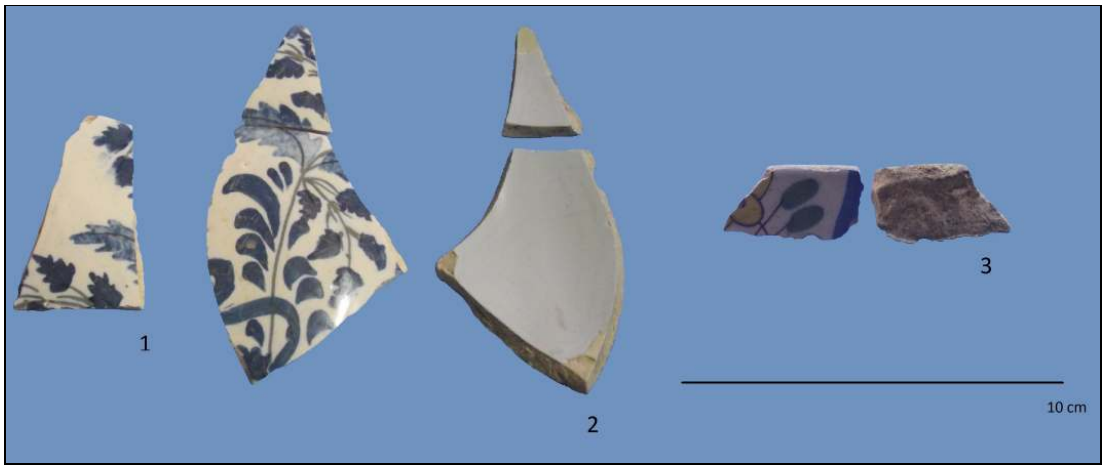


Figura 62: Faianças espanholas do MHSC: 1) mayólica triana, 2) mayólica triana, 3) mayólica mexicana.

3.2.1.1.2.2.Faiança Portuguesa

Segundo Calado (2005), a faiança portuguesa inicia sua produção no século XVII, quando são registrados os primeiros fornos em Portugal, chamados fornos de Veneza, porém, há indícios

da existência de malagueiros - artífices produtores de faiança malagueira - em Lisboa, já no século XVI.

A faiança malagueira, de origem espanhola, serviu de inspiração para a produção portuguesa, era conhecida por esse nome tendo em vista o local da Espanha onde foram originalmente feitas, Málaga (Brancante, 1981).

A faiança malagueira produzida em Portugal é considerada uma louça comum, produzida com a finalidade de ser usada no "dia-a-dia". Existem muitos exemplares brancos deste tipo de louça, além de peças decoradas, pintadas em azul e contornadas em vinhoso (manganês), com produção até o século XIX. Os objetos produzidos eram, na maioria, usados em Boticas, em cozinhas e em baixelas modestas de Portugal. Caracterizam-se por louças utilitárias, de uso comum (Calado, 2005 e Brancante, 1981).

A tradicional faiança portuguesa "azul e branca", diferente da faiança malagueira, possui forte inspiração chinesa. Neste tipo de louça, é possível observar diversos elementos chineses que foram copiados com outros significados, como exemplos: leões, ursos, corsas, javalis, lebrões, cães, aves, borboletas, pinheiros, pessegueiros, crisântemos, romãs e avencas, presentes na mitologia chinesa (Calado, 2005).

Algumas faianças "azuis e brancas" são cópias fiéis das porcelanas chinesas, especialmente da Dinastia Ming, em outras, os elementos chineses foram misturados à novos elementos. Há, inclusive, denominações de "famílias decorativas" cujo objetivo foi "apelidar" temas chineses dos quais os artífices portugueses não sabiam o significado, como por exemplo, a "família dos aranhões", que se caracterizam por peças chinesas (como folhas, leques de palma e cabaças) envoltas por serpentes e cordões, que terminam em borlas; todos estes elementos possuem significados específicos para os chineses, porém, para os artífices portugueses, pareciam aranhas, daí a denominação "aranhões" (Calado, 2005). Outros exemplos: "família da renda", "família das contas" e "família miúdo".

Além da influência espanhola e chinesa, a faiança portuguesa também contou com a influência italiana, de onde deriva seu nome, visto que a palavra "faiança" é um "aportuguesamento" do nome dado à cidade italiana chamada Faenza, conforme já referido antes (Calado, 2005).

Na primeira metade do século XVII, as faianças portuguesas "azuis e brancas" foram produzidas em grande quantidade, destinada, sobretudo, para exportação. Possuíam formas variadas: pratos, taças, jarros, potes, boticas, escudelas, terrinas, caixas, bacias, aneleiros, bilheteiras, fruteiras, azeitoneiras, galhetas, canecas, pichéis, aquamanis, bilhas, garrafas, bacias, jarros e outras. A decoração "azul e branca" era feita pela aplicação de azul cobalto e de esmalte estanífero (Calado, 2005).

Na segunda metade do século XVIII, a faiança portuguesa passa a atender, basicamente, o mercado interno, devido a concorrência cada vez maior nos outros países. Nesse período, a qualidade e a delicadeza da pintura portuguesa decaíram, os motivos decorativos foram se alterando e o artífice adquiriu maior liberdade para "inventar". A louça foi se tornando mais pesada, grosseira e popular, a única característica que se manteve foi a decoração "azul e branca" (Calado, 2005).

No século XVIII, com as reformas de Pombal, diversas fábricas de louças proliferaram em Portugal[46], com destaque para Real Fábrica, ou Fábrica de Rato, que possuía uma espécie de escola para formar novos artífices. Os produtos eram finos e se destinavam ao mercado europeu. A produção da fábrica dividiu-se de acordo com os mestres que a comandavam, sendo eles: Tomaz Bruneto / Verolli (1767 – 1771); Sebastião de Almeida / Severino da Silva (1771 – 1779) e Joaquim Milagres (1811 – 1817).

[46] Na segunda metade do século XIX, surgem as seguintes fábricas no norte de Portugal: Fábrica Viana do Castelo, Fábrica Massarelos, Real Fábrica Cavaquinho, Fábrica S. A. da Piedade, Fábrica de Miragaia, Fábrica do Alto da Fontinha, Fábrica de Entre Quintas, Fábrica de Afurada, Fábrica da Bandeira, Fábrica da Fervença, Fábrica do Choupelo, Fábrica do Candal, Fábrica das Devesas. No centro, destacam-se: Oficinas de Coimbra (já existentes no século XVII), Fábrica do Rocio de Santa Clara, Unidade familiar de Alcoçaba, Real Fábrica de Sacavém. E no sul, destaca-se as Fábricas de Extremoz (Calado, 2005).

O Marquês de Pombal incentivou a contratação de mestres estrangeiros para incrementar a produção portuguesa, bem como, a compra de novas máquinas e diversos incentivos financeiros para o comércio das faianças.

Nas novas fábricas, a decoração ganhou novos formatos, elementos barrocos foram misturados aos elementos chineses, estes últimos, aos poucos, foram sendo substituídos e esquecidos. Algumas fábricas especializam-se em produtos mais finos e outras em produtos mais baratos. A inspiração para a faiança portuguesa passou a ser, sobretudo, italiana, inglesa e francesa.

Apesar da qualidade dos produtos, o escoamento era difícil e os lucros pequenos. Durante a invasão francesa, a Fábrica do Rato passou por um período de prosperidade e rentabilidade, porém, posteriormente, voltou a acarretar prejuízos. No ano de 1835, a rainha D. Maria II decidiu encerrar a produção, fechando a fábrica.

No século XIX, novas técnicas e matérias-primas passam a ser usadas nas faianças portuguesas, especialmente o "pó-de-pedra" (na composição da pasta) e a técnica decorativa do "*transfer printed*". O objetivo destas novas técnicas era competir com a faiança fina inglesa, que começava a monopolizar o mercado internacional de louças.

Segundo Brancante (1981), desde seiscentos Portugal já exportava faiança para o Brasil. Etchevarne (2007) acredita que as primeiras faianças portuguesas chegaram ao Brasil junto com a Companhia Geral de Comércio do Brasil, criada em 1649, cujo objetivo era transportar o açúcar, o tabaco e o pau-brasil para Portugal e trazer azeite, vinho, sal e produtos manufaturados para o Brasil, entre os quais, se incluem as faianças.

Além do comércio monopolista entre Brasil e Portugal, o autor afirma que muitas faianças chegaram entre os pertences de portugueses que vinham se radicar no Brasil. Como exemplo, cita o caso do português e General da Armada Francisco Correa da Silva, que durante sua viagem para Bahia, no ano de 1668, naufragou no Galeão Sacramento e acabou falecendo

junto com todos os tripulantes do navio. Pesquisas de arqueologia subaquática realizadas nesse navio atestam diversos objetos de faianças na bagagem pessoal desse militar.

O arqueólogo Marcos Albuquerque desenvolveu várias pesquisas em sítios arqueológicos do Nordeste (e outras áreas do Brasil) e identificou várias peças do tipo faiança em suas coleções, no site do laboratório de arqueologia da UFPE é possível acessar um grande acervo de referência tipológica e cronológica desse tipo de peças[47].

A arqueóloga Najjar(2007) também identificou uma variedade de faianças portuguesas nas coleções arqueológicas do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, conforme pode ser observado no Catálogo de Cerâmicas Históricas do IPHAN, citado anteriormente.

Etchevarne (2006) realizou diversas pesquisas sobre as faianças na Bahia e afirma que este tipo de louça é um símbolo de riqueza. Segundo o autor, "é nas classes privilegiadas de Salvador da Bahia e seu Recôncavo, que devem ser buscadas os usuários de objetos suntuários como as faianças" (Etchevarne, 2006, p.119).

Na coleção do MHSC foram encontradas fragmentos de faiança portuguesas com datações de fabricação no século XVIII e decoração denominada "família contas", barroca, louça de brioso e outras.

De acordo com o catálogo de cerâmicas do IPHAN (Najjar, 2007), as faianças portuguesas com faixas barrocas ou volutas tem produção entre os séculos XVII/XVIII e se estendem por período não identificado. No catálogo da Universidade Federal de Pernambuco, as faianças com este estilo decorativo, nas cores azul e vinhoso sobre o branco, datam de 1776 à 1825. É importante destacar que a datação atribuída à faianças pela Universidade Federal de Pernambuco, está baseada na cor da decoração e não no motivo ou cena.

Calado (2005) afirma que a partir do século XVII as faianças portuguesas vão se tornando mais grosseiras, pesadas e populares. Segundo a autora, os motivos decorativos "foram se

[47] O acervo pode ser acessado no site:
http://www.magmarqueologia.pro.br/material_arqueologico/matarq_hist_faianca.asp., acessado em 13/01/2011.

deturpando e o desenho foi sendo alterado através de rígidos contornos, em tom vinoso de manganês, afastando do figurino original para ganhar uma expressão barroca, cada vez mais independente" (Calado, 2005, p.52). Segundo a autora, as volutas e os enrolamentos passam a dominar livremente a decoração dos recipientes de faiança a partir do século XVII.

De acordo com o catálogo de cerâmicas históricas do IPHAN (Najjar, 2007), a faiança portuguesa cuja decoração pode ser incluída na família contas foi fabricada entre 1751 e 1825. Porém, de acordo com o catálogo da Universidade Federal de Pernambuco, as faianças com este estilo decorativo, nas cores azul e vinhoso sobre o branco, datam de 1776 à 1825. Calado (2005) afirma que a família contas ou pérolas começaram a ser produzidas em fins do século XVII e podem ter tido origem nas faianças com decoração barrocas ou volutas.

A faiança yayal, de acordo com o catálogo de cerâmicas históricas do IPHAN foi produzida entre 1600 e 1650. De acordo com o *website* do Museu da Flórida, a mayólica com decoração e denominação idêntica, *mayólica yayal*, foi produzida entre 1490-1625.

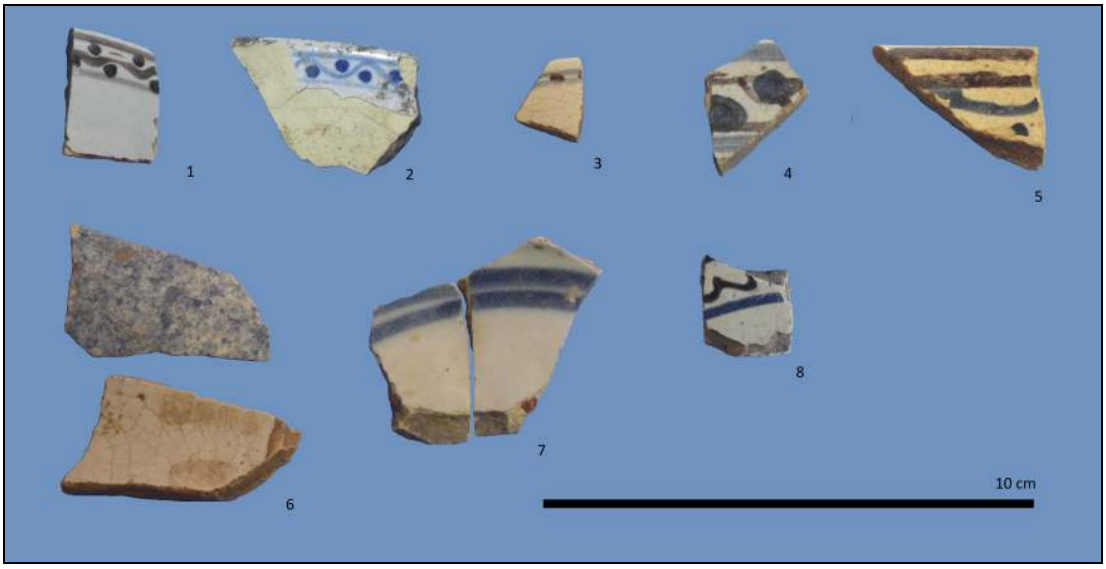


Figura 63: Faianças portuguesas do MHSC: 1) faiança portuguesa, estilo contas, cor vinhoso; 2) faiança portuguesa, estilo contas, cor azul; 3) faiança portuguesa, estilo contas, cor azul e vinhoso; 4) faiança portuguesa, estilo contas, cor azul e vinhoso; 5) faiança portuguesa, estilo faixas barrocas ou volutas, cor azul e vinhoso; 6) faiança portuguesa, salpicado, cor azul; 7) faiança portuguesa, círculos concêntricos, cor azul e 8) faiança portuguesa, louça de brioso, cor azul e vinhoso.

Calado (2005) afirma que a denominação louças de brioso foi dada à um tipo de rústico de faiança popular fabricada na Oficinas de Coimbra, no século XVIII ao século XX. O catálogo de cerâmicas históricas do IPHAN apresenta a mesma periodização para este tipo de faiança, ou seja, do século XVIII – XIX (observar figura 63 com amostra das faianças do MHSC).

3.2.1.1.3.Faiança fina

A faiança fina inglesa, segundo Miller (1980), é produzida desde o século XIV, porém, é em fins do século XVIII e, especialmente, no século XIX, que essa produção ganha o mercado mundial.

Conforme Lima (1995b), em 1750 a região da Staffordshire na Inglaterra (que abrangia Hanley, Burslem, Tunstall, Langport, Longton, Fenton, Cobridge, Lane End e Stoke) possuía diversas manufaturas de faiança fina. Nesse período, no entanto, a produção era voltada para o mercado interno. Nos séculos XVIII e XIX, Josiah Wedgwood colocou a Inglaterra e a região de Staffordshire na liderança da produção mundial de louça. Esse comerciante apostou na qualidade dos produtos e tornou suas louças preferidas pela rainha inglesa, despertando o "desejo de consumo" das classes médias e da aristocracia por faiança fina e aumentando, vertiginosamente, suas vendas para o exterior.

Wedgwood doou à Rainha da Inglaterra um aparelho de faiança fina com esmalte do tipo *creamware*, de preço mais acessível que as porcelanas e de qualidade melhor que as faianças (Lima, 1995b). Essas louças puderam ser compradas por diversos grupos sociais, levando a uma grande expansão da faiança fina no mercado mundial (Europa, América e Índia).

Vale destacar que a conjuntura histórica da produção e do comércio mundial tornou-se facilitadora da expansão inglesa, já que, nesse período, houve melhorias nas estradas e na expansão das exportações para as colônias, principalmente com a abertura dos portos e o fim dos pactos coloniais. As louças inglesas tornaram-se "febre de consumo" em todos os países.

Tocchetto *et al.* (2001) apresenta as principais características da pasta da faiança fina:

> A pasta da faiança fina foram acrescentados elementos como sílex calcinado, caulim, argila, cal, ossos calcinados, feldspato e giz**,** conforme as opções de cada manufatura (idem). O resultado era uma louça com a pasta impermeável, opaca, de textura granular e quebra irregular que, para tornar-se impermeável a líquidos, deveria ser coberta com um esmalte constituído por substâncias minerais aplicadas sobre a peça (Worthy, 1982). Sua temperatura de queima oscilava entre 600 e 1150 graus (idem). O sal marinho, aplicado na produção do esmalte na faiança, foi substituído pelo óxido de chumbo (Brancante, op.cit., Hume, 199 1 ; Miller, 1980), caulim da sílica e feldspato, uma quantidade de bórax e óxidos metálicos, caracterizando uma glasura pumblifera incolor (Brancante, op. cit.). (Tocchetto *et al.*, 2001, p.22).

Wedgwood empreendeu mudanças na técnica de fabricação das peças e inventou tipos novos de louças, de pastas e de esmaltes, entre eles: creamware, Green glaze, *Black basalt*, Egyptian black e, posteriormente, a pearlware (Lima, 1995b).

As principais inovações técnicas realizadas por Wedgwood foram: substituição do torno pelo molde[48] e a técnica decorativa da impressão (*transfer printed*), ambos na metade do século XVIII. Sobre o *transfer printed* são apresentados maiores informações a seguir.

Com essas inovações, as peças passaram a ser feitas de forma mais rápida e com menor intervenção do trabalhador, raramente, era utilizado o torno e a pintura à mão. O resultado eram louças mais finas e semelhantes entre si, o que facilitava a formação de aparelhos de louças e preços mais acessíveis que as porcelanas chinesas.

[48] Os moldes das louças passaram a ser feito de gesso e permitiam que as paredes das louças ficassem mais finas que as faianças e mais semelhantes à porcelanas (Majewski & O´Brien, 1987).

A creamware (ou Queen´s ware), invenção de Wedgwood em 1763 – 1815 (Garcia, 1990), caracteriza-se por uma faiança fina de cor clara (creme), esmalte esverdeado e preço acessível. Essa louça substituiu o estanho, matéria-prima utilizada nos utensílios de mesa até o século XVIII (Lima, 1995b). O tom esverdeado da peça era obtido pela presença de óxido de chumbo no esmaltamento.

Já no século XIX, a pearlware (também inventada por Wedgwood) substituiu a creamware em popularidade; foi um tipo de louça inventada para atender aos estratos mais baixos da sociedade, por ser uma imitação mais barata das porcelanas. A pearlware apresentava uma pasta mais fina e mais clara que a creamware, possuía coloração levemente azulada, devido a aplicação do óxido de cobalto no esmalte. Foi criada pela primeira vez no ano de 1779 (Garcia, 1990) e durou até a década de 1830 ou 1840 (Schávelzon, 1991 *apud* Tocchetto *et al.*, 2001).

Majewski & O´Brien (1987) afirmam que a técnica decorativa mais utilizada nas pearlware é o *transfer printed* de cor azul sob o esmalte, ao menos até a década de 1820, quando novas cores passaram se utilizadas, com mais frequências, nas louças decoradas em *transfer printed*. Nas decorações sobre o esmalte, nas louças do tipo pearlware, destaca-se a técnica decorativa pintado à mão, sobre incisões, denominada de shell edged, nas cores azul e verde, datação entre 1780 – 1860 (Majewski & O´Brien,1987). Os autores acreditam que as cores verde e azul do shell edged tenha sido criadas na mesma época, porém, as cores marrom, púrpura e rosa tenha sido produzidas entre 1820 – 1860.

A whiteware (pasta branca e esmalte branco) começou a ser produzida em 1820, na Inglaterra, e manteve-se popular até os dias atuais (Garcia, 1990), porém, parece não ter "desbancado" a pearlware na primeira metade do século XIX, conforme sugere Symanski (1998). O objetivo de sua produção era atingir a coloração das porcelanas, "extraindo" das faianças os tons azulados e esverdeados das pearlware e creamware. Possui uma dureza maior que a

creamware e a pearlware, a whiteware é o resultado do constante refinamento da pasta e do esmalte. No quadro 09 é possível perceber as principais características dos esmaltes das faianças finas e o período em que foram produzidas.

QUADRO 09

ESMALTE DAS FAIANÇAS FINAS

Denominação	Período	Características
Creamware	1763 - 1815 (Garcia, 1990)	A creamware (ou Queen´s ware), invenção de Wedgwood em 1763 (Garcia, 1990), caracteriza-se por uma faiança de cor clara (creme), esmalte esverdeado e preço acessível, substituiu o estanho, matéria-prima frequentemente utilizada nos utensílios de mesa até o século XVIII (Lima, 1995b). O tom esverdeado do esmalte era obtido pela presença óxido de chumbo. Possuía pasta creme e esmalte esverdeado.
Pearlware	1779 – 1840 (García, 1990 Schávelzon, 1991 *apud* Tocchetto *et al.*, 2001)	A pearlware foi inventada por Wedgwood para atender aos estratos mais baixos da sociedade, era a imitação mais barata das porcelanas e tornou-se "febre de consumo" em toda as sociedades. Apresentava uma pasta mais fina e mais clara, tomando o lugar da creamware no comércio mundial. O esmalte deste tipo de louça é de coloração levemente azulada, visíveis nas bordas e bases (onde há acúmulo), essa coloração ocorre pela aplicação do óxido de cobalto no esmalte. Possui pasta branca e esmalte levemente azulado. A pearlware foi mais intensamente decoradas pela técnica da *transfer printed*.
Whiteware	1820 – dias atuais (Garcia, 1990)	Iniciou sua produção em torno de 1820, na Inglaterra, mantém-se popular até os dias atuais, possui pasta branca e esmalte branco.

Tabela 9: Descrição dos tipos de esmaltes das faianças finas.

Lima (1995b, p.167 e 168) afirma que os principais tipos de faiança fina inglesa encontrada em sítios arqueológicos cariocas são: padrão willow, padrão azul borrão, louça branca simples (ou com discretas decorações em relevo nas bordas, dentre os quais, destaque para o padrão trigal); padrão shell edged, decalques orientais, *transfer printed* com motivos/cenas de

castelos e abadias inglesas ou paisagens da Itália e da Grécia, técnica sponge, decoração mocha, motivo policromo floral, decoração faixas e frisos, motivos geométricos e outros.

Tocchetto *et al.* (2001) apresentam os principais tipos de decoração (padrão, motivo, estilo) e de técnicas decorativas (*transfer printed* e pintada à mão) das faianças finas encontradas na capital gaúcha. Entre as técnicas decorativas citam: dipped, carimbado, spatter, sponge e *transfer printed* em diversas cenas (pastoral, exótica, clássica, romântica, floral) e cores (azul, vermelho, marrom, lilás e preto).

Os tipos citados por Lima (1995b) e Tocchetto *et al.* (2001) estão presentes, na sua maioria, na coleção do MHSC.

3.2.1.1.4.Ironstone

Majewski & O´Brien (1987) afirmam que a *ironstone* é um tipo de louça que possui uma dureza maior que as demais faianças finas e menores que as porcelanas. Essa dureza é causada pela adição de "china stone" na pasta. Em algumas análises são classificadas como um tipo de faiança fina com esmalte whiteware e em outros como uma pasta diferenciada.

Segundo Majewski & O´Brien (1987), as primeiras *ironstone*, que datam dos anos iniciais do século XIX (entre as décadas de 1840 e 1850), tinham uma fraca cor azul-acinzentada, o que as tornavam muito semelhante à porcelana e a decoração dessas louças imitava aos padrões orientais.

Na metade do século XIX, passam por algumas melhorias, porém, continuam imitando os desenhos orientais (azuis intensos pintados à mão e ostentosos policromos com padrões lustrados, estes últimos entre 1850 – 1860). Após a metade do século XIX, as *ironstone*

deixaram de ser pintadas e passaram a ter moldes geométricos e florais (Majewski & O´Brien, 1987).

A *ironstone* é muitas vezes confundida com as porcelanas brancas pelas características de sua pasta. Porém, Majewski & O´Brien (1987) afirmam que a principal diferença entre ambas é o fato de que o *ironstone* não é translúcido, é mais espesso e mais absorvente e que é muito raro encontrar porcelanas sem decoração, logo, quando não decoradas, tratam-se de *ironstone* e não de porcelanas, podendo haver exceções.

Miller (1980 *apud* Symanski, 1987) afirma que o *ironstone* sem decoração começou a ser produzido em 1850, porém, seu pico de popularidade foi entre 1870 e 1890. As *ironstone* quando decoradas, são mais comumente feitas pela técnica do pintado à mão e do decalque, com destaque para desenhos de frisos e motivos florais dourados.

Symanski (1997) afirma que os *ironstone* decorados com frisos e ou motivos florais em dourado sobre o esmalte, caracterizam-se por uma variedade refinada de *ironstone*, a qual possui muitas semelhanças com a porcelana em termos de translucidez.

O autor acredita que este tipo de decoração tenha sido mais comum no final do século XIX. Pelo fato da decoração ter sido feita sobre o esmalte, é comum existir apenas o negativo da decoração em alguns fragmentos ou peças arqueológicas (Symanski, 1987, p.170). Não foi informado o período final de produção desse tipo de *ironstone*.

Na coleção do MHSC existem alguns fragmentos que podem ser incluídos nessa categoria (observar catálogo de louças no aexo da tese).

3.2.1.1.5.Louça brasileira

A faiança e a porcelana brasileira apenas recentemente têm sido analisadas nas pesquisas arqueológicas do país. São raros os estudos que se dedicaram sobre esses materiais, assim como, são raras as referências feitas a estas peças. Isso não quer dizer que elas não existam, mas sim, que o olhar dos pesquisadores, durante algum tempo, cegou sobre as mesmas.

Na dissertação de mestrado, Souza (2010) apresenta a análise dos vestígios materiais da Fábrica de Louça Santa Catarina, localizada na região da Lapa, em São Paulo e inaugurada em 1912. Segundo o autor, esta é a primeira fábrica de louça brasileira. Foram encontradas diversas peças nesse sítio, a maioria são brancas e se constituem por malgas, o que não quer dizer que não existam as decoradas e outros tipos de peças, como pratos, xícaras, terrinas, pires e travessas, entre outros; mas as mesmas aparecem em menores quantidades.

Souza (2010) verticaliza seu estudo sobre a produção de louças nessa fábrica, informando as etapas do processo produtivo (preparação da pasta, preparação da barbotina, colagem, secagem natural, arranjo nas caixas refratárias, queima do biscoito, esmaltação, queima do esmalte e decoração) e os utensílios utilizados, como os cones pirométricos, as trempes, os cravilhos, apoiadores diversos, as caixas refratárias e os moldes de gesso[49].

A dissertação traz a tona uma lacuna na arqueologia brasileira, que é o estudo da louça nacional (porcelana e faiança fina). Muitas peças produzidas no Brasil não possuem selo, logo, é difícil identificá-las, além disso, muitas louças brasileiras são brancas (não decoradas), o que as faz semelhantes às estrangeiras. Existem, ainda, tipos decorados que são cópias das peças inglesas, portuguesas ou chinesas, o que dificulta a classificação. As técnicas decorativas também são semelhantes às utilizadas em países europeus, com destaque para o carimbado, o *transfer printed*, o decalque, o pintado à mão, o esponjado e o estêncil.

[49] Informações referente à denominações técnicas da produção da louça, podem ser observadas no Glossário, ao final da tese.

Na pasta, é possível perceber uma pequena diferenciação, já que, por ser uma louça do tipo pó-de-pedra (faiança fina), é um pouco mais grossa que as estrangeiras, porém, esse não é um elemento determinante. Existem peças lisas, brancas, em relevo e decoradas, além de uma variedade de recipientes e tipos decorativos. Os selos são as principais características para saber a origem dessas louças, porém, apenas os fundos são carimbados, logo, a maior parte dos fragmentos não pode ser identificado.

Carvalho (2008), que é artista plástico e colecionador de louça brasileira, afirma que as primeiras peças nacionais foram fabricadas no Brasil em 1790, quando João Manso Pereira descobriu argila branca no Estado do Rio de Janeiro. O ator faz uma cronologia histórica da louça nacional até os dias atuais, a qual, resumidamente, pode ser observada no quadro 10.

QUADRO 10

TABELA CRONOLÓGICA DAS LOUÇAS BRASILEIRA

ANO	FÁBRICA / EPISÓDIO HISTÓRICO
1790/1797	João Manso Pereira descobriu argila branca na Ilha do Governador / RJ.
1850	Fábrica de José Gory, Rio de Janeiro , RJ.
1861	Primeira exposição Nacional, com peças da Fábrica de José Gory e Francisco Esberard.
1893	Cerâmica Nacional, Caeté, MG.
1897	Fábrica Colombo, Colombo, PR.
1902	Fábrica Colombo transforma-se em Fábrica Zacharias.
1907	Cia. Do Grés e Faiança Nacional, Rio de Janeiro, RJ.
1910	Fábrica Munari, Colombo, PR.
1912	Fábrica de Louça Santa Catharina, São Paulo, SP.
1913	Cerâmica Santa Josefina, Jundiaí, SP.
1914	Cerâmica Santa Rita, Pedreira, SP. Fábrica de louça viúva grande & filhos, Mauá, SP.
1916	Fábrica paulista de Luiz Torrighelli, Mauá, SP.
1918	Ind. Louças Zappi, São Paulo, SP.
1919	Manufatura Nacional de Porcelana, Rio de Janeiro, RJ.
1920	Companhia Industrial do Pilar, Mauá, SP.
1921	Cerâmica João Pinheiro, Caeté, MG. Porcelana Dom Pedro II, Rio de Janeiro, RJ. Fábrica Santo Eugenio, São José dos Campos, SP.

1922	Fábrica Fontoura & Cia, Colombo, PR.
1923	Fábrica de Pós-de-pedra Paulista, Mauá, SP.
1925	Fábrica Munari, Campo Largo, PR. Fábrica Brasilusa, Mauá, SP. Fábrica Santa Carolina, Mogi das Cruzes, SP.
1926	Fábrica de Louças Luso, Mauá, SP. Cerâmica Itaipava, Itaipava, RJ. Fábrica Santa Cruz, Taubaté, SP.
1927	Fábrica Santa Catarina transforma-se em Fábrica da Água Branca (IRFM).
1928	S. Toyoda e Cia, São Caetano, SP.
1929	Fábrica de louças Adelinas, São Caetano, SP. Fábrica de Louças Porto Ferreira, Porto Ferreira, SP.
1930	Fábrica de Louças Puppi, Colombo, PR. Cerâmica Vila Rami, Jundiaí, SP.

Tabela 10: Cronologia das louças brasileiras. Baseado em Carvalho (2008).

Na coleção do MHSC, analisada para esta tese, não foi identificado nenhum fragmento que pudesse ser incluído nessa categoria, o que permite afirmar que a maior parte das louças utilizadas no Palácio do Governo de Santa Catarina em fins do século XVIII e durante o século XIX eram de origem estrangeira.

3.2.1.2.Técnicas Decorativas

Majewski e O´Brien (1987, p.136) apresentam um sistema de classificação de louças, denominado "*taxonomic system*", segundo o qual as cerâmicas históricas são classificadas de acordo com a decoração e técnica decorativa (figura 64).

Inicialmente, as louças são divididas em decoradas e não decoradas. No grupo das decoradas, as louças dividem-se em superfície modificada ou não modificada. No grupo das louças com

superfície modificada, incluem-se as técnicas decorativas: *transfer printed*, decalque, pintado à mão e não pintada. E no grupo das louças com superfície não modificadas, incluem-se as técnicas decorativas: *transfer printed*, decalque e pintado à mão (figura 64). A técnica pintado à mão subdivide-se em: pintado à mão livre (com motivos florais), sponge, spatter e dipped.

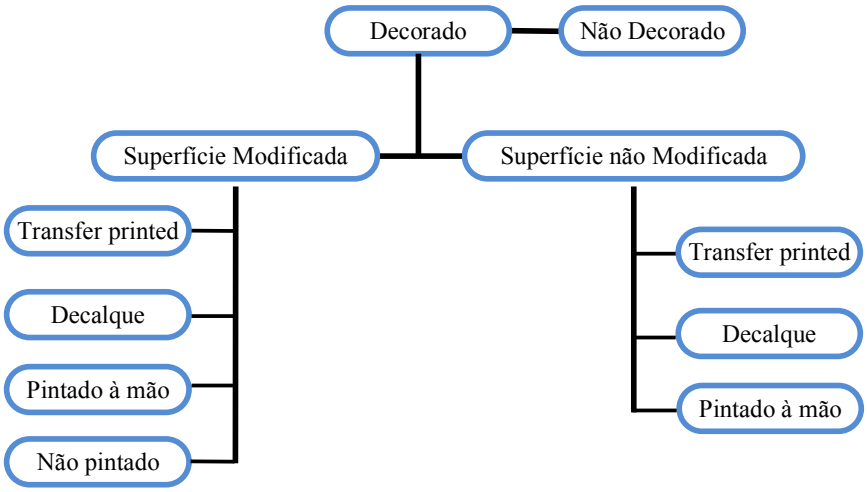


Figura 64: Taxonomic System, baseado em Majewski e O´Brien (1987, p.136)

O sistema taxionômico proposto por Majewski e O´Brien (1987) baseia-se na decoração das peças e não, unicamente, na natureza da pasta ou do esmalte, como usualmente era feito na análise das louças arqueológicas.

Miller (1980) demonstrou que a técnica decorativa foi o elemento determinante para atribuir valor às louças inglesas no século XVIII e XIX, logo, o estudo da decoração e da técnica decorativa são atributos fundamentais nas pesquisas arqueológicas dos sítios históricos oitocentistas, tanto quanto a identificação da pasta e do esmalte.

Tocchetto *et al.* (2001), Tocchetto (2010), Symanski (1997), Lima (1995b, 1996, 1997, 1999), Lima *et al.* (1989), Araújo e Carvalho (1993) e vários outros arqueólogos brasileiros utilizam

como referência de análise o sistema taxonômico proposto por Majewski e O´Brien (1987) e as recomendações de Miller (1980), porém com as devidas adaptações regionais.

A seguir é possível analisar um breve histórico das principais técnicas decorativas citadas por Majewski e O´Brien (1987), entre elas: o *transfer printed*, o pintado à mão (pintado à mão livre com motivos florais, sponge, spatter e dipped), o decalque e a superfície modificada sem pintura. É possível compreender suas principais características e o período inicial e final de produção, quando esse dado estava expresso na bibliografia consultada.

Além das técnicas decorativas apresentadas na figura 64, a bibliografia estudada mencionou ainda a técnica do estêncil e do carimbada. A técnica do estêncil caracteriza-se pela aplicação de uma espécie de "molde vazado (ou máscara) sobre a superfície do suporte, sobre o qual são aplicadas tintas, em geral através de pincéis, carretilhas ou *sprays*. As áreas vazadas, do molde, são, na realidade, contornos de motivos decorativos que, após aplicação dos pigmentos, ficam marcados no suporte" (Souza, 2010, p.77). Segundo Majewski e O´Brien (1987, p.160) a técnica do estêncil é posterior à 1900.

A técnica decorativa do carimbado consiste na "aplicação da decoração com o auxílio de um carimbo. Os motivos mais comuns são flores e figuras geométricas simples. Geralmente o mesmo motivo é aplicado em sequência sobre a peça, entre frisos coloridos" (Symanski, 1997, p.169). Schávelzon (1991 *apud* Symanski, 1997) observa a presença dessas peças em contextos posteriores a 1870, chegando a 1900. Nenhuma das duas técnicas foram identificadas na coleção de louças do MHSC, por esse motivo não será realizado um aprofundamento maior sobre as características dessas técnicas decorativas.

3.2.1.2.1.*Transfer printed*

A técnica decorativa *transfer printed* foi criado por Wedgwood, no ano de 1750, para ser aplicada nas louças do tipo faiança fina. Existe, contudo, referências de porcelanas decoradas com esta técnica, porém, são louças mais raras e mais recentes.

O processo do *transfer printed* nas faianças finas funciona da seguinte forma:

> O processo de impressão por transferência era relativamente simples, embora implicasse um trabalho de equipe. Nesta técnica, o desenho era gravado em uma placa de metal, geralmente de cobre com incisões bem profundas. A tinta era espalhada nas incisões da placa aquecida, o excesso de tinta removido com uma espátula e a superfície limpa com uma espécie de almofada. Em seguida, cobria-se a placa de metal com papel de seda umedecido e após, uma prensagem normal, transferia o desenho estampado no papel à peça cerâmica que já havia sofrido a primeira queima. Uma flanela e sabão de potássio eram esfregados sobre o papel causando aderência do desenho à superfície. A peça era colocada na água para descolamento do papel de seda e, por fim, mergulhavam em uma solução para a obtenção do esmalte, retornando ao forno, a fim de ser queimada novamente (Albuquerque & Veloso, 1993). Esse processo, com o passar dos anos e com o aprimoramento da técnica tornou-se mais simplificado em relação à transposição dos desenhos da chapa de cobre para a peça a ser decorada (Tocchetto *et al.*, 2001, p.29 e 30).

As fábricas de louças de maior porte possuíam seus próprios artesãos, que trabalhavam nas placas de cobre, imprimindo os desenhos que depois seriam transferidos às louças. Nas fábricas menores, entretanto, os proprietários preferiam comprar placas prontas, de artesãos autônomos, visto que uma mesma placa podia ser reutilizada várias vezes e por um longo período, sem a necessidade de ser refeita pelo artesão. Nesses casos, é possível que um mesmo desenho tenha sido utilizado por diferentes fábricas, já que comprados de um mesmo artesão autônomo (Samford, 1997).

Os padrões mais utilizados nas louças *transfer printed* podem ser classificados por tipos, com datas de produção e picos de popularidade para as cenas centrais, bordas e cores. Nesse sentido, Lima (1995b) afirma que no período de 1780 a 1800, o estilo *chinoiserie* era o predominante, o mesmo caracteriza-se por desenhos que copiam a decoração da porcelana chinesa. No período de 1800 a 1815, a autora afirma que os produtores de faiança fina inspiraram-se nas paisagens italianas, da Ásia Menor e da Índia, bem como, em livros de botânica, sendo comuns estampas florais, paisagens, castelos e abadias famosas, cenas campestres e demais cenários românticos. Entre 1825 e 1835, as fontes de inspiração são livros de viagens, lugares e coisas pitorescas, com destaques para formas geométricas, formas vegetais e demais motivos decorativos, os quais poderiam funcionar como uma espécie de marca do fabricante. Entre 1835 e 1845, a autora afirma que a cor azul já não é mais exclusiva e que o padrão azul borrão torna-se extremamente popular, principalmente para exportação. E, em 1842, a Copyright Act determina a proteção de desenhos originais, o que acaba desfavorecendo a "pirataria", amplamente realizada na decoração das louças; torna-se necessário produzir cenas imaginárias e não mais copias dos livros. Nessa época, os modelos decorativos recebiam nomes de cidades, rios e lugares. Destacam-se cenas de lagos, pagodes, mesquitas, castelos, árvores, fontes, balcões, vasos, montanhas, pessoas e cães. No ano de 1850, a louça branca entra em cena, com discretos filetes nas bordas e/ou relevos nas peças.

Samford (1997), na pesquisa sobre os atributos decorativos das *transfer printed* das faianças finas inglesas, encontradas em sítios arqueológicos da América do Norte, estabeleceu tipos para os motivos e cores dos recipientes, fazendo classificações quanto à cena central dos desenhos, às cenas das bordas e às cores[50]. Tais classificações podem ser observadas nos quadros 11, 12 e 13.

[50] Samford (1997, p.1) faz um estudo aprofundado nas louças decoradas pela técnica do transfer printed e se dedica a apresentar ferramentas de datação com base nos padrões de impressões sob o esmalte: "the inten is to create a dating tool for achaeologist, the focus of this study is underglaze printed patterns (...)". Assim sendo, as datas relacionadas à cores dos transfer printed de início e fim de produção, referem-se às cores aplicadas sob o

QUADRO 11

MOTIVOS CENTRAIS (CENAS) DOS TRANFER PRINTED

Desenho	Motivo	Período de produção
Chinoiserie	Paisagens e bordas geométricas presentes nas porcelanas chinesas copiadas nas faianças finas, especialmente nas pearlware. Alguns desenhos são cópias e outras interpretações. Incluem: pagodes, templos, salgueiros, flor de cerejeira, laranjeiras, embarcações de juncos, figuras com vestimentas orientais. Destaque para os padrões Willow e Broseley, entre outros.	1783 – 1873
Cenas Britânicas	Desenhos que visam demonstrar a "grandiosidade" do Império Britânico e suas construções, incentivando o patriotismo como uma forma de afrontar o avanço Napoleônico na Europa. Os desenhos se caracterizam por cenas de cidades, colégios, estados e países britânicos, a maioria são cópias de livros.	1815 - 1840
Cenas Americanas	Muitas fábricas de Staffordshire apelam para o marketing americano e criam séries de cerâmicas com cenas que descrevem paisagens americanas, com destaques para hotéis, resorts, construções governamentais e cidades	1815 - 1850
Cenas Exóticas	Devido a expansão e colonização britânica para a Índia e outros países no século XIX, ocorre um despertar sobre "lugares exóticos". Nesse sentido, destacam-se os desenhos de animais que não americanos ou ingleses (camelos, tigres, elefantes), "arquitetura exótica" (mesquitas e minaretes) e pessoas com trajes estrangeiros.	1793 – 1868
Cenas Clássicas	Como uma resposta ao excessos do Rococó e do Barroco, ocorre uma valorização do clássico,	1793 – 1868

esmalte, bem como aos motivos centrais e das bordas. Porém, é importante que seja feita a ressalva de que a data média de popularidade para as louças transfer printed em cores foi, segundo a autora, o ano de 1829: "the peak periodos of production for green, red, and brown wares confirmed the mean begining date of 1829" (Samford, 1997, p.22). Essa data média de produção e de popularidade assemelha-se a data apresentada por Majewski e O´Brien (1987, p.142 e 145), que é o ano de 1828. Logo, pensando em termos de popularidade, as duas datas são basicamente as mesmas. Porém, se pensar em termos de período de produção, as bibliografias diferem, visto que Samford (1997) apresenta datas de início de produção mais antigas. Tendo em vista a opção por trabalhar com datas de início e fim de produção e não com datas médias ou de popularidade, optou-se por utilizar as datas propostas por Samford (1997), porém, com a ressalava de que o pico de popularidade dessas louças tranfer printed em cores foi o ano de 1829.

	como desenhos de templos com colunas, urnas, figuras em trajes clássicos, folhas de acanto, elementos gregos, ruínas da Grécia e de Roma.	
Cenas Românticas	Como um reflexo do movimento romântico na Inglaterra e na Europa, as louças apresentam desenhos inspirados nessa corrente. Destacam-se as cenas de paisagens naturais e bucólicas, normalmente, em primeiro plano, são feitas figuras de pessoas passeando ou pescando, e, em segundo plano, construções não atuais, cercadas por água (rios ou lagoas).	1793 - 1870
Cenas Pastorais	Caracterizado sobretudo por cenas rurais contendo detalhes de paisagens, animais em fazendas, tais como cavalos ou vacas, ou pessoas trabalhando no campo, praticando tarefas como tirar leite de vaca, capinar, tirar água de poço e outros.	1781 – 1859
Gótico	O movimento gótico surge como uma resposta ao movimento romântico, apresenta desenhos inspirados no período medieval, com destaque para igrejas e ruínas de edifícios com detalhes arquitetônicos como arcos, torres, fortalezas e bastiões e muralhas.	1820 - 1870
Floral	Sheet Floral: caracteriza-se pela presença de flores que se repetem por todo o recipiente.	1795 – 1867
	Floral Central: apresenta um conjunto de flores localizadas na área central do recipiente rodeado por uma área sem impressão.	1784 – 1869
Cenas japonesas	Fruto da popularidade japonesa na Inglaterra no século XIX, destaque para desenhos com semicírculos preenchidos com padrões decorativos, flores típicas, bambu, pássaros e borboletas.	1870 - 1880

Tabela 11: Motivos centrais dos *transfer printed*. Baseado em Samford (1997).

QUADRO 12

MOTIVOS (CENAS) DAS BORDAS EM *TRANSFER PRINTED*

Desenho	Motivo (cena)	Período de produção
Continuação da cena principal	As cenas das bordas continuam as cenas centrais dos recipientes. Mais comum nos motivos britânicos, americanos e exóticos.	1784 - 1903
Geométrico	Apresentam desenhos geométricos nas bordas, como losangos, favos de mel, borboletas, chaves e outros. Mais comum nos motivos chinoiserie.	1784 – 1864
Floral	Repetição continua As flores se repetem de forma contínua pela borda dos recipientes.	1784 – 1856
	Repetição não contínua Os motivos florais são "quebrados" por áreas sem decorações.	1799 – 1894
Linear	Caracteriza-se pela repetição contínua de elementos lineares, tais como linhas concêntricas próximas e ao redor da borda, servindo de fundo para motivos florais ou motivos em espirais.	1820 – 1891
Cartuchos	Cartuchos com desenhos florais Cartuchos ovais ou oblongo preenchidos com desenhos florais.	1802 – 1889
	Cartuchos com instrumentos musicais Cartuchos ovais ou oblongo preenchidos com desenhos de instrumentos musicais ou estátuas.	1809 – 1889
	Cartuchos com cenas e paisagens Cartuchos ovais ou oblongos preenchidos com cenas e paisagens	1790 – 1889

Tabela 12: Motivos das bordas dos *transfer printed*. Baseado em Samford (1997).

QUADRO 13

CORES DOS MOTIVOS TRANFER PRINTED

Cor	Período de produção
Azul escuro	1802 – 1846
Azul médio	1784 – 1859
Preto	1785 – 1864

Marrom	1818 – 1869
Azul claro	1818 – 1867
Verde	1818 – 1859
Vermelho	1818 – 1880
Púrpura	1814 – 1867
Lavanda	1818 – 1871
Rosa	1784 – 1864
Duas cores impressas	1818 - 1866

Tabela 13: Cores dos desenhos *transfer printed*. Baseado em Samford (1997).

A técnica do *transfer printed* foi um passo importante na fabricação de louça, especialmente da faiança fina. A partir dela, tornou-se possível reproduzir uma estampa em diferentes tipos de recipientes, permitindo que as baixelas, conjuntos de louças, possuíssem peças iguais.

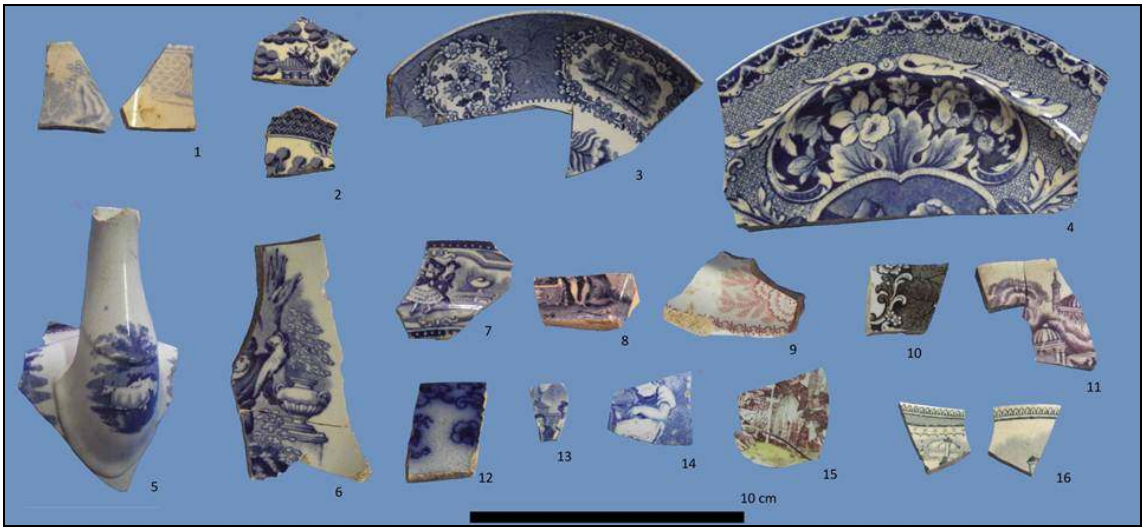


Figura 65: Fragmentos de faianças finas do MHSC decoradas pela técnica do *transfer printed*: 1)Padrão Broseley, 2) Padrão Willow, 3)*Transfer printed* com cenas exóticas, cor azul, modelo Oriental, 4) *Transfer printed* com cenas florais, cor azul, fábrica Davenport, 5)Padrão Milkmaid, 6)*Transfer printed* com cenas clássicas, cor azul, 7)*Transfer printed*, borda com cartuchos com cenas, cor azul, 8)*Transfer printed* com cenas pastorais, cor azul, 9) *Transfer printed*, com cenas florais, cor vermelha, 10) *Transfer printed*, borda com cartuchos florais, cor marrom, 11) *Transfer printed* com cenas exóticas, cor lavanda, 12) Padrão Azul Borrão, 13) *Transfer printed* com cenas românticas, cor azul, 14) *Transfer printed* com cenas românticas, cor azul, 15) *Transfer printed* com cenas românticas, cor vermelha e 16) *Transfer printed* com cenas exóticas, cor verde.

Além disso, por contar minimamente com o trabalho artesanal, a produção tornou-se mais rápida e mais barata, o que fez com que as faianças finas em *transfer printed* se difundissem por várias partes do mundo, com um preço mais acessível que as porcelanas e em menor tempo.

Nos sítios arqueológicos brasileiros do século XIX, louças com este tipo de decoração, na maior parte dos casos, são predominantes no registro arqueológico. A coleção do MHSC inclui-se nesse padrão, tendo existido a preferência por parte dos ocupantes do Palácio em adquirir faianças finas decoradas por essa técnica (figura 65).

3.2.1.2.2.Pintado à mão

Caracteriza-se pela aplicação manual da decoração nas louças do tipo faiança fina, faiança ou porcelana. Existe uma variedade de motivos dentre as louças pintadas à mão, bem como, uma variedade de técnicas existentes dentro desta categoria, incluindo: pintada à mão sobre superfície modificada, pintadas à mão livre, banhadas (dipped), carimbadas, spatter e sponge.

As louças pintadas à mão sobre superfície modificada caracterizam-se pela aplicação de uma faixa colorida sobre o relevo da borda. Normalmente se restringe à borda, o restante da peça não é decorada (existem exceções). O molde da borda apresenta sucessivas incisões curtas e perpendiculares, que podem ser linhas, ramos, escamas de peixes e "pés-de-galinha" (entre outros), sobre as quais são feitas faixas coloridas azul, verde, púrpura e rosa. Os tipos decorativos mais comuns dentro desta categoria são: shell edged, feather edged, fish-scale edged, dot and plume edged, chicken foot e outros[51] (Majewski & O´Brien, 1987).

[51] O padrão shell edged é o mais conhecida entre as louças pintadas à mão sobre superfície modificada, porém, muitas vezes, este tipo de decoração é confundido com os tipos feather edged, fish-scale edged, dot and plume

Esse tipo de decoração foi produzido na Inglaterra por volta de 1780; existem exemplares em creamware, pearlware e whiteware. As cores azuis e verdes são as mais populares e começaram a ser usadas em 1780, tendo durado até 1860; as demais cores marrom, púrpura e rosa ocorrem pós 1820/1830 e duram também até 1860. Raramente este tipo de louça possui marcas de fabricação (Majewski & O´Brien, 1987). Majewski & O´Brien (1987) afirma que as cores verdes e azuis do Padrão shell edged possuem datas de início de produção iguais, porém, Symanski (1997) acredita que as shell edged verde tenham terminado a produção em 1840, ou seja, alguns anos antes que as azuis.

Existem peças que possuem só a incisão na borda e não possuem a faixa colorida sobre o molde e outras que possuem só a faixa colorida na borda e não possuem as incisões, para estes tipos, Tocchetto *et al.* (2001) atribuiu o período de 1780 à 1900. Os autores identificaram a decoração shell edged no corpo de alguns recipientes encontrados em sítios arqueológicos de Porto Alegre, e não na borda, como usualmente são feitos. Essa variação do padrão decorativo foi feita em tampas e em peças côncavas e são verificadas, também, na coleção do MHSC.

As louças pintadas à mão sobre superfície não modificada incluem os estilos decorativos peasant e sprig, a decoração faixas e frisos e as técnicas decorativas carimbada, esponjado, spatter, estêncil e dipped.

O estilo peasant caracteriza-se por flores estilizadas feitas com largas pinceladas que cobrem quase toda a superfície do recipiente. Incluem monocromáticos azuis e tons terrosos policrômicos como verde acastanhado, pardo, laranja e amarelo. Quando monocromático, especialmente em azul cobalto, datam de 1810 à 1860, quando policromado (preto, verde, vermelho, azul e rosa) datam de 1830 à 1860. São decoradas pela técnica pintado à mão livre sob o esmalte (Majewski & O´Brien, 1987; Tocchetto *et al.*, 2001).

---

edged e chicken foot. Nesse sentido, é necessário observar o tipo de incisão feita na peça para atribuir uma denominação ao padrão decorativo. A caracterização sintética desses tipos de louça podem ser observadas no Glossário, ao final da tese.

O estilo sprig caracteriza-se por desenhos de flores feitos com finas pinceladas, parecendo raminhos, distribuídos sobre o fundo claro do recipiente. O desenho mais característico é um traço preto com pequenas folhas verdes e vermelhas estilizadas. Diferente do estilo peasant, o estilo sprig apresenta várias partes do recipiente não decorado. O período de produção é 1830 à 1860. São decoradas pela técnica pintado à mão livre sob o esmalte. (Majewski & O´Brien, 1987; Tocchetto *et al.*, 2001). O sprig e o peasant podem aparecer associados, bem como, com uma listra fina (friso) na borda (Tocchetto *et al.*, 2001).

Além das flores, os desenhos pintados à mão apresentam faixas, frisos, ondas e demais formas geométricas distribuídas pela borda, ou então, em toda a superfície. Nessa categoria inclui-se a decoração faixa e frisos e a técnica decorativa banhado (banded).

A decoração do tipo faixas e frisos se caracteriza por uma única faixa pintada ao redor da borda ou por uma série de faixas concêntricas ao redor do corpo do recipiente. As faixas podem ser feitas nas cores azul, verde e preto (Majewski & O´Brien, 1987). Tocchetto *et al.* (2001) afirmam que existe uma variedade de tipos decorativos dentro da decoração faixas e frisos. Segundo os autores, essa decoração, de maneira geral, foi produzida entre fins do século XVIII e início do século XX. A bibliografia não apresenta informações precisas sobre a mesmas. Garcia (1990) as designa de bandeado, com produção entre 1820 e 1900. Schávelzon (1991 *apud* Tocchetto *et al.*, 2001) denomina de anular, porém, não apresenta datas de produção.

Tocchetto et al. (2001) apresenta algumas decorações, formas por faixas ou frisos, nas bordas dos recipientes, entre elas: faixa estreita sobre o esmalte, frisos dourados e frisos.

A decoração faixa estreita sob o esmalte caracteriza-se por um tipo de decoração realizada paralela a borda, que ocorre nas primeiras pearlware no final do século XVIII e início do século XIX. Em creamware, foi uma decoração popular nas cores marrom e vermelho, durante o século XVIII e XIX (Sussman, 1977 *apud* Tocchetto *et al.*, 2001).

A decoração frisos dourados foi introduzida nas fábricas de Staffordshire em 1870 (Miller, 1991 *apud* Tocchetto *et al.*, 2001) e caracteriza-se por frisos individuais ou múltiplos, realizados ao redor da borda (Majewski & O´Brien, 1987). Os autores não informam o período do fim de produção dessa decoração.

A decoração do tipo frisos apresenta duas linhas pintadas próximas uma da outra, na borda da peça, com datas do último quartel do século XIX (Miller, 1991 *apud* Tocchetto *et al.*, 2001). Os autores não informam o período do fim de produção dessa decoração.

A técnica decorativa banhada (dipped) é produzida com a aplicação de uma fina camada de argila colorida ao redor da borda ou do corpo do recipiente. Essa camada de argila cria relevo na peça. De forma geral, a datação deste tipo de decoração dá-se entre 1790 e início do século XX. (Majewski & O´Brien, 1987). Existem as seguintes variáveis dentro desta categoria: decoração em roletes (faixas), wave (ondas), mocha, dentrítico e outras.

A decoração com faixas azuis, denominada de blue banded, também conhecida como dipped ware, foi produzida a partir da década de 1840 e apresenta largas faixas azuis ao redor da borda (Miller, 1991 *apud* Tocchetto *et al.*, 2001). Os autores não informam o período do fim de produção dessa decoração, possivelmente o início do século XX.

A decoração com faixas simples, denominada de banded, apresenta largas faixas e frisos coloridos ao redor da borda, produzida entre 1790 e início do século XX (Tocchetto *et al.*, 2001).

A decoração wave (ondas) apresenta frisos ondulados e faixas ao redor do recipiente, com datas entre 1790 até 1840 (Tocchetto *et al.*, 2001).

A decoração mocha ou dentrítico recebe este nome porque se assemelha a pedra moca, da Arábia, que se caracteriza por uma variedade de ágata, utilizada em joias inglesas do século XVIII e XIX. Essa decoração se aplica sobre o corpo da louça, com o auxílio de reações e substâncias químicas, conhecidas como chá de moca, constituída de óxido de ferro, café em

pó, ácido cítrico, tinta seca preta e lúpulo. A produção ocorreu em fins do século XVIII e início do século XIX (García, 1990).

Outras técnicas utilizadas na louça pintada à mão são: o esponjado e o spatter, produzidos com o auxílio de esponjas ou salpicados de tinta ao longo da superfície do recipiente.

A técnica decorativa spatter é aplicada na borda, no centro ou em toda a superfície e é produzido batendo o pincel com tinta contra a peça que será decorada, causando um efeito salpicado, algumas vezes são criados desenhos com estêncil e spatter juntos. A datação para este tipo de técnica decorativa dá-se entre 1820 – 1860 (Majewski & O´Brien, 1987).

A técnica decorativa esponjado caracteriza-se pela aplicação de esponjas cheias de tintas que são impressas contra a superfície do recipiente, resultando em formas não definidas ou em desenhos idênticos aos da esponja, como estrelas, flores e águias, entre outros. A datação para este tipo de técnica ocorre entre fins de 1840 - 1935 (Majewski & O´Brien, 1987).

Figura 66: Fragmentos de faianças finas do MHSC decoradas pela técnica do pintado à mão: 1) travessa Padrão shell edged, cor azul; 2) prato Padrão shell edged, cor verde; 3) Jarra Estilo peasant, policrômo; 4) pires decoração faixa e frisos, cor azul; 5) xícara decoração faixa e frisos, cor azul; 6) pires, decoração friso dourado; 7) pires, decalque, cor dourada; 8) xícara e pires estilo sprig; 9) tigela, técnica dipped, policromo; 10) tigela, técnica spatter, cor azul; 11) "prato para chá" técnica sponge, cor marrom; 12) indefinido decoração dentrítico e 13) malga, decoração mocha.

3.2.1.2.3. Decalque

Os desenhos pintados à mão, com motivos florais, podem ser feitos também com a técnica do decalque. Neste caso, se diferenciam dos pintados à mão estilo peasant e sprig, porque não são feitos à mão livre. O decalque é uma técnica decorativa normalmente encontrada em louças com a pasta do tipo faiança fina, porcelana e *ironstone*.

O decalque substituiu o *transfer printed* em fins do século XIX (Majewski & O´Brien, 1987; Symanski, 1997a) e se mantem até os dias atuais. Na técnica do decalque, um espécie de "adesivo" (desenho impresso em papel seda ou filme) é aplicado sobre a superfície do recipiente e sobre o esmalte. O passo final dessa técnica decorativa pode ou não, implicar uma nova queima da peça, para que o desenho torne-se mais permanente (Majewski & O´Brien, 1987).

Newcomb (1947 *apud* Majewski & O´Brien, 1987) afirma que no decalque monocromático, o desenho é originalmente gravado em uma placa de cobre, sobre a qual é trabalhada a cor da decoração e é feita a aderência de um papel com rolo de pressão. O papel absorve o desenho da placa e é colado na superfície cerâmica.

Newcomb (1947 *apud* Majewski & O´Brien, 1987) afirma que no decalque multicor, é usado um processo litográfico, com diferentes pedras litográficas para cada cor que vai ser aplicada sobre a superfície do recipiente. O processo é semelhante ao descrito anteriormente, porém repetido conforme a cor que será utilizada.

O decalque pode apresentar suaves relevos na superfície da peça, o que a diferencia do *transfer printed*, no qual as peças possuem superfície lisa. Essas duas técnicas apresentarem resultados bastante semelhantes (decalque e *transfer printed*) e podem ser, alguma vezes, confundidas (Majewski & O´Brien, 1987).

Majewski & O´Brien (1987) afirma que no decalque, a decoração normalmente é realizada por motivos florais ou geométricos ao redor da borda ou em todo a superfície do recipiente, usualmente em pequena escalas. Nesse aspecto, difere-se dos *transfer printed*, que geralmente ocupam quase toda a superfície do recipiente. A cor dourada é a mais utilizada e mais antiga que os decalques multicoloridos.

Majewski & O´Brien (1987) afirmam que a partir de 1885 contornos decalques já começam a ser usados como base para desenhos pintados à mão. Os autores acreditam que antes de 1900, o decalque foi utilizado com mais frequência nas porcelanas, porém, existem algumas *ironstone* e faianças finas com esta decoração. Para Jacob (1983 *apud* Majewski & O´Brien, 1987) as porcelanas decalcadas são fabricada entre 1880 à 1920. E para Majewski & O´Brien (1987) os ironstone decalcados em dourados são fabricados pós 1885.

Foram identificados fragmentos de louças da coleção do MHSC cuja decoração foi realizada pela técnica do decalque. Observar figura 66, item 7.

3.2.1.2.4. Superfície Modificada sem pintura

Majewski e O´Brien (1987, p.153) afirmam que a expressão "superfície modificada sem pintura" se refere à louças que possuem a superfície modificada por pressão de molde (moldagem impressa) e que não possuem pintura manual, decalcada e nem *transfer printed*. Segundo os autores, foi uma técnica utilizada nas faianças finas, porcelanas e *ironstones* no século XIX.

Nos *ironstone*, os autores afirmam que se tornou mais popular entre 1840 e 1900 (Majewski e O´Brien, 1987). Tendo existido, inclusive, nesse período, um padrão denominado Gótico, que

se caracteriza por moldar os recipientes de *ironstone* em formas hexagonais e octogonais. Tocchetto *et al.* (2001) identificaram fragmentos de faianças finas do Padrão Gótico em sítios arqueológicos porto-alegrenses.

Entre as louças com superfície modificada sem pintura, se inclui também, o Padrão Royal Rim, que se caracteriza "por apresentar uma borda ondulada" (Tocchetto *et al.*, 2001, p.41) e o restante da superfície do recipiente sem decoração. Este padrão pode ser encontrados em faianças finas com esmalte creamware ou pearlware. Quando aplicadas sobre faianças finas com esmalte creamware, datam da segunda metade do século XVIII, em torno de 1763 à 1815 (Garcia, 1990). E quando aplicadas sobre faianças finas com esmalte pearlware, datam de 1779 à 1840 (Garcia, 1990 e Schávelzon, 1991 *apud* Tocchetto *et al.*, 2001).

O padrão Royal Rim em creamware, substituiu os utensílios de louça de estanho, dominantes até a década de 1760 (Lima, 1995b). Segundo Symanski (1997), o padrão Royal Rim em pearlware superou o padrão Royal Rim em creamware no começo do século XIX, porém, a produção em creamware não deixou de ser feita ao longo do século XIX.

Na categoria de superfície modificada sem pintura, inclui-se, por fim, o Padrão Trigal, que se caracteriza pela presença de ramos em forma de trigo, em relevo, moldados sobre os recipientes. Sussman (1985 *apud* Tocchetto et al, 2001) afirma que a produção desse padrão iniciou-se em 1851 e durou até final do século XIX. Entretanto, Symanski (1998) afirma que esse padrão foi produzido no Brasil no século XIX e se mantém aos dias atuais.

Na coleção do MHSC foram identificados alguns fragmentos de louça nos padrões Royal Rim e Gótico, porém, nenhum fragmento decorado no padrão Trigal.

3.2.1.3. Quadro síntese

No quadro 14 é possível observar uma síntese dos principais tipos de louças e de decorações apresentadas ao longo da revisão bibliográfica, com suas respectivas datações de início e término da produção.

Esse quadro foi utilizado como referência para a classificação dos fragmentos de louças do catálogo do MHSC, anexo à tese, bem como para a elaboração do gráfico de barras e da fórmula de South (1977), apresentado no item 3.2.3. "Gráfico de barras, fórmula e escala de valores: discussão dos dados" e para quantificação do material, apresentada no item 3.2.2."Resultados".

QUADRO 14

DATAÇÃO DOS TIPOS DE LOUÇAS E DE DECORAÇÃO - SÍNTESE

Tipos de pasta		
Porcelana	Século X – dias atuais	Matos (1996)
Faiança (espanhola)	Século XIV - dias atuais	Schávelzon (2001)
Faiança (portuguesa)	Século XVII - dias atuais	Calado (2005)
Ironstone	1840/1850 - dias atuais	Majewski e O´Brien (1987)
Louça Brasileira	1912 – dias atuais	Souza (2010)
Tipo de esmalte (faiança fina)		
Creamware	1763 – 1815	Garcia (1990)
Pearlware	1779 – 1840	Garcia (1990) e Schávelzon (1991 *apud* Tocchetto *et al.*, 2001)
Whiteware	1820 - dias atuais	Garcia (1990)
Técnica decorativa (faiança fina)		
Transfer printed	1750 – século XX	Lima (1995b)
Pintado à mão livre	1810 – 1860	Majewski e O´Brien (1987)
Pintado à mão (esponjado)	1840 - 1860	Majewski e O´Brien (1987)
Pintado à mão (spatter)	1820 - 1860	Majewski e O´Brien (1987)
Pintado à mão (estêncil)	1900 - dias atuais	Majewski e O´Brien (1987)
Pintado à mão (decalque)	Fim do século XIX - dias atuais	Majewski e O´Brien (1987)

Tipo de decoração (faiança fina)		
Transfer printed (cena central romântica)	1793 - 1870	Samford (1997)
Transfer printed (cena central pastoral)	1781 – 1859	Samford (1997)
Transfer printed (cena central exótica)	1793 - 1868	Samford (1997)
Transfer printed (cena central americana)	1815 - 1850	Samford (1997)
Transfer printed (cena central clássica)	1793 - 1868	Samford (1997)
Transfer printed (cena central gótico)	1820 - 1870	Samford (1997)
Transfer printed (cena central chinesa)	1783 - 1873	Samford (1997)
Transfer printed (cena central britânica)	1815 - 1840	Samford (1997)
Transfer printed (cena central sheet floral)	1795 – 1867	Samford (1997)
Transfer printed (cena central floral)	1784 - 1869	Samford (1997)
Transfer printed (cena central japonesa)	1870 - 1880	Samford (1997)
Transfer printed (borda continuação da cena central)	1784 - 1903	Samford (1997)
Transfer printed (borda geométrica)	1784 – 1864	Samford (1997)
Transfer printed (borda floral contínuo)	1784 – 1856	Samford (1997)
Transfer printed (borda floral não contínuo)	1799 – 1894	Samford (1997)
Transfer printed (borda linear)	1820 – 1891	Samford (1997)
Transfer printed (borda cartuchos florais)	1802 – 1889	Samford (1997)
Transfer printed (borda cartuchos instrumentos musicais)	1809 – 1889	Samford (1997)
Transfer printed (borda cenas e paisagens)	1790 – 1889	Samford (1997)
Transfer printed (cor azul escuro)	1802 – 1846	Samford (1997)
Transfer printed (preto)	1785 – 1864	Samford (1997)
Transfer printed (marrom)	1818 – 1869	Samford (1997)
Transfer printed (azul claro)	1818 – 1867	Samford (1997)
Transfer printed (verde)	1818 – 1859	Samford (1997)
Transfer printed (vermelho)	1818 – 1880	Samford (1997)
Transfer printed (púrpura)	1814 – 1867	Samford (1997)
Transfer printed (lavanda)	1818 – 1871	Samford (1997)
Transfer printed (2 cores impressas)	1818 - 1866	Samford (1997)
Transfer printed – Padrão willow	1790 - 1880	Lima (1989)
Transfer printed – Padrão broseley	1782 - 1879	Lima (1989)
Transfer printed – Padrão milkmaid	1814 - 1859	Lima (1989)
Transfer printed – Padrão Azul Borrão (motivo chinoiserie)	1828 - 1867	Samford (1997)

Transfer printed – Padrão Azul Borrão (motivo chinoiserie)	1828 - 1867	Samford (1997)
Transfer printed – Padrão Azul Borrão (motivo paisagem romântica)	1830 - 1920	Samford (1997)
Transfer printed – Padrão Azul Borrão (motivo chinoiserie floral)	1834 - 1887	Samford (1997)
Transfer printed – Padrão Azul Borrão (motivo floral central)	1862 - 1929	Samford (1997)
Superfície modificada sem pintura (Padrão Royal rim - creamware)	1763 - 1815	Garcia, 1990 e Symanski, 1997
Superfície modificada sem pintura (Padrão Royal rim - pearlware)	1779 – 1840	Garcia (1990) e Schávelzon (1991 *apud* Tocchetto *et al.*, 2001)
Pintado à mão livre (Estilo peasant monocromático azul cobalto)	1810 – 1860	Majewski e O´Brien (1987)
Pintado à mão livre (Estilo peasant policromático)	1840 – 1860	Majewski e O´Brien (1987)
Pintada à mão livre (Estilo sprig)	1830 – 1860	Majewski e O´Brien (1987)
Pintado à mão (decoração faixa estreita sob o esmalte)	Fim séc. XVIII – sec. XIX	Sussman (1977 *apud* Tocchetto *et al.*, 2001)
Pintado à mão (decoração frisos dourados)	Pós – 1870	Miller (1991 *apud* Tocchetto *et al.*, 2001)
Pintado à mão (decoração frisos azuis duplos)	Pós - 1875	Miller (1991 *apud* Tocchetto *et al.*, 2001)
Pintado à mão (dipped)	1790 – séc. XX	Majewski e O´Brien (1987)
Pintado à mão (blue banded)	Pós- 1840 – século XX	Miller (1991 *apud* Tocchetto *et al.*, 2001)
Pintado à mão (banded)	1790 – séc. XX	Tocchetto *et al.* (2001)
Pintado à mão (wave)	1790 – 1840	Tocchetto *et al.* (2001)
Pintado à mão (mocha)	Fim séc. XVIII - séc. XIX	Garcia (1990)
Pintado à mão sob superfície modificada - Padrão Shell Edged azul	1780 – 1860	Majewski e O´Brien (1987)
Pintado à mão sob superfície modificada - Padrão Shell Edged verde	1780 - 1840	Majewski e O´Brien (1987) e Symanski (1997).
Pintado à mão, superfície modificada (Padrão shell edged marrom, púrpura e rosa)	1820/1830 - 1860	Majewski e O´Brien (1987)
Superfície modificada sem pintura (shell edged)	1780 - 1900	Majewski e O´Brien (1987)
Pintado á mão sem incisões (shell edged)	1780 - 1900	Majewski e O´Brien (1987)
Tipo de decoração (faiança)		
Faiança espanhola (triana)	1750 – 1820	Schávelzon (2001)
Faiança espanhola (mexicana – cena de flor e balões)	1650 – 1750	Site Museu da Flórida
Faiança portuguesa (contas)	1751 – 1825	Najjar (2007), Calado (2005)
Faiança portuguesa ou espanhola (yayal)	1600 – 1650	Najjar (2007)
Faiança portuguesa (louça de brioso)	Século XVIII – XX	Najjar (2007), Calado (2005)
Faiança portuguesa (faixa barroca ou volutas)	Século XVII/XVIII– não identificado	Najjar (2007), Calado (2005)
Tipo de decoração (porcelana ou *ironstone*)		
Porcelana de Macau	Século XIV - XIX	Lima (1989)

Porcelana com decalques em dourado sobre o esmalte	1880 - 1920	Majewski e O´Brien (1987)
Porcelana com decoração floral pintada à mão sobre o esmalte	Pós 1850	Majewski e O´Brien (1987)
Ironstone com frisos e motivos florais dourados decalcado sobre o esmalte	Pós 1885	Majewski e O´Brien (1987)
Ironstone sem decoração (branca)	Pós 1850	Majewski e O´Brien (1987)

Tabela 14: Quadro síntese dos tipos de louças, decoração, técnicas decorativas e período de produção**.**

3.2.2. Resultados

A seguir é apresentado os resultados da análise dos 3408 fragmentos de louças do MHSC, encontrados nos níveis 05, 06, 07 e 10 do setor I, quadrante I e II[52]. Os dados foram obtidos a partir da quantificação das fichas de análise, lembrando que a classificação foi realizada por número de fragmentos e não por número mínimo de peças (NMP).

Assim, cada fragmento foi classificado individualmente e recebeu um número de análise, o fragmento e o número eram registrados nas fichas e por meio fotográfico. Finalizada a análise, o material era novamente embalado nos sacos plásticos e depositado nas caixas de origem para furturamente serem inventariados.

Os dados foram organizados em tabelas e gráficos, separados por níveis[53] e pelo universo total da amostra. Essas tabelas e gráficos representam a base de dados materiais empíricos sobre os quais as interpretações foram realizadas. A partir deles, foi possível compreender aspectos históricos sobre o comportamento do grupo doméstico que viveu no Palácio do Governo de Santa Catarina no XIX.

[52] Nos níveis 08 e 09, do setor I, quadrante II não foram identificadas louças, por isso estão ausentes da quantificação.

[53] O nível 10 do setor I, quadrante II, apresentou apenas 13 fragmentos de louça, os quais foram quantificados mas não foram feitos gráficos e tabelas específicos sobre os mesmos.

Inicialmente, serão apresentados os dados quantitativos da coleção, tecendo considerações sobre os mesmos e, posteriormente, serão feitas as análises e as interpretações dessas informações arqueológicas.

No nível 05 é possível observar que cerca de 90% da amostra é formada por louças do tipo faiança fina (total de 2114 fragmentos). Além da faiança fina, a coleção é formada por porcelanas (total de 14 fragmentos), faianças (total de 29 fragmentos), *black basalt* (total de 9 fragmentos) e um conjunto de fragmentos que não foi possível diferenciar se porcelana ou *ironstone* (total de 225 fragmentos) [54].

A amostra divide-se entre 51% (1241 fragmentos) de louças sem decoração e 49% (1150 fragmentos) de louças decoradas. Entre as louças decoradas, a técnica decorativa mais utilizada foi o *transfer printed*, com o total de 665 fragmentos, que corresponde a 57% entre as louças decoradas e 28% da amostra total do nível 5.

A maioria dos *transfer printed* é da cor azul, porém, existem fragmentos nas cores preto (6 fragmentos), lilás (2 fragmentos) e vermelho (15 fragmentos). O os motivos centrais identificados nos fragmentos *transfer printed* foram: cenas pastorais, cenas românticas, cenas exóticas e florais; e os desenhos das bordas mais representativos foram: florais, cartuchos com cenas, cartucho florais e geométricos.

Entre os padrões, estilo e técnicas decorativas mais conhecidas podem ser citados: estilo peasant, estilo sprig, decoração faixas e frisos, padrão azul borrão, padrão shell edged, padrão willow, técnica sponge, técnica dipped e padrão broseley.

O tipo de fragmento da maioria da coleção corresponde ao corpo dos recipientes (denominado na tabela como "outros"), total de 1285 fragmentos, 54% dos fragmentos (observar a quantificação do nível 5 no quadro 15).

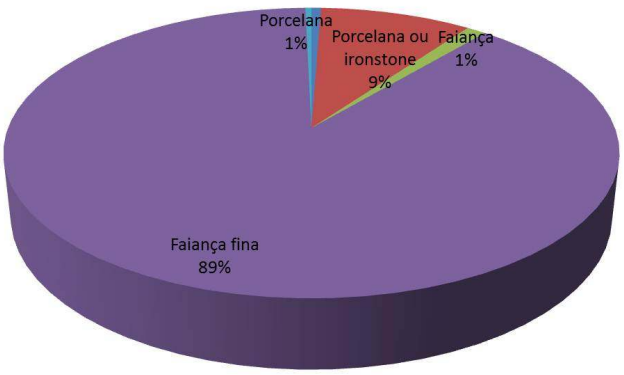
[54] As porcelanas ou ironstone da coleção do MHSC possuem uma coloração branca. De acordo com a bibliografia pesquisada, podem ser louças do tipo *ironstone* ou louças do tipo porcelanas brancas fabricadas nos países europeus. Algumas apresentam decorações douradas na borda e outras não. Devido à espessura, que não é fina, acredita-se que não sejam porcelanas chinesas.

QUADRO 15

QUANTIFICAÇÃO DO MATERIAL NÍVEL 5

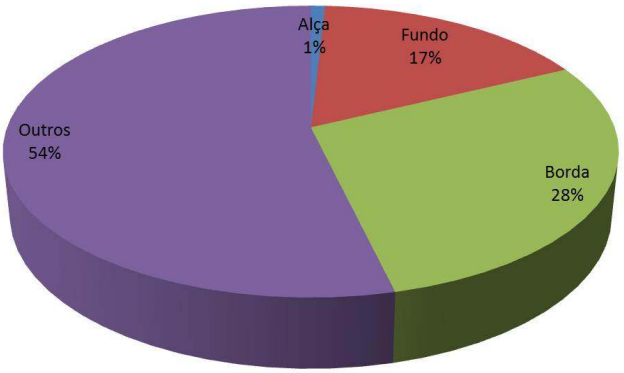
Tipo de pasta nível 05

Tipo de pasta nível 05	
Porcelana	14
Porcelana ou *ironstone*	225
Faiança (espanhola, portuguesa)	29
Faiança fina	2114
Black basalt	9
Total	2391



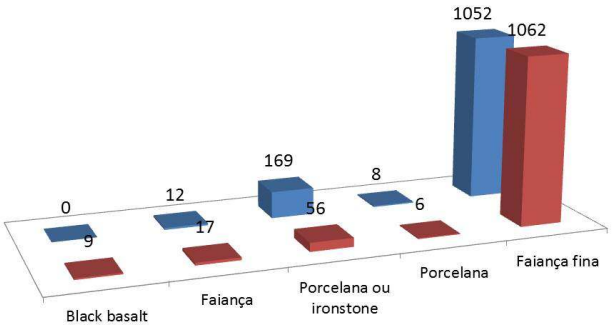
Tipo de fragmento nível 05

Tipo de fragmento nível 05	
Alça	21
Fundo	405
Borda	680
Outros (corpo)	1285
Total	2391



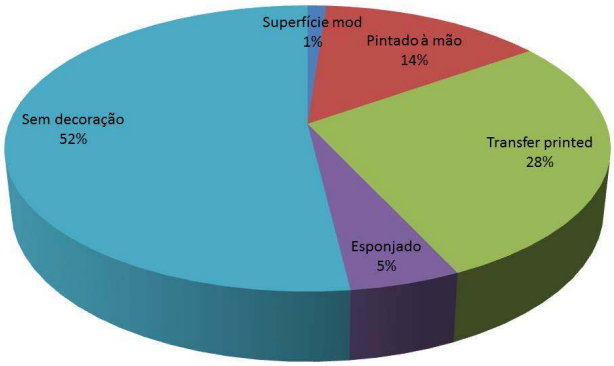
Relação fragmentos decorados / não decorados nível 05

Fragmentos decorados e não decorados nível 5		
	s/decor.	decorado
Faiança fina	1052	1062
Porcelana	8	6
Porcelana ou *ironstone*	169	56
Faiança	12	17
Black basalt	0	9
Total	1241	1150



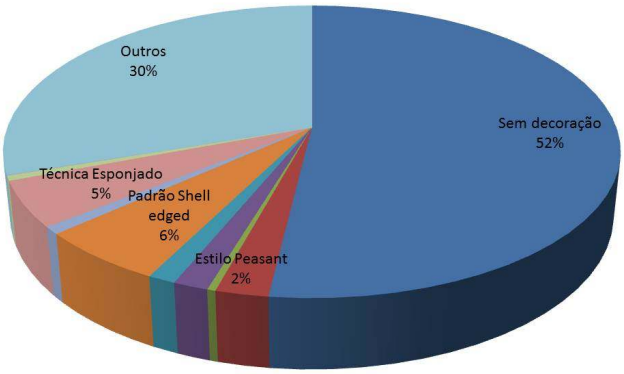
Técnicas decorativas nível 05

Técnica decorativa nível 05	
Superfície modificada s/ pintura	28
Pintado à mão	336
Transfer printed	665
Pintado à mão (esponjado)	121
Sem decoração	1241
Total	2391



Decoração nível 05

Amostra decoração nível 05	
Sem decoração	1241
Estilo Peasant	57
Estilo Sprig	9
Decoração Faixa e frisos	38
Padrão Azul borrão	30
Padrão Shell edged	141
Padrão Willow	19
Técnica Esponjado	121
Técnica Dipped	13
Padrão Broseley	1
Outros (tp cenas variadas e outras)	721
total	2391



Tipo de recipiente nível 05

Tipo de recipiente nível 05	
xícara	35
pires	95
prato	122
malga	55
tigela	39
caneca	20
travessa	111
penico	8
escarradeira	1
bule	4
não identificado (NI)	1901
total	2391

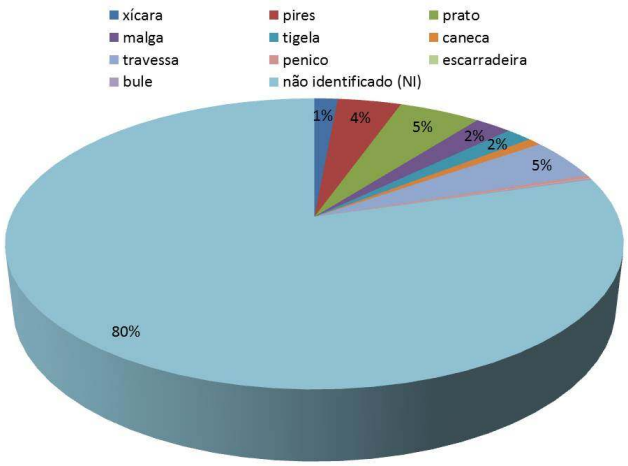


Tabela 15: Quantificação do material do nível 05.

No nível 06 é possível observar que cerca de 90% da amostra é formada por louças do tipo faiança fina (782 fragmentos). Além da faiança fina, a coleção é formada por porcelanas (44 fragmentos), faianças (34 fragmentos), *black basalt* (1 fragmento) e um conjunto de fragmentos que não foi possível diferenciar se porcelana ou *ironstone* (20 fragmentos).

A amostra divide-se entre 51% (451 fragmentos) de louças sem decoração e 49% (430 fragmentos) de louças decoradas. Entre as louças decoradas, a técnica decorativa mais utilizada foi o *transfer printed*, com o total de 251 fragmentos, que corresponde à 58% entre as louças decoradas e 29% da amostra total do nível 06.

A maioria dos *transfer printed* é na cor azul. Porém, existem fragmentos nas cores preto (2 fragmentos), lilás (1 fragmentos) e vermelho (3 fragmentos). Os motivos centrais dos *transfer printed* são: cenas pastorais, cenas românticas, cenas exóticas e florais. E os desenhos das bordas são: florais, cartuchos com cenas, cartuchos florais e geométricos.

Entre os padrões, estilos e técnicas decorativas mais conhecidas podem ser citados: estilo peasant, estilo sprig, decoração faixas e frisos, padrão azul borrão, padrão shell edged, padrão willow, técnica sponge, técnica dipped e padrão broseley.

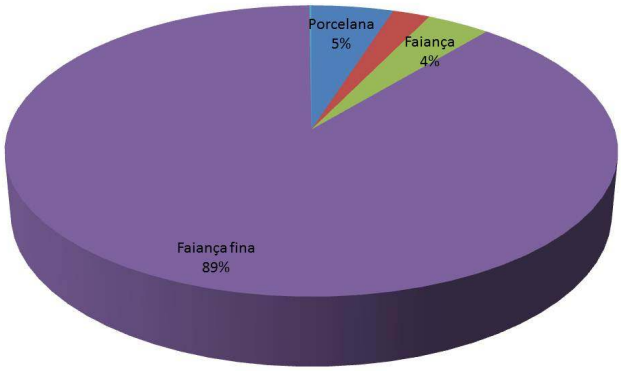
Entre os tipos de fragmentos, a maioria são as partes que correspondem ao corpo dos recipientes, identificados na tabela como “outro”, total de 518 fragmentos, 59% da coleção (observar quantificação completa dos materiais do nível 6 no quadro 16).

QUADRO 16

QUANTIFICAÇÃO DO MATERIAL NÍVEL 6

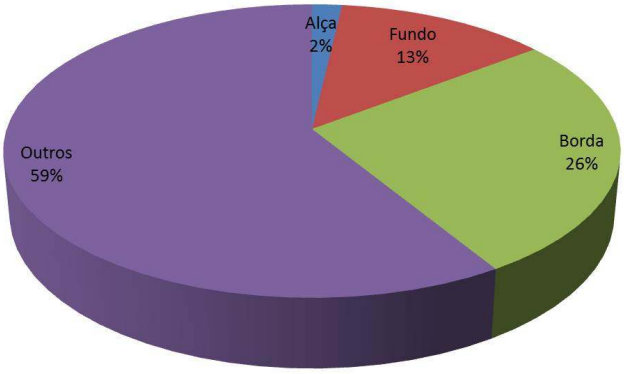
Tipo de pasta nível 06

Tipo de pasta nível 06	
Porcelana	44
Porcelana ou *ironstone*	20
Faiança	34
Faiança fina	782
Black basalt	1
Total	881



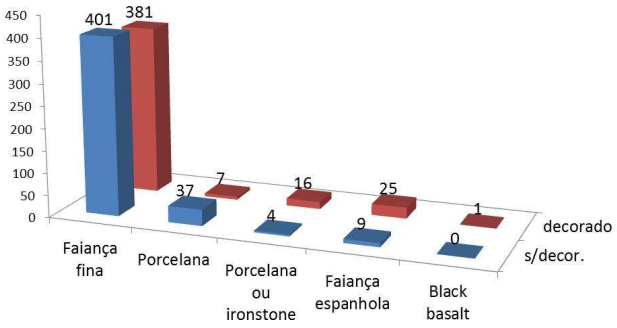
Tipo de fragmento nível 06

Tipo de fragmento nível 06	
Alça	16
Fundo	113
Borda	234
Outros (corpo)	518
Total	881



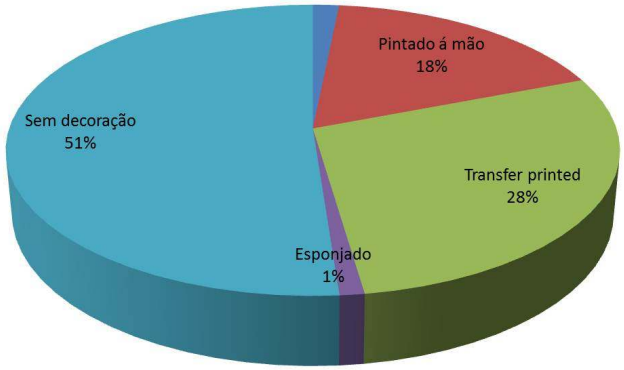
Relação fragmentos decorados / não decorados nível 06

Fragmentos decorados e não decorados nível 6		
	s/decor.	decorado
Faiança fina	401	381
Porcelana	37	7
Porcelana ou *ironstone*	4	16
Faiança espanhola	9	25
Black basalt	0	1
Total	451	430



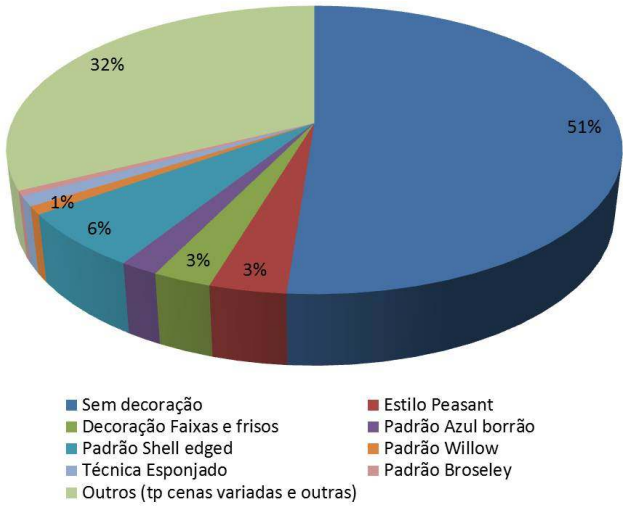
Técnica decorativa nível 06

Técnica decorativa nível 06	
Superfície modificada s/ pintura	14
Pintado à mão	155
Transfer printed	251
Pintado à mão (esponjado)	10
Sem decoração	451
Total	881



Decoração nível 06

Amostra decoração nível 06	
Sem decoração	451
Estilo Peasant	30
Decoração Faixas e frisos	23
Padrão Azul borrão	15
Padrão Shell edged	54
Padrão Willow	8
Técnica Esponjado	10
Padrão Broseley	5
Outros (tp cenas variadas e outras)	285
Total	881



Tipo de recipiente nível 06

Tipo de recipiente nível 06	
Xícara	17
Pires	62
Prato	66
Malga	29
Tigela	5
Caneca	2
Jarra	67
Travessa	9
Penico	14
NI	608
Azulejo	2
TOTAL	881

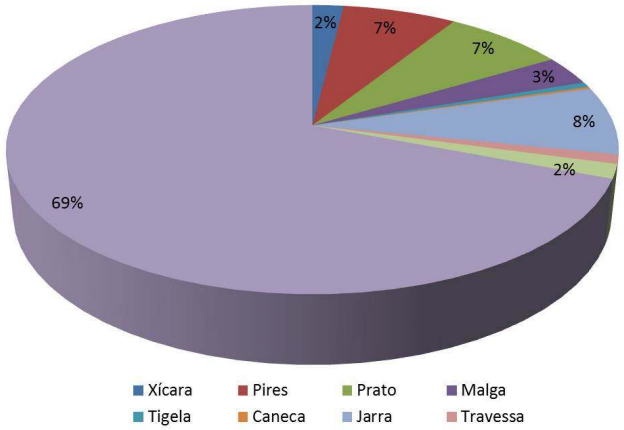


Tabela 16: Quantificação do material do nível 06.

No nível 07 é possível observar que cerca de 80% da amostra é formada por louças do tipo faiança fina (113 fragmentos). Além da faiança fina, a coleção é formada por porcelanas (13 fragmentos), faianças (8 fragmentos), *black basalt* (1 fragmento) e um fragmento que não foi possível diferenciar se porcelana ou *ironstone* (1 fragmento).

A amostra divide-se entre 58% (79 fragmentos) de louças sem decoração e 42% (57 fragmentos) de louças decoradas. Entre as louças decoradas, a técnica decorativa mais utilizada foi o *transfer printed*, com o total de 29 fragmentos, que corresponde a 36% entre as louças decoradas e 21% da amostra total do nível 7.

A maioria dos *transfer printed* é na cor azul, porém, existem fragmentos nas cores preto (1 fragmento) e verde (1 fragmento). Os motivos centrais identificados nos fragmentos *transfer printed* foram: cenas clássicas e florais. Os desenhos das bordas identificados entre as louças decoradas pela técnica do *transfer printed* foram: florais, cartuchos com cenas, cartucho florais e geométricos.

Entre os tipos padrões, estilos e técnicas decorativas mais representativos podem ser citados: estilo peasant, estilo sprig, decoração faixas e frisos, padrão azul borrão, padrão shell edged e padrão willow.

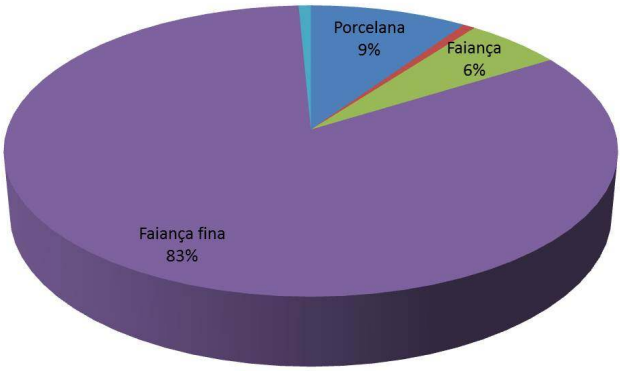
Entre os tipos de fragmentos, a maioria são as partes que correspondem ao corpo dos recipientes (outros), total de 89 fragmentos, 66% da coleção (observar quadro 17 com a quantificação do material do nível 07).

QUADRO 17

QUANTIFICAÇÃO DO MATERIAL NÍVEL 7

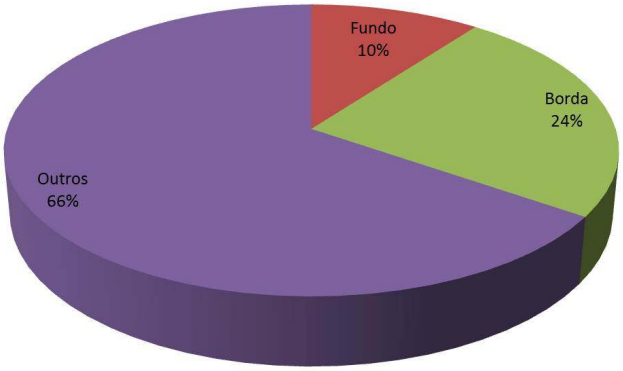
Tipo de pasta nível 07

Tipo de pasta nível 07	
Porcelana	13
Porcelana ou *ironstone*	1
Faiança	8
Faiança fina	113
Black basalt	1
Total	136



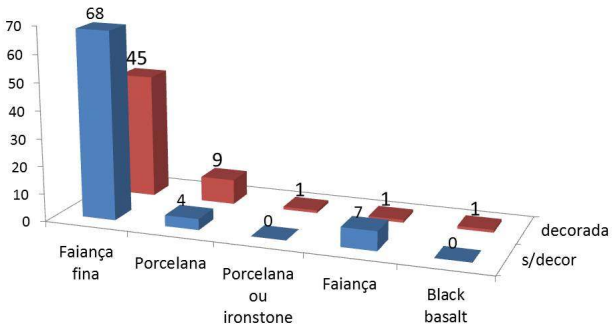
Tipo de fragmento nível 07

Tipo de fragmento nível 07	
Alça	0
Fundo	14
Borda	33
Outros (corpo)	89
Total	136



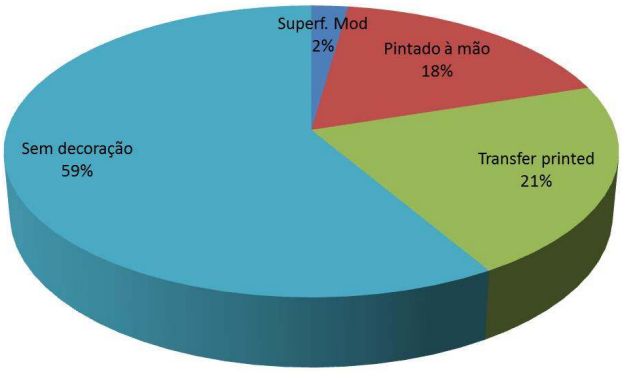
Relação fragmentos decorados / não decorados nível 07

Fragmentos decorados e não decorados nível 7		
	s/decor	decorada
Faiança fina	68	45
Porcelana	4	9
Porcelana ou *ironstone*	0	1
Faiança	7	1
Black basalt	0	1
Total	79	57



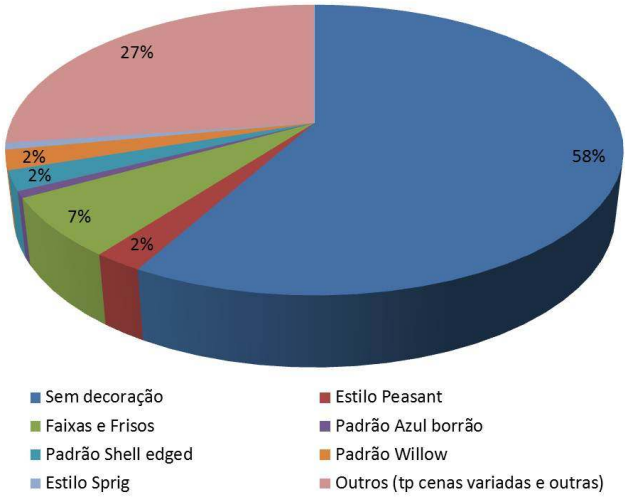
Técnica decorativa nível 07

Técnica decorativa nível 07	
Superf. Mod. S/ Pintura	3
Pintado à mão	25
Transfer printed	29
Pintado à mão (Esponjado)	0
Sem decoração	79
Total	136



Amostra decoração nível 07

Amostra decoração nível 07	
Sem decoração	79
Estilo Peasant	3
Faixas e Frisos	9
Padrão Azul borrão	1
Padrão Shell edged	3
Padrão Willow	3
Estilo Sprig	1
Outros (tp cenas variadas e outras)	37
Total	136



Tipo de recipiente nível 07

Tipo de recipiente nível 07	
xícara	1
pires	2
prato	3
malga	1
bule	1
NI	128
total	136

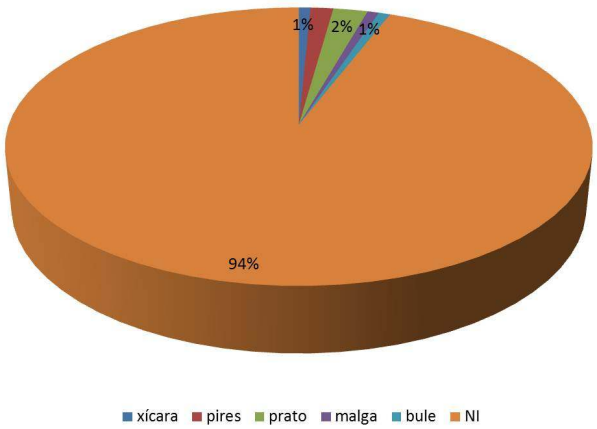


Tabela 17: Quantificação do material do nível 07.

No nível 10 foram localizados apenas 13 fragmentos, todos são faianças finas, destes, 3 são decorados e os demais não são decoradas. Entre os decorados, 2 são *transfer printed* e 1 pintado à mão, estilo peasant.

Analisando os 4 níveis juntos (nível 5, 6, 7 e 10), percebemos que a coleção estudada apresenta cerca de 90% da amostra formada por louças do tipo faiança fina (total de 3009 fragmentos).

Além da faiança fina, a coleção é formada por porcelanas (total de 71 fragmentos), faianças (total de 71 fragmentos), *black basalt* (total de 11 fragmentos) e um conjunto de fragmentos que não foi possível diferenciar se porcelana ou *ironstone* (total de 246 fragmentos).

A coleção divide-se entre 51% (1771 fragmentos) de louças não decoradas e 49% (1637 fragmentos) de louças decoradas. Entre as louças decoradas, a técnica decorativa mais utilizada foi o *transfer printed*, com o total de 945 fragmentos, que corresponde a 57% entre as louças decoradas e 28% da amostra total.

A maioria dos *transfer printed* é na cor azul. Porém, existem fragmentos nas cores preto (9 fragmentos), lilás (3 fragmentos), vermelho (18 fragmentos) e verde (1 fragmento).

Os motivos centrais, identificados nos fragmentos decorados em *transfer printed*, foram: cenas pastorais, cenas românticas, cenas clássicas, cenas exóticas e florais. Os motivos dos desenhos das bordas dos fragmentos *transfer printed* foram: florais, cartuchos com cenas, cartuchos florais e geométricos.

Entre os padrões, estilos e técnicas decorativas mais conhecidos, podem ser citados: estilo peasant, estilo sprig, decoração faixas e frisos, padrão azul borrão, padrão shell edged, padrão willow, técnica sponge, técnica dipped e padrão broseley.

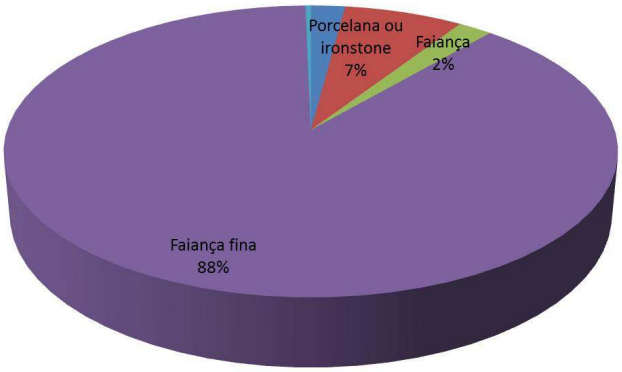
Entre os tipos de fragmentos, a maioria são as partes que correspondem ao corpo dos recipientes, total de 1891 fragmentos, 55% da coleção (observar a quantificação completa do material dos níveis 5, 6, 7 e 10 no quadro 18).

QUADRO 18

QUANTIFICAÇÃO DO MATERIAL NÍVEL 5,6,7 e 10

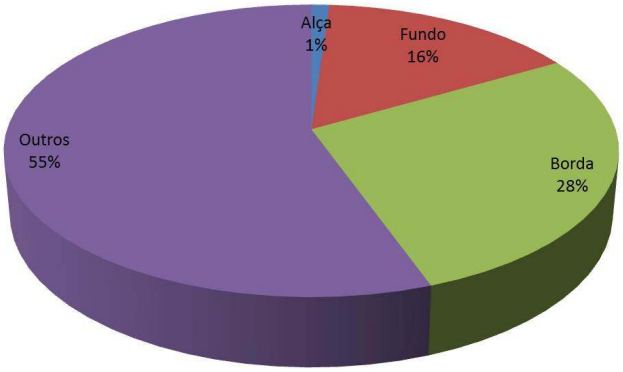
Tipo de pasta

Tipo de pasta	
Porcelana	71
Porcelana ou *ironstone*	246
Faiança	71
Faiança fina	3009
Black basalt	11
Total	3408



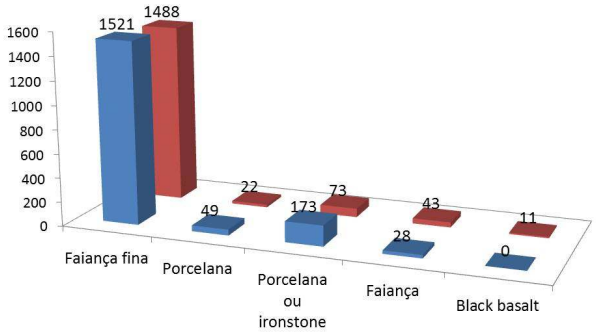
Tipo de fragmento

Tipo de fragmento	
Alça	37
Fundo	532
Borda	947
Outros (corpo)	1891
Total	3408



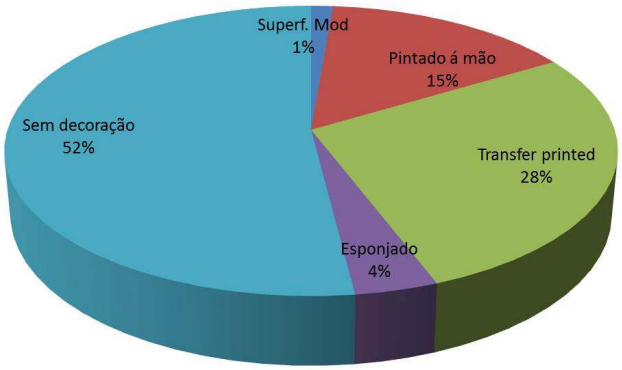
Relação fragmentos decorados / não decorados

Fragmentos decorados e não decorados		
	s/decor	decorada
Faiança fina	1521	1488
Porcelana	49	22
Porcelana ou *ironstone*	173	73
Faiança	28	43
Black basalt	0	11
Total	1771	1637



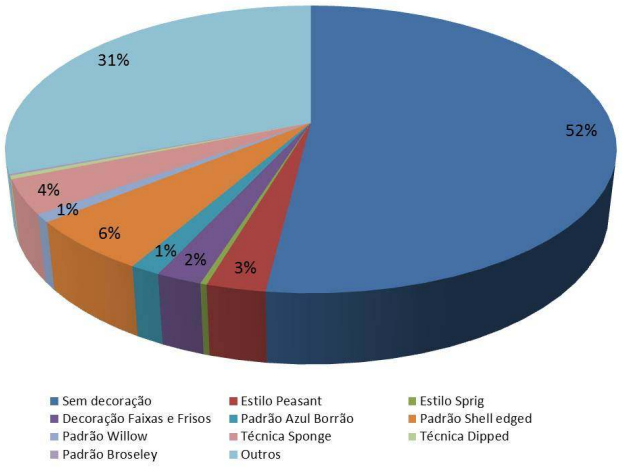
Técnica decorativa

Técnica decorativa	
Superf. Mod. S/ pintura	45
Pintado à mão	515
Transfer printed	945
Pintado à mão (Esponjado)	131
Sem decoração	1771
Total	3408



Amostra decoração

Amostra decoração	
Sem decoração	1771
Estilo Peasant	90
Estilo Sprig	10
Decoração Faixas e Frisos	70
Padrão Azul Borrão	46
Padrão Shell edged	198
Padrão Willow	30
Técnica Sponge	131
Técnica Dipped	13
Padrão Broseley	6
Outros	1043
Total	3408



Tipo de recipiente

Tipo de recipiente	
xícara	53
pires	159
prato	191
malga	85
tigela	44
caneca	22
travessa	120
penico	22
escarradeira	1
bule	72
não identificado (NI)	2639
total	3408

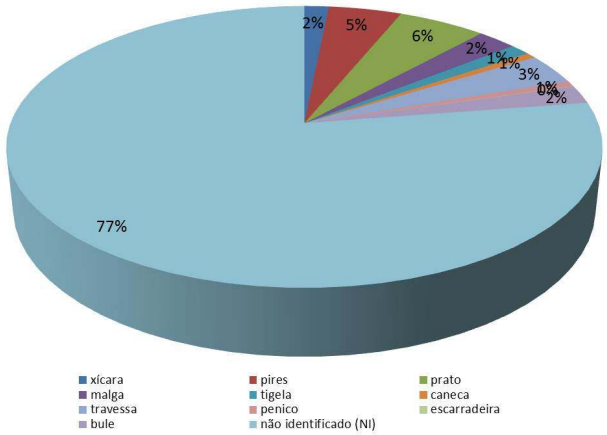


Tabela 18: Quantificação dos materiais dos níveis 5, 6, 7 e 10 juntos.

Comparando os dados dos quatros níveis e a amostra como um todo, é possível perceber que existe uma mesma frequência de certos tipos de pasta e de técnicas decorativas. Percebe-se, por exemplo, que nos níveis 5, 6, 7 e 10 a maior parte da coleção, cerca de 90%, é formada por louças do tipo faianças fina e a técnica decorativa mais utilizada foi o *transfer printed*. Existe, contudo, no nível 7, uma maior aproximação numérica entre as peças decoradas em *transfer printed* (21%) e as pintadas à mão (18%), nos demais níveis, a diferença a favor das louças *transfer printed* é maior.

As faianças, porcelanas, *ironstones* e *black basalt* fazem-se presentes na amostra, porém, em menores quantidades, cerca de 10% da coleção total.

Os fragmentos de louças de Macau (identificados como porcelanas nas tabelas), são encontradas em maiores quantidades no nível 6, com o total de 44 fragmentos. No universo geral da amostra são quantificados 71 fragmentos de porcelana de Macau.

O conjunto de peças classificados como porcelana ou *ironstone* corresponde àquelas cuja bibliografia não esclareceu elementos que tornassem possível uma melhor diferenciação entre estas pastas. Dessa forma, diante da incerteza, foi optado por classificar esses fragmentos em uma única categoria, denominada de porcelana/*ironstone*. Os mesmos são de cor branca, alguns com filetes dourados nas bordas e/ou desenhos de flores em dourado[55]. No nível 5, existem 225 fragmentos nessa categoria, um número muito maior que os fragmentos dos níveis 6 (20 fragmentos) e do nível 7 (1 fragmento).

[55] Conforme já referido anteriormente, a dúvida ocorre porque na Europa e na China foram fabricadas porcelanas desse tipo, bem como, surgiu o *ironstone* na Europa, em fins do século XIX, com características muito semelhantes ás porcelanas brancas. Acredita-se inclusive, que a população no século XIX não fazia a diferença entre ironstone e porcelana, provavelmente, peças deste tipo eram consideradas, unicamente, como porcelanas, ou "louça chinesa", conforme consta nos inventários *post mortem*. Cabe lembrar ainda, que se tratando de porcelanas chinesas brancas, essas foram feitas com moldes e decorações europeias, ou seja, a forma do recipiente, sua função e sua decoração não eram chinesas, apenas a mão de obra e o material utilizado. Diante de todas essas semelhanças, optamos por coloca-las num único grupo, denominado porcelana / ironstone. Entretanto, tendo em vista a espessura dos fragmentos, acredita-se que os mesmos não sejam porcelanas chinesas, podendo ser porcelanas europeias ou ironstone.

É possível notar que no nível em que existem maiores quantidades de fragmentos de louça de Macau (nível 6, total de 44 fragmentos de louças de Macau), o número de *ironstone* ou porcelanas é menor (nível 6, total de 20 fragmentos de porcelanas / *ironstone*).

E, da mesma forma, porém em ordem inversa, no nível 5, que apresenta maiores quantidades de porcelanas / *ironstone* (nível 5, total de 225 fragmentos de porcelanas / *ironstone*), o número de louça de Macau é menor (nível 5, total de 14 fragmentos de louças de Macau). Provavelmente, um artigo de louças substituísse o outro. Isso pode ter ocorrido por questões relacionadas ao gosto, disponibilidade dessas peças no mercado local e outros fatores.

A porcentagem de faianças, sobretudo portuguesa, é maior nos níveis 6 e 7, do que nos níveis 5. No nível 7, existem 8 fragmentos de faianças (6% da amostra daquele nível), no nível 6, existem 34 fragmentos (4% da amostra daquele nível) e no nível 5, existem 29 fragmentos (1% da amostra daquele nível).

Os tipos decorativos de faiança portuguesas encontrados são "faixas barrocas ou volutas", "família contas" e "círculos concêntricos". A maior parte dos fragmentos é na cor azul e vinhoso sobre branco. Existem uma pequena quantidade de faianças espanholas (mayólicas), o total de 2 fragmentos de triana e 1 fragmento de moyólica mexicana.

Percebe-se que a maioria destes tipos de faiança possui seu início de produção ainda no século XVIII, provavelmente, relacionados aos primeiros governadores do Palácio, que eram de origem portuguesa.

As faianças são encontradas nas mesmas quantidades que as louças de Macau (total de 2% da amostra, que equivale à 71 fragmentos).

O *black basalt* apresenta-se em pouca quantidade, porém, é um item representativo desta coleção, está em maior quantidade no nível 5, com o total de 09 fragmentos (no nível 6 e no nível 7, apresenta um fragmento em cada nível).

Dessa forma, é possível concluir que, em termos de pasta, a preferencia foi pelas faianças finas. No que se refere às porcelanas, especialmente a porcelana de Macau, as mesmas estão em maiores quantidades no nível 6 e, em proporção inversa, percebe-se que os fragmentos de *ironstone* ou as porcelanas brancas/decoradas, estão em quantidades maiores no nível 5.

As faianças também estão presentes na coleção, porém muito fragmentadas. A quantidade de faianças é igual à de louças de Macau. E o *black basalt*, mesmo que em pouca quantidade, se faz presente de forma simbólica.

É interessante notar que grande parte da amostra é formada por fragmentos do corpo dos recipientes, 55 % da coleção. Além disso, 51% das peças não possuem decoração. Nesse sentido, cabe destacar que, muitas vezes, a decoração está apenas na borda de um recipiente, logo, de acordo com a forma como ocorreu a quebra, é possível que essas partes tenham se separado e, durante a contagem dos fragmentos (e não do número mínimo de peças), o número de louças sem decoração foi maior do que o de louças decoradas.

Tendo em vista a pouca diferença entre o número de fragmentos decorados e não decorados (diferença de 1%) e a característica de existir um número muito maior de fragmentos do corpo do que das bordas, acredita-se que a maior parte das louças existentes no Palácio fosse de louças decoradas e não de louças brancas ou sem decoração, conforme apresenta a quantificação.

Os tipos, padrões, estilos e técnicas decorativas da coleção representam bastante diversidade. É possível observar que alguns deles se repetem em todos os níveis, como o estilo peasant, decoração faixas e frisos, padrão shell edged (nas cores verde e azul), padrão azul borrão, padrão willow (apenas azul), técnica sponge e outros.

Entre a técnica decorativa, é importante lembrar que a maioria é decorada pela técnica *transfer printed*, com destaque para as cenas exóticas, românticas, clássicas, pastorais e

florais. A maior parte dos fragmentos *transfer printed* é na cor azul, porém, existem peças nas cores verde, lilás, preto e vermelho.

Um tipo de *transfer printed* na cor azul com cenas florais centrais apresentou números expressivos na amostra. Está presente em todos os níveis, possui o selo da Davenport[56]. É formado por pratos, travessas, sopeiras, puxadores e alças, podendo ser considerado um conjunto de jantar (sobre essa baixelas são apresentadas maiores informações no item 3.6 "Outros dados da coleção").

Em relação aos tipos de recipientes, visto que não era possível misturar as peças pelo fato de ainda não estarem numeradas, optou-se por classificar apenas aqueles na qual a forma era facilmente observada. A grande maioria, contudo, foi classificada como NI (não identificado).

É importante destacar que os números de recipientes da tabela não correspondem ao número de peças da coleção, visto que, são fragmentos e não peças. De qualquer forma, foi possível identificar tipos representativos de peças, como por exemplo: pratos, pires (rasos e pires para chá), travessas, xícaras, canecas, malgas, tigelas, penicos, jarras, escarradeira, açucareiros, sopeiras e outros.

É importante lembrar algumas ausências da coleção, como as louças brasileiras, a técnica decorativa carimbada (ou cut sponge), a técnica decorativa estêncil e o Padrão Trigal. Não foi identificado nenhum fragmento que pudesse ser incluído nessas categorias.

A coleção é bastante diversa em formas, pastas e decoração. É possível observar que a maior parte das louças está presente em todos os níveis analisados. Alguns tipos específicos aparecem em maiores quantidades em alguns níveis e raramente estão ausentes nos demais. É provável que fragmentos de uma mesma peça estejam distribuídos em diferentes níveis, porém, essa hipótese deve ser confirmada quando a coleção estiver inventariada e for possível realizar a análise por NMP.

[56] A fábrica Davenport está localizada em Langport, Staffordshire, Inglaterra.

3.2.3. Gráfico de barras, fórmula e escala de valores: discussão dos dados

A maior parte das pesquisas sobre amostras de louças no Brasil tem utilizado, na sua metodologia, a fórmula de South (1977), destinada a datar os sítios arqueológicos; o gráfico de barras, também elaborado por este autor para datar os sítios arqueológicos; e a escala de valores de Miller (1980), que faz uma hierarquia de valores para as faianças finas inglesas do século XIX. Nesse item, é explicado como funcionam essas ferramentas de análise e são feitas consideração quanto à sua aplicação nos sítios arqueológicos históricos do Brasil.

A fórmula de datação dos sítios arqueológicos históricos, a partir das louças, foi inventada na década de 1970 pelo norte-americano Stanley South. Até então, a datação dos sítios estava sendo feita, unicamente, pela presença ou ausência de determinados tipos de louça com períodos de fabricação conhecidos.

A fórmula pretendeu aperfeiçoar a datação dos sítios históricos unindo informações da manufatura das louças e sua deposição no sítio: "a major concern of this chapter is to presente data revolving around the artifact manufacture date and the artifact deposition date" (South, 1977, p. 202).

A fórmula denomina-se "fórmula de datação média de louças" e se destina para os sítios arqueológicos do século XVIII. A mesma uniu dados referente ao início e fim da produção e a frequência (quantidade) de fragmentos dos tipos de louças encontradas nos sítios arqueológicos a serem analisados (observar equação 01).

> The mean manufacture date for the group of British ceramic types from an eighteenth-century historic site, taking into consideration the frequency of

occurrence of fragments of type can be determined by a mean ceramic date frequency formula (South, 1977, p.217)

$$Y = \frac{\sum_{i=1}^{n} xi.\ fi}{\sum_{i=1}^{n} fi}$$

Y = data média das louças
xi = data média de manufatura de cada tipo de louça
fi = frequência de cada tipo de louça
n = número de tipos de louças na amostra

Equação 1: Fórmula baseada em South, 1977, p.217.

O "xi" (data média de manufatura de cada tipo de louça) é estabelecido a partir do cálculo da média entre a data inicial e a data terminal de produção de um tipo de louça. Por exemplo, o tipo de louça "A" iniciou sua produção em 1840 e terminou em 1940, logo, a data média de manufatura deste tipo de louça é 1890. O "fi" (frequência de cada tipo de louça) corresponde aos fragmentos de cada tipo de louça existente na amostra. Por exemplo, o tipo de louça "A" possui 3 fragmentos, o "xi" (data média) é multiplicado pelo "fi" (fragmentos de peças), então, 1890 é multiplicado por 3, que é igual á 5670. Esse cálculo deve ser feito para cada tipo de louça existente na coleção analisada. Os resultados devem ser somados e, depois, divididos pelo número total de fragmentos, ou seja, todos os fragmentos de todos os tipos da amostra. O resultado é, enfim, a data média de ocupação do sítio.

A arqueóloga Lima *et al.* (1989) propõe a utilização da fórmula de South (1977) para datar sítios arqueológicos do Brasil no século XIX. Lima *et al.* (1989) foi a primeira arqueóloga a utilizar essa fórmula em território brasileiro. Porém, a pesquisadora fez algumas adaptações, sugerindo que, ao invés de utilizar "fi" como frequência de cada tipo de louça (fragmentos de

um mesmo tipo de louça), o “fi” deve ser utilizado como peças existentes na amostra (NMP), tentando minimizar desvios que a datas médias geravam.

> O método proposto por South tem na frequência dos cacos recuperados um dos seus pilares. Entretanto, no caso das louças históricas, este critério pode erroneamente atribuir um peso maior, por exemplo, a cinquenta fragmentos que correspondem a um único prato, que a três cacos que na verdade são equivalentes a três diferentes peças. Disto resulta um cálculo de frequência equivocado, e, consequentemente, uma data média distorcida. A efetiva popularidade de um tipo de louça pode ser mais confiavelmente calculada, em nosso ponto de vista, a partir de um outro critério que elimina essas possibilidades: o número de peças, em lugar do número de cacos (Lima *et al.*, 1989, p.89).

Os arqueólogos Araújo e Carvalho (1993) também aplicaram a fórmula à sítios históricos do século XIX no Brasil. Porém, os autores substituem o “fi”, correspondente aos fragmentos de louça, pelo peso total de cada tipo de louça. Ou seja, os atores sugerem que os fragmentos correspondentes à um mesmo tipo de louças devem ser pesados e esse dado que deve alimentar a fórmula (“fi”).

Araújo e Carvalho (1993) testaram a fórmula em um sítio que já sabiam a data média de ocupação, tendo em vista a existência de documentação histórica sobre o mesmo. A fórmula foi aplicada nas suas três possibilidades: “fi” como fragmentos, “fi” como número de peças e “fi” como peso. As diferenças entre os resultados foi de até 4 anos e a diferença real para a data média do sítio foi de mais de 30 anos.

Symanski (1997a, 2002, 2008) também utilizou a fórmula de South (1977) em contextos brasileiros, principalmente para os sítios históricos que não havia qualquer tipo de informação em documentação escrita. Porém, o autor frisa que a data que a fórmula informa é de ocupação mais intensa do sítio e não a data média de ocupação do sítio.

Ressalvas têm sido feitas a aplicação dessa fórmula, entre elas, que determinados tipos decorativos possuem o centro de uma cor diferente da borda, (por exemplo, o corpo da peça é

branco e a borda é shell edged), logo, o fragmento quebrado do corpo (branco) não será incluído no padrão decorativo que faz parte (shell edged) e isso gera distorções nos cálculos da data média do sítio. Essa distorção, no entanto, pode ser "sanada" trabalhando com peças (NMP), conforme sugeriu Lima (1989), ou com o peso, conforme sugeriu Araújo e Carvalho (1993).

Outra crítica consiste no fato que, dependendo do tipo de fragmentação do recipiente, não é possível reconstituir à qual peça o fragmento quebrado está relacionado, o que acaba gerando distorções nos resultados da fórmula. Nesse sentido, grande parte dos fragmentos de uma amostra não é corretamente associada aos recipientes que lhes deram origem; logo, o NMP ou os pesos, também estarão distorcidos e, por consequência, a data média do sítio apresentará erros.

O número de habitantes do sítio pode, igualmente, interferir no número de peças existente no sítio e gerar distorções nos resultados da fórmula. O número de ocupantes pode variar durante uma ocupação (filhos, criados, núcleo familiar, visitas e outros) e isso pode gerar distorções nos dados quantitativos referentes ao número de peças ou número de fragmentos de louças. Essa crítica, no entanto, pode ser "relativizada" se for considerado que a fórmula informa a data na qual o sítio foi mais intensamente ocupado, conforme reforçado por Symanski (1997a), e não, necessariamente, a data média do sítio, como tem sido interpretado por alguns pesquisadores.

A fórmula parte do pressuposto que os tipos de louças após o início de sua produção, possuem uma progressiva ascensão em direção a um pico de popularidade e consumo, o qual é seguido de uma diminuição na produção até a interrupção da manufatura, quando, então, se extinguem. O ponto médio entre o início da fabricação e fim da fabricação é a data média ("xi") de um determinado tipo de louça, dado que alimenta a fórmula. South (1977, p.203) denomina esse pressuposto de "*unimodal curve*" .

Entretanto, nem todos os tipos de louças passaram por estas etapas de fabricação: início – ascensão – pico de popularidade – diminuição – extinção. Alguns foram interrompidos na época de maior popularidade, outros não chegaram a ser populares, logo, as datas médias destes tipos de louça podem ser distorcidas.

Além disso, é muito importante destacar que as datas usadas nas fórmulas estão relacionadas ao período de fabricação na Europa. E nesse sentido, deve se levar em conta que existe uma distância espacial e temporal entre a fabricação no país de origem e a utilização/descarte no Brasil. A dificuldade de acesso aos produtos importados e o tipo do mercado consumidor local, são importantes informações para serem analisadas quando da utilização dessas datações. Diante dessa ressalva, alguns pesquisadores tem trabalho com o período de popularidade dos tipos de louça (por exemplo Tocchetto e Madeiros, 2009) e não com o período inicial e final de produção.

Porém, a popularidade dos tipos de louças é um atributo regional e deve ser analisado de contexto para contexto. Para saber quando determinado tipo de louça foi mais popular em determinado município, estado ou país, é necessário ter um gama de vários sítios e materiais arqueológicos pesquisados em uma mesma escala espacial. Com base nesses dados é possível perceber quando os tipos de louças, decorações, técnicas, padrões, estilos e outros foram mais comuns naquela localidade. O município de Porto Alegre, por exemplo, possui informações já sistematizadas, em dados históricos e arqueológicos, que permitem essas ações. Situação oposta à Florianópolis, conforme demonstrado no capítulo 1, no qual existem poucas informações sobre os materiais históricos recolhidos nos sítios arqueológicos locais. Por esse motivo optou-se trabalhar nessa tese com as datas de início e de término da produção e não com datas de popularidade, apesar de se entender que as mesmas apresentariam dados mais confiáveis sobre a ocupação do sítio e o comportamento de consumo dos grupos domésticos que viveram no Palácio.

Enfim, os dados que alimentam a fórmula são subjetivos. Mesmo tentando ser um método objetivo, possível de ser testado, o resultado pode variar de acordo com o pesquisador, com o sítio analisado e com a classificação realizada.

Existem muitas discordâncias quanto à aplicação dessa fórmula, de qualquer forma, é uma ferramenta de análise usada nos estudos dos sítios arqueológicos históricos no Brasil e seus resultados devem ser analisados como indicadores de datas (não datas absolutas), além de serem contextualizados com outras informações contextuais do sítio.

Apesar de já saber a data de ocupação do sítio Palácio Cruz e Souza (1750 – 1954), a fórmula foi aplicada para cada nível analisado e no conjunto total da amostra (nível 5, 6, 7 e 10), com o objetivo de verificar se os níveis arqueológicos poderiam corresponder a períodos específicos de ocupação.

Cabe lembrar que os dados que alimentaram a fórmula referem-se ao número de fragmentos e não ao número mínimo de peças, visto as limitações desse estudo diante do fato de os fragmentos ainda não terem sido inventariados.

Os resultados da fórmula de datação média para o nível 5 foi o ano de 1844 (tabela 19, página 252). O nível 6 possui como data média o ano de 1831 (tabela 20, página 254). O nível 7 possui como data média o ano de 1832 (tabela 21, página 256). E o conjunto total das louças possui como data média o ano de 1838 (tabela 22, página 258).

Percebe-se que os níveis 6 e 7 apresentam a data média bem semelhante, ano de 1831 e ano de 1832. O nível 5, porém, apresenta uma datação mais tardia, ano de 1844. No entanto, considerando a pouca diferença entre as datas e as distorções que existem entre a produção dos artefatos, sua utilização e seu descarte no quintal do Palácio no século XIX, podemos dizer que os três níveis são basicamente contemporâneos.

Analisando as datações informadas pela fórmula como uma referência cronológica e não como uma datação absoluta, é possível concluir que, de modo geral, o material existente nos

níveis 5, 6, 7 e 10, do Setor I, quadrantes I e II, corresponde à um conjunto de louças cuja a datação média da fabricação encontra-se no segundo quartel do século XIX, ou seja, entre 1825 e 1850. A data média de ocupação do sítio para o conjunto total da amostra foi o ano de 1838, que se inclui período proposto acima.

Colocando uma margem de tempo entre a fabricação e descarte das louças, de cerca de 20 anos, como sugere Worthy (1982) [57], pode-se atribuir ao sítio uma data média entre 1818 e 1858 com base nessa ferramenta de análise.

O gráfico de barras, diferente da fórmula, fornece um período de ocupação para o sítio, enquanto a fórmula fornece uma única data (data média do sítio), o gráfico é mais abrangente. Essa ferramenta também foi elaborada por South (1977) na década de 1970.

O gráfico de barras funciona da seguinte forma:

> O intervalo de vida de um tipo de louças pode ser representado por uma linha temporal, como uma barra; o conjunto de barras horizontais, equivalentes ao tempo de produção dos vários tipos presentes em uma determinada amostra, pode ser disposto graficamente, de modo a permitir uma leitura imediata da sua cronologia.
> Uma vez ordenado esse conjunto, o intervalo de tempo ao qual correspondem os tipos pode ser reduzido. Para tanto se colocam duas barras verticais, cuidando para que a barra à direita toque pelo menos o começo do último tipo presente. Obtém-se, assim, um novo intervalo de tempo, mais restrito, que equivale ao período de acumulação da amostra e, por extensão, de ocupação do sítio (Lima *et al.*., 1987, p.87).

O gráfico de barras possui informações semelhantes às usadas na fórmula, relacionadas às datas de início e término de produção dos tipos de louças. No entanto, essas informações são

[57] Worthy (1982) estabeleceu uma margem de cerca de 20 anos entre a manufatura e a deposição de louças em sítios arqueológicos históricos norte-americanos. A arqueóloga lembra que o descarte dos objetos não ocorreu de forma imediata a sua manufatura e que a maioria foi fabricada no continente europeu. Pode-se admitir que a margem de 20 anos entre as datas informadas pelos instrumentos de datação (fórmulas, gráficos de barras, selos de fabricantes e outros) e a utilização da peça no Brasil, pode ser aplicada, com certa segurança, para a análise dos sítios históricos nacionais. A compreensão de fatores conjunturais como distância espacial em relação ao local de produção e o tipo de mercado consumidor, interferem na datação do sítio e devem ser levado considerados quando da utilização das datas estabelecidas por estas ferramentas de análise.

colocadas em colunas, formando barras horizontais, as quais são atravessadas por linhas verticais que informam o período de ocupação mais intensa do sítio.

Tocchetto (2010) ressalta que a linha vertical da esquerda deve passar, no mínimo, pela metade das linhas horizontais (essa linha fornece a data de início da ocupação mais intensa do sítio) e a linha vertical da direita deve ser colocada na data referente ao início da produção mais recente (essa linha fornece a data de término da ocupação mais intensa do sítio). O espaço de tempo entre a linha da direita e da esquerda, corresponde ao período em que o sítio foi mais intensamente ocupado.

Tocchetto (2010) ressalva que as informações que o gráfico de barras apresenta são indicadores da ocupação mais intensa no sítio, além delas, é necessário compreender peculiaridades locais, tanto no que se refere aos contextos arqueológicos, suas estratigrafias, como na relação intersítio, comparando ausências e presenças no registro arqueológico.

Ou seja, as datas informadas pelo gráfico de barras, assim como pela fórmula, devem ser utilizadas como referências e não como datas absolutas. O contexto histórico do sítio interfere nas escolhas dos moradores sobre quais materiais utilizar nas residências e por consequência, no tipo de "lixo" arqueológico que será gerado; esses dados devem ser contrabalançados com as datações obtidas pelo gráfico e pela fórmula.

No caso do MHSC, o gráfico de barras foi elaborado para cada nível e para o conjunto total da amostra. Para o nível 5 a ordenação das barras forneceu um intervalo de tempo entre 1815 e 1880 (gráfico 8, página 253). No nível 6 o período de ocupação mais intensa foi entre 1815 e 1880 (gráfico 9, página 255). No nível 7 o período de ocupação mais intensa foi entre 1795 á 1840 (gráfico 10, página 257). A amostra como um todo, possui como período de ocupação mais intensa, os anos de 1815 à 1880 (gráfico 11, página 259).

QUADRO 19

INFORMAÇÕES PARA FÓRMULA DE SOUTH (1977) – MHSC - NÍVEL 5

LETRA	TIPO	INÍCIO	TÉRMINO	DATA MÉDIA	Nº FRAGMENTOS	PRODUTO
A	Faiança Espanhola Triana	1750	1850	1800	2	3600
B	Faiança Portuguesa estilo contas	1751	1825	1788	3	5364
C	Faiança Fina Padrão Royal Rim (creamware)	1763	1815	1789	5	8945
D	Faiança Fina Padrão Willow	1780	1850	1815	19	34485
E	Faiança Fina Padrão Shell Edged (azul)	1780	1860	1820	91	165620
F	Faiança Fina Padrão Shell Edged (verde)	1780	1840	1810	50	90500
G	Faiança Fina Padrão Padrão Milkmaid	1781	1859	1820	1	1820
H	Faiança Fina Padrão Broseley	1783	1879	1831	1	1831
I	Faiança Fina branca selo Adams	1787	1864	1823	3	5469
J	Faiança Fina técnica Dipped (pearlware)	1790	1850	1820	13	23660
K	Faiança Fina TP azul (cena romântica)	1793	1870	1831	Não	Não
L	Faiança fina TP azul (cena floral)	1784	1869	1826	Não	Não
M	Faiança Fina TP cor preto	1795	1864	1829	6	10974
N	Faiança Fina Estilo Peasant policromático	1840	1860	1850	57	105450
O	Faiança Fina TP cor lilás	1814	1867	1840	2	3680
P	Faiança Fina cena central floral, selo Davenport	1815	1860	1837	5	9185
Q	Faiança Fina branca selo Davenport	1815	1860	1837	6	11022
R	Faiança Fina TP cor vermelho	1818	1880	1849	15	27735
S	Faiança Fina Creamware técnica engine-tuned	1820	1820	1820	9	16380
T	Faiança Fina Estilo Sprig	1830	1860	1845	9	16605
U	Faiança Fina TP azul borda cartucho com cenas	1832	1847	1839	Não	Não
V	Faiança Fina Padrão Azul Borrão	1834	1887	1860	30	55800
W	Faiança Fina decoração sponge	1840	1935	1887	117	220779
X	Porcelana ou *Ironstone* branca	1850	Não	Não	169	Não
Y	Porcelana ou *Ironstone* filetes dourados	1880	Não	Não	40	Não
Z	Faiança Fina decoração frisos	1875	Não	Não	Não	Não
					444	818904
	DATA MÉDIA DE OCUPAÇÃO NÍVEL 5 CONFORME FÓRMULA SOUTH				1844	

Tabela 19: Informações para a fórmula de South (1977) nível 05.

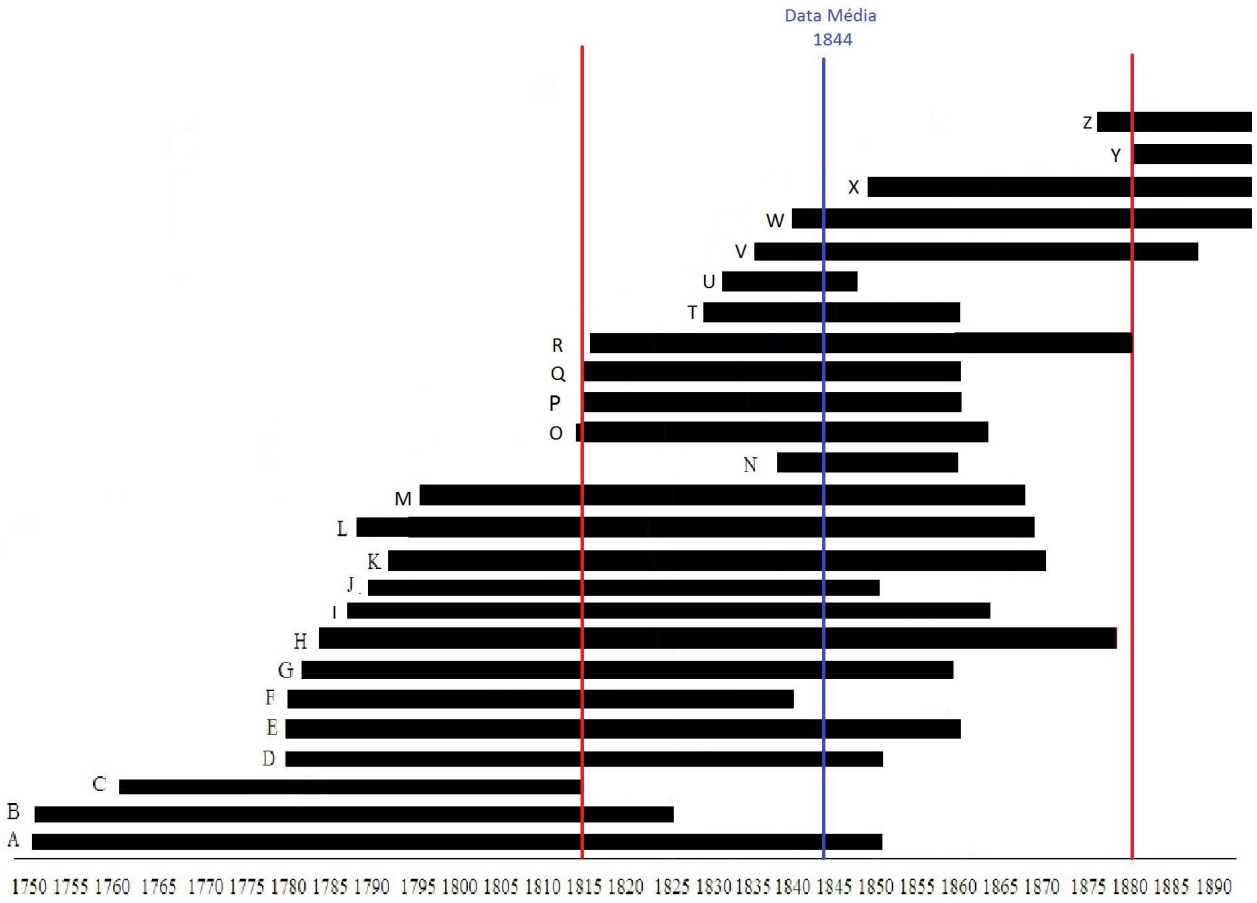


Gráfico 8: Gráfico de Barras nível 05

QUADRO 20

INFORMAÇÕES PARA FÓRMULA DE SOUTH (1977) – MHSC - NÍVEL 6

LETRA	TIPO	INÍCIO	TÉRMINO	DATA MÉDIA	Nº FRAGMENTOS	PRODUTO
A	Faiança Espanhola (México) cena flores e balões	1650	1750	1700	1	1700
B	Faiança Portuguesa estilo contas	1751	1825	1788	9	16092
C	Faiança Fina Royal Rim (creamware)	1763	1815	1789	5	8955
D	Faiança Fina Padrão Willow	1780	1850	1815	8	14520
E	Faiança Fina Padrão Shell Edged (azul)	1780	1860	1820	44	80080
F	Faiança Fina Padrão Shell Edged (verde)	1780	1840	1810	10	18100
G	Faiança Fina TP azul (cena pastoral)	1781	1859	1820	Não	Não
H	Faiança Fina Padrão Broseley	1783	1879	1831	5	9155
I	Faiança Fina TP azul (cena romântica)	1793	1870	1831	Não	Não
J	Faiança fina TP azul (cena exótica)	1793	1868	1830	Não	Não
K	Faiança Fina TP azul (cena floral)	1784	1869	1826	Não	Não
L	Faiança Fina TP cor preto	1795	1864	1829	2	3658
M	Faiança Fina Estilo Peasant policromático	1840	1860	1850	30	55500
N	Faiança Fina TP cor lilás	1814	1867	1840	1	1840
O	Faiança Fina cena floral, selo Davenport	1815	1860	1837	1	1837
P	Faiança Fina sem decoração selo Spode	1815	1833	1824	1	1824
Q	Faiança Fina TP cor vermelho	1818	1880	1849	3	5547
R	Faiança Fina Estilo Sprig	1830	1860	1845	3	5535
S	Faiança Fina TP azul borda cartucho com cenas	1832	1847	1839	Não	Não
T	Faiança Fina Padrão Azul Borrão	1834	1887	1860	15	27900
U	Faiança Fina técnica sponge	1840	1935	1887	10	18870
V	Porcelana ou *Ironstone* branca	1850	Não	Não	4	Não
Z	Porcelana ou *Ironstone* filetes dourados	1880	Não	Não	4	Não
Y	Faiança Fina decoração faixas e frisos	1875	não	Não	5	Não
					148	271113
	DATA MÉDIA DE OCUPAÇÃO NÍVEL 6 CONFORME FÓRMULA SOUTH				1831	

Tabela 20: Informações para a fórmula South (1977) nível 06.

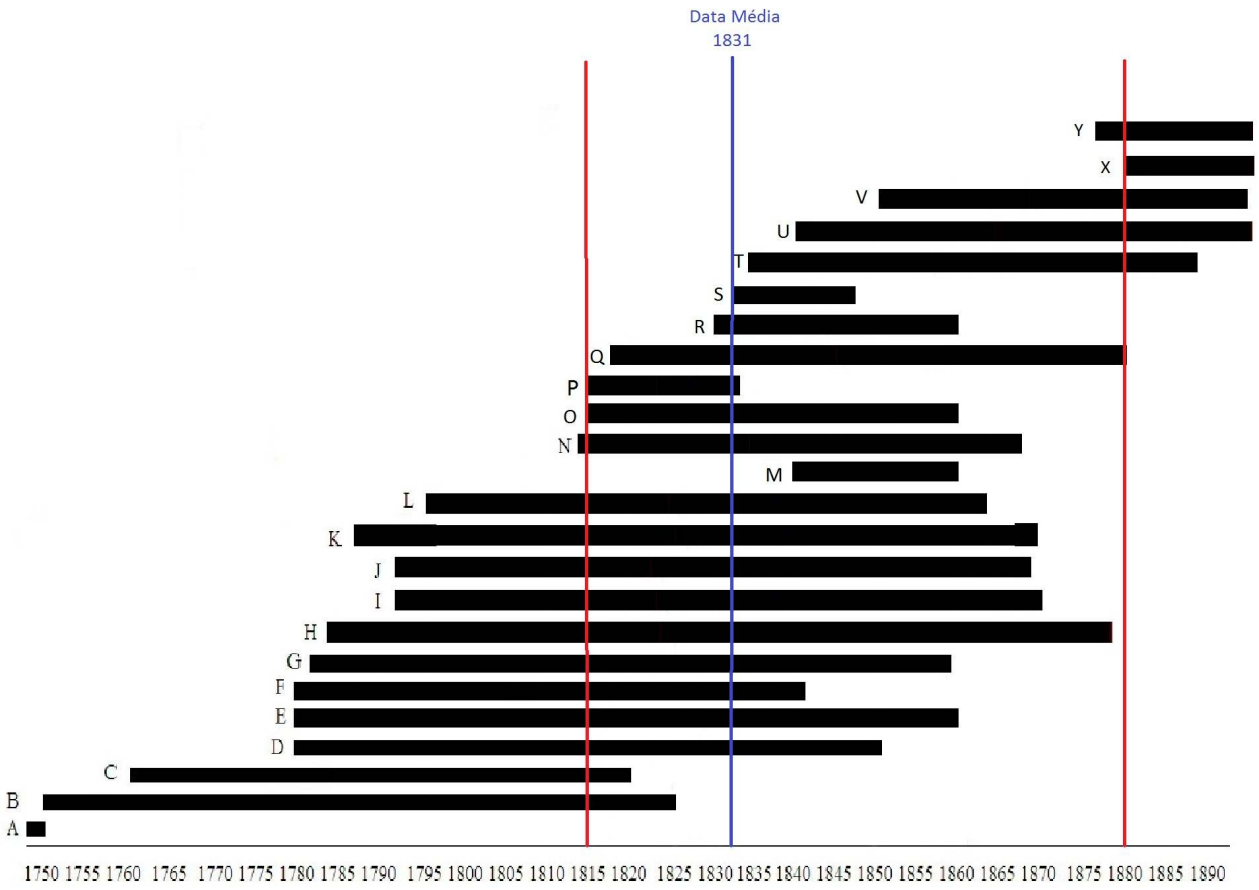


Gráfico 9: Gráfico de barras nível 06.

QUADRO 21

INFORMAÇÕES PARA FÓRMULA DE SOUTH (1977) – MHSC - NÍVEL 7

LETRA	TIPO	INÍCIO	TÉRMINO	DATA MÉDIA	Nº FRAGMENTOS	PRODUTO
A	Faiança Fina Padrão Willow	1780	1850	1815	3	5445
B	Faiança Fina Padrão Shell Edged (azul)	1780	1860	1820	3	5460
C	Faiança Fina TP azul (cena clássica)	1793	1868	1830	2	3660
D	Faiança Fina TP azul (cena floral)	1784	1869	1826	Não	Não
E	Faiança Fina TP cor preta	1795	1864	1829	1	1829
F	Faiança Fina Estilo Peasant policromático	1840	1860	1850	3	5550
G	Faiança Fina TP cor verde	1818	1859	1838	1	1838
H	Faiança Fina Estilo Sprig	1830	1860	1845	1	1845
I	Faiança Fina TP azul borda cartucho com flores	1832	1848	1840	Não	Não
J	Faiança Fina Padrão Azul Borrão	1834	1887	1860	1	1860
					15	27487
	DATA MÉDIA DE OCUPAÇÃO NÍVEL 7 CONFORME FÓRMULA SOUTH				1832	

Tabela 21: Informações para a fórmula de South (1977) nível 07.

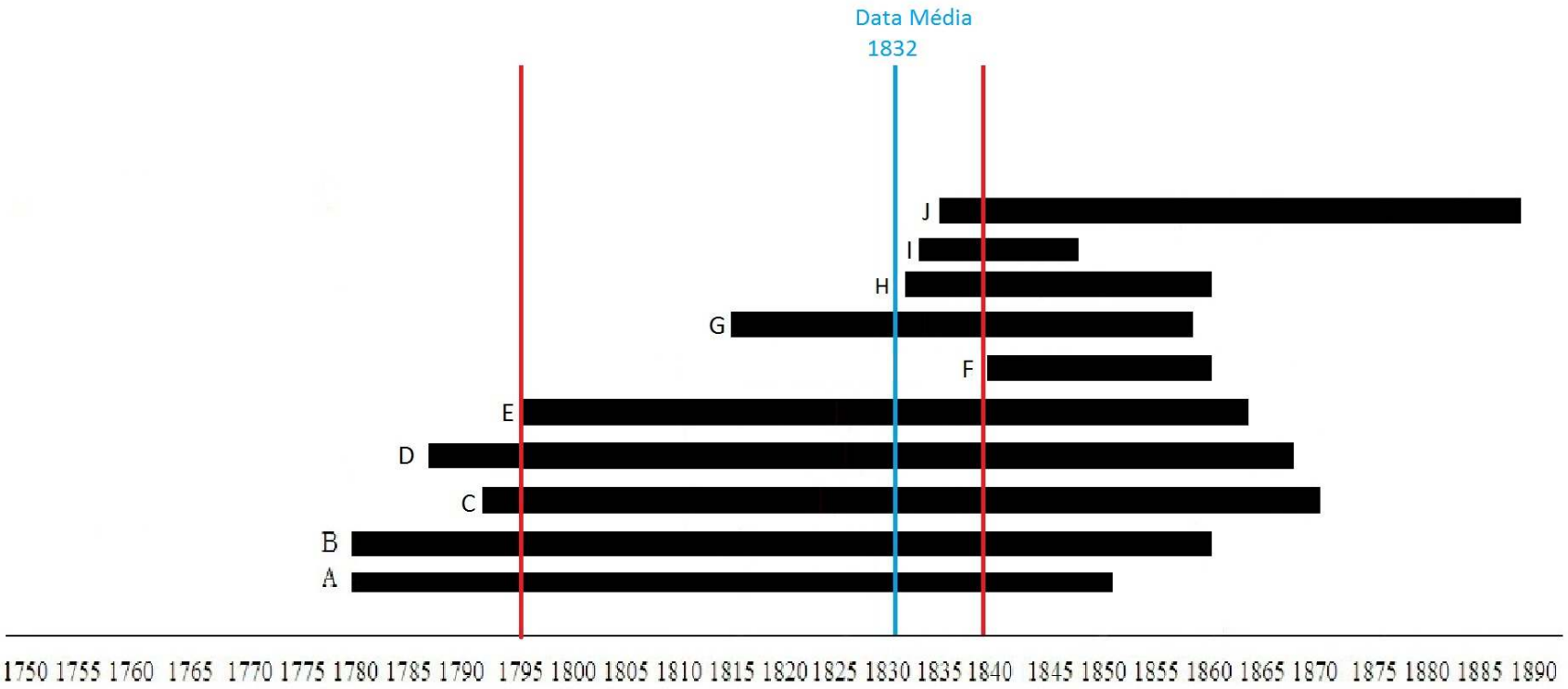


Gráfico 10: Gráfico de barras nível 07.

QUADRO 22

INFORMAÇÕES PARA FÓRMULA DE SOUTH (1977) – MHSC - NÍVEL 5, 6 e 7

LETRA	TIPO	INÍCIO	TÉRMINO	DATA MÉDIA	Nº FRAGMENTOS	PRODUTO
A	Faiança Espanhola (México) cena flores e balões	1650	1750	1700	1	1700
B	Faiança Espanhola Triana	1750	1850	1800	2	3600
C	Faiança Portuguesa estilo contas	1751	1825	1788	12	21456
D	Faiança Fina Padrão Royal Rim (creamware)	1763	1815	1789	10	17910
E	Faiança Fina Padrão Willow	1780	1850	1815	30	54150
F	Faiança Fina Padrão Shell Edged (azul)	1780	1860	1820	138	251160
G	Faiança Fina Padrão Shell Edged (verde)	1780	1840	1810	60	108600
H	Faiança Fina Padrão Milkmaid	1781	1859	1820	1	1820
I	Faiança Fina Padrão Broseley	1783	1879	1831	6	10986
J	Faiança Fina sem decoração selo Adams	1787	1864	1823	3	5469
K	Faiança Fina Técnica Dipped	1790	1850	1820	14	25480
L	Faiança Fina TP azul (cena romântica)	1793	1870	1831	Não	Não
M	Faiança Fina TP azul (cena exótica)	1793	1868	1830	Não	Não
N	Faiança Fina TP azul (cena clássica)	1793	1868	1830	2	3660
O	Faiança Fina TP azul (cena floral)	1784	1869	1826	Não	Não
P	Faiança Fina TP cor preto	1795	1864	1829	9	16461
Q	Faiança Fina Estilo Peasant policromático	1840	1860	1850	90	165150
R	Faiança Fina TP cor lilás	1814	1867	1840	3	5520
S	Faiança Fina TP (cena floral), selo Davenport	1815	1860	1837	6	11022
T	Faiança Fina branca selo Davenport	1815	1860	1837	6	11022
U	Faiança Fina branca selo Spode	1815	1833	1824	1	1824
V	Faiança Fina TP cor vermelho	1818	1880	1849	18	33282
W	Faiança Fina TP cor verde	1818	1859	1838	1	1838
X	Faiança Fina técnica engine-tuned	1820	Não	Não	9	Não
Y	Faiança Fina Estilo Sprig	1830	1860	1845	11	20295
Z	Faiança Fina TP borda cartucho com cenas	1832	1847	1839	Não	Não
A1	Faiança Fina Padrão Azul Borrão	1834	1887	1860	46	85560
B1	Faiança Fina decoração técnica sponge	1840	1935	1887	127	239649
C1	Porcelana ou *Ironstone* branca	1850	Não	Não	173	Não
D1	Porcelana ou *Ironstone* filetes dourados	1880	Não	Não	44	Não
E1	Faiança Fina decoração faixas e frisos	1875	Não	Não	70	Não
					597	1097614
	DATA MÉDIA DE OCUPAÇÃO CONFORME FÓRMULA SOUTH				1838	

Tabela 22: Informações para a fórmula de South (1977) níveis 5, 6 e 7.

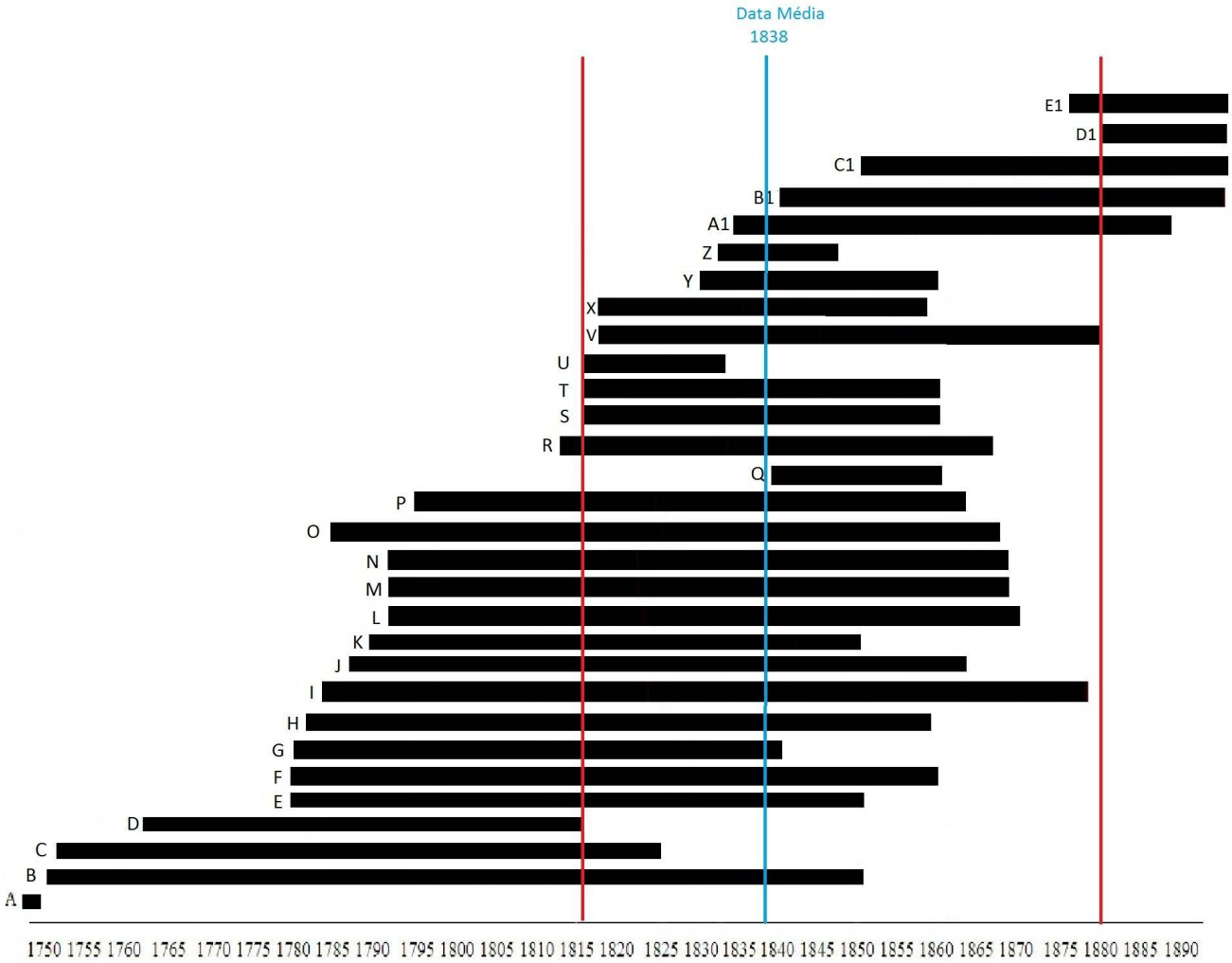


Gráfico 11: Gráfico de barras níveis 5, 6 e 7.

De acordo com os gráficos, o período em que a lixeira do nível 7 foi mais intensamente utilizada corresponde à 1795 e 1840, ou seja, desde fins do século XVIII o lixo era depositado no quintal do Palácio. Concomitante ao material depositado no nível 7, o nível 6 também passou a ser utilizado como lixeira, já que o período mais intenso de utilização do mesmo ocorreu entre 1815 e 1880, intercalando com o anterior. Por fim, de acordo com o gráfico de barras, à medida que os dejetos iam sendo depositados no nível 6 e 7, o nível 5 também era utilizado como lixeira, a datação para este nível foi de 1815 à 1880, a mesma do nível 6.

O que se pode concluir, com base nesses dados, é que a área localizada entre os três alicerces/muros coloniais foi utilizada como lixeira do Palácio do Governo desde os primeiros anos de ocupação desse sítio. Ou seja, os objetos quebrados, especialmente as louças, eram jogados nesse local desde fins do século XVIII. A medida que o lixo ia sendo depositado, novos níveis eram formados e mais lixo era jogado. Trata-se, na verdade, de uma grande área de lixeira, sendo que a mesma foi mais intensamente utilizada no período de 1815 à 1880[58].

---

58 No período de 1815 à 1880, estiveram no governo de Santa Catarina, o total de 52 governadores. São eles: Luís Maurício da Silveira (que governou entre 1805 – 1817), João Vieira Tovar e Albuquerque (que governou entre 1817 – 1821), João Antônio Rodrigues de Carvalho (que governou entre 1824 – 1825), Francisco de Albuquerque Melo (que governou entre 1825 – 1830), Miguel de Sousa Melo e Alvim (que governou entre 1830 e 1831), Francisco Luís do Livramento (que governou entre 1836 – 1837), José Joaquim Machado de Oliveira (que governou no ano 1837), João Carlos Pardal (que governou no ano de 1837), Francisco José de Sousa Soares de Andrea (que governou ente 1839 – 1840), Antero José Ferreira de Brito (que governou entre 1840 – 1848), Severo Amorim do Vale (que governou entre 1848-1849 e entre 1849-1850), Antônio Pereira Pinto (que governou no ano de 1849), João José Coutinho (que governou entre 1850 – 1859), Esperidião Elói de Barros Pimentel (que governou no ano de 1859), Francisco Carlos de Araújo Brusque (que governou entre 1859 – 1861), João José de Andrade Pinto (que governou no ano de 1861), Inácio da Cunha Galvão (que governou no ano de 1861), Vicente Pires da Mota (que governou entre 1861 – 1862), João Francisco de Sousa Coutinho (que governou no ano de 1862 e de 1868), Pedro Leitão da Cunha (que governou entre 1862 – 1863), Francisco José de Oliveira (que governou entre 1863-1864), Alexandre Rodrigues da Silva Chaves (que governou entre 1864-1865), Francisco José de Oliveira (que governou no ano de 1865), Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda (que governou entre 1865 – 1867; 1867 – 1868), Francisco José de Oliveira (que governou no ano de 1867 e de 1868), Carlos de Cerqueira Pinto (que governou entre 1868 – 1869); Carlos Augusto Ferraz de Abreu (que governou no ano de 1869), Joaquim Xavier Neves (que governou no ano de 1869), Manuel do Nascimento da Fonseca Galvão (1869-1870; 1870; 1872-1873), André Cordeiro de Araújo Lima (que governou no ano de 1870), Manuel Vieira Tosta (que governou entre 1870; 1871), Francisco Ferreira Correia (que governou entre 1870 – 1871), Joaquim Bandeira de Gouveia (que governou entre 1871 - 1872), Guilherme Cordeiro Coelho Cintra (que governou no ano de 1872), Delfino Pinheiro de Ulhoa Cintra Júnior (que governou no ano de 1872), Inácio Acioli de Almeida (que governou no ano de 1873), Pedro Afonso Ferreira (que governou no ano de 1873), Luís Ferreira do Nascimento Melo (que governou no ano de 1873), João Tomé da Silva (que governou entre 1873 – 1875), Luís Ferreira do Nascimento Melo (que governou no ano de 1875), João Capistrano Bandeira de Melo Filho (que governou entre 1875-1876), Alfredo d'Escragnolle Taunay (que governou entre 1876 – 1877), Hermínio Francisco do Espírito Santos (que governou entre 1877 – 1877), José Bento de Araújo ; (que governou entre 1877 – 1878), Joaquim da Silva Ramalho (que governou entre 1878 – 1878), Lourenço

Intercalando essas informações com a dispersão dos artefatos dos sítios (figuras 41, 42 e 43, páginas 148, 149, 150) é possível afirmar que existiram duas áreas principais para o depósito de lixo no quintal, ambas próximas à residência e à área de serviços domésticos/cozinha (figura 67).

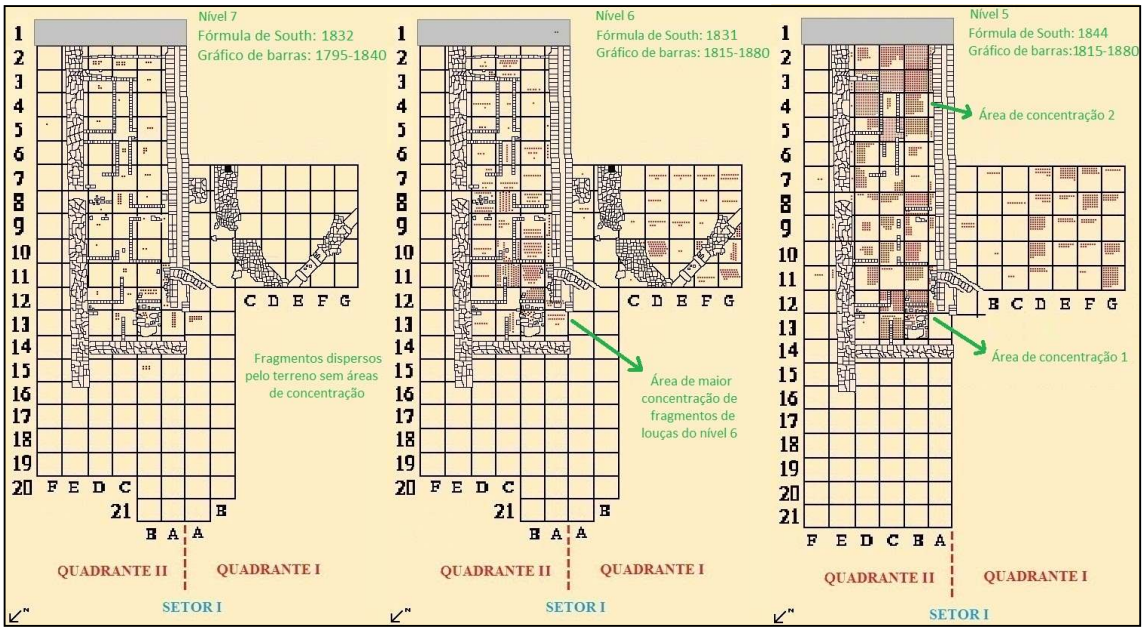


Figura 67: Croqui de dispersão dos fragmentos de louças dos níveis 7, 6, e 5 com as datações. Autora: Fernanda Codevilla Soares.

Tendo em vista o período de ocupação mais intensa fornecido pelos gráficos de barras, pode-se afirmar que em determinado momento, essas duas áreas de concentração de material foram utilizadas ao mesmo tempo, visto que os períodos apresentados pelos gráficos de barras são o mesmo para ambas.

Cavalcanti de Albuquerque (que governou entre 1878 – 1878), Joaquim da Silva Ramalho (que governou entre 1878 - 1879), Antônio de Almeida e Oliveira (que governou entre 1879 – 1880), Manuel Pinto de Lemos (que governou entre 1880 - 1880) e João Rodrigues Chaves (que governou entre 1880 – 1882). Essas informações foram colhidas na tabela 1, nas páginas 65, 66 e 67. Dessa forma, é possível perceber que não se pode atribuir a cultura material do sítio e nem a lixeira à um grupo doméstico em particular, mas aos grupos domésticos que passaram pelo Pelácio no período especificado.

O nível 6 possui uma concentração de fragmentos de louças próximo ao muro de arrimo e o período de ocupação mais intensa para ele é 1815 à 1880. O nível 5, possui duas áreas de concentração de fragmentos de louça, uma próximo ao muro de arrimo e outra próxima ao Palácio, o período de ocupação mais intensa para ele é 1815 à 1880. Assim, apesar de estarem em níveis diferenciados do terrenos (níveis 6 e 5), essas duas áreas de concentração são contemporâneas, ou seja, foram feitas de forma concomitantes.

O nível 7, contudo, apresenta uma data média e um período de ocupação mais recuado, possivelmente esse nível seja anterior ao nível 6 e 5. No nível 7 não houve concentração do lixo, o mesmo era espalhado, aleatoriamente, por este espaço do quintal.

Lembrando as ausências da coleção: louças brasileiras, faianças finas com decoração carimbada (ou cut sponge) e o Padrão Trigal, é necessário que sejam feitas algumas considerações, visto que a falta desses tipos de louça é significativa para interpretar o sítio e analisar a sua cronologia.

Nesse sentido, cabe lembrar que a louça brasileira foi produzida para comércio no século XX (Souza, 2010 e Carvalho, 2008), a faiança fina inglesa com decoração cut sponge (ou carimbada) foi produzida entre 1845 e início do século XX (Majewski e O´Brien, 1987) e o Padrão Trigal teve produção iniciada entre 1851 e se estendeu ao século XX (Sussman, 1985, *apud* Tocchetto *et al*, 2001).

Nesse sentido, Tocchetto e Madeiros (2009) afirmam que nem sempre as datas iniciais e finais da produção das louças podem ser utilizadas como únicas informações para se pensar o consumo e a datação de sítios arqueológicos no Brasil. Segundo os autores, fatores como o contrabando, a distribuição de bens, o acesso, a oferta, a moda e demais singularidades históricas devem ler levadas em conta.

Com base nessas considerações, Tocchetto e Madeiros (2009) apresentam uma reflexão acerca das datações e do consumo de louças em Porto Alegre, utilizando como referência

louças com decoração cut sponge (ou carimbada) e com o Padrão Trigal. Através da pesquisa desenvolvida, os autores demonstram que, em Porto Alegre, o padrão cut sponge (ou carimbado) foi mais popular após 1860 e o padrão Trigal foi mais popular ao final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

Como em Florianópolis ainda não existem dados para pensar a popularidade das louças, visto que poucos materiais históricos foram analisados nos sítios da capital catarinense, conforme mencionado no capítulo 1, será utilizado como referencia as datas de popularidade estipulada por Tocchetto e Madeiros (2009) para o contexto da capital gaúcha.

Assim, tendo como referência as datas de maior popularidade das faianças finas com decoração carimbada e Padrão Trigal propostos por Tocchetto e Madeiros (2009), pode-se compreender a ausência desses artigos na coleção do MHSC, visto que sua popularidade ocorreu em um período em que a lixeira do Palácio já havia sido encerrada ou estava sendo desativada, ou seja, quando essas louças tornaram-se populares e foram consumidas com mais intensidade, a prática de descarte do lixo no quintal não era mais realizada ou estava deixando de ser. Por essa razão não se encontram louças desse tipo nessa lixeira.

O gráfico de barras, a ausência de louça brasileira, de faiança fina inglesa com decoração cut sponge (carimbada) e do Padrão Trigal, sugerem que a lixeira do Palácio do Governo do Estado de Santa Catarina, para os níveis pesquisados, deixou de ser utilizada nas duas últimas décadas do século XIX.

A escala de valores de Miller (1980), ao contrário da fórmula de South (1977) e do gráfico de barras, não tem como função datar o sítio arqueológico, seu objetivo é atribuir valor aos tipos decorativos de louças existentes na coleção.

Informações sobre essa ferramenta de análise foram fornecidas no item 2.2. sobre "os inventários *post mortem* de Desterro" (tabela 2, página 85 e 86). De modo geral, a análise dos inventários permitiu afirmar que a pasta e a técnica decorativa são elementos importantes para

atribuir valor aos artefatos de louças em Desterro, logo, a escala proposta por Miller (1980) se aplica à análise das louças do tipo faiança fina da coleção do MHSC.

Com base nos inventários, é possível afirmar que as porcelanas eram os itens mais caros entre as louças comercializadas em Desterro. Em segundo lugar estavam às louças estampadas (compreendidas com *transfer printed*), em terceiro lugar as louças pintadas (compreendidas como pintadas á mão) e em quarto lugar as louças brancas, não decoradas.

Ou seja, com exceção das porcelanas, que por si só eram mais caras que os demais produtos, a técnica decorativa foi um elemento determinante na atribuição de valor para as louças comercializadas em Desterro no século XIX. Dessa forma, pode-se afirma que a escala de valores de Miller (1980) pode ser utilizada como referência para o comércio de Desterro, especialmente no que se refere aos preços das faianças finas.

Tendo por base os valores propostos pelos inventários e pela escala de valores de Miller (1980), pode-se afirmar que as louças usadas no Palácio do Governo de Santa Catarina apresentavam um elevado custo.

As faianças finas são as louças em maiores quantidades na coleção do MHSC, cerca de 90% dos fragmentos, estes artigos dominavam o mercado mundial no século XIX, era febre de consumo no Brasil e no exterior, porém, a pasta da louça, nesse caso, não fornecem informações sobre seu valor. É importante analisar se elas eram decoradas e qual era a técnica decorativa utilizada.

De acordo com a contagem dos fragmentos, a quantidade de louças não decoradas foi maior que a quantidade de louças decoradas, entretanto, cabe lembrar que a diferença é de 1% e que a quantificação pode estar distorcida, haja vista que a análise foi realizada por fragmentos e não por número mínimo de peças.

Assim, acredita-se que existem mais louças decoradas do que não decoradas, ou seja, existem mais peças com valor mais elevado do que peças mais baratas. As louças brancas (sem

decoração) são os itens mais baratos comercializados em Desterro no século XIX, conforme demonstra os inventários *post mortem* e a escala de valores de Miller (1980), exceto se forem *ironstone* ou porcelana.

Os fragmentos não decorados apresentam-se em quantidades expressivas (mesmo levando em consideração que não são a maioria), nesse sentido, é importante lembrar que as louças brancas eram utilizadas nas refeições cotidianas e para auxiliar o preparo dos alimentos, eram as peças do dia-a-dia e das atividades rotineiras. Levando-se em conta que eram as peças mais usadas, eram mais facilmente quebradas. Além disso, por serem baratas, não necessitavam de muitos cuidados e poderiam quebrar com mais frequência que as decoradas. A existência de grandes quantidades de fragmentos brancos ou não decorados no lixo do Palácio do Governo, está relacionada ao seu maior uso e preço menos elevado.

Entre as louças decoradas, que se estima que seja a maioria, a técnica decorativa mais utilizada foi o *transfer printed*, que se confere um tipo de decoração considerada mais cara entre as louças do século XIX. Nos inventários as peças decoradas em *transfer printed* são denominadas como estampadas e possuem um valor maior que as pintadas e que as brancas, perdendo apenas para as porcelanas.

Sabendo que 63% das louças decoradas do MHSC utilizam a técnica do *transfer printed*, pode-se afirmar que a maior parte da coleção é formada por louças caras. É provável que estes itens fossem utilizados nos jantares ou bailes oferecidos para os convidados da família dos governadores ou nas refeições familiares mais formais realizados no Palácio.

Em terceiro lugar encontram-se as louças pintadas à mão, que representam 15 % da amostra de louças do MHSC. Provavelmente, essas peças eram usadas nas refeições íntimas do Palácio, no qual a família do governador realizava suas refeições de forma mais simples, onde as regras da cerimônia dos jantares e dos chás formais, poderiam ser, parcialmente, dispensadas.

Dessa forma, pode-se concluir que, se as louças decoradas eram maioria no Palácio e as louças *transfer printed* predominavam no que se refere à técnica decorativa, as peças usadas para os jantares e chás dos governadores, familiares ou para convidados eram as mais caras existentes em Desterro e no exterior. Além disso, peças como o *black basalt* e as porcelanas, mesmo que em menores quantidades, reforçam o apreço por itens caros e simbolicamente importantes para esse grupo político local.

Entre as peças mais caras da coleção, destaca-se o *black basalt*; Lima (1997) afirma que este tipo de peça era um dos itens mais caros do século XIX e estavam relacionados, sobretudo, ao serviço de chá. Lima (1997) afirma que o *black basalt* foi criada em 1773 por Wedgwood, era uma louça de alta qualidade, destinada à vasos e serviço de chá (bules, cremeiras, recipientes para açúcar e tigelas para despejo de águas utilizadas). A decoração era feita em relevo, em diferentes padrões, imitando a decoração em gomos das peças de prata ou em motivos florais rococó. "Negra, imponente, formal, imitando a rocha, era um poderoso indicador de *status* social." (Lima , 1997, p.114). Mais do que indicador de *status* social, a autora acredita que o *black basalt* expressa, simbolicamente, a divisão de gênero e a supremacia do masculino sobre o feminino na esfera doméstica e no chá patriarcal praticado no Brasil.

A presença deste tipo de pasta na coleção do MHSC representa o elevado poder aquisitivo e *status* social dos proprietários do Palácio. É provável que estas peças fossem usadas em ocasiões muito especiais, na qual convidados importantes estivessem presentes. Em alguns inventários são feitas menções às "louças pretas", porém, não se pode afirmar que seja o *black basalt*, torna-se necessário um estudo mais aprofundado sobre o assunto.

A porcelana está presente em poucas quantidades na coleção, representa cerca de 2% da amostra total. O tipo de fragmento classificado como porcelana foram fragmentos de louças de Macau, exportados da China, pela cidade de Macau, nas cores azuis e brancas.

Entre as porcelanas, Brancante (1981) afirma que a louça de Macau era um produto barato, porém, tendo em vista a informação dos inventários, as porcelanas eram as peças mais caras que as faianças finas, logo, a louça de Macau, no contexto do MHSC, é um artigo de alto custo.

Na coleção foram encontradas porcelanas ou *ironstones* na cor branca ou com decoração dourada (7 % da amostra). Segundo Lima (1995b), no fim do século XIX, essas louças brancas ou com pequenos detalhes decorativos, especialmente na cor dourado, tornaram-se moda na Europa, tratando-se de um contraponto às louças excessivamente decoradas dos primeiros anos do século XIX.

É possível perceber que os moradores do Palácio estavam em dia com a moda estrangeira, além disso, diante das datações fornecidas pelo gráfico de barras, percebe-se que tão logo a moda desse tipo de louças foi lançada na Europa, foi, também, adquirida localmente.

3.2.4 Outros dados da coleção

Nesse item serão apresentados materiais que não tiveram suas informações representadas nas quantificações anteriores, isto porque apresentaram dados que não podiam ser abrangidos pelos itens das fichas ou não estavam representados nos resultados das fórmulas, gráficos e tabelas.

O primeiro material trata-se de um fragmento de faiança fina, decorado, de um lado, pela técnica do *transfer printed*, na cor azul, e, do outro lado, não apresenta decoração, é da cor

branca. Caracteriza-se por um fragmento de borda, do padrão willow, que, após a quebra, foi lascado até adquirir um formato arredondado (observar figura 69, item 1, página 274).

Recentes estudos de louça têm apontado que esses objetos são, na verdade, casos de reciclagem de material.

> A reciclagem, por sua vez, consiste no "... retorno de um artefato depois de algum período de uso a um processo de manufatura" (Schiffer, 1987:29). Nesse processo, o artefato é transformado de um modo tal que a sua identidade original é perdida. Dentre as três formas de reuso, a reciclagem, por levar a uma mudança na forma do objeto, é a mais facilmente identificada no registro arqueológico (Symanski e Osório, 1996, p.44).

Etchevarne (2006) afirma que na Praça da Sé em Salvador foram encontradas faianças reutilizadas como outros objetos. No caso, um fragmento de faiança foi transformado em uma cruz, um pingente. Segundo Etchevarne (2006, p.74) "parece ter havido um hábito, referido às pessoas de baixo poder aquisitivo, de se providenciarem de restos cerâmicos para a confecção de certos objetos, como botões de roupas e fichas de jogos".

É provável que este fragmento arredondado de faiança fina encontrado na coleção do MHSC tenha sido reaproveitado do lixo do Palácio com o objetivo de confeccionar um novo objeto; provavelmente uma ficha de jogo. O fragmento foi inicialmente descartado como lixo e posteriormente, reciclado como uma peça para dama, xadrez ou gamão. Nesse sentido, acredita-se que o lado branco tenha o sido o escolhido para ser utilizado como substituto de uma peça perdida ou quebrada.

> A mudança da forma desses artefatos, através do processo de reciclagem, levou portanto a uma alteração de sua função e, mais amplamente, de seu contexto de uso. Em sua forma original de pratos esses artefatos exerceram uma tecno-função estritamente relacionada aos consumo de alimentos. Após a reciclagem, os novos itens continuaram a exercer uma tecno-função, porém agora relacionada a atividades lúdicas, realizadas em momentos de sociabilidade dos quais poderiam participar várias pessoas (Symanski e Osório, 1996, p.47).

Casos de reciclagem de faiança fina já foram encontrados em trabalhos de arqueologia realizados no Rio de Janeiro, conforme afirma Lima (no prelo); em Pelotas, no Rio Grande do Sul, conforme atesta Peixoto (2004, 2009) e em Porto Alegre, capital gaúcha, conforme informado por Symanski e Osorio (1996).

Apesar do recentes avanços no estudos das louças recicladas, ainda não se pode determinar, de forma direta, quem foram os personagens sociais que reutilizaram os cacos de pratos quebrados.

Russel (1997 *apud* Symanski e Osório, 1996) afirma que normalmente, este tipo de material é encontrado em contextos afro-americanos dos Estados Unidos e da Jamaica. Logo, seriam artefatos reaproveitados pelos escravos ou pessoas de menor poder aquisitivo. Etchevarne (2006) também levanta a hipótese de que os fragmentos de faianças existentes na Praça da Sé em Salvador foram reutilizadas por pessoas de menor poder aquisitivo.

Contudo, Symanski e Osório (1996) acreditam que a associação direta entre objetos reciclados e poder econômico não são automáticas e devem ser testadas. Os autores afirmam que no caso do sítio arqueológico Lopo Gonçalves por exemplo, é possível que peças perdidos do jogo de gamão, de propriedade da família do proprietário do Solar, tenham sido substituídas pelos artefatos de louças lascados e arredondados encontrados na lixeira do sítio. Nesse caso, os autores chamam atenção para fato de que o proprietário desse sítio possuía poder aquisitivo para adquirir outro jogo de gamão, porém, tendo em vista que o sítio era uma chácara, onde a necessidade de ostentação era menor e a família já possuía a prática de utilizar utensílios de louças menos ostentosos que os existentes na casa da cidade, pode se supor que o artefato de louça tenha sido reciclado pelo próprio proprietário, como substituto de uma peça perdida do jogo de gamão.

No inventários *post mortem* pesquisados de Desterro do século XIX, não foi encontrada nenhuma menção à jogos, logo não é possível sugerir para qual tipo de jogo o fragmento de

louça foi reutilizado. De acordo com a bibliografia pesquisa, são mencionado jogos de gamão, (conforme sugere Symanski e Osorio, 1996), ou dama e xadrez (conforme propõe Lima, no prelo) e Etchevarne (2006).

Tendo em vista a importância política e representatividade social dos moradores desse sítio, dos seus familiares e a relevância pública que o Palácio tinha para a sociedade desterrense, bem como, a qualidade dos bens existentes no seu interior do Palácio; acredita-se que essa peça reciclada esteja relacionado aos escravos e demais trabalhadores que prestavam serviços nessa unidade doméstica (como guardas ou escravos, por exemplo). Ou seja, é provável que a mesma não tenha sido reaproveitada pelos governadores e seus familiares. Nesse sentido, Symanski e Osório (1996, p.51) lembram que "indivíduos de baixa renda estavam mais propensos a utilizar objetos usados", visto o menor acesso à bens de consumo.

Além dessa ficha, outros fragmentos polidos foram encontrados. Nesse caso, contudo, não apresentam formas específicas. Tratam-se de faianças e faianças finas que possuem o esmalte desgastado e as arestas polidas, feitos de forma natural. Apresentam-se misturado entre as quadrículas e os níveis da escavação. Não estão localizados em áreas específicas dos sítios.

Totalizam 160 fragmentos polidos (aproximadamente 5% da coleção), estão distribuídos pelos níveis 7 (14 fragmentos – aproximadamente 10% da amostra desse nível), nível 6 (30 fragmentos – aproximadamente 4% da amostra desse nível) e nível 5 (116 fragmentos – aproximadamente 5% da amostra desse nível). Não estão concentrados em quadrículas específicas, porém, misturados aos demais fragmentos encontradas na lixeira do sítio.

Esse tipo de material é encontrado nas beiradas dos rios e nas praias, a ação de rolarem contra a areia e água acaba polindo algumas peças. O Palácio do Governo não está localizado na beira de um rio e nem na beira do mar, entretanto é uma área próxima à praia. É provável que a forma como essas peças tenham sido depositados no quintal, tenham provocado sua fricção

contra a areia existente no terreno e feito com que ficassem polidas (observar figura 69, item 5, página 274).

Analisando peças como formas peculiares, foi possível observar um artefato feito de faiança fina, decorada em *transfer printed*, na cor azul, com a forma de um leão. A peça possui 2 cm de largura e 5 cm de comprimento. No fundo, na parte de baixo, verifica-se um furo, semelhante aos existentes em alguns puxadores. Dessa forma, acredita-se que o leão seja um puxador de alguma sopeira ou terrina. A tonalidade da coloração, o desenho da decoração e a espessura indicam que essa peça seja pertencente à um conjunto de jantar decorado pela técnica do *transfer printed*, com cena central floral, na cor azul, do fabricante Davenport, existente em grande quantidade na amostra do MHSC (observar figura 69, item 4, página 274).

Dois pratos pequenos chamaram atenção entre as peças da amostra. Um deles possui a borda decorada com a técnica sponge, na cor azul e o centro decorado na técnica do *transfer printed*, na cor marrom, com a letra "H" impressa. O outro possui, na borda, um friso dourado, flores em relevo sem pintura e no centro, impresso na cor vermelha, as palavras "The morning" (observar figura 69, item 2 e 3, página 274).

Em Tocchetto *et al.* (2001) ocorre uma peça semelhante ao primeiro prato em um sítio arqueológico de Porto Alegre (Mercado Público – lixeira coletiva). O mesmo é decorado com as técnicas sponge e *transfer printed* na cor marrom, no centro está impressa a palavra Henriqueta. Os autores caracterizaram essa peça como um prato de sobremesa (figura 68).

Lima (*no prelo*) acredita que alguns brinquedos eram feitos em louça e era comum imprimir, no interior de pratos pequenos, para uso nas refeições das crianças, o nome da menina ou menino que a utilizaria. Segundo a arqueóloga, no século XIX a cultura material das crianças ganha uma visibilidade nunca antes alcançada, as sociedades passam a produzir coisas

especialmente para elas, como por exemplo, mobílias adaptadas e utensílios domésticos em miniaturas.

Figura 68: Fragmento de "prato de sobremesa" encontrado no Mercado Público de Porto Alegre (Fonte: Tocchetto *et al*., 2001, p.92).

Nesse caso, podemos supor que os pratos pequenos encontrados na coleção do MHSC, esteja relacionado ao uso infantil. A criança poderia chamar-se Henriqueta ou possuía outro nome com a inicial "He".

O segundo prato, foi fabricado na Inglaterra, haja vista as palavras impressas no seu interior em inglês. Era, provavelmente, uma peça destinada às refeições matinais, visto a presença da palavra "morning". Devido ao tamanho e forma, também pode ser considerado um prato para uso infantil.

Enquanto um artefato supérfluo, esses pratos pequenos estavam presentes, sobretudo, nas famílias mais abastadas. Além disso, é importante lembrar, que se tratam de peças personalizadas, encomendados do exterior, ou seja, possuíam alto custo.

Além de representar poder aquisitivo, essas louças possuem funções didáticas. Lima (1997) afirma que brinquedos infantis desse tipo era uma forma das mães repassarem às suas filhas as normas fundamentais que regiam a esfera feminina, incutindo nas crianças princípios morais, boas maneiras e cultivando ideais de um modelo de subordinação. As louças indicavam qual era o papel e o lugar das meninas na esfera social.

Lima (no prelo) afirma que peças infantis desse tipo tornam-se uma superfície ideal para exortações ao bom comportamento ("for a good boy"). Segundo a Arqueóloga "a burguesia trouxe consigo a valorização do indivíduo, de tal forma que colocar o nome nas coisas torna-se frequentes, para destacar as individualidades, mas também para deixar clara a valorização que se dá à criança nesse momento. Será ela a perpetuar no nome da família e os seus valores".

Além de objetos individuais, como os apresentados, foi possível perceber que algumas peças formavam conjuntos, ou seja, recipientes diferentes, em termos de forma e função, porém, possuíam a mesma decoração. Foram identificados quatro baixela na coleção, um de jantar e três de chá.

O conjunto de jantar é do tipo faiança fina, decorado na técnica do *transfer printed*, na cor azul, com cenas florais no seu interior e na borda. A marca do fabricante existente no fundo das peças é da fábrica Davenport. A pesquisa bibliográfica sobre essa marca indica que a mesma foi feita entre 1815 – 1860 e a fábrica localiza-se em Langport, Staffordshire, Inglaterra (García,1990 ; Tocchetto *et al.*, 2001 e Kovel, 1986).

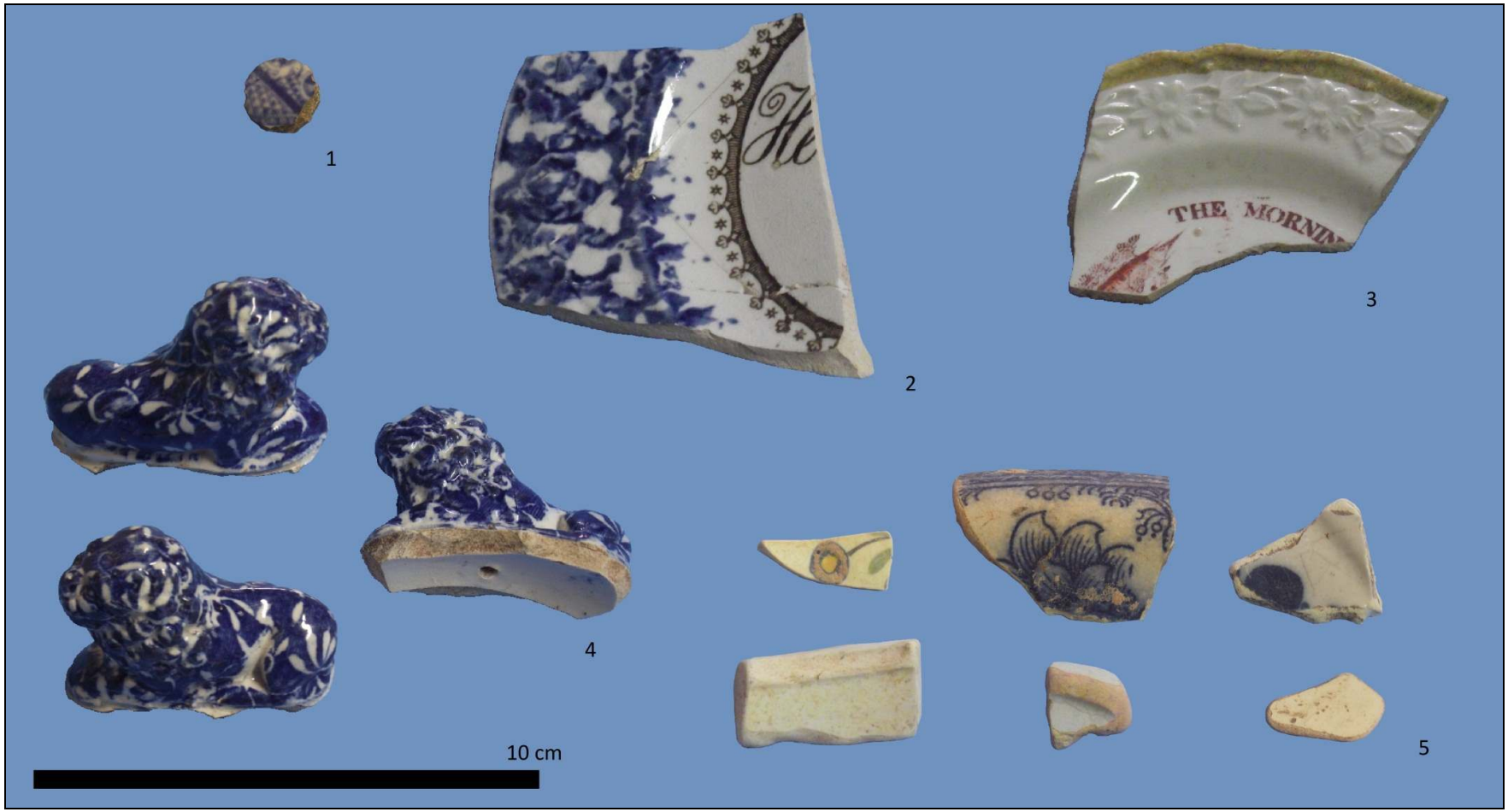


Figura 69: Fragmentos de louças do MHSC: 1) ficha de jogo de faiança fina decorada em *transfer printed* na cor azul, 2) prato pequeno com letra "H" impressa em *transfer printed* na cor marrom e borda esponjada na cor azul 3) prato pequeno com palavras impressas em *transfer printed* em inglês, borda decorada em relevo floral e faixa dourada, 4) puxador em formato de leão de faiança fina decorado em *transfer printed* na cor azul, com motivos florais e 5) fragmentos de diferentes pastas e decorações polidos.

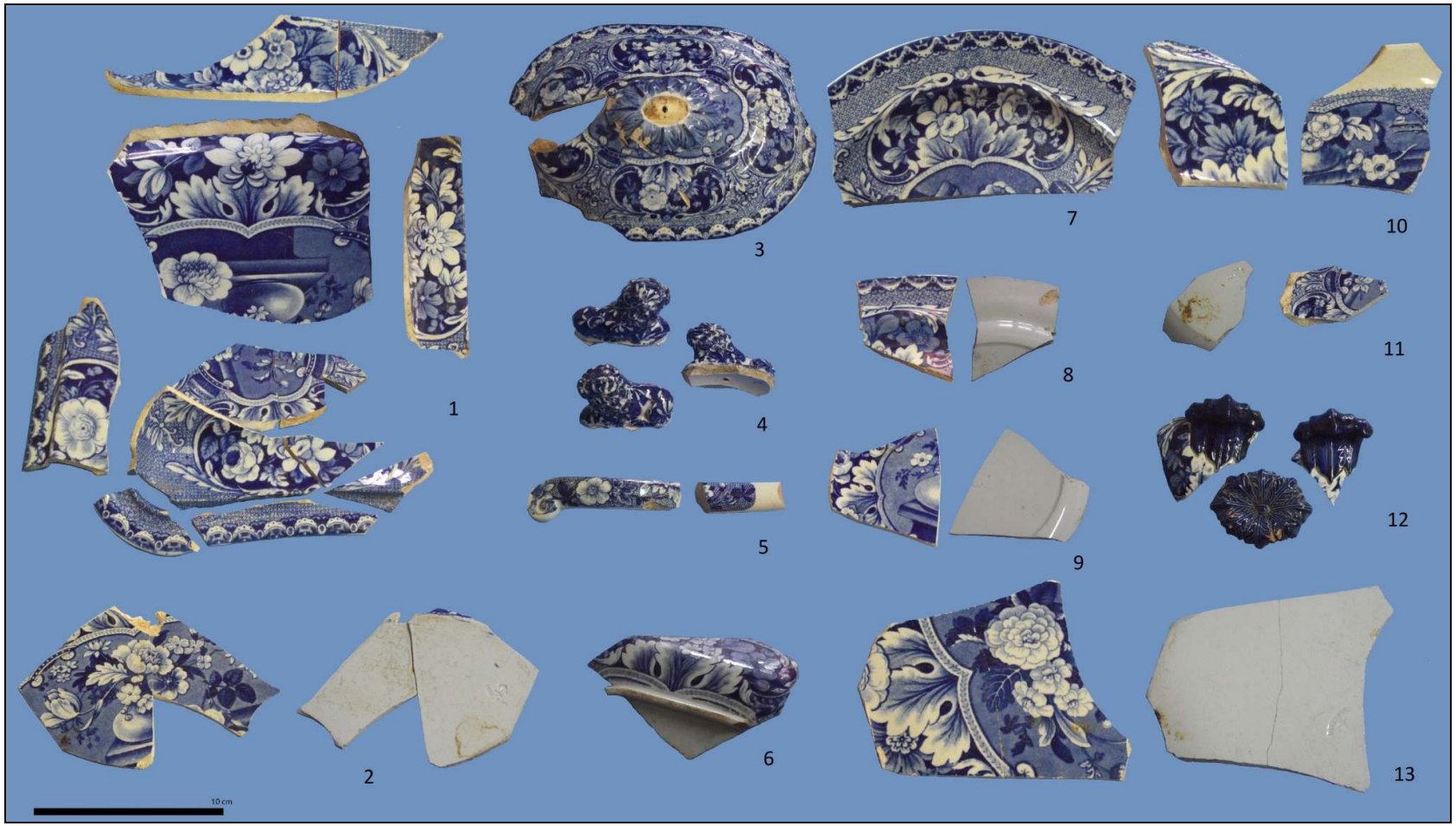


Figura 70: Fragmentos de um conjunto de jantar em faiança fina. Decorado em *transfer printed*, motivo floral, selo Davenport, com data entre 1815 à 1860: 1) fragmentos de travessa, 2) fragmento de prato raso ou prato para servir com selo no fundo, 3) tampa de sopeira, 4) puxador em formato de leão, 5) fragmento de uma alça ou pegador, 6) fragmento do fundo de uma tigela, sopeira ou terrina, 7) fragmento de um prato raso, 8) fragmento de um prato raso, 9) fragmentos de um prato raso com selo ao fundo, 10) fragmento de recipiente não identificado, 11) fragmento do fundo de um recipiente não identificado com selo do fabricante Davenport, 12) puxadores e pegadores no formato de flores, 13) fragmento de travessa ou prato de servir com do fabricante Davenport.

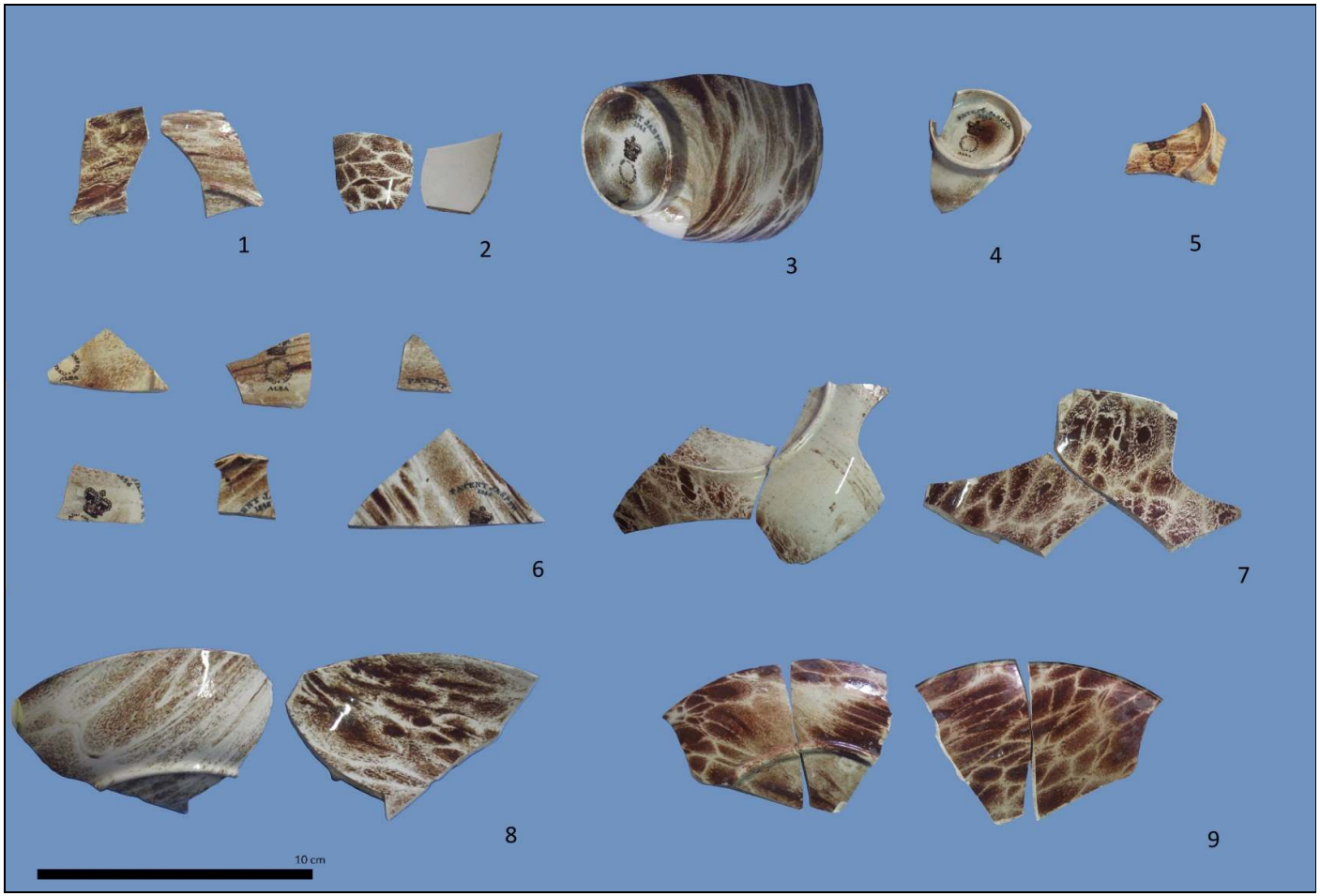


Figura 71: Fragmentos de um conjunto de chá composto de malga e "prato para chá". Conjunto de faiança fina, decorado na cor marrom, na técnica sponge, com o selo Copeland and Garrett, com o ano 1846 impresso, na cor preta, nas peças: 1)fragmento de um "prato para chá", 2) fragmentos de malga, 3) malga com o selo ao fundo, 4) fundo de malga com o selo, 5) fragmento de malga com selo, 6) diferentes tipos de fragmentos com selos, 7) fragmentos de "prato para chá", 8) fragmento de "prato para chá", 9) fragmentos de "prato para chá".

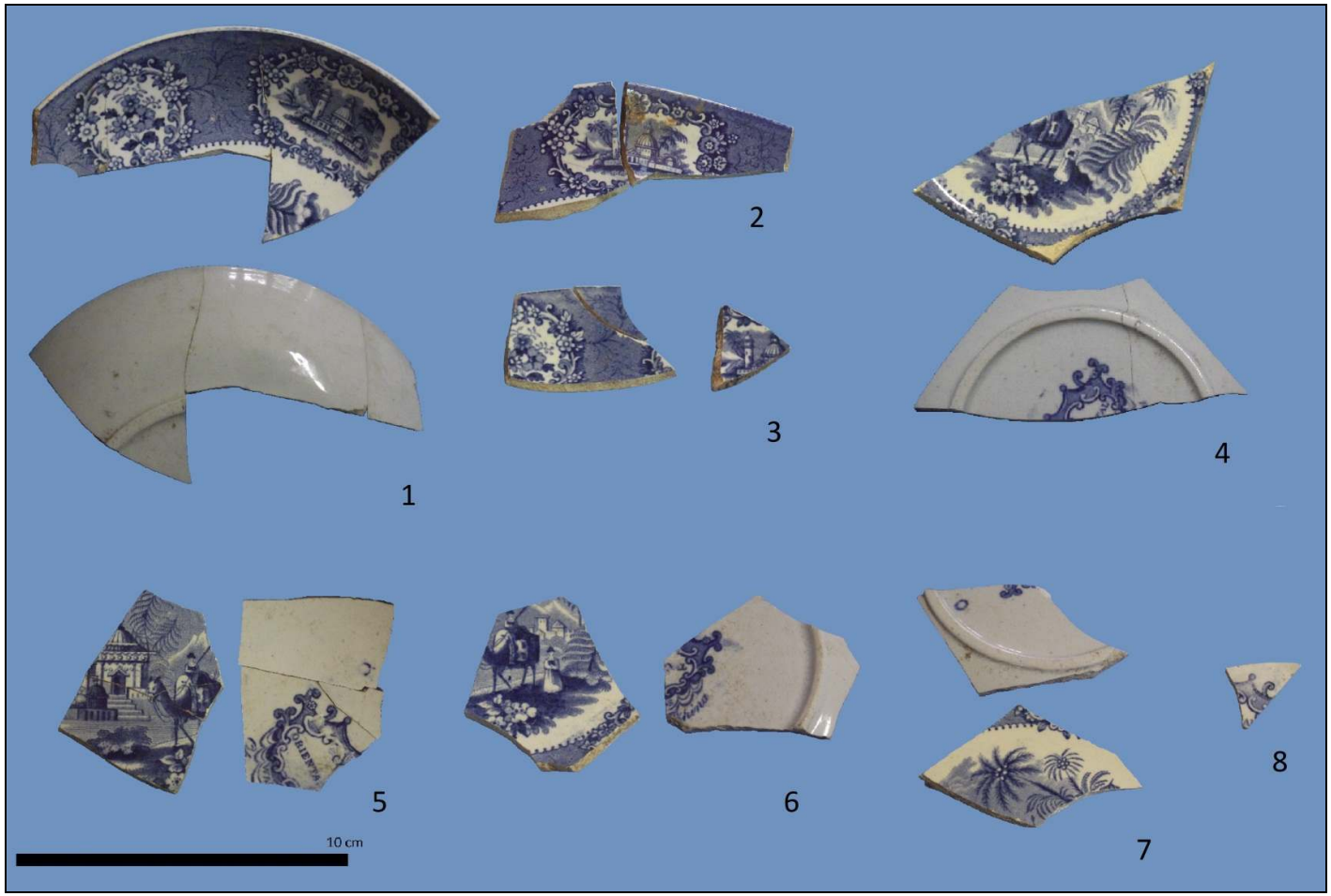


Figura 72: Conjunto de "pratos para chá" de faiança fina. Decorado pela técnica do *transfer printed*, na cor azul, com cenas exóticas e selo da William Adams & Songs (W.A.S.), modelo decorativo Oriental, com datação entre 1819 à 1864: 1) fragmento de "prato para chá", 2) fragmentos de "prato para chá", 3) fragmentos de "prato para chá", 4) fundo de "prato para chá" com selo de fabricação, 5) fundo de "prato para chá" com selo de fabricação, 6) fundo de "prato para chá" com selo de fabricação, 7) fundo de "prato para chá" com selo de fabricação, 8) fragmentos de fundo com selo de fabricação.

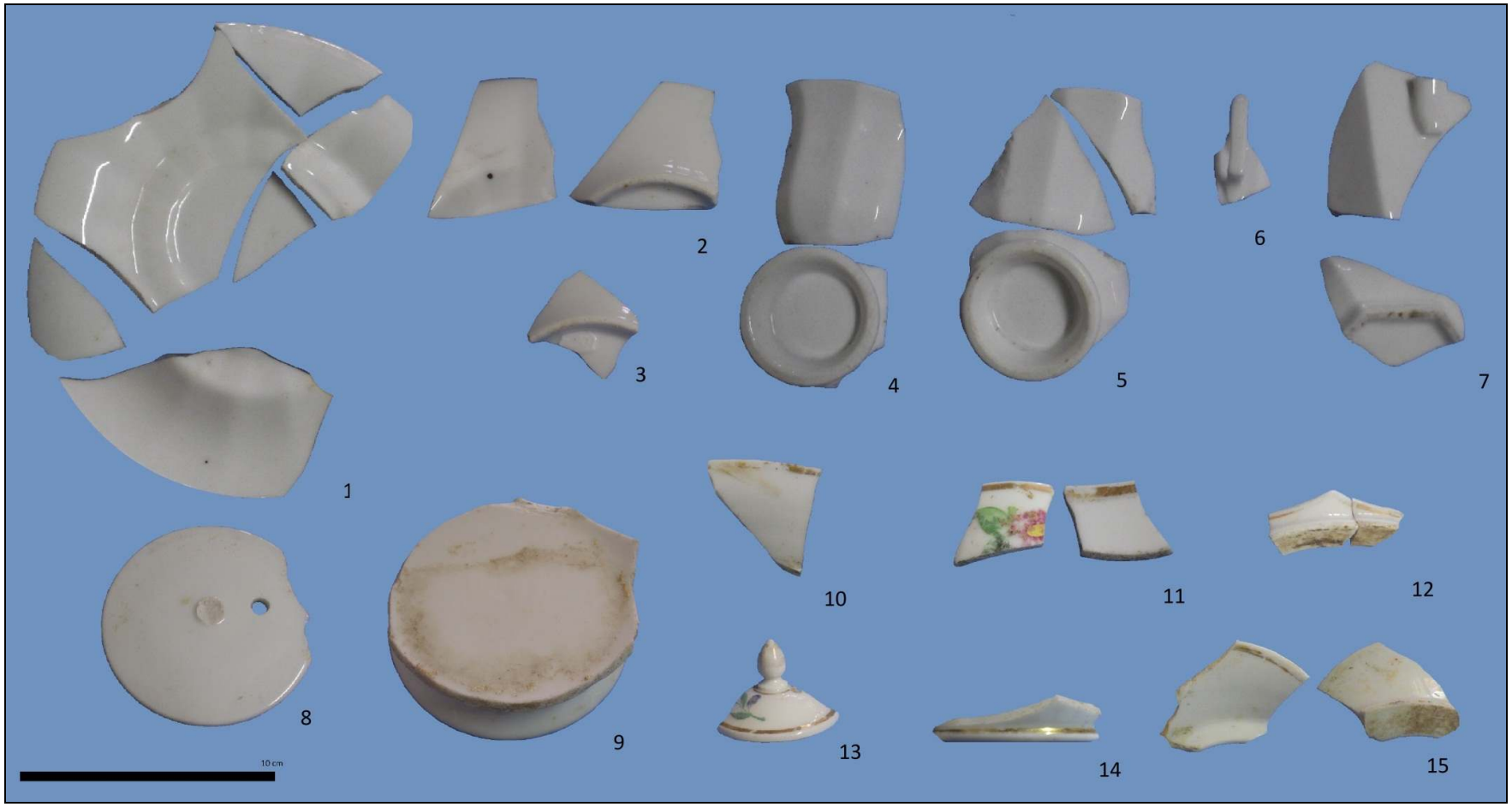


Figura 73: Conjunto de chá de porcelana/*ironstone*: 1) prato para doces, 2) fragmento de fundo do prato, 3) fragmento do fundo do prato com marca de fabricante não identificada, com as letras V D em relevo, 4) fragmentos de xícara, 5) fragmentos de xícara, 6) alça de xícara, 7) fragmentos de leiteira, 8) tampa com furo, 9) fundo de tigela, 10)fragmento de um "prato para chá" com borda dourada, 11) fragmentos xícara ou malga com borda dourada e motivos florais, pintado à mão sobre o esmalte, 12) fragmentos de bandeja com borda dourada pintado à mão sobre o esmalte, 13) tampa de açucareiro com frisos dourados e motivos florais, pintado à mão sobre o esmalte, 14) fundo de recipiente redondo com friso dourado pintado à mão sobre o esmalte, 15) recipiente e fragmento não identificado com friso dourado pintado à mão sobre o esmalte.

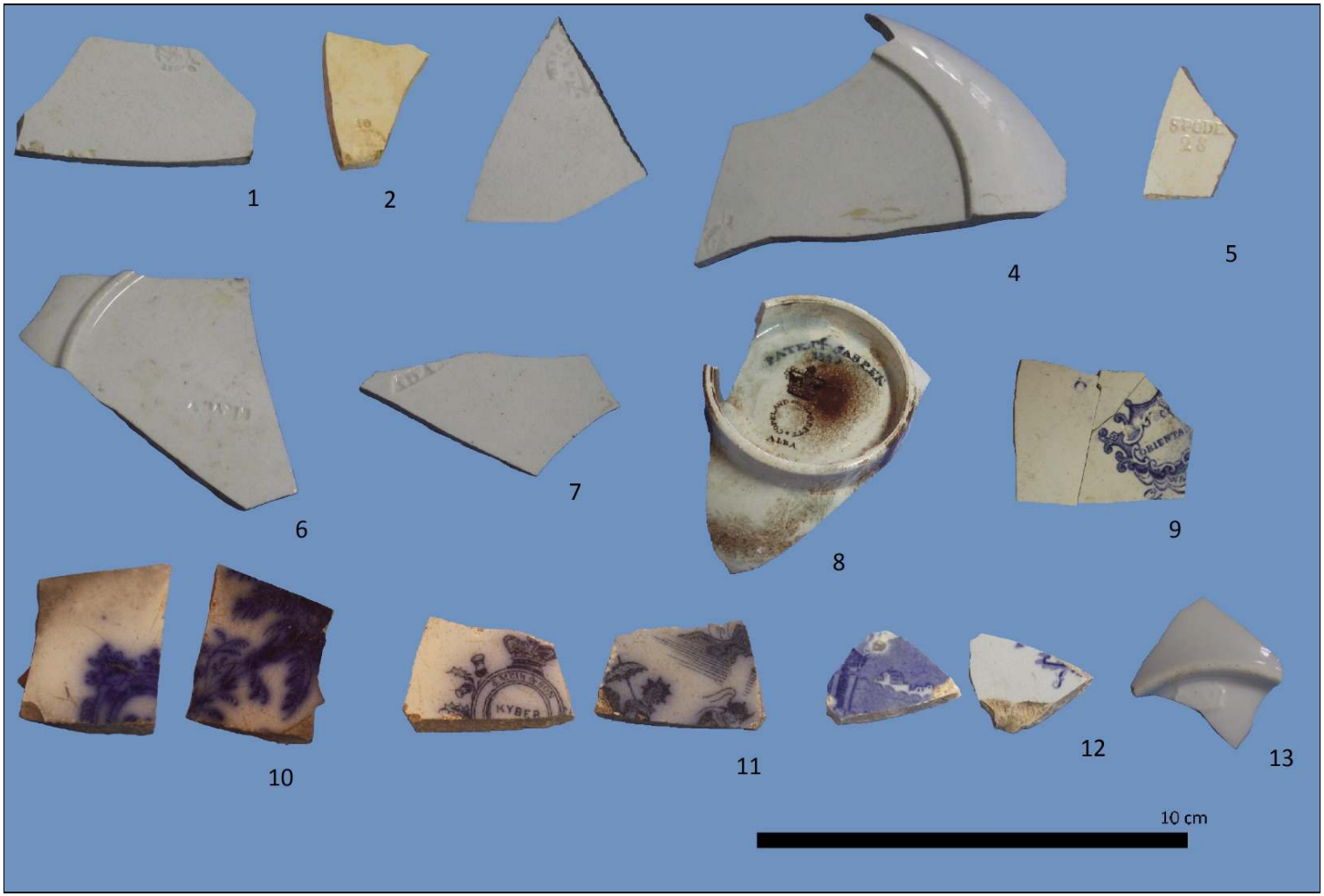


Figura 74: Amostra de selos da coleção do MHSC: 1) selo Davenport (1815-1860), 2) selo Davenport (1815-1860), 3) selo Davenport (1815-1860), 4) selo Davenport (1815-1860), 5) selo SPODE (1815-1833), 6) selo ADAMS (1787-1864), 7) selo ADAMS (1787-1864), 8) selo Copeland and Garret, sucessor de SPODE (1833 – 1847), 9) selo WAS (1819-1864), 10) selo não identificado, 11) selo John Meir (1837 à 1897), 12 selo não identificado e 13) selo não identificado

Fragmentos de louças desse conjunto estão distribuídos por todos os níveis analisados (5, 6, 7 e 10). Foram identificados travessas, pratos de diferentes tamanhos, tampa de sopeira, um pegador na forma de leão, 3 pegadores na forma de flores, além de algumas alças (observar figura 70, página 275).

Tendo em vista a diversidade de formas desse conjunto de jantar e o apreço com itens decorativos, como os puxadores, acredita-se que o mesmo era bastante apreciado entre os moradores do Palácio, utilizado em ocasiões especiais, como um jantar ou um baile para convidados.

A existência dessa baixela permite afirmar que as regras, referentes aos jantares formais do século XIX, eram seguidas no Palácio do Governo do Estado de Santa Catarina. Conforme Lima(1995b), o jantar do século XIX, na Europa e no Rio de Janeiro, era realizado em um ambiente bastante hierarquizado e cerimonial, seguido de várias regras de etiqueta. A estrutura do jantar poderia ser a *la française* ou a *la russe* (estruturas que determinavam a forma de servir, as cobertas e as comidas).

De acordo com essas estruturas, era necessário possuir um grande número de peças de louça de uma mesma baixela, além de empregados/escravos treinados. Nesse contexto, percebe-se que os governadores de Santa Catarina possuíam o conhecimento dessas regras e o apreço em possuir louças que formassem conjuntos para serem utilizadas em ocasiões formais.

Outro conjunto de louças encontrados na coleção é formado por peças de malgas e "pratos para chá", de faiança fina, decoradas pela técnica sponge, na cor marrom, com efeito marmorizado. A marca do fabricante no fundo de algumas peças desse conjunto é da fábrica Copeland e Garrett, sucessor de Spode no período de 1833 à 1847. O selo dessa coleção possui impresso o ano de 1846, indicando o período em que foi fabricado. O local da fabricação é Stoke, Staffordshire, Inglaterra (García,1990 ; Tocchetto *et al.*, 2001 e Kovel, 1986).

A maior parte dos fragmentos desse conjunto sponge marrom está localizado no nível 5 (total de 121 fragmentos), no nível 6 existem apenas 10 fragmentos e no nível 7 esse tipo de louças está ausente (observar figura 71, página 276).

A datação da fórmula de South (1977) para o nível 5 é o ano 1844 e o gráfico de barras fornece o período mais intenso de ocupação para este nível entre 1815 e 1880. Tendo em vista essas informações e a data de produção dessas louças, impressa no selo (ano de 1846), pode-se concluir que tal conjunto de chá foi usado pelas famílias que ocupavam o Palácio na segunda metade do século XIX.

Além disso, é possível notar uma proximidade entre a data fornecida pela fórmula de South (1977) para o nível 5 (ano de 1844) e o período em que a louça foi produzida (ano de 1846), o que endossa esse instrumento com um importante indicador de datação dos sítios arqueológicos históricos.

O conjunto composto de malgas e "pratos para chá" é reduzido se comparado à parafernália completa das baixelas de chá, normalmente formada por: leiteira, açucareiro, manteigueiras, bandejas, xícaras, pires, tigelas, pratos para doce e outras. Além disso, a decoração sponge está em segundo lugar em uma hierarquia de valores, incluem-se entre as louças pintadas à mão, as segundas mais baratas na escala de valores de Miller (1980) e nos inventários *post mortem* de Desterro.Dessa forma, tendo em vista o número reduzido de peças e o baixo valor da decoração, acredita-se que este conjunto faça parte dos chás familiares ou íntimos realizados no Palácio, nos quais as hierarquias e formas ritualizadas de servir e comer podiam ser, parcialmente, dispensadas (observar figura 71, página 276).

Lima (1997) afirma que as louças de chá compõe a porção mais nobre das amostras arqueológicas, eram as peças mais caras do século XIX. Os chás, na Europa, foram momentos no qual as mulheres puderam ir exercendo sua influência perante a sociedade, eram espaços de negociação social. No Brasil, contudo, o chá patriarcal dominou o cenário do século XIX,

caracterizando-se por uma adaptação híbrida do costume europeu e pela supremacia do homem sobre a mulher, na esfera doméstica e pública.

A autora lembra que o chá era uma refeição supérflua, do ponto de vista alimentar, além disso, no Brasil, país tropical, essa bebida quente se inseriu por uma imitação dos modos e costumes europeus. O chá poderia ser servido à convidados externos ou no ambiente familiar, para uma ou duas pessoas. Nesse segundo caso, mesmo sendo no ambiente familiar, a louça para o chá era particularmente valorizada, tratando-se de uma questão de requinte e deleite pessoal, conforme afirma Lima (1997).

É importante destacar que os "pratos para chá" também eram peças usadas para beber o chá, Lima (1997) afirma que pequenos pratos fundos foram inseridos no equipamento básico do chá no século XVIII. Eram os percursores dos pires, o chá era despejado no próprio "prato para chá", sendo levemente esfriado e ingerido diretamente dele.

Mesmo sendo um conjunto para uso íntimo da família, visto a menor complexidade das peças que o compõem, o mesmo era decorado pela técnica pintado à mão, que apesar de não ser a mais cara, não era a mais barata, estando num nível intermediário entre as louças brancas e as *transfer printed*.

O terceiro conjunto é formado por pires fundos ("pratos para chá") de faiança fina, decorados em *transfer printed*, na cor azul, com cenas exóticas no centro e cartuchos preenchidas com flores e/ou cenas de exóticas na borda. No fundo dos pratos existem as marcas William Adams e Song (WAS) e um cartucho, com a palavra Oriental no centro. Trata-se de um modelo decorativo criado pela fábrica ADAMS, cuja a denominação era Oriental. Algumas das marcas dessa coleção possuem a palavra Adams impressa em baixo relevo. De acordo com a pesquisa bibliográfica, essa marca existiu no período de 1819 à 1864. A fábrica localiza-se em Tunstall & Stoke, Staffordshire, Inglaterra (García,1990 ; Tocchetto *et al.*, 2001 e Kovel, 1986).

Esses “pratos para chás” não são acompanhados de malgas, como no conjunto anteriormente citado. Logo, quando se utilizava esse conjunto, a infusão era servida e tomada no próprio recipiente, provavelmente, destinados aos chás íntimos da família dos governadores (observar figura 72, página 277). Era um tipo de louça com decoração de valor mais elevado, o que leva a concluir que, mesmo numa refeição íntima, os artigos de louça eram, de fato, apreciados.

E por fim, o último conjunto da coleção, é formado por xícaras, pires, bule e tigela de *ironstone* ou porcelana, na cor branca. Existem algumas peças sem decoração e outras com frisos dourados nas bordas, especialmente uma bandeja e uma tampa de açucareiro (observar figura 73, página 278).

Acredita-se que essa baixela fosse utilizada nos chás para os convidados dos governadores. Era feita de um material de custo elevado (porcelana/*ironstone*) e mais completo em termos de peças dos que as malgas e “pratos para chá”, enunciados antes.

Durante os chás rituais, as mulheres poderiam participar da atividade social da casa, saindo das áreas privadas e interagindo com os convidados, nos cômodos públicos das residências. Porém, continuavam sob o julgo do marido, que eram os personagens principais dos chás patriarcais brasileiros (Lima, 1996).

Alguns dos fragmentos de louças analisados na colção do MHSC apresentaram selos, ou seja, marcas referente à fábrica que os produziu. Com base nesses selos foi possível identificar o local em que a peça foi fabricada e o ano da produção. Esses dados auxiliam a realizar as datações do sítio e identificar a origem da peças, apresentando informações sobre o comportamento de consumo dessa unidade doméstica.

Na coleção do MHSC foram identificados aproximadamente 40 selos (observar uma amostra delas na figura 74, página 279). As fábricas que produziram as louças do Palácio do Governo de Santa Catarina foram: Spode, Adams, Davenport e John Meir (tabela 23).

QUADRO 23

FÁBRICAS DE LOUÇAS

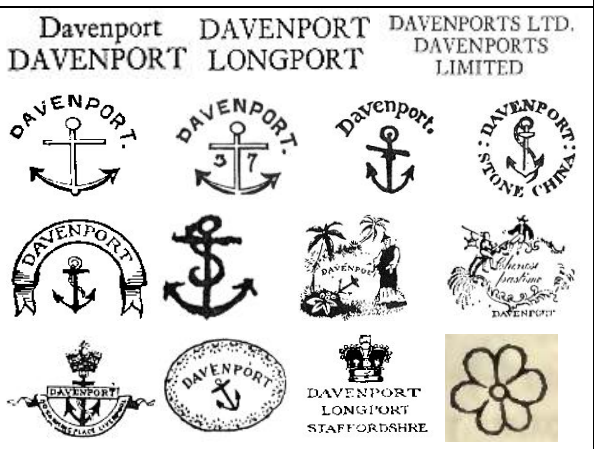
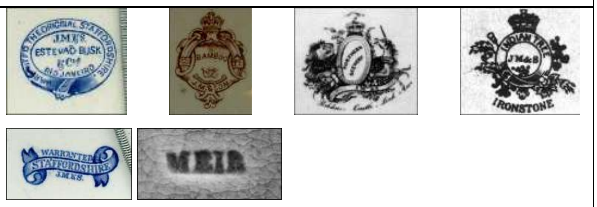
Fábrica	Localização	Período	Exemplos de selos
Adams	Tunstall & Stoke, Staffordshire, Inglaterra.	1769 até o presente (funcionamento da fábrica)	
Spode	Stoke, Staffordshire, Inglaterra.	1770 até o presente (funcionamento da fábrica)	
Davenport	Langport, Staffordshire, Inglaterra.	1793 – 1887 (funcionamento da fábrica)	
John Meir	Tunstal, Staffordshire, Inglaterra.	1812 – 1897 (funcionamento da fábrica)	

Tabela 23: Fábricas de louças[59].

[59] As imagens presentes na tabela 23 e as informações das datas para os selos foram extraídas de Kovels´ (1985), García (1990), Blacker (1912), Peixoto (2004, 2009), Tocchetto *et al.* (2001) e do site: http://www.thepotteries.org , acessado em 04 de Novembro de 2010.

Os fragmentos de louças do MSHC que possuíam a marca Adams eram do tipo decoradas e não decoradas. As louças decoradas, citadas anteriormente, se referem ao um conjunto de "pires para chá", decoradas em *transfer printed*, com cenas exóticas, na cor azul. As louças não decoradas são compostas por 3 fragmentos de faianças finas, com esmalte creamware.

A marca Adams nas louças decoradas é feita em *transfer printed*, na cor azul, com o desenho de um cartucho floral. No centro do cartucho é informado o modelo decorativo (no caso Oriental) e em embaixo as letras W. A. S, que se referem às palavras William Adams e Songs, sucessores de Adams no período de 1819 à 1864, algumas peças desse conjunto possuem a palavra ADAMS incisa sobre o selo *transfer printed* (figura 74, item 9, página 279).

A marca da fábrica Adams nas louças não decoradas é feita de forma incisa e apresenta apenas o nome da fábrica, ou seja, a palavra ADAMS incisa sobre o fundo do recipiente. As datas de produção deste tipo de selos dá-se no período de 1787 – 1864 (figura 74, item 6 e 7, página 279).

As louças da marca Spode identificadas na amostra foram do tipo decoradas e não decoradas. As louças decoradas já foram citadas anteriormente e referem-se à um conjunto de malgas e "pires para chá", decorados pela técnica do sponge, na cor marrom. A louça não decorada é composta de um fragmento de faiança fina, com esmalte creamware.

A marca Spode nas louças decoradas é feita em *transfer printed*, nas cores preto e marrom. O selo é composto de uma coroa com as palavras "Patent Jasper" e data "1846" na parte de cima na cor preta, e as palavras "Copeland and Garret" e "ALBA", na cor marrom, na parte de baixo da coroa. As peças desse conjunto de louça foram produzidas em 1846, visto essa especificação no selo (figura 74, item 8, página 279).

A marca Spode nas louças não decoradas da coleção do MHSC é feita de forma incisa e apresenta o nome da fábrica SPODE e o número "28", o qual provavelmente, está relacionado

ao ano de produção da louça, ou seja, 1828 (figura 74, item 5, página 279). O período de produção desse tipo de marca, segundo Garcia (1990) foi 1787 à 1864.

As louças com a marca Davenport identificadas na amostra foram do tipo decoradas e não decoradas. As louças decoradas já foram citadas anteriormente e se referem à um conjunto de jantar, decorado pela técnica do *transfer printed*, com cenas florais, na cor azul. As louças não decoradas, caracterizam-se por 8 fragmentos de faianças finas, com esmaltes creamware (quatro fragmentos) e pearlware (quatro fragmentos).

A marca Davenport nas louças decoradas e não decoradas da amostra são feitas da mesma forma. Ou seja, ambas apresentam a palavra "Davenport" e o desenho de uma âncora incisa sobre o fundo das peças. As datações para este tipo de marca dá-se entre 1815 e 1860. Porém, entre os fragmentos analisados, foram encontradas 3 peças com o número "10" sobre âncora, o qual pode estar relacionado ao ano de produção, ou seja, 1810, que é anterior ao período de produção desse selo, estipulado pela bibliografia pesquisada, ou refere-se à alguma numeração atribuída ao recipiente durante a sua manufatura (figura 74, item 1, 2, 3 e 4, página 279).

A fábrica John Meir apresenta apenas uma marca na coleção e se trata de uma louça decorada pela técnica do *transfer printed*, na cor azul, com cenas de inspiração chinesa, estilo chinoiserie. A decoração apresenta um aspecto borrado, semelhante ao padrão Azul Borrão. O selo é feito nessa mesma técnica, composto por uma coroa e um círculo com as palavras "J. Meir & Son" na parte de cima e "Kyber" no centro. Provavelmente, Kyber é o nome dado ao modelo decorativo. A fábrica data de 1812 à 1897, porém, a marca existente na coleção foi fabricada no período de 1837 à 1897 (figura 74, item 11, página 279).

A partir dos selos das louças é possível notar que a maioria delas é de origem inglesa e da região de Staffordshire. As datas remontam à metade do século XIX, o que confirma as datações fornecidas pelos gráficos de barras e pela fórmula de South (1977) para o sítio.

3.2.5. Interpretações da cultura material

As datas fornecidas pela fórmula de South (1977) e o gráfico de barras indicam que o material arqueológico analisado nesta tese foi depositado, como lixo doméstico, pelos moradores do Palácio do Governo do Estado de Santa Catarina, desde fins do século XVIII até o último quartel do século XIX, no quintal da residência, ou seja, nos fundos do Palácio.

O período de ocupação mais intensa para este sítio, com base no gráfico de barras, ocorreu entre 1815 e 1880. A data média de ocupação mais intensa do sítio, fornecida pela fórmula de South (1977), foi o ano de 1838.

A ausência de itens com o Padrão Trigal e a louça brasileira, confirmam essas datas, já que são mais comumente encontrados em sítios arqueológicos do sul do Brasil no final do século XIX e início do século XX (Tocchetto e Medeiros, 2009), ou seja, a popularidade desses tipos de louças se iniciou em um período em que essa área (níveis 5, 6, 7 e 10, do Setor I, Quadrante I e II) não era mais utilizada para depósito de lixo ou estava deixando de ser. Além disso, as marcas dos fundos das peças (selos de fabricantes) se incluem nas datas fornecidas pelo gráfico de barras, confirmando-os.

A dispersão dos artefatos demonstra que os objetos não foram descartados de forma desordenada pelo quintal. O lixo da casa estava localizado entre os paredões coloniais e próximos, provavelmente, do que era a cozinha ou a área de serviço.

Mesmo existindo um desnível no terreno, localizado nos fundos do pátio, onde esses objetos poderiam ter sido descartados e deixados longe do olhar e do olfato dos moradores, a opção foi por depositá-los “ali mesmo”, nem tão longe e nem tão perto da residência.

O quintal, o pátio, a cozinha e os demais cômodos existentes nos fundos das residências eram áreas íntimas, onde os estranhos não deveriam acessar. Em geral, eram locais sujos, malcheirosos, onde ficavam louças quebradas, restos de comidas, águas servidas e demais itens que não eram aceitáveis nas áreas públicas da casa (Lima, 1995b).

Cabe lembrar que a prática de "jogar o lixo no quintal" foi comum até fim do século XIX no Brasil e a relação da sociedade com o odor provocado pelo lixo estava naturalizado (tolerado). Existia muito lixo pelas ruas, pelas praias, pelas beiras de rios e pelos quintais.

Tocchetto (2010) afirma que jogar o lixo no quintal era uma atividade rotineira, repetitiva, realizada dia após dia pela sociedade brasileira no século XIX. Corbain (1987) acredita que a tolerância com o odor provocado pelo lixo e pelo esgoto, entre outros, foi sendo redefinida ao longo do século XIX. O autor afirma que, nesse período, estratégias de desodorização foram planejadas pelos órgãos públicos, formados por higienistas, médicos e engenheiros. Porém, a aceitação dessas estratégias, pela população de modo geral, foi minoritária.

No caso específico de Desterro, no ano de 1910, iniciam-se as primeiras obras de saneamento e o hábito do descartar o lixo no quintal e nas praias começou a ser combatido (Ramos, 1996). Entretanto, é provável que desde 1877 o lixo doméstico do Palácio não fosse mais jogado no quintal, haja vista a existência de um serviço, contratado pela Câmara Municipal, para recolher o lixo existente na cidade e depositá-lo na baía Norte. Além disso, no ano de 1876 assume como presidente da província o governador Taunay, que se preocupou, entre outras coisas, com a higienização dos espaços públicos e com o embelezamento das ruas (Cabral, 1979). Dessa forma, acredita-se que este governador tenha sido o responsável por estimular o fim da prática de depositar o lixo no quintal no Palácio do Governo de Santa Catarina. Porém, essa hipótese deve ser testada com a análise completa da coleção, ou seja, é preciso analisar a amostra de louça dos níveis 1, 2, 3 e 4 do Setor I, quadrantes I e II e verificar se a datação

delas confere com as louças dos níveis 5, 6, 7, 8, 9 e 10 do Setor I, quadrantes I e II[60], comparativo que não pode ser realizado nessa tese.

A datação fornecida pelo gráfico de barras para a coleção estudada sugere que até as últimas duas décadas do século XIX o lixo deixou de ser jogado no quintal do Palácio. Essa constatação permite concluir que, desde esse período, os ideais de higienização e desodorização, transmitidos pelas comissões higienistas do Rio de Janeiro e de outros centros do Brasil e do Mundo, foram internalizados pela elite política de Desterro.

É necessário que seja realizado um estudo comparativo com outros sítios domésticos de Florianópolis para verificar se esses ideais se difundiram por toda a população ou se foi um hábito isolado dos grupos domésticos que residiram no Palácio, visto que eles mesmos, possivelmente, eram os difusores de tais ideais.

Nesse sentido, é importante destacar que deixar de jogar lixo no quintal não se trata, simplesmente, do abandono de um hábito, prática ou atitude isolada. Essa mudança com relação ao local de descarte do lixo doméstico implica a aceitação de um conjunto de regras que visavam disciplinar o comportamento da população. A aceitação dessas regras implica uma releitura coletiva de questões relacionadas à higiene, salubridade, sensações olfativas e outras.

Tocchetto (2010) afirma que a difusão de condutas higienistas ajudava a consolidar uma ideologia fundamental para o desenvolvimento do capitalismo e o fortalecimento da

[60] É importante lembrar que a análise não foi realizada sobre toda coleção de louças do sítio porque o objetivo era analisar os materiais cuja distribuição espacial estivessem relacionadas à lixeira dos grupos domésticos que viveram no Palácio e cuja distribuição espacial dos artefatos estivesse melhor preservada. Assim, focou-se o estudo nas louças encontradas no Setor I, quadrantes I e II, que estão relacionados à lixeira do Palácio do Governo, e nos níveis 5, 6, 7, 8, 9 e 10, visto que apresentavam menores perturbações no solo. Conforme foi possível observar no item anterior 3.1. "Caracterização da pesquisa arqueológica do sítio", as camadas iniciais do sítio são compostas de manilhas recentes (rede de esgoto, de água, de eletricidade e outras), além de entulhos provenientes das diversas reformas pelas quais o Palácio passou. Essa situação levou a aprofundar a análise nos materiais que estivessem melhor preservados, em termos de dispersão no terreno e também relacionados, diretamente, à lixeira do Palácio, o que exclui os materiais do Setor II, referente ao alicerce de um estrutura que se supõe serem dos "vizinhos" dos governadores.

burguesia. Nesse sentido, é possível afirmar que esta ideologia foi internalizada por este grupo domésticos e possivelmente, difundida pelos ocupantes do Palácio em fins do século XIX.

> Uma nova ordem corporal foi implantada, consolidando uma ideologia de higienização (com origem na medicina moderna, científica), fundamental para o desenvolvimento do capitalismo e o fortalecimento da burguesia. Tendo em vista a construção e a manutenção da ordem social, era necessária a organização do espaço urbano, do trabalho e do convívio social para garantir a formação de indivíduos fortes, sadios, moralizados e ordeiros, fundamentais para a expansão do mercado de trabalho (Tocchetto, 2010, p.255).

A área do quintal suja, cheirando mal, íntima e privada; contrapõe-se a área da sala de visitas e sala de jantar, que eram limpas, organizadas e públicas (Lima, 1995b). Nos inventários *post mortem* tem-se a dimensão do apreço da elite de Desterro com estes cômodos das casas. Os móveis usados nesses espaços eram de alta qualidade, muitas vezes importados e possuíam a finalidade de informar a qual grupo social os moradores da residência pertenciam ou desejavam ser vistos como pertencentes (Douglas e Isherwood, 2006 e Gibb, 1996).

Nesse sentido, cabe lembrar que no século XIX, os comerciantes de Desterro adquirem projeção econômica, social e política. Nesse período, devido ao aquecimento das atividades do Porto e do comércio local, formaram-se as primeiras famílias afortunadas da capital, com naturalidade catarinense e ocupando cargos políticos, os quais, até então, eram inexistentes ou ocupados por políticos com origem em outras províncias e países. Nesse cenário, equipar a casa com bens domésticos de qualidade e caros, tornaram-se comportamentos de consumo amplamente difundidos. Através dos bens domésticos, o poder aquisitivo recentemente adquirido pelo comerciante desterrense poderia ser exibido. O proprietário de tais bens informava à sociedade à qual grupo social desejava pertencer e de qual grupo social desejava se diferenciar.

Nesse sentido, cabe lembrar Douglas e Isherwood (2006) que afirmam que os bens domésticos são utilizados com marcadores culturais para expressar e fixar estilos de vida, cultivar ideias, mudanças ou permanências culturais.

Não foram encontrados inventários específicos dos governadores de Santa Catarina, o que nos impossibilita saber, exatamente, o tipo de móveis que existia no interior do Palácio no século XIX[61]. Entretanto, realizando uma análise comparativa com os objetos existentes nas casas da elite política catarinense, é de supor que fossem tão representativos e caros quantos os observados nos inventários pesquisados[62].

Além disso, tendo por base o tipo de louças existentes na lixeira do Palácio do Governo de Santa Catarina, percebe-se que, de modo geral, artefatos significativos em termos de informar poder, hierarquia, riqueza, sociabilidade e formalidade, foram peças apreciadas por estes grupos domésticos. Assim sendo, acredita-se que junto às louças caras e importadas, os móveis deveriam ser, também, de origem estrangeira e de elevado valor.

Alencastro (1997) afirma que o comércio de artigos manufaturados no Brasil recebeu maior incentivo após o deslocamento da família real para o Rio de Janeiro, da abertura dos portos em 1808 e do fim do tráfico de escravos em 1850. Os principais países exportadores para o Brasil nesse período, segundo o Alencastro (1997, p.43), foram: Inglaterra, Estados Unidos e a França, "paradigma de civilidade" nacional. De acordo com a pesquisa desenvolvida junto aos inventários *post mortem* de Desterro, são feitas referências a estes três países como locais de origens de alguns dos bens da elite local na segunda metade do século XIX (observar anexos 3 e 4 no qual os bens domésticos estão arrolados). Possivelmente, os móveis do Palácio eram também de origem estrangeira.

---

[61] Não foram identificados no Museu do Judiciário Catarinense inventários dos governadores catarinenses no período pesquisado para esta tese. Acredita-se que o motivo de tal ausência seja o fato dos governadores catarinenses terem origem estrangeira ou de outras províncias, logo, quando faleceram, os inventários foram realizados na cidade natal e não em Desterro.

[62] Parte do acervo do MHSC é composto do mobiliário, feito, especialmente, para o Palácio e para os governadores. Entretanto, acredita-se que o mesmo seja de fins do século XIX, quando foi realizada uma grande reforma no edifício do Palácio e diversos móveis novos foram encomendados.

No período proposto pelas ferramentas de datação do sítio (1815 à 1880), 52 presidentes de província ocuparam o cargo de governadores de Santa Catarina e, provavelmente, residiram (a maioria), junto com suas famílias, serviçais, empregados e agregados no Palácio do Governo. A cultura material resgatada no sítio, especialmente as louças, apresenta informações sobre o modo de vida desses grupos domésticos que utilizaram o Palácio para fins residenciais e também, para despachos, reuniões e demais funções administrativas que um Palácio de Governo subentende.

Segundo Gibb (1996), a cultura material recuperada em um sítio arqueológico representa expressões de identidade do grupo doméstico que viveu naquele local. A partir da análise das louças, dos vidros, dos restos de alimentação, da arquitetura, da paisagem e de outros elementos, é possível compreender a forma como esse grupo doméstico define a si mesmo e a forma como afirma sua identidade perante a sociedade.

A definição de grupo doméstico utilizada nesta tese baseia-se em Wilk e Rathje (1982), Beaudry (1984), Mrozowski (1984), Blanton (1993), Hendon (1996), Symanski (1997), Allison (1998, 1999), Barile e Brandon (2004) e Tocchetto e Medeiros (2009). A mesma compreende que as unidades domésticas caracterizam-se por ser o local onde convivem um grupo de pessoas que utilizam um mesmo espaço físico (a casa) para propósitos relacionados à comer, dormir, descansar, compartilhar momentos de lazer, cuidar dos filhos, procriar e trabalhar. Esse grupo doméstico pode ser composto por uma família nuclear e não nuclear, com ou sem laços sanguíneos, incluindo empregados, inquilinos, pensionistas, visitantes e outros. Sendo que, todos os ocupantes da unidade doméstica se fazem representar no registro arqueológico do sítio, e não só o chefe da família. Além disso, a unidade doméstica é, ao mesmo tempo, marcada pela dinâmica das relações sociais entre os seus membros e o mundo externo (entendidas aqui como estruturas econômicas, sociais, culturais, legais, religiosas e outras). Nesse sentido, cabe destacar que o grupo doméstico apesar de influenciado pelas

estruturas externas, não é receptor passivo das mesmas e faz leituras particulares da realidade social que o cerca.

No caso do sítio arqueológico Palácio Cruz e Souza, deve-se levar em conta que vários grupos domésticos utilizaram a estrutura do Palácio para fins residenciais. Esses grupos eram formados pelos governadores de Santa Catarina, suas esposas, filhos, demais familiares, escravos, empregados (guardas, funcionários públicos) e visitantes, entre outros. Os quais se fazem representar na cultura material recuperada no sítio visto que influenciaram no comportamento de consumo da residência.

Além disso, é importante considerar que além de ser uma unidade residencial, onde se come, se dorme, se descansa, se compartilha momentos lazer, se cuida dos filhos e se procria (Beaudry, 1984), o Palácio era uma unidade política, que representava o poder público do Estado de Santa Catarina, ou seja, era um local onde também se trabalhava (Tocchetto e Medeiros, 2009). Nesse caso, despachos, reuniões, jantares sociais, bailes formais e demais ocasiões políticas eram ali realizadas. A representatividade pública e a formalidade necessária para estas ocasiões interferiram fortemente sobre as escolhas de consumo desses grupos domésticos, conforme demonstram as louças recuperadas na lixeira do Palácio.

A partir da amostra de louças analisada nesta tese, é possível afirmar que a mesma é formada, sobretudo, por fragmentos de faiança fina, 90% da coleção. Em menor número foram identificadas peças como o *black basalt*, as porcelanas, os *ironstones* e as faianças (espanhola e portuguesa). Esses itens representam cerca de 10% da coleção e são as peças mais caras que existiam no comércio de Desterro e no exterior no século XIX.

As faianças (que representam 2% da amostra) estão relacionadas à origem do grupo doméstico dos primeiros governadores de Santa Catarina, que eram, na maioria, militares portugueses. É possível que essas peças tenham vindo junto dos pertences pessoais desses governadores e tenham sido descartadas no pátio do Palácio conforme o uso.

Devido ao elevado grau de fraturamento dos fragmentos de faiança e pelo fato de não poder reconstruir peças (NMP), não foi possível identificar qual tipo de recipientes eram. Entretanto, no que se refere aos tipos decorativos, foram classificados, principalmente, nos seguintes estilos: contas, círculos concêntricos e faixas barrocas. A maioria com o período de produção inicial no século XVIII, quando Desterro estava fortemente ligada a sua função inicial defensiva-militar.

Segundo estudos feitos na Bahia, as faianças portuguesas são itens presentes nas camadas sociais mais altas da sociedade daquela região (Etchevarne, 2006 e 2007). Logo, pode-se dizer que entre os artigos dos grupos domésticos que viveram no Palácio do Governo de Santa Catarina no fim do século XVIII e início do XIX, existiram, também, itens utilizados pela elite colonial do Brasil.

As porcelanas ou *ironstone* (que representam cerca de 7% da coleção) também eram itens caros. Conforme demonstram os *inventários post mortem* de Desterro do século XIX, são peças que estão no topo da escala de valores. Os recipientes nesse tipo de pasta eram, provavelmente, utilizados em ocasiões especiais, como um jantar, baile ou um chá oferecido para convidados.

Nessas cerimônias sociais, as porcelanas eram os elementos mais importantes e se incluem na categoria de artigos utilizados como símbolos de riqueza e de diferenciação social. O adequado manuseio desse material (pelos serviçais, anfitriões e convidados) tinha por finalidade reforçar limites sociais (Lima, 1995b e Lucas, 1994) e demonstrar para a sociedade o quanto polido, civilizado e urbano era o grupo familiar do governador de Santa Catarina. Era uma forma de mostrar nobreza, com modos adquiridos no contato com a capital do Brasil, Rio de Janeiro, e, algumas vezes, com a Europa.

O *black basalt* era um tipo de louça destinada exclusivamente para os serviços de chá (Lima, 1997). Era o tipo de louça mais cara existente no Brasil. Representava poder, austeridade,

formalidade e imponência. Foram encontrados apenas 9 fragmentos na coleção porém, a presença desse tipo de artefato é altamente indicativa do significado que as louças possuíram para esses grupos domésticos.

A existência destes tipos de louças (faianças finas, faianças, *ironstones*, porcelanas e *black basalt*) indicam que houve investimento nestes artefatos enquanto bens de consumo e que a escolha se deu pelos itens mais significativos, em termos de valor e de representatividade. Eram peças que demonstravam o poder do grupo doméstico que residia no Palácio perante os "novos ricos" de Desterro, era uma forma de diferenciar-se, possuindo um item extremamente caro e simbólico. Além disso, era através desses bens, e das práticas culturais que os mesmos representavam, que o grupo doméstico dos governadores catarinenses difundiam costumes europeizados entre a população desterrense.

A proporção entre louças decoradas e não decoradas é bastante semelhante, com a pequena diferença de 1%, que pode estar distorcida em favor das louças não decoradas, visto que a análise foi realizada por fragmentos e não por número mínimo de peças. Contudo, mesmo não sendo a maioria, as louças brancas se fazem representar quantitativamente.

Conforme já se referiu antes, as peças brancas, por serem muito baratas, eram usadas nas refeições corriqueiras do Palácio ou para o preparo de alimentos, eram peças ordinárias, do dia-a-dia e do cotidiano. Devido ao maior uso e o pouco cuidado (já que eram peças baratas), é provável que fossem quebradas com mais frequência e descartadas em maior quantidade. Provavelmente, eram utilizadas com mais intensidade pelos serviçais ou servidores públicos que residiam nas dependências do Palácio, como os guardas ou empregados, por exemplo.

Entre as louças decoradas, a maioria apresenta decoração na técnica do *transfer printed*, de preço mais alto, perdendo, em valor, apenas para as porcelanas. Os inventários *post mortem* e a escala de valores de Miller (1980) atestaram que as louças *transfer printed* eram as mais caras entre as faianças finas em Desterro e no mundo. Possivelmente, estas peças eram

utilizadas nas refeições da família dos governadores ou nos chás dançantes, jantares formais, bailes e saraus, no qual convidados estavam presentes.

É importante recordar os diversos bailes oferecidos no Palácio do Governo de Santa Catarina no século XIX; Cabral (19179, 2004b) e Gomes (1979) citaram vários deles. Além desses, os relatos de viajantes confirmam que, quando um visitante europeu passava pela Ilha, especialmente em fins do século XVIII e início do século XIX, o governador fazia questão de recepcioná-los, oferecendo um jantar ou oferecendo o próprio Palácio para hospedagem. Nessas ocasiões, os serviços de louças deviam ser de alta qualidade. Possivelmente, formado por peças em faianças finas decoradas em *transfer printed*, ou então, por porcelanas.

As cenas/motivos identificadas nas louças decoradas pela técnica *transfer printed* foram: motivos florais (que são a maioria), motivos exóticos (como camelos e abadias), motivos românticos (pessoas com o fundo em paisagens) e motivos rurais (como animais e atividades praticadas no campo). As cores são variadas, como o azul, preto, lilás, verde e vermelho. A maioria, contudo, é na cor azul. A presença majoritária da técnica *transfer printed* entre as louças decoradas, reforça o apreço desse grupo doméstico por itens caros e bem elaborados em termos de decoração.

As formas dos recipientes identificadas na amostra foram: malgas, pires (rasos e fundos, este último denominando de "pires para chá"), xícaras, bules, açucareiros, bandejas, tigelas, jarras, sopeiras, travessas, pratos (rasos e fundos) e outros. Essa diversidade de formas indica que cada recipiente possuía uma função específica e que as regras do jantar e do chá cerimonial eram praticadas no Palácio.

Em um jantar cerimonial, no qual os pratos são servidos em sequencias (cobertas), é necessário possuir um recipiente para cada tipo de comida (pratos fundos para tomar as sopas/caldos, sopeiras ou terrinas para servir as sopas/caldos; pratos rasos para comer os

assados, travessas para servir as carnes; e; acompanhamentos, como por exemplo, molheiras, saladeiras, tigelas, azeitoneiras, cremeiras e assim por diante).

Lima (1995b) lembra que os jantares rituais do século XIX no Brasil eram marcados por dois perfis de comportamento: um externo, com influência franco-inglesa e outro interno, com influencia lusa. No primeiro caso, predominava a formalidade da refeição, os jantares seguiam a estrutura a *la française* ou a *la russe*. Eram praticados nos saraus, bailes, jantares e outros eventos sociais. No segundo caso, predominava a influencia dos hábitos portugueses, no qual a formalidade da refeição poderia ser parcialmente dispensada, era o jantar cotidiano e íntimo das famílias burguesas brasileiras.

Lucas (1994) lembra que o estilo da refeição produz um padrão no comportamento alimentar de uma sociedade. Tal padrão influenciou a produção de formas predominantes de louças, como por exemplo, pratos com diâmetros menores e formas especializadas de recipientes. O autor explica que quando a refeição é servida em série, ocorre uma diminuição na quantidade de comida e, consequentemente, no tamanho dos pratos. Além disso, são necessários recipientes individuais e específicos para cada tipo de comida, bem como recipientes especializados para cada tipo de coberta.

A adoção dessas práticas com relação à refeição também geram padrões no registro arqueológico de uma unidade doméstica, conforme foi possível identificar na lixeira do Palácio do Governo de Santa Catarina. A diversidade de formas existente na amostra de louças da coleção do MHSC, bem como as baixelas da coleção, permitem afirmar que os jantares estruturados e hierarquizados eram praticados no Palácio no século XIX. Além disso, com relação aos chás, pode-se afirmar que as regras de como servir um chá, formalmente, também eram conhecidas pelos frequentadores do Palácio e praticadas pelos grupos domésticos dos governadores de Santa Catarina. Nos chás cerimoniais são necessárias as

xícaras ou malgas, os pires ou "pratos para o chá", bules, jarras, bandejas, açucareiros, manteigueiras e outros (Lima, 1997). Peças existentes na coleção estudada.

Além de possuir vasilhas com funções específicas, era importante que as mesmas formassem conjuntos de um mesmo padrão decorativo, nesse sentido, foram identificadas quatro baixelas na coleção do MHSC, uma de jantar e três de chá. Os conjuntos são de origem inglesa, três deles são de faiança fina e um de porcelana/*ironstone*.

O conjunto de jantar é bastante complexo em termos de peças e percebe-se o cuidado com itens decorativos, como puxadores em forma de leão e de flores, decorados em alto relevo e pela técnica *transfer printed*, na cor azul, com cenas florais. No fundo de algumas peças desse conjunto é possível perceber o selo da fábrica Davenport. O período de fabricação dessa baixela, de acordo com selo, foi entre 1815 à 1860. Nesse conjunto foram identificados: sopeira, pratos rasos, travessas, pratos de servir, puxadores, pegadores e outras. Provavelmente, quando uma baixela como esta era utilizada, o grau de formalidade da refeição era elevado, ou seja, as regras de etiqueta eram rigidamente seguidas. A ocasião envolvia presença de convidados e certa importância social para o grupo doméstico que a utilizava.

O conjunto de chá de porcelana/*ironstone* está praticamente completo. As peças são, na maioria, sem decoração, ou seja, brancas. Algumas possuem alguns filetes dourados na borda. A representatividade desse conjunto de chá está no tipo de recipientes que o compõe e na característica da pasta, ser uma porcelana ou um *ironstone*. Entre os recipientes desse conjunto podem ser citados xícaras, pires, pratos para doces, tigelas, açucareiros e bandejas.

Os outros dois conjuntos de chá são formados por peças de faiança fina, um deles é composto por malgas e "pires para chá" e o outro apenas de "pires para chá". Provavelmente, caracterizam-se por peças usadas nas refeições íntimas do Palácio, pela família dos

governadores, visto que eram de menor complexidade em termos de recipientes e de decoração.

No comércio local era possível adquirir os produtos presentes na coleção do MHSC. Nos inventários *post mortem* dos proprietários de Armazéns de Desterro do século XIX, são feitas referencias a esses conjuntos de louças. Além disso, em um dos inventários residenciais, foi encontrada a referência a meio aparelho de porcelana para jantar, com custo equivalente à de alguns escravos, no total de 200.000,000 mil reis. Esse dado demonstra o apreço dessa sociedade para com esse tipo de artigo doméstico, já que tão valioso quanto um escravo.

É provável, contudo, que algumas peças de louças fossem encomendadas diretamente do exterior. Nesse sentido, é interessante citar um prato pequeno, que possui a inicial "He" impressa no seu interior. Possivelmente, esse prato exibia o nome da criança que o utilizava na refeição matinal, no almoço ou no jantar. Acredita-se que esta era uma peça para uso infantil.

Lima (*no prelo*) afirma que no século XIX tornou-se comum imprimir no interior de pratos pequenos, para uso das refeições das crianças, o nome da menina ou do menino que a utilizaria. Segundo a Arqueóloga, no século XIX a cultura material infantil adquire mais relevância. A sociedade passou a produzir coisas especialmente para elas, como por exemplo, mobílias adaptadas e utensílios domésticos em miniaturas. Além de representar poder aquisitivo, visto que eram peças personalizadas, encomendadas diretamente do exterior, essas louças possuíam funções didáticas. Lima (1997) afirma que brinquedos infantis desse tipo era uma forma das mães repassarem às suas filhas as normas fundamentais que regiam a esfera feminina, incutindo nas crianças princípios morais, boas maneiras e cultivando ideais de um modelo de subordinação. As louças indicavam qual eram o papel e o lugar das meninas na esfera social. Lima (*no prelo*) afirma que peças infantis desse tipo tornam-se uma superfície ideal para exortações ao bom comportamento ("for a good boy").

Nos jantares, nos chás, nos bailes, nos saraus e nas demais ocasiões em que o Palácio do Governo abria suas portas à alta sociedade de Desterro (formada, sobretudo por "novos ricos" comerciantes), as regras de etiqueta eram praticadas ou, ao menos, os grupos domésticos que viveram no Palácio passavam a mensagem, através das louças, de que eram conhecedores dessas regras.

De modo geral, a coleção estudada permite afirmar que existiu um investimento, por parte desses grupos domésticos neste tipo de artigo. As louças foram utilizadas como símbolos de um modo de vida que estava incorporando e difundindo o estilo de servir e de comer realizado na Corte do Rio de Janeiro e na Europa.

A partir da coleção é possível afirmar que as peças foram escolhidas e não foram compradas de forma avulsa ou desconexa, existiu uma preferência por artigos que formavam conjuntos, para os itens mais caros, para os recipientes com as decorações e técnicas mais complexas. Os artigos usados nas refeições do Palácio eram, na sua maioria, os mais requintados e caros existentes no comércio local e no exterior.

A amostra analisada condiz com a alta posição social dos grupos domésticos que ocuparam o Palácio em fins do século XVIII e XIX, e com a representatividade política dos mesmos perante a comunidade local. Exibir essas peças de louças ajudava a demonstrar o quanto público, moderno, polido e civilizado[63] eram os representantes políticos de Santa Catarina e o quanto eram diferentes dos demais membros da população local, formada por comerciantes emergentes, trabalhadores livres pobres e escravos.

Nesse sentido, é importante lembrar que o Palácio abrigou os grupos domésticos mais importantes politicamente de Desterro no século XIX. Os mesmos eram vitrines, em termos

[63] Deve-se destacar que esses adjetivos (polido, moderno, público e civilizado) fazem parte da imagem idealizada de "homem público" divulgado pelos jornais da capital catarinense no século XIX (Machado, 2001). A preocupação com as louças e com os móveis das salas de jantar e de visitas comprovam que ser um "homem público" era algo bastante valorizado, visto que estes cômodos eram as áreas públicas das casas e os objetos analisados eram utilizados, na sua maioria, em cerimônias de sociabilização extremamente formais.

de comportamento, para a sociedade oitocentista desterrense. Eram os tradutores oficiais das ações, decisões e regras de condutas da Corte do Rio de Janeiro em Santa Catarina.

Acredita-se que a representatividade política, característica intrínseca do grupo doméstico dos governadores catarinenses, se faz representar na amostra de louças, visto a supremacia de itens caros, de qualidade, luxuosos e formais que compunham conjuntos de louças com origem de fabricação estrangeira.

A variedade da amostra permite concluir que existia uma diferenciação entre as louças que eram usadas nas refeições íntimas e as que eram usadas nas refeições públicas.

No primeiro caso, eram utilizadas as louças pintadas à mão e com menor complexidade em termos de tipos recipientes. Usadas com maior frequência no dia-a-dia da família dos governadores, como por exemplo, nas refeições íntimas da casa, na qual as regras de etiqueta poderiam ser parcialmente dispensadas. Por serem decoradas manualmente, possuíam um custo intermediário entre as louças ordinárias brancas (extremamente baratas) e as louças *transfer printed* (as mais caras entre as faianças). Os tipos de recipientes também eram de menor complexidade, as vezes apenas um conjunto de malgas e "pires para chá", e em outras ocasiões apenas os "pires para chá". Lima (1995b) afirma que nessas ocasiões, o modelo luso das refeições era o mais praticado.

No segundo caso, eram utilizadas as louças decoradas em *transfer printed* e as porcelanas, com maior complexidade nos conjuntos de peças. Eram peças reservadas para situações especiais, na qual algum convidado estivesse presente no Palácio. Em termos decorativos e de tipo de pasta, eram as peças mais caras do mercado. No que se refere aos recipientes, eram os mais completos em termos de conjunto de peças, visto que utilizados para jantares e refeições formais, onde as regras de etiqueta eram rigidamente praticadas. Lima (1995b) acredita que nesse tipo de ocasião, as refeições eram influenciadas pelo modelo franco-inglês.

Para os serviços domésticos, eram destinadas as louças brancas, sem qualquer decoração, também chamadas de louças ordinárias, usadas no cotidiano para o preparo de alimentos. Eram peças extremamente baratas. Normalmente não formavam conjuntos e quando quebradas eram substituídas por outras semelhantes. Eram manuseadas com mais frequência pelas escravas e empregados da família dos governadores.

Lucas (1994, p.83) afirma que as práticas ditadas pelas regras de etiqueta no comportamento das refeições oitocentistas poderiam separar a classe média, dos trabalhadores, bem como, distanciar a classe alta, da classe media. A arqueóloga Lima (1995b) afirma que as louças foram utilizadas como uma forma dos grupos sociais demarcarem limites sociais, reforçando princípios capitalistas em voga no século XIX.

Segundo a autora, com a emergência dos novos ricos no cenário brasileiro, a nobreza necessitava constantemente inventar moda, para não ter seu padrão de comportamento atingindo por esse grupo social. Da mesma forma, tudo que virava moda, era adquirido pelo burguês endinheirado, que tentava constantemente imitar a nobreza. Nesse contexto, os aparelhos de jantar, os aparelhos de chá, as peças voltadas para higiene e para medicina humoral, entre outros, tornam-se sonhos de consumo dessa sociedade. Entretanto, como ressalva a arqueóloga, a disseminação de louças de origem inglesa e o barateamento dessas peças diminuíram a eficácia desse material como demarcador social. Assim, mais do que possuir as louças, tornou-se necessário saber utilizá-las. Nesse contexto, multiplicam-se os manuais de etiqueta e de boas maneiras, as regras e as receitas culinárias, bem como, as diversas ritualizações que passam a acompanhar a alimentação e os hábitos de higiene.

O material analisado na coleção do MHSC encaixa-se nesse contexto de emergências sociais e afirmação de limites sociais. De acordo com o comportamento da época e com a amostra de louças presentes na coleção do MHSC, pode-se concluir que, para esse grupo doméstico, era imperioso possuir as melhores louças do mercado local e do exterior. Esses bens eram

símbolos de poder aquisitivo e de poder político. A partir deles, práticas culturais e comportamentos europeizados eram difundidos entre a sociedade desterrense. Possuir louças caras e saber utilizá-las era uma das regras da alta sociedade local do século XIX. Regras as quais os grupos domésticos que viveram no Palácio eram conhecedores e divulgadores. As louças recuperadas na lixeira demonstram que a sociabilidade e a formalidade foram comportamentos amplamente praticados por este grupo social ao longo do século XIX.

CONCLUSÕES

A partir do trabalho realizado foi possível compreender o modo de vida dos grupos domésticos que viveram no Palácio do Governo de Santa Catarina no século XIX com base nas informações arqueológicas apresentadas pela cultura material, especialmente as louças, recuperadas no quintal do Palácio.

As análises das louças foram realizadas por meio de fichas tipológicas, aplicação da fórmula de South (1977), gráfico de barras e escala de valores de Miller (1980). Ferramentas de análise que forneceram dados quantitativos e qualitativos que permitiram fazer inferências sobre a datação do sítio e o significado desses artefatos para os grupos domésticos pesquisados, formado pelos governadores, suas esposas, filhos, demais membros da família, escravos e trabalhadores públicos, como guardas, funcionários ligados às atividades administrativas, agregados e visitantes.

A interpretação do contexto histórico do sítio e o levantamento dos inventários *post mortem* de Desterro no século XIX, foi indispensável para auxiliar as interpretações das louças, já que a partir desses dados foi possível apreender informações relevantes sobre os aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais da elite desterrense desse período.

Além disso, o levantamento de informações sobre a prática da arqueologia histórica de Florianópolis, realizado com base nos relatórios existentes no Arquivo do IPHAN de Santa Catarina, apresentou uma lacuna na pesquisa arqueológica local, caracterizada pela predominância, com algumas exceções, de trabalhos descritivos, informativos e pouco analíticos. A maioria dos trabalhos de arqueologia histórica desenvolvidos em Florianópolis

antecederam restauros arquitetônicos e raros estavam voltados para problemáticas específicas ao tipo de sítio escavado e de cultura material evidenciada. Diante dessa lacuna, esta tese de doutorado justificou-se pela necessidade de aprofundar a análise específica de um sítio arqueológico histórico de Florianópolis (o Palácio Cruz e Souza) e do material encontrado no mesmo (as louças); levantando problemáticas e aplicando metodologias particulares para este tipo de sítio e de cultura material.

O trabalho desenvolvido com as louças do Palácio do Governo permitiu afirmar que os grupos domésticos que habitaram esse sítio em fins do século XVIII e no século XIX, investiram nestes artefatos enquanto artigos domésticos, existindo uma preferência para itens caros, com decorações complexas e representativas, e que eram utilizados em ocasiões formais, comuns em uma Casa de Governo.

A escolha dos tipos de louças existentes no Palácio do Governo de Santa Catarina, no século XIX, se deu, principalmente, pelas faianças finas, decoradas com técnica do *transfer printed*, na cor azul. Existindo, contudo, exemplares em vermelho, verde, roxo e marrom; com cenas florais, exóticas, românticas, pastorais e clássicas. Uma amostra desse conjunto pode ser visualizada no catálogo de louças nos anexos da tese.

Algumas dessas louças formavam conjuntos de chá ou de jantar e as peças possuíam formas variadas, com recipientes que desempenhavam funções específicas nas refeições rituais. Pode-se afirmar, com base no material analisado, que as regras de etiqueta e os jantares servidos em cobertas eram do conhecimento dos grupos domésticos pesquisados, ao menos, as louças passaram essa informação.

Algumas peças chamaram atenção pela alta representatividade. Em destaque os fragmentos de *black basalt*, que informam austeridade, formalidade, poder e imponência, caracterizam-se por peças usadas nos chás patriarcais, comum entre a elite brasileira do século XIX. As

porcelanas e os *ironstone* também se incluem nessa categoria de artefatos simbolicamente importantes.

As faianças, que corresponde a 2 % da coleção, estão relacionadas, sobretudo, aos primeiros ocupantes do Palácio, de origem portuguesa, são artigos caros do período colonial e estavam presentes nas famílias mais importantes do país.

De modo geral, a coleção estudada condiz com a alta posição social dos moradores do Palácio. A análise realizada permitiu concluir que os "modos burgueses", amplamente difundidos no Brasil com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro e a abertura dos portos em 1808, foram internalizados por esses grupos domésticos. Os governadores e seus familiares, em constante contato com o Rio de Janeiro e com a Europa, era, possivelmente, os difusores desses comportamentos e práticas em Desterro. As louças atestam a realização de refeições extremamente formais, nas quais as regras de etiqueta eram rigidamente seguidas.

É importante lembrar que na década de 1850 se afirma em Desterro uma elite urbana, formada, sobretudo, por comerciantes, os quais adquirem poder aquisitivo em função do desenvolvimento do Porto. Esses comerciantes endinheirados passam a atuar politicamente, assumindo cargos na Assembleia Legislativa e na Câmara Municipal. Nesse contexto de emergências sociais, exibir regras de etiqueta e artigos de luxo era uma forma de diferenciar-se da população local, formada, principalmente, por trabalhadores livres pobres e escravos. O grupo emergente investe em móveis importados, louças caras e demais artigos/bens de luxo doméstico. Os inventários *post mortem* são fartos em exemplos de objetos existentes nas casas da elite política local. Percebem-se, pelos inventários, que a sala de visitas e a sala de jantar eram peças requintadas, na qual móveis caros e de qualidade eram colocados no seu interior.

Nesse contexto, os grupos domésticos que viveram no Palácio no século XIX, usavam as louças, entre outros elementos, como símbolos capazes de demostrar o quanto polido, público, moderno e civilizado eram e o quanto eram diferentes da camada urbana emergente, formada

pelos comerciantes em ascensão. Ou seja, as louças (assim com os móveis, imóveis e escravos) foram usadas para delimitar limites e estabelecer fronteiras sociais.

Deve-se destacar que esses adjetivos (polido, público, moderno e civilizado) fazem parte da imagem idealizada de "homem público" divulgado pelos jornais da capital catarinense no século XIX. A preocupação com as louças e com os móveis das salas de jantar e de visitas comprovam que ser um "homem público" era algo bastante valorizado por esta sociedade, visto que estes cômodos eram as áreas utilizadas nos momentos sociabilização.

Apesar de não terem sido feitas pesquisas nos inventários dos governadores de Santa Catarina e não ser possível realizar inferências sobre os móveis existentes no interior do Palácio no século XIX, os inventários pesquisados e o contexto histórico do período, permitem afirmar que os mesmos eram da mais alta qualidade. Além disso, tendo como base comparativa os artigos de louças existentes na coleção analisada, pode-se dizer que houve um investimento, por parte desse grupo social, em possuir bens que representavam riqueza, formalidade e demarcavam limites sociais, logo, os móveis deveriam seguir o mesmo critério de escolha que as louças, ou seja, serem caros, requintados, formais, bem elaborados e formando conjuntos.

Em contraposição às áreas públicas do Palácio, sala de jantar e de visitas (entre outras), encontram-se às áreas íntimo-privadas, relacionadas ao quintal da residência, onde o lixo doméstico era depositado e onde a cozinha e a área de serviço estavam localizadas.

Durante a escavação da lixeira, foram identificadas três estruturas arquitetônicas nos fundos da residência, as quais foram interpretadas como sendo a cozinha ou área de serviço do Palácio. Os três muros possuem técnicas construtivas diferenciadas, acredita-se que não faziam parte de uma única estrutura e não foram edificados ao mesmo tempo, porém, estavam relacionados às dependências do sobrado colonial.

A escavação realizada no quintal trouxe "à tona" a forma de relacionamento dessa sociedade com o seu lixo doméstico. A partir da análise da dispersão dos artefatos foi possível notar que

os mesmos foram depositados na área próxima do muro de arrimo (muro "c"), da cozinha e área de serviço e também, perto da residência.

Nos fundos do terreno, atrás do muro de arrimo, existia um elevado declive, que foi aterrado em 1976, a lixeira poderia ter sido jogada nesse declive, visto que estaria localizada numa área distante do olfato e do olhar dos moradores do Palácio, entretanto, a opção foi por jogar o lixo "ali mesmo", nem tão perto e nem tão longe da residência.

De fato, o odor e o aspecto de sujeira que esta prática representava era algo que não incomodava a sociedade oitocentista desterrense, visto a tolerância geral para como o lixo existente nos quintais, nas ruas e nas beiras das praias. Em Desterro, o hábito de jogar o lixo no quintal começa a ser extinto em 1910, quando as primeiras obras de saneamento foram realizadas. Acredita-se que no Palácio do Governo, nas duas últimas décadas do século XIX, o lixo deixou de ser jogado no quintal, provavelmente estimulado pelo governador Taunay (governou entre 1876 – 1877), que teve atuação política fortemente influenciada pelos ideais de desodorização e disciplinarização da população, os quais, na opinião de Tocchetto (2010), foram fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. As datas de término de ocupação fornecidas pelos gráficos de barras, ano de 1880, endossam essa constatação.

De acordo com o gráfico de barras, a época na qual o Palácio foi mais intensamente ocupado pode ser definida entre 1815 e 1880. Nesse período, diversos governadores passaram pela presidência da província (total de 52 governadores), alguns ficaram apenas alguns meses e outros mais do que o mandato padrão, ou seja, mais do que quatro anos. Essa inconstância política dificultou atribuir os artefatos arqueológicos recuperados à algum grupo doméstico em especial. As análises realizadas são feitas de modo abrangente e atribuídas aos grupos domésticos que viveram no Palácio no período especificado, sem relacionar nomes e personagens específicos.

O que se pode afirmar a partir da pesquisa realizada é que, no período de 1815 à 1880, Desterro estava se afirmando como um polo comercial do Estado (evidentemente que tímido se comparado com outros polos comerciais do Brasil, porém localmente importante), a cidade passava por uma série de transformações econômicas, sociais e culturais.

O Palácio do Governo inicialmente foi construído com a finalidade de afirmar a dominação lusa no Brasil Meridional e proteger a região de ataques estrangeiros. Foi utilizado como residência dos governadores da província em fins do século XVIII, XIX e princípio do século XX. Possuía, inicialmente, um aspecto austero e severo. As paredes eram grossas, semelhantes à uma Fortaleza e o formato retangular. Essa característica arquitetônica está relacionada à sua função inicial, defensiva-militar. Segundo Freire (2006), essas características foram comuns nos primeiros sobrados urbanos do Brasil.

Porém, o mesmo sofreu uma série de transformações no decorrer do tempo. O material arqueológico analisado nessa tese demonstra que os grupos sociais que o utilizaram como unidade doméstica e como unidade política, estavam inseridos num estilo de vida moderno, comercial, público e formalizado. A cultura material resgatada no Palácio representa, de forma particular, o modo como os grupos domésticos pesquisados se inseriram nesse cenário mundial de transformações sociais e culturais.

Percebe-se, a partir das louças, que existia uma preocupação em se destacar como personagens de grande influência política local, apresentando modos semelhantes aos utilizados na Corte e que respeitavam as regras de etiqueta do período. A partir das análises das louças é possível concluir que o "ideal burguês" amplamente difundido no Brasil no século XIX foi internalizado pela alta sociedade desterrense. Os grupos domésticos dos governadores utilizaram esses artefatos como símbolos para transmitir valores tidos como ideais e comportamentos europeizantes.

A tese apresentada visou contribuir com a construção de conhecimentos históricos sobre esses grupos políticos socialmente importantes para Florianópolis e para Santa Catarina, estimulando a preservação patrimonial e chamando atenção para o patrimônio arqueológico histórico local, que tem ficado, na maioria das vezes, à sobra de restauros e dos trabalhos de arqueologia preventiva.

GLOSSÁRIO

Azul borrão – padrão decorativo que se caracteriza por um tipo de estampado azul aplicado sobre o recipiente cerâmico, produz um efeito borrado na peça, fruto do deslizamento da tinta azul no esmalte. A produção dessa decoração conta com a utilização de produtos químicos como o óxido de cálcio e o cloreto de amônia. Foi introduzido na Inglaterra, entre 1835 e 1845, tornou-se extremamente popular na metade do século XIX. Apresenta cenas com influências chinesas e florais (Lima *et al.*., 1989).

Broseley – padrão decorativo que se tornou popular no século XIX e apresenta semelhanças com o padrão willow, porém, é destinado exclusivamente às louças do serviço de chá. Foi fabricada pelos estabelecimentos ceramistas ingleses e apresenta cenas com influências chinesas (Lima, 1999).

Caixa refratária – caracterizam-se por um utensílio utilizado no processo de produção das louças, tem por finalidade acondicionar as peças durante a queima dentro do forno, protegendo as cerâmicas das chamas diretas e das cinzas. Geralmente, é feita de espessura e granulometria grossa, a pasta é basicamente composta por chamote, um subproduto proveniente de materiais cerâmicos rejeitados da produção das louças (Souza, 2010).

Chicken foot – Caracteriza-se por um tipo de decoração no qual as louças são pintadas com uma faixa colorida sobre o relevo da borda, normalmente, a decoração se restringe à borda,

podendo haver exceções. O molde da borda apresenta sucessivas incisões curtas e perpendiculares, com o formato semelhante á "pés-de-galinha", sobre as quais são feitas faixas coloridas azul, verde, púrpura ou rosa. Foi produzido na Inglaterra por volta de 1780 (Majewski & O´Brien, 1987).

Cones pirométricos – Caracterizam-se por utensílios utilizados no processo de produção das louças, que tem por finalidade calibrar o calor dos fornos e indicar quando as louças estão cozidas. Os cones são usados frequentemente em jogos de três, são posicionados nos fundos dos fornos e/ou junto das cerâmicas. Quando a cerâmica atinge a maturidade desejada e o forno a temperatura esperada, os cones inclinando-se completamente, indicando que o processo foi terminado (Souza, 2010).

Creamware – Denominação atribuída à um tipo de esmalte encontrado nas faianças finas, possui um cor leitosa e esverdeada, adquirida pela aplicação de óxido de chumbo no processo de vitrificação da peça, foi criada por Josiah Wedgwood no século XVIII.

Decalque – Caracteriza-se por uma técnica decorativa no qual uma espécie de adesivo é aplicado sobre recipiente, normalmente são feitos na cor dourado, pode apresentar suaves relevos depois que a peça passa pelo processo de queima. Esta técnica substituiu o *transfer printed* em fins do século XIX (Majewski & O´Brien, 1987, Symanski, 1997a).

Dipped – Caracteriza-se por uma técnica decorativa, produzida com a aplicação de uma fina camada de argila colorida, na forma de faixas e frisos, ao redor da borda do recipiente cerâmico, criando relevo na peça. De forma geral, a datação deste tipo de decoração dá-se entre 1790 e início do século XX (Majewski & O´Brien, 1987).

Dot and plume edged - Caracteriza-se por um tipo de decoração no qual as louças são pintadas com uma faixa colorida sobre o relevo da borda, normalmente a decoração se restringe à borda, podendo haver exceções. O molde da borda apresenta sucessivas incisões curtas e perpendiculares, com formato de "pontos e plumas", sobre as quais são feitas as faixas coloridas azul, verde, púrpura ou rosa. Foi produzido na Inglaterra por volta de 1780 (Majewski & O´Brien, 1987).

Estêncil – Caracteriza-se por uma técnica decorativa na qual uma espécie de "adesivo" é aplicada ao recipiente, as partes vazadas do "adesivo" são pintadas com pincel, quando retirado o adesivo resta o desenho da parte vazada, que se constitui a decoração da peça. Esta técnica foi introduzida a partir de 1900 (Majewski & O´Brien, 1987; Symanski, 1997a).

Faiança – Termo utilizado para designar um tipo de cerâmica de baixa temperatura de cocção, em torno de 800º, possui uma pasta porosa, que recebe esmalte a base de chumbo opacificado pela adição de óxido de estanho e silicato de potássio. O esmalte cria uma capa branca sobre a pasta da cerâmica e a impermeabiliza. As faianças foram criadas primeiramente na Espanha no século XIV e difundidas por outros países europeus, como Portugal e Itália (Domingues, 2006; Najjar, 2007).

Faiança fina – Termo utilizado para designar as louças criadas na Inglaterra, no século XVII e XVIII, de preço mais acessível que as porcelanas chinesas e de melhor qualidade que as faianças. Caracteriza-se por uma cerâmica cuja a pasta é constituída de elementos como o sílex calcinado, caulim, argila, cal, ossos calcinados, feldspato e giz. O resultado é uma louça com a pasta impermeável, opaca, de textura granular e quebra irregular, coberta com um

esmalte constituído por substâncias minerais. Sua temperatura de queima oscila entre 600º e 1150º (Tocchetto *et al.*, 2001).

Faixas e frisos – Termo utilizado para designar um tipo de decoração de louças, que se caracteriza por uma única faixa pintada ao redor da borda, ou por uma série de faixas concêntricas ao redor do corpo do recipiente. As faixas podem ser feitas nas cores azul, verde e preto. Sua produção ocorreu entre fins do século XVIII e início do XIX (Majewski & O´Brien, 1987. Tocchetto *et al.*, 2001).

Feather edged - Caracteriza-se por um tipo de decoração no qual as louças são pintadas com uma faixa colorida sobre o relevo da borda, normalmente a decoração se restringe à borda, podendo haver exceções. O molde da borda apresenta sucessivas incisões curtas e perpendiculares com formato de "penas", sobre as quais são feitas faixas coloridas azuis, verde, púrpuras ou rosa. Foi produzido na Inglaterra por volta de 1780 (Majewski & O´Brien, 1987).

Fish-scale edged - Caracteriza-se por um tipo de decoração no qual as louças são pintadas com uma faixa colorida sobre o relevo da borda, normalmente a decoração se restringe à borda, podendo haver exceções. O molde da borda apresenta sucessivas incisões curtas e perpendiculares, com formato semelhante á "escamas de peixe", sobre as quais são feitas faixas coloridas azul, verde, púrpura ou rosa. Foi produzido na Inglaterra por volta de 1780 (Majewski & O´Brien, 1987).

Geométrico – Tipo decorativo aplicado em louças do tipo faiança fina (e outras) produzido na Inglaterra, em meados do século XIX, foi bastante utilizada por Wedgwood em bules,

canecos e jarros, nas cores verde e marrom (Lima *et al.*, 1989). Caracteriza-se pela presença de desenhos geométricos como quadrados e linhas verticais.

Ironstone – termo utilizado para se referir a um tipo de louça com dureza maior que a faiança fina e menor que porcelana, essa dureza é causada pela adição de "china stone" na pasta. As primeiras cerâmicas deste tipo datam do século XIX e foram criadas na Inglaterra, possuem característica que as tornam semelhantes às porcelanas, a principal diferença entre elas é que as *ironstones* não são translúcidas, são mais espessas e absorventes (Majewski & O´Brien, 1987).

Pearlware - Denominação atribuída á um tipo de esmalte, encontrado nas faianças finas, possui um cor azulada, adquirida pela aplicação de óxido de cobalto no processo de vitrificação da cerâmica, foi criada por Josiah Wedgwood, no século XVIII.

Porcelana – Caracteriza-se por um tipo de cerâmica na qual a pasta é constituída de caulim, feldspato e quartzo, cozida à altas temperaturas, em torno dos 1400º. Possui um aspecto branco, vitrificado, sonoro, estrutura sólida e translúcida. Foi originalmente criada na China (Domingues, 2006; Matos, 1996 e Brancante, 1981).

Peasant – Caracteriza-se por um estilo de decoração de louças, no qual flores estilizadas são pintadas, com largas pinceladas, sobre os recipientes cerâmicos, a decoração cobre quase toda a superfície da peça, sua produção ocorreu entre 1810 á 1860. Normalmente são aplicados em louças do tipo faiança fina (Majewski & O´Brien, 1987; Tocchetto *et al.*, 2001).

Shell edged - Caracteriza-se por um tipo de decoração, no qual as louças são pintadas com uma faixa colorida sobre o relevo da borda, normalmente a decoração se restringe à borda, podendo haver exceções. O molde da borda apresenta sucessivas incisões curtas e perpendiculares com formato semelhante às "conchas", sobre as quais são feitas faixas coloridas azul, verde, púrpura ou rosa. Foi produzido na Inglaterra por volta de 1780 (Majewski & O´Brien, 1987).

Spatter – Caracteriza-se por um técnica decorativa, produzida com o salpicamento da tinta do pincel sobre a superfície do recipiente cerâmico, é produzido batendo o pincel com tinta na peça. Normalmente, é aplicado na borda, no centro ou em toda a superfície. Algumas vezes, são criados desenhos com estêncil e spatter juntos (Majewski & O´Brien, 1987).

Sponge, esponjado ou carimbado– Caracteriza-se por um técnica decorativa no qual esponjas cheias de tintas são impressas contra a superfície do recipiente, resultando em decorações com formas não definidas ou em desenhos semelhantes aos da esponja/carimbo, como estrelas, flores e águias. Foram produzida entre 1840 e 1935 (Majewski & O´Brien, 1987).

Sprig – Caracteriza-se por um estilo de decoração, no qual flores são pintadas, com finas pinceladas, sobre os recipientes cerâmicos, parecendo raminhos, distribuídos sobre o fundo claro da peça. Diferente do estilo peasant, o estilo sprig apresenta várias partes do recipiente não decorado (Majewski & O´Brien, 1987; Tocchetto *et al.*, 2001).

Transfer printed – Termo utilizado para referir-se à uma técnica decorativa aplicada, principalmente, nas louças do tipo faiança fina. Caracteriza-se pelo processo de impressão por

transferência, no qual o desenho é gravado em uma placa de metal, coberto com tina e papel-seda umedecido, após uma prensagem normal, o desenho estampado no papel-seda é transferido à peça cerâmica, que já havia sofrido a primeira queima. A peça é colocada na água para descolamento do papel-seda e, por fim, mergulhada em uma solução, para a obtenção do esmalte, retornando ao forno a fim de ser queimada novamente. Esse processo foi criado por Wedgwood em 1750 (Tocchetto *et al.*, 2001).

Trempe – Utensílio utilizado no processo de produção das louças, apresenta três braços ou pés que terminam em pontas finas, utilizado com a finalidade de que as peças vidradas possam ser empilhadas dentro dos fornos, nesse processo, as peças não se encostam e não sofrem defeitos durante a cozedura (Domingues, 2006; Souza, 2010).

Whiteware – Denominação atribuída à um tipo de esmalte encontrado nas faianças finas, possui cor branca, foi criada por Josiah Wedgwood no século XIX, mantem-se popular até os dias atuais.

Willow – Padrão decorativo aplicado, principalmente, nas louças do tipo faiança fina, constituído de cenas com inspiração chinesa: paisagens rústicas, templos, salgueiros, rios, pontes e pombos. Começou a ser aplicado nas louças inglesas entre 1760 e 1785, sendo a técnica do *transfer printed* a mais utilizada para se obter essa decoração. Tornou-se mais popular nas primeiras década dos século XIX. É conhecida também com "louça dos pombinhos", porque ilustra a lenda de um casal apaixonado, que se transforma em pombos, em virtude do amor proibido. Esse padrão foi originalmente criado entre os chineses e posteriormente, copiados pelos ingleses (Lima *et al.*, 1989; Domingues, 2006).

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J. (1993). Ainda sobre a conciliação das arqueologias. *O Arqueólogo Português,* **4**:211-221.

ALARCÃO, J. (1996). Para uma conciliação das arqueologias. Afrontamento. Porto.

ALARCÃO, J. (1999). On archaeological interpretation. *Journal of Iberian Archaeology.* **1**:7-13.

ALENCASTRO, L. F. (1997). História da vida privada e ordem privada no Império. Em: ALENCASTRO, L. F. (ed.). *História da vida privada no Brasil*. Volume 2. Cia das Letras. São Paulo. 12-93.

ALLISON, P. M. (1998). The household in historical archaeology. *Australasian historical archaeology*. **16**:16-29.

ALLISON, P. M. (1999). Introduction. Em: ALLISON, P. M. The archaeology of household activities. Routledge. London e New York. 1-18.

ALVES, M. C. (2003). Farinheiros e pescadores do interior da ilha de São Francisco do Sul, SC. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP. São Paulo. 134pp.

AMARAL, M. M. V.; MENDES, B. R.; REIS, L. B. (2011). Pesquisa Arqueológica na Antiga Casa de Câmara e Cadeia de Florianópolis. Em: *Caderno de Resumos II Semana de Arqueologia dos alunos de Pós-Graduação do MAE/USP*. São Paulo, 30 de Maio a 3 de Junho de 2011. MAE/USP. p. 42.

ARAÚJO, M. L. V. (2004). Os interiores domésticos após a expansão da economia exportadora paulista. *Anais do Museu Paulista*. **12**:129-160.

ARAÚJO, A. G. e CARVALHO, M. R. R. (1993). A louça inglesa no século XIX: considerações sobre a terminologia e metodologia utilizadas no sítio Florêncio de Abreu, São Paulo. *Revista do MAE*. **3**:81-95.

BARILE, K. S. e BRANDON, J. C. (2004). Introduction: household chores; or, the chore of defining household. Em: BARILE, K. S. e BRANDON, J. C. (eds). *Household chores and household choices. Theorizing the domestic sphere in historical archaeology*. University of Alabama. Alabama. 1-14.

BARRETO, C. (2000). A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia do Brasil. *Revista da USP*. **44**:32-51.

BASTOS, R. L. (2007). Arqueologia histórica ou história da libertação. Em: BASTOS, R. L e SOARES, F. C. (eds). *A Arqueologia na Ótica Institucional: IPHAN, Contrato e Sociedade*. Habilis. Erechim. 41-50.

BASTOS, R. L. e TEIXEIRA, A. (2007). A arqueologia de Florianópolis. Em: BASTOS, R. L e SOARES, F. C. (eds). *A Arqueologia na Ótica Institucional: IPHAN, Contrato e Sociedade*. Habilis. Erechim. 63-70.

BEAUDRY, M. C. (1984). Archaeology and the historical household. *Ran in the northeast*. **28**:27-38.

BEAUDRY, M. C. (2006). Findings the material culture of needlework and sewing. Yale University Press. London.

BETTANIN, E. (2008). Os fatores de desgaste dos sítios arqueológicos pré-coloniais da Ilha de Santa Catarina e a gestão patrimonial. Monografia de conclusão de curso. Curso de licenciatura e bacharelado em História. UFSC. Florianópolis. 324pp.

BLACKER, J, F. (1912). Nineteenth-century english ceramic art. Acessado em 04 de Novembro de 2010 em: http://www.archive.org/stream/nineteenthcentur00blacuoft/nineteenthcentur00blacuoft_djvu.txt.

BLANTON, R. E. (1993). Houses and Households: a comparative study. Plenum Press. New York.

BRANCANTE, E. F. (1981). O Brasil e a cerâmica antiga. Lithographica Ypiranga. São Paulo.

BRANCHELLI, F. A. (2003). O potencial do uso de inventários na pesquisa arqueológica urbana. *Revista do CEPA*. **27**:7-17.

BRANCHER, A. (2001). A classe letrada em Desterro: entre história e a literatura. Em: BRANCHER, A. e AREND, S. M. F. (eds.). *História de Santa Catarina no Século XIX*. Florianópolis. 269-296.

BRAUDEL, F. (1997). O supérfluo e o costumeiro: alimentos e bebidas. Em: BRAUDEL, F. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII*. Martins Fontes. São Paulo. 161-301.

BRUHNS, K. (2010). Museu histórico de Santa Catarina: Discurso, Patrimônio e Poder (1970 – 1990). Tese de Doutorado em História Social. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFSC. Florianópolis. 169pp.

CABRAL, O. R. (1979). Nossa Senhora do Desterro. Memória. Lunardelli. Florianópolis

CABRAL, O. R. (2004a). A história política em Santa Catarina durante o Império. Em: POYARES, S. R. (ed). *A História Política em Santa Catarina durante o Império*. **v.1**. UFSC, Florianópolis.

CABRAL, O. R. (2004b). A história política em Santa Catarina durante o Império. Em: POYARES, S. R. (ed). *A História Política em Santa Catarina durante o Império*. **v.2**. UFSC, Florianópolis.

CABRAL, O. R. (2004c). A história política em Santa Catarina durante o Império. Em: POYARES, S. R. (ed). *A História Política em Santa Catarina durante o Império*. **v.3.** UFSC, Florianópolis.

CABRAL, O. R. (2004d). A história política em Santa Catarina durante o Império. Em: POYARES, S. R. (ed). *A História Política em Santa Catarina durante o Império*. **v.4**. UFSC, Florianópolis.

CALADO, R. S. (2005). Faiança portuguesa, roteiro museu nacional de arte antiga. Instituto Português de Museus. Lisboa.

CALDARELI, S. B. (2003). A arqueologia do Vale do Paraíba. DERSA. São Paulo.

CARLE, C. (1999). Legislação, patrimônio e restauração: problemas para uma reflexão. *Revista do Cepa.* **23**:277-285.

CARVALHO, F. (2008). Porcelana Brasil: guia de marcas. All Print Editora. São Paulo.

CARVALHO, M. R. R. (2003). Pratos, xícaras e tigelas; um estudo de arqueologia histórica em São Paulo, séculos XVIIII e XIX: os sítios Solar da Marquesa, Beco do Pinto e Casa nº1. *Revista do MAE.* **13**:75-99.

CHEREM, R. M. (2004). Do sonho ao despertar: expectativas sociais e paixões políticas no início republicano na capital de Santa Catarina. In: BRANCHER, A. e AREND, S. M. F. (eds.). *História de Santa Catarina no Século XIX.* UFSC. Florianópolis. 297-344.

COMERLATO, F. (1998). Análise espacial das armações catarinenses e suas estruturas remanescentes: um estudo através da arqueologia histórica. Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. PUCRS. Porto Alegre. 309pp.

COMERLATO, F. (2002). Retrospectiva da arqueologia histórica em Santa Catarina. *Anais do IV Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos.* [CD-ROM].PUCRS. Porto Alegre.

CORADINI, L. (1995). Praça XV: espaço e sociabilidade. Fundação Franklin Cascaes, Letras Contemporâneas. Florianópolis.

CORBAIN, A. (1987). Saberes e odores. O olfato e o imaginário social nos século dezoito e dezenove. Companhia das Letras. São Paulo.

CORRÊA, C. H. P. (1990). Militares e civis num governo sem rumo. O governo provisório revolucionário no sul do Brasil. 1893-1894. UFSC, Lunardelli. Florianópolis.

CORRÊA, C. H. P. (2005). História de Florianópolis ilustrada. Insular. Florianópolis.

CRUZ, O. (1990). A Ilha de Santa Catarina e o continente próximo. Um estudo de geomorfologia costeira. UFSC. Florianópolis.

CUSHION, J. P. (1976). Pottery & porcelain tablewares. William Morrow & Company. New York.

DALLABRIDA, N. (2004). O colégio jesuítico da vila do Desterro e a expansão portuguesa no Atlântico Sul. Em: BRANCHER, A. e AREND, S. M. F. (eds.). *História de Santa Catarina: Séculos XVI a XIX*. UFSC. Florianópolis. 133-148.

DEAGAN, K. (1987). Artifacts of the spanish colonies of Florida and the Caribbean, 1500-1800. Smithsonian Instituition. Washington.

DEETZ, J. F. (1988). Material culture and worldview in colonial anglo-America. Em: LEONE, M. P. e POTTER, P. B. (eds.). *The recovery of meaning: Historical Archaeology in the Eastern United States*. Smithsonian Institution Press. Washington. 219-233.

DOMINGUES, C. (2006). Dicionário de Cerâmica. Caleidoscópio. Lisboa.

DOUGLAS, M. e ISHERWOOD, B. (2006). O mundo dos bens. Para uma antropologia do consume. UFRJ. Rio de Janeiro.

ETCHEVARNE, C. (2006). Aspectos da cerâmica colonial do século XVII, em Salvador, Bahia. *Clio*. **20**:53-79.

ETCHEVARNE, C. (2007). A faiança portuguesa do século XVII na Bahia. *Património Estudos*. **1:**118-123.

FALCÃO, L. F. (2004). Dos corretos enganos e de outros desacertos: a presença portuguesa no sul da América. In: BRANCHER, A. e AREND, S. M. F. (eds.). *História de Santa Catarina: Séculos XVI a XIX*. UFSC. Florianópolis. 175-188.

FLORES, M. B. R. (2000). Povoadores da fronteira: os casais açorianos rumo ao sul do Brasil. UFSC. Florianópolis.

FONTANA, B. L. (1978). On the meaning of historic sites archaeology. Em: SCHUYLER, R. L. (eds.). *Historical archaeology: a guide to substantive and theoretical constributions*. New York. Baywood Publishing Campany. 23-26.

FOSSARI, T. D. (1992). A pesquisa Arqueológica no sítio histórico São José da Ponta Grossa. 1987/1988. *Anais do Museu de Antropologia*. **19**:5-103.

FREIRE, G. (2006). Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 16 edição. Global. São Paulo.

FUNARI, P. P. (2002). A arqueologia histórica em uma perspectiva mundial. Em: SENATORES, M. X. e ZARANKIN, A. (eds). *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul*. Ediciones del Tridente. Buenos Aires. 107-116.

FUNARI, P. P. (2004). Conflito e interpretación en Palamares. Em: FUNARI, P. P. e ZARANKIN, A. (eds). *Arqueología histórica en América del Sur: los desafios del siglo XXI*. Uniandes. Bogotá. 11-30.

GARCÍA, P. F. (1990). Evidencias arqueológicas de la importacion de cerâmica en Mexico, com bases em los materiales del ex-convento de San Jeronimo. Instituto Nacional de Antropología e Historia. Córdoba.

GIBB, J. G. (1996). The archaeology of wealth. Consumer behavior in English America. Plenum Press. New York.

GOMES, M. (1979). Do palácio rosado ao palácio Cruz e Souza. (Quando, como, por quê). IOESC. Florianópolis.

GOULARTI FILHO, A. (2007). Formação econômica de Santa Catarina. 2ª edição. UFSC. Florianópolis.

HARO, M. A. P. (1996) (eds.). Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. UFSC. Lunardelli. Florianópolis.

HENDON, A. A. (1996). Archaeology aproches to the organization os domestic labor: household pratice and domestic relations. *Annual Reviews anthropologie.* **25:** 45-61.

HODDER, I. (1987). La Arqueologia en la Era Post- Moderna. *Trabajos de PreHistoria,* **44**:11-26.

HODDER, I. (1994). Interpretación em arqueología. Corrientes actuales. 2.ed. Crítica. Barcelona.

HSU, D. P. e HANSON, L. (1971). Nineteenth century trannfer printed earthenwares from Rome, New York. [CD-ROM]. *Historical Archaeology.* **5**:74-91.

HÜBENER, L. M. (1981). O comércio da cidade do Desterro no século XIX. UFSC. Florianópolis.

HUME, I. N. (1991). A guide to artifact of colonial America. Vintage Books. New York.

JACOBUS, A. L. (1998). As pesquisas em arqueologia histórica na Bacia do Prata. *Revista do Cepa*. **22**:33-62.

KERN, A. A. (2002). Patrimônio arqueológico, sítios históricos e o direito à memória. *Revista do Cepa*. **26**:21-26.

KNEIP, A. & FARIAS, D. E. E. (2010). Panorama arqueológicos de Santa Catarina. Unisul. Palhoça.

KOVEL, R. e KOVEL, T. (1985). KOVEL´S new dictionary of marks. Crown Publish. New York.

LABORATÓRIO de arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (2011). A faiança. Acessado em 13 de Janeiro de 2011, em: http://www.brasilarqueologico.com.br/faianca.php.

LEMOS, C. (1996). A história da casa brasileira. Contexto. São Paulo.

LIMA, T. A. (1993). Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). *Anais do Museu Paulista*. **1**:225-262.

LIMA, T. A. (1995a). A arqueologia histórica na encruzilhada: processualismo + ou X pós-processualismo?. *Anais da VIII Reunião Científica da PUCRS.* EDIPUCRS, Porto Alegre. 227-230.

LIMA, T. A. (1995b). Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista*. **3**: 129-191.

LIMA, T. A. (1996). Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, no século XIX. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. 44-96.

LIMA, T. A. (1997). Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. *Anais do Museu Paulista*. **5**:93-127.

LIMA, T. A. (1999). El huevo de la serpiente: uma arqueologia del capitalismo embrionário em el Río de Janeiro del siglo XIX. Em: ZARANKIN, A. e ACUTO, F. (eds) *Sed Non Satiata: Teoria Social em la Arqueología Latinoamericana Contemporánea.* Ediciones del Tridente. Buenos Aires. 189-238.

LIMA, T. A. (2002a). O papel da arqueologia histórica no Mundo Globalizado. Em: SENATORE, M. X. e ZARANKIN, A. (eds). *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul*. Ediciones del Tridente. Buenos Aires. 117-127.

LIMA, T. A. (2002b). Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites. *Estudos Ibero-Americanos*. **2**:7-23.

LIMA, T. A. (no prelo). The dark side of toys in 19th century Rio de Janeiro. *Historical Archaeology.* No prelo.

LIMA, T. A.; FONSECA, M. P. R.; SAMPAIO, A. C. O.; FENZL-NEPOMUCENO, A.; MARTINS, A. H. D. (1989). A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro. *Dédalo*. **1:**205-230.

LIMA, T. A. e BRUNO, M. C. (1993). Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, século XIX: Fazenda São Fernando, Vassouras, RJ. Exploração arqueológica e museológica. *Anais do Museu Paulista*. **1**:179-206.

LIMA, T. A.; MARTINS, A. H. D.; FENZL-NEPOMUCENO, A.; SAMPAIO, A. C. O.; FONSECA, M. P. R. (1989). A aplicação da fórmula South a sítios históricos do século XIX. *Dédalo*. **27**:83-97.

LIMA, T. A. e SILVA, R. C. P. (2002). O conceito de sítio arqueológico histórico e suas implicações legais. *Revista do Cepa*. **26**:12-20.

LIMA, T. A. e SILVA, M. N. (2003). Alquimia, Ocultimo, Maçonaria: o ouro e o simbolismo hermético dos candinhos (séculos XVIII e XIX). *Anais do Museu Paulista*. **8/9**:9-54.

LISTA DE GOVERNADORES de Santa Catarina. Acessado em 16 de Junho de 2011. Em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_governadores_de_Santa_Catarina.

LUCAS, M. T. (1994). A la russe, à la pell-mell, or à la practical: ideology and compromisos at the late niniteenth-century dinner table. *Historical Archaeology*. **28**: 80-93.

LUCAS, G. (1995). Interpretation in contemporary archaeology: some philosophical issues. Em: HODER, I.; SHANKS, M.; ALEXANDRI, A.; BUCHLI, V.; CARMAN, J.; LAST, J.; LUCAS, G. (eds). *Interpreting Archaeology: Finding Meaning in the Past*. Routledge, London. 37-44.

LUZ, A. L. (2000). Santa Catarina, quarto século de história XVI ao XIX. Insular. Florianópolis.

MACHADO, C. (2001). Biografia de catarinenses notáveis. Insular. Florianópolis.

MACHADO, V. (2001). Honra e conduta: em busca da construção de um modelo burguês de masculinidade em Desterro (1850 – 1894). Em: BRANCHER, A. e AREND, S M. F. (eds). *História de Santa Catarina no século XIX.* UFSC. Florianópolis. 85-104.

MARINO, M. (2006). Caracterização morfossedimentar da plataforma continental interna da enseada dos ingleses – SC como apoio à arqueologia subaquática. Dissertação de Mestrado em geografia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFSC. Florianópolis. 108pp.

MATOS, M. A. P. (1996). A casa das porcelanas. Cerâmica chinesa da Casa – Museu Dr. Anastácio Gonçalves. Instituto Português de Museu. Lisboa.

MENESES, U. B. (1998). Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais nos Espaços Públicos. *Revista de Estudos Históricos*. **22**:89-103.

MILLER, G. (1980). Classification and economic scaling of 19 th century ceramics. *Historical Archaeology*, **14**. Acessado em 22 de Abril de 2010 em: http://www.sha.org/publications/onlinepubs_html/pubDetails.cfm?fileName=14-1-01.pdf.

MROZOWSKI, S. A. (1984). Prospects and pesrpectives on na archaeology of the household. *Man in the northeast.* **27**:31-49.

MUSEU NACIONAL DA FLÓRIDA. Colección Digital de tipos cerâmicos de la arqueologia historica. Acessado em 22 de Abril de 2010 em: www.flmnh.ufl.edu/histarch.

NAJJAR, R. (2005). Manual de arqueologia histórica. IPHAN. Brasília.

NAJJAR, R. (2007). Catálogo de cerâmicas do IPHAN. 2007. Acessado em 13 de Janeiro de 2011, no web site do IPHAN: www.portal.iphan.gov.br/catalogo_iphan/catalogo.htm

NOELLI, F. S.; VIANA, A.; MOURA, M. L. (2009). Praia dos Ingleses I: Arqueologia subaquática na Ilha de Santa Catarina, Brasil (2004/2005/2009). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. **19**:179-203.

O´BRIEN, M. e MAJEWSKI, T. (1987). The use and misuse of nineteenth-century english and american ceramics in archaeology analysis. *Advances in archaeological method and theory.* **11**:97-209.

OLIVEIRA, A. T. (2005). Um estudo em arqueologia urbana: a carta de potencial arqueológico do centro histórico de Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em História Ibero-Americana. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. PUCRS. Porto Alegre. 242pp.

OLIVEIRA, A. T. D.; TOCCHETTO, F. B.; BARROSO, V. L. M.; COMPANY, Z. T. (2009). A arqueologia vai ao Hospital. Pesquisa Arqueológica para implantação do Centro Histórico-Cultural Santa Casa. FAPA, ISCMPA. Porto Alegre.

OLIVEIRA, H. L. P. (2004). Assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro. Em: BRANCHER, A. e AREND, S M. F. (eds). *História de Santa Catarina no século XIX.* UFSC. Florianópolis. 205-230.

OLIVEIRA, L. D. e SYMANSKI, L. C. (1999). Arqueologia Histórica no sul do Brasil: um breve panorama. *Revista do CEPA*. **23**:259-267.

ORSER Jr., C. E. (2000). Introducción a la Arqueología Histórica. Asociación Amigos del Instituto Nacional de Antropología/ Ediciones del Tridente. Buenos Aires.

PEDRO, J. M. (1992). Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe. Papéis sociais femininos na sociedade de Desterro/Florianópolis – 1880/1920. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP. São Paulo. 246pp.

PEDRO, J. M. (1995). Nas tramas entre o público e o privado. A imprensa de Desterro no século XIX. UFSC. Florianópolis.

PEREIRA, N. V. (1997a). Memorial Histórico da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos. v.1 Ministério da Cultura. Florianópolis.

PEREIRA, N. V. (1997b). Memorial Histórico da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos. v.2 Ministério da Cultura. Florianópolis.

PESAVENTO, S. J. (2003). História & História Cultura. Autentica. Belo Horizonte.

PESEZ, J. (1993). História da cultura material. Em: LE GOFF, J. *A história Nova.* Martins Fontes. São Paulo. 177-213.

PEIXOTO, L. S. (2004). Catálogo de faiança fina da residência Conselheiro Maciel. Monografia de Especialização em Memória, Identidade e Cultura Material. Instituto de Ciências Humanas. UFPEL. Pelotas.

PEIXOTO, L. S. (2009). Louças e modos de vida urbano na Pelotas oitocentista. Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural. Instituto de Ciências Humanas. UFPEL. Pelotas. 164pp.

PROJETO Fortalezas Mutimídea (1995). [CD-ROM]. UFSC. Florianópolis.

PROJETO de arqueologia subaquática do ingleses. Acessado em 24 de Junho de 2011, em: http://ongpas.com.

PROJETO de Resgate Barra Sul. Acessado em 10 de Agosto de 2011, em http://projetobarrasul.org.br/.

RAMOS, A. (1986). Memoria do saneamento desterrense. CASAN. Florianópolis.

REDE, M. (1996). História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista*. **4**:265-282.

REIS, S. R. (2008). A casa da Câmara e Cadeia da antiga Vila de Nossa Senhora do Desterro. Papa-Livro. Florianópolis.

REIS FILHO, N. G. (1983). Quadro da arquitetura no Brasil.Perspectiva. São Paulo.

RENFREW, C. (1994). Towards a cognitive archaeology. Em: RENFREW, C. e ZUBROW, E. B. W. (eds). *The Ancient Mind: elementes of cognitive archaeology*. Cambridge University Press, Cambridge. 3-12.

ROHR, J. A. e ANDREATA, M. (1969). O Sítio Arqueológico da Armação do Sul. *Pesquisas, Antropologia*. **20**:135-138.

SAES, D. (1985). A formação do Estado burguês no Brasil (1888 – 1891). Paz e Terra, Rio de Janeiro.

SALVADOR, A. S. (2011). Patrimônio Cultural Subaquático: um mergulho na sua percepção pela comunidade dos Ingleses, Florianópolis, SC. Monografia de conclusão de curso. Curso de licenciatura e bacharelado em História. UFSC. Florianópolis. 84pp.

SAMFORD, P. (1997). Response to a market: dating English underglaze transfer-printed wares. [CD-ROM]. *Historical Archaeology*. **31**:1-30.

SANTOS, P. (2005). Contentores de bebidas alcólicas: usos e significados na Porto Alegre Oitocentista. Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. PUCRS, Porto Alegre. 242pp.

SANTOLIN, R. F. (2009). O piano em Desterro no século XIX. Monografia do Bacharelado em Música. Centro de Artes. UDESC, Florianópolis. 75pp.

SCHÁVELZON, D. (2001). Catálogo de cerâmicas históricas de Buenos Aires (siglos XVI – XIX) com notas sobre la región del Río de La Prata. [CD-ROM] Fundacion para la investigacion del arte argentino, Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires.

SCHMITIZ, P. I., MASI, M. A. N., VERARDI, I., LAVINA, R., JACOBUS, A. L. (1992). Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr, S. J. O sítio arqueológico da Armação do Sul. *Pesquisas.* **48**:1-215.

SHANKS, M., e HODDER, I. (1995). Processual, Postprocessual and Interpretive Archaeologies. Em: HODDER, I. (ed). Interpreting Archaeology: finding meaning in the past. Routledge, London. 3-18.

SIEBERT, I. (2004). Crônica jornalística, sociabilidade e vida familiar na Desterro de meados do século XIX. Em: BRANCHER, A. e AREND, S. M. F. (eds). *História de Santa Catarina no Século XIX.* UFSC. Florianópolis. 231-268.

SILVA, O. P. (2002). Levantamento do patrimônio histórico, cultural e arqueológico do entorno da Lagoa do Peri. Em: LOUREIRO, A. (eds.). *Revista de Arqueologia do IPHAN*. IPHAN. Florianópolis. 19-32.

SILVA, O. P. (2007). Arqueologia dos engenhos da Ilha de Santa Catarina. Habilis. Erechim.

SOARES, I. V. P. (2007). Proteção jurídica do patrimônio arqueológico no Brasil: fundamentos para efetividade da tutela em face de obras e atividades impactantes. Habilis. Erechim.

SOARES, F. C. (2008). O registro de sítios arqueológicos: IPHAN, legislação e preservação patrimonial. Monografia em Arqueologia. Pós-Graduação em Ciências Humanas. URI. Erechim. 78pp.

SOARES, F. C.; BASTOS, R. L.; COIMBRA, F. e OSTERBEEK, L. (2010). A arqueologia histórica em Florianópolis e a preservação patrimonial: Legislação, conceitos e sítios arqueológicos. [CD-ROM]. Em: *Anais do IV Seminário Internacional em Memória e Patrimônio: Memória, Patrimônio e Tradição*. Pelotas, 22 a 24 de Setembro de 2010. Organização: Francisca Ferreira Michelan, Maria Letícia Mazzurchi Ferreira, UFPEL.

SOUZA, R. A. (2010). Louça branca para a paulicéia: arqueologia histórica na fábrica de louças Santa Catharina / IRFM – São Paulo e a produção da faiança fina nacional (1913-1937). Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP. São Paulo. 479pp.

SPENCER-WOOD, S. M. (1999). The world their household: changing meanings of the domestic sphere in the nineteenth century. Em: ALLISON, P. M. *The archaeology of household activities.* Routled. London. 162-189.

STONE, G. W.; NEIMAN, F. D.; MILLER, H. M.; LONG, J.; BEAUDRY, M. C. (1983). A vessel typology for early chesapeake ceramics: the potomac typology system. [CD-ROM]. *Historical Archaeology.* **17**:18-42.

STEWART-ABERNATHY, L. C. (2004). Separate kitchens and intimate archaeology. Constructing urban slavery on the antebellum cotton frontier in Washington, Arkansas. Em: BARILE, K. S. e BRANDON, J. C. (eds). Household chores and household choices. Theorizing the domestic sphere in historical archaeology. University of Alabama. Alabama. 51-74

SYMANSKI, L. C. P. (1996). A louça na pesquisa arqueológica: análises e interpretações processuais e pós-processuais. *Revista do CEPA*. **20**:59-76.

SYMANSKI, L. C. P. (1997a). Grupos domésticos e comportamento de consumo em Porto Alegre no século XIX: o Solar Lopo Gonçalves. Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. PUCRS. Porto Alegre. 212pp.

SYMANSKI, L. C. P. (1997b). Grupos Domésticos, Comportamento de Consumo e louças: o caso do Solar Lopo Gonçalves. [Versão eletrônica]. Revista de História Regional. **2 (2):** 81-119. Acessado em: 22 de Abril de 2010, em: http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path%5B%5D=70&path%5B%5D=39

SYMANSKI, L. C. P. (2002). Louças e auto-expressão em regiões centrais, adjacentes e periféricas do Brasil. Em: ZARANKI, A. e SENATORE, M. X. (eds). *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: Cultura Material, Discursos e Praticas*. Ediciones del Tridente. Buenos Aires. 31-62

SYMANSKI, L. C. P. (2003). Arqueologia de contrato em meio urbano no Brasil: algumas reflexões. *Habitus*. **1**:141-146.

SYMANSKI, L. C. P. (2008a). Alocronismo y cultura material: Discursos de dominación y la utilización de bienes materiales em la sociedad brasilera del siglo XIX. Em: COUTO, F. e ZARANKIN, A. (eds.) *Sed non satiatta II. Acercamientos sociales em la arqueología latinoamericana*. Ediciones del Tridente. Buenos Aires. 255-275.

SYMANSKI, L. C. P. (2008b). Práticas econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX: um olhar sobre a cultura material de grupos domésticos sertanejos. [Versão eletrônica]. *Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira.* **21(2):**73-96. Acessado em 22 de Abril de 2010, em: http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ra/index.

SYMANSKI, L. C. P. e OSORIO, S. R. (1996). Artefatos reciclados em sítios arqueológicos de Porto Alegre. *Revista de Arqueologia*. **9**:43-54

THE POTTERIES. Avessado em 04 de Novembro de 2010, em: http://www.thepotteries.org/mark.

THIESSEN, B. V. (1999). As paisagens da cidade: arqueologia da área central da Porto Alegre do século XIX. Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. PUCRS. Porto Alegre. 330pp.

THIESEN, B. V. (2002). Sítio arqueológico histórico: porque retomar a discussão. *Revista do Cepa.* **26**: p. 27-31.

THIESEN, B. V. e TOCCHETTO, F. B. (1999). Definição de sítio arqueológico histórico: reflexões para um debate. *Revista do Cepa*. **23**:268-276.

THIESEN, B. V. & TOCCHETTO, F. B. (2002). Critérios de definição de sítio arqueológico histórico: comentários. *Revista do Cepa*. **26**:32-33.

TOCCHETTO, F. B. (2010). Sobre práticas cotidianas na Porto Alegre moderna oitocentista. Oikos. São Leopoldo.

TOCCHETTO, F. B.; SYMANSKI, L. C. P.; OZÓRIO, S. R., OLIVEIRA, A. T. D. (2001). A Faiança Fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade. Secretaria Municipal de Cultura. Porto Alegre.

TOCCHETTO, F. B. e MEDEIROS, J. G. T. (2009). A louça em lixeiras urbanas: reflexões sobre atributos, datações e consumo em Porto Alegre. *Revista de Arqueologia SAB*. **22:**125-134.

VEIGA, E. V. (2008). Florianópolis. Memória Urbana. Fundação Franklin Cascaes. Florianópolis.

VIANA, A.; CORREA, N. S.; MOURA, M. L. (2004) Projeto Arqueologia Subaquatica: o patrimônio cultural marinho do Estado de Santa catarina. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia.* **14**: 387-391.

WAGNER, A. P. (2004). Uma vida em comum: africanos libertos e seus arranjos familiares em Desterro (1800 – 1819). Em: BRANCHER, A. e AREND, S. M. F. *História de Santa Catarina: Séculos XVI a XIX.* UFSC. Florianópolis. 149-176.

WILK, R. R. e RATHJE, W. J. (1982). Household archaeology. *American behavioral scientist*. **25**: 617-640.

WIKMEDIA. Acessado em 17 de Junho de 2011, em: http://commons.wikimedia.org/wiki/Main_Page.

WOLFF, C. S. (1994). Historiografia catarinense. *Revista Catarinense de História.* **2**: 5-15.

WORTHY, L. H. (1982). Classification and Interpretation of late-nineteenth-and-early-twentieth-century ceramics. Em: DIECKENS Jr, R. S. (ed.). *Archaeology of Urban America. The search for pattern and process*. Academic Press. Georgia. 329-360.

ZANETTINI, P. E. (1986). Pequeno roteiro para classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos. *Revista do CEPA*. **15**:117-130.

ZARANKIN, A. (2004). Hacia uma arqueologia histórica latino-americana. Em: FUNARI,P.P. e ZARANKIN, A. (eds.). *Arqueología histórica en América del Sur: los desafios del siglo XXI.* Uniandes. Bogotá. 131-143.

Relatórios Pesquisados no Arquivo IPHAN/SC

AMARAL, M. M. V. (1992). Relatório preliminar do acompanhamento técnico – arqueológico das obras de infraestrutura no largo da alfândega. **Código 331**.

AMARAL, M. M. V. (1999). Acompanhamento técnico-arqueológico das obras de engenharia no interior da igreja Nossa Senhora do Parto. **Código A76DP7**

AMARAL, M. M. V. (2001). Relatório de Pesquisa. A pesquisa arqueológica na fortaleza Nossa Senhora da Conceição. – Ilha de Araçatuba – Município de Palhoça. Proc. 01510.000128/2001 – 75. **R.407; R.408**.

COMERLATO, F. (1998). Relatório do Acompanhamento Arqueológico realizado nas obras de implantação do sistema hidro sanitário da pousada Maré da Lua em área do sítio Armação do Sul. **Proc. 01510.000021 / 2005 – 51**.

COMERLATO, F. (1999a). Relatório final da prospecção arqueológica em residência oitocentista do conjunto histórico da Praça XV. **Proc. 01510.000127 / 1999 – 36.**

COMERLATO, F. (1999b). Relatório final da coleta de superfície realizada no forte Sant'Ana. Florianópolis. **Proc. 01510.000167 / 1999 – 50. R.0239**.

COMERLATO, F. (2001). Projeto de limpeza, numeração, análise e armazenamento do material arqueológico da prospecção arqueológica na casa natal de Victor Meireles. **Proc.01510.000074 / 2004 – 91. R.0278.**

COMERLATO, F. (2005). Relatório de registro do antigo cemitério no terreno da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Hospital de Caridade. **Dossiê: DO345.**

HERBERTS, A. L.; COMERLATO, F.; LAVINA, R. (2003). Denúncia de destruição do patrimônio arqueológico em terreno localizado à Rua Fluvio Aducci, s/nº. Bairro Estreito, Florianópolis. **Proc. 01510.000024/2003 – 22**

SILVA, O. P. (1999). Levantamento do patrimônio histórico, cultural e arqueológico no entorno da Lagoa do Peri. **Proc. 01510.000076 / 1998 – 16. R.0853.**

SILVA, O. P. (2001). Projeto de salvamento arqueológico Lagoa do Peri – sítio histórico Barra da Lagoinha. **Proc. 01510.000191 / 2001 – 09. R.0228.**

SILVA, O. P. (2002a). Laudo parcial. Prospecções arqueológicas no Palácio – Museu Cruz e Souza. **Proc. 01510.000023/2002–05.**

SILVA, O. P. (2002b). Relatório parcial de pesquisa. Prospecções arqueológicas no Palácio – Museu Cruz e Souza. **Proc. 01510.000023/2002–05.**

SILVA, O. P. (2003a). Adendo ao projeto de pesquisa para complementação das escavações. Cronograma de atividades. Escavações arqueológicas no Palácio – Museu Cruz e Souza. **Proc. 01510.000023/2002–05.**

SILVA, O. P. (2003b). 1º Relatório de andamento de pesquisa. Escavações arqueológicas no Palácio – Museu Cruz e Souza. **Proc. 01510.000023/2002–05.**

SILVA, O. P. (2003c). 2º Relatório de andamento de pesquisa. Escavações arqueológicas no Palácio – Museu Cruz e Souza. **Proc. 01510.000023/2002–05.**

SILVA, O. P. (2003d). 3º Relatório de andamento de pesquisa. Escavações arqueológicas no Palácio – Museu Cruz e Souza. **Proc. 01510.000023/2002–05.**

SILVA, O. P. (2003e). Relatório Final de Pesquisa de Campo. Escavações arqueológicas no Palácio – Museu Cruz e Souza. **Proc. 01510.000023/2002–05.**

SILVA, O. P. (2003f). Relatório de Pesquisa de Campo. Escavações arqueológicas no Palácio – Museu Cruz e Souza. **Proc. 01510.000023/2002–05. R. 537.**

SILVA, O. P. (2003g). Escavações arqueológicas no Palácio – Museu Cruz e Souza. Projeto de complementação de pesquisa. **Proc. 01510.000023/2002–05.**

SILVA, O. P. (2009). Monitoramento arqueológico e programa de educação patrimonial nas obras de reabilitação da Ponte Hercílio Luz.

SILVA, O. P. (2011a). Relatório Parcial das Escavações arqueológica das estruturas funerárias e análise bioarqueológica dos remanescentes humanos recuperados na Capela Nossa Senhora das Dores/Catedral Metropolitana de Florianópolis. **Ofício 008/2011/Geoarqueologia.**

SILVA, O.P. (2011b). Relatório Parcial das Escavações arqueológica das estruturas funerárias e análise bioarqueológica dos remanescentes humanos recuperados na Capela Nossa Senhora das Dores/Catedral Metropolitana de Florianópolis. **Ofício 016/2011/Geoarqueologia.**

SILVA, O.P. (2011c). Relatório de Pesquisa das Escavações arqueológica das estruturas funerárias e análise bioarqueológica dos remanescentes humanos recuperados na Capela Nossa Senhora das Dores/Catedral Metropolitana de Florianópolis.

SILVA, O. P. e COMERLATO, F. (2000). Prospecção arqueológica na nave central da igreja Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha. **Não tem processo.**

SILVA, O. P. e SOARES, F. C. (2010). Projeto de Pesquisa. Inventário do material arqueológico do Museu Histórico de Santa Catarina. Florianópolis, SC. **Proc. 01510.000023/2002–05.**

Documentos Históricos analisado do Museu do Judiciário Catarinense

BRASIL. Museu do Judiciário Catarinense. Inventário *post mortem* de Martinho José Callado, inventariante Ritta Candido Pereira Callado. 1857.

BRASIL. Museu do Judiciário Catarinense. Inventário *post mortem* de João de Souza Ribeiro, inventariante Felicidade Ignacia de Souza. 1858.

BRASIL. Museu do Judiciário Catarinense. Inventário *post mortem* de José Rodrigues Lopes, inventariante Caetano D´Araujo Figueiredo Mendonça Furtado. 1858.

BRASIL. Museu do Judiciário Catarinense. Inventário *post mortem* de Albina Roza, inventariante Ignacio José Vieira e Zeferino José Vieira. 1858.

BRASIL. Museu do Judiciário Catarinense. Inventário *post mortem* de Maria Rosa de Jesus, inventariante Thome Rodrigues Aguiar. 1859.

BRASIL. Museu do Judiciário Catarinense. Inventário *post mortem* de Silvério Ferraz Pinto de Sá, inventariante Maria Roza da Fontoura Pinto Ferraz. 1860.

BRASIL. Museu do Judiciário Catarinense. Inventário *post mortem* de Manoel Homem Coelho, inventariante Ignácia Coelho. 1861.

BRASIL. Museu do Judiciário Catarinense. Inventário *post mortem* de Marianna Francisca de Oliveira, inventariante Manoel Francisco de Oliveira. 1861.

BRASIL. Museu do Judiciário Catarinense. Inventário *post mortem* de Maria Rita da Conceição, inventariante Tenente Coronel Amaro José Pereira. 1861.

BRASIL. Museu do Judiciário Catarinense. Inventário *post mortem* de Francisco Jose Dias Formiga, inventariante Dona Carolina Walkes Formiga. 1861.

BRASIL. Museu do Judiciário Catarinense. Inventário *post mortem* de Maria Amalia da Luz, inventariante Comendador João Pinto da Luz. 1861.

BRASIL. Museu do Judiciário Catarinense. Inventário *post mortem* de Adriana Rosa Vieira, inventariante Felix Vieira da Cunha. 1862.

BRASIL. Museu do Judiciário Catarinense. Inventário *post mortem* de Francisco Candido de Mello, inventariante Graciano José R. Ferreira. 1863.

BRASIL. Museu do Judiciário Catarinense. Inventário *post mortem* de Felizarda Amalia da Costa Brocardo, inventariante João Pinto da Luz. 1863.

BRASIL. Museu do Judiciário Catarinense. Inventário *post mortem* de Coronel Joaquim de Almeida Coelho, inventariante Maria Isabele de Almeida Gama. 1864.

BRASIL. Museu do Judiciário Catarinense. Inventário *post mortem* de Thomaz dos Santos, inventariante Delfina Victorina dos Santos. 1865.

BRASIL. Museu do Judiciário Catarinense. Inventário *post mortem* de Comendador João Pinto da Luz, inventariante Dona Francisco Carolina da Siqueira Luz. 1866.

BRASIL. Museu do Judiciário Catarinense. Inventário *post mortem* de Amaro José Pereira, inventariante Bernadina Ignez da Silveira. 1866.

BRASIL. Museu do Judiciário Catarinense. Inventário *post mortem* de Pedro Crouscy, inventariante Anna Maria Crouscy. 1869.

BRASIL. Museu do Judiciário Catarinense. Inventário *post mortem* de João Pinto da Luz, inventariante Felicidade Amalia da Luz. 1869.

BRASIL. Museu do Judiciário Catarinense. Inventário *post mortem* de José Pereira Lisboa, inventariante Maria Candida Alves Pereira. 1869.

BRASIL. Museu do Judiciário Catarinense. Inventário *post mortem* de Jacinto José da Luz, inventariante Dona Joaquinha Neves da Luz. 1869-1879.

BRASIL. Museu do Judiciário Catarinense. Inventário *post mortem* de Francisco Antonio da Silva, inventariante Maria Arminda da Costa. 1874.

BRASIL. Museu do Judiciário Catarinense. Inventário *post mortem* de Estanislau Valério da Conceição, inventariante Maria Elisia Schutel da Conceição. 1875.

BRASIL. Museu do Judiciário Catarinense. Inventário *post mortem* de Rita Carolina da Silva, inventariante João Pombinho da Silva. 1875.

BRASIL. Museu do Judiciário Catarinense. Inventário *post mortem* de Berta Hoepke, inventariante Carlos Hoepke.1880.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todas pessoas que me ajudaram a elaborar esta tese de doutorado, mesmo sendo uma tarefa injusta, é importante que eu cite o nome de algumas pessoas, já que sem o seu apoio, o trabalho teria sido impossível.

Primeiramente agradeço ao professor Dr. Luis Oosterbeek que possibilitou meu contato com Portugal e com a UTAD, permitindo que esse estudo pudesse ser desenvolvido. Agradeço também aos meus orientadores, professor Dr. Fernando Coimbra e Dr. Rossano Lopes Bastos, pelos ensinamentos adquiridos durante o desenvolvimento da pesquisa.

Sou grata, de forma muito especial, ao colega do doutorado Osvaldo Paulino da Silva, por ter disponibilizado o material arqueológico que se tornou o foco principal dessa pesquisa. Esse muito obrigado se estende também aos demais membros da Empresa Geoarqueologia, que tiveram que me aguentar por quase 1 ano utilizando mesas, computadores e realizando muitos pedidos de fotos, relatórios e mapas, gostaria de citar os nomes de Magali Agnes Silva Llorente, Cassiano Silveira dos Santos, Sandro Henrique da Rosa, Maria Aparecida Tomaz, Bruno Labrador e Luciana Ribeiro.

É importante, também, agradecer à equipe do Museu do Judiciário Catarinense, os quais me ajudaram a "escavar os inventários *post mortem*" de Desterro no século XIX, em especial, cito os nomes de: Orivalda Lima Silva, chefe do Museu; Maria Cristina Cintra; Camila Nunes da Silva; Valmir Nunes da Silva; Sandro Makoviecki e Ludgero Lidward Silva. A ajuda de vocês foi muito importante para que o trabalho fosse realizado.

Sou grata ao IPHAN de Santa Catarina e as responsáveis pelo Setor de Arquivo, que me ajudaram na buscar por relatórios e projetos de arqueologia existentes na instituição.

Agradeço ao NAU – Núcleo de Arqueologia da UFSC, especialmente aos membros Angela Sabrine Salvador, Gabriela Opptiz, Lucas Bond Reis e Jeanne Silveira, pelas trocas de ideias, de experiências e por todas as atividades que desenvolvemos juntos, com comprometimento e seriedade.

Externo minha gratidão à alguns professores que dedicaram parte do seu tempo a ler essa tese e fazer comentários com o único intuito de me ajudar, peço desculpa por incomodar tanto e dizer que sou muito obrigada, de coração, são eles: Maria Cristina Alves, Dione Bandeira, Fernanda Tocchetto e Saul Eduardo Seiguer Milder.

Agradeço imensamente a minha família, já que é com vocês e por vocês que tudo tem sentido; mãe muito obrigada pelo carinho e apoio, quase sempre, incondicional; pai, és meu exemplo e estímulo para continuar estudando e querendo sempre mais; Dudu e Bute, irmãos de todas as horas, Bruninha minha irmã de coração e Alexandre meu amor.

ANEXO 1

TABELA COM INFORMAÇÕES SOBRE OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS HISTÓRICOS DE FLORIANÓPOLIS

Nº	NOME DO SÍTIO	TIPO	LOCALIDADE	FONTE	CARACTERÍSTICAS
1	Armação do Sul	comercial/produtivo	Praia Armação do Pântano do Sul	CNSA/IPHAN	Sítio com duas ocupações: uma pré-histórica e outra histórica. A histórica caracteriza-se por uma armação baleeira fundada em 1772, denominada de Núcleo Baleeiro da Lagoinha.
2	Forte Santo Antônio de Ratones	militar	Ilha de Ratones Grande	CNSA/IPHAN	Conjunto de edificações construídas a partir de 1740, que compõem a fortaleza de Ratones. O sítio faz parte do sistema defensivo da Barra Norte da Ilha de Santa Catarina.
3	Conjunto N. S. C. Lagoa	religioso	Lagoa da Conceição	CNSA/IPHAN	Conjunto de edificações do século XVIII, composto de Igreja, casa do Vigário, Chácara do Divino, rampa de pedras, cemitério, adro e largo. A Igreja foi construída em 1780.
4	Casa da Antiga Alfândega	comercial/produtivo	Centro de Florianópolis	CNSA/IPHAN	Edificação do fim do século XIX, única genuinamente neoclássica em Santa Catarina. Responsável pelo controle alfandegário do Estado.
5	Posto da Alfândega de Sambaqui	comercial/produtivo	Praia do Sambaqui	CNSA/IPHAN	Edificação de 1850 em alvenaria, rancho de barcos, caixa d'água e sistema de condução de águas.
6	Armação da Ilha do Campeche	comercial/produtivo	Ilha do Campeche	CNSA/IPHAN	Armação de baleia construída na Ilha do Campeche com o objetivo de apoiar as

					atividades pesqueiras e de beneficiamento da Armação do Pântano do Sul, fazia parte do Núcleo Baleeira da Lagoinha de 1772.
7	Igreja de N. S. da Lapa	religioso	Ribeirão da Ilha	CNSA/IPHAN	Igreja inicialmente construída como capela no ano de 1760. No ano de 1806 suas estruturas foram substituídas por pedras, recebendo o título de Paróquia em 1809. Foram identificados 51 sepultamentos no subsolo da nave central.
8	Forte São José de Ponta Grossa	militar	Praia do Forte	CNSA/IPHAN	Fortaleza construída em 1740 com o objetivo de integrar o sistema defensivo da Barra Norte da Ilha de Santa Catarina, composto de diversas estruturas arquitetônicas.
9	Casa d´Itália	doméstico	Centro - Praça XV	CNSA/IPHAN	Sobrado nº340 do conjunto arquitetônico da Praça XV. Era, inicialmente, uma casa térrea, foi transformada em sobrado, com abertura em círculo e sobre verga reta, sacada com ferro, apresentando platibanda em duas águas e telha capa canal.
10	Casa Natal de Victor Meirelles	doméstico	Centro - Praça XV	CNSA/IPHAN	Sobrado construído pelo pai de Victor Meirelles em fins do século XVIII e começo do XIX. Presença de vestígios materiais que caracterizam a área como “lixeira” de um açougue, anterior à construção do Sobrado.
11	Forte Santana	militar	Centro - Sob a Ponte Hercílio Luz	CNSA/IPHAN	Forte construído entre 1761 e 1763 sob o Governo do Coronel Francisco Antônio

					Cardoso de Menezes e Souza. Composto de casa da tropa, casa de pólvora, quartel do comandante e cozinha.
12	Engenho do Ventura	comercial/produtivo	Lagoa do Peri	Arquivo IPHAN/SC	Sítio composto por vestígios arquitetônicos de um engenho de farinha de mandioca e de cana de açúcar. Possui 3 terraplenos de ocupação e uma estrutura de alicerces retangular associada.
13	Engenho do João Idalino	comercial/produtivo	Lagoa do Peri	Arquivo IPHAN/SC	Sítio composto por vestígios arquitetônicos de um engenho de farinha de mandioca e de cana de açúcar, junto á trilha existente na margem norte da Lagoa.
14	Casa da Praia do Saquinho	doméstico	Lagoa do Peri	Arquivo IPHAN/SC	Sítio composto por vestígios arquitetônicos de uma residência, situada junto à trilha existente na margem norte da Lagoa. Os vestígios encontram-se junto à superfície do terreno, com alguns restos de alicerces ainda evidentes.
15	Engenho da Pedra Branca	comercial/produtivo	Lagoa do Peri	Arquivo IPHAN/SC	Sítio composto por vestígios arquitetônicos de um engenho de farinha de mandioca, situado nas imediações da Pedra Branca, margem oeste da Lagoa. Os vestígios encontram-se evidentes, principalmente o muro de arrimo utilizado para construir o engenho.
16	Engenho da Cachoeira Grande	comercial/produtivo	Lagoa do Peri	Arquivo IPHAN/SC	Sítio composto por vestígios arquitetônicos de um engenho de farinha de mandioca e de cana

					de açúcar, movido à roda d´água. Na sua construção foram utilizadas pedras talhadas simetricamente e tijolos maciços. Trata-se de um engenho recente.
17	Engenho do Vitorino	comercial/produtivo	Lagoa do Peri	Arquivo IPHAN/SC	Sítio composto por vestígios arquitetônicos de um engenho de farinha de mandioca e de cana de açúcar, movido a roda d´água. Na sua construção foram utilizadas pedras talhadas simetricamente e tijolos maciços. Trata-se de um engenho recente
18	Engenho do Rodolfo	comercial/produtivo	Lagoa do Peri	Arquivo IPHAN/SC	Sítio composto por vestígios arquitetônicos de um engenho de farinha de mandioca e de cana de açúcar, parcialmente intacto. Parte do engenho foi incendiada recentemente provocando a destruição de seu maquinário de produção de açúcar.
19	Engenho da Lagoinha	comercial/produtivo	Lagoa do Peri	Arquivo IPHAN/SC	Sítio proveniente de um engenho de farinha de mandioca completamente desmoronado, restando parte de seu maquinário e postes de sustentação de madeira, parte do forno de farinha e fragmentos dos pilares de sustentação da edificação.
20	Barra da Lagoinha	doméstico	Lagoa do Peri	Arquivo IPHAN/SC	Residência coberta com telhas de barro tipo capa canal e provável estrutura de pau-a-pique. Ausência de vestígios estruturais e presença de cultura material como louça de

					barro, louça ordinária e vidro.
21	Caminho do Peri I	comercial/produtivo	Lagoa do Peri	Arquivo IPHAN/SC	Sítio proveniente de um caminho antigo com 1500m de extensão quase totalmente coincidente com a atual trilha existente na margem sul da Lagoa do Peri. Em alguns pontos há estruturas de pedras funcionando como arrimo e dois trechos pavimentados.
22	Caminho do Peri	comercial/produtivo	Lagoa do Peri	Arquivo IPHAN/SC	Sítio proveniente de um caminho antigo com 1500m de extensão quase totalmente coincidente com a atual trilha existente na margem norte/oeste da Lagoa do Peri. Em alguns pontos há estruturas de pedras funcionando como arrimo.
23	Cemitério A. I. S. J. dos Passos	religioso	Centro - Hospital de Caridade	Arquivo IPHAN/SC	Cemitério antigo da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, atrás do Hospital de Caridade, em área coberta por Mata Atlântica, com sepulturas funerárias e um cruzeiro, dispostas em área com declive onde corre uma vertente d´água.
24	Palácio Cruz e Souza	doméstico	Centro - Praça XV	Arquivo IPHAN/SC	Residência construída em 1750 para abrigar a Casa do Governo do Estado de Santa Catarina. Originalmente com feições coloniais, posteriormente eclética. Foram identificados diversos tipos de materiais no pátio como: louças, vidros, cerâmicas, metais e ossos.

25	Igreja N. S. do Parto	religioso	Centro	Arquivo IPHAN/SC	Igreja foi inaugurada em 1861, composta, originalmente, por um frontão triangular e torre sineiro. Foram identificadas estruturas arquitetônicas originais no subsolo da nave central da Igreja.
26	Praia dos Ingleses I	comercial/produtivo	Praia dos Ingleses	Bibliografia BU/UFSC	Embarcação espanhola, capturada por piratas ingleses, que saqueava a zona Costeira do Pacífico, entre Chile e México. Com data próxima à 1683. Possivelmente relacionada aos eventos que levaram à morte de Dias Velho em 1689.
27	Largo da Antiga Alfândega	comercial/produtivo	Centro	Arquivo IPHAN/SC	Presença de estruturas remanescentes que serviam de apoio à Casa da Antiga Alfândega. Foram identificados: 2 cais, piso, armazém, trapiches, canos do antigo sistema de telégrafo e do antigo sistema de iluminação de Desterro, galeria subterrânea e pilares de madeira que sustentavam os trapiches. Data de fins do século XIX.
28	Aldeia Fluvio Aducci	doméstico	Estreito	Arquivo IPHAN/SC	Sítio multicomponencial. Aldeia de dimensões não avaliáveis, situado em área urbana, ocupada por construções e prédios, apresentando restos de fauna, sepultamentos, material lítico e cerâmico, louças brancas e moedas.
29	Fortaleza Nossa Senhora da	militar	Ilha entre a ponta dos Naufragados	Arquivo	Fortaleza construída para compor o sistema

	Conceição de Araçatuba		(Florianópolis) e a ponta do Papagaio, Praia do Sonho (Palhoça).	IPHAN/SC	defensivo da Barra Sul da Ilha de Santa Catarina entre os anos de 1742 e 1744. Atualmente composta de 9 edificações: Novo Paiol da Pólvora, Antigo Paiol da Pólvora, Quartel da Tropa, Casa do Comandante, Casa da Parlamenta, Casa dos Moços I, Casa dos Moços II, Casa da guarda, Armazém da praia, Baterias, Fonte e Cisterna.
30	Antiga Casa de Câmara e Cadeia	militar	Centro	Bibliografia	Prédio edificada em 1771 com a função inicial de abrigar a Câmara Municipal (piso superior) e a Cadeia (piso inferior), se caracteriza por um sobrado com características marcadamente coloniais, sofreu diversas reformas ao longos dos tempos de acordo com a função que desempenhava (cadeia, Assembleia Legislativa e Câmara Municipal), nessas reformas adquiriu elementos ecléticos na parte interna e externa.
31	Ponte Hercílio Luz	comercial / produtivo	Centro	Arquivo IPHAN/SC	A Ponte Hercílio Luz foi inaugurada em 1926, sua finalidade era ligar a Ilha ao Continente, visto que até então a travessia era realizada por balsas e pequenas embarcações. Possui extensão total de 821,055 metros, é constituída de uma estrutura metálica pênsil, única no Brasil. Originalmente foi edificada

					para sustentar uma pista de rolamento, uma via férrea, uma passarela de pedestres e a adutora de abastecimento de água de Florianópolis. No seu entorno encontram-se o Forte Santana e o Forte São João.
32	Capela Nossa Senhora das Dores – Catedral Metropolitana de Florianópolis.	religioso	Centro	Arquivo IPHAN/SC	A Igreja Nossa Senhora das Dores foi construída entre os anos de 1753 e 1773 para abrigar a Ordem Terceira de São Francisco de Assis. No assoalho da mesma foram identificadas diversas sepulturas, com datas próximas á 1792. É uma das estruturas arquitetônicas mais antigas de Florianópolis e sobre a qual a cidade foi construída.
33	Casa da Alfândega	comercial-produtivo	Centro	Bibliografia	A primeira alfândega de Desterro foi construída em 1860, devido á um incêndio foi desativada e transferida para o prédio "Casa da Antiga Alfândega", existente em frente ao Mercado Público. Passou por novos usos entre 1880-1980, entre eles: Armazém Wendhausen, Hotel Laporta e Agência Bancária da Caixa Econômica Federal.
34	Navio de Naufragados	comercial-produtivo	Praia de Naufragados	Bibliografia	Embarcação espanhola naufragada em Florianópolis no ano de 1583 cujo destino era o estreito de Magalhães no Chile.
35	Fábrica de Pontas Rita Maria	comercial-produtivo	Centro	Bibliografia	Fábrica de pregos construída em 1896 por Carl Hoepcke, de 1 pavimento com tendências arquitetônicas neoclássicas.

ANEXO 2

TABELA COM INFORMAÇÕES SOBRE OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS HISTÓRICOS DE FLORIANÓPOLIS

Nº	NOME DO SÍTIO	INTERVENÇÕES	RESPONSÁVEL	COORDENADAS	GUARDA MATERIAL
1	Armação do Sul	Escavações Arqueológicas em diferentes épocas e equipes. Construção de uma Pousada.	Padre João Alfred Rohr e Margarida Andreta (1969); Pedro Ignácio Schmitz (1992 e 1996); e Fabiana Comerlato (1998).	S:27º44´38´´W:48º30´32´´	Pousada Maré de Lua.
2	Forte Santo Antônio de Ratones	Registro e Restauro Arquitetônico	Helio Vianna (1989).	S:27º28´24´´ W:48º33´52´´	Não informa (não foram realizadas coletas).
3	Conjunto N. S. C. Lagoa	Sondagem ou corte estratigráfico	Edna June Morley (1989).	S:27º35´51´´W:48º28´26´´	Não informa (não informa se foram feitas coletas).
4	Casa da Antiga Alfândega	Sondagem ou corte estratigráfico e Restauro Arquitetônico	Edna June Morley (1989).	S:27º35´51´´W:48º33´47´´	Não informa (não informa se foram feitas coletas).
5	Posto da Alfândega de Sambaqui	Registro	Edna June Morley e Tonera (1992).		Não informa (não foram realizadas coletas).
6	Armação da Ilha do Campeche	Registro	Osvaldo Paulino da Silva (1995).	S:27º41´48´´W48º27´58´´	Não informa (não foram realizadas coletas).
7	Igreja de N. S. da Lapa	Foram feitos alguns poços-teste e trincheiras na área da nave central da Igreja, local onde se concentrava a Reforma Arquitetônica.	Fabiana Comerlato e Osvaldo Paulino da Silva (2000).	S:27º42´41´´W:48º33´49´´	Após a análise, o material foi novamente colocado no assoalho da Igreja.
8	Forte São José de Ponta Grossa	Escavações Arqueológicas e Restauro Arquitetônico	Teresa D. Fossari (1988 e 1989).	S:27º25´54´´W:48º31´06´´	Reserva Técnica do Museu Universitário Prof. Oswaldo

					Rodrigues Cabral.
9	Casa d´Itália	Abertura de 2 quadrículas e 2 trincheiras concomitante à reforma arquitetônica do local.	Fabiana Comerlato (1999).	S: 27º35´50´´W:48º32´56´´	Não informa (foram feitas coletas).
10	Casa Natal de Victor Meirelles	Salvamento arqueológico com realização de quadrículas e trincheiras concomitante a reforma arquitetônica do local.	Fabiana Comerlato (2005).	S:27º35´53´´W:48º32´56´´	Escritório Técnico do IPHAN em Laguna – SC.
11	Forte Santana	Coleta de superficial assistemática dos materiais que afloravam na praia localizada na frente do Forte.	Fabiana Comerlato (1999).	S:27º35´34´´W:48º33´47´´	Reserva Técnica do Museu Universitário Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral.
12	Engenho do Ventura	Caminhadas sistemáticas e assistemáticas com a realização de sondagens.	Osvaldo Paulino da Silva (1999)	S:27º43´04´´W:48º30´33´´	Não informa (não foram realizadas coletas).
13	Engenho do João Idalino	Caminhadas sistemáticas e assistemáticas com a realização de sondagens.	Osvaldo Paulino da Silva (1999).	S:27º42´59´´W:48º31´07´´	Não informa (não foram realizadas coletas).
14	Casa da Praia do Saquinho	Caminhadas sistemáticas e assistemáticas com a realização de sondagens.	Osvaldo Paulino da Silva (1999).	S:27º42´58´´W:48º31´09´´	Não informa (não foram realizadas coletas).
15	Engenho da Pedra Branca	Caminhadas sistemáticas e assistemáticas com a realização de sondagens.	Osvaldo Paulino da Silva (1999).	S:27º42´58´´W:48º31´26´´	Não informa (não foram realizadas coletas).
16	Engenho da Cahoeira Grande	Caminhadas sistemáticas e assistemáticas com a realização de	Osvaldo Paulino da Silva (1999).	S:27º44´04´´W:48º32´04´´	Não informa (não foram realizadas coletas).

		sondagens.			
17	Engenho do Vitorino	Caminhadas sistemáticas e assistemáticas com a realização de sondagens.	Osvaldo Paulino da Silva (1999).	S:27º44´57´´W:48º32´14´´	Não informa (não foram realizadas coletas).
18	Engenho do Rodolfo	Caminhadas sistemáticas e assistemáticas com a realização de sondagens.	Osvaldo Paulino da Silva (1999).	S:27º44´56´´W:48º32´07´´	Não informa (não foram realizadas coletas).
19	Engenho da Lagoinha	Caminhadas sistemáticas e assistemáticas com a realização de sondagens.	Osvaldo Paulino da Silva (1999).	S:27º44´00´´W:48º30´59´´	Não informa (não foram realizadas coletas).
20	Barra da Lagoinha	Escavação arqueológica realizada através de quadrículas e sondagens manuais.	Osvaldo Paulino da Silva (1999).	S:27º43´42´´W:48º30´41´´	UNISUL.
21	Caminho do Peri I	Caminhadas sistemáticas e assistemáticas com a realização de sondagens.	Osvaldo Paulino da Silva (1999).	Início: S:27º44´36´´W:48º31´06´´ Final: S:27º44´55´´W:48º31´56´´	Não informa (não foram realizadas coletas).
22	Caminho do Peri	Caminhadas sistemáticas e assistemáticas com a realização de sondagens.	Osvaldo Paulino da Silva (1999)..	Início: S:27º43´02´´W:48º30´36´´ Final: S:27º43´16´´W:48º31´26´´	Não informa (não foram realizadas coletas).
23	Cemitério A. I. S. J. dos Passos	Registro fotográfico e levantamento das estruturas remanescentes. Registro nas fichas do IPHAN	Fabiana Comerlato (2005).	S:27º36´12´´W:48º32´37´´	Não informa (não foram realizadas coletas).
24	Palácio Cruz e Souza	Escavação Arqueológica e Revitalização Paisagística do Jardim do Palácio	Osvaldo Paulino da Silva (2001-2010).	S:27º35´48´´W:48º32´59´´	Museu Histórico de Santa Catarina.

25	Igreja N. S. do Parto	Acompanhamento arqueológico da Reforma Arquitetônica da Igreja, o qual se caracterizou pela realização de poços-teste e trincheiras com o objetivo de evidenciar estruturas antigas da Igreja.	Maria Madalena Velho do Amaral (1999).	S:27º35´39´´W:48º33´23´´	Reserva Técnica do Museu Universitário Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral.
26	Praia dos Ingleses I	Escavação Arqueológica Subaquática.	Alexandre Viana e Francisco Noelli (2004, 2005 e 2009).	S:27º26´12´´W:48º22´35´´	Museu do Naufrágio, UNIVALI e Museu do Homem do Mar, Bombas – SC.
27	Largo da Antiga Alfândega	Acompanhamento arqueológico e Restauro Arquitetônico.	Maria Madalena Velho do Amaral (1992).	S:27º35´51´´W:48º33´06´´	Reserva Técnica do Museu Universitário Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral.
28	Aldeia Fluvio Aducci	Cadastro e Peritagem Arqueológica .	Ana Lucia Herberts, Rodrigo Lavina, Fabiana Comerlato (2004); Osvaldo Paulino da Silva (2005).	S:27º35´28´´W:48º34´19´´	Não informa (foram feitas coletas).
29	Fortaleza Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba	Escavação Arqueológica .	Maria Madalena Velho do Amaral (2001).	S:27º35´50´´W:48º32´56´´	Reserva Técnica do Museu Universitário Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral.
30	Antiga Casa de Câmara e Cadeia	Restauro e Escavação Arqueológica.	Maria Madalena Velho do Amaral (2010).	S:27º35´53´´W:48º32´58´´	Reserva Técnica do Museu Universitário Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral.
31	Ponte Hercílio Luz	Obras de reabilitação e Monitoramento Arqueológico.	Osvaldo Paulino da Silva (2009).	S:27º35´37´´W:48º33´57´´	Não informa (não foram feitas coletas).
32	Capela N. S. das Dores – Catedral Florianópolis.	Restauro e Escavação Arqueológica.	Osvaldo Paulino da Silva (2010).	S:27º35´47´´W:48º32´57´´	Espaço Museal da Capela (Catedral).

33	Casa da Alfândega	Prospecções Arqueológicas	Luciana Ribeiro (2011).	S:27º35´52´´W:48º33´´3´´	Não informa (não foram feitas coletas).
34	Navio de Naufragados	Escavação Arqueológica Subaquática	Gabriel Correa (2005, 2010) Deise Farias (2010)		UNISUL.
35	Fábrica de Pontas Rita Maria	Arqueologia Industrial	Maria de Fátima Fontes Piazza (1982)	S:27º59´46´´W:48º55´91´´	Não informa (não foram feitas coletas).

ANEXO 3

TABELA COM INFORMAÇÕES SOBRE OS INVENTÁRIOS *POST MORTEM* DE DESTERRO NO SÉCULO XIX

Nº	Nome	Montante-Mor	Escravos	Prata, Ouro, Diamante, Cobre, Marfim e Chifre
27	Inventariado: Martinho José Callado Inventariante: Ritta Candida Pereira Callado 1857	77:606#698	24 escravos: Augusto, preto (1:000#000), Joaquim, preto (1:500#000), Pedro, preto (1:500#000), Agostinho, preto (1:500#000), Jacinto, preto (1:500#000), João Merepilo, preto (1:500#000), Caetano, preto (800#000), Domingues, preto (1:000#000), Francisco, preto (1:000#000), Antonio, preto (1:000#000), Marível, muleque, preto (400#000), Marcelino, preto (1:200#000), João, crioulo, (800#000), Luis, criolo (500#000), Jacintha, velha, preta (300#000), Rita, preta (1:300#000), Maria Victoria, preta (1:300#000), Roza, preta (1:300#000), Deolinda, preta (1:300#000), Maria Rosa, crioula (1:250#000), Felicidade, crioula (800#000), Manoel, cambado, preto (400#000), Miguel, fugido, preto (sem preço), Cristovão, fugido, preto (sem preço).	1 par de castiçais de prata (44#200), 4 flores de prata para castiçais (12#400), 1 bandeja de prata com tesoura (8#000), 1 faqueiro de prata (186#400), 1 par de ? ouro (12#000), 1 salva de prata (10#400), 1 paliteiro de prata (14#200), 1 par de esporas de prata (19#200), 21 colheres pequenas de chá (14#000), 4 conchas para açúcar (6#800), 22 colheres de sopa (57#200), 1 concha para sopa (6#400), 1 oratório com a imagem do Senhor Crucificado com resplendor e ponteiras de prata (30#000), 1 par de estribos e bocais de prata (38#800), Prata de cabeçada (11#200), 120 oitavas de prata velha (24#000), 1 freio de prata (19#200), 12 talheres de marfim (3#000).
25	Inventariado: João de Souza Ribeiro Inventariante: D. Felicidade Ignacia de Souza 1858	21:214#487	9 escravos: Maria, de Nação (150#000), Zeferina, mina, (1:000#000), Emilia, crioula (1:000#000), Antonio, mina (1:100#000), Joaquim, de Nação (300#000), Manoel, filho de Zeferina, crioula (400#000), Margarida, filha de Emilia (400#000), Domingos, mulato (250#000), 1 Cutut de nome Vellos (800#000).	2 castiçais de prata (41#800), 1 salva de prata (18#400), 1 bandejinha e tesoura (22#800), 1 colher grande sopa (11#200), 7 colheres grandes de sopa (18#000), 12 colheres de chá (10#200), 3 garfos (7#500), 1 cordão de ouro (39#000), 1 paliteiro (9#600), 2 pares de brinco de ouro (42#000), 1 relógio de algebra e trancelim de prata (16#000).

26	Inventariado: José Rodrigues Lopes Inventariado: Caetano d´Araujo Figueiredo Mendonça Furtado 1858	20:261#446	(Não descreve).	4 colheres de sopa e 2 de chá e 1 espevitadeira de prata (15#200), 2 facas de cabo de prata (8#000).
23	Inventariada: Albina Rosa Inventariante: Ignácio José Vieira 1858	6:025#340	5 escravos: Aleixo, crioulo (1:000#000), José, menor (600#000); Rafael, menor de 1,5 anos (180#000), Generosa, parda, que mostra bastante sua doença (700#000), Clara, menor (550#000).	1 oratório com 4 imagens e 1 resplendor de prata (6#000), 1 par de esporas e 6 colheres de prata (28#000), 1 tacho de cobre usado (8#000).
19	Inventariado: Joaquim Lopes Pereira Inventariante: Luis Antonio de Freitas 1859	6:324#440	6 escravos: João, africano, de 65 anos (50#000), Victorino, crioulo, de 15 anos (1:500#000), Manoel, crioulo, de 12 anos (1:250#000), Ignacio, crioulo, de 8 anos (1:100#000), Jacinto, africano, 40 anos (800#000), Maria, crioula, 10 anos (1:250#000).	1 imagem de Santo Ohrus com resplendor e título de prata (10#000), 1 imagem de São Joaquim com resplendor e bastão de prata (12#000), 1 marquise de purificar café de metal do príncipe (4#000), 2 bules de metal do príncipe em bom estado (7#000), 1 leiteira de metal do príncipe em bom estado (1#500), 18 colheres de sopa de metal do príncipe em bom estado (6#300), 18 colheres do mesmo metal (3#600), 24 pares de facas e garfos em bom estado (9#600).
17	Inventariada: Maria Rosa de Jesus Inventariante: Thome Rodrigues Aguiar 1859	1:978#550	1 escravo: Antonio, crioulo, de 23 anos (1:200#000).	4 peças de prata , 1 colher de sopa, 1 colher de chá, 1 bomba, 1 garfo tudo muito "usado" (3#100), 1 taxo de cobre de ferro (4#300).

4	Inventariado: Silvério Ferraz Pinto de Sá Inventariante: Maria Roza da Fontoura Pinto Ferraz 1860	42:370#000	6 escravos: Africano, 59 anos (600#000), Manuel, 40 anos (600#000), Maria, 50 anos (600#000), Renilda, 28 anos (1:400#000), Faustina, 25 anos (1:400#000), Menino de 7 anos (1:150#000).	Par de castiçais de prata (62:720#000).
5	Inventariado: Manoel Homem Coelho Inventariante: Ignácia Coelho 1861	12:216#380	4 escravos: Rufina, 26 anos (1:800#000); Lupasia, 25 anos (1:800#000), Fé, 7 anos (800#000), Joaquim, mais de 80 anos (500#000).	1 Par de castiçais de prata (29#520), 8 colheres de sopa de prata (13#680), 1 colher grande de prata (4#320), 11 colheres de prata para chá (7#400), 1 concha de prata (7#440), 1 paliteiro de prata (8#460), 1 bomba para mate de prata (1#680), 1 relógio de prata (25#000).
20	Inventariado: D. Marianna Francisca de Oliveira Inventariante: Manoel Francisco de Oliveira 1861	12:422#500	7 escravos: Paulo, africano, 40 anos (1:000#000), Rosa, 40 anos (800#000), Maria, 22 anos (1:400#000), Thereza, 14 anos (1:500#000), Felisberta, 22 anos (1:500#000), Amanda, 7 anos (1:000#000), ?, crioulo, 5 anos (700#000).	1 cuia de mate com boca de prata (1#000), 1 garfo, 2 colheres de sopa e 5 colheres de chá (11#480).
9	Inventariada: Maria Rita da Conceição Inventariante: Tenente Coronel Amaro José Pereira 1861	2:189#300	(não descreve)	Pequena imagem de Santo Antonio de prata (200#000), Imagem de Nossa Senhora da Conceição de barro coberta de prata (4#000), Imagem N. Senhora Santa Ana de prata (4#000), São José de prata (5#000), São João (3#000), Santo Antonio (3#000), 1 par de castiçais antigos de prata (61#440), 1 par de castiçais pequenos (54#720), 1 salva antiga de prata (42#240), 1 salva pequena (24#000), 9 colheres de prata para chá (6#480), 1 colher de concha de prata (1#440).

15	Inventariado: Francisco Jose Dias Formiga Inventariante: Dona Carolina Walkes Formiga 1861	16:036#523	5 escravos: Rozario, crioulo, de 25 anos (1:500#000), Camilo Calafate, 50 anos (600#000), Fortunato, de Nação, 60 anos (fugido) (250#000), Maria, de Nação, 30 anos (1:400#000), Zeferina, crioula, cega, 56 anos (100#000).	1 salva de prata grande (61#880), 1 salva de prata pequena (12#600), 12 colheres de prata de sopa (45#080), 12 colheres de prata para chá (13#160), 1 colher de prata para sopa (14#140), 1 paliteiro de prata (22#120), 1 espevitadeira (22#680), 1 relógio de ouro com corrente (100#000), 1 relógio de parede com caixa (40#000), 10 pares de garfos e facas de cabo de chifre de veado (3#200), 1 tacho de cobre (5#000).
12	Inventariada: Maria Amalia da Luz Inventariante: Comendador João Pinto da Luz 1861	99:826#890	11 escravos: Francisco, crioulo, de 25 anos (2:000#000), Diogo, carpinteiro, de 25 anos (1:600#000), Narcizo, africano, de 24 anos (1:000#000), Feliciano, crioulo, de 20 anos (1:400#000), Jacinto, pardo, de 28 anos (1:600#000), Vicente, crioulo, de 50 anos (600#000), Margarida, crioula, de 25 anos, (1:800#000), Dortea, 25 anos (1:600#000), Delfina, 12 anos (1:200#000), Tsimulte, 10 anos (800#000), João, crioulo, 6 anos (500#000).	1 candelabro de prata (600#000), 4 pares de castiçais de prata e serpentina (368#000), 2 castiçais de prata (72#000), 2 espevitadeiras e tesoura de prata (54#600), 1 perfumador de prata (72#000), 24 colheres de prata (43#200), 24 garfos de prata (43#950), 1 par de rédeas (48#900), 1 freio de prata (42#000), 1 par de estribo de prata (39#000), 2 dúzias de colheres de chá de prata (23#520), 1 concha para sopa de prata (11#520).
8	Inventariada: Adriana Rosa Vieira Inventariante: Felix Vieira da Cunha 1862	3:745#400	5 escravos: Cleutiria, crioula, 55 anos (200#000), Miguelim, pardo (1:200#000), Angelina, parda, 15 anos (1:200#000), 1 pardo de 6 anos (300#000), Joaquim, pardo, 3 anos (150#000).	Facas velhas de prata (34#000), Prata velha (34#000), 1 tacho de cobre (12#000).

7	Inventariado: Francisco Candido de Mello Inventariante: Graciano José R. Ferreira 1863	4:718#330	2 escravos: Antonio, africano (1:000#000), Raymundo, 8 anos (600#000), Serviços de 2 escravos: Joaquina, 15 anos, serviços (900#000) e Joaquim, 15 anos, marinheiro (3:600#000).	10 colheres de prata grandes (12#180), 10 colheres de prata pequena (3#180), 1 cordão de ouro com 1 figa de casal (29#450), 1 rosário com objetos de ouros e de prata (5#000), 2 anéis de ouro (7#000), 1 par de argolas e coração de ouro (2#000), 1 par de argolas com figa de casal (3#000), 1 alfinete de ouro de pregar (1#000), 1 par de brincos de ouro (8#000), 1 dente de ouro (#500), 1 baú coberto de ouro (?).
21	Inventariada: Felizarda Amalia da Costa Brocardo Inventariante: João Pinto da Luz, genro 1863	9:863#080	3 escravos: Julio, fugido 5 anos (500#000), Geraldo, crioulo, 40 anos (400#000), Carolina, pardinha, 11 meses (150#000).	1 aparelho de prata para chá contendo 1 cafeteira, 1 bule, 1 leiteira, 1 açucareiro, 1 “tifillas” e paliteiro (390#000), 1 salva de prata (52#200), 1 par de castiçais em bom estado (123#840), 1 par de castiçais de prata pequeno (37#440), 12 colheres de prata para sopa em bom uso (64#680), 12 colheres de prata para chá em bom uso (14#000), 1 caixa grande de prata em bom uso (15#400), 1 colher para tirar arroz de prata (8#120), 1 caixa de prata para tirar açúcar refinado em bom uso de prata (3#360), 12 cabos de faca de prata usados (20#160), 12 cabos de garfo de prata usado (20#160), 2 cabos de faca e garfo de prata (6#720), 1 par de brincos de brilhantes (800#000), 1 par de pulseiras de cabelo em costados de ouro (5#000).

13	Inventariado: Coronel Joaquim de Almeida Coelho Inventariante: Maria Isabel de Almeida Gama 1864	18:002#710	4 escravos: Custódia, crioula, 22 anos (1:100#000), recém-nascida, filha de Custódia (50#000), Candida, crioula, 18 anos (1:100#000), Prundencia, preta velha, africana, 60 anos (150#000).	1 par de meias mangas sobre castiçais de bronze com pingentes de vidro (20#000), 1 candelabro de bronze de 5 luzes com pingentes de vidro (20#000), 1 colher grande para de tirar sopa (14#000), 1 colher de sopa de prata (8#160), 6 facas com cabo de prata (60#000), 2 colheres de prata grande para sopa (72#450), 2 colheres de prata, conchas (6#900), 16 colheres de prata para chá (22#800), 1 bule de prata (89#000), 1 bule de prata antigo (64#800), 1 cesta de fio de prata para uso do bule (4#000), 1 açucareiro de prata (34#320), 1 paliteiro de prata (12#920), 1 caixa de rape de prata (6#960), 1 bomba de prata e cuia de mate com enfeites (4#000), 1 bule de metal do príncipe (12#000), 1 oratório de madeira contendo 1 imagem do crucificado e pertences de prata (16#000).
18	Inventariado: Thomaz dos Santos Inventariante: Delfina Victorina dos Santos 1865	30:160#000	3 escravos: Hernesto, crioulo, de 29 anos (1:200#000), Filomeno, crioulo, de 26 anos (1:200#000), Isabel, crioula, de 18 anos com 1 filha parda de nome Firmina de 8 meses (1:200#000).	1 paliteiro de prata (13#680), 1 bandeja e tesoura de espevitar (13#920), 1 cuia e bomba de prata para mate (13#920), 7 colheres de sopa e 1 concha para chá (14#160), 2 serpentinas de bronze e seus pertences (40#000), 2 pares de castiçais de bronze com meias mangas de vidro (12#000).
11	Inventariado: O Comendador João Pinto da Luz Inventariante: Dona Francisco Carolina da Siqueira Luz 1866	156:264#369	10 escravos: Dorothea, preta, de 30 anos (800#000), Margarida, 32 anos (100#000), José, crioulo (filha da Margarida) (500#000), Delfina, parda, 17 anos (800#000), Francellina, 14 anos (800#000), Francisco, preto, 34 anos, José, 36 anos (700#000), Narciso , 32 anos	1 par de castiçais de prata (92#160), 1 par de castiçais de prata (97#280), 1 castiçal de prata (93#440), 1 castiçal de prata (93#440), 2 castiçais de prata (83#200), 1 paliteiro de prata (20#480), 1 paliteiro de prata (21#760), 1 Bule de prata (12#600), 1

			(500#000), Feliciano, 24 anos (800#000), Faustina, preta (600#000).	perfumador (50#326), 1 salva (99#840), 1 salva (55#680), 2 salvas (53#760), 1 tesoura e 1 bandeja (38#400), 24 colheres (103#680), 2 conchas de prata para sopa (33#200), 12 garfos (107#500), 5 garfos (20#480), 1 tinteiro de prata (84#480), 12 talheres (53#760), 1 porção de prata quebrada (40#320), 1 cômoda com brilhantes (800#000), 1 cômoda com prata dourada (80#000), 1 hábito de brilhante (150#000), 1 hábito de prata dourado (25#000), 1 relógio de ouro (150#000), 1 tacho de cobre (39#000), 1 tacho de cobre (18#000).
16	Inventariado: Amaro José Pereira Inventariante: Bernadina Ignez da Silveira 1866	32:442#636	3 escravos: Joaquim, pardo, mais de 40 anos, idiota e ébrio (150#000), Margarida, crioula, mais de 25 anos, achoçada de erisipele e epilepsia (300#000), Mariana, crioula, mais de 40 anos, achoçada de erisipele (400#000).	1 cordão de ouro fino (15#000), 1 bracelete a ouro arrebentado (10#000), 1 par de brincos de ouro (2#500), 1 memoria de ouro com 1 pedra no centro (3#000), 1 memoria de ouro com diferentes pedras (6#000),9 colheres de prata para sopa (28#000), 12 colheres de chá (4#800), 1 par de castiçais de prata (40#320),1 par de castiçais de prata (48#000), 1 banquinha com tesorim de prata (11#520), 1 salva de prata (26#880), 1 par de estribos de prata (46#080), 1 freio de prata (32#640).
24	Inventariado: Pedro Crouscy Inventariante: Anna Maria Crouscy 1869	72:420#381	6 escravos: Rafael, crioulo, 35 anos (700#000), Januario, crioulo, 30 anos (500#000), Dionisio, crioulo, 42 anos (500#000), Felicidade, 48 anos (300#000), Firmina, 27 anos (400#000), Chitonia, 5 anos (300#000).	6 garfos de prata (23#040), 12 colheres de prata (29#760), 1 relógio de ouro (100#000), 1 cordão de ouro (45#000).

1	Inventariado: João Pinto da Luz Inventariante: Felicidade Amalia da Luz 1869	4:267#120	1 escrava de nome Generosa, 40 anos (800#000).	1 Relógio de ouro (100#000), 1 Alfinete de prata (20#000) e 1 Par de brincos de ouro (8#000).
6	Inventariado: José Pereira Lisboa Inventariante: Maria Candida Alves Pereira 1869	1:811#530	1 escrava de nome Patrícia, parda (600#000).	2 colheres de prata para sopa e 1 concha (4#000), 1 relógio antigo com caixa de prata (4#000), 1 hábito de chinelo (3#000), 1 botão de ouro (1#000).
14	Inventariado: Jacinto José da Luz Inventariante: Dona Joaquina Neves da Luz 1869-1879	146:683#674	16 escravos: Joaquim, de Nação, de 48 anos (400#000), Anastacia, crioula, 35 anos (1:200#000), Martinho, pardo, 38 anos (800#000), Antonio, crioulo, 38 anos (1:200#000), Antonio, crioulo, 30 anos, (1:200#000), João, 22 anos (1:200#000), Pedro, sapateiro, 30 anos (800#000), Luis, marinheiro e fugido (1:200#000), Pertuliano, pardo, 16 anos (600#000), Sebastião, 4 anos (300#000), Justino, crioulo, 12 anos (550#000), Emilia, pardo, 11 anos (500#000), Claudina, crioula, 40 anos (300#000), Luiz, 40 anos (600#000), Francisco, 45 anos (50#000), Fabiana, 40 anos (600#000).	1 candelabro de prata (195#000), 1 jarro e bacia de prata (195#000), 1 bule para café de prata (94#800), 1 bule para chá de prata (79#800), 1 açucareiro (48#600), 1 leiteira (33#900), 1 açucareiro pequeno (39#300), 1 manteigueira (33#000), 1 paliteiro (27#900), 1 par de castiçais (69#120), 1 par de castiçais (72#480), 1 par de castiçais (73#200), 1 par de castiçais (72#430).
3	Inventariado: Francisco Antonio da Silva Inventariante: Maria Arminda da Costa 1874	12:354#650	12 escravos: Estevão, crioulo, 50 anos (400#000); João, africano, 48 anos (240#000); Feliciano, 33 anos (800#000), Constância, crioula, 45 anos (300:000); Maria, 9 anos, filha de Constância (400#000), Rachel, crioula, 6 anos, filha de Constância (300#000); Margarida, 28 anos (400#000); Emilia, parda, 10 anos, filha de Margarida (400#000); Antonio, pardo, 8 anos, filho de Margarida	12 colheres de prata para chá, com 1 concha (12#000); 12 colheres de prata de sopa (34#000); 1 cordão de ouro (102#000), 1 cordão mais fino de ouro (43#500); 1 uma bomba de prata (1#400).

			(400#000).	
10	Inventariado: Estanislau Valério da Conceição Inventariante: Maria Elisia Schutel da Conceição 1875	36:668#782	4 escravos: Bernardo, 60 anos, de Nação (100#000), José, 40 anos (400#000), José, 20 anos (1:500#000), Carlos, 18 anos (1:000#000).	Gramas de prata (541:600), 1 Relógio de ouro com corrente (150#000), 1 alfinete de brilhante (150#000), 1 trancelim de ouro (30#000), 2 chicotes de prata (20#000).
22	Inventariada: Rita Carolina da Silva Inventariante: João Pombinho da Silva 1875	484#000	Sem descrição.	Sem descrição.
2	Inventariada: Berta Hoepke Inventariante: Carlos Hoepke 1880	11:950#000	Sem descrição.	Sem descrição.

ANEXO 4

TABELA COM INFORMAÇÕES SOBRE OS INVENTÁRIOS *POST MORTEM* DE DESTERRO NO SÉCULO XIX

	Imóveis	D. Passiva	Móveis, Animais e outros	Louças
27	1 Casa de sobrado na rua Augusta (5:500#000), 1 casa térrea na rua Augusta, com 2 portas de frente (2:500#000), 1 casa nº18 com 3 portas de frente na rua Augusta contigua nº 14 (2#500 ?), 1 casa térrea na rua da Cadeia (600#000), 1 casa de sobrado com 2 portas na rua da Cadeia (1:000#000), 1 casa térrea na rua da Cadeia, com 2 portas (400#000), 1 casa no largo do Quartel no Campo do Manejo (500#000), 1 casa e 55 braças de terras que contem a chácara no lugar denominado Boa Vista (5:000#000), 22 braças e 1 palmo de terras em Carreiras (90#000), 1 engenho de moer cana (6#000).	5:817#619	1 porção de pedras que existe em frente às 2 casas da rua Augusta (300#000), 3 colchas de damasco de seda (6#000), 1 par de castiçais galvanizados (6#000), 1 salva de galvanizado (3#000), 15 cadeiras de palinha (15#000), 1 sofá de palinha (12#000), 2 aparadores (10#000), 1 mesa de meio de sala (10#000), 1 piano velho com 1 banco (50#000), 1 cadeira de balanço (6#000), 1 cadeira de braço (6#000), 3 mangas de vidro (12#000), 1 banheira grande (2#000), 1 banheira pequena (1#000), 1 mesa envernizada pequena (4#000), 1 mesa grande para jantar (4#000), 1 bacia grande de arame (6#400), 1 bacia pequena de arame (3#200), 2 camas grandes (16#000), 1 donzela (2#000), 1 Senhora do Livramento e redoma (20#000), 1 imagem S. Martinho (10#000), 1 relógio de cima de mesa (5#000), 1 compoteira grande de vidro (2#000), 5 dúzias e 8 pratos de vidro (6#800), 1 dúzia de pratinhos de vidro (#600), 22 cálices de vidros lapidados (5#280), 6 copos para água lapidados (3#000), 4 garrafas de vidro lapidadas (12#000), 1 garrafa lisa e outra dourada (1#200), 1 mesa de cozinha (1#000), 1 armário (1#000), 4 potes de pão (2#000), 6 lampiões (#600), 2 ferros de engomar (2#000), 1 espelho grande oitavado	2 bacias de porcelana (6#000), 2 jarros (6#000), 1 aparelho de porcelana para chá (20#000), 1 compoteira de vidro pequena com seus pratos (1#000), 1 bandeja de porcelana dourada (#500), 6 xícaras de porcelana dourada (3#000), 3 bandejas (12#000), 5 dúzias de pratos azuis (7#000), 3 pratos pequenos (1#800), 1 saladeira (#500), 7 pratos travessas fundos azuis (2#800), 9 pratos fundos azuis (1#800), 2 pratos cobertos fundos azuis(1#200), 2 terrinas azuis (1#800), 8 pratos pequenos azuis (#800), 7 terrinas (7#000), 10 dúzias de pratos (8#000), 9 pratos travessas (3#600), 7 pratos cobertos (4#900), 3 pratos travessas fundos (1#200), 5 peças de barro (25#000) ?, 7 bules (2#240), 58 garrafas (4#720).

			(8#000), 1 espelho redondo envernizado (4#000), 1 sofá de jacarandá (10#000), 2 mesas antigas (4#000), 1 mesa pequena com gavetas (2#000), 1 mesa de jantar com gavetas (2#000), 1 mesa de cozinha (1#000), 2 marquesas (8#000), 1 burra de ferro (12#000), 1 sela nova (25#000), 1 rédea e cabeçada (2#000), 1 vaca no sítio (25#000), 1 vaca e 1 cria (40#000), 1 petiço (5#000),, 4 cavados de pano fino (20#000), 12 cadeiras novas (24#000), 2 mesas (8#000), 1 mesa de jantar (4#000), 1 marquesa (6#000), 16 peças de papel para forno de casa (19#200), 1 globo (2#500).	
25	2 casas de Sobrado contiguas na rua da Princesa com trapiche coberto de sotea, as quais uma com 3 portas na frente (6:500#000) e outra com 2 portas na frente (3:500#000), 1 casa térrea na rua do Alecrim (1:200#000), 4 braças de terras cercadas na rua da Figueira (600#000), 4 braças de terras com 1 telheiros, no lugar denominado Rita Maria (500#000), 4 braças de térras no caminho do Estreito (50#000).	12:149#487	3 memorias (18#000), 1 imagem de S. Crucificado (16#400), 1 imagem de S. Conceição, cora de prata (4#000), 1 imagem de S. João (4#000), 1 quadro de S. Bom Jesus de Braga (6#000), 1 relógio de cima de mesa (100#000), 1 relógio de álgebra inferior (5#000), 1 manga de vidro 1 vaso dentro (100#000), 3 mangas (12#000), 1 mesa redonda (8#000), 1 piano (70#000), 1 meia cômoda na alcova (20#000), 1 armário grande na alcova (20#000), 3 aparadores (18#000), 1 mesa (4#000), 1 carropé de palinha (16#000), 6 cadeiras boas e 2 quebradas (16#000), 1 lavatório (4#000), 1 mesa de jantar na varanda (7#000), 1 mesa com abas (5#000), 1 mesa com gavetas (4#000), 1 aparador num quarto (7#000), 1 armário com vidraça para louça(16#000), 6 cadeiras americanas (6#000), 2 marquesas envernizadas (20#000), 1 mesa de cozinha	1 mocha grande para a escrivaninha (2#560), 4 mochas velhas (4#000), Outras na relação do Armazém.

			(1#500), 1 cama envernizada (25#000), 1 mesa pequena no escritório (4#000), 1 mesa com abas (3#000), 1 armário com ? (18#000), 1 cômoda pequena com ? (6#000), 1 escrivaninha grande (25#000), 1 escrivaninha pequena (8#000), 1 burra de ferro (8#000), 1 bacia grande arame (16#000), 1 óculos de alcance (12#000), 1 óculos inferior (3#000), 3 lampiões (8#000), 1 lampião mais pequeno (2#000), 1 violão (10#000), 1 marquesa desarmada (4#000), 1 estante boa (20#000), 1 estante inferior (5#000), 1 mesa grande na casa mais pequena (8#000), 1 marquesa na casa mais pequena (7#000), 2 aparadores (20#000), 1 sofá de palinha (40#000), 12 cadeiras (48#000), 1 adereço (62#000), 2 castiçais (39#000), 1 salva (11#600), 6 colheres (14#600).	
26	Não descreve	11:227#303	1 marquesa com gavetas (10#000), 1 cômoda (16#000), 1 mesa redonda (8#000), 1 sofá (15#000), 2 bancos (12#000), 4 cadeiras de braço (16#000), 12 cadeiras com assento de palinha (36#000), 1 chapéu (12#000), 1 marquesa com assento de palinha (4#000), 3 marquesas de pau (9#000), 1 viveiro (6#000), 2 gaiolas com 2 canários (20#000), 2 gaiolas com 2 canários (16#000), 2 gaiolas com 2 canários (6#000), 1 mesa de jantar (10#000), 1 lavatório (2#000), 8 lampiões (2#000), e castiçais de latão (#200), 1 armário de venda (8#000), 3 livros (1#500), 2 livros (#640), 1 dicionário (1#280).	Outras na relação do Armazém.

23	1 casa de morada com cozinha (500#000), 1 engenho de fazer farinha com todos os pertences e casa (200#000), 47 braças de terras no Distrito de Baixio (188#000), 78 braças no mesmo lugar (312#000), 16 braças no morro de Frago (192#000), Sítio da Vivenda 37,5 braças de terras (937#500), 1 campo grande lavrado (#800), 1 campo pequeno (#200), 2 quinhões no engenho de baixio (12#000).	180#070	1 cômoda pequena (10#000), 1 mesa pequena de óleo (4#000), 1 mesa mais usada (3#500), 6 cadeiras envernizadas de preto (13#200), 6 cadeiras envernizadas de amarelo (9#000), 1 tamborete (#200), 1 espelho de parede (1#500), 2 quadros de parede (#260), 6 quadros de parede (1#920), 1 caixa de cedro usado (3#000), 1 caixa sem fechadura (1#200), 1 caixa em muito mau estado (1#000), 1 cama velha sem armação (3#000), 1 escorraçado (#320), 1 barrico (#240), 1 pilão grande (1#000), 1 pilão pequeno redondo (#240), 1 gamela pequena redonda (#240), 1 gamela comprida (#240), 1 tear com seus pertences tudo em mau estado (2#000), 1 canoa borda velha (6#000), 1 canoa (5#000), 1 canoa (2#000), 1 rancho das ditas canoas (6#000), 1 ferro de engomar com 2 cunhos (2#300), 1 panela de ferro (2#210), 1 seleira com freio em mau estado (2#240), 2 machados velhos (?), 1 enxada (#320), 1 enxada pequena (#160), 2 foices (#430), 1 junta de bois (80#000), 1 vaca de pelo ? (26#000), 1 vaca de pelo colorado (30#000), 1 terneiro ? (14#000), 1 cavalo de pelo vermelho (25#000), 1 animal ruim (8#000).	1 caçarola (1#000), 2 castiçais de casquinha (1#600), 1 bule pintado, usado (#203), 1 bule pequeno, branco (#240), 1 prato travessa (#320), 2 borra azul (#160).

19	10 braças de terras no lugar denominado Areias (220#000).	Sem dividas	22 copos de vidro lapidados (13#200), 1 compoteira de vidro (#800), 6 garrafas de vidro branco para servir em mesa (?), 2 meias mangas com castiçais de latão (2#000), 1 tesoura de latão com serpentina (#600), 1 bandeja grossa (2#000), 1 bandeja pequena (#600), 1 baú orvalha (#600), 1 mesa de jantar grande (14#000), 1 mesa pequena com gavetas (5#000), 1 banca de sala em mau estado (3#000), 1 marquesa usada (4#000), 6 cadeiras de assento de palinha usados (6#000).	4 pratos travessas grande (7#200), 4 pratos travessas pequenas (2#400), 4 pratos travessas pequenas (#640), 1 prato travessa azul (#800), 1 bacia pintada (#800), 1 prato travessa pequena fundo (#500), 1 prato travessa em mau estado (#200), 3 sopeiras com suas tampas (1#200), 2 terrinas com tampa (5#000), 2 molheiras (#640), 1 jarro (1#000), 2 bules pintados (1#400), 2 açucareiros (1#000), 2 manteigueiras (#600), 1 leiteira com tampa (#200), 1 leiteira sem tampa (#200), 2 tigelas de lavar xícaras com seus competentes pratos (#640), 24 casais de xícaras azuis chineses (4#800), 87 pratos orelha azul (8#700), 21 pratos fundos orelhas azuis (2#520).
17	Braças de terras na estrada do Morro (128#000), 21 braças de terras no mesmo morro (105#000), 12,5 braças de terras na Estrada Grota de Aguiar (6#250), 28 braças de terras (42#000), 1 casa de meia agua coberta de telha (60#000), 20 braça de terras no Caminho Público (32#000), 20 braças de terras no sítio da vivenda (32#000).	52#140	Junta de bois velhos, 1 por nome de peitudo (38#400), Outro por nome de Crioulo (50#000), Carro usado (12#000), 1 caixa usada (5#000), 1 roça de mandioca (40#000), 1 roça pequena (7#000), 1 roça pequena (3#000), 1 roça de cana (4#000), 1 roça (2#400), 1 vaca de pelo Corama (30#000), 1 foice usada (1#800), 1 foice velha (#400), 1 garrafão ? (#800), 1 cadeira velha (#400), 1 marquesa bastante velha coronada (2#000), 1 caixa de gavino usado (1#000), 1 caixa de garapavu (#300), 1 baú velho (#300), 2 caldeirão de ferro já usado (1#000), 1	1 prato branco de travessa rosa (#400), 1 bacia branca pequena e dourada (#300).

			banco velho corinado (#400).	
4	4 Casas (1 na rua do Livramento e 3 na Rua do Príncipe, sem nº, sem nº?, nº303), (9:000#000, 14:000#000, 3:500#000, 4:000#000), 1 chácara no Mato Grosso (1:800#000).	3:939#945	1 piano (600#000), 1 mobília (contendo 1 sofá, 14 cadeiras, 2 destas de assento, 1 mesa redonda, 3 bancos, 2 pequenos (300#000)); 1 relógio de sala (30#000), 3 pares de manga (18#000); 1 armário (40#000), 1 lampião (12#000), 1 mesa envernizada (10#000), 1 cômoda (30#000).	Não descreve.
5	5 Casas (4 na Rita Maria e 1 na Rua do Príncipe) (550#000, 800#000, 800#000, 12#000, 1:300#000) e 1 Terreno na Rita Maria (72#000).	432#450	2 tachos grandes de cobre (12#000), 1 taxo pequeno de cobre (4#000), 1 almofariz pequeno (2#000), 1 marquesa com assento de palinha (14#000), 12 cadeiras de aleo com assento de palinhas (60#000), 1 cadeira de balanço (10#000), 2 aparadores de aleo (24#000), 1 mesa de jantar (20#000), 1 escrivaninha (18#000), 1 guarda - roupa (50#000), 1 guarda vestido (20#000), 1 cômoda (20#000), 2 mesas pequenas velhas (6#000), 2 mesas de jantar usadas (8#000), 7 cadeiras americanas e velhas (7#000), 1 lavatório usado (2#000), 1 cama grande usada (6#000), 2 caixas pequenas velhas (2#000), 1 cama de armação usada (12#000), 1 marquesa com assento de pau velha (5#000), 1 par de castiçais (5#000), 1 marquesa velha (3#000), 1 canoa borda lavada velha (3#000), 1 relógio de cima de mesa (10#000), 1 oratório (50#000), 1 capote velho (5#000).	1 bacia pequena de cobre(4#000), 1 bacia grande de folha para banho de ferro (3#000), 3 Mochas (2#400), 5 grandes vasos (5#000), cada louças por 1#175 (235#000) [1 item só para louças e vidros].
20	1 morada de casas de vivenda na rua do Vigário (2:500#000), 1 morada por acabar na mesma rua do Vigário (1:600#000)	477#420	1 relógio de parede (3#000), 1 relógio de cima de mesa (4#000), 1 par de mangas de vidro (6#000), 1 par de castiçais (3#000), 3 castiçais velhos de bastão (#640), 2	1 par de vasos ordinários de porcelana (3#000), 4 gomil (2#560).

			marquesas velhas (4#000), 1 espelho grande velho (3#000), 2 bandejas usadas (1:220), 1 cômoda usada (25#000), 1 sofá usado (8#000), 1 mesa grande de jantar (4#000), 1 mesa pequena (4#000), 1 banca usada (5#000), 12 cadeiras de palinha americanas usadas (24#000), 6 tabuleiros velhos (2#000), 2 latas velhas (2#000), 2 caixas usadas (10#000), 2 chaleiras (2#000), 4 aparadores (2#000), 1 frigideira (#500), 1 taxo grande velho (3#000), 1 canoa (#240).	
9	1 morada de casas com duas janelas e 1 porta ao lado da Igreja Matriz que precisa de concerto (1:600#000), 1 Terreno na rua do Livramento (200#000).	186#560	1 oratório de jacarandá (10#000), 1 cômoda (4#000), 1 banquinho (3#000), 1 carteira pequena de viagem (4#000), 1 cama (6#000), 1 baú (6#000), 1 baú pequeno (4#000).	Livro com despesas do falecido: 33 "zicaras" para "servir" (8#440), 8 "varas para travessas"(#480).
15	1 chácara com casa na rua do Mato Grosso (5:000#000), 1 morada de casas térreas na rua da Cadeia (3:500#000).	15#580	1 carro em meio uso (30#000), 3 bois (120#000), 3 garrafas brancas lapidada (6#000), 2 compoteiras (4#000), 3 copos brancos lapidados (2#000), 6 copos brancos pequenos (1#800), 1 candelabro de 5 luzes (40#000), 1 castiçal com meia manga pequena (1#000), 1 manga de vidro laminada (4#000), 1 par diverso de vidros (2#000), 1 espelho dourado (15#000), 1 espelho envernizado (12#000), 6 quadros (6#000), 6 cadeiras americanas (6#000), 1 guarda-louça (10#000), 1 sofá velho (2#000), 1 marquesa velha (3#000), 1 banquinha envernizada (10#000), 1 cômoda envernizada (10#000), 1 baú velho (1#000), 1 mesa velha de engomar (2#000), 1 caixa velha (#800), 1 banheira velha de folha (2#000), 1 mesa	18 casais de xicaras de porcelana (6#000), meio aparelho chinês de jantar inutilizado (40#000), 1 bule, 1 açucareiro e 1 manteigueira preta (2#000), 1 par de castiçais de casquinha com meia manga (8#000), 1 par de castiçais de casquinha com meia manga (2#000), 1 par de vasos com flores (20#000).

			envernizada de jantar (4#000), 1 mesa envernizada pequena (3#000), 1 mesa redonda (10#000), 2 aparadores, 1 sofá com assento de palinha (12#000), 18 cadeiras (54#000).	
12	1 morada de casas de sobrado em frente ao Mercado (20:000#000), 1 morada de casa de sobrado na rua da Cadeia (5:500#000), 1 morada de casas de sobrado na rua Augusta (4:500#000), 1 casa que serve de Armazém na rua Augusta (4:500#000), 1 morada de casas junto ao Armazém em mau estado (8:000#000), 1 morada de casas térreas em frente a rua Augusta (4:500#000), 1 chácara na rua do Mato Grosso (12:000#000), Uns terrenos de Marinha, Praia de Fora(600#000).	Sem divida.	1 mobília usada contendo: 14 cadeiras, 1 sofá, 4 aparadores, mesa redonda (180#000), 1 cama francesa (80#000), 1 cama francesa pequena (70#000), 1 toucador de mogno (130#000), 1 toucador de jacarandá (?), 1 piano forte (800#000), 1 mesa de jantar (50#000), 3 mesas usadas de jantar (24#000), 1 guarda - louça (40#000), 12 cadeiras de jacarandá (48#000), 12 cadeiras de pau (12#000), 4 bancos de aleo (24#000), 1 banca usada (12#000), 6 marquesas de aleo (36#000), 1 papelaria (100#000), 1 cômoda (40#000), 1 guarda-vestidos (40#000), 1 roupeiro de aleo (20#000), 4 pares de manga (40#000), 2 florais de vidro (20#000), 2 pares de meia manga (16#000), 1 junta de bois (100#000), 2 vacas (100#000), 1 carro novo (45#000).	Não descreve.
8	Metade de 1 morada de casa na Praia Comprida em mau estado (300#000) e 40 braças de terras na Praia Comprida (320#000).	333#320	1 sofá muito velho (1#200), 12 cadeiras de palinha (4#000), 1 mesa de jantar velho (3#000), 1 cama velha (1:#200), 1 marquesa velha (2#000), 1 caixão grande (6#000), 1 taxo de pau (1#000), 6 meia pilha e pouco de talheres (10#000).	6 miudezas com estampa velha (1#000).
7	1 casa na rua do Governador nº1 (1:200#000).	572#440	1 chapéu (6#000), 1 pilão de pau (2#000), 1 cadeira americana e 1 cabide velho (1#000), 4 quadros diferentes (3#000)	1 caneca pequena de louça da Índia [pertences da "pardina" órfão e herdeira Joana, que não era filha legitima do

			Relação de roupas da órfão Joana que foi entregue pelo Sr. Graciano José Rodrigues Pereira, no ato da entrega da mesma ao tutor Sr. Antonio José Monteiro: 8 vestidos, 8 camisas, 4 saias, 1 toalha, 1 fronha, 1 colcha de chita, 1 chale, 1 paletó de lã, 2 lenços de pano, 3 calças, 4 lençóis, 1 balão, 1 calcinha, 2 pares de tamanco, 1 espelho pequeno, 1 chapéu, 1 baú e 1 calçadeira, 1 par de botinas	inventariado].
21	1 morada de casas na rua do Palácio (5:000#000), 7,5 braças de terras na rua do Palácio (400#000), 7,5 braças de terras (150#000).	Sem divida.	1 mobília de sala contendo 12 cadeiras, 1 sofá, 4 bancos, 2 cadeiras de braço tudo usado (100#000), 1 enxada (20#000), 1 guarda vestido (20#000), 1 cama de jacarandá (40#000), 6 cadeiras de jacarandá (6#000), 1 mesa de jantar (2#000), 1 taxo velho, trempes e trem de cozinha (5#000).	2 pares de castiçais de casquinha e mangas (10#000).
13	1 morada de casa de sobrado na Praça do Palácio, esquina na rua Aurea, tendo 4 janelas de frente para a mesma rua, 2 armazéns e quintal murado (10:000#000), 1 morada de casas de sobrado que faz frente na rua Aurea e fundo na rua Espirito Santo, 4 janelas de frente, 1 Armazém e quintal (4:000#000). Impostos sobre prédios urbanos na casa do Largo do Palácio nº3 e na rua Aurea nº1.	4:850#629	1 piano novo Hamburguez (600#000), 1 piano velho (30#000), 1 mobília de sala de aleo com assento de palinha, contendo: 1 sofá, 7 cadeiras de assento, 2 de braços, 2 aparadores e 1 mesa (236#000), 8 cadeiras de palinha de sala de jantar (8#000), 2 aparadores de sala de aleo (8#000), 2 paradores de jacarandá (5#000), 2 mesas de abrir embutida (5#000), 2 mesas pequenas de abrir embutidas (3#000), 1 mesa de aleo de abas (4#000), 1 mesa pequena com gavetas (1#000), 1 mesa grande de jantar (12#000), 1 mesa central de abas de aleo (mesa de sala) (5#000), 1 armário envidraçado de guardar louças (20#000), 1 mesa pequena de canteira (1#000), 1 sofá com assento de palinha de aleo (20#000), 1 cômoda	2 escarradeiras de porcelana pintados (4#000), 1 par de vasos de porcelana dourada (2#000), 2 bandejas pequenas douradas (2#000), 1 par de castiçais de casquinhas (2#000), Meio aparelho de louça fina de mesa de jantar (25#000), 1 aparelho de porcelana para chá dourado (20#000), 17 pratos de louça fina para doce (5#000), 2 salvas grandes de casquinha (20#000), 1 bacia e jarro de porcelana dourada (8#000).

			antiga (12#000), 1 relógio “chimans” de mesa (10#000), 1 marquesa grande velha (2#000), 1 caixa grande de guardar roupa (3#000), 1 cama de casal "aliga" (6#000), 1 jarra de madeira (#500), 1 bacia grande arame, 1 talha de barro para agua (1#500), 1 par de mangas de vidro lavados (10#000), 1 par de mangas de vidro liso (2#000), 4 compoteiras de vidro com flores douradas (10#000), 2 garrafas de vidros pintadas (5#000), 2 copos de cristal grande verdes (3#000), 1 galheteiro com seus pertences (4#000), 6 cálices de cristal para vinho (20#000), 1 lavatório (3#000).	
18	1 morada de casas de sobrado na rua da Cadeia nº14 (10:000#000), 1 morada de casas térreas , a da vivenda na rua da Cadeia (2:500#000)	Sem divida	1 mobília de jacarandá, contendo: 1 mesma redonda em pedra mármore, 2 aparadores em pedra mármore, 12 cadeiras de palinha, 4 cadeiras de assento, 1 sofá de assento de palinha (320#000), 1 candelabro (30#000), 4 mangas de vidro lavadas (12#000), 1 outra mobília envernizada contendo: 1 mesa redonda, 2 aparadores, 1 sofá, 2 cadeiras em assento de palinha (150#000), 2 camas francesas envernizadas (60#000), 1 relógio de parede (80#000), 1 lavatório com pedra mármore e com petente toucador (50#000), 1 mesa de jantar envernizada e com abas e duas gavetas (15#000), 1 mobília bastante usada contendo 1 mesa com abas e 2 gavetas, 2 aparadores, 2 cadeiras com assentos de palinha (50#000), 1 espelho grande usado (10#000), 6 quadros grandes dourados bastante usados (15#000), 1 cômoda bastante	2 redomas grandes o seus vasos de flores artificiais (60#000), 4 cuspideiras de porcelana (12#000), 2 mangas de vidro lavados com 1 par de castiçais de porcelana (10#000), 1 aparelho azul para jantar (40#000), 1 aparelho de porcelana para chá e café (32#000), 1 aparelho de porcelana de friso azul do trincado (15#000).

			usada (12#000), 1 marquesa usada (6#000), 1 baú grande madeira (5#000), 1 licoreiro de metal (10#000).	
11	1 morada de casa de Sobrado na rua Augusta (20:00#000), 1 morada de casas (o Armazém), ao lado do sobrado e 1 casa de sobrado na rua do Príncipe (8:000#000), 1 parte de 1 chácara e casa na rua do Príncipe (3:000#000).	12:254#161	1 canoa grande bordada e seus pertences (200#000), 1 mobília de sala em bom estado (200#000), 1 mobília de sala em meio uso (150#000), 2 cômodas (50#000), 1 lavatório com tampo de mármore e seus pertences (80#000), 1 lavatório com seus pertences em meio uso (30#000), 1 cama francesa de casal (100#000), 1 cama (80#000), 1 cama (50#000), 1 cama para solteiro (30#000), 5 marquesas (35#000), 4 pares de mangas de vidro (24#000), 6 cadeiras de jacarandá (18#000), 4 aparadores (24#000), 1 dúzia de cadeiras (40#000), 1 dúzia de cadeiras (40#000), 1 mesa elástica (70#000), 1 guarda-louça (40#000), 1 guarda-louça (40#000), 1 guarda comida (40#000), 1 guarda comida (40#000), 1 guarda vestido (60#000), 1 guarda roupas (50#000), 1 secretaria (60#000), 1 piano forte de jacarandá (30#000), 1 guarda cavacos (?), 1 candelabro (?), 1 tapete (30#000), 1 relógio de sala (25#000), 1 lustres (10#000), 1 carroça para agua (50#000), 1 carroça para carga (50#000), 4 glabas de vidro (12#000), 1 cama para criança (10#000),	1 porção de louça e "três caninha" (150#000).

16	1 morada de casas de vivenda com 1 mirante na rua Augusta (3:000#000), Casa contigua, edificada sobre esteios de madeira (1:000#000), Casa na rua Augusta de autoria de Rodrigues Garcia (1:000#000), Sobrado no Largo do Palácio (3:500#000), Casa térrea na rua do Livramento (800#000), 3 moradinha de casas térreas por acabar sem cozinha, na rua Pereira (900#000), 2 morada de casas terras na rua Pereira (700#000), 1 morada de casas térreas na rua do Pereira (700#000), 1 morada de casas térreas na rua Aurea (800#000), 1 morada de casa térreas na rua do Pereira (1:500#000), 1 morada de casas térreas na rua do São Pedro (150#000), 1 morada de casas térreas de meia água na rua do São Pedro (150#000), 1 morada de casas térreas na rua do Imperador (300#000), 1 morada de casas térreas na rua do Imperador (250#000), 1 morada de casas na rua da Imperatriz (300#000), 1 morada de casas térreas na rua Formosa (1#500), 2 moradas de casas de meia água na rua Santa Isabel (700#000), 1 morada de casas térreas na rua da Lapa (300#000), 3 braças de terras na rua da Lapa, canto do Pereira (700#000),	9:163#046	1 relógio de mesa de metal em mau estado (20#000), 1 candelabro de metal, já estragado, com 5 mangas de vidro (15#000), 2 tachos de cobre, já muito usados (5#000), 1 sofá de palinha em mau estado (16#000), 12 cadeiras de palinha (36#000), 3 banquinhos em meio uso (15#000), 1 mesa de sala com abas (8#000), 6 cadeiras de palinha ordinárias, já estragadas (6#000), 1 cômoda usada (10#000), 1 guarda-roupa (10#000), 2 pares de mangas de vidro (4#000), 1 mesa de jantar velha (2#000), 1 oratório com 4 imagens (20#000), 1 marquesa muito usada (2#000), 1 tocador de mesa pequeno (2#000).	1 aparelho de louça azul e mais alguma louça ordinária (8#000).

	Metade da rua do Vigário (1:500#000), 1 chácara com casa em mau estado no lado dos Saco dos Limões (1:200#000), 1 porção de terrenos irregulares contíguos a rua da chácara (200#000), 20 braças de terras no Saco dos Limões (160#000), 1 chacrinha com 1 pequena cozinha na Freguesia da Trindade (400#000).			
24	1 morada de casas na rua do Senado (2:000#000), 1 sobrado na rua Servidor (1:800#000), 1 morada de casa na rua da Fonte grande (1:000#000), 1 morada de casas de sobrado na rua Conceição (2:500#000), 1 parte da casa da rua do Ouvidor (850#000), 1 morada de casas na rua da Princesa, nº 21 (2:500#000), 1 morada de casas nº19 na rua da Princesa (2:000#000), 1 morada de casa na rua da Princesa nº31 (800#000), 1 morada de casa na rua da Princesa nº33 (900#000), Terras no Ribeirão do Fernandes (75#000), 95 braças de terras anexa as de cima (380#000), 50 braças de terras na Freguesia de São João Baptista do alto Tijucas (?).	109#000	1 sofá, 12 cadeiras de palinha, 1 mesa redonda, 2 aparadores (80#000), 1 espelho grande de parede (12#000), 1 escrivaninha com gaveta (30#000), 1 relógio de cima de mesa (16#000), 1 par de castiçais sem mangas (10#000), 1 toucador de jacarandá (30#000), 1 cama princesa usada (10#000), 1 cômoda com gaveta (25#000), 1 mesa cômoda (20#000), 1 sofá palinha usado (12#000), 1 mesa de jantar (8#000), 6 cadeiras usadas (6#000), 1 espelho pequeno (4#000), 4 quadros (4#000), 1 lampião para querosene (10#000).	1 relógio de cima de mesa de "porcelana" (30#000), meio aparelho de louça meio uso pintado (12#000), 2 vasos de porcelana (12#000).

1	2 Casas, na rua Santa Isabel(2:000#000 + 800#000).	Sem divida	1 mobília de sala (4 cadeiras, 1 sofá, mesa vidrada, 2 aparadores) (150#000), 2 castiçais com meia manga usados (16#000), 1 meio guarda-roupa (30#000), 1 mesa de jantar (10#000), 1 cama de casal (60#000), 1 cama usada (12#000), 1 guarda vestido (80#000), 1 criado mudo (2#000), 1 aparador de varanda (3#000), 6 cadeiras (6#000), sofá e mesa de varanda (12#000).	1 Par de vasos para sala (12#000), 1 Par de escarradeiras (10#000), Louça e talheres em mau estado (30#000), Bacia de folha para banho (3#000).
6	1 morada de casa térreas na rua do Menino Deus (1:000#000).	440#620	1 Cômoda usada (14#000), Par de bancos usados (15#000), 1 sofá em assento de palinha usado (13#000), 6 cadeira em assento de palinha usados (20#000), 1 baú velho (4#000), 7 cadeiras velhas (5#000), 1 par de mangas de vidro (4#000), 1 par de mangas de vidro (6#000), 1 par de castiçais de vidro (2#000), 2 caixas (2#000), 1 sofá velho em alfazema de pau viga de madeira (4#000), 1 mesa velha (1#000).	1 bacia de banho (5#000).
14	1 morada de casas de sobrado na rua Augusta (15:000#000), 1 morada de casa de sobrado no Largo do Palácio (12#000#000).	Sem divida	1 sofá com assento e costa de palha, 1 mesa redonda, 4 cômodas com tampo de pedras, 4 cadeiras, 24 cadeiras (260#000), camas de ferro (90#000), 1 cama quebrada (20#000), 1 cama de madeira velha francesa (25#000), 1 roupeiro (50#000), lavatório e toucador (40#000), 1 guarda vestido (60#000), 1 montaria (30#000), burra de ferro (150#000), mesa (20#000), mesa de festa (40#000), 1 aparador (15#000), 1 sofá usado (6#000), 17 cadeiras velhas com assento de palha (34#000), 1 cômoda americana (?) (30#000), 1 espelho grande (10#000), 1 piano usado (200#000), 2 quadros com flores (40#000), 1	2 vasos (20#000), 4 vasos (2 quebrados) para flores (8#000), 1 aparelho de porcelana para jantar (200#000), diversos, louças, trem de cozinha e 2 mesas de cozinha (44#000).

			mesa redonda de madeira (6#000), 8 mangas de vidro (16#000), 1 relógio de mesa (80#000), 1 baliceira e seus pertences (150#000).	
3	4 Casas (Rua do Coronel Fernando, nº48, nº40, nº18, nº16) (1:600#000, 2:000#000, 800#000, 900#000) e 1 terreno no Ribeirão da Ilha (74#800)	729#650	6 cadeiras de assento de palinha em mau estado (6#000), 1 sofá de assento de palinha em mau estado (8#000), 3 bancos de sala em mau estado (15#000), 1 banco (2#000), 1 cômoda em mau estado (8#000), 1 cama péssimo estado (4#000), 1 guarda-roupa em mau estado (15:000), 1 cama mau estado (8#000), 1 marquesa em mau estado (2#500), 1 marquesa (4#000), 1 mesa de jantar em mau estado (4#000), 1 mesa pequena em mau estado (2#000), 1 relógio de sala em mau estado (6#000), 1 espelho de sala (10#000), 1 lampião de querosene (4#000), 1 castiçal de vidro galvanizado (2#000), 2 pares de mangas de vidro (4#000), 1 tacho de cobre (8#000), 1 paliteiro de metal (1#000), 1 canoa grande com 4 remos em mau estado (25#000), 1 canoa de remos (120#000), 1 canoa bordadinha em mau estado (8#000), 1 canoa de borda limpa (2#000), 1 caixão de botas (10#000).	1 par de vasos de Porcelana (6#000), 1 par de castiçais de casquinha (5#000), Meio aparelho de louça incompleto (12#000), 3 louças de sala em mau estado (15#000).

10	1 chácara com casa de vivenda, 6 braças de frente, com um muro, jardim, canteiro para flores, sotéa e gradeamento de ferro na frente da rua do Senado nº40 (18:000#000), Outra casa edificada na mesma chácara tendo dentro engenho de farinha, forno, prensa etc (55#409), 1/3 da casa do sobrado no largo do Palácio nº 14 (4:000#000), Chácara com casa de vivenda na rua Santana (2:500#000), terra no bairro tranqueiras (?), Metade de uma farmácia no Largo do Palácio (?).	10:639#395	1 égua (50#000), 2 mulas (80#000), 2 vacas com seios(60#000), 1 piano (500#000), 1 mobília de mogno (400#000), 2 mobílias de aleo incompleta (150#000), 2 guarda-louças (100#000), 3 camas de casal (100#000), 2 camas pequenas (30#000), 2 guarda-roupas (130#000), 2 cômodas (80#000), 1 lavatório com tampo de mármore (40#000), mesa elástica de jantar (50:000), 1 aparador (20:000), 3 serpentinas (45#000), 1 aparelho de metal para chá (50#000), 1 relógio de parede (40#000), 1 revolver (10#000), 1 espingarda (20#000), 1 "tilbury" (350#000), 2 carroças com pipas para agua (100#000), 2 carros de boi (40#000).	5 pares de vasos para flores (70#000), 1 aparelho de porcelana (30#000).
22	1 morada de casas térreas pequenas de porta e janela na rua da Lapa (150#000)	Sem divida	1 varejo para charutos (25#000), 1 armário envidraçado (15#000), 1 escrivaninha (10#000), 1 balança romana com pesos antigos (20#000), 1 relógio de parede (10#000), 4 mesas para trabalho de charutos (8#000), 2 mesas usadas para sala (6#000), 1 cama de casal (20#000), 1 baú grande usado (6#000), 1 par de canastra para viagem (12#000), 2 lampiões de querosene (8#000), 1 armação e divisão de taboa (40#000), 2 milheiros de charutos ordinários (24#000), 1 armação e 500 charutos superiores (10#000), 100 cigarros finos de papel (2#500), 500 cigarros exposição de papel (1#500), 1 lata com mil cigarros mimosos de papel (5#000), 2 arrobas de fumo patente, em folha (30#000), 4 arrobas de fumo segundo em folha (12#000), 4 arrobas de fumo segundo em folha	6 MOCHAS usadas (3#000).

			(40#000), 3 arrobas de fumo terceira em folha (24#000), 5 barricas servidas (2#000).	
2	1 Morada de casa e chácara na Rua Formosa nº13 (10:000#000)	Sem divida	1 mobília de jacarandá para sala (250#000), 18 cadeiras para varanda (72#000), 1 mesa para jantar (50#000), 2 mesas pequenas (18:000), 1 guarda-roupas (100#000), 1 escrivaninha (50#000), 1 cômoda (60#000), 1 relógio de mesa e serpentina (50#000).	Não descreve

ANEXO 5

TABELA COM INFORMAÇÕES SOBRE OS INVENTÁRIOS *POST MORTEM* DE DESTERRO NO SÉCULO XIX - ARMAZÉNS

	Relação de Gêneros de Armazéns contidos nos Inventários (apenas as louças):
15	**Balanço dos Gêneros de Armazém do Finado Francisco Jose Dias Formiga (apenas louças):** 64 casais de xícaras de porcelana de cores (46#900), 19 paliteiros de porcelana de cores (19#000), 12 pratinhos de porcelana de cores (8#000), 3 aparelhos pretos lustrados (8#500), 1 aparelho preto lustrado (8#500), 2 peças avulsas lustradas (2#000), 2 aparelhos chineses para chá e café (24#000), 21 pratos pequenos de figuras (2#940), 8 xícaras de ? grandes (7#200), 7 canecas com pires de porcelana (4#200), 26 canecas com pires chineses (6#240), 4 ? de xícaras chinesas ? (9#600), 5 jogos de pratos de beiras azul (7#500), 14 jogos e 6 tigelas brancas ? (18#840), 27 tigelas bronzeadas (8#640), 7 tigelas estampadas (14#000), 6 tigelas chinesas (16#400), 19 bules brancos (9#880), 18 bules estampados (18#000), 27 bules pintados (14#040), 14 açucareiros brancos (4#480), 13 açucareiros estampados (10#400), 19 açucareiros pintados (9#500), 25 açucareiros chineses (16#000), 12 manteigueiras estampadas (9#600), 31 manteigueiras pintadas (16#120), 4 manteigueiras chinesas 3#200, 13 manteigueiras brancas (4#160), 14 escarradeiras brancas (5#600), 5 escarradeiras pintadas (3#000), 9 escarradeiras estampadas (6#300), 6 escarradeiras chinesas (4#800), 11 terrinas estampadas (25#880)(OBS 2 terrinas valiam 3#160, 4 terrinas valiam 5#900 e 4 terrinas valiam 2#300), 9 pratos cobertos (12#240), 2 pratos cobertos brancos (1#000), 10 pratos cobertos chineses (23#520), 11 sopeiras estampadas (12#936) (3 sopeiras valiam 1#720, 2 sopeiras valiam 1#296, 6 sopeiras valiam #864), 6 sopeiras pintadas (6#120) (variação de preço), 10 sopeiras brancas (6#304), 4 sopeiras chinesas (7#296), 15 bacias pintadas (12#360), 2 bacias brancas pequenas (#720), 2 bacias chinesas (2#680), 32 travessas de beira azul (19#200), 51 travessas brancas (20#400), 4 travessas chinesas (6#000), 1 jarro branco (#500), 7 leiteiras pintadas (2#240), 1 leiteira branca (#240), 18 leiteiras chinesas (12#600), 14 urinóis chineses com tampa (33#600), 15 urinóis chineses sem tampa (19#200), 7 urinóis estampados (8#960), 1 jarro e bacia estampadas (2#500), 4 urinóis pequenos (2#000), 42 pratinhos chineses (8#400), 88 canecas chinesas (21#120), 14 canecas estampadas (2#800), 376 canecas brancas (45#120), 224 canecas pintadas (36#320), 34 canecas bronzeadas (10#880), 1 aparelho para chá e café chinês matizo (12#000).
25	**Balanço do Armazém de João de Souza Ribeiro: (apenas as louças):** 2 terrinas grande "Vejase" sopeiras (2#500), 12 travessas "del Ifrolleg" (9#600), 27 travessas ? (10:040), 12 travessas recortadas 14 "Ifrolleg" (6#720), 6 travessas recortadas 13 "Ifrolleg" (2#400), 7 travessas recortadas 12 "Ifrolleg" (2#240), 19 travessas recortadas 12 "Ifrolleg" (8#340), 14 travessas recortadas 11 "Ifrolleg" (4#200), 13 travessas recortadas 10 "Ifrolleg" (8#640), 7 bacias grandes (5#600), 24 travessas recortadas 10 "Ifrolleg" (3#600), 1 bacia pequena (#640), 1 travessa funda (#600), 2 cageirões (1#600), 1 leiteira azul (#800), 1 cafeteira (#700), 2 manteigueiras (2#000), 7 pratos azuis (2#100), 10 pratos fundos beira azul (1#200), 2 sopeiras grandes (2#000), 13 pratos fundos cobertos (13#000), 10 pratos fundos cobertos menores (8#000), 51,5 dúzias de pratos rasos (51#500), 19 pratinhos (2#280), 28 pratinhos pintados (4#480), 14 pratinhos menores pintados (1#680), 18 pratinhos menores pintados (1#800).

26	**Balanço avaliação da Casa do finado José Rodrigues Lopes (apenas as louças):** 35 dúzias e 9 canecas brancas sortidas (50#000), 6 dúzias e 2 canecas esmaltadas (9#880), 32 dúzias e 10 canecas estampadas (78#800), 1/2 aparelho de louça fina para jantar (20#000), 88 dúzias de tigelas brancas sortidas (79#200), 2 aparelhos para café estampados (16#000), 1 aparelho para café letra A (5#000), 1 aparelho para café letra B (5#000), 123 dúzias de xícaras brancas sortidas (118#080), 16 dúzias e 9 xícaras cor de rosa (46#396), 93 bules sortidos brancos (59#520), 36 bules esmaltados (25#200), 1 aparelho para café letra C (6#000), 1 aparelho de café cor de rosa completo letra D (5#000), 25 dúzias de tigelas esmaltadas (28#000), 13 dúzias de tigelas e 7 tigelas estampadas (19#018), 24 açucareiros e manteigueiras pintadas esmaltadas (1#800), 43,5 dúzias de xícaras esmaltadas (53#460), 112 urinóis sortidos brancos (62#720), 103 urinóis esmaltados (61#800), 13 urinóis estampados (9#360), 142 dúzias de pratos beira azul (170#200), 36,5 dúzias de pratos brancos (36#500), 58 baias brancas sortidas (26#000), 7 bacias pequenas (1#120), 19 pratinhos azuis estampados para doce (1#520), 53 pratos travessas brancos sortidos (10#600), 9 pratos travessas beira azul (2#160), 5 pratos travessas estampados (2#000), 2 pratos travessas com tampa beira azul (1#200), 5 pratos travessas com tampa beira azul de diferentes tamanhos (2#000), 1 sopeira beira azul (1#440), 1 sopeira pequena estampada (2#000), 6 sopeiras brancas (1#920), 8 manteigueiras brancas (1#280), 4 tigelas douradas (#800), 21 casais de xícaras estampadas (2#100), 4 pratos estampados (#800), 7 bules estampados (3#500), 7 leiteiras estampadas (1#400), 2 açucareiros estampados (#480), 1 porção de louça branca quebrada (1#280), 2 talhas de barro (3#000), 1 jogo de louça nº7 (100#000), 1 jogo de louça nº2 (90#000), 1 par de vasos grandes (3#000), 2 figuras de porcelana (1#640), 1 tinteiro de porcelana (#610).

CATÁLOGO DE LOUÇAS DO MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA

Fernanda Codevilla Soares

2011

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CATÁLOGO

Este catálogo tem por objetivo apresentar uma amostra da coleção de louças do MHSC. No mesmo estão presentes fragmentos encontrados quando da escavação do setor I, quadrante I e II, níveis 5, 6, 7, 8, 9 e 10 do sítio arqueológico Palácio Cruz e Souza, realizado pela empresa Geoarqueologia Pesquisa Científica Ltda. Área caracterizada como lixeira dessa unidade doméstica, a qual foi utilizada como Casa de Governo do Estado de Santa Catarina de 1750 à 1954.

Os fragmentos foram escolhidos a fim de representar tipos de pastas, técnicas decorativas, padrões, modelos, motivos, estilos, cores da decoração e tipos de recipientes. Foram selecionados fragmentos que ilustrassem a coleção analisada e a diversidade dos itens elencados acima.

Para cada fragmento selecionado nesse catálogo foram fornecidas informações como: setor, quadrante, quadrícula, nível[64], tipo de pasta[65], tipo de esmalte[66], técnica decorativa[67], padrão

---

[64] As informações do setor, quadrante, quadrícula e nível do fragmento referem-se ao local em que o mesmo foi localizado no sítio.

[65] Pasta é uma denominação genérica atribuída à massa argilosa que dá forma à louça. A mesma constitui-se de materiais como argila, caulim, quartzo, areia, feldspato e outros, que variam de acordo com o tipo de pasta que se pretende fazer e de acordo com o tempo de cozedura que são submetidos (Domingues, 2006). Na coleção do MHSC, os principais tipos de pastas são: faianças, faianças finas, porcelanas, ironstone e black basalt.

[66] Os esmaltes são substâncias metálicas dissolvidas em água aplicadas sobre os recipientes de louças ainda enquanto estes se constituem biscoito, ou seja, diretamente sobre a pasta, a qual será cozida pela segunda vez. Pode ser utilizado para decoração do recipiente ou como verniz (Domingues, 2006). Nas faianças finas, são utilizados como verniz, variam entre esmaltes creamware, pearlware e whiteware (Garcia, 1990 e Tocchetto *et al.*, 2001).

[67] A técnica decorativa caracteriza-se pelo procedimento utilizado para decorar um recipiente de louça. Majewski e O´Brien (1987, p.136) apresentam um sistema de classificação de louças, denominado "*taxonomic system*", segundo o qual as cerâmicas históricas são classificadas de acordo com a decoração e técnica decorativa. Inicialmente, as louças são divididas em decoradas e não decoradas. No grupo das decoradas, as louças dividem-se em superfície modificada ou não modificada. No grupo das louças com superfície modificada, incluem-se as técnicas decorativas: transfer printed, decalque, pintado à mão e não pintada. E no grupo das louças com superfície não modificadas, incluem-se as técnicas decorativas: transfer printed, decalque e pintado à mão. A técnica pintado à mão subdivide-se, ainda, em: pintado à mão livre (com motivos florais), sponge, spatter e dipped. Na coleção do MHSC as técnicas decorativas identificadas foram: transfer printed, pintado à mão livre, decalque, sponge, spatter e dipeed.

decorativo[68], modelo decorativo[69], motivo decorativo[70], estilo decorativo[71], distribuição do desenho[72], forma do recipiente[73] e período de fabricação. Quando os recipientes possuíam selos, ou seja, marcas de fabricantes no fundo de algumas peças, foram acrescentadas as informações: descrição do selo, período da marca (período que o selo foi feito), nome da fábrica, local da fábrica e período de funcionamento da fábrica[74].

Cada atributo descrito anteriormente apresenta um período de fabricação. O mesmo pode ser visualizado no quadro síntese da tese (item 3.2.1.3, página 222, 223 e 224), que foi utilizado como apoio para o desenvolvimento desse catálogo. As principais referências utilizadas para elaborar o quadro síntese foram: Lima (1989), Majewski e O´Brien (1987), Najjar (2007), Calado (2005), Schávelzon (2001), Symanski (1997), Samford (1997), Matos (1996), Souza (2010), Tocchetto *et al.*, (2001), Garcia (1990) e o site do Museu da Flórida[75].

Além destes, outros autores foram pesquisados e podem ser citados como referências indiretas para a elaboração do quadro síntese, visto que apresentaram elementos esclarecedores sobre

---

[68] Padrão decorativo caracteriza-se por "um determinado motivo decorativo que por alguma contingência passou a ser adotado por um grande número de fabricantes" (Araújo e Carvalho, 1993, p. 82).

[69] Modelo decorativo caracteriza-se por "uma denominação dada pelo fabricante para uma decoração específica, de sua fabricação" (Araújo e Carvalho, 1993, p.82). Normalmente, o nome do modelo decorativo está impresso junto com o selo do fabricante, no fundo das peças.

[70] O motivo decorativo é o mesmo que cena ou desenho da decoração. Nas louças decoradas pela técnica do transfer printed, Samford (1997) analisou motivos decorativos no centro e na borda dos recipientes e a partir deles identificou padrões e datações. Os principais motivos decorativos identificados na coleção do MHSC foram: floral, romântico, exótico, geométrico, clássico e outros.

[71] Segundo Majewski e O´Brien (1987, p.157), o estilo decorativo varia de acordo com o motivo da decoração.

[72] Local no qual a decoração está distribuída, que pode ser apenas na borda, na alça, no fundo ou em todo o corpo do recipiente. Pode ser ainda na parte externa ou na parte interna.

[73] Na coleção do MHSC não foi possível misturar os fragmentos e fazer reconstituições de peças (NMP), visto que os fragmentos ainda não haviam sido inventariados pela empresa Geoarqueologia Pesquisa Científica Ltda. Assim sendo, a identificação do tipo de recipiente foi feita apenas nos casos em o fragmento possibilitava essa identificação. Os principais tipos de formas de recipientes identificados foram: xícara, pires, pires para chá, prato, malga, sopeira, tigela, caneca, travessa, jarra, penico, escarradeira, bule, açucareiro e bandeja.

[74] As informações sobre os selos, fábricas e datações foram extraídas de Kovels´ (1985), García (1990), Blacker (1912), Peixoto (2004, 2009), Tocchetto *et al.* (2001) e do site: http://www.thepotteries.org , acessado em 04 de Novembro de 2010.

[75] MUSEU NACIONAL DA FLÓRIDA. Colección Digital de tipos cerâmicos de la arqueologia historica. Acessado em 22 de Abril de 2010 em: www.flmnh.ufl.edu/histarch.

os itens selecionados e ajudaram a determinar quais itens seriam escolhidos para estarem contemplados nesse catálogo. Nesse sentido, seria injusto não mencionar, além dos já citados: Brancante (1981), Caldarei (2003), Carvalho F. (2008), Carvalho M. (2003), Cushion (1976), Deagan (1987), Etchevarne (2006, 2007), Hsu e Hanson (1971), Hume (1991), Lima (1995b, 1996, 1997), Lima *et al.* (1989), Lima e Bruno (1993), Miller (1980), Oliveira *et al.* (2009), Peixoto (2004, 2009), Stone *et al.* (1983), Symanski (1996, 1997a, 1997b, 2002), Symanski e Osorio (1996), Tocchetto (2010), Tocchetto e Medeiros (2009), Worthy (1982), Zanettini (1986) e os websites do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco[76] e o Catálogo de cerâmicas do IPHAN[77] .

A datação final atribuída a cada um dos fragmentos apresentados nesse catálogo é o resultado da combinação dos atributos que o caracterizam. Por exemplo: um fragmento de faiança fina, com esmalte pearlware (produção entre 1779 – 1840), decorado pela técnica do transfer printed (produção entre 1750 – século XX), na cor azul escuro (produção entre 1802 – 1846), com motivos florais (produção entre 1784 – 1869), sem selo da fabricação; provavelmente foi fabricado entre 1802 e 1840. A data final é o resultado da combinação de todas as datas dos atributos que o caracterizam.

Alguns fragmentos apresentados nesse catálogo, devido às características de sua pasta e decoração, foram associados às baixelas (conjuntos de louça). Assim, o mesmo apesar de não ter uma decoração visível, ou não ter o selo de fabricação, foi datado de acordo com as informações que a baixela apresentava, e não apenas pelos atributos que o. Nesses casos, foi adicionado esse dado ao período de fabricação.

A seguir é possível observar a análise desenvolvida e uma amostragem das louças da coleção do MHSC.

---

[76] Site: www.brasilarqueologico.com.br/faianca.php. Acessado em 13 de janeiro de 2011.

[77] Site: www.portal.iphan.gov.br/catalogo_iphan/catalogo.htm. Acessado em 13 de janeiro de 2011.

Foto 1: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

Foto 2: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	D2
Nível	6
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	pintado à mão livre
Cor	policromo (azul, verde, amarelo, vermelho e preto)
Motivo	floral e listra preta na borda
Estilo	peasant
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	jarra
Período de fabricação	1830-1860

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	C3
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	pintado à mão livre
Cor	policromo (vermelho, verde e preto)
Motivo	floral
Estilo	peasant
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	côncava
Período de fabricação	1830-1860

Foto 3: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	I
Quadrícula	F11
Nível	6
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	pintado à mão livre
Cor	policromo (verde, rosa, azul e preto)
Motivo	floral
Estilo	peasant
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	côncava
Período de fabricação	1830-1860

Foto 4: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	I
Quadrícula	G9
Nível	6
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	pintado à mão livre
Cor	policromo (verde e marrom)
Motivo	floral e friso marrom
Estilo	peasant
Distribuição do desenho	borda externa
Forma do recipiente	malga ou xícara
Período de fabricação	1830-1860

Foto 5: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	D07
Nível	6
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	pintado à mão livre
Cor	policromo (verde, rosa, azul)
Motivo	floral
Estilo	peasant
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	côncava
Período de fabricação	1830-1860

Foto 6: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B4
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	pintado à mão livre
Cor	policromo (verde, azul, vermelho)
Motivo	floral
Estilo	sprig
Distribuição do desenho	face interna
Forma do recipiente	prato
Período de fabricação	1810 - 1860

Foto 7: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	I
Quadrícula	A13
Nível	7
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	pintado à mão livre
Cor	policromo (vermelho, verde e preto)
Motivo	floral e frisos pretos
Estilo	sprig
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	pires
Período de fabricação	1810 - 1860

Foto 8: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B08
Nível	6
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	pintado à mão livre
Cor	policromo (vermelho, verde e preto)
Motivo	floral
Estilo	sprig
Distribuição do desenho	borda externa e interna
Forma do recipiente	xícara e pires
Período de fabricação	1810 - 1860

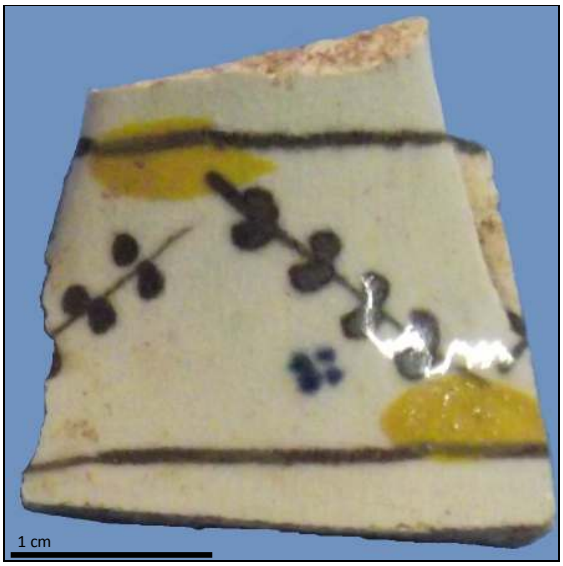


Foto 9: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	D09
Nível	6
Pasta	faiança fina
Esmalte	creamware
Técnica decorativa	pintado à mão livre
Cor	policromo (marrom, amarelo, azul)
Motivo	floral e friso marrom
Estilo	sprig
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	xícara
Período de fabricação	1810-1815

Foto 10: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	I
Quadrícula	A13
Nível	6
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	pintado à mão livre
Cor	policromo (vermelho e azul)
Motivo	floral
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	côncavo
Período de fabricação	não identificado

Foto 11: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	I
Quadrícula	A13
Nível	6
Pasta	faiança fina
Esmalte	creamware
Técnica decorativa	pintado à mão
Cor	verde
Tipo	faixas e frisos estreitas
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	prato ou pires
Período de fabricação	fim do séc. XVIII

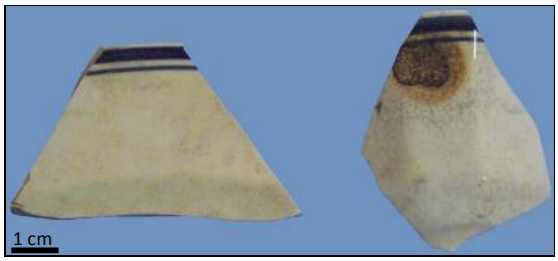


Foto 12: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B2 e C2
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	pintado à mão
Cor	azul
Tipo	faixa e friso
Distribuição do desenho	borda interna e borda externa
Forma do recipiente	pires e xícara
Período de fabricação	fim do séc. XIX

Foto 13: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

Foto 14: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	C4
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	esponjado
Cor	marrom
Distribuição do desenho	face interna e externa
Forma do recipiente	malga
Descrição do selo	palavra "Patent Jasper", data "1846", desenho de uma coroa, palavras "Copeland and Garrett" e "Alba" impressas em preto e marrom.
Período da marca	1846
Fábrica	SPODE (Copeland and Garrett sucedeu J. Spode durante o período de 1833-1847).
Local da Fábrica	Stoke, Staffordshire, Inglaterra.
Período da Fábrica	1770 até o presente
Período de fabricação	1833-1847

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	D3
Nível	N5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	esponjado
Cor	marrom
Distribuição do desenho	face interna e externa
Forma do recipiente	malga
Descrição do selo	palavra "Patente Jasper", data "1846", desenho de uma coroa, palavras "Copeland and Garrett" e "Alba" impressas em preto e marrom.
Período da marca	1846
Fábrica	SPODE (Copeland and Garrett sucedeu J. Spode durante o período de 1833-1847).
Local da Fábrica	Stoke, Staffordshire, Inglaterra.
Período da Fábrica	1770 até o presente
Período de fabricação	1833-1847

Foto 15: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B3
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	esponjado
Cor	marrom
Distribuição do desenho	face interna e externa
Forma do recipiente	pires para chá
Período de fabricação	1833-1847 (fragmento datado a partir do conjunto que faz parte)

Foto 16: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B3, D4
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	esponjado
Cor	marrom
Distribuição do desenho	face interna e externa
Forma do recipiente	pires para chá
Período de fabricação	1833-1847 (fragmento datado a partir do conjunto que faz parte)

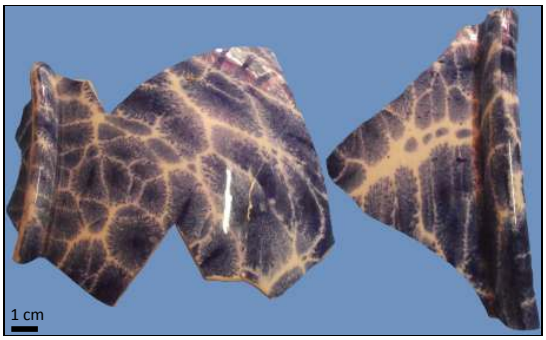


Foto 17: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	A2, C3
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	esponjado
Cor	azul
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	penico
Período de fabricação	1840 - 1860

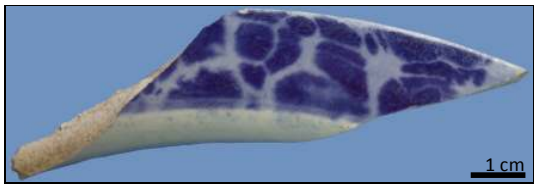


Foto 18: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	O6
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	esponjado
Cor	azul
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	tigela
Período de fabricação	1840 - 1860

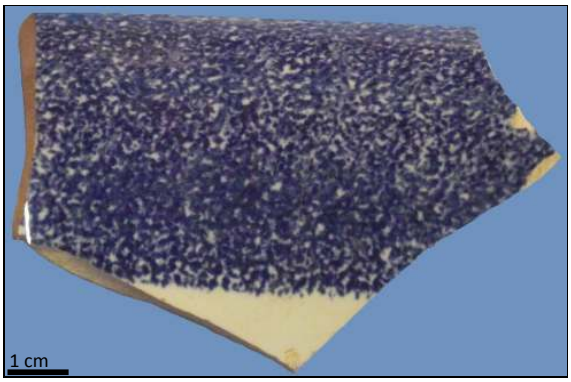


Foto 19: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	C5
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	spatter
Cor	azul
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	tigela ou bacia
Período de fabricação	1820 - 1860

Foto 20: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B3
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	dipped
Cor	azul, preto, amarelo e branco
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	tigela
Período de fabricação	1790 – 1840

Foto 21: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	C13
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	não identificado
Técnica decorativa	dipped (mocha / dentrítico)
Cor	marrom e amarelo queimado
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	não identificado
Período de fabricação	Fim do XVIII – XX

Foto 22: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	I
Quadrícula	G09
Nível	6
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	pintado à mão
Cor	tons de marrom
Técnica decorativa	dipped (mocha)
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	côncava
Período de fabricação	Fim do XVIII – 1840

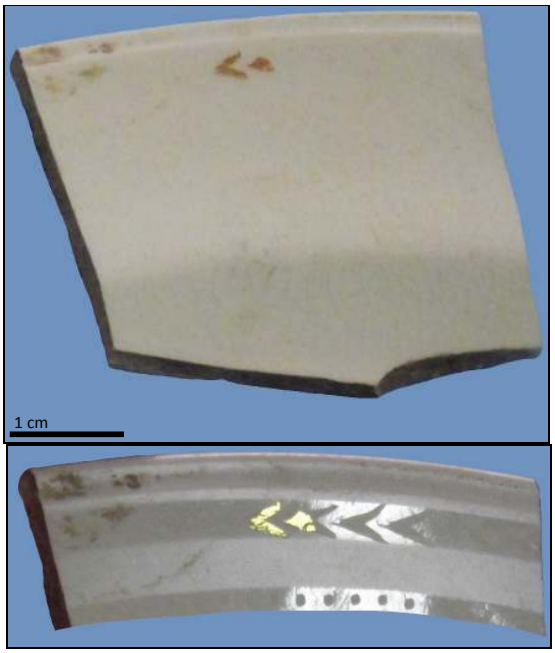


Foto 23: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	I
Quadrícula	A13
Nível	7
Pasta	faiança fina
Técnica decorativa	decalque
Cor	dourado
Cena	geométrico
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	pires
Período de fabricação	Pós - 1880

Foto 24: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	D4
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	pintado à mão sobre superfície modificada.
Cor	azul
Padrão	Shell edged
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	prato fundo
Período de fabricação	1780-1860

Foto 25: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	D2
Nível	6
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	pintado à mão sobre superfície modificada.
Cor	azul
Padrão	Shell edged
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	prato de servir
Período de fabricação	1780 - 1860

Foto 26: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	D2
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	pintado à mão sobre superfície modificada.
Cor	azul
Padrão	Cord and plume edged
Distribuição do desenho	fundo externo
Forma do recipiente	tigela
Período de fabricação	fim do XVIII à 1860

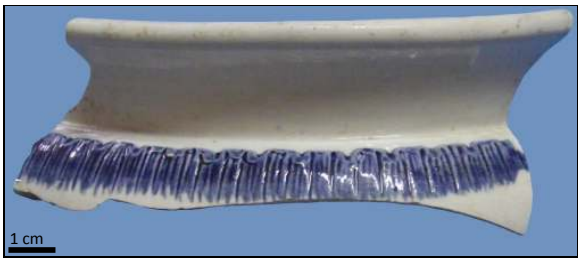


Foto 27: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	D2
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	pintado à mão sobre superfície modificada.
Cor	azul
Padrão	Cord and plume edged
Distribuição do desenho	próximo a borda externa
Forma do recipiente	tigela
Período de fabricação	fim do XVIII à 1860

Foto 28: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	D2
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	pintado à mão sobre superfície modificada.
Cor	verde
Padrão	Shell edged
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	prato
Período de fabricação	1780-1840

Foto 29: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B2
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	pintado à mão sobre superfície modificada.
Cor	verde
Padrão	Shell edged
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	prato
Período de fabricação	1780-1840

Foto 30: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B12
Nível	6
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	pintado à mão sobre superfície modificada.
Cor	verde
Tipo	Cord and herringbone edged
Distribuição do desenho	face interna
Forma do recipiente	prato ou travessa
Período de fabricação	1780 - 1840

Foto 31: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	I
Quadrícula	E07
Nível	6
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	transfer printed sobre superfície modificada.
Cor	azul claro
Motivo	floral contínuo impressos e plumas incisas.
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	prato , travessa ou pires
Período de fabricação	1784 - 1903

Foto 32: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B5
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	transfer printed sobre superfície modificada.
Cor	azul claro
Motivo	floral contínuo impresso e plumas incisas.
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	prato , travessa ou pires
Período de fabricação	1784 - 1903

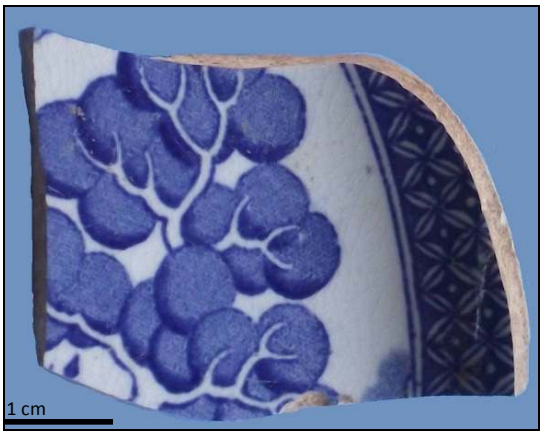


Foto 33: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	A09
Nível	6
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	azul
Motivo	chinoiserie
Padrão	Willow
Distribuição do desenho	face interna
Forma do recipiente	prato
Período de fabricação	1790 - 1880

Foto 34: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B10
Nível	6
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	azul
Motivo	chinoiserie
Padrão	Willow
Distribuição do desenho	face interna
Forma do recipiente	prato, travessa ou pires
Período de fabricação	1790-1880

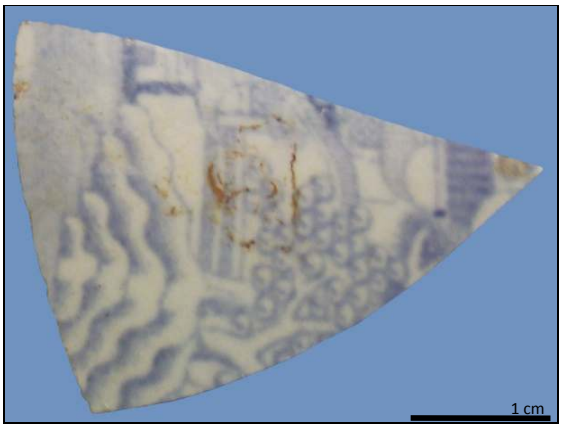


Foto 35: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B4
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	azul claro
Motivo	chinoiserie
Padrão	Broseley
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	xícara ou malga
Período de fabricação	1782 - 1879

Foto 36: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B13
Nível	6
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	azul claro
Motivo	chinoiserie
Padrão	Broseley
Distribuição do desenho	face interna e externa
Forma do recipiente	malga ou xícara
Período de fabricação	1782-1879

Foto 37: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	C13
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	azul
Motivo	cenas exóticas
Modelo	Oriental
Distribuição do desenho	face interna
Forma do recipiente	pires para chá
Descrição do selo	cartucho com a palavra "Oriental" no centro, letras "W A " impressas, na cor azul, e palavra "ADAMS" incisa.
Período da marca	1719-1864
Fábrica	ADAMS (as letras WAS significam William Adams and Songs).
Local da Fábrica	Tunstall & Stoke, Staffordshire, Inglaterra.
Período da Fábrica	1769 até o presente
Período de fabricação	1793 - 1860

Foto 38: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	C4
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	azul
Motivo	cenas exóticas
Modelo	Oriental
Distribuição do desenho	face interna
Forma do recipiente	pires para chá
Descrição do selo	cartucho com as letras "al" no centro impressas na cor azul , palavra "China" fora do cartucho, e letra "A" incisa.
Período da marca	1719-1864
Fábrica	ADAMS (as letras WAS significam William Adams and Songs).
Local da Fábrica	Tunstall & Stoke, Staffordshire, Inglaterra.
Período da Fábrica	1769 até o presente
Período de fabricação	1793 - 1860

Foto 39: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B5
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	azul
Motivo	cenas exóticas
Modelo	Oriental
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	pires para chá
Descrição do selo	cartucho com as letras "tal" no centro impressas na cor azul , letra "a" fora do cartucho.
Período da marca	1719-1864
Fábrica	ADAMS (as letras WAS significam William Adams and Songs)
Local da Fábrica	Tunstall & Stoke, Staffordshire, Inglaterra.
Período da Fábrica	1769 até o presente
Período de fabricação	1793 - 1860

Foto 40: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	C5
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	azul
Cena	borda cartucho com cena exótica e cartucho com cena floral.
Modelo	Oriental
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	pires para chá
Período de fabricação	1793-1860 (fragmento datado a partir do conjunto que faz parte)

Foto 41: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B4
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	azul
Motivo	borda com cartucho e cena exótica
Modelo	Oriental
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	pires para chá
Período de fabricação	1793-1860 (fragmento datado a partir do conjunto que faz parte)

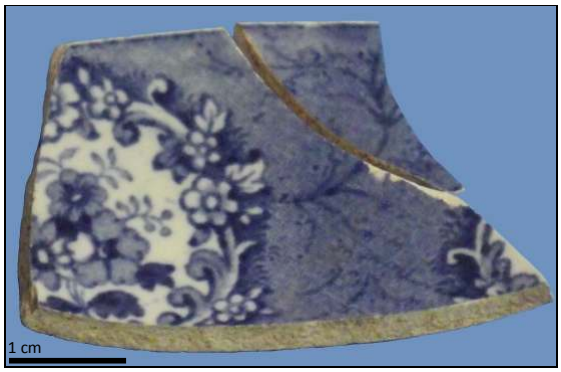


Foto 42: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	D4
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	azul
Motivo	borda com cartucho e cena floral
Modelo	Oriental
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	pires para chá
Período de fabricação	1793-1860 (fragmento datado a partir do conjunto que faz parte)

Foto 43: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	A13
Nível	6
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	azul
Motivo	cartucho com cena
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	pires ou prato
Período de fabricação	1790 - 1889

Foto 44: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	I
Quadrícula	011
Nível	10
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	azul
Motivo	clássica
Distribuição do desenho	face interna
Forma do recipiente	prato
Período de fabricação	1793 - 1840

Foto 45: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	C5
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	azul
Motivo	floral não contínuo
Distribuição do desenho	face externa da alça
Forma do recipiente	bule ou jarra
Período de fabricação	1799 - 1840

Foto 46: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	D08
Nível	6
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	azul
Motivo	borda interna floral e externa cena romântica.
Distribuição do desenho	borda interna e externa
Forma do recipiente	prato ou pires
Período de fabricação	1793 - 1870

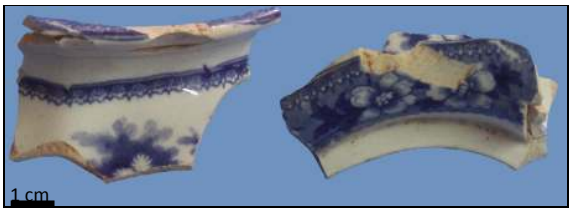


Foto 47: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B12
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	azul
Motivo	borda interna floral continuo
Distribuição do desenho	borda interna e face externa
Forma do recipiente	tigela
Período de fabricação	1784 - 1856

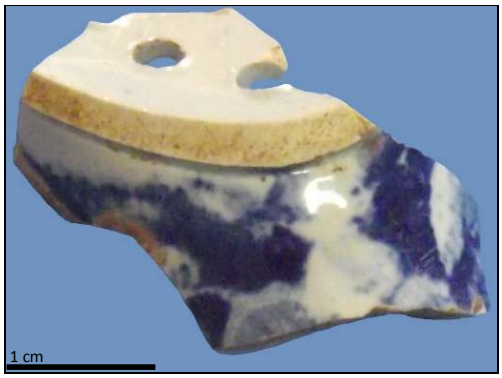


Foto 48: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	C8
Nível	7
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	azul
Motivo	floral
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	bule para chá
Período de fabricação	1784 - 1860

Foto 49: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	D4
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	azul
Motivo	romântica
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	não identificado
Período de fabricação	1793-1870

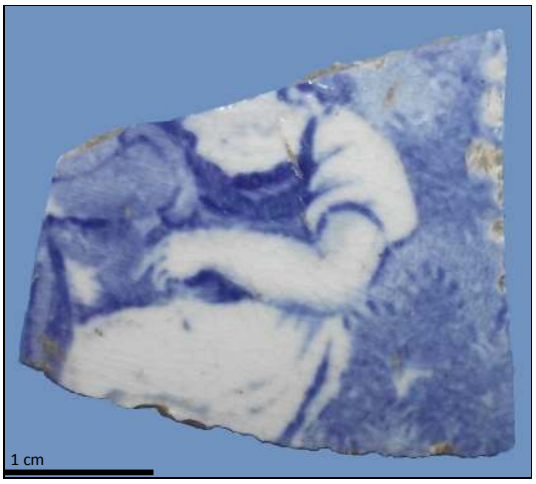


Foto 50: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	I
Quadrícula	F11
Nível	6
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	azul
Motivo	romântica
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	côncavo
Período de fabricação	1793-1870

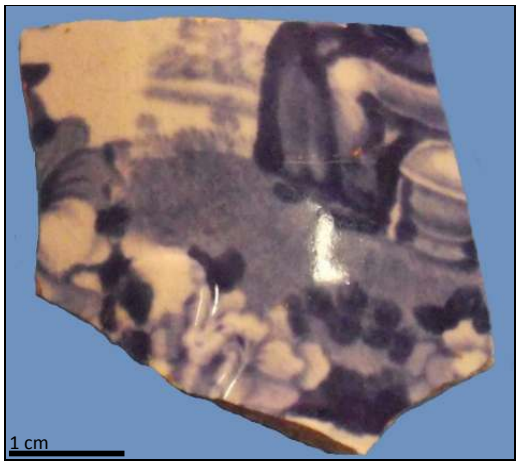


Foto 51: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	D10
Nível	6
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	azul
Motivo	pastoral
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	não identificado
Período de fabricação	1781-1859

Foto 52: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	D02
Nível	6
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	azul
Motivo	pastoral
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	não identificado
Período de fabricação	1781-1859

Foto 53: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B12
Nível	6
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	azul
Motivo	pastoral
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	não identificado
Período de fabricação	1781-1859

Foto 54: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B2
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	azul
Padrão	Milkmaid
Distribuição do desenho	face externa do bico
Forma do recipiente	bule para chá
Período de fabricação	1814 - 1859

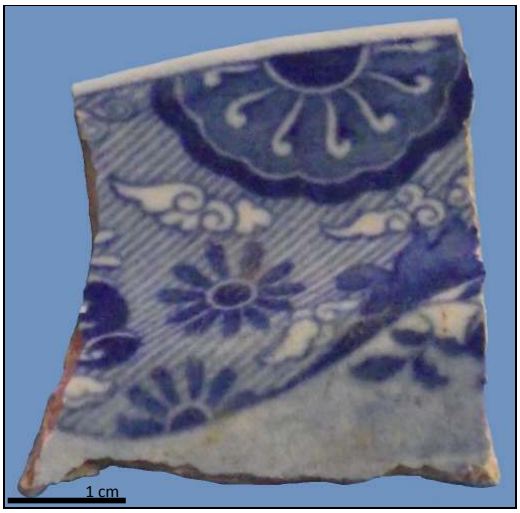


Foto 55: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	A3
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	azul
Motivo	linear
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	prato ou pires
Período de fabricação	1820 - 1891

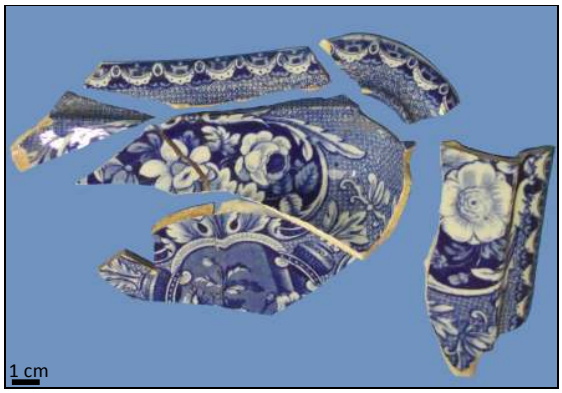


Foto 56: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B10
Nível	6
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	azul
Motivo	floral
Distribuição do desenho	face interna
Forma do recipiente	travessa
Período de fabricação	1815 – 1860 (datado a partir do conjunto que faz parte)

Foto 57: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	C10
Nível	6
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	azul
Motivo	floral
Distribuição do desenho	face interna
Forma do recipiente	pires ou prato
Período de fabricação	1815 – 1860 (datado a partir do conjunto que faz parte)

Foto 58: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	D6
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	azul
Motivo	floral
Distribuição do desenho	face interna
Forma do recipiente	prato
Período de fabricação	1815 – 1860 (datado a partir do conjunto que faz parte)

Foto 59: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B2
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	transfer printed e superfície modificada.
Cor	azul
Motivo	floral
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	tampa de sopeira
Período de fabricação	1815 – 1860 (datado a partir do conjunto que faz parte)

Foto 60: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B8
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	azul
Motivo	floral
Distribuição do desenho	face externa da alça
Forma do recipiente	não identificado
Período de fabricação	1815 – 1860 (datado a partir do conjunto que faz parte)

Foto 61: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

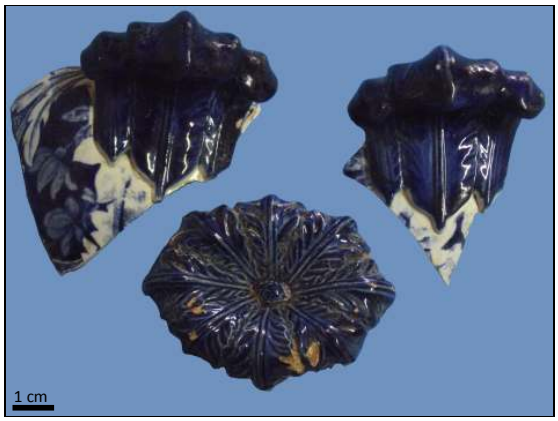


Foto 62: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	C9
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	transfer printed e superfície modificada.
Cor	azul
Motivo	floral
Distribuição do desenho	face externa do pegador
Forma do recipiente	terrina ou sopeira
Período de fabricação	1815 – 1860 (datado a partir do conjunto que faz parte)

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	D2, D3, B2
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	transfer printed e superfície modificada.
Cor	azul
Motivo	floral
Distribuição do desenho	face externa do pegador
Forma do recipiente	não identificado
Período de fabricação	1815 – 1860 (datado a partir do conjunto que faz parte)

Foto 63: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	C3
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	transfer printed e superfície modificada
Cor	azul
Motivo	floral e superfície modificada
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	côncavo
Período de fabricação	1815 – 1860 (datado a partir do conjunto que faz parte)

Foto 64: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B2
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	whiteware
Técnica decorativa	transfer printed e superfície modificada.
Motivo	palavra "the morning" impressa na cor vermelho, listra dourada na borda, incisões de flores na borda e desenho central não visível.
Distribuição do desenho	face interna
Forma do recipiente	prato pequeno (uso infantil)
Período de fabricação	1820 - 1880

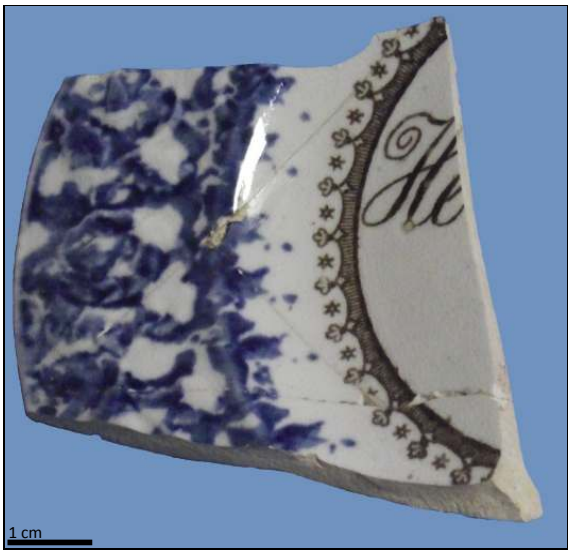


Foto 65: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	trincheira "a"
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	transfer printed e esponjado
Cor	azul e marrom
Motivo	borda esponjada na cor azul e letras "He" impressas no centro.
Distribuição do desenho	face interna
Forma do recipiente	prato pequeno (brinquedo infantil)
Período de fabricação	1840 - 1869

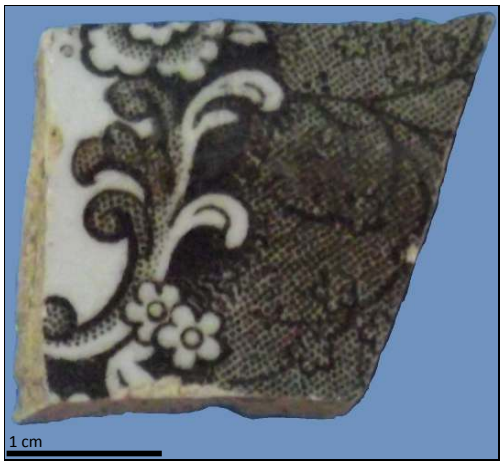


Foto 66: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	I
Quadrícula	D07
Nível	6
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	preto
Motivo	cartucho floral
Distribuição do desenho	face interna
Forma do recipiente	prato ou pires
Período de fabricação	1785-1864

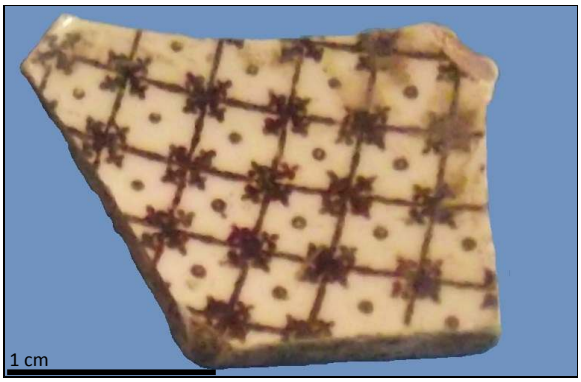


Foto 67: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	C11
Nível	6
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	marrom
Motivo	geométrico
Distribuição do desenho	face interna
Forma do recipiente	não identificado
Período de fabricação	1818-1869

Foto 68: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B13
Nível	7
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	marrom
Motivo	floral
Distribuição do desenho	face interna
Forma do recipiente	côncavo
Período de fabricação	1818 - 1869

Foto 69: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	C5
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	vermelho
Motivo	romântica
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	não identificado
Período de fabricação	1818 - 1870

Foto 70: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	A10
Nível	6
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	vermelho
Motivo	floral
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	tampa
Período de fabricação	1818-1869

Foto 71: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	C3
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	verde
Motivo	floral
Distribuição do desenho	borda interna e externa
Forma do recipiente	prato ou pires
Período de fabricação	1818 - 1859

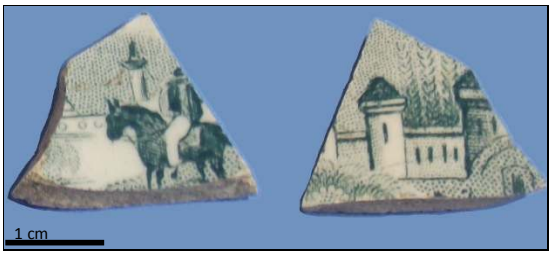


Foto 72: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	D4
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	verde
Motivo	romântica
Distribuição do desenho	borda interna e externa
Forma do recipiente	prato ou pires
Período de fabricação	1818 - 1859

Foto 73: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B2
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware ou whiteware
Técnica decorativa	transfer printed
Cor	púrpura
Motivo	romântico
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	não identificado
Período de fabricação	1814 - 1867

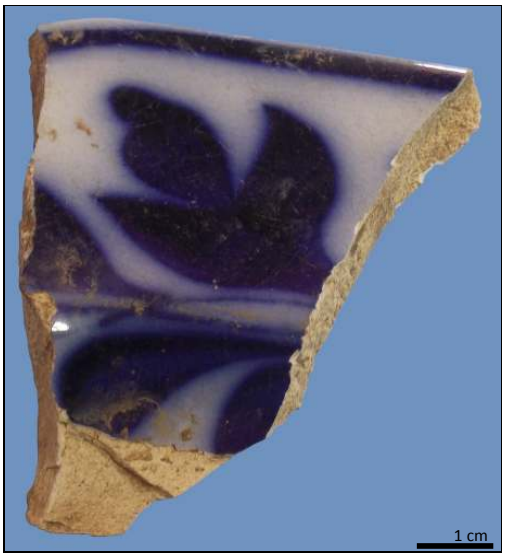


Foto 74: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	I
Quadrícula	C8
Nível	5
Pasta	faiança fina
Técnica decorativa	pintado à mão livre / Borrão
Cor	azul
Motivo	floral
Padrão	Azul borrão
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	prato ou travessa
Período de fabricação	não identificado

Foto 75: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	A11
Nível	5
Pasta	faiança fina
Técnica decorativa	transfer printed / Borrão
Cor	azul
Motivo	floral
Padrão	Azul borrão
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	prato, pires ou travessa
Período de fabricação	1862 - 1929

Foto 76: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	I
Quadrícula	G10
Nível	6
Pasta	faiança fina
Técnica decorativa	transfer printed / Borrão
Cor	azul
Motivo	chinoiserie floral
Padrão	Azul borrão
Distribuição do desenho	fundo interna
Forma do recipiente	prato ou pires
Período de fabricação	1834-1887

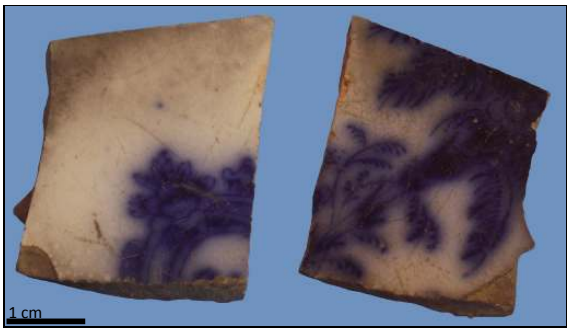


Foto 77: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	I
Quadrícula	D11
Nível	5
Pasta	faiança fina
Técnica decorativa	transfer printed / Borrão
Cor	azul
Motivo	floral
Estilo	chinoiserie
Padrão	Azul borrão
Distribuição do desenho	face interna
Forma do recipiente	não identificada
Descrição do selo	círculo impresso na cor azul com efeito borrado.
Período da marca	não identificado
Fábrica	não identificado
Local da Fábrica	não identificado
Período da Fábrica	não identificado
Período de fabricação	1828 - 1867

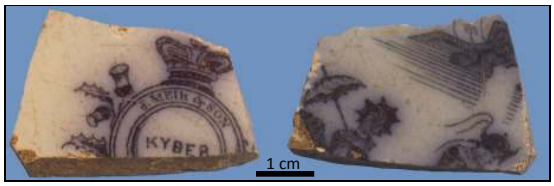


Foto 78: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	I
Quadrícula	E7
Nível	5
Pasta	faiança fina
Técnica decorativa	transfer printed / Borrão
Cor	azul
Motivo	chinoserie
Modelo	kyber
Distribuição do desenho	face interna
Forma do recipiente	não identificado
Descrição do selo	coroa com círculo e palavras "J. Meir & Son" e "Kyber" impressas na cor azul.
Período da marca	1837 - 1897
Fábrica	JOHN MEIR
Local da Fábrica	Tunstal, Staffordshire, Inglaterra.
Período da Fábrica	1812 - 1897
Período de fabricação	1837 - 1867

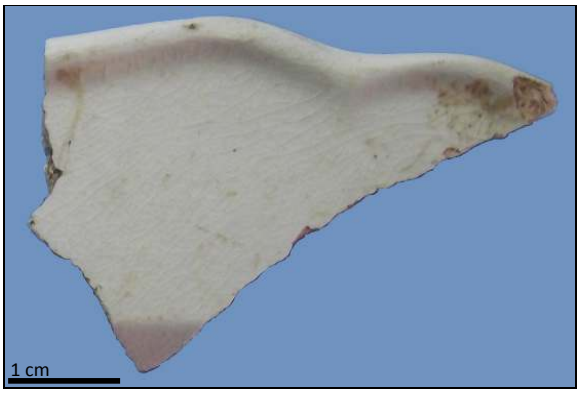


Foto 79: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	C6
Nível	6
Pasta	creamware
Técnica decorativa	superfície modificada
Padrão	Royal rim
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	prato, pires ou travessa
Período de fabricação	1763 - 1815

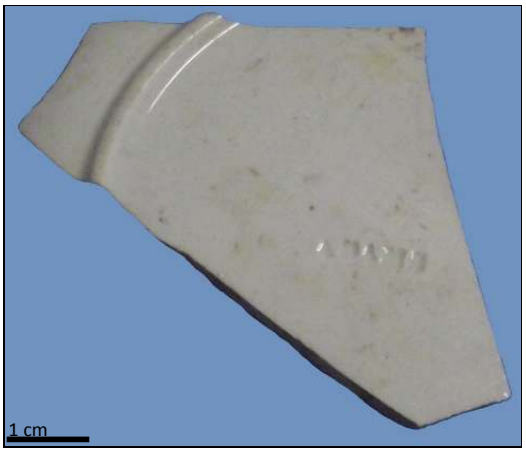


Foto 80: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B2
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	creamware
Técnica decorativa	não decorada
Forma do recipiente	prato
Descrição do selo	palavra “Adams” incisa.
Período da marca	1787 - 1864
Fábrica	ADAMS
Local da Fábrica	Tunstall & Stoke, Staffordshire, Inglaterra.
Período da Fábrica	1769 até o presente
Período de fabricação	1787 - 1815

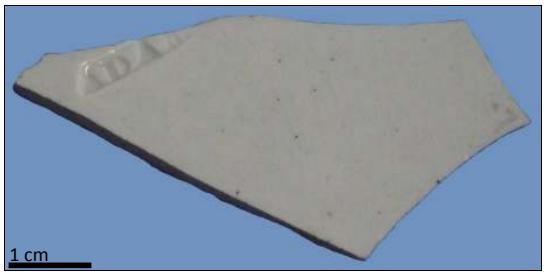


Foto 81: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	D4
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	creamware
Técnica decorativa	não decorada
Forma do recipiente	prato
Descrição do selo	letras "Adam" incisa.
Período da marca	1787 - 1864
Fábrica	ADAMS
Local da Fábrica	Tunstall & Stoke, Staffordshire, Inglaterra.
Período da Fábrica	1769 até o presente
Período de fabricação	1787 - 1815

Foto 82: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	I
Quadrícula	G11
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	creamware
Técnica decorativa	não decorada
Forma do recipiente	prato
Descrição do selo	palavra "Adams" e número "03" inciso (possivelmente 03 refere-se à alguma informação de produção do recipiente).
Período da marca	1787 – 1864
Fábrica	ADAMS
Local da Fábrica	Tunstall & Stoke, Staffordshire, Inglaterra
Período da Fábrica	1769 até o presente
Período de fabricação	1787 - 1815

Foto 83: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	D4
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	creamware
Técnica decorativa	não decorada
Forma do recipiente	prato
Descrição do selo	desenho de âncora, palavra "Davenport" e número "13" incisos (possivelmente 13 refere-se à alguma informação de produção do recipiente).
Período da marca	1815 – 1860
Fábrica	DAVENPORT
Local da Fábrica	Langport, Staffordshire, Inglaterra
Período da Fábrica	1793 - 1887
Período de fabricação	1815 - 1860

Foto 84: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	O3
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	não decorada
Forma do recipiente	prato
Descrição do selo	desenho de âncora, palavra "Davenport" e número "10" incisos (possivelmente 10 refere-se à alguma informação de produção do recipiente).
Período da marca	1815 - 1860
Fábrica	DAVENPORT
Local da Fábrica	Langport, Staffordshire, Inglaterra.
Período da Fábrica	1793 - 1887
Período de fabricação	1815 - 1860

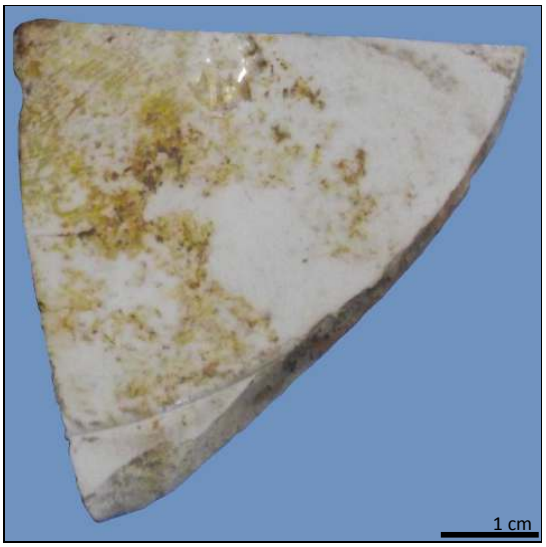


Foto 85: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	D4
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	não decorada
Forma do recipiente	prato
Descrição do selo	desenho de âncora incisa.
Período da marca	1815 - 1860
Fábrica	DAVENPORT
Local da Fábrica	Langport, Staffordshire, Inglaterra.
Período da Fábrica	1793 - 1887
Período de fabricação	1815 - 1860

Foto 86: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	C2
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	creamware ou pearlware
Técnica decorativa	não decorada
Forma do recipiente	prato
Descrição do selo	desenho de âncora, palavra "Davenport" e número "10" inciso (possivelmente 10 refere-se à alguma informação de produção do recipiente).
Período da marca	1815 - 1860
Fábrica	DAVENPORT
Local da Fábrica	Langport, Staffordshire, Inglaterra.
Período da Fábrica	1793 - 1887
Período de fabricação	1815 - 1860

Foto 87: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	C5
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	não decorada
Forma do recipiente	prato
Descrição do selo	desenho de âncora, letras "Dave" inciso.
Período da marca	1815 - 1860
Fábrica	DAVENPORT
Local da Fábrica	Langport, Staffordshire, Inglaterra.
Período da Fábrica	1793 - 1887
Período de fabricação	1815 - 1860

Foto 88: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	I
Quadrícula	E7
Nível	5
Pasta	faiança fina
Esmalte	pearlware
Técnica decorativa	não decorada
Forma do recipiente	prato
Descrição do selo	desenho de âncora, e círculo inciso.
Período da marca	1815 - 1860
Fábrica	DAVENPORT
Local da Fábrica	Langport, Staffordshire, Inglaterra.
Período da Fábrica	1793 - 1887
Período de fabricação	1815 - 1860

Foto 89: Fernanda Codevilla Sorres, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	I
Quadrícula	D10
Nível	6
Pasta	faiança fina
Esmalte	creamware ou pearlware
Técnica decorativa	não decorada
Forma do recipiente	prato
Descrição do selo	âncora e letra "Daven" incisa.
Período da marca	1815-1860
Fábrica	DAVENPORT
Local da Fábrica	Langport, Staffordshire, Inglaterra.
Período da Fábrica	1793 - 1887
Período de fabricação	1815 - 1860

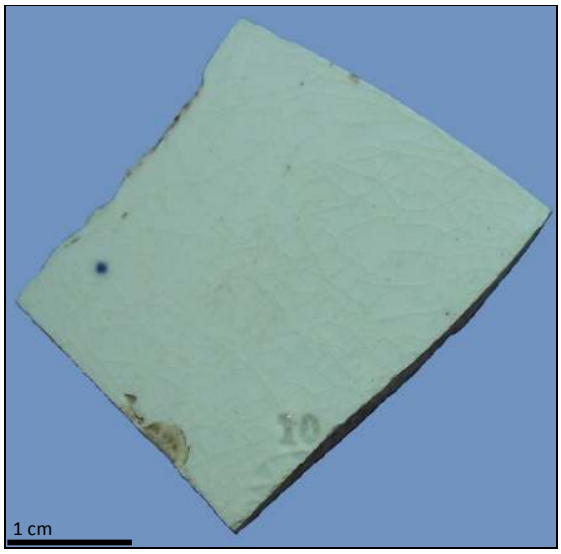


Foto 90: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	I
Quadrícula	G10
Nível	6
Pasta	faiança fina
Esmalte	creamware ou pearlware
Técnica decorativa	sem decoração
Forma do recipiente	não identificado
Descrição do selo	palavra "Daven" e número "10" inciso na peça (possivelmente 10 refere-se à alguma informação de produção do recipiente).
Período da marca	1815 - 1860
Fábrica	DAVENPORT
Local da Fábrica	Langport, Staffordshire, Inglaterra.
Período da fábrica	1793 - 1887
Período de fabricação	1815 - 1860

Foto 91: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

Foto 92: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	C11
Nível	6
Pasta	faiança fina
Esmalte	creamware ou pearlware
Técnica decorativa	não decorada
Forma do recipiente	não identificado
Descrição do selo	palavra "Spode" incisa.
Período da marca	1815-1833
Fábrica	SPODE
Local da Fábrica	Stoke, Staffordshire, Inglaterra.
Período da Fábrica	1770 até o presente
Período de fabricação	1815 - 1833

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	A12
Nível	6
Pasta	ironstone ou porcelana
Técnica decorativa	pintado à mão sobre o esmalte
Cor	dourado
Motivo	frisos
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	pires
Período de fabricação	pós-1880

Foto 93: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	D3
Nível	5
Pasta	porcelana ou ironstone
Técnica decorativa	pintado à mão sobre o esmalte
Cor	verde, azul e dourado
Motivo	floral e friso dourado
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	tampa de açucareiro
Período de fabricação	pós - 1880

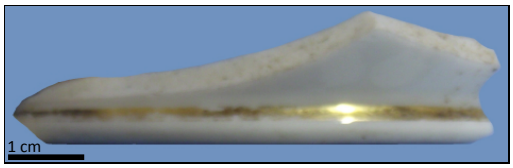


Foto 94: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	D3
Nível	5
Pasta	porcelana ou ironstone
Técnica decorativa	pintado à mão sobre o esmalte
Cor	dourado
Motivo	friso dourado
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	açucareiro
Período de fabricação	pós - 1880

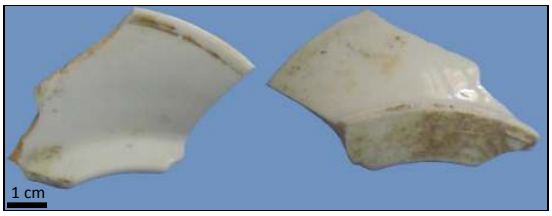


Foto 95: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B12
Nível	5
Pasta	porcelana ou ironstone
Técnica decorativa	pintado à mão sobre o esmalte
Cor	dourado
Motivo	friso dourado
Distribuição do desenho	face externa e interna
Forma do recipiente	bandeja
Período de fabricação	pós - 1880

Foto 96: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B2
Nível	5
Pasta	porcelana ou ironstone
Técnica decorativa	pintado à mão sobre o esmalte
Cor	dourado
Motivo	friso dourado
Distribuição do desenho	face externa e interna
Forma do recipiente	bandeja
Período de fabricação	pós - 1880

Foto 97: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	D9
Nível	5
Pasta	porcelana ou ironstone
Técnica decorativa	pintado à mão sobre o esmalte
Cor	dourado, rosa, verde amarelo
Motivo	floral e friso dourado
Distribuição do desenho	borda externa e interna
Forma do recipiente	xícara ou malga
Período de fabricação	pós - 1880

Foto 98: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B12
Nível	5
Pasta	porcelana ou ironstone
Técnica decorativa	pintado à mão sobre o esmalte
Cor	dourado
Motivo	floral
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	pires
Período de fabricação	Pós- 1880

Foto 99: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	D3
Nível	5
Pasta	porcelana ou ironstone
Técnica decorativa	pintado à mão sobre o esmalte
Cor	dourado
Cena	floral
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	pires
Período de fabricação	Pós- 1880

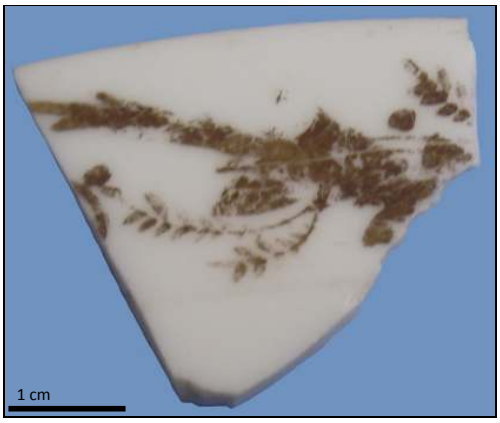


Foto 100: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	D2
Nível	5
Pasta	porcelana ou ironstone
Técnica decorativa	pintado à mão sobre o esmalte
Cor	dourado
Cena	floral
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	pires
Período de fabricação	Pós- 1880

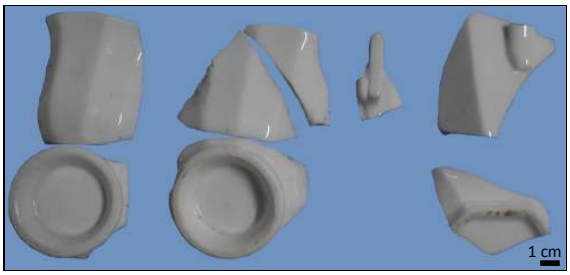


Foto 101: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	D2, A11, D4, C3, B3
Nível	5
Pasta	porcelana ou ironstone
Técnica decorativa	superfície modificada (painéis) sem pintura
Forma do recipiente	xícaras e bule
Período de fabricação	Pós-1850

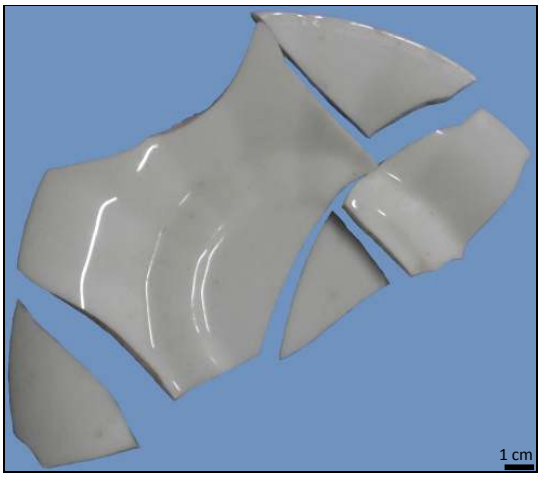


Foto 102: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	C12, B10
Nível	5
Pasta	porcelana ou ironstone
Técnica decorativa	superfície modificada (painéis) sem pintura
Forma do recipiente	pires
Período de fabricação	Pós-1850

Foto 103: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	D5
Nível	5
Pasta	porcelana ou ironstone
Técnica decorativa	não decorado
Distribuição do desenho	não decorado
Forma do recipiente	xícara
Período de fabricação	Pós-1850

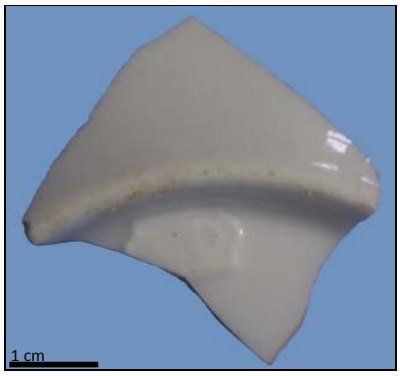


Foto 104: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	C10
Nível	5
Pasta	porcelana ou ironstone
Técnica decorativa	superfície modificada (painéis) sem pintura
Forma do recipiente	pires
Período de fabricação	pós-1850
Descrição do selo	forma geométrica e letras “V D” em relevo.
Período da marca	não identificado
Fábrica	não identificado
Local da Fábrica	não identificado
Período da Fábrica	não identificado

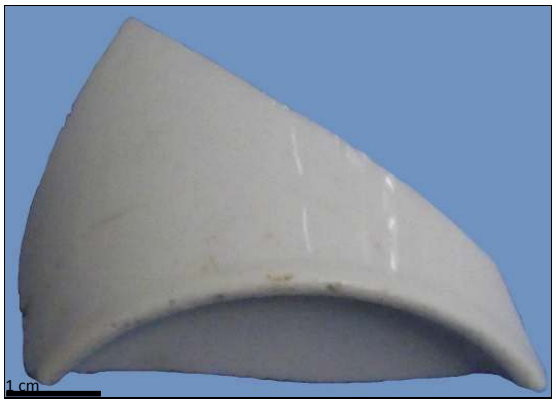


Foto 105: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	C3
Nível	5
Pasta	porcelana ou ironstone
Técnica decorativa	não decorado
Distribuição do desenho	não decorado
Forma do recipiente	pote
Período de fabricação	Pós-1850

Foto 106: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	I
Quadrícula	A08
Nível	6
Pasta	ironstone
Técnica decorativa	pintado à mão sob o esmalte
Cor	azul
Cena	friso
Distribuição do desenho	face interna
Forma do recipiente	prato
Período de fabricação	pós-1850

Foto 107: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	I
Quadrícula	G09
Nível	6
Pasta	porcelana ou ironstone
Técnica decorativa	pintado à mão sobre o esmalte
Cor	tons terrosos
Motivo	floral
Distribuição do desenho	borda externa
Forma do recipiente	xícara
Período de fabricação	Pós - 1880

Foto 108: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	I
Quadrícula	F11
Nível	6
Pasta	porcelana
Técnica decorativa	pintado à mão
Cor	preto, dourado e prata
Motivo	flores e frisos
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	xícara
Período de fabricação	Pós - 1880

Foto 109: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B11
Nível	6
Pasta	porcelana
Técnica decorativa	pintado à mão
Cor	azul sob esmalte azulado
Motivo	floral
Tipo	Louça de Macau
Distribuição do desenho	fundo interno
Forma do recipiente	prato ou pires
Período de fabricação	1800-1850

Foto 110: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B11
Nível	6
Pasta	porcelana
Técnica decorativa	pintado à mão
Cor	azul sob esmalte azulado
Motivo	floral (peónia?)
Tipo	Louça de Macau
Distribuição do desenho	borda
Forma do recipiente	prato ou pires
Período de fabricação	1800-1850

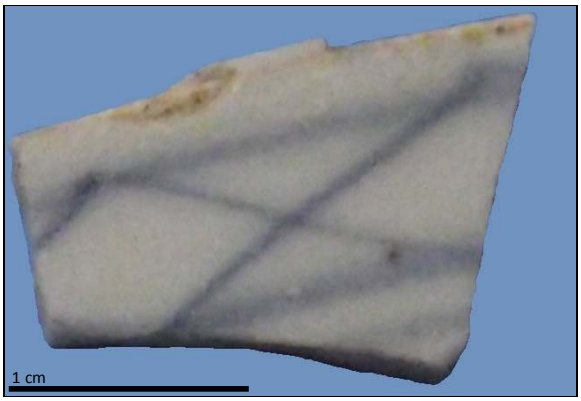


Foto 111: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B11
Nível	6
Pasta	porcelana
Técnica decorativa	pintado à mão
Cor	azul sob esmalte azulado
Motivo	geométrico
Tipo	Louça de Macau
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	prato ou pires
Período de fabricação	1800-1850

Foto 112: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B12
Nível	7
Pasta	porcelana
Técnica decorativa	pintado à mão
Cor	azul sob esmalte azulado
Motivo	geométrico
Tipo	Louça de Macau
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	prato ou pires
Período de fabricação	1800-1850

Foto 113: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	I
Quadrícula	G10
Nível	6
Pasta	faiança portuguesa
Técnica decorativa	pintado à mão
Cor	vinhoso
Tipo	Contas
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	prato
Período de fabricação	1751 - 1825

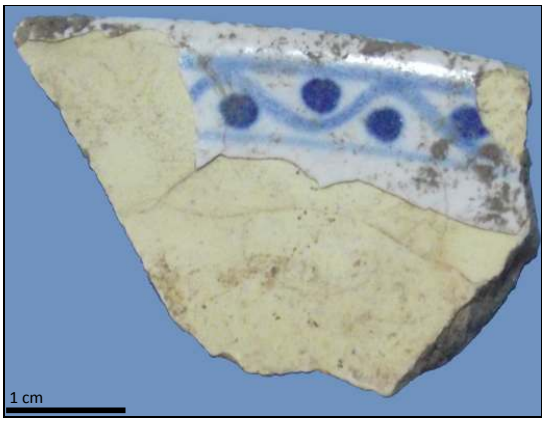


Foto 114: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	I
Quadrícula	E10
Nível	6
Pasta	faiança portuguesa
Técnica decorativa	pintado à mão
Cor	azul
Tipo	Contas
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	prato
Período de fabricação	1751 - 1825

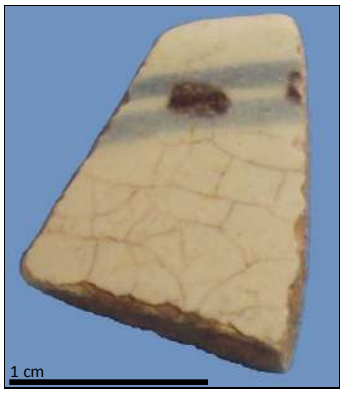


Foto 115: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	I
Quadrícula	A9
Nível	5
Pasta	faiança portuguesa
Técnica decorativa	pintado à mão
Cor	azul e vinhoso
Tipo	Contas
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	prato
Período de fabricação	1751 - 1825

Foto 116: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B4
Nível	5
Pasta	faiança portuguesa
Técnica decorativa	pintado à mão
Cor	azul e vinhoso
Tipo	Contas
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	prato
Período de fabricação	1751 - 1825

Foto 117: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	I
Quadrícula	D10
Nível	6
Pasta	faiança portuguesa
Técnica decorativa	pintado à mão
Cor	azul e vinhoso
Tipo	Louça de brioso
Distribuição do desenho	face interna
Forma do recipiente	não identificado
Período de fabricação	século XVIII - XX

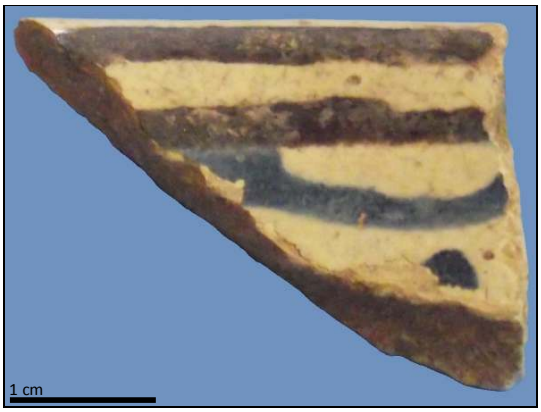


Foto 118: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	C04
Nível	6
Pasta	faiança portuguesa
Técnica decorativa	pintado à mão
Cor	azul e vinhoso
Tipo	Faixas barrocas ou volutas
Distribuição do desenho	borda interna
Forma do recipiente	prato, pires ou travessa
Período de fabricação	século XVII /XVIII – não identificado

Foto 119: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	I
Quadrícula	E07
Nível	6
Pasta	faiança (portuguesa ou espanhola)
Técnica decorativa	pintado à mão
Cor	azul
Tipo	Yayal
Distribuição do desenho	fundo interno
Forma do recipiente	não identificado
Período de fabricação	1600 - 1650

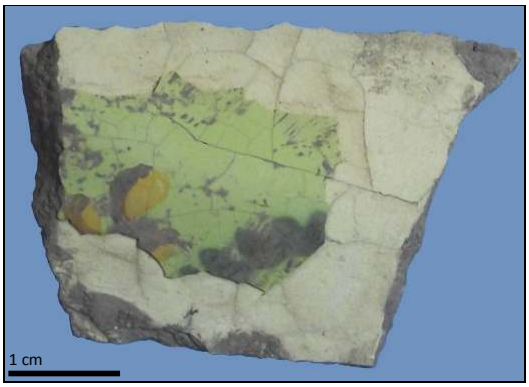


Foto 120: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	I
Quadrícula	D10
Nível	6
Pasta	faiança
Técnica decorativa	pintado à mão
Cor	esmalte verde e desenho amarelo
Tipo	não identificado
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	não identificado
Período de fabricação	não identificado

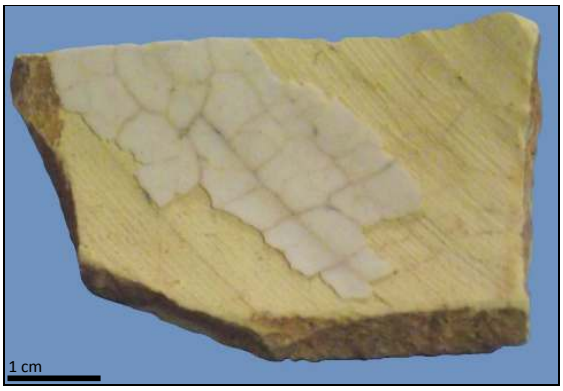


Foto 121: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	D5
Nível	7
Pasta	faiança (espanhola ou portuguesa)
Técnica decorativa	não decorada
Cor	não decorada
Tipo	não decorada
Distribuição do desenho	não decorada
Forma do recipiente	côncavo
Período de fabricação	não identificado

Foto 122: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	I
Quadrícula	E9
Nível	5
Pasta	faiança
Técnica decorativa	spatter
Cor	azul
Tipo	não identificado
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	côncavo
Período de fabricação	não identificado

Foto 123: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	D4
Nível	5
Pasta	faiança espanhola
Técnica decorativa	pintado à mão
Cor	azul
Tipo	Triana
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	côncava
Período de fabricação	1750 - 1820

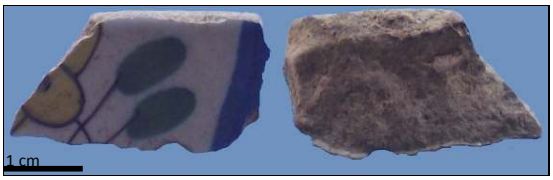


Foto 124: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	C08
Nível	6
Pasta	faiança espanhola (México)
Técnica decorativa	pintado à mão
Cor	azul, amarelo, verde e vinhoso
Tipo	flor e balões
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	não identificado
Período de fabricação	1650-1750

Foto 125: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	I
Quadrícula	C10
Nível	6
Pasta	black basalt
Técnica decorativa	superfície modificada
Motivo	floral
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	côncava
Período de fabricação	1768 – séc. XX

Foto 126: Fernanda Codevilla Soares, 2010.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	
Setor	I
Quadrante	II
Quadrícula	B2
Nível	5
Pasta	black basalt
Técnica decorativa	superfície modificada
Motivo	geométrico
Distribuição do desenho	face externa
Forma do recipiente	côncava
Período de fabricação	1768 – séc. XX